

# RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

## Nº 1454171

Exercício 2022

Fundação Estadual do Meio Ambiente

27/04/2023

**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**



**MINAS  
GERAIS**

**GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.**



# Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

## RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO

### Nº 1453621 – EXERCÍCIO 2022

Entidade: Fundação Estadual do Meio Ambiente



## MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

## QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Trata-se de auditoria realizada em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 19 de dezembro de 2022.

## POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho foi realizado com a finalidade de subsidiar o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no julgamento das contas anuais de 2022 do responsável pela Fundação Estadual do Meio Ambiente.

## QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, conclui-se pela adequação parcial posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2022 da Fundação Estadual do Meio Ambiente, nos termos das informações prestadas neste Relatório de Auditoria de Gestão.





## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AUGE – Auditoria-Geral do Estado  
CGE – Controladoria-Geral do Estado  
CSEC – Controladoria Seccional  
DAFI – Diretoria de Administração e Finanças  
FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente  
GECOF – Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças  
GELOG – Gerência de Logística, Compras e Contratos  
IEF - Instituto Estadual de Florestas  
IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
PAE – Plano de Ação de Emergência  
SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira  
SigBar – Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens  
SigPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento  
SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
TCE – Tomada de Contas Especial  
TCEMG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	8
2.	DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022: .....	9
2.1.	DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022: .....	9
2.2.	TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS EM 2022 .....	10
2.3	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE .....	12
2.4	DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO: ...	13
2.5	RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER: .....	16
2.6	DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS: ...	20
2.7	OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022: .....	21
3	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 .....	22
4	RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL: .....	27
4.1.	Gestão Orçamentária .....	28
4.2	Gestão Financeira .....	34
4.3	Gestão Patrimonial .....	42
5	DECLARAÇÃO DE QUE FOI VERIFICADA E COMPROVADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, INCLUSIVE NOS PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTO DE GESTÃO, CONSIDERANDO O RESULTADO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO OU DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2022, INDICANDO AS FALHAS, IRREGULARIDADES OU ILEGALIDADES APURADAS E AS MEDIDAS SANEADORAS RECOMENDADAS .....	45
6	RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO, ESPECIFICANDO, QUANDO FOR O CASO, AS SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, INSTAURADOS NO PERÍODO E OS RESPECTIVOS RESULTADOS, INDICANDO NÚMEROS, CAUSAS, DATAS DE INSTAURAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL E ESTÁGIO ATUAL DOS PROCESSOS .....	52
7	ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS PELO CONTROLE INTERNO AO DIRIGENTE DA ENTIDADE SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO .....	53
8	PARECER .....	54
	APÊNDICE A – Amostras avaliadas quanto ao cumprimento do caput do artigo 5º da Lei nº 8.666/1993 .....	55



APÊNDICE B – Avaliação da Gestão Orçamentária da FEAM – Exercício de 2022 .....	62
APÊNDICE C – Justificativas inseridas no Sigplan quanto à Execução Anômala de Metas de Programas de Governo .....	63
APÊNDICE D – Avaliação da Gestão Patrimonial da FEAM – Exercício de 2022 .....	64
ANEXO I – Esclarecimentos solicitados pelo controle interno ao dirigente da entidade sobre as contas do exercício .....	70
ANEXO II – Manifestação da Auditada .....	70
ANEXO III – Relatórios de Auditoria elaborados no exercício de 2022....	70
ANEXO IV – Relatório de Avaliação de Estrutura de Controle Interno da Fundação Estadual do Meio Ambiente .....	70
ANEXO V – Relatório Anual de Controle Interno .....	70

## 1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do art. 10 da IN nº 14 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCEMG), de 14 de dezembro de 2011, e da Decisão Normativa TCEMG nº. 02, de 19 de dezembro de 2022, apresenta-se o Relatório de Auditoria de Gestão sobre o exercício financeiro de 2022 da Fundação Estadual do Meio Ambiente, sediada à Rodovia João Paulo II, 4143, Bairro Serra Verde, CEP 31630-900, Belo Horizonte/MG.

O trabalho foi realizado consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

A execução dos trabalhos foi orientada pela Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais, nos termos da competência que lhe é atribuída pelo art. 49 da Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, por intermédio da Auditoria-Geral do Estado, conforme roteiro de auditoria específico.

A auditoria abrangeu o período de 01/01/2022 a 31/12/2022. O trabalho para elaboração deste relatório foi realizado no período de 15 de janeiro a 25 de abril de 2023, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e no período de elaboração do processo de contas anual pela unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no artigo 10 da IN TCEMG nº 14, de 2011 e na Decisão Normativa vigente.

## 2. DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022:

### 2.1. DESTAQUE DAS AÇÕES DE AUDITORIA DE 2022: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS TRABALHOS REALIZADOS EM 2022:

Foram realizados os seguintes trabalhos de Auditoria no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente:

- Avaliação das despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais, conforme Resolução CGE nº 35/2020;
- Consultoria em Gerenciamento de Riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente;
- Em parceria com as demais Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema, foi realizada Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental no âmbito do Sisema;
- Avaliação de Estrutura de Controle em Nível de Entidade por Componente.

## 2.2. TRABALHOS DE AUDITORIA REALIZADOS EM 2022

Quadro 1: Documentos técnicos de auditoria emitidos em 2022

PRODUTO	QUANTIDADE
Relatório de Auditoria (RA)	1
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (RATCE)	0
Certificado de Auditoria (CA - CAFIMP)	0
Certificado de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial (CATCE)	0
Nota de Auditoria (NA)	1
Nota de Consultoria (NC)	2
Relatório Preliminar (RP)	0
<b>QUANTIDADE TOTAL</b>	<b>4</b>

O detalhamento dos documentos técnicos de auditoria emitidos pela Controladoria Seccional da FEAM no período de referência, segue abaixo:

1. Relatório de Auditoria – Consultoria, nº 1070584/2022, 30/03/2022

Objetivo: Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental executado no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMAD, FEAM, IEF e IGAM.

1. Nota de Auditoria – Avaliação, nº 1281836/2022, 12/08/2022

Objetivo: Avaliação da regularidade das despesas de pessoal pagas com recursos da Fonte 95 pela Fundação Estadual do Meio Ambiente.

2. Relatório de Auditoria – Consultoria, nº 1252580/2022, 31/08/2022

Objetivo: Consultoria para a elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

3. Relatório de Auditoria, nº 1306464/2022, 07/12/2022

Objetivo: Auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar, em nível de componente, o grau de maturidade dos controles internos da Fundação Estadual do Meio Ambiente, cujas competências estão previstas no Decreto Estadual nº 47.760 de 20 de novembro de 2019; contemplou um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da FEA e estão relacionados com a estrutura, com a operacionalização do trabalho e com as atividades de gestão.

Recomendações:



1. Identificar o nível de maturidade institucional quanto à gestão de riscos;
2. Incentivar e criar cronograma, a médio prazo, para a realização de consultorias em gerenciamento de riscos;
3. Elaborar e publicar a política de gestão de riscos, em conjunto com as demais casas do SISEMA. Importante que sejam contemplados riscos relacionados a fraude e corrupção (integridade) e mudanças significativas em termos macro;
4. Assegurar que a política de gestão de riscos supracitada contemple a identificação dos riscos, hierarquização e que se tenham avaliações periódicas.
5. Ampliação das atividades de controle para reduzir ou mitigar os riscos;
6. Criação de métricas, e reproduzidas em relatórios, para examinar se foram estabelecidas medidas de desempenho acerca da plena implantação da segregação de funções;
7. Desenvolvimento de Política Própria de Segurança de Informação e de Plano Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que contemple, inclusive, incidentes de segurança, e que preveja indicadores e relatórios periódicos de desempenho;
8. Desenvolvimento de políticas de comunicação e programas de treinamentos acerca de temas de segurança da informação;
9. Desenvolvimento de procedimentos para reavaliar e atualizar controles quando são constatadas mudanças de pessoas, processos e tecnologia.

O plano de ação referente ao Relatório de Auditoria, nº 1306464/2022 foi elaborado em 2023, com o cumprimento das recomendações previstas para o fim do referido ano.

## 2.3 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

No exercício de 2022 foi realizado o trabalho de avaliação da estrutura de controle interno em nível de entidade da Fundação Estadual do Meio Ambiente, Relatório de Auditoria nº 1306464/2022, de 07/12/2022, no qual constam os riscos relativos à governança, gerenciamento de riscos e controles internos.

Foi percebida uma evolução nos componentes avaliados, quais sejam: Avaliação de Riscos (de 27,1% para 34,4%) e Atividade de Controle (de 41,7% para 58,3%). Tal evolução demonstra o compromisso da gestão com o tema.

Acerca do componente Avaliação de Riscos, os achados identificados foram: processos críticos não identificados; processos não são hierarquizados de acordo com seu respectivo nível de criticidade; riscos dos processos não são identificados e classificados; não são feitas avaliações periódicas para avaliação dos riscos dos processos; não há política de gestão de riscos formalizada e aprovada que contemple, inclusive, riscos relacionados a fraude e corrupção (integridade) e que contemple mudanças significativas em termos macro.

Acerca do componente Atividade de Controle, os achados identificados foram: atividades para reduzir ou mitigar riscos ainda em estágio inicial; inexistência de relatórios de acompanhamento de acompanhamento (ou documentos equivalentes), para examinar se foram estabelecidas medidas de desempenho que permitam avaliar se as políticas e procedimentos para a segregação de funções adotados são ou não efetivas; inexistência de política própria de segurança da informação e de plano geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que contemple, inclusive, incidentes de segurança; comunicação e programas de treinamentos (apesar da realização esporádica) incipientes acerca de temas de segurança da informação; inexistência da avaliação periódica, através de indicadores, e de relatórios periódicos acerca da Segurança da Informação; inexistência de procedimentos para reavaliar e atualizar controles quando são constatadas mudanças de pessoas, processos e tecnologia.

Foi elaborado plano de ação para atender às recomendações com conclusão prevista até o fim de 2023.

O referido relatório consta no Anexo IV.





## 2.4 DEMONSTRATIVO DOS BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS DECORRENTES DA ATUAÇÃO AO LONGO DO PERÍODO:

Abaixo, constam os benefícios financeiros e não financeiros decorrentes da atuação da Controladoria Seccional da FEAM no ano de 2022.

Título da ação	Tipo do Benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e Repercussão	Valor (R\$-)
RA 1370.0023.21 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes	Não-financeiro	A partir dos informes periódicos acerca de ética pública, espera-se que os servidores tenham maior clareza acerca do melhor proceder ético em suas atividades do dia-a-dia.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Implantação da agenda para transparência	Não-financeiro	Prevenir a ocorrência de conflito de interesses; aprimorar o controle social; servir de referência positiva entre pares da Administração Pública Estadual; melhorar a imagem institucional; promover a transparência; e ampliar as relações de confiança com stakeholders.	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Interinstitucional/Transversal, Nacional ou Sociedade Nacional	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Garantir a adequada gestão do conhecimento em momentos chave de alteração	Não-financeiro	Garantir a adequada gestão do conhecimento em momentos chave de alteração.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Órgão Superior/Estratégica ou Sociedade Regional	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Avaliação para favorecer um melhor exercício do trabalho da comissão de Ética	Não-financeiro	A avaliação anual das ações desenvolvidas pela comissão de ética possibilita a verificação dos desafios enfrentados durante o ano e a proposição de novas ações e posturas que favoreçam um melhor exercício do trabalho da Comissão de Ética.	Aperfeiçoamento do compliance/conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Definir as Competências Técnicas e atualizar as competências essenciais e gerenciais	Não-financeiro	O mapeamento das competências técnicas permite completar o ciclo de levantamento de competências institucionais realizados anteriormente (essenciais e gerenciais). Com as competências técnicas mapeadas, torna-se possível desenvolver capacitações voltadas para as reais necessidades apuradas pelo processo de avaliação de desempenho ou outros métodos,	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica



Título da ação	Tipo do Benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e Repercussão	Valor (R\$-)
		aumentando a efetividade dos investimentos em capacitação.			
RA 1370.0023.21 - Comissão de Ética Proativa – AEC	Não-financeiro	A regularidade de reuniões possibilita a continuidade de atividades da Comissão e fortalece a cultura de integridade do órgão.	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Indicadores de desempenho – AEC	Não-financeiro	Foi feita uma avaliação dentro do Sisema com relação a todos os sistemas que tem serviços com relação à pesquisa de satisfação, no momento está sendo feito um trabalho de padronização destas pesquisas de satisfação para posterior ampliação do serviço. No âmbito da FEAM não existe nenhum serviço com este tipo de pesquisa, mas foi indicada a implantação desta iniciativa quanto ao serviço do MTR.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – Divisão por núcleos dos bens do gabinete da FEAM – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Organizar a unidade gabinete e atribuir os bens de cada núcleo	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – Levantamento de cessão e permissão de uso e registros desatualizados – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Realizar levantamento de documentos de cessão / permissão de uso e registros desatualizados, bem como criação de controle.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – RA 1115550 – Cronograma Patrimonial – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Criar cronograma de implementação e monitoramento das ações de patrimônio.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 - Comunicados de Localização - Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Criar comunicados via ASCOM para buscar identificar sua localização; oficiar unidades administrativas regionais da SEMAD, IEF e IGAM solicitando que verifiquem in loco a existência do bem em sua unidade.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica



Título da ação	Tipo do Benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e Repercussão	Valor (R\$-)
RA nº 1340.1478.20 – Efetuar os cálculos do serviço de locação de veículos com motoristas – TP48	Financeiro <sup>1</sup>	Efetuar os cálculos do serviço de locação de veículos com motoristas.  Registra-se que foi recebido valor devido à locação de veículos com motoristas do TP48. Recebimento de R\$ 489,95.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	R\$ 489,95
RA nº 1340.1478.20 – Efetuar os cálculos de cartão de identificação do plano de saúde – TP48	Financeiro <sup>2</sup>	Efetuar os cálculos, por meio da área técnica correspondente, referente à cobrança pelo fornecimento de cartão de identificação na execução do contrato de plano de saúde – TP48. Recebimento de R\$ 1.521,31.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	R\$ 1.521,31
RA 1252580 – Alinhamento AGE – GR NAI	Não financeiro	Reuniões mensais entre Sisema e AGE para alinhamento acerca das situações dos processos vinculados aos Autos de Infração e posicionamento acerca de andamento judicial dos mesmos.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1252580 – Curso Capacitação dos Conselheiros do Copam – GR NAI	Não financeiro	Capacitar os Conselheiros do Copam. Curso disponibilizado no Trilhas do Saber do Sisema.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA nº 1370.1431.17 - Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança - Santarém	Não financeiro	Atendimento, por parte da empresa Samarco de relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Interinstitucional/Transversal, Nacional ou Sociedade Nacional	Não se aplica

<sup>1</sup> No sistema e-Aud consta como benefício não-financeiro pela limitação sistêmica que só permite atribuir como benefício financeiro se o valor foi superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

<sup>2</sup> No sistema e-Aud consta como benefício não-financeiro pela limitação sistêmica que só permite atribuir como benefício financeiro se o valor foi superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

## 2.5 RESULTADO DO MONITORAMENTO DAS DECISÕES EXPEDIDAS POR ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO, PELO CONSELHO FISCAL E PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, SE HOUVER:

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais efetuou as seguintes recomendações com as respectivas providências adotadas pela Fundação Estadual do Meio Ambiente:

### 1. Processo 1071389

Exercício de Referência: 2018

Recomendações efetuadas: recomendar ao atual gestor que alerte o setor contábil para que adote as providências necessárias ao aprimoramento dos controles referentes aos pagamentos de encargos financeiros, com a realização de registros individualizados que permitam identificar a origem dos atrasos na quitação de despesas evidenciados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como que promova a discriminação entre o valor principal e os encargos financeiros da Dívida Ativa não Tributária.

Providências adotadas pela entidade: Acerca dos pagamentos de encargos financeiros, importante ressaltar que, desde 2020, com a melhora da situação financeira do Estado de Minas Gerais, não estão tendo atrasos nos pagamentos, portanto, não gerando encargos financeiros. Contudo, foram tomadas providências, pela GECON/FEAM, quanto a execução de despesas que porventura tenham cobrança de encargos financeiros com a observação e execução (empenho e liquidação) em separado.

Quanto a demonstração entre o valor principal e encargos financeiros da Dívida Ativa Não Tributária, está em desenvolvimento, no SISEMA, um novo sistema de controle de multas e autos de infração. Foi solicitada reunião com os desenvolvedores para que seja inserido um mecanismo que possibilite a contabilização de forma individualizada.

Recomendações efetuadas: recomendar ao atual gestor que, em conjunto com o Controle Interno, mantenha este Tribunal informado sobre os resultados das medidas implementadas para a regularização das impropriedades relativas à gestão patrimonial.

Providências adotadas pela entidade: foi elaborada Nota de Auditoria acerca da Gestão Patrimonial, em 07/12/2021 com diversos pontos de melhoria para a Gestão Patrimonial da FEAM. Foi elaborado plano de ação pela gestão. As ações estão em andamento, com previsão de encerramento até o meio do ano de 2023. O Tribunal de Contas será devidamente oficiado quando da conclusão do plano de ação e dos resultados monitorados pela Controladoria Seccional.

### 1. Processo 1095451

Acerca do “Relatório de levantamento com objetivo de conhecer a estrutura, a organização e o funcionamento dos controles e da gestão de risco da atividade minerária no Estado de Minas Gerais”, foram elaboradas recomendações em alguns documentos, tais como Relatório de Levantamento, Relatório Final, Acórdão e o Relatório de Monitoramento, este último, em 27 de março de 2023.

Foi realizada a recomendação para que fosse feita a apresentação de novo cronograma de publicação do Inventário ano base de 2020, para fins de monitoramento por este Tribunal em 90 dias, que foi atendida pela gestão da FEAM por meio da publicação do Inventário em Barragens do Estado de Minas Gerais.

Constatou-se que 2 (duas) recomendações não foram atendidas pela FEAM quando o Relatório de Monitoramento supracitado, quais sejam:

2. Informe a este Tribunal a relação das barragens cadastradas em seu banco de dados que possuem e não possuem Plano de Segurança de Barragem e o Plano de Ação Emergencial; para aquelas que não disponham dos referidos planos, apresente cronograma de adoção de medidas para regularizar a situação, para fins de monitoramento por este Tribunal;
3. Apresente a lista das barragens cadastradas no banco de dados cujos Planos de Ação de Emergência – PAE foram ou não disponibilizados no órgão ambiental, bem como nas prefeituras à jusante, e apresentem o cronograma para regularizar a situação no caso de ausência dos referidos planos no órgão ambiental e nas prefeituras à jusante das barragens.

Acerca das mesmas foi recebida, por meio do Memorando.FEAM/GAB.nº 502/2023, que:

Visando à obtenção dos dados necessários ao atendimento de expediente similar tratado no bojo do Processo SEI 1370.01.0056484/2020-45, a Feam em articulação com a Semad, adotaram as tratativas internas abaixo listadas, conforme relatado no Memorando.SEMAD/SURAM.nº 285/2023 e nos documentos emitidos pelo Gabinete da Feam:

a) 30 de agosto de 2022: inserção do ponto de pauta “3) Alinhamento PAE – Plano de Ação de Emergência” na 56ª Reunião Gerencial das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – Suprams e Superintendência de Projetos Prioritários – Suppri, onde foi explanado pela Feam o procedimento de recebimento dos PAEs e envio para análise dos órgãos competentes, sendo destacado a necessidade de acompanhamento das Suprams quanto a tal envio. Na oportunidade foi acordado que a Feam encaminharia à Semad planilha contendo as barragens em que não se identificou envio dos PAEs a Feam, conforme levantamento realizado no Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens – Sigibar;

b) 26 de dezembro de 2022: a Feam encaminhou a Asger a referida listagem, para que esta fizesse as articulações junto às Suprams;

c) 28 de dezembro de 2022: a Asger enviou e-mail a todas as Suprams com orientação para que fosse informado o número do Processo do Sistema Eletrônico de Informações – SEI referente à apresentação do PAE, bem como a confirmação da execução do procedimento de rotina supramencionado.

2. Considerando o levantamento realizado pelas Suprams, a SURAM não considerou possível consolidar os dados, em especial os referentes a empreendimentos que não haviam feito protocolo de PAE, razão pela qual foi apresentada nova proposta de cronograma, a saber:

d) 28 de fevereiro de 2023: prazo final para devolutiva das Suprams e envio para validação da Feam;

e) 10 de março de 2023: compilação dos dados e identificação dos empreendimentos com PAE apresentado e envio dos respectivos processos administrativos à Feam.

3. Em seguida, a planilha seria enviada à Feam para validação, o que ocorreu no dia 23 de março de 2023, mediante o compartilhamento de link.

4. Cumpre ressaltar que compete à Feam receber os processos oriundos das SUPRAMs, proceder à triagem e à tramitação para todos os entes e órgãos responsáveis pela análise dos PAEs, bem como avaliar os estudos de cenário de rupturas e os mapas da mancha de inundação, conforme disposto no artigo 8º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM/IGAM nº 3.181, de 2022.

5. Destaca-se, contudo, que não há plataforma ou Sistema Eletrônico, nos moldes do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, destinado exclusivamente para protocolo, gestão e elaboração de análises dos PAE. Diante desse contexto, embora o Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens - Sigibar seja uma plataforma online, hospedada dentro do Portal Ecosistemas, que visa subsidiar a gestão ambiental de barragens do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, em especial quanto à classificação do potencial de dano ambiental das estruturas, relatórios de auditoria técnica de segurança e Declaração de Condição de Estabilidade - DCE. Sendo assim, o SIGIBAR não contém módulo ou campo específico para o protocolo ou informações sobre os PAEs, tendo em vista que tais documentos devem compor o processo de licenciamento ambiental e devem ser recebidos pelas unidades da Semad responsáveis pela regularização ambiental, conforme preveem os artigos 10 e 16 do Decreto nº 48.078, de 2020.

6. Ademais, nos termos do artigo 5º da Portaria FEAM nº 679, de 06 de maio de 2022, o cadastro e o lançamento no SIGIBAR dos dados necessários para a classificação das barragens deverão ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias após a concessão da licença de operação. Portanto, as estruturas constantes no SIGIBAR restringem-se tão somente as que já se encontram em operação, não abrangendo as que estão em fase de licença de instalação, momento em que por força legal o PAE deve ser apresentado pelo empreendedor.

7. Sendo assim, a análise da planilha compartilhada pela SURAM resultou na constatação de que atualmente existem 326 (trezentos e vinte e seis) barragens cadastradas, nos termos da Portaria FEAM nº 679, de 06 de maio de 2022, no Sistema de Informações de Gerenciamento de Barragens - Sigibar, ou seja, com Plano de Ação de Emergência - PAEs em potencial.

8. Neste sentido, restou evidenciada a redução do número de barragens reportado pelo Memorando FEAM/GAB nº 293/2023 (64942952), fato que decorre da consolidação da base de dados do SIGIBAR realizada pela Feam, em cumprimento ao disposto na Lei Estadual 23.291/2019 e em seus regulamentos, em especial no tocante à conclusão de processos de descaracterização de barragens e de descadastramento de estruturas que estão desprovidas das características previstas no parágrafo único do artigo 1º da Lei Estadual nº 23.291, de 2019.

9. Portanto, dentre as 326 barragens identificadas, até o momento 147 (cento e quarenta e sete) processos de PAEs não aportaram na fundação, seja por ausência de protocolo pelo empreendedor, ou por estarem inseridos em processos de licenciamento e ainda não terem sido localizados pelas Suprams. Dos 179 (cento e setenta e nove) processos relacionados a PAEs que já aportaram na Feam, 44 (quarenta e quatro) demandam saneamento por parte das SUPRAMs ou da SUPPRI.





10. Em atenção ao reportado pela Feam, a SURAM informou no Memorando.SEMAD/SURAM.nº 285/2023 que orientou as SUPRAMs e SUPPRI para oficiarem, até a data de 05 de maio de 2023:

a) os empreendimentos em que não se identificou a apresentação do PAE,

b) os empreendimentos em que se verificou a necessidade de saneamento.

11. No caso dos empreendimentos cujos PAEs tenham sido apresentados no bojo dos processos de licenciamento ambiental, SUPRAMs e SUPPRI oficiarão para que o façam no prazo de dez dias, observando as orientações contidas na página da Feam.

12. Ademais, nos casos dos PAEs não apresentados, vencido o prazo de dez dias sem que haja retorno à notificação encaminhada pelo órgão ambiental, a SURAM orientou SUPRAMs e SUPPRI no sentido de que sejam adotadas as medidas previstas no Decreto nº 47.383, de 02 de março de 2018.

Constamos que consta no processo Sei! MG 1520.01.0004051/2023-52, planilha com a lista de barragens com os Plano de Ação de Emergência disponibilizados. Foi feito trabalho para consolidação dos PAEs já disponibilizados à FEAM, bem como dos não recebidos.

Acerca da apresentação do PAE aos municípios à jusante, está em tramitação na Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 74/2023 que altera o § 2º do art. 9º da Lei nº 23.291, de 25 de fevereiro de 2019, que institui a Política Estadual de Segurança de Barragens.

## 2.6 DEMONSTRATIVO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS:

Em 2022, a Controladoria Seccional da FEAM participou das seguintes capacitações em auditoria, conforme informado no apêndice IX A do Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI), anexo :

- AEGR/CGE - Nova Resolução e metodologia classificação denúncias
- Treinamento ouvidoria.
- Certificações ISO 37001 e ISO 37301 e a sua contribuição à governança
- Transformação do Controle Externo e o Mundo Digital
- Treinamento da STI/Sisema - DISTI - acerca da Segurança da Informação.
- Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da SEF
- Semana Internacional do Controle Interno
- Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
- Curso Conflito de Interesses
- WEBINAR - Conceitos básicos de consultoria na auditoria interna
- Auditoria Baseada em Riscos
- Comissão de Ética
- Tardes de Conhecimento - 2022 - 6º Encontro - "Repercussão das alterações da Lei de Improbidade Administrativa junto aos Tribunais de Contas"
- Inserção Trabalho AEC no e-Aud
- O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
- Controle Interno e Governança Ambiental
- TCU - Evento 2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Transparência
- Capacitação sobre LAI
- Vamos falar de Auditoria?



## 2.7 OUTRAS ATIVIDADES RELEVANTES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2022:

No que tange à Transparência e Integridade, a Controladoria Seccional da FEAM participou do Ciclo de Oficinas para Desenvolvimento do Controle Social no âmbito do Controle Interno. Foi realizada a gestão do SISPMPI, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do Sisema. Foram, ainda, elaborados relatórios para o Fomento à Abertura de Dados.

No que tange à Correição Administrativa, a Controladoria Seccional da FEAM revisou relatório de procedimento preliminar de correição, atuou esclarecendo pontos acerca do desaparecimento e furto de bens quando em posse de servidores.

Anexo ao presente documento, será anexado o Relatório de Atividade de Controle Interno do Sisema, referente ao ano de 2022; nele constam todas as atividades de Transparência e Integridade e de Correição Administrativa, bem como as de Auditoria.



### 3 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Inicialmente, tem-se que o artigo 5º da Lei Federal 8.666/1993 dispõe que:

Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada.

Assim, conforme procedimentos sugeridos no Roteiro para Elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão da administração direta, autarquias, fundações e fundos estaduais, estabelecido pela Ordem de Serviço CGE/AUGE nº 04/2023, publicada em 02 de março de 2023, procedeu-se à eleição de amostra de pagamentos efetuados com recursos da FEAM, de modo a verificar se no âmbito da gestão da Fundação são observadas as disposições do artigo 5º da Lei Federal nº 8.666/1993, isto é, se os pagamentos das obrigações relativas ao fornecimento de bens, às locações, à realização de obras e à prestação de serviços obedecem à ordem cronológica da data de emissão/registro da liquidação da despesa.

Foram identificados pagamentos nas seguintes fontes<sup>3</sup>:

- 24 – Convênios com a União e suas Entidades – Exceto Emendas Individuais e de Bancada;
- 31 – Utilização de Recursos Hídricos;
- 45 – Doações de Pessoas Físicas Ou Jurídicas, de Instituições Privadas ou do Exterior a Órgão e Entidades do Estado;
- 52 – Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental;
- 60 – Recursos Diretamente Arrecadados;
- 72 – Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários;
- 95 – Recursos Recebidos por Danos Advindos de Desastres Socioambientais.

<sup>3</sup> Conforme Classificar Econômico da Despesa, elaborado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag) – atualização em 10/12/2019, tratam-se de recursos provenientes de indenização aos Estados e Municípios pela exploração, em seus territórios, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica.

Avaliou-se, de acordo com os critérios para eleição da amostra, os pagamentos nas seguintes fontes:

- 24 – Convênios com a União e suas Entidades – Exceto Emendas Individuais e de Bancada – 5 (cinco) pagamentos;
- 31 – Utilização de Recursos Hídricos – 7 (sete) pagamentos;
- 72 – Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários – 38 (trinta e oito) pagamentos.

Importante ressaltar que os pagamentos realizados na Fonte 95 foram analisados em trabalho de auditoria citado no presente Relatório.

Ademais, avaliou-se, de acordo com os critérios para eleição da amostra<sup>4</sup>, os pagamentos relativos aos seguintes elementos-item de despesa:

- 30 – MATERIAL DE CONSUMO – 05 – MATERIAL PARA ESCRITÓRIO;
- 30 – MATERIAL DE CONSUMO – 25 – MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS;
- 30 – MATERIAL DE CONSUMO – 26 – COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS AUTOMOTORES;
- 30 – MATERIAL DE CONSUMO – 41 – MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA;
- 33 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO – 04 – PASSAGENS – PESSOA JURÍDICA
- 37 – LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA – 04 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS
- 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - 04 – CONFECÇÃO EM GERAL
- 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - 17 – LOCAÇÃO DE VEÍCULOS
- 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - 31 – LOCAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS
- 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – 43 – SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEÍCULOS
- 39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – 87 - SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIEMNTO DE COMBUSTÍVEL
- 40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA – 02 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- 40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA – 03 – SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EXECUTADOS PELA PRODEMGE
- 40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -

<sup>4</sup> Amostra obtida após terem sido desconsideradas as despesas cuja natureza não se sujeita às regras do art. 5º, caput, da Lei nº 8.666/1996. Foram desconsiderados ainda, para efeito de composição da amostra, os meses nos quais houve pagamento para apenas um fornecedor, impedindo, portanto, a realização de comparação para verificação se houve algum tipo de preterição. Por fim, selecionados os 3 (três) pagamentos de cada fornecedor, ou todos, caso o fornecedor tenha número igual ou inferior a 3 pagamentos.

#### PESSOA JURÍDICA – 04 - SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO

- 52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 01 - AERONAVES E COMPONENTES ESTRUTURAIS;
- 52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 07 – EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA;
- 52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 25 – MATERIAL DE SEGURANÇA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS;
- 52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE – 26 – EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO.

#### Critério:

Constituição Federal, art. 37; Lei nº 8.666/1993, arts. 5º, 40, XIV, “a” e 92; art. 141 da Lei nº 14.133/2022; Lei nº 4.320/1964, art. 62 e 63; Parecer AGE n. 16.279, de 18 de novembro de 2019; e Orientação Técnico-Jurídica AGE nº 01/2016.

#### Condição:

**Fonte 24 – Convênios com a União e suas Entidades – Exceto Emendas Individuais e de Bancada**

Da avaliação procedida sobre a amostra de 5 (cinco) pagamentos no âmbito da FEAM efetivados no ano-exercício de 2022, foi constatado que 2 (dois), correspondente a 40,0% (quarenta por cento), obedeceram a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e 3 (três), isto é, 60,0% (sessenta por cento) dos pagamentos não obedeceram a ordem cronológica<sup>5</sup>.

Através do Memorando.FEAM/GECOF.nº 107/2023, foi esclarecido que trata-se de pagamento de Convênio de Entrada, em que os pagamentos são feitos por OBTV<sup>6</sup>, na Plataforma +Brasil. Foi confirmada a justificativa através do extrato bancário da conta junto ao Banco do Brasil, agência 1615-2, conta corrente 22828-1; no referido extrato consta a emissão de ordem bancária. A justificativa tem os seguintes termos:

Em atendimento ao item 1 do Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 101/2023, esclarecemos que o pagamento das despesas de convênio de entrada, no caso, o convênio firmado entre a FEAM e Ministério de Meio Ambiente - MMA é realizado por meio de OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária na plataforma mais Brasil, sendo debitado diretamente da conta corrente e creditado na conta do fornecedor. No caso em tela, o pagamento foi realizado obedecendo a data de vencimento da fatura, ou seja, dia 23/05/2022 conforme verifica-se no extrato da conta bancária do convênio do mês maio de 2022.

**Fonte 31 – Utilização de Recursos Hídricos**

Da avaliação procedida sobre a amostra de 7 (sete) pagamentos no âmbito da FEAM efetivados no ano-exercício de 2022, foi constatado que não houve desobediência a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades<sup>7</sup>.

**Fonte 72 – Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários**

<sup>5</sup> A amostra avaliada consta no Apêndice B deste Relatório de Auditoria.

<sup>6</sup> Ordem bancária de transferência voluntária.

<sup>7</sup> A amostra avaliada consta no Apêndice B deste Relatório de Auditoria.

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

Da avaliação procedida sobre a amostra de 38 (trinta e oito) pagamentos no âmbito da FEAM efetivados no ano-exercício de 2022, foi constatado que 26 (vinte e seis), isto é, 68,42% (sessenta e oito virgula quarenta e dois por cento), obedeceram a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades e 12 (doze), correspondente a 31,58% (trinta e um virgula cinquenta e oito cento) dos pagamentos não obedeceram a ordem cronológica<sup>8</sup>.

Diante disso, por meio do Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 101/2023º, solicitou-se às unidades financeiras da FEAM (Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças e à Gerência de Logística, Compras e Contratos, informações acerca do não obediência da ordem cronológica e/ou publicação das razões de interesse público e prévia justificativa da autoridade competente, que subsidiaram os pagamentos realizados em desobediência à ordem cronológica no âmbito da FEAM. Em resposta, a área responsável encaminhou o Memorando.FEAM/GELOG.nº 40/2023:

Por meio do referido Memorando.FEAM/GELOG.nº 40/2023 elucidou que:

Com cordiais cumprimentos e em atenção ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 101/2023 (64761474), informo que relativo ao item 2, o qual questiona sobre o pagamento via fonte 72 para a empresa Vibra Energia S/A, foi realizado fora da ordem cronológica, pois apesar da assinatura dos atestes (56398544) (56450351) (56450955) ter ocorrido próximo a data de entrega do combustível, o referido documento, bem como as notas fiscais (56397483) (56450064) (56450538) não foram encaminhados, no prazo. Solicitamos por diversas vezes o envio pela Seplag, pelo fato do mesmo não constar no sistema, porém só foram encaminhados em novembro conforme consta no andamento do processo. Assim que ocorreu o envio, solicitamos a Vibra a retirada de juros, uma vez que o processo não seguiu o fluxo correto, pedido este acatado pela empresa.

Imagem com a comprovação de quando a Nota Fiscal foi anexada ao processo SEI 2090.01.0000590/2021-52

Administração	2090 01 0000590/2021-52	21/11/2022 09:44	FEAM/GELO	Gerado documento público 56452041 (Despacho 267)
Controle de Processos	Certidão LRA-MP - 4	21/11/2022 09:43	FEAM/GELO	Arquivo <u>MANE NFE 3767909.pdf</u> anexado no documento 564520328 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Iniciar Processo	Consulta CADIN - V			
Relatório Programado	Autorização FEAM	21/11/2022 09:43	FEAM/GELO	Anexo <u>NF 3767909 FEAM.PDF</u> removido do documento 564520328 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Pesquisa	Memorando 100 (57)			
Base de Conhecimento	Nota Jurídica nº 37			
Textos Padrão	Nota Explicativa FE	21/11/2022 09:42	FEAM/GELO	Arquivo <u>contratador nfo.pdf</u> anexado no documento 56397883 (Nota Fiscal nº 3767095 - Diesel)
Modelos Favoritos	Termo Aditivo FEAM			
Blocos de Assinatura	Publicação 2º Term	21/11/2022 09:42	FEAM/GELO	Anexo <u>NF 3767095 Diesel FEAM.pdf</u> removido do documento 56397883 (Nota Fiscal nº 3767095 - Diesel)
Blocos de Reunião	Relatório de Confor			
Blocos Internos	Relatório de Confor	21/11/2022 09:41	FEAM/GELO	Arquivo <u>Email - Maria Aparecida Pereira Barbosa - Outlook.pdf</u> anexado no documento 564515095 (Email Dados bancários)
Processos Tramitados Externamente	Despacho 265 (561)			
Processos Sobretomados	<u>Nota Fiscal nº 3767</u>	21/11/2022 09:41	FEAM/GELO	Registro de documento externo recebido 564615095 (Email Dados bancários), Informação Pessoal (Art. 31 de Lei nº 12.527/2011)
Acompanhamento Especial	Atesta de Nota Fisc			
Marcadores	Nota Fiscal nº 3767	21/11/2022 09:37	FEAM/GELO	Arquivo <u>ATESTA NF 3767909 FEAM.pdf</u> anexado no documento 564520328 (Atesta de Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Pontos de Controle	Atesta de Nota Fisc			
Estatísticas	Nota Fiscal nº 3767	21/11/2022 09:37	FEAM/GELO	Registro de documento externo público 564520555 (Atesta de Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Relatórios	Email Dados banca			
Grupos	Despacho 267 (564)	21/11/2022 09:34	FEAM/GELO	Arquivo <u>NF 3767909 FEAM.PDF</u> anexado no documento 564520328 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Links Úteis	<u>VII</u>			
	Anexo LIQUIDAÇÃO	21/11/2022 09:34	FEAM/GELO	Registro de documento externo público 564520328 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
	Anexo LIQUIDAÇÃO			
	Anexo OP 845 (566)			
	Anexo OP 846 (566)	21/11/2022 09:32	FEAM/GELO	Arquivo <u>ATESTA NF 3767909 FEAM.pdf</u> anexado no documento 564520328 (Atesta de Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)

As possíveis causas e consequências quanto à condição evidenciada, no que se refere à avaliação da cronologia de pagamentos, bem como as medidas adotadas pela gestão, além de externalidades que possam ter comprometido o alcance dos objetivos por parte da gestão do fundo encontram-se relacionadas no Quadro a seguir.

<sup>8</sup> A amostra avaliada consta no Apêndice B deste Relatório de Auditoria.

<sup>9</sup> Documento 64761474, processo SEI 1520.01.0000728/2023-48.

Possíveis causas e consequências quanto às condições evidenciadas, bem como as medidas adotadas pela gestão, externalidades que possam ter comprometido o alcance dos objetivos por parte da gestão da FEAM no que tange à cronologia de pagamentos

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993		
CONDIÇÃO:	Da avaliação dos pagamentos realizados na Fonte 24 (Convênios com a União e suas Entidades – Exceto Emendas Individuais e de Bancada) 3 (três), correspondente a 60,0% (sessenta por cento) dos pagamentos não obedeceram a ordem cronológica.	
CAUSA	CONSEQUÊNCIA	EXTERNALIDADES
Pagamento realizado dentro da cronologia e quitação financeira escritural realizada com atraso	Conclusões prévias de descumprimento da ordem cronológica.	Plataforma +Brasil não ser integrada com o SIAFI.

Acerca da condição supracitada, recomenda-se que seja feita a quitação financeira escritural de modo mais célere.

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CAPUT DO ARTIGO 5º DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993			
CONDIÇÃO:	Da avaliação dos pagamentos realizados na Fonte 72 (Taxa de Fiscalização de Recursos Minerários) 12 (doze), correspondente a 31,58% (trinta e um virgula cinquenta e oito cento) dos pagamentos não obedeceram a ordem cronológica.		
CAUSA	CONSEQUÊNCIA	MEDIDAS ADOTADAS PELA GESTÃO	EXTERNALIDADES
Demora no envio do ateste da Nota Fiscal pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	Realização de pagamentos fora da ordem cronológica de registro/emissão do documento de liquidação.	Cobrança incessante pela GELOG para o recebimento da Nota Fiscal com o devido ateste.	Dependência de terceiros para o ateste e envio da Nota Fiscal, quais sejam, Polícia Militar e SEPLAG.

Acerca da condição supracitada, recomenda-se que seja melhorado o fluxo de ateste e envio da Nota Fiscal em acordo com a Polícia Militar e a SEPLAG com o intuito de descumprir a ordem cronológica de pagamentos da FEAM.

Conclusão:

Nesse contexto, por meio dos esclarecimentos da GECOF e da GELOG da FEAM, percebe-se que foram constatadas inconsistências na cronologia dos pagamentos. A primeira condição constatada, apesar de não desobedecer a cronologia do efetivo pagamento, a quitação financeira escritural foi feita com atraso. A segunda condição constatada desobedeceu a ordem cronológica por fatores alheios à gestão da FEAM, entretanto, a mesma ocorreu.





#### 4 RESULTADO DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICÁCIA E À EFICIÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL:

A avaliação dos resultados quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente ano-exercício de 2022 realizou-se nos termos demonstrados nos subitens a seguir, conforme procedimentos sugeridos no Roteiro para Elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão da Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais, instituído pela Ordem de Serviço CGE/AUGE nº 04/2023, publicada em 02 de março de 2023.

Em resumo, identificou-se as condições demonstradas no Quadro 2 quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente para o exercício de 2022.

QUADRO 2: Eficácia e eficiência – exercício de 2022  
Gestão orçamentária, financeira e patrimonial da FEAM  
Quadro Resumo

Gestão	Eficácia	Eficiência
Orçamentária	Parcialmente Eficaz	Parcialmente Eficiente
Financeira	Eficaz	Eficiente
Patrimonial	Eficaz	Parcialmente Eficiente

#### 4.1. Gestão Orçamentária

No intuito de verificar o desempenho consolidado dos programas e/ou das ações/projetos/operações especiais no âmbito da FEAM, procedeu-se à avaliação quanto à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária da FEAM no ano-exercício de 2022.

Eficiência e eficácia das dimensões física ou orçamentária da ação dos programas e das ações/projetos/operações especiais, conforme previsto no CF/1988, arts. 70, caput, 74, inciso II; CE/MG/1989, art.13, 40, inciso I, 81, inciso II; Manual do Sigplan/Seplag, páginas 41 e 42, e Manual do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (TCEMG); orientações da AUGÉ.

A gestão orçamentária da FEAM no ano-exercício de 2022 apresentou-se parcialmente eficaz e parcialmente eficiente.

Tal conclusão se assenta nos seguintes parâmetros e ocorrências:

a) Relativamente à eficácia da gestão orçamentária:

A eficácia da gestão orçamentária é obtida a partir do alcance de objetivos e metas de desempenho previamente definidos, aliado à observância de prazos estabelecidos e sem preocupação com a avaliação dos custos envolvidos, na consecução dos “Projetos-Atividades-Operações Especiais” (P/A/OE) associados à FEAM.

A mensuração da eficácia da gestão orçamentária foi precedida da análise da relação entre o resultado físico alcançado e o resultado físico previsto para cada P/A/OE na Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme a equação a seguir.

Coeficiente de Eficácia (E <sub>A</sub> %)=	$\frac{\text{Meta física realizada}}{\text{Meta física prevista}} \times 100$
---	---

O desempenho de cada P/A/OE é determinado conforme os seguintes referenciais:

- Status satisfatório: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada. Especificamente para o índice de eficiência, a faixa de desempenho satisfatório situa-se igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3;
- Status crítico: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será crítico



se a apuração for inferior a 0,7;

- Status subestimado: dimensões físicas ou orçamentárias da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3;

A eficácia da gestão orçamentária (considerando-se a totalidade dos P/A/OE) é avaliada com base no respectivo Índice de Eficácia (IA%), ou seja, na percentagem dos P/A/OE quanto à eficácia, nos seguintes termos:

- Gestão Orçamentária Eficaz: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada;
- Gestão Orçamentária Parcialmente Eficaz: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada ou quando dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada;
- Eficácia da Gestão Orçamentária Comprometida: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução for igual a zero% da meta programada.

O Índice de Eficácia (IA%) da gestão orçamentária da FEAM em 2022 foi de 37,5%, nos termos dos dados da execução física da totalidade de P/A/OE da entidade, vide apêndices “B” (Planilha de Avaliação da Gestão Orçamentária) e “C” (Justificativas inseridas no Sigplan).

Os P/A/OE com desempenho não satisfatório quanto à eficácia se encontram relacionados a seguir (vide relação completa de P/A/OE no Apêndice B):

Programa P/A/OE			Eficácia	
Programa	P/A/OE (Código)	Descrição (Produto e Unidade de Medida)	EA %	Desempenho
98	4238	Qualidade do Ar, do Solo e dos Efluentes Líquidos Industriais	140,0	Subestimado
98	4242	Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas	200,0	Subestimado
102	4273	Gestão e recuperação de áreas degradadas, impactadas e contaminadas	198,1	Subestimado
705	2500	Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas	0,0	Crítico
705	7004	Precatórios e Sentenças Judiciais	28,6	Crítico

As principais justificativas apresentadas pelo gestor em face do desempenho não satisfatório de P/A/OE encontram-se relacionadas no Apêndice C do presente relatório (Justificativas para Execução Anômala de Metas de Programas de Governo).

b) Relativamente à eficiência da gestão orçamentária

A avaliação da eficiência da gestão orçamentária é obtida a partir da relação entre resultados produzidos e recursos empregados na consecução dos “Projetos- Atividades-Operações Especiais” (P/A/OE) associados à FEAM.

A mensuração da eficiência da gestão orçamentária deve ser precedida da análise da relação entre: (1) resultados obtidos em face dos previstos (meta física realizada versus meta física prevista) e (2) custos incorridos em face dos previstos (despesa realizada versus despesa fixada) de cada P/A/OE constante da Lei Orçamentária Anual (LOA), conforme a equação a seguir.

Coeficiente de Eficiência (E <sub>i</sub> %) =	Meta física realizada	X 100
	Meta física prevista	
	Despesa realizada	
	Despesa fixada	

O desempenho de cada P/A/OE é determinado conforme os seguintes referenciais:

- Status satisfatório: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada. Especificamente para o índice de eficiência, a faixa de desempenho satisfatório situa-se igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3;
- Status crítico: dimensões físicas ou orçamentárias do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será crítico se a apuração for inferior a 0,7;
- Status subestimado: dimensões físicas ou orçamentárias da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada. Quanto ao índice de eficiência, o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3;

O índice de eficiência mede a correlação entre o desempenho físico e orçamentário até o período monitorado, oferecendo uma comparação entre o custo unitário direto médio planejado e executado. Nesse sentido, esse índice não informa se o custo planejado ou executado é alto ou baixo, mas apenas se o custo apurado no momento da execução foi maior ou menor que o custo programado. A faixa de 0,7 a 1,3 é considerada um intervalo razoável de variação, fora do qual há uma distorção desproporcional entre as taxas de execução física e orçamentária.

Diante do critério estabelecido no Manual do SIGPLAN/SEPLAG, para interpretação do resultado ficam estabelecidos os seguintes critérios:

- Gestão Orçamentária Eficiente: faixa de desempenho satisfatório situa-se igual ou acima de 0,7 e igual ou abaixo de 1,3;
- Gestão Orçamentária Parcialmente Eficiente: o desempenho será crítico se a apuração for inferior a 0,7 ou se o desempenho será subestimado se o respectivo valor for superior a 1,3;
- Eficiência da Gestão Orçamentária Comprometida: o desempenho for igual a zero.

O Índice de Eficiência (I<sub>E</sub>) da gestão orçamentária da FEAM em 2022 foi de 12,5%, nos termos dos dados da execução física da totalidade de P/A/OE da entidade, vide apêndices B (Planilha de Avaliação da Gestão Orçamentária) e C (Justificativas inseridas no SigPlan).

Programa P/A/OE			Eficiência	
Programa	P/A/OE (Código)	Descrição (Produto e Unidade de Medida)	EI %	Desempenho
98	4237	Gestão de Resíduos Sólidos	637,0	Subestimado
98	4238	Qualidade do Ar, do Solo e dos Efluentes Líquidos Industriais	544,5	Subestimado
98	4240	Prevenção de Acidentes e Planejamento Territorial	204,2	Subestimado
98	4242	Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas	466,8	Subestimado
102	4273	Gestão e recuperação de áreas degradadas, impactadas e contaminadas	434,9	Subestimado
705	2500	Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas	0,0	Crítico
705	7004	Precatórios e Sentenças Judiciais	1,9	Crítico

Os P/A/OE com desempenho não satisfatório quanto à eficiência se encontram relacionados a seguir (vide relação completa de P/A/OE no Apêndice B):

As principais justificativas apresentadas pelo gestor em face do desempenho insatisfatório de P/A/OE encontram-se relacionadas no Apêndice C do presente relatório (Justificativas para Execução Anômala de Metas de Programas de Governo).

#### Registro de Achado de Auditoria:

- a) No tocante ao Planejamento Orçamentário da FEAM, nota-se a

necessidade de se implementar critérios mais objetivos e claros para que esse instrumento espelhe o real desenvolvimento dos programas e ações da entidade e não prejudique a alocação eficiente e o dimensionamento adequado dos recursos orçamentários do Estado de Minas Gerais.

- b) Critério: Eficiência e eficácia das dimensões física ou orçamentária da ação dos programas e das ações/projetos/operações especiais, conforme previsto no CF/1988, arts. 70, caput, 74, inciso II; CE/MG/1989, art.13, 40, inciso I, 81, inciso II; Manual do Sigplan/Seplag, páginas 41 e 42, e Manual do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (TCEMG); orientações da AUGÉ.
- c) Condição: Das 8 (oito) ações dos programas e das ações/projetos/operações especiais na FEAM, 3 (três) possuem o coeficiente de eficácia satisfatório. Por sua, o coeficiente de eficiência é satisfatório em 1 (uma) ação dos P/A/OE.
- d) Possíveis Causas:
- Planejamento dos P/A/OE mal dimensionado no planejamento;
  - Ausência de priorização de execução física e financeira da FEAM, tendo em vista que, com a necessidade de priorização de gastos em âmbito estadual, conforme destacado nas justificativas inseridas no Sigplan pela unidade responsável, limitou-se a execução no âmbito da FEAM.
- e) Medidas adotadas pela gestão:

As justificativas apresentadas em face do desempenho insatisfatório de P/A/OE encontram-se relacionadas no Apêndice: Justificativas inseridas no Sigplan quanto à Execução Anômala de Metas de Programas de Governo.

f) Conclusão:

O desempenho consolidado dos programas e/ou dos projetos/ações/operações especiais (P/A/OE) na FEAM em 2022 foi parcialmente eficaz e parcialmente eficiente, tendo em vista os desempenhos subestimados somados aos desempenhos críticos, representando a maior parte dos P/A/OE quanto a execução das metas físicas e desempenhos subestimados e críticos quase a totalidade dos P/A/OE em que houve execução financeira.

Além disso, cumpre realçar que, do montante de R\$ 72.655.660,00 (setenta e dois milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais) estimados no âmbito da LOA como crédito inicial, apenas foram executados R\$ 41.540.385,17 (quarenta e um milhões, quinhentos e quarenta mil, trezentos e oitenta e cinco reais e dezessete centavos), correspondendo a 57,17%



(cinquenta e sete virgula dezessete por cento) do total planejado no âmbito da FEAM.

## 4.2 Gestão Financeira

A gestão financeira da FEAM no ano-exercício de 2022 apresentou-se eficaz e eficiente.

Tal conclusão se assenta nos seguintes parâmetros e ocorrências:

### a) Relativamente à eficácia da gestão financeira

A eficácia da gestão financeira é obtida a partir da observância do limite de disponibilidade financeira para efeito de assunção de compromissos pela entidade.

Nestes termos, a conclusão pela eficácia parcial da gestão financeira da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) se fundamenta nas seguintes constatações:

#### a.1) Disponibilidade financeira versus obrigações

Verificação da existência de recursos financeiros disponíveis suficientes para lastrear os saldos existentes no Passivo Financeiro, mediante análise comparativa das seguintes rubricas contábeis.

### QUADRO COMPARATIVO – DISPONIBILIDADE x OBRIGAÇÕES

DISPONIBILIDADES <sup>10</sup>		
		SALDO ATUAL (R\$)
1.1.1.1.1.01	CAIXA	
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	4.721.796,41
1.1.1.1.1.11.01.04	FUNDOS EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	
1.1.1.1.1.11.01.08	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TITULOS DO TESOURO	
1.1.1.1.1.11.02.03	FUNDO MULTIMERCADO	
1.1.1.1.1.12	VALORES EM TRANSITO - EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	2.507,44
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI	456.334.989,40
1.1.1.1.2.02.99	(-) TRANSFERENCIA FINANCEIRA	
1.1.1.1.2.02.01.01.01	COTA FINANCEIRA A UTILIZAR	0,00
1.1.1.1.2.02.01.01.99	(-) COTA FINANCEIRA AUTORIZADA	
1.1.1.1.2.99	(-) RECURSOS CENTRALIZADOS NA CONTA ÚNICA - CONTAS ARRECADADORAS	
1.1.3.8.2	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	812.065,76
		461.871.359,01

<sup>10</sup> Balancete de encerramento do exercício de 2022 - Anexo RGDRD34T-BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060), Proc. 1520.01.0000728/2023-48



OBRIGAÇÕES <sup>11</sup>		
		SALDO ATUAL (R\$)
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.411.769,95
2.1.2.1.1.01.02	AMORTIZACAO DIVIDA CONTRATUAL / OUTRAS DIVIDAS	
2.1.2.5.1.01.03	CONTRATO - CEMIG - CRC	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	114,85
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	115.218,56
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	0,00
2.1.8.9.1.02	INVERSOES FINANCEIRAS	
2.1.8.9.1.88	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	
2.1.8.9.2.02	RECURSOS FINANCEIROS CENTRALIZADOS CONTA UNICA A REPASSAR - ARRECADACAO DAE	
		1.527.103,36

Quanto à existência de recursos financeiros disponíveis frente os saldos existentes no Passivo Financeiro a situação se apresenta regular, conforme quadro acima.

a.2) Lastro de restos a pagar:

Verificação da existência de recursos financeiros disponíveis, por fonte de recursos, suficientes para lastrear os Restos a Pagar Processados (RPP) e Não Processados (RPNP), mediante consulta aos saldos das seguintes rubricas contábeis.

**QUADRO COMPARATIVO – DISPONIBILIDADE x Restos a Pagar Processados (RPP) e Não Processados (RPNP)**

DISPONIBILIDADES <sup>12</sup>		
		SALDO ATUAL (R\$)
1.1.1.1.1.01	CAIXA	
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	4.721.796,41
1.1.1.1.1.11.01.04	FUNDOS EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	
1.1.1.1.1.11.01.08	FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM TÍTULOS DO TESOURO	
1.1.1.1.1.11.02.03	FUNDO MULTIMERCADO	
1.1.1.1.1.12	VALORES EM TRANSITO - EMPRESAS ESTATAIS DEPENDENTES	
1.1.1.1.2.01.01	RECURSOS DE CONTAS ARRECADADORAS	2.507,44
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI	456.334.989,40
1.1.1.1.2.02.99	(-) TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA	
1.1.1.1.2.02.01.01.01	COTA FINANCEIRA A UTILIZAR	0

<sup>11</sup> Balancete de encerramento do exercício de 2022 - Anexo RGDRD34T-BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060), Proc. 1520.01.0000728/2023-48

<sup>12</sup> Balancete de encerramento do exercício de 2022 - Anexo RGDRD34T-BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060), Proc. 1520.01.0000728/2023-48





DISPONIBILIDADES <sup>12</sup>		
1.1.1.1.2.02.01.01.99	(-) COTA FINANCEIRA AUTORIZADA	
1.1.1.1.2.99	(-) RECURSOS CENTRALIZADOS NA CONTA ÚNICA - CONTAS ARRECADADORAS	
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	812.065,76
		461.871.359,01

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (RPP) <sup>13</sup>		
		SALDO ATUAL (R\$)
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.411.769,95
2.1.2.1.1.01.02	AMORTIZAÇÃO DÍVIDA CONTRATUAL / OUTRAS DÍVIDAS	
2.1.2.5.1.01.03	CONTRATO - CEMIG - CRC	
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	114,85
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	0,00
2.1.8.9.1.02	INVERSOES FINANCEIRAS	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP)		
6.3.1.1	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	81,58
		1.411.884,80

No tocante à existência de recursos financeiros disponíveis, por fonte de recursos, suficientes para lastrear os Restos a Pagar Processados (RPP) e Não Processados (RPNP) a situação se apresenta regular, conforme quadro acima.

### a.3) Recursos de convênios

Verificação da correspondência do saldo das rubricas contábeis demonstrativas de recursos de convênios com o respectivo saldo bancário.

Quadro: Recursos de Convênio - FEAM em 31/12/2022

RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS <sup>14</sup>		SALDO (R\$)	
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	4.721.796,41
1.1.1.1.1.10	APLICAÇÕES FINANCEIRAS	4.721.796,41	
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTAÇÃO INTERNA – CMI	456.334.989,40 <sup>15</sup>	
Consulta Saldo Bancário		Memorando 9 (59755241)	
AG:1615-2 - CNT:22828-1 CONVENIO812650/2014		R\$ 1.736.491,36	4.721.796,41
AG:1615-2 - CNT: 22120-1 F EST MEIO AMBIENTE FEAM		R\$ 2.985.305,05	
		Diferença	0,00

<sup>13</sup> Balancete de encerramento do exercício de 2022 - Anexo RGDRD34T-BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060), Proc. 1520.01.0000728/2023-48

<sup>14</sup> Fonte: Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023 (59755241) e Balancete de encerramento do exercício de 2022 - Anexo RGDRD34T-BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060)

<sup>15</sup> A rubrica contábil possui saldo. Todavia, este saldo não possui relação com recursos de convênio. Desta forma, este valor não foi objeto da conciliação bancária.





Conforme apontado no Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023, (59755241) a GECOF/FEAM apontou como saldo de recursos de convênios e instrumentos congêneres, o saldo constante na conta 1.1.1.1.1.10 Aplicações Financeiras.

A rubrica contábil 1.1.1.1.2.01.02 possui saldo de R\$ 456.334.989,40. Todavia, este saldo não possui relação com recursos de convênio. Desta forma, este valor não foi objeto da conciliação bancária.

Acerca da correspondência do saldo das rubricas contábeis demonstrativas de recursos de convênios com o respectivo saldo bancário a situação se apresenta regular, conforme quadro acima.

#### a.4) Recursos diretamente arrecadados

Verificação da correspondência do saldo das seguintes rubricas contábeis demonstrativas de recursos diretamente arrecadados (fontes 60 e 61) com o respectivo saldo bancário.

RECURSOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS <sup>16</sup>		SALDO (R\$)
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)	0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)	4.721.796,41
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA – CMI (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)	456.334.989,40

Em resposta, encaminhada a esta Controladoria, através do Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023, a GECOF/FEAM, a área responsável apresentou o respectivo quadro:

CONTA AUXILIAR – CMI	SALDO (R\$)	FONTE
11901099996 0000002003541	218.565.581,12	52
15999090019 0000009000919	235.379.689,85	60
15999090019 0000009002949	281.070,91	47
16999090019 0000009000927	2.108.647,52	52
Total	456.334.989,40	

No que tange ao saldo de R\$ 456.334.989,40 referente à conta 1.1.1.2.01.02 Contas de Movimentação Interna, tem-se que é apenas uma conta escritural oriunda dos recursos arrecadados para a FEAM oriundos do Caixa Único do Estado de Minas Gerais.

<sup>16</sup> Fonte: Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023 (59755241) e Balancete de encerramento do exercício de 2022 - Anexo RGDRD34T-BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060)

b) Relativamente à eficiência da gestão financeira

A eficiência da gestão financeira é obtida a partir da observância de disposições legais, do conhecimento tempestivo das disponibilidades da entidade e da previsão de ingressos futuros para efeito de assunção de compromissos financeiros, obtidos mediante mecanismos de controle e acompanhamento da utilização de seus recursos financeiros.

Nestes termos, a conclusão pela eficiência parcial da gestão financeira da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) se assenta nas seguintes constatações:

b.1) Quanto à Pontualidade dos Pagamentos:

O quesito “Pontualidade” consiste nos pagamentos realizados sem geração de ônus financeiros adicionais (multas contratuais, juros de mora, etc.). No exercício de 2022, observamos que houve pagamento de multas e encargos financeiros pela FEAM o que teria comprometido o critério da “pontualidade”.

De acordo com o Classificador Econômico da Despesa, definido pela SEPLAG, o elemento-item de despesa 39.26 – Encargos Financeiros abrange “Despesas com os serviços e operações de instituições financeiras, bem como as despesas com multas, juros de mora ou atualização monetária referentes a pagamento efetuado fora do prazo ou por descumprimento de obrigações acessórias (...)”.

Em resposta, encaminhada a esta Controladoria, através do Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023, a GECOF/FEAM, a área responsável informou que não ocorreram pagamentos a título de ônus financeiro.

Verificado na planilha Despesas Jan./Dez. encaminhada pela CGE (B.O. Siafi. Planilha de Despesa enviada em 28/02/2023 pela AHCS/CGE, via e-mail), não há despesas com o elemento 39 (outros serviços de terceiros – pessoa jurídica), item 26 (encargos financeiros). Bem como, também não há despesa com o elemento-item de despesa 92.02 – Despesas de Exercícios Anteriores – Outras Despesas compreende “Despesas de exercícios anteriores de outras despesas correntes ou de capital”.

b.2) Adequação do planejamento no que tange à previsão e o controle de receitas e de despesas

Acerca da existência de planejamento da alocação de recursos, mediante sistema de fluxo de caixa, bem como do planejamento de dispêndios e prioridade das despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento, a área responsável informou o seguinte:

“O Estado de Minas Gerais não disponibiliza sistema de fluxo de caixa para as entidades que compõem a Administração Indireta. Também, é importante ressaltar que a liberação financeira é estabelecida (valores e datas) pela Secretaria de Estado da Fazenda. Esta Gerência, elaborou uma planilha para controle de cronologia das despesas, mas como a liberação financeira ocorreu sistematicamente, ou seja, as despesas eram encaminhadas para pagamento e eram pagas prontamente”<sup>17</sup>.

Neste sentido, foi questionado à GECOF/FEAM acerca do planejamento dos dispêndios e prioridade das despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento da FEAM e foi trazido que

<sup>17</sup> Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023

“O planejamento de prioridades das despesas indispensáveis a manutenção da FEAM, desde 2021 é realizado com a elaboração do OBZ (Orçamento Base Zero) sob coordenação da SEPLAG. Neste instrumento de planejamento as despesas são classificadas como limiar (despesas necessárias para a manutenção e funcionamento da FEAM e incremental que são classificadas por critério de prioridade pelo Dirigente máximo. Além deste instrumento, o Estado de Minas Gerais não disponibiliza nenhuma ferramenta ou sistema.<sup>18</sup>

### b.3) Adequação da gestão dos convênios de entrada

Acerca da execução dos recursos oriundos de convênios de entrada de recursos ou instrumentos congêneres, a área responsável informou o seguinte:

GRUPO DE DESPESA	FONTE	CRÉDITO INICIAL (R\$)	CRÉDITO AUTORIZADO (R\$)	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)
3-Despesas Correntes	24	542.272,00	1.754.750,00	306.500,00
	31	0,00	1.121.360	139.437,60
4-Investimentos	24	20.000	389.813,37	328.996,30
	31	0,00	71.283,33	0,00
Total		562.272,00	3.337.206,70	774.933,90

Acerca dos convênios de entrada, consta o seguinte instrumento vigente: Plataforma + Brasil sob o nº 812650/2014 e no SIAFI 6247206.

Com a publicação do Decreto Estadual nº 47.760, em 20/11/2019, (Estatuto da Fundação Estadual do Meio Ambiente), a Gerência de Prevenção e Emergência Ambiental, juntamente com o Núcleo de Emergência Ambiental, passaram a compor a estrutura orgânica. Com isto, instrumento de Convênio de Entrada supracitado, este firmado com o Ministério do Meio Ambiente, cujo objeto é o fortalecimento da Comissão Estadual de preparação, prevenção e resposta rápida às emergências ambientais com produtos perigosos de Minas Gerais e o desenvolvimento de ação integrada no atendimento dos acidentes e emergências ambientais, foi sub-rogado para FEAM em abril de 2020 e teve vigência até 22/12/2022.

Como atestado por esta Controladoria Seccional que de que não há previsão de prestação de contas parciais, a prestação de contas final ocorrerá após à vigência. É realizado o acompanhamento pelos gestores do convênio (DIGA/GEAMB/NUBAR) e representantes do Ministério do Meio Ambiente.

Constatou-se que o Plano de Trabalho do referido convênio possui 5 (cinco metas), quais sejam<sup>19</sup>:

- Meta 1: Estruturação de Bases Regionais para o atendimento às emergências ambientais, com três subatividades, quais sejam:
  - Atividade 1.1: Elaboração do plano de ação para descentralização do primeiro atendimento pelos NUFIS: atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros, em maio de 2016.
  - Atividade 1.2: Reuniões com as entidades envolvidas nos atendimentos às emergências ambientais nas regiões dos NUFIS: atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros, em maio de 2016.
  - Atividade 1.3: Aquisição de equipamento e materiais: Meta a ser concluída com aquisição dos bens e materiais previstos na atividade, com

<sup>18</sup> Memorando.FEAM/GECONF.nº 94/2023

<sup>19</sup> Memorando.FEAM/GEAMB.nº 48/2023

três processos de aquisição em andamento para cumprimento integral da atividade.

- Meta 2: Mapeamento de áreas de risco e estabelecimento de medidas preventivas aos acidentes ambientais: Meta atendida fisicamente, sem uso do recurso do convênio.
  - Atividade 2.1: Contratação de serviços técnicos especializados para mapeamento das áreas de risco do estado de Minas Gerais: atividade realizada fisicamente, sem uso do recurso do convênio, aguardando aprovação da atividade pelo Concedente.
- Meta 3: Capacitação para prevenção, preparação e atendimento a Emergências Ambientais: Meta parcialmente atendida, conforme cumprimento das atividades descritas a seguir:
  - Atividade 3.1: Treinamento Nível Primeira Resposta e Nível Operacional em Emergência Ambiental: atividade em execução; pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço realizado no dia 28/07/2022, estando em fase de recurso.
  - Atividade 3.2: Capacitação em Inspeção e Segurança de Barragens: atividade em execução; pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço iniciado no dia 29/07/2022 dado como fracassado. A GEAMB/DIGA irá reabrir o processo de contratação.
  - Atividade 3.3: Realização do Seminário Estadual de Emergência Ambiental – 2015: Atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros.
  - Atividade 3.4: Realização do Seminário Estadual de Emergência Ambiental – 2016: Atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros.
- Meta 4: Complementação da Meta 1 - Estruturação de Bases Regionais para o atendimento às emergências ambientais / Atividade 1.3 - Aquisição de equipamento e materiais - aquisição de caminhonete e giroflex: Meta concluída.
- Meta 5: Complementação da Meta 1 - Estruturação de Bases Regionais para o atendimento às emergências ambientais / Atividade 1.3 - Aquisição de equipamento e materiais: Meta concluída.

#### b.4) Adequação da apuração da dívida flutuante

Acerca da apuração da dívida flutuante (registros efetuados no(s) relatório(s) sobre a Dívida Flutuante, por Comissão da Dívida Flutuante, e providências adotadas pela gestão), a área responsável informou o seguinte:

“Informo que não houve ressalvas ou inconformidades identificadas pela Comissão<sup>20</sup> que demandasse providências”.<sup>21</sup>

Foi constatado por esta Controladoria Seccional acerca da certificação por parte da Relatório da Comissão da Dívida Flutuante de que não foram identificadas ressalvas ou inconformidades.

#### b.5) Adequação das inscrições em Restos a Pagar

Verifica-se a não adequação das inscrições em restos a pagar, já que foi solicitado no à GECOF/FEAM a demonstração da certificação dos saldos inscritos em “Restos a Pagar Processados” (RPP) e “Restos a Pagar Não Processados” (RPNP) no exercício sob análise e o cancelamento de saldos insubsistentes, nos termos do decreto de encerramento do exercício.

<sup>20</sup> Relatório da Comissão da Dívida Flutuante.

<sup>21</sup> Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023



A área responsável informou o seguinte:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS EM 2022 <sup>22</sup>			
Inscritos	Cancelados	Liquidados	A Liquidar
R\$ 55.914,70	R\$ 44.164,61	R\$ 11.668,51	R\$ 81,58

O saldo de R\$ 81,58 refere-se ao empenho 92 de 2021 - Contrato com o Fornecedor: Claro S/A.

Acerca deste valor “a liquidar”, foi questionado à FEAM/GECOF que trouxe que:

Foi realizada consulta por e-mail ao Fiscal do contrato da Claro que solicitou que *“o saldo não fosse cancelado, pois em seus controles consta uma fatura de 2021 em aberto e a empresa demora em responder as contestações ocorridas”* e que aguardássemos nova consulta realizada junto a empresa.<sup>23</sup>

Percebe-se que tal situação de empenhos efetuados em 2021 e que não foram cancelados nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 48.303 de 19/11/2021, constitui uma inconformidade que necessita sua resolução o mais breve possível.

b.6) Aplicações financeiras, em títulos públicos federais, por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado de Fazenda

Em resposta acerca do tema, a GECOF/FEAM, trouxe as seguintes informações:

Em atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 78/2023, informamos que a FEAM não possui recursos próprios em conta corrente bancária. Temos em conta corrente os recursos financeiros do convênio firmando com o Ministério do Meio Ambiente e o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre FEAM/CBMM/ Ministério Público. Ambos, com conta corrente aberta no Banco do Brasil, instituição financeira pública conforme determina a legislação. Os valores são aplicados em fundos do próprio banco de resgate automático.<sup>24</sup>

<sup>22</sup> Fonte: Posição de restos a pagar não processados – exercício de 2022 UE 209001 (59775329)

<sup>23</sup> Memorando.FEAM/GEAMB.nº 48/2023

<sup>24</sup> Memorando.FEAM/GECOF.nº 67/2023

### 4.3 Gestão Patrimonial

A gestão patrimonial da FEAM foi avaliada de acordo com os parâmetros de eficácia e eficiência descritos a seguir.

#### EFICÁCIA

A eficácia da gestão patrimonial é obtida mediante o alcance dos objetivos para os quais o patrimônio da FEAM é estabelecido e calculada com base na observância dos quesitos de “Utilização” e “Conservação” como:

- 1) utilização adequada do patrimônio de acordo com a finalidade da FEAM;
- 2) utilização adequada do patrimônio de acordo com os objetivos das políticas públicas;
- 3) utilização adequada do patrimônio com o fim a que se destina;
- 4) adequação do estado de conservação dos bens patrimoniais.

#### EFICIÊNCIA

A eficiência da gestão patrimonial é obtida mediante a adoção de medidas e ações de controle que garantam o conhecimento tempestivo do patrimônio do órgão/entidade, como:

- 1) Conciliação dos saldos físicos e contábeis, com os devidos ajustes;
- 2) Existência de procedimento de inventário de transferência de responsabilidade;
- 3) Adequada gestão patrimonial dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão pela área de patrimônio;
- 4) Regularidade dos veículos oficiais da frota;
- 5) Adequada constituição de comissões de inventário, em termos quantitativos, para o inventário dos bens de consumo, insumos, permanentes e imóveis da Administração;
- 6) Realização dos inventários na sua integralidade;
- 7) Existência de controles que garantam o monitoramento de bens, por prazo de validade;
- 8) Existência materiais e bens em estoque/depósitos por prazo superior ao programado/estabelecido;
- 9) adequação da instauração de procedimentos de apuração de responsabilidade e de indenização, diante de denúncias sobre desaparecimento ou mau uso dos bens patrimoniais do órgão/entidade;
- 10) Constituição de comissões de reavaliação de bens móveis; e,
- 11) Se os relatórios de inventário são de data-base de 30 de novembro de 2022, e, se, posteriormente, há relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição de 31 de dezembro de 2022.

Critério:

Lei n.º 4.320/1964; Decreto n.º 37.924/1996; Decreto n.º 45.242/2009; Decreto n.º 47.622/2019; Decreto n.º 45.018/2009; Decreto n.º 47.539/2018; Decreto n.º 48.531/2022; Decreto n.º 46.633/2014; Decreto n.º 47.754/2019; Decreto de encerramento do exercício sob análise (Decreto n.º 48.531, de 11/11/2022); Portaria SCCG/STE/SEF n.º 930/2016

Referenciais:



- ✓ Gestão patrimonial eficaz/eficiente: 70% ou mais dos quesitos avaliados foram observados;
- ✓ Gestão patrimonial parcialmente eficaz/eficiente: menos de 70% dos quesitos avaliados não foram observados;
- ✓ Eficácia/eficiência da gestão patrimonial comprometida: nenhum dos quesitos avaliados foi observado.

Condição:

A gestão patrimonial da FEAM, no ano-exercício de 2022, apresentou-se eficaz e parcialmente eficiente.

Em relação à eficácia da gestão patrimonial, evidenciou-se o atendimento a 100% (cem por cento) dos quesitos avaliados.

Por sua vez, relativo à eficiência da gestão patrimonial, identificou-se o atendimento a 66,67% (sessenta e seis vírgula sessenta e sete por cento) dos quesitos avaliados; por outro lado, 1 (um) dos 14 (onze) quesitos avaliados, isto é, 7,14% (sete vírgula quatorze por cento), não foram observados, tendo em vista o seguinte apontamento evidenciado abaixo:

→ Inexistência de bens imóveis registrados no âmbito da FEAM<sup>25</sup>.

Registro de Achado de Auditoria:

- a) Percebeu-se que há inconformidades apontadas no Relatório de Inventário de Material Permanente 2022 - FEAM - Ações Corretivas – Inconformidades Apuradas, os saldos físicos e contábeis não estão conciliados considerando os relatórios de consumo; não levantamento dos bens da unidade 2091035 – Almoxarifado Sucata – devido à impossibilidade operacional em que no local há muita poeira, alguns equipamentos com óleo e outros fluidos; itens com prazos de validade expirados; e que até o final de 2022 não havia a instituição de comissão de reavaliação de bens móveis.
- b) Critério: Eficiência e eficácia das dimensões patrimoniais conforme os seguintes critérios:
  - a. Arts. 94 a 97 da Lei n. 4.320/1964; art. 43 e 47 do Decreto n. 37.924/1996; arts. 34, 52, 53 a 56 do Decreto nº 45.242/2009; Decreto de encerramento do exercício sob análise; art. 2º da Portaria SCCG/STE/SEF nº 930/2016;
  - b. Art. 3º do Decreto nº 48.531/2022; Decreto de encerramento do exercício sob análise; art. 51 e 52 do Decreto nº 45.242/2009;
  - c. Arts. 6º, 39, I, 43, §4º, 71, §1º do Decreto n. 45.242/2009; art. 2º, XI do Decreto nº 46.633/2014;
  - d. Art. 4º do Decreto nº 47.754/2019
  - e. Orientações da AUGÉ.

<sup>25</sup> Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023

c) Possíveis Causas:

- a. Inconformidades apuradas e ainda não resolvidas;
- b. Saldos físicos e contábeis não conciliados;
- c. Não levantamento de bens por condição não ideais do local;
- d. Itens com prazo de validade expirado;
- e. Não constituição da comissão de reavaliação de bens móveis, até 2022.

d) Medidas adotadas pela gestão:

- a. Andamento do saneamento das inconsistências levantadas através da identificação para resolução;
- b. Início ao processo de controle do estoque de modo que, neste ano de 2023, todos os itens irregulares sejam descartados corretamente e que seja proporcionado um melhor aproveitamento do que tem armazenado;
- c. Em 2023, quando da elaboração do presente relatório, foi constituída a Comissão Especial de Reavaliação de Material Permanente através da Portaria FEAM nº 696/2023.

e) Conclusão: O desempenho consolidado da Gestão Patrimonial da FEAM, em 2022, foi considerada eficaz e parcialmente eficiente, tendo em vista os quesitos de auditoria, conforme testes realizados a apresentador no Apêndice C:

- a. Perspectiva da utilização e da conservação, os registros efetuados pela comissão de inventário físico e financeiro dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, inclusive imóveis;
- b. Adequação da gestão patrimonial dos bens patrimoniais a partir de ocorrências negativas registradas pela comissão de inventário de materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, sem a correspondente medida administrativa pertinente.

Além disso, cumpre realçar que a Gestão Patrimonial da FEAM teve uma evolução importante e que pontos no presente relatório, como a supracitada constituição da Comissão Especial de Reavaliação de Material Permanente, controle de estoque para dar devida destinação para itens com prazos de validade expirados e, também, a sua não ocorrência. Está, em finalização, o plano de ação de correção de ações após a Nota de Auditoria acerca da Gestão Patrimonial.



## 5 DECLARAÇÃO DE QUE FOI VERIFICADA E COMPROVADA A LEGALIDADE DOS ATOS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL, INCLUSIVE NOS PROCEDIMENTOS DE ENCERRAMENTO DE GESTÃO, CONSIDERANDO O RESULTADO DAS AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO OU DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO DECORRER DO EXERCÍCIO DE 2022, INDICANDO AS FALHAS, IRREGULARIDADES OU ILEGALIDADES APURADAS E AS MEDIDAS SANEADORAS RECOMENDADAS

A partir de exames<sup>26</sup> realizados consoante normas e procedimentos de auditoria e incluindo provas em registros e documentos correspondentes na extensão da amostra selecionada para, segundo as circunstâncias, obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas, declaramos, em atendimento ao inciso V do art. 10 da IN TCEMG nº 14/2011, que, relativamente à amostra considerada, evidenciou-se a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente, praticados durante o ano-exercício de 2022.

Ressalta-se que consta a aprovação, por parte do Conselho Curador da FEAM, das contas de 2021, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 12 de Agosto de 2022.

Foram elaborados diversos testes com base na Ordem de Serviço CGE/AUGE nº 04/2023, publicada em 02 de março de 2023, e a conclusão supracitada se assenta nos seguintes parâmetros e ocorrências:

- a) Verificação, por unidade executora, a existência de designação formal dos ordenadores de despesa, a partir dos ordenadores de despesas registrados no SIAFI (tabela de ordenadores de despesas do SIAFI).

Critério: Art. 62 da Lei Federal nº 4.320/1964; art.21 e 22 do Decreto n. 37.924/1996; Portaria SCCG/SEF nº 811, de 19 de julho de 2010.

Foi feita a demonstração, por unidade executora, a designação formal dos Ordenadores de Despesa, demonstrando o ato que o designou. A designação dos Ordenadores de Despesa para a unidade executora 2090001 da unidade orçamentária 2091 consta na Portaria FEAM Nº 684 de 01 de fevereiro de 2022, publicada em 02 de fevereiro de 2022. Tal Portaria delega a competência para a prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

Acerca da prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil, referente às despesas do processamento da folha de pagamento de

<sup>26</sup> Os testes de auditoria foram realizados conforme Roteiro para Elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão da administração direta, autarquias, fundações e fundos estaduais, estabelecido pela Ordem de Serviço CGE/AUGE nº 04/2023, publicada em 02 de março de 2023.

peçoal dos servidores, ativos e inativos está assentada na Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM N° 3.124 de 10 de março de 2022, publicada em 12 de março de 2022 que delega competência no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (que inclui a FEAM), para a unidade executora UE 2090001 FEAM da unidade orçamentária UO 2091 FEAM e para a unidade executora UE 2010105 FEAM da unidade orçamentária UO 4711 FFP-MG.

- b) Verificação se todos os documentos decorrentes de processos de execução orçamentária da despesa (empenho, liquidação e ordem de pagamento) do exercício de 2022 foram assinados digitalmente até o término do exercício financeiro.

Critério: Art. 12, § 4º, do Decreto nº 37.924/1996.

Acerca das assinaturas digitais, constatou-se que todos os documentos foram devidamente assinados.

- c) Verificação se foi enviada à Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda a declaração atestando a conformidade da execução orçamentária e a certificação dos dados do balancete mensal.

Critério: Art. 4º, IV do Decreto n. 37.924/1996.

Constatou-se que os Relatórios de Conformidade Contábil - RCC foram elaborados e enviados, mensalmente, no exercício de 2022 à Diretoria Central de Contabilidade Governamental da Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF/STE-SCCG-DCCG), constando os documentos no processo SEI/IMG 1190.01.0001055/2022-58 em que esta Controladoria Seccional constatou o devido envio.

- d) Verificação se foi publicada a relação de despesas com publicidade.

Critério: Art. 17 da CE/1989; art.4º, II, b do Decreto n. 37.924/1996.

Constatou-se que não foram efetuadas despesas de publicidade, pela FEAM, 2022.

- e) verificação da existência de profissional habilitado para responder pela Diretoria de Contabilidade ou unidade equivalente, mediante comprovação de inscrição do responsável junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

Critério: Art. 24 do Decreto-Lei nº 9.295/1946.

Constatou-se que há profissional habilitado responsável pela Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças (GECOF) com devido registro no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

- f) Verificação da existência de designação formal, por unidade executora, de responsável técnico para acompanhamento e controle sistemático de todos os atos que envolvam movimentações relativas à operacionalização do SIAFI.

Critério: Art.2º do Decreto nº 42.251/2002.

Verificou-se que a Portaria FEAM N° 684 de 01 de fevereiro de 2022 publicada em 02 de fevereiro de 2022 que, nele, há a designação da servidora Elisa Aparecida de Andrade Dias, Masp 1.067.851-4, para atuar como Responsável Técnica, nos termos do Decreto Estadual nº 42.251, de 09 de janeiro de 2002, com atribuição de efetuar o acompanhamento e controle sistemático de todos os atos que envolvam movimentações relativas à operacionalização do SIAFI-MG, no âmbito da Unidade Orçamentária vinculada à FEAM.

- g) Verificação da existência de designação de Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou Comissão Especial de Licitação e a situação de seus membros.

Critério: Art. 51 da Lei nº 8.666/1993.

Em resposta a este ponto, a GECOF/FEAM trouxe que:

Em resposta a este item do Memorando 7, esclarecemos que a atualmente a Feam não possui CPL instituída, porém, está em fase de criação. Desde 2022, tem sido instituídas comissões de planejamento para cada processo de compras para análise da solicitação e escolha da melhor solução para o problema. Válido ressaltar que a Feam, em sua gerência de Logística, Compras e Contratos, passou por reestruturação na totalidade de todos os servidores e colaboradores de meados de 2021 até o presente momento, sendo criados diversos protocolos de padronização de processos antes não existentes. Ainda, que dispõe de poucas pessoas em sua estrutura; que a maioria de seus processos de compras são realizados por meio de pregão (70%), pautando-se na portaria supra citada; que os demais processos são realizados através de adesões a Registros de Preços, realizados pela SEPLAG (28%) ou COTEPS (2%), porém todos constantes no planejamento de compras e Orçamento Base Zero.<sup>27</sup>

- h) Verificação da existência de designação formal de pregoeiro e equipe de

<sup>27</sup> Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023

apoio.

Critério: Art.20, V do Decreto nº 44.786/2008.

Constatou-se que a Portaria FEAM nº 686 de 28 de junho de 2022 publicada em 29 de junho de 2022 foi revogada em 03/11/2022, e que, posteriormente, foi publicada a Portaria FEAM nº 688 de 03 de novembro de 2022, publicada em 04 de novembro de 2022 que constituiu Comissão de Pregão pelo pregoeiro e a equipe de apoio para atuar nos processos de licitação na modalidade pregão, no âmbito da FEAM.

- i) Verificação da existência de designação de gestores e fiscais de contrato.

Critério: Art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

Nas contratações da FEAM, a formalização ocorre nos processos SEI/MG por meio de Termo de Designação de Gestor Setorial (titular e substituto) e Termo de Designação de Fiscal de Contrato (fiscal designado e fiscal suplente), para acompanhamentos e encaminhamentos necessários aos Contratos celebrados. Foram relacionados os respectivos Gestores, Gestores Suplentes, Fiscais, Fiscais Suplentes e Responsáveis.

- j) Verificação se houve conciliação do saldo físico e contábil da conta “Diversos Responsáveis”: Diversos Responsáveis

Créditos por danos ao patrimônio – consolidação

Diversos responsáveis em apuração

Critério: Art.47 do Decreto n. 37.924/1996; art. 2º da Portaria SCCG/STE/SEF nº 930/2016.

- Constatou-se a devida inscrição na conta 1.1.3.4.1.88 - Outras Responsabilidades (1.1.3.02.04 – Responsáveis por Danos ou Perdas), com saldo de R\$ 290.784,32 - Conta Contábil Diversos Responsáveis Apurados.
- Constatou-se a devida inscrição na conta 1.1.3.4.1.03 Prestação de Contas de Convênios Impugnadas (1.1.3.02.09 – Falta ou Não Aprovação de Prestação de Contas de Convênios), com saldo de R\$ 26.039,51 – Prestação de Contas de Convênios Impugnadas.
- Constatou-se a devida inscrição na conta 8.1.1.9.1.06.88 – Diversos Responsáveis em Apuração: Falta ou não aprovação de Prestação de Contas de Convênio, com saldo de R\$ 5.080,07.

k) Verificação da existência de prestações de contas pendentes, mediante análise dos saldos de contas correlatas e de registros no Relatório de Conformidade Contábil.

1.1.3.1.1.01.01 - Adiantamentos/Diárias antecipadas concedidos a Pessoal

8.1.2.2.1.04 - Obrigações Conveniadas a Comprovar

Critério: Art. 47 do Decreto nº 37.924/1996; art. 2º da Portaria SCCG/STE/SEF nº 930/2016.

Constou-se a inexistência, referente ao exercício de 2022, de saldo na conta 1.1.3.1.1.01.01 Adiantamentos/Diárias antecipadas concedidos a pessoal.

Constatou-se a existência de saldo contábil de R\$ 634.736,42 na conta 8.1.2.2.1.04 - Obrigações Conveniadas a Comprovar. Refere-se a convênios celebrados pela FEAM, cujas prestações de contas estão em fase final de análise aguardando parecer técnico.

l) Análise das Notas Explicativas constantes no Relatório de Conformidade Contábil para verificar se há fatos que possam influenciar na interpretação dos resultados do exercício, bem como inconformidades não regularizadas até 31 de dezembro do exercício de 2022, com apontamento das ações adotadas para a sua regularização.

Constatou-se que as Notas Explicativas do Relatório de Conformidade Contábil - RCC de dezembro/2022, onde constam os saldos em apurados e detalhamentos<sup>28</sup>, atendem a exigência das medidas adotadas acerca dos valores de prestação de contas, tomadas de contas especiais, depreciações, obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, cauções e garantias, pagamento de precatórios, obrigações conveniadas e de créditos não-tributários.

m) Verificação da adequada certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das contas auxiliares que compõem a conta Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria de que os saldos retratam fielmente o disponível do órgão/entidade.

Critério: Art. 103 da Lei nº 4.320/1964; art. 37 a 39 e 43 do Decreto nº 37.924/1996; Decreto de encerramento do exercício sob análise.

Constatou-se que foi certificada<sup>29</sup>, pela Comissão Especial para promover o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em Tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante e Restos a Pagar não Processados; das contas de controle representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos no âmbito da Fundação

<sup>28</sup> Processo Seil MG 1190.01.0001055/2022-58.

<sup>29</sup> Processo Seil MG 2090.01.0004340/2022-67.

Estadual de Meio Ambiente – FEAM, instituída pela Portaria FEAM nº 690, de 29 de novembro de 2022, a certificação dos saldos das contas que compõem os Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria, tendo sido declarada a fidedignidade das informações contábeis frente aos recursos disponíveis pela Fundação Estadual do Meio Ambiente.

- n) Verificação, por meio de relatório circunstanciado da comissão designada para levantamento completo do inventário dos valores em tesouraria, se foi certificada a conformidade entre o saldo físico e contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.

Critério: Art. 103 da Lei n.4.320/1964; art. 37 a 39 e 43 do Decreto n. 37.924/1996; Decreto de encerramento do exercício sob análise.

Constatou-se, Relatório Final<sup>30</sup> do Levantamento de Tesouraria e do Passivo Circulante e Não Circulante da Fundação Estadual do Meio Ambiente referente ao Exercício de 2022, realizado pela Comissão Especial para promover o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em Tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante e Restos a Pagar não Processados; das contas de controle representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos no âmbito da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, instituída pela Portaria FEAM nº 690, de 29 de novembro de 2022, que foi certificada a conformidade entre o saldo físico e contábil, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício de 2022.

- o) Verificar se foi certificado o saldo físico e contábil das obrigações constantes dos grupos passivo circulante e não circulante, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.

Critério: Art. 103 da Lei nº 4.320/1964; art. 37 a 39 e 43 do Decreto nº 37.924/1996; Decreto de encerramento do exercício sob análise.

Constatou-se que consta no relatório da Comissão Especial para promover o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos valores em Tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante e Restos a Pagar não Processados; das contas de controle representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos no âmbito da Fundação Estadual de Meio Ambiente – FEAM, instituída pela Portaria FEAM nº 690, de 29 de novembro de 2022, que:

"Não foi apurada nenhuma divergência entres os dados contabilizados e os inventariados pela Comissão com data-base 31/12/2022. Pelo exposto, a Comissão conclui pela fidedignidade dos dados registrados nas demonstrações contábeis apresentadas relativos ao Inventário

<sup>30</sup> Processo Seil MG 2090.01.0004340/2022-67.



físico e financeiro dos valores em Tesouraria; das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante; das contas de controle representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos"<sup>31</sup>

- p) Verificação se foi certificado o saldo físico e contábil das contas de controle representativas dos atos potenciais ativos e passivos, com conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.

Critério: Art. 103 da Lei n.4.320/1964; art. 37 a 39 e 43 do Decreto n. 37.924/1996; Decreto de encerramento do exercício sob análise.

Constatou-se, a certificação<sup>32</sup> do saldo físico e contábil das contas de Controle representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos, realizada pela Comissão Especial de Inventário Financeiro designada por meio da Portaria FEAM 690/2022 que concluiu pela fidedignidade dos dados registrados nas demonstrações contábeis."

- q) Informação, a partir do resultado das ações de auditoria, os atos de gestão que não observaram as normas legais e regulamentares relativas à execução da despesa pública relativa a licitações e contratos, em especial, as despesas auditadas referentes ao Programa 26 e ações/projetos previstos no art. 2º e Anexo da Lei nº 23.632/2020.

Na FEAM, pela sua competência, em 2022, não consta a realização de despesa referente ao enfrentamento a Covid-19.

<sup>31</sup> Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023.

<sup>32</sup> Processo Seil MG 2090.01.0004340/2022-67.





6 RESULTADO DA AVALIAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO GESTOR DIANTE DE DANOS CAUSADOS AO ERÁRIO, ESPECIFICANDO, QUANDO FOR O CASO, AS SINDICÂNCIAS, INQUÉRITOS, PROCESSOS ADMINISTRATIVOS OU TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS, INSTAURADOS NO PERÍODO E OS RESPECTIVOS RESULTADOS, INDICANDO NÚMEROS, CAUSAS, DATAS DE INSTAURAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL E ESTÁGIO ATUAL DOS PROCESSOS

No que tange às providências adotadas pela gestão da FEAM na hipótese de ocorrência de danos ao erário, tem-se os seguintes processos:

Tipo	Número	Data	Causa	Irregularidade	Situação atual	Data de comunicação ao TCE
Investigação Preliminar	1151	30/07/2021	Desaparecimento de bem público	Desaparecimento de bens da carga patrimonial da FEAM	Em análise	Não se aplica
Investigação Preliminar	1197	19/05/2022	Desaparecimento de bem público	Desaparecimento de bem da carga patrimonial da FEAM	Em análise	Não se aplica
Investigação Preliminar	1222	25/10/2022	Desaparecimento de bem público	Desaparecimento de bem da carga patrimonial da FEAM	Em análise	Não se aplica
Tomada de Contas Especial	666/2020	30/05/2020	Dano ao erário	Falta de Comprovação da regular aplicação de parte dos recursos repassados pelo Estado de Minas Gerais	Julgado pelo TCE e em cobrança pela AGE	04/01/2022



## 7 ESCLARECIMENTOS SOLICITADOS PELO CONTROLE INTERNO AO DIRIGENTE DA ENTIDADE SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO

Em atendimento ao disposto no § 2º, art. 10 da Instrução Normativa TCEMG 14, de 2011, os documentos de solicitações à gestão da FEAM, bem como respectivos documentos de formalização de resposta, quanto a informações, documentações e esclarecimentos complementares relativo as contas do exercício de 2022, para fins de emissão deste Relatório de Auditoria de Gestão, constam listados no Apêndice E.

## 8 PARECER

Da análise efetuada sobre as contas de exercício do titular da Fundação Estadual do Meio Ambiente relativas ao ano-exercício de 2022, considerando:

As diretrizes dos instrumentos de planejamento estadual, representadas pelo Plano Plurianual de Ação Governamental, pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, pelos atos consequentes da publicação da Lei Orçamentária Anual e pelas disposições das normas pertinentes, com destaque para a Lei Federal nº 4.320, de 1964, a Lei Federal nº 8.666, de 1993, e o Decreto nº 37.924, de 1996 (e respectivas alterações), bem como o atendimento aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública – legalidade, moralidade, publicidade, impessoalidade, eficiência e razoabilidade.

Que a nossa responsabilidade é a de expressar opinião sobre os atos de gestão e sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial do titular da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

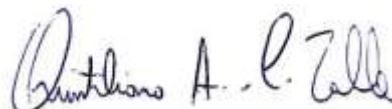
Que nossos exames foram conduzidos de acordo com o Roteiro para Elaboração de Relatório de Auditoria de Gestão, com o resultado dos trabalhos de auditoria executados no exercício de 2022 e compreenderam i) o planejamento dos trabalhos, considerando os padrões normativo, gerencial, operacional e informacional, os controles internos e os registros contábeis; ii) a constatação, com base na aplicação de técnicas e testes de auditoria, das evidências e dos registros das evidências.

Nossas conclusões, tendo como parâmetro as análises procedidas a partir das demandas contidas nos incisos I a VI do art. 10 da IN 14/2011 e Decisão Normativa nº 02/2022, ambas do TCEMG, apontam ADEQUAÇÃO PARCIAL da posição orçamentária, financeira e patrimonial do exercício de 2022 da Fundação Estadual do Meio Ambiente, nos termos das informações prestadas neste Relatório de Auditoria de Gestão.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2022.



Bruno Gonçalves Nogueira  
Coordenador no Núcleo de Auditoria,  
Transparência e Integridade  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e  
Recursos Hídricos



Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional  
Fundação Estadual do Meio Ambiente



# APÊNDICE A – Amostras avaliadas quanto ao cumprimento do caput do artigo 5º da Lei nº 8.666/1993

Fonte 24

UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pgto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	24	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	Contrato 9321209/2022 Autorização de fornecimento nº: 000008 (45500859)	MICROSENS S/A	<b>Contrato:</b> 5.CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO -O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 10.DO 10.1.PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> <b>Autorização de fornecimento:</b> Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	143	27/04/2022	45611981	27/05/2022	-33	R\$ 4.650,00	64	29/06/2022	R\$ 4.650,00
2090001	24	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	AERONAVES E COMPONENTES ESTRUTURAIS	Termo de Referência (37810686) Autorização de fornecimento nº: 000007 (45379723)	REINUN COMERCIO VAREJISTA DE MULTIPRODUTOS LTDA	<b>Termo de Referência:</b> 10.DO PAGAMENTO: 10.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> <b>Autorização de fornecimento:</b> condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	136	24/05/2022	46919685	23/06/2022	17	R\$ 87.539,70	58	06/06/2022	R\$ 87.539,70
2090001	24	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	Termo de Referência (39073397)	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	<b>Termo de Referência:</b> 10.DO PAGAMENTO: 10.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	112	02/06/2022	47576671	02/07/2022	3	R\$ 29.526,60	63	29/06/2022	R\$ 29.526,60
2090001	24	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	FERRAMENTAS, EQUIP. E INSTRUMENTOS P/ OFICINA, MEDICAO E INSPECAO	9319173/2022 (43033476)	NM COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI	<b>Termo de referência:</b> 9.DO PAGAMENTO: 9.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	144	02/06/2022	47575645	02/07/2022	23	R\$ 131.080,00	62	09/06/2022	R\$ 131.080,00
2090001	24	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	EQUIPAMENTOS DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	Autorização de fornecimento nº: 000015 (46845354)	HEDER COSTA DA SILVA & CIA LTDA - ME	<b>Termo de Referência:</b> 10.DO PAGAMENTO: 10.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> <b>Autorização de fornecimento:</b> condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	137	14/07/2022	49392153	13/08/2022	30	R\$ 76.200,00	67	14/07/2022	R\$ 76.200,00



Fonte 31

UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pgto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	Autorização de fornecimento nº: 000016 (47202148)	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	145	02/06/2022	47575078	02/07/2022	23	R\$ 2.089,80	60	09/06/2022	R\$ 2.089,80
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	Autorização de fornecimento nº: 000011 (46955701)	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	147	02/06/2022	47426625	02/07/2022	23	R\$ 37.368,00	59	09/06/2022	R\$ 37.368,00
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	Autorização de fornecimento nº: 000010 (46595253)	OUTLET COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI ME	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	146	02/06/2022	47427477	02/07/2022	23	R\$ 43.200,00	61	09/06/2022	R\$ 43.200,00
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	Autorização de fornecimento nº: 000013 (46394073)	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - até 30 dias após o recebimento definitivo.	148	14/07/2022	49391577	13/08/2022	32	R\$ 3.713,80	65	12/07/2022	R\$ 3.713,80
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	Autorização de fornecimento nº: 000017 (47741562)	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimen to definitivo.</u>	152	14/07/2022	49390575	13/08/2022	32	R\$ 39.000,00	66	12/07/2022	R\$ 39.000,00
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	Autorização de fornecimento nº: 000012 (46354848)	DISTRIBUIDORA ESPIRITO SANTO LTDA	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	149	18/07/2022	49899439	17/08/2022	6	R\$ 8.692,00	68	11/08/2022	R\$ 8.692,00
2090001	31	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL DE SEGURANCA, APETRECHOS OPERACIONAIS E POLICIAIS	Autorização de fornecimento nº: 000018 (47908046)	THAIS SOUZA MARINHO SIQUEIRA 09516315607	Autorização de fornecimento: Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	198	09/08/2022	51053346	08/09/2022	20	R\$ 5.374,00	70	19/08/2022	R\$ 5.374,00



Fonte 72

UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pgto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	72	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	9275399/2021 (27300699) Termo de Referência (27047776)	VOETUR TURISMO REPRESENTACOES LTDA	<b>Contrato:</b> 7.CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO. 7.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Anexo I - Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 9.DO PAGAMENTO: 9.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo</u> , acompanhado dos documentos fiscais devidamente conferidos e atestados pela unidade responsável.	113	18/04/2022	45060938	18/05/2022	16	R\$ 9.199,75	250	02/05/2022	R\$ 9.199,75
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	9309049 (37815145) Termo de Referência (37256001)	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.DO PAGAMENTO: 7.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	141	19/04/2022	45135870	19/05/2022	13	R\$ 67,00	274	06/05/2022	R\$ 67,00
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	9309049 (37815145) Termo de Referência (37256001)	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.DO PAGAMENTO: 7.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	141	03/06/2022	47474161	03/07/2022	9	R\$ 47,00	413	24/06/2022	R\$ 47,00
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	9251446/2020 (15413886) Termo de Referência (14161647)	CLARO S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, por meio de ordem bancária, emitida por processamento eletrônico para <u>pagamento de faturas com código de barras</u> , nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.2 <u>A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento pactuado</u> , Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação ou Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, <u>sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará a prorrogação do vencimento proporcionalmente aos dias de atraso</u> . 7.3 As Notas Fiscais de Serviços de Telecomunicações que <u>apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções e o prazo para pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado válido pela CONTRATANTE</u> . 7.4 A CONTRATANTE poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.5 Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta aprazada.	103	14/06/2022	48071798	24/06/2022	1	R\$ 28,25	408	23/06/2022	R\$ 28,25
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	9251446/2020 (15413886) Termo de Referência (14161647)	CLARO S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, por meio de ordem bancária, emitida por processamento eletrônico para <u>pagamento de faturas com código de barras</u> , nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.2 <u>A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento pactuado</u> , Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação ou Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, <u>sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará a prorrogação do vencimento proporcionalmente aos dias de atraso</u> .	103	14/06/2022	48071798	24/06/2022	1	R\$ 11,00	409	23/06/2022	R\$ 11,00
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	9251446/2020 (15413886) Termo de Referência (14161647)	CLARO S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, por meio de ordem bancária, emitida por processamento eletrônico para <u>pagamento de faturas com código de barras</u> , nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.2 <u>A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento pactuado</u> , Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação ou Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, <u>sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará a prorrogação do vencimento proporcionalmente aos dias de atraso</u> .	103	14/07/2022	49702231	24/07/2022	2	R\$ 30,53	500	22/07/2022	R\$ 30,53



UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pgto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	9251446/2020 (15413886) Termo de Referência (14161647)	CLARO S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária, emitida por processamento eletrônico para <u>pagamento de faturas com código de barras</u> , nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.2 <u>A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento pactuado</u> , Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação ou Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, <u>sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará a prorrogação do vencimento proporcionalmente aos dias de atraso.</u>	103	14/07/2022	49702231	24/07/2022	2	R\$ 11,00	501	22/07/2022	R\$ 11,00
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	9280732 (31742558)	VIBRA ENERGIA S.A	<b>Termo de Referência:</b> 9.DO PAGAMENTO: O pagamento pelo fornecimento de combustível será feito individualmente por cada órgão/ entidade comprador no prazo de <u>até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento do produto e da Nota Fiscal/ Fatura.O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE</u> através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado.	203	15/07/2022	56450351 56450351	14/08/2022	-101	R\$ 49.352,00	846	23/11/2022	R\$ 49.352,00
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	9218784/2019 (5154655) Termo de referência (4825898)	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO - 6.1.O prazo de pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital. <b>Termo de referência:</b> 10.1.6. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da nota fiscal/fatura, pela CONTRATANTE.</u>	202	12/08/2022	51332398	11/09/2022	20	R\$ 128,00	569	22/08/2022	R\$ 121,60
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	9178116 (0199459)	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4.CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> As Notas Fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas aos órgãos Contratantes, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços. Após aprovação pela Contratante, <u>os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos.</u>	3	09/09/2022	52812697 52813163	09/10/2022	18	R\$ 5.560,76	651	21/09/2022	R\$ 5.560,76
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	9178116 (0199459)	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4.CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> As Notas Fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas aos órgãos Contratantes, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços. Após aprovação pela Contratante, <u>os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos.</u>	4	09/09/2022	52812697 52813163	09/10/2022	18	R\$ 5.560,76	652	21/09/2022	R\$ 5.560,76
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	9178116 (0199459)	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4.CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO - O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> As Notas Fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas aos órgãos Contratantes, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços. Após aprovação pela Contratante, <u>os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos.</u>	5	09/09/2022	52812697 52813163	09/10/2022	18	R\$ 5.560,76	653	21/09/2022	R\$ 5.560,76
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	9218784/2019 (5154655) Termo de referência (4825898)	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO - 6.1.O prazo de pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital. <b>Termo de referência:</b> 10.1.6. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da nota fiscal/fatura, pela CONTRATANTE.</u>	202	13/09/2022	52964733	13/10/2022	20	R\$ 128,00	663	23/09/2022	R\$ 121,60



UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pgtto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	72	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	9337295/2022 (46536311)	LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência - 5.DO PAGAMENTO:</b> O primeiro pagamento referente à locação de cada veículo será feito 30 (trinta) dias após o aceite formal da entrega pela CONTRATANTE e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, independente da data de assinatura e publicação do contrato entre as partes.	209	19/09/2022	53140959	19/10/2022	14	R\$ 23.512,77	700	05/10/2022	R\$ 23.512,77
2090001	72	LOCAÇÃO DE MAO DE-OBRA	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	9287509/2021 (38825290)	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A	<b>Contrato - 6. CLÁUSULA SEXTA - DA APRESENTAÇÃO E DO PAGAMENTO DA DESPESA - 6.2.3.</b> Após o aceite do Gestor Setorial, a CONTRATADA terá até o último dia útil do mês corrente para emitir a Nota Fiscal correspondente, <u>com vencimento no 2º (segundo) dia útil do mês subsequente</u> , a qual ficará disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.mgs.srv.br">www.mgs.srv.br</a> .	96	30/09/2022	53999712	04/10/2022	-9	R\$ 79.275,58	719	13/10/2022	R\$ 61.204,81
2090001	72	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	LOCAÇÃO DE VEÍCULOS	9337295/2022 (46536311)	LOCALIZA VEÍCULOS ESPECIAIS S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência - 5.DO PAGAMENTO:</b> O primeiro pagamento referente à locação de cada veículo será feito 30 (trinta) dias após o aceite formal da entrega pela CONTRATANTE e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, independente da data de assinatura e publicação do contrato entre as partes.	209	18/10/2022	54791521	18/11/2022	22	R\$ 15.008,16	775	27/10/2022	R\$ 15.008,16
2090001	72	LOCAÇÃO DE MAO DE-OBRA	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	9287509/2021 (38825290)	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A	<b>Contrato - 6. CLÁUSULA SEXTA - DA APRESENTAÇÃO E DO PAGAMENTO DA DESPESA - 6.2.3.</b> Após o aceite do Gestor Setorial, a CONTRATADA terá até o último dia útil do mês corrente para emitir a Nota Fiscal correspondente, <u>com vencimento no 2º (segundo) dia útil do mês subsequente</u> , a qual ficará disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.mgs.srv.br">www.mgs.srv.br</a> .	95	28/10/2022	55490321	04/11/2022	-6	R\$ 58.329,53	807	10/11/2022	R\$ 56.690,75
2090001	72	LOCAÇÃO DE MAO DE-OBRA	LOCAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO REALIZADOS PELA MGS	9287509/2021 (38825290)	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S/A	<b>Contrato - 6. CLÁUSULA SEXTA - DA APRESENTAÇÃO E DO PAGAMENTO DA DESPESA - 6.2.3.</b> Após o aceite do Gestor Setorial, a CONTRATADA terá até o último dia útil do mês corrente para emitir a Nota Fiscal correspondente, <u>com vencimento no 2º (segundo) dia útil do mês subsequente</u> , a qual ficará disponível no endereço eletrônico <a href="http://www.mgs.srv.br">www.mgs.srv.br</a> .	96	28/10/2022	55490321	04/11/2022	-6	R\$ 75.056,92	812	10/11/2022	R\$ 57.030,33
2090001	72	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL	9178116 (0199459)	TRIVALE INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	<b>4.CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO -</b> O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> As Notas Fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas aos órgãos Contratantes, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços. Após aprovação pela Contratante, <u>os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos.</u>	3	04/11/2022	55732931 55733253	04/12/2022	16	R\$ 4.641,68	830	18/11/2022	R\$ 4.641,68
2090001	72	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	PASSAGENS - PESSOA JURÍDICA	9275399/2021 (27300699) Termo de Referência (27047776)	VOETUR TURISMO E REPRESENTAÇÕES LTDA	<b>Contrato:</b> 7.CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO. 7.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Anexo I - Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 9.DO PAGAMENTO: 9.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo</u> , acompanhado dos documentos fiscais devidamente conferidos e atestados pela unidade responsável.	205	09/11/2022	55868723	09/12/2022	8	R\$ 2.570,14	873	01/12/2022	R\$ 2.570,14
2090001	72	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇO DE INFORMÁTICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	3619 (1501469)	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	<b>4.CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE</b> 4.2.4.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente de acordo com os valores previstos no item 4.1 sendo que as notas fiscais relativas aos serviços <u>serão emitidas até o 5º dia útil de cada mês, com vencimento no 10º (décimo) dia após sua emissão.</u>	104	11/11/2022	56114010	20/11/2022	-11	R\$ 832,00	877	01/12/2022	R\$ 811,20



UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pqto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	72	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	9275399/2021 (27300699) Termo de Referência (27047776)	VOETUR TURISMO REPRESENTACOES LTDA	<b>Contrato:</b> 7.CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO. 7.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Anexo I - Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 9.DO PAGAMENTO: 9.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo</u> , acompanhado dos documentos fiscais devidamente conferidos e atestados pela unidade de responsável.	205	18/11/2022	56401235	18/12/2022	12	R\$ 17.978,91	884	06/12/2022	R\$ 17.978,91
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL PARA ESCRITORIO	Autorização de fornecimento nº: 000023 (56263476)	MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	Autorização de fornecimento : Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	282	21/11/2022	56459639	21/12/2022	20	R\$ 8.770,00	871	01/12/2022	R\$ 8.770,00
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	LOCAAO DE SERVICOS GRAFICOS	9265675 (23493960) Termo de Referência (22562777)	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	<b>Contrato:</b> CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital. <b>DO PAGAMENTO:</b> <b>Termo de Referência:</b> O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da nota fiscal a que se referir, com base no pré-faturamento aprovado pela CONTRATANTE e nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	106	23/11/2022	56667543	23/12/2022	4	R\$ 167,12	924	19/12/2022	R\$ 167,12
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICOS DE GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE COMBUSTIVEL	9178116 (0199459)	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	<b>4.CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO -</b> O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u> As Notas Fiscais deverão ser emitidas e encaminhadas aos órgãos Contratantes, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços. Após aprovação pela Contratante, <u>os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos.</u>	4	06/12/2022	57329016	05/01/2023	17	R\$ 6.600,74	925	19/12/2022	R\$ 6.600,74
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DE FROTA DE VEICULOS	9218784/2019 (5154655) Termo de referência (4825898)	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO - 6.1.O prazo de pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital. <b>Termo de referência:</b> 10.1.6. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento da nota fiscal/fatura, pela CONTRATANTE.</u>	202	07/12/2022	57375580	06/01/2023	22	R\$ 416,00	913	15/12/2022	R\$ 395,20
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	LOCAAO DE SERVICOS GRAFICOS	9265675 (23493960) Termo de Referência (22562777)	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	<b>Contrato:</b> CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital. <b>DO PAGAMENTO:</b> <b>Termo de Referência:</b> O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de emissão da nota fiscal a que se referir, com base no pré-faturamento aprovado pela CONTRATANTE e nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	106	14/12/2022	57733917	12/01/2023	20	R\$ 178,59	956	23/12/2022	R\$ 178,59
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE INFORMATICA EXECUTADO PELA PRODEMGE	3619 (1501469)	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	<b>4.CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, DO PAGAMENTO E DO REAJUSTE</b> 4.2.4.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente de acordo com os valores previstos no item 4.1 sendo que as notas fiscais relativas aos serviços <u>serão emitidas até o 5º dia útil de cada mês, com vencimento no 10º (décimo) dia após sua emissão.</u>	104	15/12/2022	57721651	23/12/2022	3	R\$ 832,00	928	20/12/2022	R\$ 811,20
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	9251446/2020 (15413886) Termo de Referência (14161647)	CLARO S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária, emitida por processamento eletrônico para <u>pagamento de faturas com código de barras</u> , nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.2 <u>A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento pactuado, Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação ou Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará a prorrogação do vencimento proporcionalmente aos dias de atraso.</u> 7.3 As Notas Fiscais de Serviços de Telecomunicações que <u>apresentarem incorreções</u> serão devolvidas à CONTRATADA para as devidas correções e o prazo para pagamento passará a correr a partir da data da reapresentação do documento considerado <u>válido pela CONTRATANTE.</u> 7.4 A CONTRATANTE poderá efetuar contestação dos débitos constantes da Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações, nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.5 Contestado o débito objeto da Nota Fiscal-Fatura de Serviços de Telecomunicações, será emitida nova nota fiscal do débito remanescente, se houver, para pagamento na data nesta apazada.	103	15/12/2022	57791832	24/12/2022	3	R\$ 31,16	933	21/12/2022	R\$ 31,16





UE	Fonte	Elemento Despesa - Descrição	Item Despesa - Descrição	Nº Contrato	Razão Social Credor	Condições de pagamento previstas no contrato	Nº Empenho	Data do Ateste	Nº doc. SEI (Ateste)	Prazo para pagamento	Exigibilidade x Pagamento	Valor Despesa Liquidada	Nº doc. Pqto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TELECOMUNICACAO	9251446/2020 (15413886) Termo de Referência (14161647)	CLARO S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.1. O pagamento será efetuado mensalmente através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária, emitida por processamento eletrônico para <u>pagamento de faturas com código de barras</u> , nos termos do Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações - RGC, aprovado pela Resolução Anatel Nº 632, de 07 de março de 2014. 7.2 <b>A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias do vencimento pactuado</b> , Nota Fiscal Fatura de Serviços de Telecomunicações para liquidação ou Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) – Danfe, <u>sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará a prorrogação do vencimento proporcionalmente aos dias de atraso.</u>	103	15/12/2022	57791832	24/12/2022	3	R\$ 12,36	934	21/12/2022	R\$ 12,36
2090001	72	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	LOCACAO DE VEICULOS	9337295/2022 (46536311)	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência - 5.DO PAGAMENTO:</b> O primeiro pagamento referente à locação de cada veículo será feito 30 (trinta) dias após o aceite formal da entrega pela CONTRATANTE e apresentação da Nota Fiscal/Fatura, independente da data de assinatura e publicação do contrato entre as partes.	209	15/12/2022	57724454	15/01/2023	25	R\$ 15.008,16	930	21/12/2022	R\$ 15.008,16
2090001	72	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	PASSAGENS - PESSOA JURIDICA	9275399/2021 (27300699) Termo de Referência (27047776)	VOETUR TURISMO REPRESENTACOES LTDA	<b>Contrato:</b> 7.CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO. 7.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Anexo I - Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 9.DO PAGAMENTO: 9.1 - O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento definitivo</u> , acompanhado dos documentos fiscais devidamente conferidos e atestados pela unidade responsável.	205	15/12/2022	57841451	14/01/2023	23	R\$ 18.004,12	939	22/12/2022	R\$ 18.004,12
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	9346014 (54112432) Termo de Referência (51483101)	VIBRA ENERGIA S.A	<b>Contrato:</b> CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> O pagamento pelo fornecimento de combustível será feito individualmente por cada órgão/ entidade de comprador <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento do produto e da Nota Fiscal/ Fatura</u> . O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado.	292	15/12/2022	57817838	14/01/2023	23	R\$ 50.657,40	953	22/12/2022	R\$ 22.514,40
2090001	72	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	SERVICO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	9309049 (37815145) Termo de Referência (37256001)	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	<b>Contrato:</b> 6.CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO - 6.1.O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> 7.DO PAGAMENTO: 7.1.O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o fornecedor indicar, <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final do período de adimplimento a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pela CONTRATANTE.</u>	141	16/12/2022	57892275	15/01/2023	24	R\$ 87,00	952	22/12/2022	R\$ 87,00
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	9346014 (54112432) Termo de Referência (51483101)	VIBRA ENERGIA S.A	<b>Contrato:</b> CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> O pagamento pelo fornecimento de combustível será feito individualmente por cada órgão/ entidade de comprador <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento do produto e da Nota Fiscal/ Fatura</u> . O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado.	292	19/12/2022	57932010	18/01/2023	27	R\$ 28.143,00	946	22/12/2022	R\$ 28.143,00
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES PARA VEICULOS AUTOMOTORES	9346014 (54112432) Termo de Referência (51483101)	VIBRA ENERGIA S.A	<b>Contrato:</b> CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO - O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência. <b>Termo de Referência:</b> O pagamento pelo fornecimento de combustível será feito individualmente por cada órgão/ entidade de comprador <u>no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data de recebimento do produto e da Nota Fiscal/ Fatura</u> . O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE através do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, a crédito do beneficiário em um dos bancos credenciados pelo Estado.	292	19/12/2022	57933316	18/01/2023	27	R\$ 5.628,60	947	22/12/2022	R\$ 5.628,60
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL PARA ESCRITORIO	Autorização de fornecimento nº: 000022 (56262767)	CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA -ME	<b>Autorização de fornecimento:</b> Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	281	19/12/2022	57722276	18/01/2023	22	R\$ 63,00	968	27/12/2022	R\$ 63,00
2090001	72	MATERIAL DE CONSUMO	MATERIAL PARA ESCRITORIO	Autorização de fornecimento nº: 000021 (56261109)	ROSENEIDE DA SILVA 31624995691 ME	<b>Autorização de fornecimento:</b> Condições de pagamento: Integral - <u>até 30 dias após o recebimento definitivo.</u>	279	19/12/2022	57720550	18/01/2023	22	R\$ 248,50	967	27/12/2022	R\$ 248,50



## APÊNDICE B – Avaliação da Gestão Orçamentária da FEAM – Exercício de 2022

Unidade Orçamentária:			FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE- FEAM (02091)										
Programa P/A/OE		Metas Físicas				Metas Financeiras			Eficácia		Eficiência		Justificativas
Programa	P/A/OE (Código)	Descrição (Produto e Unidade de Medida)	Previsão LOA	Execução	Execução/Previsão (%)	Crédito Inicial (R\$)	Despesa Realizada (R\$)	Desp.Realiz./C.réd. Inicial (%)	EA %	Desempenho	EI %	Desempenho	
98	4237	Gestão de Resíduos Sólidos	450	433	96,2	22.842.614,00	3.450.483,38	15,1	96,2	Satisfatório	637,0	Subestimado	1
98	4238	Qualidade do Ar, do Solo e dos Efluentes Líquidos Industriais	25	35	140,0	8.169.787,00	2.100.767,19	25,7	140,0	Subestimado	544,5	Subestimado	2
98	4240	Prevenção de Acidentes e Planejamento Territorial	52	57	109,6	5.118.952,00	2.748.513,21	53,7	109,6	Satisfatório	204,2	Subestimado	3
98	4242	Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas	6	12	200,0	1.258.006,00	539.018,28	42,8	200,0	Subestimado	466,8	Subestimado	4
102	4273	Gestão e recuperação de áreas degradadas, impactadas e contaminadas	54	107	198,1	7.755.664,00	3.533.407,38	45,6	198,1	Subestimado	434,9	Subestimado	5
705	2500	Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas	1	0	0,0	23.466.741,00	22.020.865,15	93,8	0,0	Crítico	0,0	Crítico	6
705	7004	Precatórios e Sentenças Judiciais	7	2	28,6	194.365,00	2.927.226,09	1506,0	28,6	Crítico	1,9	Crítico	7
705	7009	Complementação Financeira do Regime Próprio de Previdência Social	1	1	100,0	3.849.531,00	4.220.104,49	109,6	100,0	Satisfatório	91,2	Satisfatório	8
Totais (Execução Orçamentária)						72.655.660,00	41.540.385,17		I <sub>A</sub> % =	37,5%	I <sub>I</sub> % =	12,5%	
Avaliação da Gestão Orçamentária:									PARCIALMENTE EFICAZ		PARCIALMENTE EFICIENTE		
Legenda	E <sub>A</sub> %: Coeficiente de Eficácia (atributo do P/A/OE)					I <sub>A</sub> % ou I <sub>I</sub> %		Gestão Orçamentária					
	E <sub>I</sub> %: Coeficiente de Eficiência (atributo do P/A/OE)					>= 70% e <= 130%		Eficaz		Eficiente			
	I <sub>A</sub> %: Índice de Eficácia (atributo da gestão - totalidade dos P/A/OE)					> 0% e < 70% ou > 130%		Parcialmente Eficaz		Parcialmente Eficiente			
	I <sub>I</sub> %: Índice de Eficiência (atributo da gestão - totalidade dos P/A/OE)					= 0%		Comprometida		Comprometida			
	Desempenho: Satisfatório (E <sub>A</sub> ou E <sub>I</sub> >= 70% e <= 130%); Crítico (E <sub>A</sub> ou E <sub>I</sub> < 70%); Subestimado (EA ou EI >130%)					(*) Justificativa inexistente, insuficiente ou impertinente. (incluir nota quando aplicável).							



## APÊNDICE C – Justificativas inseridas no Sigplan quanto à Execução Anômala de Metas de Programas de Governo

Unidade Orçamentária:			FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE- FEAM (02091)			
Índice	P/A/OE		Justificativa			
	Código	Descrição	FS	FN	Descrição	
1	4237	Gestão de Resíduos Sólidos		x	Desempenho orçamentário menor devido a baixa execução no bimestre	
2	4238	Qualidade do ar, do solo e dos efluentes líquidos industriais	x	x	O resultado acima de 130% da meta física desta ação se justifica pelo esforço conjunto da equipe em priorizar o atendimento da demanda referente à análise de estudos de dispersão atmosférica. Desempenho orçamentário crítico considerando que para atendimento a meta não foi necessário recursos orçamentários.	
3	4240	Prevenção de acidentes e planejamento territorial	x	x	O desempenho físico e orçamentário ficaram abaixo do valor estimado	
4	4242	Sustentabilidade, energia e mudanças climáticas	x		O resultado acima de 130% da meta física desta ação se justifica pela maior demanda de órgãos externos por manifestações técnicas do Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas (Nusemc) da Feam.	
5	4273	Gestão e Recuperação de áreas degradadas, impactadas e contaminadas	x		O resultado acima de 130% da meta física desta ação ocorreu em razão do encerramento da recuperação de áreas em que ocorreram acidentes ambientais em anos anteriores a 2019.	
6	2500	Assessoramento e Gerenciamento de Políticas Públicas	x		Desempenho físico e orçamentário crítico devido a baixa execução no bimestre	
7	7004	Precatórios e Sentenças Judiciais		x	A ação refere-se a pagamento de RPV e precatórios, sob a qual não temos governabilidade, pois somos demandados pela Advocacia Geral do Estado AGEMG	
8	7009	Complementação Financeira do Regime Próprio de Previdência Social		x	A ação é executada segunda a folha de pagamento do inativos da FEAM.	

- Notas:**
- Justificativas aplicáveis a ocorrências de execução crítica ou subestimada, ou seja, execução física e (ou) financeira do P/A/OE com taxa de execução (relação entre meta executada e meta prevista) inferior a 70% (setenta por cento) ou superior a 130% (cento e trinta por cento);
  - Os campos "FS" e "FN" deverão ser preenchidos com um "X" conforme a característica da justificativa – se referente à execução crítica ou subestimada de meta física ou de meta financeira, respectivamente;
  - Na hipótese de uma justificativa se referir às metas física e financeira simultaneamente, ambos os campos (FS e FN) deverão ser marcados

**Legenda:** FS - Justificativa para execução de meta física; FN - Justificativa para execução de meta financeira



## APÊNDICE D – Avaliação da Gestão Patrimonial da FEAM – Exercício de 2022

### Eficácia da Gestão Patrimonial da FEAM

Analisar, sob a perspectiva da utilização e da conservação, os registros efetuados pela comissão de inventário físico e financeiro dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, inclusive imóveis para verificar a conformidade da(o):

QUESITO	CONFORMIDADE	EVIDÊNCIAS
Utilização adequada do patrimônio com observância da pertinência de seu uso com a finalidade do órgão/entidade	Atende	Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Evidência 1: Apesar das ocorrências Relatório de Conso. do Inventário de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº 58474167/2022, de 27/12/2022 (Doc. 62609053   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) não foi relatada nenhuma ocorrência relacionada à qualquer desvio de finalidade dos bens patrimoniais.
Utilização adequada do patrimônio com os objetivos das políticas públicas de sua responsabilidade	Atende	Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Evidência 1: Apesar das ocorrências Relatório de Conso. do Inventário de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº 58474167/2022, de 27/12/2022 (Doc. 62609053   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) não foi relatada nenhuma ocorrência relacionada à qualquer desvio de finalidade dos bens patrimoniais.
Utilização adequada do patrimônio com o fim a que se destina; e,	Atende	Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Evidência 1: Apesar das ocorrências Relatório de Conso. do Inventário de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº 58474167/2022, de 27/12/2022 (Doc. 62609053   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) não foi relatada nenhuma ocorrência relacionada à qualquer desvio de finalidade dos bens patrimoniais.
Estado de conservação dos bens patrimoniais, de forma a se permitir sua utilização otimizada e se evitem despesas com manutenção e conservação eventualmente desnecessárias.	Atende	Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Evidência: Conforme aduz-se das respostas constantes no item 4 do Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) e Relatório de Conso. do Inventário de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº 58474167/2022, de 27/12/2022 (Doc. 62609053   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) não consta qualquer ocorrência relativa à inutilização e/ou estado de conservação.



## Eficiência da Gestão Patrimonial da FEAM

QUESITO	CONFORMIDADE	EVIDÊNCIAS
Verificar se foi efetuada a conciliação dos saldos físicos e contábeis (conciliação entre os sistemas corporativos disponíveis), com o devido ajuste nas distorções identificadas (conciliação do saldo físico e o contábil), conforme relatório de inventário.	Não atende	<p>Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.º 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.º 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: "2. Informar quanto à existência e observância de mecanismos de controle que permitam assegurar a guarda, conservação, preservação e melhor utilização do patrimônio público, consistentes em conciliação dos saldos físicos e contábeis no Relatório de Inventário, e, em especial, quanto ao controle de cargas patrimoniais, elaboração de inventário com o devido ajuste nas distorções identificadas, guarda de bens em locais apropriados." Resposta: "Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que conforme processo SEI (2090.01.0004244/2022-40) consta o Relatório de Inventário de Material Permanente 2022 - FEAM - Ações Corretivas - Inconformidades Apuradas, documento em anexo (60749912), ainda em fase de elaboração, onde foram apontadas as inconsistências levantadas e as soluções para o saneamento das mesmas. Além disso, como consta no item "3", foram criadas novas unidades gestoras no intuito de melhorar os controles, além de plano de ação para as atividades de patrimônio e inventários semestrais, além do anual."</p> <p>Evidência 2: "Os saldos não estão conciliados considerando os relatórios de consumo anexos a este processo 58631838 e 58642751. O saldo do balanço levantado no SIAFI em 30/12/2022 é de R\$177.277,89 e o saldo do balanço do SIAD em 30/12/2022 totalizam R\$177.404,01, havendo uma divergência de R\$126,12. Houve aquisição de combustível realizada no mês de dezembro conforme notas fiscais anexas a este processo (58667965, 58668043, 58668134, 58668307 e 58668534) que totalizam o montante de R\$106.943,40. Consta também no balanço do SIAD de 30/12/2022 entradas referente a material de escritório (30.05) totalizando R\$311,50, porém não foi anexado a este processo nem informado a Comissão Inventariante quais seriam estes materiais." - Relatório de Conso. do Inventário de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº 58474167/2022, de 27/12/2022 (Doc. 62609053   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48)</p>
Verificar a existência do procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade, realizado quando da substituição do responsável pela guarda e conservação de bens, ou quando da extinção ou transformação da unidade gestora do material, bem como, na hipótese de realização de inventário eventual (realizado a qualquer tempo, por iniciativa da autoridade competente). Essa avaliação deverá ser efetuada sobre as informações do relatório de inventário anual e na área de patrimônio do órgão/entidade.	Atende	<p>Diligência 1: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.º 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.º 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: "3. Informar se houve realização de inventário de transferência de responsabilidade realizado quando da substituição do responsável pela guarda e conservação de bens, ou quando da extinção ou transformação da unidade gestora do material, bem como, na hipótese de realização de inventário eventual." Resposta: "Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que durante o ano de 2022, para melhor administrar as demandas patrimoniais da FEAM foram criadas as unidades gestoras dos núcleos ligados ao Gabinete e a DGER, a exemplo do Núcleo de Autos de Infração, Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos, Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas, Controladoria Seccional e Núcleo de Gestão de Barragens - NUBAR. Não houve nenhuma extinção de unidade gestora. Além disso, foi realizada adequação das cargas e inventário eventual."</p> <p>Diligência 2: Verificar se foi institucionalizado na Feam, o procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade (avaliar a pertinência desta diligência) - Memorando.CGE/CSET_SISEMA.º 72/2023, de 09/09/2023 (Doc. 62031802   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) encaminhado.</p> <p>Evidência 2: "1. Informar se há procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade: em caso de resposta positiva, informar o procedimento". Resposta: "Sim, atualmente há procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade. Transferência de Responsável pela Unidade: Imediatamente quando há mudança do responsável pela unidade, a informação é repassada a gerência de logística que cadastra o servidor como usuário do SIAD e o aloca em sua unidade, passando este a ser responsável pela carga da mesma. O novo gestor terá até 30 (trinta) dias para comunicar qualquer inconsistência encontrada. Inclusão: Ocorre quando a área demandante solicita o patrimônio para atendimento de suas demandas. Havendo a possibilidade de atendimento, imediatamente o bem é transferido para a carga de tal. A carga é impressa e junto ao equipamento, quando disponibilizado, a mesma é assinada em duas vias, ficando uma em posse do demandante e outra em posse da gerência de logística. Ainda, é possível fazer o aceite via SIAD. Os acessos foram criados para todos os responsáveis por cargas, no segundo semestre de 2022. Devolução: Ocorre quando a área deseja devolver algum patrimônio que encontra-se alocado em sua carga. A área promove a devolução para a gerência de logística e automaticamente o bem é transferido para o almoxarifado sendo emitido documento que comprove tal ação. Ademais foram construídos POPs de orientações quanto ao procedimento, quanto cartilha/manual para esclarecimento de dúvidas quanto à pauta de patrimônio aos usuários." - Memorando.FEAM/GELOG.º 27/2023, de 16/03/2023 (Doc. 62443001   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48)</p>



Verificar a adequada gestão patrimonial dos bens patrimoniais a partir de ocorrências negativas registradas pela comissão de inventário de materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, sem a correspondente medida administrativa pertinente.

QUESITO	CONFORMIDADE	EVIDÊNCIAS
A identificação de materiais e bens inutilizados, furtados, roubados, extraviados, alienados ou de semoventes mortos, não baixados devidamente.	Atende	<p>Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: "4. Consolidar, em planilha de Excel, as ocorrências registradas pelas Comissões Inventariantes, por unidade administrativa, tais como: - a identificação de materiais e bens inutilizados, furtados, roubados, extraviados, alienados ou de semoventes mortos, não baixados devidamente, conforme a legislação vigente e relatório de inventário: Resposta: "Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), após levantamento das ocorrências registradas pela Comissão Inventariante, foram identificados os itens relacionados na planilha (60798522). Além disso, durante a conferência patrimonial levantados pela Comissão foi identificado um notebook não localizado. Com isso, a GELOG está tomando todas as providências cabíveis para identificar a localização do bem. Não houve identificação de materiais e bens inutilizados em tal período. Ainda no decorrer do ano de 2022 houve um furto de notebook conforme esclarecido no processo SEI nº 2090.01.0000560/2022-83".</p>
Bens recebidos em doação sem a devida formalização do termo de doação e registro de entrada patrimonial (incorporação patrimonial), bem como, em hipótese contrária, a falta de formalização de termo de doação de bens sem a baixa patrimonial.	Atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""4. Consolidar, em planilha de Excel, as ocorrências registradas pelas Comissões Inventariantes, por unidade administrativa, tais como: - bens recebidos em doação sem a devida formalização do termo de doação e registro de entrada patrimonial (incorporação patrimonial), bem como, em hipótese contrária, a falta de formalização de termo de doação de bens sem a baixa patrimonial: "" Resposta: ""Em referência aos bens recebidos em doação ou incorporação, após o encerramento do Termo de Parceria com a OSCIP/GESÓIS, processo SEI 2090.01.0001939/2020-07, foram incorporados bens de consumo e permanente à carga patrimonial da FEAM, como demonstrado no Ofício GESÓIS nº 015/2020 (60791504)"".</p> <p>Diligência 2: Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 82/2023, de 21/03/2023 (Doc. 62814730   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48) - em referência ao Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023 (60215169), ""(...) solicito a gentileza de trazer à esta Controladoria: As evidências do registro do termo de entrada patrimonial dos bens relacionados no Ofício GESÓIS nº 015/2020 (60791504) incorporados à carga patrimonial da FEAM:(...)""</p>
Bens móveis e materiais de consumo não registrados nos sistemas de controle de materiais (Módulo de Material de Consumo do SIAD).	Atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""4. Consolidar, em planilha de Excel, as ocorrências registradas pelas Comissões Inventariantes, por unidade administrativa, tais como: - bens móveis ou imóveis não registrados nos sistemas de controle de materiais e imóveis, conforme consulta aos trabalhos da Comissão de Inventário"" Resposta: ""Quanto aos bens móveis ou imóveis, a Comissão não identificou nenhum bem sem registro na FEAM"".</p> <p>Evidência 2: Não ocorrência no Relatório de Conso. do Invent. de Mat. de Consumo FEAM/GELOG nº. 59677574/2023, de 24/01/2023 (Doc. 60749912   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48)</p>
Bens imóveis não registrados nos sistemas de controle de imóveis (Módulo de Imóveis do SIAD), conforme consulta aos trabalhos da comissão de inventário.	Não se aplica	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""4. Consolidar, em planilha de Excel, as ocorrências registradas pelas Comissões Inventariantes, por unidade administrativa, tais como: - bens móveis ou imóveis não registrados nos sistemas de controle de materiais e imóveis, conforme consulta aos trabalhos da Comissão de Inventário"" Resposta: ""Quanto aos bens móveis ou imóveis, a Comissão não identificou nenhum bem sem registro na FEAM"".</p> <p>Evidência 2: ""17. Informar se os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela Feam correspondem ao(s) registrado(s) no(s) sistema(s) utilizado(s)."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que a FEAM não possui imóveis em seu nome"". "</p>





QUESITO	CONFORMIDADE	EVIDÊNCIAS
Verificar, por meio de amostragem, da situação de regularidade dos veículos oficiais da frota do órgão ou entidade, em relação aos seus Certificados de Registro do Veículo (CRV), bem como se há registros de multas de trânsito pendentes de pagamento e de apuração de responsabilidades.	Atende	<p>"Diligência 1: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""5. Informar quanto à regularidade da documentação dos veículos de propriedade do órgão/entidade (DPVAT, Seguro Obrigatório e inexistência de multas); disponibilizar listagem dos veículos pertencentes à frota própria da Feam."" Resposta: Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que a frota da FEAM dispõe no momento de 22 (vinte e dois veículos) sendo 18 (dezoito) veículos de frota própria e 4 (quatro) veículos locados. Dos veículos próprios, 6 (seis) estão cedidos à SEMAD por meio de Termo de Cessão de Uso nº03/2019 (6660282). Dos veículos locados, 1 (um), o veículo de representação está locado por meio do contrato nº 9287815/2021 (56960065) celebrado entre a FEAM e a empresa Unidas Veículos Especiais S.A. e 3 (três), veículos do tipo camionete 4x4, locadas por meio do contrato nº9337295/2022 (46536311) celebrado entre a FEAM e a empresa Unidas Veículos Especiais S.A. No tocante aos 18 veículos que compõem a frota própria desta Fundação, todos os veículos apresentam documentação regular, exigida pelos órgãos controladores e fiscalizadores de trânsito, isto é, documentação ano 2022. Com relação a documentação de 2023, 1 (um) veículo, QNK1434, ainda não dispõe a documentação, visto estar com uma multa a ser paga pelo condutor infrator, com vencimento em 28 de fevereiro deste presente ano.</p> <p>Teste: Análise Amostral * Ford/Ranger 2017/2018   Placa QNK1434   Chassi 8AFAR23N9JJ053328   Renavan 1135580879 Multa Número AIT: AE03709249   Número Processamento: 11461448   Data: 19/05/2022   Valor: R\$ 293,47   Código: 758-70   Descrição: TRANSITAR NA FAIXA OU VIA EXCLUSIVA REGULAM. P TRANSPORTE PUBLICO COLETIVO DE PASSAGEIROS   Local: AV. DOM PEDRO I OPOSTO AO N.01.300 - PI   Órgão: PREF. DE: MG - BELO HORIZONTE   Situação: A PAGAR * VW/Gol 2017/2018   Placa QNJ0514   Chassi 9BWAB45U4JT064498 Renavan 1134474773 Multa Número AIT: S030057682   Número Processamento: 11512998   Data: 15/06/2022   Valor: R\$ 130,16   Código: 745-50   Descrição: TRANSITAR EM VELOCIDADE SUPERIOR A MAXIMA PERMITIDA EM ATE 20   Local: BR381 KM 350,19 JOAO MONLEVADE   Órgão: DNIT   Situação: A PAGAR</p> <p>Diligência 2: Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 82/2023, de 21/03/2023 - Foi requerido os registros de transferências de multas de trânsito aos respectivos motoristas das seguintes infrações (Doc. 62814730   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 2: Foram encaminhados o (I) Auto de Infração AIO3709249- Veículo QNK1434 (62882247), e (II) Auto de Infração S030057682 (62885551) contendo a identificação do infrator. (Doc. 62882247 e 62885551   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p>
Verificar se houve a adequada instituição de comissões, em quantidades necessárias para promover, devidamente, o inventário dos bens de consumo, insumos, permanentes e imóveis, que são objeto de registro no ativo da Administração, com base em documentos produzidos no âmbito da instituição, como por exemplo, em relatório de comissão de inventário, laudos do serviço de logística, dentre outros;	Atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""7. Informar se houve a instituição em quantidades necessárias de Comissões para promover, devidamente, o inventário dos bens de consumo, insumos, permanentes e imóveis da Feam: Apontar as unidades existentes, respectivas comissões e processo respectivos processos SEI;"" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que para promover o inventário anual de 2022, conforme solicitado no Decreto nº 48.531/22 de 11/11/2022, foi criada comissão conforme Portaria FEAM nº 689/2022 de 25/11/2022 (56893283). As unidades onde aconteceram as conferências estão digitalizadas no processo SEI de nº 2090.01.0004244/2022-40 para acompanhamento.""</p> <p>Evidência 2: Sem ocorrências de inadequações em relação à comissão no Relatório de Conso. do Invent. de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº. 57223896/2022 (Doc. 60748700   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Sem ocorrências de inadequações em relação à comissão no Relatório de Conso. do Invent. de Mat. Permanente FEAM/GERAI nº. 57223875/2022 (Doc. 60748322   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 3: Verificado os autos do processo SEI nº 2090.01.0004244/2022-40, em especial, os relatórios de consolidação de inventário e a Ata de Reunião (Doc. 58289764). Não há ocorrências de relativo à inadequações em relação a comissão."</p>



QUESITO	CONFORMIDADE	EVIDÊNCIAS
Verificar se os inventários de materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, de bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e recebidos em cessão, inclusive imóveis foram realizados na sua integralidade	Não atende	<p>"Diligência 1: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""8. Informar se os inventários de bens foram realizados na sua integralidade."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que o inventário de bens foi realizado na sua integralidade, conforme consta no Relatório de Consolidado do Inventário de Material Permanente FEAM/GERAI nº 58474238/2022 (58474238) com exceção da unidade 2091035 - Almoxarifado Sucata (58638592), em que não foi possível fazer o levantamento dos bens, uma vez que o local de armazenagem dos bens está com condições insalubre.""</p> <p>Diligência 2: ""2. Informar as condições, com mais detalhes, do inventário do almoxarifado e, diante da insalubridade informada, informar se há medidas para a solução daquela situação"" - Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 72/2023, de 09/03/2023 (Doc. 62031802   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 2: ""O almoxarifado sucata encontra-se alocado em sala nas dependências da unidade Gameleira. Na sala há muita poeira, alguns equipamentos com óleo e outros fluidos. Dado o espaço, há dificuldade na conferência dos mesmos. Para acessar a sala faz-se necessário o uso de luvas, máscaras e aventais. Estamos trabalhando para realizar o levantamento dos bens alocados em tal almoxarifado ainda no mês de março, bem como montagem de cronograma e processo para alienação dos bens ainda neste ano. Liberando o espaço e dando destinação correta aos mesmos."" Memorando.FEAM/GELOG.nº 27/2023, de 16/03/2023 (Doc. 62443001   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48)."</p>
Verificar a existência de controles que garantam o monitoramento de bens que possuem prazo de validade e procedimentos que garantam o melhor aproveitamento desses bens em tempo hábil;	Atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""9. Informar quanto à existência de controles que garantam o monitoramento de bens que possuem prazo de validade e procedimentos que garantam o melhor aproveitamento desses bens em tempo hábil."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que em relação aos bens patrimoniais o controle é feito em 02 (duas) etapas, um levantamento no 1º semestre para verificação e possíveis ocorrências e um no 2º semestre antecedendo o levantamento anual para subsidiar a comissão de inventário.""</p> <p>Sugestão de Auditoria: Esta Controladoria sugere que sejam elaborados procedimentos institucionalizados na entidade prevendo controles formais para monitoramento de bens que possuem prazo de validade e o melhor aproveitamento desses bens em tempo hábil."</p>
Verificar a existência materiais e bens em estoque/dépósitos por prazo superior ao programado/estabelecido;	Não atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""10. Informar quanto à existência de controles de materiais e bens em estoque/dépósitos por prazo superior ao programado/estabelecido, que permitam garantir o não desperdício."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que em 2022 foi feito um levantamento dos materiais existentes no estoque da FEAM e foram identificados alguns itens com prazos de validade expirados, conforme Planilha (60903272). Com isso, esta gerência deu início ao processo de controle do estoque de modo que, neste ano de 2023, todos os itens irregulares sejam descartados corretamente e que seja proporcionado um melhor aproveitamento do que tem armazenado"".</p> <p>Teste: Encontrados 5 itens vencidos na Planilha de Estoque da Feam (Doc. 60903272   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48)."</p>
Verificar a existência de denúncias sobre desaparecimento ou mau uso dos bens patrimoniais do órgão/entidade e se foram instaurados procedimentos de	Atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""13. Relacionar denúncias e providências adotadas frente a eventual desaparecimento ou mau uso de bem patrimonial."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que no ano de 2022 houveram 02 (duas) ocorrências, um furto e um mau uso. Para a ocorrência de furto o processo SEI (2090.01.0000560/2022-83) foi instaurado, apurado e a servidora</p>





QUESITO	CONFORMIDADE	EVIDÊNCIAS
apuração de responsabilidade e de indenização.		restituiu o bem patrimonial da Feam. Quanto a ocorrência de mau uso, foi criado o processo SEI (2090.01.0005145/2021-63), em que a Gelog está tomando todas as providências necessárias para ressarcimento do conserto do bem."
Verificar se foram constituídas comissões de reavaliação de bens móveis.	Não atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: ""14. Informar se foram constituídas comissões de reavaliação de bens móveis, para fins de cumprimento do disposto no caput do art. 4º do Decreto Estadual n. 47.754/2019."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que até a presente data não foi instituída a referida comissão, mas que o processo de constituição se encontra em andamento"".</p> <p>Evidência 2: ""17. Informar se os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela Feam correspondem ao(s) registrado(s) no(s) sistema(s) utilizado(s)."" Resposta: ""Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que a FEAM não possui imóveis em seu nome"".</p>
Verificar se os relatórios de inventário são de data-base de 30 de novembro do exercício sob análise, e, se, posteriormente, há relatório conclusivo, contendo os saldos finais com a posição de 31 de dezembro do exercício findo.	Atende	<p>"Diligência: Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 5/2023, de 19/01/2023 - Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam (Doc. 59506304   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48). Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023, de 03/02/2023 - Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir (Doc. 60215169   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48).</p> <p>Evidência 1: Relatório de Conso. do Invent. de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº. 57223896/2022, de 05/12/2022 - Posição em: 30/11/2022. Relatório de Conso. do Inventário de Mat. de Consumo FEAM/GERAI nº 58474167/2022, de 27/12/2022 - Posição em: 30/12/2022.(Doc. 62609053   Processo SEI nº 1520.01.0000728/2023-48)"</p>

## ANEXO I – Esclarecimentos solicitados pelo controle interno ao dirigente da entidade sobre as contas do exercício

Anexo ao presente Relatório.

## ANEXO II – Manifestação da Auditada

Anexo ao presente Relatório.

## ANEXO III – Relatórios de Auditoria elaborados no exercício de 2022

Anexo ao presente Relatório.

## ANEXO IV – Relatório de Avaliação de Estrutura de Controle Interno da Fundação Estadual do Meio Ambiente

Anexo ao presente Relatório.

## ANEXO V – Relatório Anual de Controle Interno

Anexo ao presente Relatório.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 4/2023

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Renato Teixeira Brandão**

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

**C/C: Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias**

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECON

**Assunto:** Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas nº 14/2011 e 17/2008, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio do presente processo SEI/IMG, as informações e documentos da Feam relacionados a seguir, referentes ao exercício 2022.

**Gestão Orçamentária**

1 - Informar os dados de programação e execução, física e financeira, dos P/A/O/E, com demonstração do crédito inicial, do crédito autorizado e da despesa realizada, com respectivas justificativas (se houver);

**Gestão Financeira**

2. Disponibilizar Balancete de Dezembro e de encerramento do exercício de 2022;

3. Acerca dos recursos de convênios e instrumentos congêneres, demonstrar o saldo das seguintes rubricas contábeis com o respectivo saldo bancário (disponibilizar extrato).

1.1.1.1.1.02	lançamentos/registros relacionados com recursos de convênios)
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos de convênios)
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos de convênios)

4. Encaminhar a listagem de todos os convênios vigentes em 31/12/2022, informando o montante de recursos repassados e sua situação (em andamento, finalizado, em análise, etc...).

5. Demonstrar a correspondência do saldo das rubricas contábeis de recursos diretamente arrecadados (fontes 60 e 61) com o respectivo saldo bancário, quando aplicável.

1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)

6. Informar se houve pontualidade dos pagamentos realizados sem geração de ônus financeiros adicionais (multas contratuais, juros de mora, etc).

7. Informar se ocorreram pagamentos que tenham sido realizados em 2022, a título de ônus financeiros adicionais (multas contratuais, juros de mora, etc.). Em caso positivo, relacionar e justificar cada pagamento, apresentando a documentação comprobatória. Apresentar dados em planilha, a exemplo da tabela a seguir:

UE	EP	Data	Razão Social do Credor	Despesa Realizada
<b>3.3.90.39-26 - Encargos Financeiros - Pessoa Jurídica</b>				
<b>Total Geral</b>				<b>R\$</b>

8. Informar sobre a existência de planejamento da alocação de recursos, mediante sistema de fluxo de caixa, por meio do qual se realizem a previsão e o controle das receitas e despesas, bem como do planejamento de dispêndios e prioridade das despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento do órgão/entidade/fundo.

9. Informar acerca da execução orçamentária, física e financeira dos recursos oriundos de convênios de entrada de recursos ou instrumentos congêneres em que o órgão figure como proponente, havendo ou não contrapartida, independentemente da fonte de recurso.

10. Informar sobre a adequação da apuração da dívida flutuante (registros efetuados no(s) relatório(s) sobre a Dívida Flutuante, por Comissão da Dívida Flutuante, e providências adotadas pela gestão).

11. Informar se a inscrição em Restos a Pagar das despesas orçamentárias legalmente contratadas, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro do exercício sob análise realizou-se com observância das determinações legais pertinentes. Apresentar justificativas, se for o caso.

12. Demonstrar a certificação dos saldos inscritos em “Restos a Pagar Processados” (RPP) e “Restos a Pagar Não Processados” (RPNP) no exercício sob análise e o cancelamento de saldos insubsistentes, nos termos do decreto de encerramento do exercício;

13. Informar se houve o cancelamento de inscrições de RPNP de exercícios anteriores (conta 5.3.1.2.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES), na hipótese de sua não liquidação no prazo estabelecido no(s) decreto(s) de encerramento do(s) exercício(s) em que houve a respectiva inscrição.

14. Na hipótese de manutenção de saldo de inscrições de RPNP de exercícios anteriores, informar se as despesas correlatas se referem às despesas de caráter constitucional ou que tenham sido referendadas pelo Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin), nos termos do decreto de encerramento do exercício sob análise.

**Solicitamos que as informações nos sejam encaminhadas em até 10 (dez) dias.**

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET\_SISEMA e CGE/CSET\_SISEMA/NATI.



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 19/01/2023, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59506053** e o código CRC **64D0CB23**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 5/2023

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Renato Teixeira Brandão**

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

**C/C: Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias**

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECOF

**Assunto:** Solicita envio de informação para subsidiar o Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 – Feam

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas nº 14/2011 e 17/2008, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio do presente processo SEI/MG, as informações e documentos da Feam relacionados abaixo, referentes ao exercício 2022.

1. Encaminhar relatórios consolidados das comissões responsáveis por promoverem o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro no Ativo, relativas ao exercício de 2022.

2. Informar quanto à existência e observância de mecanismos de controle que permitam assegurar a guarda, conservação, preservação e melhor utilização do patrimônio público, consistentes em conciliação dos saldos físicos e contábeis no Relatório de Inventário, e, em especial, quanto ao controle de cargas patrimoniais, elaboração de inventário com o devido ajuste nas distorções identificadas, guarda de bens em locais apropriados.

3. Informar se houve realização de inventário de transferência de responsabilidade realizado quando da substituição do responsável pela guarda e conservação de bens, ou quando da extinção ou transformação da unidade gestora do material, bem como, na hipótese de realização de inventário eventual.

4. Consolidar, em planilha de Excel, as ocorrências registradas pelas

Comissões Inventariantes, por unidade administrativa, tais como:

- a identificação de materiais e bens inutilizados, furtados, roubados, extraviados, alienados ou de semoventes mortos, não baixados devidamente, conforme a legislação vigente e relatório de inventário;
- bens recebidos em doação sem a devida formalização do termo de doação e registro de entrada patrimonial (incorporação patrimonial), bem como, em hipótese contrária, a falta de formalização de termo de doação de bens sem a baixa patrimonial;
- bens móveis ou imóveis não registrados nos sistemas de controle de materiais e imóveis, conforme consulta aos trabalhos da Comissão de Inventário.

5. Informar quanto à regularidade da documentação dos veículos de propriedade do órgão/entidade (DPVAT, Seguro Obrigatório e inexistência de multas); disponibilizar listagem dos veículos pertencentes à frota própria da Feam.

6. Informar se as unidades administrativas da Feam efetuaram pagamentos a título de Multas de Trânsito; Em caso positivo, informar se os valores foram ressarcidos aos cofres públicos pelos responsáveis (anexar documentação comprobatória do respectivo ressarcimento). No caso de ausência de providências quanto à responsabilização e ressarcimento, gentileza emitir justificativa para cada multa paga pela Feam.

7. Informar se houve a instituição em quantidades necessárias de Comissões para promover, devidamente, o inventário dos bens de consumo, insumos, permanentes e imóveis da Feam; Apontar as unidades existentes, respectivas comissões e processo respectivos processos SEI;

8. Informar se os inventários de bens foram realizados na sua integralidade.

9. Informar quanto à existência de controles que garantam o monitoramento de bens que possuem prazo de validade e procedimentos que garantam o melhor aproveitamento desses bens em tempo hábil.

10. Informar quanto à existência de controles de materiais e bens em estoque/depósitos por prazo superior ao programado/estabelecido, que permitam garantir o não desperdício.

11. Informar se há planejamento para aquisição de bens e, havendo, se o planejamento é observado.

12. Informar quanto à existência de controles de quantidade de bens adquiridos, mas que tenham excedido a demanda (pedido de aquisição), que permitam garantir a compatibilidade entre a demanda e as aquisições, sem desperdício.

13. Relacionar denúncias e providências adotadas frente a eventual desaparecimento ou mau uso de bem patrimonial.

14. Informar se foram constituídas comissões de reavaliação de bens móveis, para fins de cumprimento do disposto no caput do art. 4º do Decreto Estadual n. 47.754/2019.

15. Informar se foram realizados ajustes em relação aos relatórios elaborados pelas comissões de inventário constituídas ao término do exercício



financeiro anterior.

16. Informar se há conciliação e realização de ajustes dos respectivos saldos contábeis, com vistas à demonstração da fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio da Feam.

17. Informar se os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela Feam correspondem ao(s) registrado(s) no(s) sistema(s) utilizado(s).

**Solicitamos que as informações nos sejam encaminhadas em até 10 (dez) dias.**

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET\_SISEMA e CGE/CSET\_SISEMA/NATI.



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 19/01/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59506304** e o código CRC **9A01E09C**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 59506304



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 6/2023

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Renato Alves Pereira**

Superintendente de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - SGDP

**Assunto:** Encerramento de Exercício – Prestação de Contas – Feam – 2022

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Superintendente,

Com meus cordiais cumprimentos e visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas nº 14/2011 e 17/2008, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que trata da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio do presente processo SEI/!MG, a relação de processos administrativos instaurados, em andamento e concluídos, no período de 01.01.2022 a 31.12.2022, para os casos de concessão indevida de vantagens e benefícios aos servidores, aos inativos e aos pensionistas relacionados à Feam, com base na Resolução SEPLAG nº 37, de 2005.

Caso não tenha sido instaurado nenhum procedimento no período indicado, gentileza nos informar e no prazo limite, indicado a seguir.

**Solicitamos que as informações nos sejam encaminhadas em até 10 (dez) dias.**

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET\_SISEMA e CGE/CSET\_SISEMA/NATI.



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 19/01/2023, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59506508** e o código CRC **A6B1FA03**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 59506508



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 7/2023

Belo Horizonte, 19 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Renato Teixeira Brandão**

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

**C/C: Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias**

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECOF

**Assunto:** Encerramento de Exercício – Prestação de Contas – Feam – 2022

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas nº 14/2011 e 17/2008, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio do presente processo SEI/MG, as informações e documentos da Feam relacionados abaixo, referentes ao exercício 2022.

1. Demonstrar, por unidade executora, a designação formal dos Ordenadores de Despesa, demonstrando o ato que o designou.

2. Informar se todos os documentos decorrentes de processos de execução orçamentária da despesa do exercício de 2022 foram assinados digitalmente até o término do exercício financeiro. Caso existam pagamentos não assinados digitalmente, informar se foram observadas as orientações da SEF de convalidação de despesas ([www.siafi.mg.gov.br](http://www.siafi.mg.gov.br) > usuários > serviços > Formulário para Solicitação de Convalidação de Documentos Pendentes de Assinatura Digital).

3. Informar se foi enviada à Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda, a declaração atestando a conformidade da execução orçamentária e a certificação dos dados do balancete mensal.

5. Informar quanto à existência de profissional habilitado para responder pela Diretoria ou Gerência de Contabilidade ou unidade equivalente, mediante comprovação de inscrição do responsável junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

6. Demonstrar, por unidade executora, da designação formal dos Responsáveis Técnicos junto ao SIAFI, nos termos do Decreto Estadual nº 42.251, de 2002.

7. Informar sobre a existência da Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou Comissão Especial de Licitação, mediante demonstração do instrumento legal de sua instituição, em todas as unidades administrativas;

8. Demonstrar o ato de designação formal de pregoeiro e equipe de apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, em todas as unidades administrativas;

9. Informar sobre a existência de designação de gestores e fiscais de contrato.

10. Informar sobre a existência de eventuais inscrições em “Diversos Responsáveis” decorrentes de atos ilegais apurados em sindicâncias, processos administrativos e tomadas de contas especiais, tomando-se por base os registros das rubricas contábeis informadas a seguir:

#### Diversos Responsáveis

1.1.3.4.1 - Créditos por danos ao patrimônio - consolidação

8.1.1.9.1.06 - Diversos responsáveis em apuração

11. Informar se há prestações de contas pendentes e eventual subsistência dos saldos de contas a seguir:

1.1.3.1.1.01.01 -Adiantamentos/Diárias antecipadas concedidos a Pessoal

8.1.2.2.1.04 - Obrigações Conveniadas a Comprovar

12. Disponibilizar as Notas Explicativas constantes no Relatório de Conformidade Contábil, bem como situações não regularizadas até 31 de dezembro de 2022, contendo apontamento das ações adotadas para a sua regularização.

13. Informar acerca da certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das contas auxiliares que compõem a conta Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria de que os saldos retratam fielmente o disponível do órgão/entidade.

14. Disponibilizar relatório circunstanciado da comissão designada para levantamento completo do inventário dos valores em tesouraria, e informar acerca da certificação da conformidade entre o saldo físico e contábil, apresentando a conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.

15. Informar acerca da certificação do saldo físico e contábil das obrigações constantes dos grupos passivo circulante e não circulante, apresentando a conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.

16. Informar acerca da certificação do saldo físico e contábil das contas de controle representativas dos atos potenciais ativos e passivos, apresentando a conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.

**Solicitamos que as informações nos sejam encaminhadas em até 10 (dez) dias.**

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET\_SISEMA e CGE/CSET\_SISEMA/NATI.



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 19/01/2023, às 16:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59506689** e o código CRC **E083461E**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 59506689



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 25/2023

Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Renato Teixeira Brandão**

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

**C/C: Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias**

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECONF

**Assunto:** Complementação Memorando 4

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos, complemento os seguintes itens no Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 4/2023 (59506053).

14. Informar as despesas Despesas de Exercícios Anteriores - DEA, porventura existentes, em 31/12/2022.

15. Disponibilizar os relatórios seguintes:

RFCAE759 – Empenhos em Aberto /Restos a Pagar Processados;

RFCAE781 – Resto a Pagar para o exercício seguinte;

RFCAE757 – Folha de Pessoal do Exercício;

RFCAE740 – Restos a Pagar não Processados;

RFCAE34T – Balancete;

RFCAE777 – Obrigações Liquidadas a Pagar;

RFCAE784 – Transferência de Restos a Pagar.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,



Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET SISEMA e CGE/CSET SISEMA/NATI.



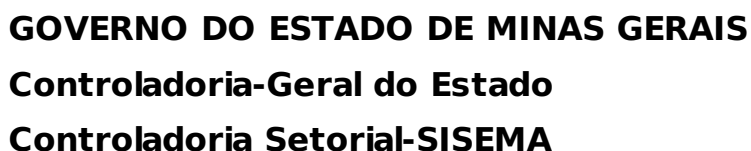
Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 21/01/2023, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59577900** e o código CRC **C1E0FFCE**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI n° 59577900



Belo Horizonte, 21 de janeiro de 2023.

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECOF

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Com meus cordiais cumprimentos, complemento os seguintes itens no Memorando.CGE/CSET SISEMA/NATI.nº 7/2023 (59506689).

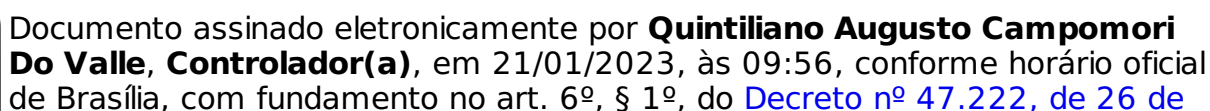
17. Disponibilizar pareceres ou decisões dos órgãos que devam se manifestar sobre as contas, tais como: Conselhos de Administração, Diretorias, Conselhos Fiscais, Conselhos Curadores, Comissões de Controle, auditorias independentes (externas) e outros; Disponibilizar Acórdãos ou Relatórios de Auditoria eventualmente emitidos por órgão de controle externo.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET SISEMA e CGE/CSET SISEMA/NATI.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59577927** e o código CRC **1C7DD220**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 59577927



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 40/2023

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2023.

**Para:** Sra. Fernanda Roveda Lacerda Costa  
Diretora de Administração e Finanças

**Assunto:** Dilação de Prazo - RAG

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Diretora,

Com meus cordiais cumprimentos, não me oponho à dilação do prazo de entrega das informações para o dia 17/02/2023, impreterivelmente.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 07/02/2023, às 14:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **60398935** e o código CRC **AA146EA8**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 60398935



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 72/2023

Belo Horizonte, 09 de março de 2023.

**Para:** Sra. Paula Lúcia de Carvalho Gomes

Gerente de Logística, Compras e Contratos - GELOG

**Assunto:** Complementação Informações RAG FEAM 2022

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Gerente,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste solicitar alguns esclarecimentos acerca das respostas contidas nos memorandos do presente processo.

1. Informar se há procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade; em caso de resposta positiva, informar o procedimento.
2. Informar as condições, com mais detalhes, do inventário do almoxarifado e, diante da insalubridade informada, informar se há medidas para a solução daquela situação.
3. Informar o andamento da constituição da comissão da avaliação de bens móveis.
4. Informar se há Relatório Conclusivo do Inventário de Material de Consumo posterior ao Relatório Consolidado do Inventário de Material de Consumo e anexar ao presente processo documentos com datas posteriores ao último Relatório Consolidado.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Peço a gentileza da resposta até o dia 14/03/2023.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 09/03/2023, às 12:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62031802** e o código CRC **187098A8**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62031802



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 78/2023

Belo Horizonte, 16 de março de 2023.

**Para:** Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECON

**Assunto:** Informações complementares - investimentos

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Gerente,

Com meus cordiais cumprimentos, considerando a Ordem de Serviço 11/2023 AUG/CGE, solicito a gentileza da seguinte informação complementar:

Informar acerca, em 2022, pela FEAM, das aplicações financeiras, em títulos públicos federais, por instituição financeira credenciada pela Secretaria de Estado de Fazenda, no que tange à sua realização, periodicidade, valores, bem como apresentar os documentos relativos às mesmas.

Peço a gentileza da resposta até 17/03/2023.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 16/03/2023, às 08:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site





[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62438527** e o código CRC **4EF36AFB**.

---

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62438527



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 81/2023

Belo Horizonte, 21 de março de 2023.

**Para:** Sra. Fernanda Roveda Lacerda Costa  
Diretora de Administração e Finanças

**Assunto:** Reiteração Memorando 40

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Diretora,

Com meus cordiais cumprimentos, reitero a solicitação contida no Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 26/2023 (59577927) que teve dilação de prazo solicitada no Memorando.FEAM/GELOG.nº 10/2023 (60368671) e concedida no Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 40/2023 (60398935)

Atenciosamente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 21/03/2023, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62778613** e o código CRC **15DC2860**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62778613



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 82/2023

Belo Horizonte, 21 de março de 2023.

**Para:** Sra. Paula Lúcia de Carvalho Gomes  
Gerente de Logística, Compras e Contratos

**Assunto:** Solicitação de Esclarecimentos

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Gerente,

Com meus cordiais cumprimentos, em referência ao Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023 (60215169), solicito a gentileza de trazer à esta Controladoria:

As evidências do registro do termo de entrada patrimonial dos bens relacionados no Ofício GESÓIS nº 015/2020 (60791504) incorporados à carga patrimonial da FEAM;

Registros de transferências de multas de trânsito aos respectivos motoristas das seguintes infrações: (Ford/Ranger 2017/2018 | Placa QNK1434 | Chassi 8AFAR23N9JJ053328 | Renavan 1135580879 Multa Número AIT: AE03709249 | Número Processamento: 11461448 | Data: 19/05/2022 | Valor: R\$ 293,47 | Código: 758-70) e (VW/Gol 2017/2018 | Placa QNJ0514 | Chassi 9BWAB45U4JT064498 Renavan 1134474773 Multa Número AIT: S030057682 | Número Processamento: 11512998 | Data: 15/06/2022 | Valor: R\$ 130,16 | Código: 745-50).

Solicito estas juntadas até 22/03/2023.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 21/03/2023, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62814730** e o código CRC **260DB570**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62814730



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 86/2023

Belo Horizonte, 31 de março de 2023.

**Para:** Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECON

**Assunto:** Esclarecimentos

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Gerente,

Com meus cordiais cumprimentos, peço a gentileza do esclarecimento acerca de alguns pontos para a elaboração do Relatório de Auditoria de Gestão:

- 1- Se foram feitos gastos com publicidade, pela FEAM, em 2022;
- 2- Acerca das recomendações elencadas no item II do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas nos autos do processo 1071389 (62911298), quais as medidas tomadas pela GECON e DAFI para atendimento das mesmas.

Solicito a gentileza da resposta até o dia 04/04/2023.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 31/03/2023, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **63504225** e o código CRC **7C9D3F67**.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 93/2023

Belo Horizonte, 12 de abril de 2023.

**Para:** Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECON

**Assunto:** Esclarecimentos - Gestão Financeira

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Gerente,

Com meus cordiais cumprimentos, solicito a gentileza dos seguintes esclarecimentos acerca do Memorando.FEAM/GECON.nº 9/2023 (59755241):

1- No que tange ao saldo de R\$ 456.334.989,40 referente a conta 1.1.1.2.01.02 Contas de Movimentação Interna, elucidar se é possível demonstrar a conciliação entre o saldo constante na conta e o saldo bancário. Em caso positivo, enviar extrato. Em caso negativo, justificar.

2- No que tange ao planejamento dos dispêndios e prioridade das despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento do órgão, esclarecer como isso ocorre no âmbito da FEAM. Elucidar de forma detalhada quais os procedimentos efetuados. Exemplificar, se possível.

3- No que se refere aos convênios de entrada de recursos ou instrumentos congêneres firmados no âmbito da FEAM, solicita-se os seguintes esclarecimentos/informações/documentações:

a) Relacionar os convênios de entrada e instrumentos congêneres vigentes na FEAM;

b) Encaminhar cópia dos Termos de Convênio ou instrumento congênere;

c) Esclarecer a respeito das prestações de contas de cada um dos instrumentos. Houve a formalização de prestações de contas parciais? As prestações de contas foram aprovadas? Solicito encaminhar as evidências.

d) Esclarecer a respeito da execução física dos instrumentos. Quais as metas físicas já foram cumpridas? Há relatórios de monitoramento quanto à execução física? Em caso positivo, encaminhar cópia dos referidos relatórios.



4- Encaminhar o Relatório da Comissão da Dívida Flutuante;

5- Relativo ao saldo inscrito em RPNP de exercícios anteriores (R\$ 81,58), correspondente a empenhos efetuados em 2021, os quais não foram cancelados nos termos do art. 6º do Decreto Estadual nº 48.303 de 19/11/2021:

a) Informar as justificativas para o não cancelamento.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Solicito a gentileza da resposta até o dia 14/04/2023.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 12/04/2023, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64034928** e o código CRC **BF554D8B**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64034928



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 96/2023

Belo Horizonte, 13 de abril de 2023.

**Para:** Sra. Patrícia Rocha Maciel Fernandes

Diretora de Instrumentos de Gestão e Planejamento Ambiental - DIGA

**Assunto:** Esclarecimentos - Convênios de Entrada

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Diretora,

Com meus cordiais cumprimentos, em atenção ao Memorando.FEAM/GECOF.nº 94/2023 (64067512), item 3), letra d), peço a gentileza das informações acerca dos convênios de entrada de recursos ou instrumentos congêneres firmados no âmbito da FEAM, no que tange à execução física dos instrumentos. Quais as metas físicas já foram cumpridas? Há relatórios de monitoramento quanto à execução física? Em caso positivo, encaminhar cópia dos referidos relatórios.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Solicito a gentileza da resposta até 17/04/2022.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 13/04/2023, às 15:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64161964** e o código CRC **06C099CA**.

---

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64161964



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Controladoria-Geral do Estado  
Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 46/2023

Belo Horizonte, 14 de abril de 2023.

**Para: Sra. Fernanda Roveda Lacerda Costa**

Diretora de Administração e Finanças - DAFI

**Para: Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias**

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECOF

**Para: Sra. Paula Lúcia de Carvalho Gomes**

Gerente de Logística, Compras e Contratos - GELOG

**Assunto:** Solicitação de complementação de informação. Cronologia de Pagamentos - art. 5 da Lei 8.666/1993

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezadas Diretora e Gerentes,

Visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio deste processo SEI, as informações e documentos da FEAM relacionados abaixo.

1) Emitir declaração quanto à obediência, para cada unidade orçamentária e fonte de recurso, da estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos pagamentos realizados no exercício objeto da prestação de contas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços;

2) Disponibilizar o nº dos processos de contratação e pagamento da unidade executora 2090001 listados abaixo, todos do exercício 2022.

UE	Fonte	Razão Social Credor	Nº Empenho	Nº doc. Pgto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro	Processo SEI - Contratação	Processo SEI - Pagamento
2090001	24	MICROSENS S/A	143	64	29/06/2022	R\$ 4.650,00		
2090001	24	REINUN COMERCIO VAREJISTA DE MULTIPRODUTOS LTDA	136	58	06/06/2022	R\$ 87.539,70		
2090001	24	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	112	63	29/06/2022	R\$ 29.526,60		
2090001	24	NM COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI	144	62	09/06/2022	R\$ 131.080,00		
2090001	24	heder costa da silva & cia ltda -ME	137	67	14/07/2022	R\$ 76.200,00		
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	145	60	09/06/2022	R\$ 2.089,80		
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	147	59	09/06/2022	R\$ 37.368,00		
2090001	31	OUTLET COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI - ME	146	61	09/06/2022	R\$ 43.200,00		
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	148	65	12/07/2022	R\$ 3.713,80		
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	152	66	12/07/2022	R\$ 39.000,00		
2090001	31	DISTRIBUIDORA ESPIRITO SANTO LTDA	149	68	11/08/2022	R\$ 8.692,00		
2090001	31	THAIS SOUZA MARINHO SIQUEIRA 09516315607	198	70	19/08/2022	R\$ 5.374,00		
2090001	72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	113	250	02/05/2022	R\$ 9.199,75		
2090001	72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	274	06/05/2022	R\$ 67,00		
2090001	72	CLARO S.A.	103	408 409	23/06/2022	R\$ 39,25		
2090001	72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	413	24/06/2022	R\$ 47,00		
2090001	72	CLARO S.A.	103	500 501	22/07/2022	R\$ 41,53		
2090001	72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	569	22/08/2022	R\$ 121,60		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3	651	21/09/2022	R\$ 5.560,76		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4	652	21/09/2022	R\$ 5.560,76		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	5	653	21/09/2022	R\$ 5.560,76		
2090001	72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	663	23/09/2022	R\$ 121,60		
2090001	72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	700	05/10/2022	R\$ 23.512,77		
2090001	72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	96	719	13/10/2022	R\$ 61.204,81		
2090001	72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	775	27/10/2022	R\$ 15.008,16		
2090001	72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	95	807	10/11/2022	R\$ 56.690,75		
2090001	72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	96	812	10/11/2022	R\$ 57.030,33		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3	830	18/11/2022	R\$ 4.641,68		
2090001	72	VIBRA ENERGIA S.A	203	846	23/11/2022	R\$ 49.352,00		
2090001	72	MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	282	871	01/12/2022	R\$ 8.770,00		
2090001	72	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	104	877	01/12/2022	R\$ 811,20		
2090001	72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	205	873 884	01/12/2022 06/12/2022	R\$ 20.549,05		
2090001	72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	913	15/12/2022	R\$ 395,20		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4	925	19/12/2022	R\$ 6.600,74		
2090001	72	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	106	924	19/12/2022	R\$ 167,12		
2090001	72	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	104	928	20/12/2022	R\$ 811,20		
2090001	72	CLARO S.A.	103	933 934	21/12/2022	R\$ 43,52		
2090001	72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	930 934	21/12/2022	R\$ 30.016,32		
2090001	72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	205	939	22/12/2022	R\$ 18.004,12		
2090001	72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	952	22/12/2022	R\$ 87,00		
2090001	72	VIBRA ENERGIA S.A	292	953 954	22/12/2022	R\$ 50.657,40		
2090001	72	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	106	956	23/12/2022	R\$ 178,59		
2090001	72	VIBRA ENERGIA S.A	292	946 947	22/12/2022	R\$ 33.771,60		
2090001	72	CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA -ME	281	968	27/12/2022	R\$ 63,00		
2090001	72	ROSEIDE DA SILVA 31624995691 - ME	279	967	27/12/2022	R\$ 248,50		

Solicitamos que as informações sejam encaminhadas em até o dia 19/04/2023.

À disposição para esclarecimentos que fizerem necessários.

Cordialmente,

Bruno Gonçalves Nogueira

**Coordenador do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade**

Quintiliano Augusto Campomori Do Valle

**Controlador Seccional**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori**



**Do Valle, Controlador(a)**, em 14/04/2023, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Gonçalves Nogueira, Servidor(a) Público(a)**, em 14/04/2023, às 14:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64223426** e o código CRC **35D50E40**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64223426



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Controladoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Setorial-SISEMA**

Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 101/2023

Belo Horizonte, 25 de abril de 2023.

**Para:** Sra. Elisa Aparecida de Andrade Dias

**Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

**Para:** Sra. Paula Lúcia de Carvalho Gomess

**Gerente de Logística, Compras e Contratos**

**Assunto:** Ordem cronológica

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezadas Gerentes,

Com meus cordiais cumprimentos, venho por meio deste solicitar as justificativa acerca dos seguintes pagamentos fora da ordem cronológica.

1- Por qual(is) motivo(s), na fonte 24, a despesa relativa à empresa MICROSENS S/A foi paga depois dos pagamentos para as empresas REINUN COMERCIO VAREJISTA DE MULTIPRODUTOS LTDA e NM COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI? Considerando o ateste das notas fiscais.

2- Por qual(is) motivo(s), na fonte 72, a despesa relativa à empresa VIBRA ENERGIA S.A foi paga depois dos pagamentos para as empresas UNIDATA AUTOMACAO LTDA (2x), TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA (4x), LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A. (2x), MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A (3x)? Considerando o ateste das notas fiscais.

3- Em se confirmando-se a quebra de ordem cronológica em relação aos pagamentos registrados acima, enviar cópia da publicação das justificativas pertinentes efetuadas pela autoridade competente.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Peço a gentileza do envio até o fim da manhã do dia 26/04.

Cordialmente,

Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Controlador Seccional



Documento assinado eletronicamente por **Quintiliano Augusto Campomori Do Valle, Controlador(a)**, em 25/04/2023, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64761474** e o código CRC **6F729073**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64761474





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 9/2023

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao Memorando 4

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Com meus cordiais cumprimentos e visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas nº 14/2011 e 17/2008, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio do presente processo SEI/IMG, as informações e documentos da Feam relacionados a seguir, referentes ao exercício 2022.

**Gestão Orçamentária**

**1 - Informar os dados de programação e execução, física e financeira, dos P/A/O/E, com demonstração do crédito inicial, do crédito autorizado e da despesa realizada, com respectivas justificativas (se houver);**

- 1.1) COMPOSICAO DE CREDITOS AUTORIZADOS (59760087)
- 1.2) CREDITOS AUTORIZADOS POR CLASSIFICACAO ECONOMICA DA DESPESA/FONTE/PROCEDENCIA (59760102)
- 1.3) CREDITOS AUTORIZADOS POR FONTE/PROCEDENCIA (59760062)
- 1.4) CREDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE (59760121)
- 1.5) DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORCAMENTARIA - ADM. INDIRETA (59760124)
- 1.6) EXECUCAO DA DESPESA POR NATUREZA DESPESA / ITEM (59760128)
- 1.7) EXECUCAO ORCAMENTARIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE (59760137)
- 1.8) Planilha de execução janeiro a Dezembro de 2022 ( 60791894)

## Gestão Financeira

### 2. Disponibilizar Balancete de Dezembro e de encerramento do exercício de 2022;

2.1) BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770104)

2.2) BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060)

### 3. Acerca dos recursos de convênios e instrumentos congêneres, demonstrar o saldo das seguintes rubricas contábeis com o respectivo saldo bancário (disponibilizar extrato).

3.1) EXTRATO INVESTIMENTOS FUNDOS - CONVÊNIO MMA (59772192)

3.1) EXTRATO CONTA CORRENTE - CONVÊNIO MMA (59772196)

3.1) EXTRATO INVESTIMENTOS FUNDOS - TAC (59772236)

3.1) EXTRATO CONTA CORRENTE - TAC (59772194)

		Saldo
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos de convênios)	R\$0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos de convênios)	R\$4.721.796,41
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos de convênios)	R\$0,00

### 4. Encaminhar a listagem de todos os convênios vigentes em 31/12/2022, informando o montante de recursos repassados e sua situação (em andamento, finalizado, em análise, etc...).

Não temos convênios vigentes em 31/12/2022.

### 5. Demonstrar a correspondência do saldo das rubricas contábeis de recursos diretamente arrecadados (fontes 60 e 61) com o respectivo saldo bancário, quando aplicável.

		Saldo
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)	R\$0,00
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)	R\$0,00
1.1.1.1.2.01.02	CONTAS DE MOVIMENTACAO INTERNA - CMI (Verificar somente os lançamentos/registros relacionados com recursos diretamente arrecadados)	R\$235.379.689,85

Conta auxiliar - CMI	Saldo	Fonte
119010999960000002003541	R\$218.565.581,12	52





Não demos saldo de Restos a pagar processados

**13. Informar se houve o cancelamento de inscrições de RPNP de exercícios anteriores (conta 5.3.1.2.0.00.00 - RP NÃO PROCESSADOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES), na hipótese de sua não liquidação no prazo estabelecido no(s) decreto(s) de encerramento do(s) exercício(s) em que houve a respectiva inscrição.**

Informo que houve cancelamento por insubsistência. Temos um saldo de R\$ 81,58 para ser certificado pelo Fiscal do contrato.

**14. Na hipótese de manutenção de saldo de inscrições de RPNP de exercícios anteriores, informar se as despesas correlatas se referem às despesas de caráter constitucional ou que tenham sido referendadas pelo Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin), nos termos do decreto de encerramento do exercício sob análise.**

Houve a manutenção de saldo de R\$ 81,58 e esta despesa não é de caráter constitucional.

**Solicitamos que as informações nos sejam encaminhadas em até 10 (dez) dias.**

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Elisa Aparecida de Andrade Dias

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - GECON

PS: Peço a gentileza de que as respostas sejam enviadas para as unidades CGE/CSET\_SISEMA e CGE/CSET\_SISEMA/NATI.



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 16/02/2023, às 14:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59755241** e o código CRC **8B91DB83**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 12/2023

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao MEMO 25

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Com meus cordiais cumprimentos, em atendimento ao MEMO 25 informamos que:

**14. Informar as despesas Despesas de Exercícios Anteriores - DEA, porventura existentes, em 31/12/2022.**

Não tivemos despesas de exercícios anteriores - DEA no exercício de 2022.

**15. Disponibilizar os relatórios seguintes:**

RFCAE759 - Empenhos em Aberto /Restos a Pagar Processados;(59775276)

RFCAE781 - Resto a Pagar para o exercício seguinte; (59775355)

RFCAE757 - Folha de Pessoal do Exercício; (59775323)

RFCAE740 - Restos a Pagar não Processados; (59775329)

RFCAE34T - Balancete;

1) BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770104)

2) BALANCETE ACUMULADO - UE 2090001 (59770060)

RFCAE777 - Obrigações Liquidadas a Pagar; (59775446)

RFCAE784 - Transferência de Restos a Pagar. (59775405)

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 26/01/2023, às 15:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59775286** e o código CRC **EBA56884**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 59775286





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 13/2023

Belo Horizonte, 26 de janeiro de 2023.

**Para: Sr. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao Memorando 7 (59506689)

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Em resposta ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 7/2023 (59506689), encaminhamos, por intermédio do presente processo SEI!MG 1520.01.0000728/2023-48, as informações e documentos da FEAM referentes ao exercício 2022, visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas nº 14/2011 e 17/2008, emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual.

**1. Demonstrar, por unidade executora, a designação formal dos Ordenadores de Despesa, demonstrando o ato que o designou.**

A designação dos Ordenadores de Despesa para a unidade executora 2090001 da unidade orçamentária 2091 consta na Portaria FEAM Nº 684 de 01 de fevereiro de 2022 publicada em 02 de fevereiro de 2022 (60252546), que delega a competência para a prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito da Fundação Estadual do Meio Ambiente e dá outras providências.

A Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.124 de 10 de março de 2022 publicada em 12 de março de 2022 (60914329) delega competência para a prática de atos relacionados à execução orçamentária, financeira e contábil, referente às despesas do processamento da folha de pagamento de pessoal dos servidores, ativos e inativos, no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (que inclui a FEAM), para a unidade executora UE 2090001 FEAM da unidade orçamentária UO 2091 FEAM e para a unidade executora UE 2010105 FEAM da unidade orçamentária UO 4711 FFP-MG.

**2. Informar se todos os documentos decorrentes de processos**

de execução orçamentária da despesa do exercício de 2022 foram assinados digitalmente até o término do exercício financeiro. Caso existam pagamentos não assinados digitalmente, informar se foram observadas as orientações da SEF de convalidação de despesas ([www.siafi.mg.gov.br](http://www.siafi.mg.gov.br) > usuários > serviços > Formulário para Solicitação de Convalidação de Documentos Pendentes de Assinatura Digital).

Sim, identificamos dois documentos aguardando a assinatura digital.

Providenciaremos a convalidação dos documentos pendentes e informaremos o número do processo SEI após o retorno das férias da Diretora de Administração e Finanças no dia 27/12/2023.

**3. Informar se foi enviada à Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda, a declaração atestando a conformidade da execução orçamentária e a certificação dos dados do balancete mensal.**

Os Relatórios de Conformidade Contábil - RCC foram elaborados e enviados mensalmente no exercício de 2022 à Diretoria Central de Contabilidade Governamental da Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda SEF/STE-SCCG-DCCG, constando os documentos no processo SEI!MG 1190.01.0001055/2022-58.

**5. Informar quanto à existência de profissional habilitado para responder pela Diretoria ou Gerência de Contabilidade ou unidade equivalente, mediante comprovação de inscrição do responsável junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC).**

A Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM/GEFOP possui nomeação de profissional habilitada inscrita junto ao Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais - CRC/MG, conforme documento SEI (60952423).

**6. Demonstrar, por unidade executora, da designação formal dos Responsáveis Técnicos junto ao SIAFI, nos termos do Decreto Estadual nº 42.251, de 2002.**

A designação dos responsáveis técnicos consta no artigo 3º da Portaria FEAM Nº 684 de 01 de fevereiro de 2022 publicada em 02 de fevereiro de 2022 (60252546), que concede atribuição de efetuar o acompanhamento e controle sistemático de todos os atos que envolvam movimentações relativas à operacionalização do SIAFI-MG, no âmbito da Unidade Orçamentária UO 2091 vinculada à FEAM e suas correspondentes unidades executoras.

**7. Informar sobre a existência da Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou Comissão Especial de Licitação, mediante demonstração do instrumento legal de sua instituição, em todas as unidades administrativas.**

A GELOG responderá este tópico.

**8. Demonstrar o ato de designação formal de pregoeiro e**

**equipe de apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, em todas as unidades administrativas.**

A designação formal de pregoeiros e equipes de apoio para atuarem nos processos de licitação na modalidade pregão no âmbito da FEAM ocorreu por meio da Portaria FEAM N° 686 de 28 de junho de 2022 publicada em 29 de junho de 2022 (60252781) e, posteriormente, pela Portaria FEAM N° 688 de 03 de novembro de 2022 publicada em 04 de novembro de 2022 (60903641) (60922418).

## **9. Informar sobre a existência de designação de gestores e fiscais de contrato.**

Nos contratações da FEAM, a formalização ocorre nos processos SEI/MG por meio de Termo de Designação de Gestor Setorial (titular e substituto) e Termo de Designação de Fiscal de Contrato (fiscal designado e fiscal suplente), para acompanhamentos e encaminhamentos necessários aos Contratos celebrados. A GELOG responderá de forma mais adequada.

## **10. Informar sobre a existência de eventuais inscrições em “Diversos Responsáveis” decorrentes de atos ilegais apurados em sindicâncias, processos administrativos e tomadas de contas especiais, tomando-se por base os registros das rubricas contábeis informadas a seguir:**

### **1.1.3.4.1 - Créditos por danos ao patrimônio - consolidação**

#### **1.1.3.4.1.03 - Prestação de Contas de Convênios Impugnadas**

R\$ 26.039,51 – Saldo referente ao lançamento contábil nº 374, ano de origem 2012, registrado em 12/07/2012 no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI/MG, correspondente à inscrição após conclusão da Comissão de Tomada de Contas Especial, instituída pela Resolução nº 1562/2012, relativa ao convênio 137101040/2007, firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e a Prefeitura Municipal de Carlos Chagas, tendo por objeto a implantação de galpão para armazenamento e reciclagem de resíduos sólidos para a Associação de Catadores do Município – ASCATA. Segundo conclusão da comissão de Tomada de Contas Especial, a inscrição foi efetuada em nome do Prefeito à época, Sr. Acassio Vieira Azeredo Coutinho, com corresponsabilidade do Sr. Milton Jose Tavares de Quadros. Conforme consulta no TCE/MG, o processo foi transitado em julgado, o acórdão de 04/08/2022 reconheceu a prescrição da pretensão ressarcitória, sendo o processo encaminhado para arquivo.

#### **1.1.3.4.1.88 Outras Responsabilidades**

R\$ 290.784,32 – Saldo total da conta contábil

R\$ 181.877,57 – Saldo da conta auxiliar 2017 05261941628. Registro contábil, por meio da Nota de Lançamento Contábil – NLC nº 102 ano de origem 2017, referente à apropriação em diversos responsáveis, solicitada por meio do OF.GAB.PRE.FEAM.SISEMA nº 119/17 e Relatório de Auditoria nº 1370.1825.16 referente à apuração de dano ao erário apurado para Alanna Mesquita Gonçalves, conforme Tomada de Contas Especial FEAM 564, publicada em 20 de janeiro de 2016. No TCE/MG a Tomada de Contas Especial corresponde ao processo nº

1012039/2017. Conforme consulta no TCE/MG, documento SEI (45934187), a situação do processo consta como aguardando arquivamento. Não foi realizado pagamento na esfera administrativa referente ao dano ao erário constatado. Segundo o processo SEI/MG 2090.01.0003673/2019-43, por meio do Ofício FEAM/PROC nº. 106/2019 documento SEI (8117955), foi encaminhada demanda à Advocacia Geral do Estado - AGE/MG para providências em âmbito judicial da cobrança da dívida aos cofres públicos.

R\$ 106.563,25 - Saldo da conta auxiliar 2010 16698061620. Registro contábil referente à inscrição de diversos responsáveis apurados em face de Tomada de Contas Especial FEAM nº 555/2017, relativa ao de Termo de Parceria nº 28/2010, firmado entre a FEAM e a OSCIP Ambiente Brasil. Valor do registro contábil da inscrição conforme cálculo da Unidade Integrada de Controle Interno - UIA SISEMA, referente a outubro de 2017, efetuado em nome do Sr. Luiz Eduardo Ferreira Fontes, bem como dos demais membros do Conselho Fiscal, Martinho Almeida Silva Jr. e Roberto Dias de Andrade. No Tribunal de Contas - TCE/MG, a Tomada de Contas Especial corresponde ao processo nº 1031592/2018. Conforme consulta no TCE/MG, documento SEI (45927374), o processo foi transitado em julgado, o acórdão de 05/10/2021 reconheceu a prescrição da pretensão ressarcitória, sendo o processo arquivado em 19/04/2022. No processo SEI/MG 2090.01.0000828/2022-25, consta publicação em 14/01/2022 no Diário Oficial de Contas do TCE/MG sobre a prescrição e arquivamento, documento SEI (42224299).

R\$ 1.258,10 - Saldo da conta auxiliar 2012 24978426634. Registro contábil referente à apropriação em diversos responsáveis apurada conforme resposta da presidência da FEAM ao MEMO.SUPOF.SISEMA nº 197/16 e parecer do TCE/MG, relativo ao processo de Tomada de Contas Especial instaurado pela Portaria 355 de 28/03/2008, tendo sido transferida a responsabilidade pela guarda dos bens ao gestor da FEAM à época, Sr. Ilmar Bastos Santos. Em 01/08/2016, por meio do MEMO.SUPOF.SISEMA nº 135/16 de 01/08/2016, enviado à presidência da FEAM, foi solicitado esclarecimento quanto à cobrança do valor. A solicitação foi reiterada, em 14/12/2016, por meio do MEMO.SUAFI.SISEMA nº 275/16, pois a resposta dada por meio do MEMOCIR.GAB.FEAM.SISEMA nº 11/16, solicitando a emissão de DAE para o espólio de Ilmar Bastos Santos, não fornece informações suficiente para a emissão do mesmo. No TCE/MG a Tomada de Contas Especial corresponde ao processo nº 752306/2008. Conforme consulta no TCE/MG, documento SEI (45931854), o processo foi transitado em julgado, o acórdão de 18/06/2015 declarou a extinção do processo sem resolução de mérito, sendo o processo arquivado em 29/02/2016.

R\$ 1.085,40 - Saldo da conta auxiliar 2010 79043780600. Registro contábil, por meio das Notas de Lançamento Contábil - NLC nºs 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, ano de origem 2019, referente à apropriação de responsabilidades funcionais em diversos responsáveis oriunda de multas de infrações de trânsito geradas por servidores condutores infratores de veículos oficiais que compõem a frota do SISEMA, conforme documentos SEI (10622720) (10622721) (10622752).

#### **8.1.1.9.1.06 - Diversos responsáveis em apuração**

##### **8.1.1.9.1.06.88 Outras Responsabilidades em Apuração**

R\$ 5.080,07 - Saldo contábil referente a registro contábil de multas por infrações de trânsito. Em 03 de Abril de 2012, publicou-se o Ato nº 006/2012 no qual a Chefe de Gabinete da SEMAD, Sra. Daniela Diniz Faria, nomeou uma comissão para instauração de Sindicância Administrativa Investigatória, com a finalidade de apurar eventuais responsabilidades funcionais, relacionadas ao pagamento de multas

de trânsito geradas por ausência de identificação de condutores infratores de veículos oficiais que compõem a frota do SISEMA, conforme MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA nº 029/12. Em 28 de Setembro de 2012, publicou-se o Ato nº 26/2012 determinando que a Superintendência de Recursos Logísticos e Manutenção da SEMAD notificasse os servidores e ordenadores de despesas identificados como responsáveis pelas multas. Foi instaurada Tomada de Contas Especial nº 2094/2014, relativa a infrações de trânsito ocorridas no período de 2007 a 2011. Aguardamos posicionamento sobre a Tomada de Contas Especial.

## **11. Informar se há prestações de contas pendentes e eventual subsistência dos saldos de contas a seguir:**

### **1.1.3.1.1.01.01 -Adiantamentos/Diárias antecipadas concedidos a Pessoal**

Insubsistência de Saldo referente ao exercício de 2022.

### **8.1.2.2.1.04 - Obrigações Conveniadas a Comprovar**

R\$634.736,42 – Saldo contábil referente a convênios celebrados pela FEAM, cujas Prestações de Contas estão em fase final de análise aguardando parecer técnico.

## **12. Disponibilizar as Notas Explicativas constantes no Relatório de Conformidade Contábil, bem como situações não regularizadas até 31 de dezembro de 2022, contendo apontamento das ações adotadas para a sua regularização.**

As Notas Explicativas do Relatório de Conformidade Contábil - RCC de dezembro/2022 correspondem ao documento (59225874) do processo SEI!MG 1190.01.0001055/2022-58, onde constam os saldos em apurados e detalhamentos.

## **13. Informar acerca da certificação dos agentes responsáveis pela movimentação das contas auxiliares que compõem a conta Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria de que os saldos retratam fielmente o disponível do órgão/entidade.**

O processo Sei!MG 2090.01.0004340/2022-67 contempla a certificação dos saldos das contas que compõem os Recursos de Movimentações da Unidade Tesouraria, realizada pela Comissão Especial de Inventário Financeiro designada por meio da Portaria FEAM 690/2022 (57009897), tendo sido declarada a fidedignidade das informações contábeis frente aos recursos disponíveis pelo órgão.

## **14. Disponibilizar relatório circunstanciado da comissão designada para levantamento completo do inventário dos valores em tesouraria, e informar acerca da certificação da conformidade entre o saldo físico e contábil, apresentando a conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.**

O Relatório Final do Levantamento de Tesouraria e do Passivo Circulante

e Não Circulante da Fundação Estadual do Meio Ambiente referente ao Exercício de 2022, realizado pela Comissão Especial de Inventário Financeiro designada para certificação dos valores em Tesouraria por meio da Portaria FEAM 690/2022 (57009897), corresponde ao documento (58848126) do processo SEI!MG 2090.01.0004340/2022-67, onde foi atestada a fidedignidade dos valores das contas contábeis.

**15. Informar acerca da certificação do saldo físico e contábil das obrigações constantes dos grupos passivo circulante e não circulante, apresentando a conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.**

O processo Sei!MG 2090.01.0004340/2022-67 demonstra sobre a certificação do saldo físico e contábil do Passivo Circulante e Não Circulante, realizada pela Comissão Especial de Inventário Financeiro designada por meio da Portaria FEAM 690/2022 (57009897), que informou não haver divergências apuradas.

**16. Informar acerca da certificação do saldo físico e contábil das contas de controle representativas dos atos potenciais ativos e passivos, apresentando a conciliação dos saldos em 31 de dezembro do exercício findo.**

O processo Sei!MG 2090.01.0004340/2022-67 apresenta a certificação do saldo físico e contábil das contas de Controle representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos, realizada pela Comissão Especial de Inventário Financeiro designada por meio da Portaria FEAM 690/2022 (57009897), que concluiu pela fidedignidade dos dados registrados nas demonstrações contábeis.

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

**Elisa Aparecida de Andrade Dias**

Gerente de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças - FEAM/GECOF

OBS: Respostas enviadas para as unidades CGE/CSET\_SISEMA e CGE/CSET\_SISEMA/NATI.



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 17/02/2023, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código



verificador **59843419** e o código CRC **9887D798**.

---

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 59843419





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**  
**Desenvolvimento Sustentável**  
**Diretoria de Pagamento, Direitos e Vantagens**

Memorando.SEMAD/DPDV.nº 39/2023

Belo Horizonte, 30 de janeiro de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Auditora Seccional da FEAM

**Assunto:** Encerramento de Exercício – Prestação de Contas – FEAM– 2022

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Auditor.

Em atendimento aos termos do Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 6/2023, informamos que não há registros de processos administrativos instaurados, em andamento e concluídos, no período de 01.01.2022 a 31.12.2022, referentes a concessão indevida de vantagens e benefícios a servidores ativos e inativos da FEAM.

Atenciosamente,

**Anderson Prado Campos**  
**Diretor de Pagamento, Direitos e Vantagens**

**Andréa Quinaud Lacombe**  
**Diretora de Provisão e Carreiras**



Documento assinado eletronicamente por **Andrea Quinaud Lacombe, Diretora**, em 01/02/2023, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Prado Campos, Diretor**, em 01/02/2023, às 17:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **59993560** e o código CRC **37D80C35**.





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Gerência de Logística, Compras e Contratos**

Memorando.FEAM/GELOG.nº 9/2023

Belo Horizonte, 03 de fevereiro de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori Do Valle  
Controlador Seccional

**Assunto:** Relatório de Auditoria de Gestão

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Tendo em vista os Memorandos 5 (59506304) e 07 (59506689), da Controladoria Seccional da FEAM, listamos as providências a seguir:

**"1. Encaminhar relatórios consolidados das comissões responsáveis por promoverem o levantamento completo dos inventários físicos e financeiros dos materiais em almoxarifado ou em outras unidades similares, dos bens patrimoniais em uso, estocados, cedidos e ou recebidos em cessão, inclusive imóveis, que são objeto de registro no Ativo, relativas ao exercício de 2022"**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), foi anexado o Relatório de Consolidado do Inventário de Material Permanente (60748322) e o Relatório de Consolidado do Inventário de Material de Consumo (60748700).

**"2. Informar quanto à existência e observância de mecanismos de controle que permitam assegurar a guarda, conservação, preservação e melhor utilização do patrimônio público, consistentes em conciliação dos saldos físicos e contábeis no Relatório de Inventário, e, em especial, quanto ao controle de cargas patrimoniais, elaboração de inventário com o devido ajuste nas distorções identificadas, guarda de bens em locais apropriados."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que conforme processo SEI (2090.01.0004244/2022-40) consta o Relatório de Inventário de Material Permanente 2022 - FEAM - Ações Corretivas - Inconformidades Apuradas, documento em anexo (60749912), ainda em fase de elaboração, onde foram apontadas as inconsistências levantadas e as soluções para o saneamento das mesmas. Além disso, como consta no item "3", foram criadas novas unidades gestoras no intuito de melhorar os controles, além de plano de ação para as atividades de patrimônio e inventários semestrais, além do anual.

**"3. Informar se houve realização de inventário de transferência de responsabilidade realizado quando da substituição do responsável pela guarda e conservação de bens, ou quando da extinção ou transformação da unidade gestora do material, bem como, na hipótese de realização de**

**inventário eventual."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que durante o ano de 2022, para melhor administrar as demandas patrimoniais da FEAM foram criadas as unidades gestoras dos núcleos ligados ao Gabinete e a DGER, a exemplo do Núcleo de Autos de Infração, Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos, Núcleo de Sustentabilidade, Energia e Mudanças Climáticas, Controladoria Seccional e Núcleo de Gestão de Barragens - NUBAR. Não houve nenhuma extinção de unidade gestora. Além disso, foi realizado adequação das cargas e inventário eventual.

**"4. Consolidar, em planilha de Excel, as ocorrências registradas pelas Comissões Inventariantes, por unidade administrativa, tais como:**

- a identificação de materiais e bens inutilizados, furtados, roubados, extraviados, alienados ou de semoventes mortos, não baixados devidamente, conforme a legislação vigente e relatório de inventário;
- bens recebidos em doação sem a devida formalização do termo de doação e registro de entrada patrimonial (incorporação patrimonial), bem como, em hipótese contrária, a falta de formalização de termo de doação de bens sem a baixa patrimonial;
- bens móveis ou imóveis não registrados nos sistemas de controle de materiais e imóveis, conforme consulta aos trabalhos da Comissão de Inventário."

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), após levantamento das ocorrências registradas pela Comissão Inventariante, foram identificados os itens relacionados na planilha (60798522).

Além disso, durante a conferência patrimonial levantados pela Comissão foi identificado um notebook não localizado. Com isso, a GELOG está tomando todas as providências cabíveis para identificar a localização do bem.

Não houve identificação de materiais e bens inutilizados em tal período. Ainda no decorrer do ano de 2022 houve um furto de notebook conforme esclarecido no processo SEI nº 2090.01.0000560/2022-83.

Em referência aos bens recebidos em doação ou incorporação, após o encerramento do Termo de Parceria com a OSCIP/GESÓIS, processo SEI 2090.01.0001939/2020-07, foram incorporados bens de consumo e permanente à carga patrimonial da FEAM, como demonstrado no Ofício GESÓIS nº 015/2020 (60791504).

Quanto aos bens móveis ou imóveis, a Comissão não identificou nenhum bem sem registro na FEAM.

**"7. Informar se houve a instituição em quantidades necessárias de Comissões para promover, devidamente, o inventário dos bens de consumo, insumos, permanentes e imóveis da Feam; Apontar as unidades existentes, respectivas comissões e processo respectivos processos SEI;"**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que para promover o inventário anual de 2022, conforme solicitado no Decreto nº 48.531/22 de 11/11/2022, foi criada comissão conforme Portaria FEAM nº 689/2022 de 25/11/2022 (56893283). As unidades onde aconteceram as conferências estão digitalizadas no processo SEI de nº 2090.01.0004244/2022-40 para acompanhamento.

**"8. Informar se os inventários de bens foram realizados na sua integralidade."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que

o inventário de bens foi realizado na sua integralidade, conforme consta no Relatório de Consolidado do Inventário de Material Permanente FEAM/GERAL nº 58474238/2022 (58474238) com exceção da unidade 2091035 - Almoxarifado Sucata (58638592), em que não foi possível fazer o levantamento dos bens, uma vez que o local de armazenagem dos bens está com condições insalubre.

**"9. Informar quanto à existência de controles que garantam o monitoramento de bens que possuem prazo de validade e procedimentos que garantam o melhor aproveitamento desses bens em tempo hábil."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que em relação aos bens patrimoniais o controle é feito em 02 (duas) etapas, um levantamento no 1º semestre para verificação e possíveis ocorrências e um no 2º semestre antecedendo o levantamento anual para subsidiar a comissão de inventário.

**"13. Relacionar denúncias e providências adotadas frente a eventual desaparecimento ou mau uso de bem patrimonial."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que no ano de 2022 houveram 02 (duas) ocorrências, um furto e um mau uso. Para a ocorrência de furto o processo SEI (2090.01.0000560/2022-83) foi instaurado, apurado e a servidora restituiu o bem patrimonial da Feam. Quanto à ocorrência de mau uso, foi criado o processo SEI (2090.01.0005145/2021-63), em que a Gelog está tomando todas as providências necessárias para ressarcimento do conserto do bem.

**"14. Informar se foram constituídas comissões de reavaliação de bens móveis, para fins de cumprimento do disposto no caput do art. 4º do Decreto Estadual n. 47.754/2019."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que até a presente data não foi instituída a referida comissão, mas que o processo de constituição se encontra em andamento.

**"15. Informar se foram realizados ajustes em relação aos relatórios elaborados pelas comissões de inventário constituídas ao término do exercício financeiro anterior."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que foi feito o levantamento das inconsistências apuradas no inventário anual de 2022, conforme consta no documento Relatório de Inventário de Material Permanente 2022 - FEAM - Ações Corretivas - Inconformidades Apuradas (59677574). Quanto aos ajustes, serão realizados ainda no ano de 2023.

**"16. Informar se há conciliação e realização de ajustes dos respectivos saldos contábeis, com vistas à demonstração da fidedignidade e consistência das informações sobre o patrimônio da Feam."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que durante o encerramento do ano ocorrido em dezembro/2022, foi detectado uma diferença entre o saldo financeiro em relação ao patrimonial, conforme documento (60760391). Durante o encerramento do contrato com a OSCIP/GESÓIS, como estava previsto, foram devolvidos para a Feam todos os bens patrimoniais adquiridos durante a vigência do contrato, conforme documento (60791504). À época, durante a incorporação dos bens, não se atentou para a descrição da Nota Fiscal, em que

houve um erro material no cadastramento. Em 26/01/2023 a ressalva foi saneada, conforme Balanço de Material Permanente (60761125).

**"17. Informar se os imóveis pertencentes e/ou utilizados pela Feam correspondem ao(s) registrado(s) no(s) sistema(s) utilizado(s)."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que a FEAM não possui imóveis em seu nome.

**"5. Informar quanto à regularidade da documentação dos veículos de propriedade do órgão/entidade (DPVAT, Seguro Obrigatório e inexistência de multas); disponibilizar listagem dos veículos pertencentes à frota própria da Feam."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que a frota da FEAM dispõe no momento de 22 (vinte e dois veículos) sendo 18 (dezoito) veículos de frota própria e 4 (quatro) veículos locados. Dos veículos próprios, 6 (seis) estão cedidos à SEMAD por meio de Termo de Cessão de Uso nº03/2019 (6660282). Dos veículos locados, 1 (um), o veículo de representação está locado por meio do contrato nº 9287815/2021 (56960065) celebrado entre a FEAM e a empresa Unidas Veículos Especiais S.A. e 3 (três), veículos do tipo camionete 4x4, locadas por meio do contrato nº9337295/2022 (46536311) celebrado entre a FEAM e a empresa Unidas Veículos Especiais S.A.

No tocante aos 18 veículos que compõem a frota própria desta Fundação, todos os veículos apresentam documentação regular, exigida pelos órgãos controladores e fiscalizadores de trânsito, isto é, documentação ano 2022. Com relação a documentação de 2023, 1 (um) veículo, QNK1434, ainda não dispõe a documentação, visto estar com uma multa a ser paga pelo condutor infrator, com vencimento em 28 de fevereiro deste presente ano. Segue listagem dos veículos pertencentes à frota própria da FEAM:

Frota da FEAM em 31/12/2022							
Veículo nº	Marca/Modelo	Placa	Chassi	Ano Fab/Modelo	Renavan	Documentação	Situação (alocação)
1	MMC/L200	QXW0H91	93XLJKL1TMCL36079	2020/2021	1252697829	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota Própria - Atende ao NEA - FEAM
2	MMC/L201	QXW0H92	93XLJKL1TMCL36085	2020/2021	1252697837	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota Própria - Atende ao NEA - FEAM
3	MMC/L202	QXW0H93	93XLJKL1TMCL36072	2020/2021	1252697802	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota Própria - Atende ao NEA - FEAM
5	Ford/Ranger	QNK1E42	8AFAR23N2J053333	2017/2018	1135581190	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
6	Ford/Ranger	QNK1434	8AFAR23N9J053328	2017/2018	1135580879	Regular, CRLV 2022 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
7	Ford/Ranger	QNK1439	8AFAR23N2J053302	2017/2018	1135430338	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
8	Ford/Ranger	QNK1435	8AFAR23NXJ053354	2017/2018	1135580852	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende ao NEA - FEAM
9	Ford/Ranger	QNK1427	8AFAR23N5J053343	2017/2018	1134889027	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende ao NEA - FEAM

10	Ford/Ranger	QNK1432	8AFAR23N9JJ053300	2017/2018	1135580992	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
11	Ford/Ranger	QNK1440	8AFAR23N1JJ053355	2017/2018	1135581166	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
12	VW/Gol	QNJ0499	9BWAB45U3JT064539	2017/2018	1134481362	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
13	VW/Gol	QNJ0514	9BWAB45U4JT064498	2017/2018	1134474773	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
14	VW/Gol	QNJ0516	9BWAB45U0JT064661	2017/2018	1134469370	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
15	Ford/Ranger	QNK1430	8AFAR23N0JJ053301	2017/2018	1135581123	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
16	VW/Gol	QNJ0495	9BWAB45UXJT064490	2017/2018	1134465960	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
17	VW/Gol	QNJ0497	9BWAB45U0JT064496	2017/2018	1134482407	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
18	VW/Gol	QNJ0506	9BWAB45U1JT064569	2017/2018	1134484655	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM
19	VW/Gol	QNJ0509	9BWAB45U8JT064486	2017/2018	1134486038	Regular, CRLV 2023 disponível	Frota própria - Atende a FEAM

**"6. Informar se as unidades administrativas da Feam efetuaram pagamentos a título de Multas de Trânsito; Em caso positivo, informar se os valores foram ressarcidos aos cofres públicos pelos responsáveis (anexar documentação comprobatória do respectivo ressarcimento). No caso de ausência de providências quanto à responsabilização e ressarcimento, gentileza emitir justificativa para cada multa paga pela Feam."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que nenhum pagamento de multas ou quaisquer infrações de trânsito foi feito pela Feam.

**"10. Informar quanto à existência de controles de materiais e bens em estoque/depósitos por prazo superior ao programado/estabelecido, que permitam garantir o não desperdício."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que em 2022 foi feito um levantamento dos materiais existentes no estoque da FEAM e foram identificados alguns itens com prazos de validade expirados, conforme Planilha (60903272). Com isso, esta gerência deu início ao processo de controle do estoque de modo que, neste ano de 2023, todos os itens irregulares sejam descartados corretamente e que seja proporcionado um melhor aproveitamento do que tem armazenado.

**"11. Informar se há planejamento para aquisição de bens e, havendo, se o planejamento é observado."**



**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que as aquisições foram realizadas de acordo com o estipulado no OBZ - Orçamento Base Zero, mediante requisições das áreas demandantes, com exceção dos cordões para crachás, material de escritório/pastas e materiais de limpeza de veículos, que são de valores previstos em dispensa de licitação. Além disso, fizemos o Planejamento Anual de Compras realizado por solicitação da Seplag, conforme documentos (60252012). Com isso, é fato que há planejamento para aquisição de bens e que está sendo observado pela FEAM. Ademais, a maioria dos processos de compras são provenientes de contratos firmados por Atas de Registro de Preços da Seplag.

**"12. Informar quanto à existência de controles de quantidade de bens adquiridos, mas que tenham excedido a demanda (pedido de aquisição), que permitam garantir a compatibilidade entre a demanda e as aquisições, sem desperdício."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que em 2022 houve um ajuste do estoque com realizações de baixas e adequações de saldos físicos ao saldo existente no SIAD de forma que é possível informar que existe controle de quantidades, conforme documento (60420388). Além disso, não houve compra em excesso. O que foi comprado está devidamente justificado nos Termos de Referências dos processos de compra.

**"1. Demonstrar, por unidade executora, a designação formal dos Ordenadores de Despesa, demonstrando o ato que o designou."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que a Portaria de Ordenadores de Despesas, conforme documento (60252546) foi inserida nos processos de compras do respectivo ano.

**"8. Demonstrar o ato de designação formal de pregoeiro e equipe de apoio, para a aquisição de bens e serviços comuns, em todas as unidades administrativas;"**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que os pregões foram realizados em conformidade com a Portaria de designação da equipe de pregoeiro, consoante documentos (60252781) e (60903641).

**"9. Informar sobre a existência de designação de gestores e fiscais de contrato."**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 5 (59506304), esclarecemos que todos os contratos possuem Termo de Designação, conforme documento modelo disponível no SEI e relacionado na planilha (61017573).

**"7. Informar sobre a existência da Comissão Permanente de Licitação (CPL) ou Comissão Especial de Licitação, mediante demonstração do instrumento legal de sua instituição, em todas as unidades administrativas;"**

**Resposta:**

Em resposta a este item do Memorando 7 (59506689), esclarecemos que a atualmente a Feam não possui CPL instituída, porém, está em fase de criação. Desde

2022, tem sido instituídas comissões de planejamento para cada processo de compras para análise da solicitação e escolha da melhor solução para o problema. Válido ressaltar que a Feam, em sua gerência de Logística, Compras e Contratos, passou por reestruturação na totalidade de todos os servidores e colaboradores de meados de 2021 até o presente momento, sendo criados diversos protocolos de padronização de processos antes não existentes. Ainda, que dispõe de poucas pessoas em sua estrutura; que a maioria de seus processos de compras são realizados por meio de pregão (70%), pautando-se na portaria supra citada; que os demais processos são realizados através de adesões a Registros de Preços, realizados pela SEPLAG (28%) ou COTEPS (2%), porém todos constantes no planejamento de compras e Orçamento Base Zero.

Atenciosamente,

**Paula Lúcia de Carvalho Gomes**

Gerente de Logística, Compras e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Paula Lucia de Carvalho Gomes, Gerente**, em 17/02/2023, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **60215169** e o código CRC **3C812302**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 60215169



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Gerência de Logística, Compras e Contratos**

Memorando.FEAM/GELOG.nº 10/2023

Belo Horizonte, 07 de fevereiro de 2023.

**Para:** Controladoria Setorial-SISEMA  
Quintiliano Augusto Campomori

**Assunto:** Solicitação de Dilação de Prazo de Entrega  
**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezado Controlador,

Com cordiais cumprimentos, em atenção  
ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 4/2023  
(59506053), Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 5/2023  
(59506304), Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 6/2023  
(59506508), Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 7/2023  
(59506689), Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 25/2023  
(59577900), Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 26/2023 (59577927), onde consta solicitação de documento capaz de subsidiar a construção do Relatório de Auditoria de Gestão (RAG) / Prestação de Contas do exercício 2022 - Feam, solicitamos dilação no prazo de entrega para o dia 17/02/2023.

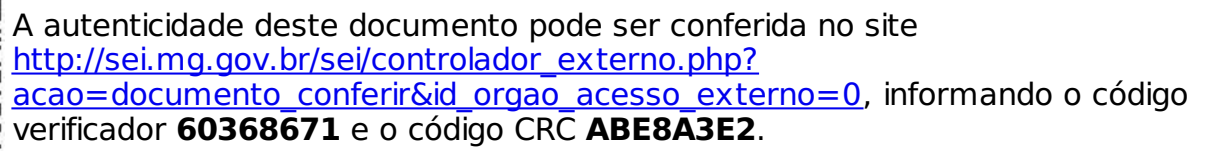
Na certeza de sua compreensão, agradecemos.

Atenciosamente,

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa**, **Servidor(a) Público(a)**, em 07/02/2023, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



SEI nº 60368671



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Gerência de Logística, Compras e Contratos**

Memorando.FEAM/GELOG.nº 27/2023

Belo Horizonte, 16 de março de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori  
Controladoria Setorial-SISEMA

**Assunto:** Complementação Informações RAG FEAM 2022

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezado Controlador

Com cordiais cumprimentos, em atenção ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 72/2023 (62031802), encaminho resposta aos questionamentos realizados:

**1. Informar se há procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade; em caso de resposta positiva, informar o procedimento.**

Sim, atualmente há procedimento de realização de inventário de transferência de responsabilidade.

Transferência de Responsável pela Unidade: Imediatamente quando há mudança do responsável pela unidade, a informação é repassada a gerência de logística que cadastra o servidor como usuário do SIAD e o aloca em sua unidade, passando este a ser responsável pela carga da mesma. O novo gestor terá até 30 (trinta) dias para comunicar qualquer inconsistência encontrada.

Inclusão: Ocorre quando a área demandante solicita o patrimônio para atendimento de suas demandas. Havendo a possibilidade de atendimento, imediatamente o bem é transferido para a carga de tal. A carga é impressa e junto ao equipamento, quando disponibilizado, a mesma é assinada em duas vias, ficando uma em posse do demandante e outra em posse da gerência de logística.

Ainda, é possível fazer o aceite via SIAD. Os acessos foram criados para todos os responsáveis por cargas, no segundo semestre de 2022.

Devolução: Ocorre quando a área deseja devolver algum patrimônio que encontra-se alocado em sua carga. A área promove a devolução para a gerência de logística e automaticamente o bem é transferido para o almoxarido sendo emitido documento

que comprove tal ação.

Ademais foram construídos POPs de orientações quanto ao procedimento, quanto cartilha/manual para esclarecimento de dúvidas quanto a pauta de patrimônio aos usuários.

**2. Informar as condições, com mais detalhes, do inventário do almoxarifado e, diante da insalubridade informada, informar se há medidas para a solução daquela situação.**

O almoxarifado sucata encontra-se alocado em sala nas dependências da unidade Gameleira. Na sala há muita poeira, alguns equipamentos com óleo e outros fluidos. Dado o espaço, há dificuldade na conferência dos mesmos. Para acessar a sala faz-se necessário o uso de luvas, máscaras e aventais.

Estamos trabalhando para realizar o levantamento dos bens alocados em tal almoxarifado ainda no mês de março, bem como montagem de cronograma e processo para alienação dos bens ainda neste ano. Liberando o espaço e dando destinação correta aos mesmos.

**3. Informar o andamento da constituição da comissão da avaliação de bens móveis.**

O processo para constituição da comissão já foi construído. Atualmente, passa por ajustes finais para publicação. Processo SEI: 2090.01.0003122/2021-73.

**4. Informar se há Relatório Conclusivo do Inventário de Material de Consumo posterior ao Relatório Consolidado do Inventário de Material de Consumo e anexar ao presente processo documentos com datas posteriores ao último Relatório Consolidado.**

No processo de inventário, consta o referido relatório com data de 27 de dezembro de 2023. Alocamos neste processo cópia do mesmo (62609053).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Paula Lucia de Carvalho Gomes, Gerente**, em 17/03/2023, às 21:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62443001** e o código CRC **1C634248**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 67/2023

Belo Horizonte, 16 de março de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

**Assunto:** Informações complementares - investimentos

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Em atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 78/2023, informamos que a FEAM não possui recursos próprios em conta corrente bancária.

Temos em conta corrente os recursos financeiros do convênio firmando com o Ministério do Meio Ambiente e o TAC - Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre FEAM/CBMM/ Ministério Público. Ambos, com conta corrente aberta no Banco do Brasil, instituição financeira pública conforme determina a legislação. Os valores são aplicados em fundos do próprio banco de resgate automático.

Extrato bancários de dezembro/2022 - Banco do Brasil 001 - Agência 1615-2 - CC: 22.828-1 Convênio FEAM/MMA = (59772192 )

Extrato bancário de Dezembro/2022 - Banco do Brasil 001 - Agência 1615-2 - CC - 22.120-1 TAC - FEAM/CBMM/Ministério Público (59772236 )

Atenciosamente,

**Fernanda Roveda Lacerda Costa**  
**Diretoria de Administração e Finanças**

**Elisa Aparecida de Andrade Dias**  
**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Diretora**, em 17/03/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 17/03/2023, às 12:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62476961** e o código CRC **C5F913AB**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62476961





**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Presidência**

Memorando.FEAM/PRE.nº 22/2023

Belo Horizonte, 21 de março de 2023.

**Para: Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Controlador Seccional

**Assunto:** Complementação Memorando 7

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Com meus cordiais cumprimentos, e em resposta ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº26/2023 (59577927) que complementa o Memorando 7, referente as informações e documentos da Feam relacionados ao exercício 2022.

Encaminhamos a Decisão do conselho curador (62805481) em atendimento ao item 17.

Permanecemos a disposição para esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

**Renato Teixeira Brandão**

Presidente

Fundação Estadual do Meio Ambiente



Documento assinado eletronicamente por **Renato Teixeira Brandão**, **Presidente**, em 21/03/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62806300** e o código CRC **E460B36B**.

---

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62806300



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Diretoria de Administração e Finanças**

Memorando.FEAM/DAFI.nº 18/2023

Belo Horizonte, 22 de março de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori Do Valle  
Controlador Seccional

**Assunto: Resposta Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 26/2023**

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Em atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 81/2023 (62778613), que reitera a solicitação contida no Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 26/2023 (59577927), encaminhamos Acórdão do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (62911298), que trata do julgamento das contas do exercício 2018, exercício financeiro em que a Fundação teve as contas julgadas.

A respeito das decisões do Conselho Curador da Feam, a Presidência se manifestou por meio do Memorando.FEAM/PRE.nº 22/2023 (62806300).

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Diretora**, em 26/04/2023, às 09:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62898644** e o código CRC **3AC2CE4C**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 62898644



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Gerência de Logística, Compras e Contratos**

Memorando.FEAM/GELOG.nº 30/2023

Belo Horizonte, 27 de março de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori  
Controladoria Setorial-SISEMA

**Assunto:** Complementação Informações RAG FEAM 2022

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezado Controlador

Com cordiais cumprimentos e em atenção ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 82/2023 (62814730), encaminho resposta ao questionamento realizado.

Quanto às evidências do registro do termo de entrada patrimonial dos bens relacionados no Ofício GESÓIS nº 015/2020 (60791504) incorporados à carga patrimonial da FEAM, segue anexo a nota fiscal (63149036) de comprovação da aquisição dos equipamentos pela Oscip.

Salientamos que a incorporação se refere aos bens patrimoniáveis (impressoras e notebooks), conforme comprovações nos documentos do SIAD (63209952), (63210098), (63210173), (63210313), (63210462) e (63210636) .

À disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Paula Lucia de Carvalho Gomes, Gerente**, em 28/03/2023, às 14:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marleize de Souza Barbosa, Servidor(a) Público(a)**, em 28/03/2023, às 14:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?)



[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](#), informando o código verificador **63145823** e o código CRC **B1C1CB11**.

---

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 63145823



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 93/2023

Belo Horizonte, 11 de abril de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 86/2023

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Em resposta ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 86/2023 (63504225).

1- Se foram feitos gastos com publicidade, pela FEAM, em 2022;

Não tivemos despesas com publicidade de 2022.

2- Acerca das recomendações elencadas no item II do acórdão proferido pelo Tribunal de Contas nos autos do processo 1071389 (62911298), quais as medidas tomadas pela GECOF e DAFI para atendimento das mesmas.

Foram tomadas providências quanto a execução de despesas que porventura tenham cobrança de encargos financeiros com a observação e execução (empenho e liquidação) em separado. Esclarecemos que com a regularização dos repasses financeiros pela Secretaria de Estado da fazenda não ocorreu atrasos nos pagamentos das despesas ocasionando encargos financeiros.

Quanto a demonstração entre o valor principal e encargos financeiros da Dívida Ativa Não Tributária, esta sendo desenvolvido no SISEMA um novo sistema de controle de multas e autos de infração no qual foi solicitado em reunião com os desenvolvedores que seja inserido um mecanismo que possibilite a contabilização de forma individualizada.

Atenciosamente,

**Fernanda Roveda Lacerda Costa**  
**Diretoria de Administração e Finanças**

**Elisa Aparecida de Andrade Dias**  
**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 12/04/2023, às 11:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **63991059** e o código CRC **4217B1D6**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 63991059



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 94/2023

Belo Horizonte, 12 de abril de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 93/2023

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Senhor Controlador,

Em resposta ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 93/2023 (64034928).

1- No que tange ao saldo de R\$ 456.334.989,40 referente a conta 1.1.1.2.01.02 Contas de Movimentação Interna, elucidar se é possível demonstrar a conciliação entre o saldo constante na conta e o saldo bancário. Em caso positivo, enviar extrato. Em caso negativo, justificar.

Os valores em contas denominadas escriturais não possuem extrato bancário semelhante a contas de convenio por não possuírem valores em instituição bancária sob a titularidade da FEAM. Os valores ali demonstrados refletem saldos contábeis de direitos a receber junto a SEF. Sua movimentação advém de recolhimentos cujos valores são direcionados ao caixa único do Estado. As receitas são arrecadadas, classificadas e recolhidas para esta conta escritural.

2- No que tange ao planejamento dos dispêndios e prioridade das despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento do órgão, esclarecer como isso ocorre no âmbito da FEAM. Elucidar de forma detalhada quais os procedimentos efetuados. Exemplificar, se possível.

O planejamento de prioridades das despesas indispensáveis a manutenção da FEAM, desde 2021 é realizado com a elaboração do OBZ (Orçamento Base Zero) sob coordenação da SEPLAG. Neste instrumento de planejamento as despesas são classificadas como limiar (despesas necessárias para a manutenção e funcionamento da FEAM) e incremental que são classificadas por critério de prioridade pelo Dirigente máximo.





**Fernanda Roveda Lacerda Costa**  
**Diretoria de Administração e Finanças**

**Elisa Aparecida de Andrade Dias**  
**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 13/04/2023, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Diretora**, em 13/04/2023, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64067512** e o código CRC **CE12521C**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64067512



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Gerência de Logística, Compras e Contratos

Memorando.FEAM/GELOG.nº 38/2023

Belo Horizonte, 14 de abril de 2023.

**Para:**

Quintiliano Augusto Campomori Do Valle  
Controlador Seccional

**Cc:**

Bruno Gonçalves Nogueira  
Coordenador do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

**Assunto:** prestação de contas

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezados,

Em atendimento ao solicitado no Memorando 46 (64223426), listamos os processos SEI do ano de 2022 realizados por esta Fundação:

Fonte	Razão Social Credor	Nº Empenho	Nº doc. Pgt.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro	Processo SEI - Contratação	Processo SEI - Pagamento
24	MICROSENS S/A	143	64	29/06/2022	R\$ 4.650,00	2090.01.0004108/2021-29	2090.01.0004108/2021-29
24	REINUN COMERCIO VAREJISTA DE MULTIPRODUTOS LTDA	136	58	06/06/2022	R\$ 87.539,70	2090.01.0003716/2021-40	2090.01.0001955/2022-54
24	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	112	63	29/06/2022	R\$ 29.526,60	2090.01.0004108/2021-29	2090.01.0004108/2021-29
24	NM COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI	144	62	09/06/2022	R\$ 131.080,00	2090.01.0003425/2021-40	2090.01.0003425/2021-40
24	HEDER COSTA DA SILVA & CIA LTDA -ME	137	67	14/07/2022	R\$ 76.200,00	2090.01.0003716/2021-40	2090.01.0002377/2022-09
31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	145	60	09/06/2022	R\$ 2.089,80	2090.01.0002546/2021-08	2090.01.0002118/2022-18
31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	147	59	09/06/2022	R\$ 37.368,00	2090.01.0003778/2021-15	2090.01.0001982/2022-04
31	OUTLET COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI - ME	146	61	09/06/2022	R\$ 43.200,00	2090.01.0003778/2021-15	2090.01.0001918/2022-83
31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	148	65	12/07/2022	R\$ 3.713,80	2090.01.0003778/2021-15	2090.01.0002350/2022-59
31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	152	66	12/07/2022	R\$ 39.000,00	2090.01.0002546/2021-08	2090.01.0002285/2022-68
31	DISTRIBUIDORA ESPIRITO SANTO LTDA	149	68	11/08/2022	R\$ 8.692,00	2090.01.0003778/2021-15	2090.01.0002590/2022-78
31	THAIS SOUZA MARINHO SIQUEIRA 09516315607	198	70	19/08/2022	R\$ 5.374,00	2090.01.0002546/2021-08	2090.01.0002837/2022-05
72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	113	250	02/05/2022	R\$ 9.199,75	2090.01.0000543/2021-60	2090.01.0001569/2022-97
72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	274	06/05/2022	R\$ 67,00	2090.01.0001100/2021-56	2090.01.0001577/2022-75
72	CLARO S.A.	103	408 409	23/06/2022	R\$ 39,25	1370.01.0007857/2019-82	1370.01.0027326/2022-53
72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	413	24/06/2022	R\$ 47,00	2090.01.0001100/2021-56	2090.01.0002086/2022-09

72	CLARO S.A.	103	500 501	22/07/2022	R\$ 41,53	1370.01.0007857/2019-82	1370.01.0032702/2022-13
72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	569	22/08/2022	R\$ 121,60	2090.01.0002332/2019-69	2090.01.0002962/2022-25
72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3	651	21/09/2022	R\$ 5.560,76	1370.01.0000118/2017-06	2090.01.0003246/2022-20
72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4	652	21/09/2022	R\$ 5.560,76	1370.01.0000118/2017-06	2090.01.0003246/2022-20
72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	5	653	21/09/2022	R\$ 5.560,76	1370.01.0000118/2017-06	2090.01.0003246/2022-20
72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	663	23/09/2022	R\$ 121,60	2090.01.0002332/2019-69	2090.01.0003326/2022-91
72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	700	05/10/2022	R\$ 23.512,77	2090.01.0001515/2022-03	2090.01.0003361/2022-19
72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	96	719	13/10/2022	R\$ 61.204,81	2090.01.0002853/2021-61 2090.01.0004819/2021-38	2090.01.0003375/2022-29
72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	775	27/10/2022	R\$ 15.008,16	2090.01.0001515/2022-03	2090.01.0003753/2022-08
72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	95	807	10/11/2022	R\$ 56.690,75	2090.01.0002853/2021-61 2090.01.0004819/2021-38	2090.01.0003795/2022-38
72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	96	812	10/11/2022	R\$ 57.030,33	2090.01.0002853/2021-61 2090.01.0004819/2021-38	2090.01.0003795/2022-38
72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3	830	18/11/2022	R\$ 4.641,68	1370.01.0000118/2017-06	2090.01.0004040/2022-19
72	VIBRA ENERGIA S.A	203	846	23/11/2022	R\$ 49.352,00	2090.01.0000590/2021-52	2090.01.0000590/2021-52
72	MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	282	871	01/12/2022	R\$ 8.770,00	2090.01.0002926/2022-27	2090.01.0002926/2022-27
72	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	104	877	01/12/2022	R\$ 811,20	2090.01.0000112/2018-66	2090.01.0004140/2022-35
72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	205	873 884	01/12/2022 06/12/2022	R\$ 20.549,05	2090.01.0000543/2021-60	2090.01.0004069/2022-12 2090.01.0004205/2022-26
72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	913	15/12/2022	R\$ 395,20	2090.01.0002332/2019-69	2090.01.0004433/2022-78
72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4	925	19/12/2022	R\$ 6.600,74	1370.01.0000118/2017-06	2090.01.0004390/2022-75
72	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	106	924	19/12/2022	R\$ 167,12	1370.01.0052717/2020-98	1370.01.0055188/2022-14
72	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS	104	928	20/12/2022	R\$ 811,20	2090.01.0000112/2018-66	2090.01.0004494/2022-80
72	CLARO S.A.	103	933 934	21/12/2022	R\$ 43,52	1370.01.0007857/2019-82	1370.01.0058675/2022-52
72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	930 934	21/12/2022	R\$ 30.016,32	2090.01.0001515/2022-03	2090.01.0004505/2022-74 1370.01.0058675/2022-52
72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	205	939	22/12/2022	R\$ 18.004,12	2090.01.0000543/2021-60	2090.01.0004555/2022-82
72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	952	22/12/2022	R\$ 87,00	2090.01.0001100/2021-56	2090.01.0004499/2022-42

72	VIBRA ENERGIA S.A	292	953 954	22/12/2022	R\$ 50.657,40	2090.01.0000466/2022-02	2090.01.0004544/2022-88
72	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	106	956	23/12/2022	R\$ 178,59	1370.01.0052717/2020-98	1370.01.0058512/2022-88
72	VIBRA ENERGIA S.A	292	946 947	22/12/2022	R\$ 33.771,60	2090.01.0000466/2022-02	2090.01.0004571/2022-38 2090.01.0004572/2022-11
72	CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA -ME	281	968	27/12/2022	R\$ 63,00	2090.01.0002926/2022-27	2090.01.0002926/2022-27
72	ROSENEIDE DA SILVA 31624995691 - ME	279	967	27/12/2022	R\$ 248,50	2090.01.0002926/2022-27	2090.01.0002926/2022-27

Atenciosamente,

**Paula Lúcia de Carvalho Gomes**

Gerente de Logística, Compras e Contratos



Documento assinado eletronicamente por **Paula Lúcia de Carvalho Gomes, Gerente**, em 18/04/2023, às 14:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Diretora**, em 19/04/2023, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64238482** e o código CRC **9186FF7E**.

Referência: Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64238482



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e  
Finanças

Memorando.FEAM/GECOF.nº 98/2023

Belo Horizonte, 14 de abril de 2023.

Para: **Sr. Bruno Gonçalves Nogueira**

Coordenador do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade

Para: **Sr. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA/NATI.nº 46/2023

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezados Senhores,

Visando o cumprimento às determinações das Instruções Normativas emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que tratam da Prestação de Contas de exercício financeiro dos administradores e gestores dos órgãos da administração direta estadual, solicitamos encaminhar, por intermédio deste processo SEI, as informações e documentos da FEAM relacionados abaixo.

1) Emitir declaração quanto à obediência, para cada unidade orçamentária e fonte de recurso, da estrita ordem cronológica das datas da exigibilidade dos pagamentos realizados no exercício objeto da prestação de contas relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços;

Ato que os pagamentos realizados por esta gerência, no decorrer do exercício financeiro de 2022, foram realizados atendendo a ordem cronológica da data de exigibilidade, por fonte de recursos. Ratificamos a informação encaminhada por meio do MEMO 9 que o Estado de Minas Gerais, não disponibiliza sistema/programa para acompanhamento de cronologia, e diante disto, esta Gerência, elaborou uma planilha para controle de cronologia das despesas, e que a liberação financeira por parte da Secretária da Fazenda ocorreu sistematicamente, ou seja, as despesas foram encaminhadas para execução e pagas prontamente.

2) Disponibilizar o nº dos processos de contratação e pagamento da unidade executora 2090001 listados abaixo, todos do exercício 2022.

UE	Fonte	Razão Social Credor	Nº Empenho	Nº doc. Pgto.	Data Pagamento	Valor Pago Financeiro	Processo Contratação	SEI	-	Processo Pagamento	SEI	-
2090001	24	MICROSENS S/A	143	64	29/06/2022	R\$ 4.650,00	(2090.01.0004108/2021-29)					
2090001	24	REINUN COMERCIO VAREJISTA DE MULTIPRODUTOS LTDA	136	58	06/06/2022	R\$ 87.539,70	(2090.01.0001955/2022-54)					
2090001	24	POSITIVO TECNOLOGIA S.A.	112	63	29/06/2022	R\$ 29.526,60	(2090.01.0004108/2021-29)					
2090001	24	NM COMERCIO E INDUSTRIA EIRELI	144	62	09/06/2022	R\$ 131.080,00	(2090.01.0003425/2021-40)					
2090001	24	HEDER COSTA DA SILVA & CIA LTDA -ME	137	67	14/07/2022	R\$ 76.200,00	(2090.01.0002377/2022-09)					
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	145	60	09/06/2022	R\$ 2.089,80	(2090.01.0002118/2022-18)					
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	147	59	09/06/2022	R\$ 37.368,00	(2090.01.0001982/2022-04)					
2090001	31	OUTLET COMERCIO DE MATERIAIS EIRELI - ME	146	61	09/06/2022	R\$ 43.200,00	(2090.01.0001918/2022-83)					
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	148	65	12/07/2022	R\$ 3.713,80	(2090.01.0002350/2022-59)					
2090001	31	DAYANE MARIA GOMES FERREIRA	152	66	12/07/2022	R\$ 39.000,00	(2090.01.0002285/2022-68)					
2090001	31	DISTRIBUIDORA ESPIRITO SANTO LTDA	149	68	11/08/2022	R\$ 8.692,00	(2090.01.0002590/2022-78)					
2090001	31	THAIS SOUZA MARINHO SIQUEIRA 09516315607	198	70	19/08/2022	R\$ 5.374,00	(2090.01.0002837/2022-05)					
2090001	72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	113	250	02/05/2022	R\$ 9.199,75				(2090.01.0001569/2022-97)		
2090001	72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	274	06/05/2022	R\$ 67,00				(2090.01.0001577/2022-75)		
2090001	72	CLARO S.A.	103	408 409	23/06/2022	R\$ 39,25				(1370.01.0027326/2022-53)		
2090001	72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	413	24/06/2022	R\$47,00				(2090.01.0002086/2022-09)		
2090001	72	CLARO S.A	103	500 501	22/07/2022	R\$41,53				(1370.01.0032702/2022-13)		
2090001	72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	569	22/08/2022	R\$ 121,60				(2090.01.0002962/2022-25)		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3	651	21/09/2022	R\$ 5.560,76				(2090.01.0003246/2022-20)		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4	652	21/09/2022	R\$ 5.560,76				(2090.01.0003246/2022-20)		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	5	653	21/09/2022	R\$ 5.560,76				(2090.01.0003246/2022-20)		
2090001	72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	663	23/09/2022	R\$ 121,60				(2090.01.0003326/2022-91)		
2090001	72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	700	05/10/2022	R\$ 23.512,77				(2090.01.0003361/2022-19)		
2090001	72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	96	719	13/10/2022	R\$ 61.204,81				(2090.01.0003375/2022-29)		
2090001	72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	775	27/10/2022	R\$ 15.008,16				(2090.01.0003753/2022-08)		
2090001	72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	95	807	10/11/2022	R\$ 56.690,75				(2090.01.0003795/2022-38)		
2090001	72	MGS MINAS GERAIS ADMINISTRACAO E SERVICOS S/A	96	812	10/11/2022	R\$ 57.030,33				(2090.01.0003795/2022-38)		
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	3	830	18/11/2022	R\$ 4.641,68				(2090.01.0004040/2022-19)		
2090001	72	VIBRA ENERGIA S.A	203	846	23/11/2022	R\$ 49.352,00				(2090.01.0000590/2021-52)		
2090001	72	MAXIMO DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	282	871	01/12/2022	R\$ 8.770,00				(2090.01.0002926/2022-27)		
2090001	72	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	104	877	01/12/2022	R\$ 811,20				(2090.01.0004140/2022-35)		
2090001	72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	205	873	01/12/2022	R\$ 20.549,05				(2090.01.0004069/2022-12)		

				884	06/12/2022			(2090.01.0004202/2022-26)
2090001	72	UNIDATA AUTOMACAO LTDA	202	913	15/12/2022	R\$ 395,20		(2090.01.0004433/2022-78)
2090001	72	TRIVALE INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	4	925	19/12/2022	R\$ 6.600,74		(2090.01.0004390/2022-75)
2090001	72	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	106	924	19/12/2022	R\$ 167,12		(1370.01.0055188/2022-14)
2090001	72	COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO DO ESTADO DE MINAS GERAIS-PRODEM	104	928	20/12/2022	R\$ 811,20		(2090.01.0004494/2022-80)
2090001	72	CLARO S.A.	103	933 934	21/12/2022	R\$ 43,52		(1370.01.0058675/2022-52)
2090001	72	LOCALIZA VEICULOS ESPECIAIS S.A.	209	930 934	21/12/2022	R\$ 30.016,32		(2090.01.0004505/2022-74) (1370.01.0058675/2022-52)
2090001	72	VOETUR TURISMO E REPRESENTACOES LTDA	205	939	22/12/2022	R\$ 18.004,12		(2090.01.0004555/2022-82)
2090001	72	CERTISIGN CERTIFICADORA DIGITAL S.A	141	952	22/12/2022	R\$ 87,00		(2090.01.0004499/2022-42)
2090001	72	VIBRA ENERGIA S.A	292	953 954	22/12/2022	R\$ 50.657,40		(2090.01.0004544/2022-88) (2090.01.0004545/2022-61)
2090001	72	SELBETTI TECNOLOGIA S.A.	106	956	23/12/2022	R\$ 178,59		(1370.01.0058512/2022-88)
2090001	72	VIBRA ENERGIA S.A	292	946 947	22/12/2022	R\$ 33.771,60		(2090.01.0004571/2022-38) (2090.01.0004572/2022-11)
2090001	72	CENTRAL SUPRIMENTOS LTDA -ME	281	968	27/12/2022	R\$ 63,00		(2090.01.0002926/2022-27)
2090001	72	ROSENEIDE DA SILVA 31624995691 - ME	279	967	27/12/2022	R\$ 248,50		(2090.01.0002926/2022-27)

A disposição para esclarecimentos que fizerem necessários.

Atenciosamente,

Elisa Aparecida de Andrade Dias

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Fernanda Roveda Lacerda Costa

**Diretoria de Administração e Finanças**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa**, **Diretora**, em 19/04/2023, às 14:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias**, **Gerente**, em 19/04/2023, às 14:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64240391** e o código CRC **41588FAC**.

Referência: Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64240391



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Fundação Estadual do Meio Ambiente**  
**Gerência Prevenção e Emergência Ambiental**

Memorando.FEAM/GEAMB.nº 48/2023

Belo Horizonte, 17 de abril de 2023.

**Para: Renata Maria de Araújo**

Chefe de Gabinete FEAM

**Assunto:** Atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 96/2023 -  
Esclarecimentos - Convênios de Entrada

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezada Chefe de Gabinete,

Com nossos cordiais cumprimentos, e em atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 96/2023 (64161964), prestamos os seguintes esclarecimentos/informações/documentações:

No que se refere aos convênios de entrada de recursos ou instrumentos congêneres firmados no âmbito da FEAM, o Convênio de entrada registrado na Plataforma + Brasil sob o nº 812650/2014, firmado inicialmente entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, foi sub-rogado para a FEAM em abril de 2020, com vigência até a data de 22/12/2023. O objeto do Convênio é o fortalecimento da Comissão Estadual de Preparação, Prevenção e Resposta Rápida às Emergências Ambientais com Produtos Perigosos de Minas Gerais e o desenvolvimento de ação integrada no atendimento dos acidentes e emergências ambientais com produtos perigosos.

O acompanhamento é realizado pelos gestores do convênio (DIGA/GEAMB) e representantes do Ministério do Meio Ambiente.

Em conformidade com o objetivo do Convênio nº 812650/2014, o Plano de Trabalho possui 5 metas, sendo elas:

**Meta 1: Estruturação de Bases Regionais para o atendimento às emergências ambientais, com três sub-atividades:**

Meta parcialmente atendida, conforme cumprimento das atividades descritas a seguir:

- **Atividade 1.1: Elaboração do plano de ação para descentralização do primeiro atendimento pelos**



**NUFIS:** atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros, em maio de 2016.

- **Atividade 1.2: Reuniões com as entidades envolvidas nos atendimentos às emergências ambientais nas regiões dos NUFIS:** atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros, em maio de 2016.
- **Atividade 1.3: Aquisição de equipamento e materiais:** Meta a ser concluída com aquisição dos bens e materiais previstos na atividade, com três processos de aquisição em andamento para cumprimento integral da atividade.

**Meta 2: Mapeamento de áreas de risco e estabelecimento de medidas preventivas aos acidentes ambientais:** Meta atendida fisicamente, sem uso do recurso do convênio.

- **Atividade 2.1- Contratação de serviços técnicos especializados para mapeamento das áreas de risco do estado de Minas Gerais:** atividade realizada fisicamente, sem uso do recurso do convênio, aguardando aprovação da atividade pelo Concedente.

**Meta 3: Capacitação para prevenção, preparação e atendimento a Emergências Ambientais:** Meta parcialmente atendida, conforme cumprimento das atividades descritas a seguir:

- **Atividade 3.1: Treinamento Nível Primeira Resposta e Nível Operacional em Emergência Ambiental:** atividade em execução; pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço realizado no dia 28/07/2022, estando em fase de recurso.
- **Atividade 3.2: Capacitação em Inspeção e Segurança de Barragens:** atividade em execução; pregão eletrônico para contratação de pessoa jurídica para prestação do serviço iniciado no dia 29/07/2022 dado como fracassado. A GEAMB/DIGA irá reabrir o processo de contratação.
- **Atividade 3.3: Realização do Seminário Estadual de Emergência Ambiental - 2015:** Atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros.
- **Atividade 3.4: Realização do Seminário Estadual de Emergência Ambiental - 2016:** Atividade já concluída sem a utilização de recursos financeiros.

**Meta 4: Complementação da Meta 1 - Estruturação de Bases Regionais para o atendimento às emergências ambientais / Atividade 1.3 - Aquisição de equipamento e materiais - aquisição de caminhonete e giroflex: Meta concluída.**

**Meta 5: Complementação da Meta 1 - Estruturação de Bases Regionais para o atendimento às emergências ambientais / Atividade 1.3 - Aquisição de equipamento e materiais:** Meta concluída.

Em relação aos relatórios de monitoramento de execução física, a GEAMB/DIGA elaborou os seguintes relatórios:

1. Relatório TÉCNICO PARCIAL GEAMB/DIGA/FEAM Nº 001/2021 - FEAM/GEAMB (Sei nº 64340777)
2. Relatório Técnico Parcial GEAMB/DIGA/FEAM Nº 003/2021 - FEAM/GEAMB (Sei nº 64340912)
3. Relatório TÉCNICO GEAMB/DIGA/FEAM Nº 004/2021 - FEAM/GEAMB (Sei nº 64341090)
4. Relatório Técnico GEAMB/DIGA/FEAM nº 005/2021 - FEAM/GEAMB (Sei nº 64341192)
5. Relatório Técnico GEAMB/DIGA/FEAM Nº 001/2022 - 1º Trimestre - FEAM/GEAMB (Sei nº 64341275)
6. Relatório TÉCNICO GEAMB/DIGA/FEAM Nº 002/2022 - FEAM/GEAMB - FEAM/GEAMB (Sei nº 64341403)
7. Relatório Técnico Nº 003/2022 - FEAM/GEAMB (Sei nº 64341654)

Nos colocamos a disposição para maiores esclarecimentos.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Jose Maia Coelho, Gerente**, em 17/04/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Rocha Maciel Fernandes, Diretor (a)**, em 17/04/2023, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64327923** e o código CRC **7E62D3F0**.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Memorando.FEAM/GECOF.nº 107/2023

Belo Horizonte, 25 de abril de 2023.

**Para: Sr. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Controlador Seccional

**Assunto:** Responde ao Memorando.CGE/CSET\_SSEMA.nº 101/2023

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezado Senhor,

Em atendimento ao item 1 do Memorando.CGE/CSET\_SSEMA.nº 101/2023, esclarecemos que o pagamento das despesas de convênio de entrada, no caso, o convênio firmado entre a FEAM e Ministério de Meio Ambiente - MMA é realizado por meio de OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária na plataforma mais Brasil, sendo debitado diretamente da conta corrente e creditado na conta do fornecedor.

No caso em tela, o pagamento foi realizado obedecendo a data de vencimento da fatura, ou seja, dia 23/05/2022 conforme verifica-se no extrato da conta bancária do convênio do mês maio de 2022 (64773131 ).

À disposição para esclarecimentos que fizerem necessários.

Atenciosamente,

Elisa Aparecida de Andrade Dias

**Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças**

Fernanda Roveda Lacerda Costa

**Diretoria de Administração e Finanças**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente**



Documento assinado eletronicamente por **Elisa Aparecida de Andrade Dias, Gerente**, em 26/04/2023, às 06:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Diretora**, em 26/04/2023, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64770205** e o código CRC **E115422C**.

**Referência:** Processo nº 1520.01.0000728/2023-48

SEI nº 64770205



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Fundação Estadual do Meio Ambiente  
Gerência de Logística, Compras e Contratos

Memorando.FEAM/GELOG.nº 40/2023

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023.

**Para:** Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Setorial

**Assunto:** Ordem Cronológica

**Referência:** [Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 1520.01.0000728/2023-48].

Prezado Controlador,

Com cordiais cumprimentos e em atenção ao Memorando.CGE/CSSET\_SISEMA.nº 101/2023 (64761474), informo que relativo ao item 2, o qual questiona sobre o pagamento via fonte 72 para a empresa Vibra Energia S/A, foi realizado fora da ordem cronológica, pois apesar da assinatura dos atestes (56398544) (56450351) (56450955) ter ocorrido próximo a data de entrega do combustível, o referido documento, bem como as notas fiscais (56397483) (56450064) (56450538) não foram encaminhados, no prazo. Solicitamos por diversas vezes o envio pela Seplag, pelo fato do mesmo não constar no sistema, porém só foram encaminhados em novembro conforme consta no andamento do processo. Assim que ocorreu o envio, solicitamos a Vibra a retirada de juros, uma vez que o processo não seguiu o fluxo correto, pedido este acatado pela empresa.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS		Para saber+ Menu Pesquisa		FEAM/GELOG
Administração	2090 01 0000590/2021-52	21/11/2022 09:44	FEAM/GELOG	03341829563 Gerado documento público 56452043 (Despacho 267)
Controle de Processos	Certidão CAI-IMP -	21/11/2022 09:43	FEAM/GELOG	03341829563 Arquivo DANFE NFE 3767909.pdf anexado no documento 56450538 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Iniciar Processo	Consulta CADIN - V	21/11/2022 09:43	FEAM/GELOG	03341829563 Anexo NF 3767909 FEAM.PDF removido do documento 56450538 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Retorno Programado	Autorização FEAM/	21/11/2022 09:42	FEAM/GELOG	03341829563 Arquivo controlador.php.pdf anexado no documento 56397483 (Nota Fiscal nº 3767695 - Diesel)
Pesquisa	Memorando 100 (56)	21/11/2022 09:42	FEAM/GELOG	03341829563 Anexo NF3767695 Diesel FEAM.pdf removido do documento 56397483 (Nota Fiscal nº 3767695 - Diesel)
Base de Conhecimento	Nota Jurídica nº 37/	21/11/2022 09:41	FEAM/GELOG	03341829563 Arquivo Email - Maria Aparecida Pereira Barbosa - Outlook.pdf anexado no documento 56451589 (Email Dados bancários)
Textos Padrão	Nota Explicativa FE	21/11/2022 09:41	FEAM/GELOG	03341829563 Registro de documento externo restrito 56451589 (Email Dados bancários), Informação Pessoal (Art. 31 da Lei nº 12.527/2011)
Modelos Favoritos	Termo Aditivo FEAM	21/11/2022 09:37	FEAM/GELOG	03341829563 Arquivo ATESTE NF 3767909FEAM.pdf anexado no documento 56450955 (Ateste de Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Blocos de Assinatura	Publicação 2º Term	21/11/2022 09:37	FEAM/GELOG	03341829563 Registro de documento externo público 56450955 (Ateste de Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Blocos de Reunião	Relatório de Confor	21/11/2022 09:34	FEAM/GELOG	03341829563 Arquivo NF 3767909 FEAM.PDF anexado no documento 56450538 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Blocos de Reunião	Relatório de Confor	21/11/2022 09:32	FEAM/GELOG	03341829563 Registro de documento externo público 56450538 (Nota Fiscal nº 3767909 - Gasolina)
Blocos Internos	Despacho 265 (561)			
Processos Tramitados Externamente	Nota Fiscal nº 3767			
Processos Sobrestados	Ateste de Nota Fisc			
Acompanhamento Especial	Nota Fiscal nº 3767			
Marcadores	Ateste de Nota Fisc			
Pontos de Controle	Email Dados bancá			
Estatísticas	Despacho 267 (564)			
Grupos	VII			
Relatórios	Anexo LIQUIDAÇÃO			
Links Úteis	Anexo LIQUIDAÇÃO			
	Anexo OP 846 (566)			
	Anexo OP 847 (566)			

Relativo ao item 3, não houve publicação de justificativa, visto que o trâmite foi impedido de ocorrer devido ao não encaminhamento dos documentos, não sendo fato extraordinário.

Atenciosamente,

Paula Lúcia de Carvalho Gomes  
Gerência de Logística, Compras e Contratos

Fernanda Roveda Lacerda Costa  
Diretoria de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **Paula Lucia de Carvalho Gomes, Gerente**, em 26/04/2023, às 09:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Roveda Lacerda Costa, Diretora**, em 26/04/2023, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **64792891** e o código CRC **7050A1DC**.





# **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

## **Consultoria Nº 1252580/2022**

**FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE**  
**FEAM**

*31/8/2022*



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório nº 1252580/2022

#### Missão da CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.





## QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM.

## POR QUE A CONTROLADORIA SECCIONAL REALIZOU ESSE TRABALHO?

O trabalho foi realizado em apoio à Gestão da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, no cumprimento do Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) do Sisema de 2022<sup>1</sup>, este que é o instrumento de planejamento que visa definir os trabalhos prioritários a serem executados pelas CSET e CSECs no âmbito do SISEMA (SEMAD, FEAM, IEF e IGAM), cujas diretrizes para o exercício de 2022 foram estabelecidas pela Resolução CGE nº 27/2019.

## QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?

Considerando o escopo de auditoria, na modalidade consultoria, destacam-se como as principais conclusões do trabalho: a elaboração da análise SWOT, pequenos ajustes no desenho do processo elaborado pelo elaborado pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos (NUPRO), permitindo aos gestores uma visão sistêmica; identificou-se 31 (trinta e um) riscos altos que demandam ações de tratamento, pois podem representar impedimento no atingimentos dos objetivos do processo avaliado; carência de formalização e institucionalização de controles internos.

<sup>1</sup> Cabe esclarecer, conforme justificado no Relatório de Atividades de Controle Interno RACI 2022 – Parcial – 1º Semestre – CSET e CSECs do SISEMA, a Ação de Consultoria / Facilitação de Gerenciamento de Riscos no processamento operacional dos autos de infração de competência da FEAM, substituiu a Ação de Avaliação da gestão da prestação de contas referentes aos convênios de saída e Termos de Parceria da Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).



## **QUAIS AS AÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?**

A identificação das ações a serem implementadas, visando tratar os riscos identificados, será materializada com a formulação do Plano de Ação, cuja elaboração compete ao gestor do processo. Ressalta-se, que atenção especial deve ser dada aos riscos altos que foram identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do Processamento de Autos de Infração de competência da FEAM.



# Processamento dos **Autos de Infração** no âmbito da FEAM



30  
Atividades  
mapeadas



74  
Eventos de Riscos  
mapeados



153  
Eventos de Trinômios  
de Riscos mapeados



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

AGE	Advocacia-Geral do Estado
AUGE	Auditoria-Geral do Estado
AI	Autos de Infração
AHP	Analytic Hierarchy Process
BPMN	Business Process Modeling Notation
CAP	Controle de Autos de Infração e Processos
CSEC	Controladoria Seccional
CGE	Controladoria-Geral do Estado
DAE	Documento de Arrecadação Estadual
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
MP	Ministério Público
NAI	Núcleo de Autos de Infração
NATI	Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade
NUPRO	Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos
PACI	Planejamento de Atividades de Controle Interno
RACI	Relatório de Atividades de Controle Interno
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEF	Secretaria de Estado de Fazenda
SISEMA	Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats



## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	7
2.	RESULTADO DOS EXAMES	8
2.1.	Mapeamento do Processo	8
2.2.	Análise SWOT	9
2.3.	Identificação de Riscos e Controles	9
2.4.	Análise dos Riscos	10
2.5.	Principais Resultados	11
3.	RECOMENDAÇÃO	15
4.	CONCLUSÃO	16
	ANEXO 1 – Metodologia	17
	ANEXO 2 – Referências	23
	ANEXO 3 – Principal Legislação aplicável	24
	APÊNDICES	25
A.	Diagrama de Fluxo	25
B.	Folha de Processo	26
C.	Análise SWOT	44
D.	Análise de Risco	46
E.	Plano de Ação – Parte	59



## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho de Consultoria<sup>2</sup>, na modalidade facilitação, foi realizado em apoio à Gestão da Fundação, em atendimento ao Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) do Sisema de 2022.

Trata-se, portanto, da Elaboração de um Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento dos Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por infração à legislação ambiental, pela FEAM, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento ao órgão competente para inscrição em dívida ativa.

O trabalho foi conduzido pela Controladoria Seccional da FEAM – CSEC/FEAM, com o apoio do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade – NATI, e contou com a participação da Chefia de Gabinete da FEAM, do Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos – NUPRO/FEAM<sup>3</sup> e do Núcleo de Autos de Infração NAI/FEAM<sup>4</sup>, representado por sua Coordenadora. Foi realizado por meio do levantamento de informações com os gestores da instituição, visando identificar possíveis riscos do processo e eventuais fragilidades existentes nos controles internos administrativos.

Para realização do trabalho foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Conhecer melhor o fluxo e as interações existentes entre os setores, de modo a identificar possíveis gargalos e/ou pontos de melhoria;
- Análise SWOT;
- Identificar os riscos classificados como altos, que precisarão ser tratados e monitorados em periodicidade a ser definida pela Gestão, de acordo com o apetite a riscos que a organização estará disposta a assumir;
- Identificar os controles que precisam ser criados ou aprimorados.

Como resultado do trabalho espera-se contribuir para o aprimoramento, fortalecimento e melhoria do processamento de autos de infração, como o aperfeiçoamento dos controles e minimização dos riscos do processo a níveis aceitáveis.

A metodologia adotada encontra-se no Anexo 1 deste relatório.

---

<sup>2</sup> Consoante Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021 que fornece "Orientações Técnicas da Atividade de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Estadual, artigos 45, 46, 49 e 50.

<sup>3</sup> Conforme caput, do artigo 13, do Decreto Estadual nº 47.760, de 20/11/2019, o Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos tem como competência coordenar a integração das pesquisas e dos projetos, executar processos gerenciais de apoio metodológico à seleção, à celebração, ao acompanhamento, à avaliação, ao aditamento e ao encerramento de contratos de gestão, articulando o alinhamento contínuo dos resultados com as diretrizes institucionais e governamentais.

<sup>4</sup> Conforme caput, do artigo 13, do Decreto Estadual nº 47.760, de 20/11/2019, o Núcleo de Autos de Infração tem como competência instaurar e analisar os processos administrativos decorrentes dos autos de infração de competência da FEAM.



Os exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

## **2. RESULTADO DOS EXAMES**

### **2.1. Mapeamento do Processo**

Cabe ressaltar que a elaboração do desenho do processamento dos autos de infração no âmbito da FEAM (fluxogramação), já havia sido realizada pelo NUPRO/FEAM, por meio da utilização da ferramenta Bizagi Modeler. Todavia, por meio de reuniões periódicas, conduzidas pela equipe de auditoria, foram realizadas algumas adequações e alguns ajustes na fluxogramação (desenho) do processo; após tais ações, a última versão foi enviada ao NUPRO/FEAM.

Em seguida, as atividades executadas foram narradas pela gestora e os dados foram transcritos para as planilhas<sup>5</sup> “Diagrama de Fluxo” e “Folha de Processo” (detalhes do processo).

Os documentos supramencionados foram validados pela gestora, confirmando as informações prestadas, tanto quanto ao desenho, como ao detalhamento do processo (prática do processo).

A partir da realização do mapeamento foi possível observar os seguintes itens:

- ✓ Objetivo do processo, produtos e serviços gerados;
- ✓ Atividades chaves, objetivos das atividades e respectivos responsáveis;
- ✓ Início, fim e a sequência das atividades;
- ✓ Pontos de decisão e atividades de controle;
- ✓ Trâmite de documentos, prazo, volume e frequência de cada atividade;
- ✓ Agentes, setores e unidades que interferem ou sofrem interferência no processo;
- ✓ Problemas identificados durante a execução do processo;
- ✓ Variáveis que impactam e comprometem o objetivo do processo.

O Diagrama de Fluxo consta no **APÊNDICE A** e a Folha de Processo no **APÊNDICE B**.

---

<sup>5</sup> Processo SEI! MG nº 1520.01.0002649/2022-79, documento nº 49415012, abas “Diagrama de Fluxo” e “Folha de Processo”.



## **2.2. Análise SWOT**

Foram realizadas reuniões de *Brainstorming* para aplicação do método de SWOT<sup>6</sup>. Para a gestão do risco estratégico, o foco encontra-se no acompanhamento de fatores que podem tornar vulnerável o alcance dos objetivos estratégicos. Na condução do levantamento destas informações, realizou-se reuniões periódicas com a gestora responsável pelas ações e pela chefia de gabinete, a qual o NAI é subordinado, alinhadas aos Objetivos Estratégicos e às Diretrizes Estratégicas do Estado de Minas Gerais definidas no PMDI, em uma análise de cenário quanto as fraquezas e ameaças do ambiente que poderão impactar no atingimento destas ações estratégicas<sup>7</sup>.

## **2.3. Identificação de Riscos e Controles**

Na sequência, foram realizadas reuniões periódicas para auxiliar a gestora do processo na identificação dos riscos relevantes e dos controles praticados relacionados a cada atividade do processo. As informações identificadas foram narradas pela gestora e os dados foram transcritos para a “Folha de Processo”.

Como resultado desta etapa, no processo operacional de “Processamento de Autos de Infração” foram identificados eventos de riscos para 73,33% das 30 (trinta) atividades descritas, totalizando 74 (setenta e quatro) diferentes eventos de riscos, sendo informado a existência de controles, não formalizados ou não institucionalizados, para 37 (trinta e sete) dos eventos de riscos identificados.

O percentual supracitado se deve ao fato de que algumas das atividades mapeadas não foram identificados riscos, em especial as que não são executadas pelo NAI. Por isso, não constam riscos para 100% das atividades.

Posteriormente, foram transcritas as informações para a planilha “Análise de Risco”<sup>8</sup>, e a gestora do processo passou a detalhar os eventos de riscos em cada trinômio (causa/evento/consequência). Assim, para cada causa ou consequência diferentes apresentadas para o evento, tem-se a formação do trinômio d risco.

Esta etapa resultou na identificação 153 (cento e cinquenta e três) trinômios de riscos formados no processo, conforme a seguir.

<sup>6</sup> Processo SEI! MG nº 1520.01.0002649/2022-79, documento nº 49415012, aba “SWOT”.

<sup>7</sup> Conforme orientação constante no Guia Metodológico de Gestão de Riscos.

<sup>8</sup> Processo SEI! MG nº 1520.01.0002649/2022-79, documento nº 49415012, aba “Análise de Risco”.



Figura 1 - Quantidade de Trinômios de Risco



Fonte: Equipe de Auditoria

## 2.4. Análise dos Riscos

Para classificar os riscos residuais, determinou-se a probabilidade e o impacto para todos os riscos identificados, por meio de reuniões periódicas, para a identificação dos pesos de frequência da probabilidade e ofensividade do impacto em cada categoria. As informações identificadas foram narradas pela gestora e os dados foram transcritos para a planilha “Análise de Risco”.

Ressalta-se que para mensurar o percentual das categorias de impacto, foram definidos em reuniões com a gestora responsável pelo processo, e por meio da ferramenta AHP – Analytic Hierarchy Process (Processo de Hierarquia Analítica), os percentuais de cada categoria de impacto, considerando os objetivos do processo operacional em questão. O resultado obtido está demonstrado na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Percentuais das Categorias de Impacto

Categoria de Impacto	Percentual (%)
Conformidade	38,5%
Operacional	28,8%



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

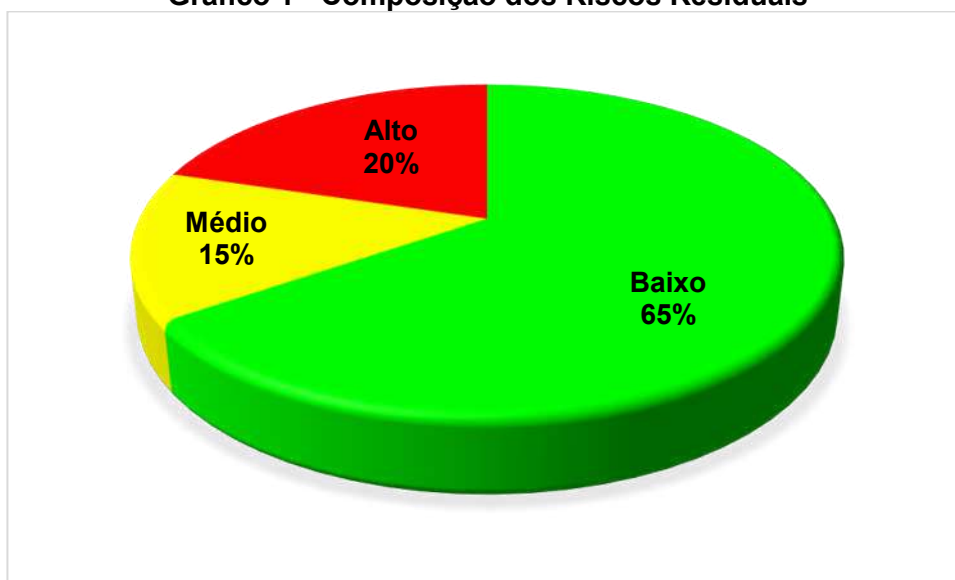
### Relatório nº 1252580/2022

Categoria de Impacto	Percentual (%)
Orçamentário	19,1%
Reputacional	6,8%
Patrimonial	6,8%

Fonte: Equipe de Auditoria

Conforme ilustrado pelo gráfico de riscos residuais a seguir, a partir dos valores mensurados para o impacto e a probabilidade, determinou-se o valor do risco residual para cada um dos riscos identificados, totalizando 31 (trinta e um) riscos altos, 22 (vinte e dois) riscos médios e 100 (cem) riscos baixos, nos termos percentuais a seguir.

**Gráfico 1 - Composição dos Riscos Residuais**



Fonte: Equipe de Auditoria

## 2.5. Principais Resultados

- Ajustes no desenho do fluxo de atividades;
- Análise SWOT (pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças) recolhendo dados importantes para avaliação dos ambientes internos e externos;
- O processo apresenta 31 riscos altos que precisam de tratamento imediato;
- O processo apresenta 22 riscos médios e 100 riscos baixos que podem ter tratamento, a depender do grau de apetite ao risco da gestão da Fundação;
- Os controles informados não estão devidamente formalizados e institucionalizados.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

**Quadro 1 - Riscos Residuais Altos**

Risco residual / Identificação						
Número Atividade	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Símbolo
7	7.1	Equívoco de Tramitação	Extravio de documentos / processos	Perda ambiental e financeira	13,2	ALTO
14	14.5	Falta de comunicação de suspensão judicial	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial	Gerar descumprimento judicial	12,1	ALTO
14	14.7	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Prescrição	14,8	ALTO
18	18.2	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	15,2	ALTO
19	19.1	Volume de atribuições da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	10,3	ALTO
19	19.2	Equipe reduzida da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	10,3	ALTO
19	19.3	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	15,2	ALTO
20	20.8	Falta de comunicação de suspensão judicial	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial	Gerar descumprimento judicial	12,1	ALTO
20	20.9	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Atraso no andamento do AI	12,2	ALTO
20	20.10	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Prescrição	14,8	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Risco residual / Identificação						
Número Atividade	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Símbolo
23	23.2	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	15,2	ALTO
24	24.1	Volume de atribuições da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	10,3	ALTO
24	24.2	Equipe reduzida da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	10,3	ALTO
24	24.3	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	15,2	ALTO
25	25.1	Volume de atribuições do NAI	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Gerar provimento indevido ao Recurso	10,6	ALTO
25	25.3	Falta de conhecimento técnico-jurídico	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Gerar provimento indevido ao Recurso	10,6	ALTO
25	25.5	Não observar os servidores que participaram do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Nulidade do voto	10,7	ALTO
25	25.6	Não observar os servidores que participaram do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	10,7	ALTO
25	25.7	Não observar a parte do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Nulidade do voto	10,7	ALTO
25	25.8	Não observar a parte do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	10,7	ALTO
25	25.9	Votos contrários à legislação vigente	Decisões discrepantes à interpretação legal	Necessidade de Controle de Legalidade	13,6	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Risco residual / Identificação						
Número Atividade	Número	Causa	Evento	Consequência	Valor	Símbolo
25	25.10	Votos contrários à legislação vigente	Decisões discrepantes à interpretação legal	AI retornar à Câmara Normativa e Recursal do COPAM para discussão de mérito	10,7	ALTO
25	25.11	Votos contrários à legislação vigente	Decisões discrepantes à interpretação legal	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	16,0	ALTO
25	25.12	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Atraso no andamento do AI	12,2	ALTO
25	25.13	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Prescrição	14,8	ALTO
25	25.14	Falta de comunicação de suspensão judicial	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial	Gerar descumprimento judicial	12,1	ALTO
28	28.6	Conferência falha	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Prescrição	16,3	ALTO
28	28.7	Volume de Autos de Infração	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Prescrição	16,3	ALTO
28	28.8	Volume de Autos de Infração	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Atraso na inscrição	10,9	ALTO
28	28.9	Ausência de sistema de gestão dos Autos de Infração	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Prescrição	16,3	ALTO
28	28.10	Ausência de sistema de gestão dos Autos de Infração	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Atraso na inscrição	10,9	ALTO

**Fonte:** Equipe de Auditoria



### 3. RECOMENDAÇÃO

A identificação das ações a serem implementadas, visando tratar os riscos identificados, será materializada com a formulação do Plano de Ação, cuja elaboração compete à gestora do processo. Ressalta-se e sugere-se que os riscos altos identificados merecem atenção especial devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos processamento dos autos de infração.

O modelo de Plano de Ação consta no **APÊNDICE E (parte)** que seguirá em meio eletrônico para preenchimento. Nele, deverão ser identificadas as ações de controle, os responsáveis pela implementação e os prazos de execução das ações que serão monitoradas pela CSEC de acordo com as respectivas datas de implementação. Caso haja a indicação que não será tomada qualquer ação com relação a algum dos riscos altos devido ao alto apetite a riscos, pede-se que sejam enviadas as justificativas ou os motivos para tal. Acerca do Plano de Ação, pede-se que o envio do mesmo seja enviado à CSEC, no **prazo de 60 dias**.



## **4. CONCLUSÃO**

O presente trabalho teve por objetivo e buscou a elaboração de um Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da FEAM. Neste sentido, tem-se que é um trabalho de consultoria, na modalidade facilitação e foi realizado por meio do levantamento de informações com os gestores da Fundação.

Os resultados apresentados no presente relatório permitem concluir pela existência de riscos que poderão prejudicar o atingimento dos objetivos do processamento dos autos de infração. No entanto, também é possível identificar oportunidades de melhorias tanto por meio da implementação de novos controles, quanto pelo aprimoramento dos existentes.

Ressalta-se que a CSEC deve ser sempre vista como uma unidade de assessoramento com caráter essencialmente preventivo, destinada a agregar valor à gestão e à melhoria das operações e dos controles internos administrativos da Fundação, assistindo-a na consecução de seus objetivos mediante uma abordagem sistemática e disciplinada de forma a sempre fortalecer a gestão e dar segurança às ações e às medidas implementadas.

Finalmente, ressalta-se a necessidade de se efetuar o monitoramento dos riscos identificados, no intuito de validar os resultados apontados, assim como identificar novos riscos que porventura apareçam. Tal monitoramento será realizado pela CSEC posteriormente, de acordo com as ações e com as datas apresentadas no Plano de Ação.

Controladoria Seccional da FEAM, em 31 de agosto de 2022.

---

**Bruno Gonçalves Nogueira**  
Coordenador do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade do Sisema  
MASP 1.375.292-8

---

**Quintiliano Augusto Campomori do Valle**  
Controlador Seccional da Fundação Estadual do Meio Ambiente  
MASP 753.239-3



## ANEXO 1 – Metodologia

### Gestão de Riscos

A gestão de riscos é um elemento-chave da governança nas organizações do setor público, em termos de suas estruturas, processos, valores corporativos, cultura e comportamento. Se eficaz, é considerada pelos gestores como essencial para a realização dos objetivos estratégicos da organização e posterior tomada de decisão.

Tendo em vista sua importância para a gestão da FEAM, o presente trabalho se propôs a iniciar os gestores na discussão e compreensão dos conceitos relacionados à gestão de riscos, por meio do processamento de atos de infração para posterior identificação e classificação de seus riscos (Gerenciamento de Riscos).

### Gerenciamento de Riscos

A metodologia adotada prevê a realização de intervenções preventivas nos atos de gestão, mediante a identificação de fatores de riscos e de vulnerabilidades existentes em processos e sistemas organizacionais.

Busca-se, assim, fornecer suporte à gestão para a tomada de decisão, contribuindo para o dimensionamento e desenvolvimento de controles adequados, eliminando controles caros e ineficientes e otimizando a relação custos versus benefícios.

A metodologia adotada utilizou as opiniões e informações trazidas pelos próprios gestores do processo, notadamente quanto ao desenho do processo e seus detalhes, até a identificação do risco residual e atribuição dos pesos para a probabilidade e impacto, abrangendo as seguintes etapas de execução:

### Mapeamento do Processo

Primeiramente, inicia-se com o mapeamento do processo, identificando-se todas as atividades envolvidas e os pontos de decisão existentes. Conhecer o fluxo do processo permite encontrar gargalos, conhecer as relações existentes entre os diversos setores envolvidos no fluxo e analisar a importância de cada setor para a execução do processo, oportunizando a propositura de melhorias para sua otimização.

Caso já exista um mapeamento, deve-se validá-lo de modo a garantir que os riscos sejam identificados com base em seu fluxo real e atual. E, caso necessário que sejam feitos ajustes e adequações.

Para a elaboração do mapeamento, é utilizada a metodologia “*Business Process Modeling Notation – BPMN*”, que significa Notação para Mapeamento de Processos de Trabalho, cujo





objetivo é prover uma notação gráfica padronizada para a modelagem de processos. O software usado para a modelagem do processo foi o “*Bizagi Process Modeler*”.

## Identificação dos riscos e controles

O reconhecimento do risco é o primeiro passo para gerenciá-lo. Conhecer o risco pressupõe o conhecimento do processo, de seus objetivos e das variáveis ambientais que o circundam, assim como a identificação dos problemas que impactam a entrega dos produtos atingindo os objetivos do processo.

Por variáveis ambientais entendem-se as características dos ambientes interno e externo em que a organização se insere. Seu conhecimento possibilita avaliar os pontos fortes e fracos da organização, como também as oportunidades e ameaças a que se sujeita. Neste sentido, aplica-se a Matriz SWOT para identificação das fragilidades do processo, quanto a fraquezas e ameaças principalmente.

Entre os aspectos considerados para a compreensão do ambiente interno, sobressaem-se os organizacionais (políticas, estrutura, estratégias, rede de comunicação, regras etc.), de pessoal (treinamentos, sistemas de incentivo, de avaliação de desempenho etc.) e de produção (eficiência dos processos operacionais e uso de tecnologia, entre outros).

O conhecimento do ambiente externo, por sua vez, envolve a percepção de fatores econômicos, sociais, políticos, legais, tecnológicos, climáticos etc. (macro ambiente) e das forças exercidas pelos clientes, pelos fornecedores e demais atores envolvidos.

A identificação dos riscos consiste na percepção do trinômio causa, evento e consequência. Causa é a fonte do risco ou vulnerabilidade existente na organização e que dá origem a um evento. Em outras palavras, é um fato ou circunstância que influencia de forma direta ou intrínseca a ocorrência do evento.

Nos termos da norma ABNT NBR ISO 31000:2018, um evento é a ocorrência ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias. O evento pode, ainda, consistir em uma ou mais ocorrências e ter várias causas, sendo possível, também, que consista em alguma coisa não acontecer.

Consequência, por sua vez, refere-se ao efeito que o evento terá sobre o alcance dos objetivos organizacionais. Cada evento, combinado com determinada causa e com consequência específica, traduz-se em um risco individual.

O risco identificado denomina-se risco residual, que é o risco vinculado a determinado processo ou atividade, ao qual uma organização se submeterá na hipótese de já existirem medidas voltadas à alteração de sua probabilidade ou impacto (Capacitação em Auditoria Baseada em Riscos, 2014, p. 25).



Tais medidas designam-se como controles que, segundo a ABNT NBR ISSO 31000/2018, visam a manter ou a modificar o risco e podem consistir em práticas, processos, políticas e outras ações.

Várias técnicas podem ser utilizadas para a identificação e registro dos riscos, como por exemplo, as técnicas de *brainstorm* e *bow tie*, por meio da qual a equipe envolvida na execução do processo se reuni e levanta os principais riscos relacionados ao processo, assim como identifica os controles existentes.

## Análise dos riscos

Esta etapa consiste na classificação dos riscos por meio da utilização das variáveis probabilidade e impacto. Probabilidade é a chance de algo acontecer, não importando se é definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se é descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos – como, por exemplo, uma frequência durante um determinado período. Impacto, por sua vez, é a medida dos efeitos de um evento nos objetivos organizacionais, ou seja, é a extensão do prejuízo que o risco pode acarretar.

O valor do risco é uma função tanto da probabilidade quanto da medida do impacto a ele vinculado. A presente metodologia utilizou para aferição do risco a seguinte equação:

Equação 1 – Determinação do Risco

$$R = P \times I$$

Em que R = risco  
P = Probabilidade  
I = Impacto

Para o valor a ser lançado para a probabilidade, deve-se atribuir o peso de acordo com a frequência esperada para o evento de risco (**Quadro 2**).

Quadro 1 - Peso da Probabilidade

DESCRIÇÃO	FREQUÊNCIA	PESO
Evento que ocorre quase sempre	> 90%	5
Evento que ocorre na maioria das circunstâncias	$75\% \leq x \leq 90\%$	4
Evento que provavelmente ocorre	$40\% \leq X < 75\%$	3
Evento que deve ocorrer em algum momento	$10\% \leq X < 40\%$	2
Evento pode ocorrer em circunstâncias excepcionais	< 10%	1

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos



## Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG

### Relatório nº 1252580/2022

Para mensurar o impacto deve-se atribuir o peso de acordo com o impacto do evento nas ações de gestão da organização. Como o impacto na organização apresenta diversas nuances, utiliza-se as seguintes categorias de impacto:

**Quadro 2 - Categorias de Impacto**

CATEGORIA DE IMPACTO	DEFINIÇÃO
ESTRATÉGICO	Descumprimento de objetivos e metas definidos em instrumentos de planejamento e gestão (exemplo: Plano Plurianual de Planejamento Governamental - PPAG, Orçamento Fiscal, Acordo de Resultados)
OPERACIONAL	Prejuízo à qualidade do produto entregue ou serviço prestado à população, procedente de falha ou deficiência na atividade operacional do órgão (entidade)
IMAGEM OU REPUTACIONAL	Prejuízo à imagem do órgão ou entidade (e, consequentemente, do próprio Governo) perante a sociedade (cidadãos, contribuintes, grupos beneficiados por políticas governamentais etc.) e outros órgãos (entidades) das três esferas de governo.
LEGAL OU CONFORMIDADE	Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição
PATRIMONIAL	Perdas patrimoniais procedentes de apropriação indébita de informações (patentes, pesquisas, informações financeiras etc.) e de danos ou desvios de propriedades (recursos e bens patrimoniais).
ORÇAMENTÁRIO	Eventos que podem comprometer à própria execução orçamentária ou a capacidade do órgão/entidade em contar com os recursos orçamentários necessários à realização de suas atividades.

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Ademais, cada categoria apresenta importância distinta ao se avaliar o impacto do risco na organização. Por isso, com a finalidade de reduzir a subjetividade na determinação da importância de cada categoria, atribui-se peso específico, utilizando o modelo Analytic Hierarchy Process (AHP)<sup>9</sup>, versão Excel MS Excel 2010 (extensão .xlsx). O quadro a seguir ilustra a descrição das categorias de impacto e os respectivos pesos.

**Quadro 3 - Descrição das categorias de impacto e seus respectivos pesos**

PESO	ESTRATÉGICO	OPERACIONAL	IMAGEM ou REPUTAÇÃO	LEGAL ou CONFORMIDADE	ORÇAMENTÁRIO	PATRIMONIAL
10	Prejudica o alcance de mais de 90% das metas do processo.	Evento cuja consequência prejudica em mais de 90% a entrega do produto ou serviço.	Com destaque na mídia nacional, podendo atingir os objetivos estratégicos da organização.	Determina interrupção das atividades.	Altíssimo impacto na execução da ação orçamentária ( $\geq 70\%$ )	Perda patrimonial alta.
7	Prejudica o alcance de mais de 70% das metas do processo.	Evento cuja consequência prejudica em mais de 70% a entrega do produto ou serviço.	Com destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa.	Determina ações de caráter pecuniário.	Grande impacto na execução da ação orçamentária ( $50\% \leq x < 70\%$ )	Perda patrimonial relevante.

<sup>9</sup> O modelo AHP foi desenvolvido por Goepel, Klaus D., modelo BPMSG AHP Excel, disponível em <http://bpmsg.com>, cuja versão é de livre uso.



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

PESO	ESTRATÉGICO	OPERACIONAL	IMAGEM ou REPUTAÇÃO	LEGAL ou CONFORMIDADE	ORÇAMENTÁRIO	PATRIMONIAL
5	Prejudica o alcance de mais de 30% das metas do processo.	Evento cuja consequência prejudica em mais de 30% a entrega do produto ou serviço.	Com destaque na mídia regional, provocando exposição significativa.	Determina ações de caráter corretivo.	Médio impacto na execução da ação orçamentária (30% ≤ x < 50%)	Perda patrimonial de representatividade média.
3	Prejudica o alcance de até 30% das metas do processo.	Evento cuja consequência prejudica em até 30% a entrega do produto ou serviço.	Pode chegar à mídia, provocando a exposição por curto período de tempo.	Determina ações de caráter preventivo.	Pouco impacto na execução da ação orçamentária (10% ≤ x < 30%)	Perda patrimonial pouco representativa.
1	Pouco ou nenhum impacto das metas.	Evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades normais.	Impacto apenas interno.	Pouco ou nenhum impacto.	Impacto relevante estimado na execução da ação orçamentária (>10%)	Perda patrimonial irrelevante.

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Para cada risco identificado, atribuem-se os pesos para a probabilidade e impacto, obtendo-se o risco residual. De posse do resultado do risco residual, elabora-se a matriz de risco e determina-se o nível de risco.

A matriz de risco (Quadro 3) é uma ferramenta que classifica qualitativamente os pesos de impacto e probabilidade. O nível de risco especifica a partir de quais valores os riscos são considerados extremos, altos, médios ou baixos. O Quadro 4 ilustra os níveis de risco utilizados pela metodologia.

Quadro 4 - Matriz de Riscos

P R O B A B I L I D A D E	5- QUASE CERTO	5	15	25	35	50
	4- MUITO PROVÁVEL	4	12	20	28	40
	3- PROVÁVEL	3	9	15	21	30
	2-POUCO PROVÁVEL	2	6	10	14	20
	1-RARA	1	3	5	7	10
		1 Irrelevante	3 Pequeno	5 Moderado	7 Alto	10 Muito Alto
IMPACTO						

Fonte: CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos



**Quadro 5 - Níveis da Matriz de Riscos**

NÍVEL	VALOR
EXTREMO	$\geq 28$
ALTO	$10 \leq X < 28$
MÉDIO	$5 \leq X < 10$
BAIXO	$< 5$

**Fonte:** CGE – Metodologia Gerenciamento de Riscos

Definido o risco residual, caberá à gestão avaliar seu apetite ao risco<sup>10</sup> e definir posteriormente o tratamento que julgar adequado ao contexto atual da organização frente aos resultados apresentados. Ressalta-se, no entanto, a obrigatoriedade de tratar os riscos residuais classificados como extremos e altos, visando modificar sua classificação, tendo em vista o impacto desses riscos no atingimento do objetivo da atividade.

---

<sup>10</sup> É o risco que a organização está disposta a aceitar para alcançar seus objetivos e metas estratégicas.



## ANEXO 2 – Referências

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. **Gestão de riscos — Princípios e diretrizes** – ISO 31000:2009.
- Brasil. Tribunal de Contas da União. **Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos**: Portaria-SEGECEX nº 9, de 18 de maio de 2017 - Aprova o documento “Roteiro de Auditoria de Gestão de Riscos”.
- Controladoria Geral do Estado – CGE. **Capacitação em Auditoria Baseada em Riscos**, 2014. 120 p. Apostila.
- Controladoria Geral do Estado – CGE. **Controle Interno e Auditoria Governamental**, 2012. 116 p. Apostila.
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MP. **Manual de gestão de integridade, riscos e controles internos da gestão**. Brasília, janeiro de 2017.
- Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União – CGU. **Metodologia de Gestão de Riscos**. Brasília, abril de 2018.
- PricewaterhouseCoopers LLP. **COSO: Gerenciamento de Riscos Corporativos - Estrutura Integrada** - 2007.



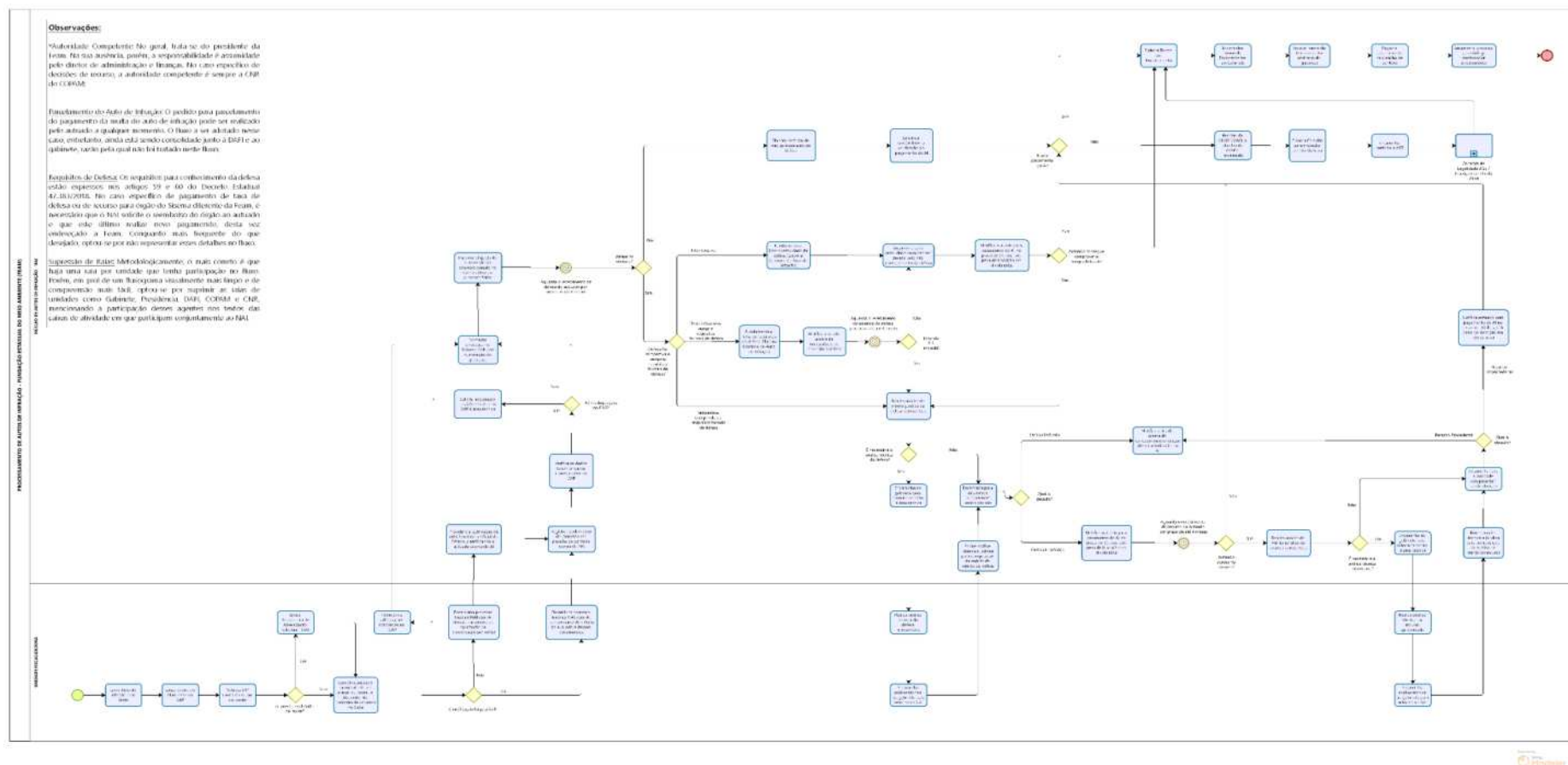
## **ANEXO 3 – Principal Legislação aplicável**

- BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998;
- MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 46.668, de 15 de dezembro de 2014. Estabelece o Regulamento do Processo Administrativo de Constituição do Crédito Estadual não Tributário - RPACE - No âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2014-12-16>. Acesso em 07 jul. 2022;
- MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 47.383, de 2 de março de 2018. Estabelece normas para licenciamento ambiental, tipifica e classifica infrações às normas de proteção ao meio ambiente e aos recursos hídricos e estabelece procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 03 mar. 2018. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2018-03-03>. Acesso em 07 jul. 2022;
- MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 47.580, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece o Regulamento da Taxa Florestal. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 29 de dezembro de 2018. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/212423>. Acesso em 07 jul. 2022;
- MINAS GERAIS. Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020. Estabelece o regulamento do Fundação Estadual do Meio Ambiente. Diário Oficial de Minas Gerais, Belo Horizonte, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/?dataJornal=2020-03-24>. Acesso em 07 jul. 2022;



## APÊNDICES

### A. Diagrama de Fluxo







**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

## B. Folha de Processo

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
1	Lavrar o AI pelo Sisfai	Fiscal credenciado identifica irregularidade e a inclui no Sisfai Local, data, autuado, tipificação, fundamentação	Identificar e formalizar a irregularidade	Fiscais credenciados da FEAM	Áreas Técnicas	Auto de Fiscalização Auto de Infração Relatório Fotográfico Boletim de Ocorrência			
2	Lançar os dados do AI no sistema CAP	Sistema Cap é abastecido pelo Sisfai	Possibilitar a geração do DAE	Automático					
3	Notificar do MP acerca do AI, por via postal	Fiscal que autua, encaminha para o MP	Ciência ao MP	Fiscais credenciados da FEAM	Áreas Técnicas	Espelho do Auto de Infração			
4	Emitir o Documento de Arrecadação Estadual - DAE	Fiscal emite o DAE e encaminha ao autuado por carta registrada (automaticamente pelo CAP)	Possibilitar o pagamento da multa	Fiscais credenciados da FEAM	Áreas Técnicas	DAE			
5	Cientificar autuado acerca do AI, via e-mail ou postal, a depender de cadastro da empresa no Sisfai	Certificação por e-mail ou via postal do AI e do envio do DAE	Cientificar o autuado	Fiscais credenciados da FEAM	Áreas Técnicas	Ofício Auto de Fiscalização Auto de Infração DAE			
6	Encaminhar processo físico ao NAI, com AI, comprovante de ciência do autuado e demais documentos	As áreas técnicas encaminham o AI ao NAI	Dar seguimento no processamento do AI	Diretorias	Áreas Técnicas	Ofício assinado pelos gerentes Auto de Fiscalização Auto de Infração Relatório Fotográfico Boletim de			



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
						Ocorrência DAE			
7	Formalizar processo de AI, em meio físico	Recebimento e conferência da documentação e geração do número do processo	Sanar quaisquer irregularidades e iniciar o processamento	Administrativo do NAI	NAI		Extravio de documentos / processos	Digitalização dos processos Cópia de processos com acompanhamento pessoal	
7	Formalizar processo de AI, em meio físico	Recebimento e conferência da documentação e geração do número do processo	Sanar quaisquer irregularidades e iniciar o processamento	Administrativo do NAI	NAI		Processo autuado e formalizado sem padronização	Planilha de controle de entrada de documentos	
7	Formalizar processo de AI, em meio físico	Recebimento e conferência da documentação e geração do número do processo	Sanar quaisquer irregularidades e iniciar o processamento	Administrativo do NAI	NAI		Juntada em processo divergente	Planilha de controle de entrada de documentos	
8	Complementar o cadastro do AI no CAP, com os dados do processo	Complementação de dados necessários, fundamentação, tipificação do AI	Regularizar informações necessárias para posterior envio à AGE	Administrativo e Jurídico	NAI Jurídico			Sistema impossibilita dar seguimento no andamento dos processos	
8	Complementar o cadastro do AI no CAP, com os dados do processo	Complementação de dados necessários, fundamentação, tipificação do AI	Regularizar informações necessárias para posterior envio à AGE	Administrativo e Jurídico	NAI Jurídico		Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
9	Providenciar a publicação de edital no Diário Oficial do Estado, cientificando o autuado acerca do AI	Frustradas as possibilidades de certificação por e-mail / postal, as áreas técnicas oficiam o NAI para publicação via edital	Esgotar as possibilidades de certificação do autuado com relação ao AI	Jurídico	Jurídico	Publicação no Diário Oficial do Estado	Não providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado	Conferência dos processos	
9	Providenciar a publicação de edital no Diário Oficial do Estado, cientificando o autuado acerca do AI	Frustradas as possibilidades de certificação por e-mail / postal, as áreas técnicas oficiam o NAI para publicação via edital	Esgotar as possibilidades de certificação do autuado com relação ao AI	Jurídico	Jurídico	Publicação no Diário Oficial do Estado	Providenciar publicação equivocada ou indevida	Conferência das publicações a serem realizadas nos processos físicos	
9	Providenciar a publicação de edital no Diário Oficial do Estado, cientificando o autuado acerca do AI	Frustradas as possibilidades de certificação por e-mail / postal, as áreas técnicas oficiam o NAI para publicação via edital	Esgotar as possibilidades de certificação do autuado com relação ao AI	Jurídico	Jurídico	Publicação no Diário Oficial do Estado	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
10	Elaborar a certidão de não apresentação de defesa	Esgotado o prazo de 3 meses do prazo de 20 dias da apresentação da defesa, é elaborada a certidão de não apresentação de defesa	Certificar não apresentação de defesa	Administrativo do NAI Jurídico	NAI Jurídico	Certidão de não apresentação de defesa	Elaborar certidão de não apresentação de defesa com defesa apresentada	Controle manual	
10	Elaborar a certidão de não apresentação de defesa	Esgotado o prazo de 3 meses do prazo de 20 dias da apresentação da defesa, é elaborada a certidão de não apresentação de defesa	Certificar não apresentação de defesa	Administrativo do NAI Jurídico	NAI Jurídico	Certidão de não apresentação de defesa	Demora na chegada de documentos	Não há controles por ser um protocolo geral da Cidade Administrativa / envio protocolado em unidades do Sisema	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
10	Elaborar a certidão de não apresentação de defesa	Esgotado o prazo de 3 meses do prazo de 20 dias da apresentação da defesa, é elaborada a certidão de não apresentação de defesa	Certificar não apresentação de defesa	Administrativo do NAI Jurídico	NAI Jurídico	Certidão de não apresentação de defesa	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
11	Verificar se houve pagamento do AI	Verificação por parte da GECOF no sistema SBPO/MG acerca do pagamento da DAE	Verificar pagamento da DAE	Gerente de Contabilidade e Finanças	GECOF				
12	Verificar se a defesa foi tempestiva e se cumpriu os requisitos formais	Verificação de tempestividade e requisitos formais contidos nos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual nº 47.383/2018	Verificação dos requisitos	Jurídico	Jurídico		Contar o prazo incorretamente	Contagem manual	Não há um duplo controle
12	Verificar se a defesa foi tempestiva e se cumpriu os requisitos formais	Verificação de tempestividade e requisitos formais contidos nos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual nº 47.383/2018	Verificação dos requisitos	Jurídico	Jurídico		Analisar incorretamente os requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente à época / analisar incorretamente pagamento para outro órgão ou entidade		Não há um duplo controle
12	Verificar se a defesa foi tempestiva e se cumpriu os requisitos formais	Verificação de tempestividade e requisitos formais contidos nos artigos 59 e 60 do Decreto Estadual nº 47.383/2018	Verificação dos requisitos	Jurídico	Jurídico		Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
13	Fundamentar a intempestividade da defesa (Elabora Controle de Auto de Infração)	Verificação de tempestividade, com base nas datas de cientificação do AI e protocolo da defesa (protocolo CAMG, Correios, entrega no Sisema, pessoalmente no NAI, Sei!)	Verificação da tempestividade	Jurídico	Jurídico	Controle de Auto de Infração	Contar o prazo incorretamente	Contagem manual	
13	Fundamentar a intempestividade da defesa (Elabora Controle de Auto de Infração)	Verificação de tempestividade, com base nas datas de cientificação do AI e protocolo da defesa (protocolo CAMG, Correios, entrega no Sisema, pessoalmente no NAI, Sei!)	Verificação da tempestividade	Jurídico	Jurídico	Controle de Auto de Infração	Falha operacional na verificação dos requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 / pagamento para outro órgão ou entidade	Decreto Estadual nº 47.383/2018 / conferência da DAE	
14	Decidir pelo não conhecimento da defesa	Elaboração do documento de decisão de não conhecimento da defesa, com a fundamentação e embasamento legal para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Elaboração de documento de decisão de não conhecimento	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de não conhecimento	Decidir incorretamente ou incoerentemente acerca do não conhecimento	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
14	Decidir pelo não conhecimento da defesa	Elaboração do documento de decisão de não conhecimento da defesa, com a fundamentação e embasamento legal para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Elaboração de documento de decisão de não conhecimento	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de não conhecimento	Não ter conhecimento técnico pela autoridade competente para analisar a minuta de decisão de não conhecimento		
14	Decidir pelo não conhecimento da defesa	Elaboração do documento de decisão de não conhecimento da defesa, com a fundamentação e embasamento legal para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Elaboração de documento de decisão de não conhecimento	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de não conhecimento	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial		
14	Decidir pelo não conhecimento da defesa	Elaboração do documento de decisão de não conhecimento da defesa, com a fundamentação e embasamento legal para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Elaboração de documento de decisão de não conhecimento	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de não conhecimento	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
14	Decidir pelo não conhecimento da defesa	Elaboração do documento de decisão de não conhecimento da defesa, com a fundamentação e embasamento legal para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Elaboração de documento de decisão de não conhecimento	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de não conhecimento	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
15	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o autuado incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
15	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o endereço incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
15	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Extraviar a notificação		
15	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
16	Fundamentar a falta de requisitos da defesa (Elabora Controle de Auto de Infração)	Verificação dos requisitos de defesa, se são passíveis de emenda ou não. Se forem, abre o prazo de emenda, abre-se prazo de 10 dias. Se não, informação que a defesa não será apreciada. Em caso de pagamento de taxa de expediente para outro órgão ou entidade, abre-se prazo de 10 dias para pagamento correto e é emitida Declaração para fins de Restituição para posterior solicitação à SEF.	Verificar dos requisitos de defesa	Jurídico	Jurídico	Controle de Auto de Infração Declaração para fins de Restituição	Analisar incorretamente os requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente à época / analisar incorretamente pagamento para outro órgão ou entidade	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época	
17	Notificar o atuado da necessidade de emendar a defesa	Notificação, via Correios, de ofício solicitando emenda da defesa, por Carta Registrada.	Notificar o atuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o atuado incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
17	Notificar o atuado da necessidade de emendar a defesa	Notificação, via Correios, de ofício solicitando emenda da defesa, por Carta Registrada.	Notificar o atuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o endereço incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
17	Notificar o atuado da necessidade de emendar a defesa	Notificação, via Correios, de ofício solicitando emenda da defesa, por Carta Registrada.	Notificar o atuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Notificar indevidamente a necessidade de emenda sendo que a defesa já	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
							possui os requisitos		
17	Notificar o autuado da necessidade de emendar a defesa	Notificação, via Correios, de ofício solicitando emenda da defesa, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Extraviar a notificação		
17	Notificar o autuado da necessidade de emendar a defesa	Notificação, via Correios, de ofício solicitando emenda da defesa, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
18	Realizar a análise de mérito jurídico da defesa apresentada	Elaboração da análise jurídica do mérito, com base nas normas vigentes.	Realizar a análise de mérito jurídico	Jurídico	Jurídico	Análise	Analisar indevidamente o mérito jurídico da defesa apresentada	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	
18	Realizar a análise de mérito jurídico da defesa apresentada	Elaboração da análise jurídica do mérito, com base nas normas vigentes.	Realizar a análise de mérito jurídico	Jurídico	Jurídico	Análise	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	
19	Solicitar a análise técnica, quando cabível	Solicitação de análise técnica à área responsável pela autuação - FEAM ou não	Solicitar análise técnica	Jurídico	Jurídico		Demora na análise por parte da área técnica	Portaria FEAM nº 657/2020 Estabelecimento de Metas para garantia do teletrabalho	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
19	Solicitar a análise técnica, quando cabível	Solicitação de análise técnica à área responsável pela autuação - FEAM ou não	Solicitar análise técnica	Jurídico	Jurídico		Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	
20	Decidir pela aplicação da multa em 1ª instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Embasar e decidir acerca da defesa	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Elaborar minuta de forma incorreta ou indevida acerca da defesa apresentada	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	
20	Decidir pela aplicação da multa em 1ª instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Embasar e decidir acerca da defesa	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Impedimento da autoridade competente para decidir	Verificação dos atos contidos na lavratura do AI	
20	Decidir pela aplicação da multa em 1ª instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Embasar e decidir acerca da defesa	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
20	Decidir pela aplicação da multa em 1ª instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Embasar e decidir acerca da defesa	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar		
20	Decidir pela aplicação da multa em 1ª instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Embasar e decidir acerca da defesa	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Parcelamento não comunicado ao NAI		
20	Decidir pela aplicação da multa em 1ª instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para autoridade (depois de analisado o impedimento, se for o caso).	Embasar e decidir acerca da defesa	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
21	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o autuado incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
21	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o endereço incorreto	No processo, no sistema e na RFB	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
21	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Extraviar a notificação		
21	Notificar o autuado para pagamento do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
22	Notificar o autuado sobre cancelamento, anulação ou descaracterização do AI	Notificação, via Correios, com o teor da decisão acerca do cancelamento, anulação ou descaracterização, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o autuado incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
22	Notificar o autuado sobre cancelamento, anulação ou descaracterização do AI	Notificação, via Correios, com o teor da decisão acerca do cancelamento, anulação ou descaracterização, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o endereço incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
22	Notificar o autuado sobre cancelamento, anulação ou descaracterização do AI	Notificação, via Correios, com o teor da decisão acerca do cancelamento, anulação ou descaracterização, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Extraviar a notificação		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
22	Notificar o autuado sobre cancelamento, anulação ou descaracterização do AI	Notificação, via Correios, com o teor da decisão acerca do cancelamento, anulação ou descaracterização, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
23	Realizar a análise de mérito jurídico do recurso apresentado	Elaboração da análise jurídica do mérito, com base nas normas vigentes.	Realizar a análise de mérito jurídico	Jurídico	Jurídico	Análise	Analisar indevidamente o mérito jurídico do recurso apresentado	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	
23	Realizar a análise de mérito jurídico do recurso apresentado	Elaboração da análise jurídica do mérito, com base nas normas vigentes.	Realizar a análise de mérito jurídico	Jurídico	Jurídico	Análise	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	
24	Solicitar análise técnica, quando cabível	Solicitação de análise técnica à área responsável pela autuação - FEAM ou não	Solicitar análise técnica	Jurídico	Jurídico		Demora na análise por parte da área técnica	Portaria FEAM nº 657/2020 Estabelecimento de Metas para garantia do teletrabalho	
24	Solicitar análise técnica, quando cabível	Solicitação de análise técnica à área responsável pela autuação - FEAM ou não	Solicitar análise técnica	Jurídico	Jurídico		Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente da época Normativos existentes	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embassar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Preparação prévia para sustentação oral	
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embassar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Verificação dos atos contidos na lavratura do AI	
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embassar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Decisões discrepantes à interpretação legal	Controle de legalidade no âmbito do Sisema	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embasar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial		
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embasar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar		
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embasar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Parcelamento não comunicado ao NAI		
25	Decidir aplicação da multa em 2ª Instância	Elaboração de análise jurídica (anexo o relatório técnico, caso necessário) para a Câmara Normativa e Recursal do COPAM que realizada a elaboração da pauta de julgamentos	Embasar e decidir acerca do recurso	Jurídico	Jurídico	Documento de decisão de mérito	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
26	Notificar o autuado para pagamento, após recurso, do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o autuado incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
26	Notificar o autuado para pagamento, após recurso, do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Enviar a notificação para o endereço incorreto	No processo, no sistema e na RFB	
26	Notificar o autuado para pagamento, após recurso, do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Extraviar a notificação		
26	Notificar o autuado para pagamento, após recurso, do AI	Notificação, via Correios, da decisão e da DAE atualizada, por Carta Registrada.	Notificar o autuado	Jurídico	Jurídico	Notificação	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
27	Receber da GECOF/DAFI, a planilha de débito atualizada (Providenciar a planilha de débito atualizada)	Recebimento da Planilha de Débito Atualizada para Inscrição em Dívida Ativa	Receber os valores atualizados	Administrativo do NAI	NAI	Planilha de Débito Atualizada	Não receber a planilha de débito atualizada		
27	Receber da GECOF/DAFI, a planilha de débito atualizada (Providenciar a planilha de débito atualizada)	Recebimento da Planilha de Débito Atualizada para Inscrição em Dívida Ativa	Receber os valores atualizados	Administrativo do NAI	NAI	Planilha de Débito Atualizada	Valores incorretos ou atualização incorreta		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
28	Elaborar a certidão para inscrição de Dívida Ativa	Elaboração da Certidão de Dívida da Ativa com as informações de inadimplência da multa para encaminhamento à AGE	Formalizar os valores devidos para inscrição em Dívida Ativa	Jurídico	Jurídico	Certidão de Dívida da Ativa	Elaborar a certidão incorretamente (dados, partes)		
28	Elaborar a certidão para inscrição de Dívida Ativa	Elaboração da Certidão de Dívida da Ativa com as informações de inadimplência da multa para encaminhamento à AGE	Formalizar os valores devidos para inscrição em Dívida Ativa	Jurídico	Jurídico	Certidão de Dívida da Ativa	Enviar processo para inscrição em dívida ativa sem que o mesmo esteja em fase de inscrição		
28	Elaborar a certidão para inscrição de Dívida Ativa	Elaboração da Certidão de Dívida da Ativa com as informações de inadimplência da multa para encaminhamento à AGE	Formalizar os valores devidos para inscrição em Dívida Ativa	Jurídico	Jurídico	Certidão de Dívida da Ativa	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa		
28	Elaborar a certidão para inscrição de Dívida Ativa	Elaboração da Certidão de Dívida da Ativa com as informações de inadimplência da multa para encaminhamento à AGE	Formalizar os valores devidos para inscrição em Dívida Ativa	Jurídico	Jurídico	Certidão de Dívida da Ativa	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
29	Elaborar o Termo de Encerramento e providenciar assinatura	Elaboração do Termo de Encerramento pelo Administrativo mediante informação do Jurídico acerca da finalização do processo e assinatura do Gabinete	Finalizar o processo pago, Al nulo, decisão judicial, prescrito, por remissão e digitalização pela unidade regional da AGE	Administrativo e Jurídico	Administrativo e Jurídico	Termo de Encerramento	Elaborar Termo de Encerramento com dados incorretos		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número da Atividade	Descrição		Objetivo	Responsável (Cargo)	Setor	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	Sintética	Detalhada							
29	Elaborar o Termo de Encerramento e providenciar assinatura	Elaboração do Termo de Encerramento pelo Administrativo mediante informação do Jurídico acerca da finalização do processo e assinatura do Gabinete	Finalizar o processo pago, Al nulo, decisão judicial, prescrito, por remissão e digitalização pela unidade regional da AGE	Administrativo e Jurídico	Administrativo e Jurídico	Termo de Encerramento	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário		
30	Arquivar o processo	Tramitação do processo para a GELOG para posterior arquivamento na MGS	Arquivar processo	Administrativo	Administrativo		Extravio do processo enviado para arquivamento		
30	Arquivar o processo	Tramitação do processo para a GELOG para posterior arquivamento na MGS	Arquivar processo	Administrativo	Administrativo		Enviar processo para arquivamento indevidamente		
30	Arquivar o processo	Tramitação do processo para a GELOG para posterior arquivamento na MGS	Arquivar processo	Administrativo	Administrativo		Perder processo no arquivo na MGS		



## C. Análise SWOT

MATRIZ SWOT	
A análise SWOT é realizada com foco no processo e visa obter informações para apoiar a identificação dos eventos de risco, bem como escolher as ações mais adequadas para assegurar o alcance dos objetivos da unidade.	
Órgão ou Entidade:	Fundação Estadual do Meio Ambiente
Processo:	Processamento dos Autos de Infração de Competência da FEAM

### FATORES POSITIVOS

### FATORES NEGATIVOS

AMBIENTE INTERNO	FORÇAS (Strengths)	FRAQUEZAS (Weaknesses)
	Características internas que apresentam uma facilidade para o alcance dos objetivos.	Fatores internos que oferecem risco à execução do processo.
	Equipe de excelência	Equipe de trabalho reduzida
	Suporte da Alta de Administração	Rotatividade de pessoas
	Apoio recente da Procuradoria em âmbito administrativo e nas análises	Acúmulo de funções
	Apoio da Procuradoria na execução fiscal	Ausência de Sistema de Processamento de Autos de Infração
	Interlocução entre os Núcleos de Autos de Infração do Sisema	Processo em meio físico
	Planilha Consolidada de Controle dos Autos de Infração	Alto passivo de Autos de Infração
	Existência de Controles Internos	
	Arquivo para processos findos, digitalizados e em fase de execução	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

AMBIENTE EXTERNO	OPORTUNIDADES (Opportunities)	AMEAÇAS (Threats)
	Situações positivas do ambiente externo que permitem o cumprimento da missão da unidade.	Situações externas, sobre as quais se tem pouco controle, dificuldades para a missão da unidade.
	Sistema de Processamento de Autos de Infração	Impedimentos fiscais para realização de Concurso Público (obrigatoriedade de serem servidores efetivos para análise dos processos)
	Concurso Público	Mudanças Regulatórias, Legislativas e Judiciais
	Monitoramento Bimestral de Indicadores e Entregas	Estrutura da Cidade Administrativa (peso e quantidade no tocante aos processos físicos)
	Mudanças Regulatórias, Legislativas e Judiciais	Segurança da Cidade Administrativa (no tocante aos processos física)
		Aumento do volume nas lavraturas dos Autos de Infração pelas áreas técnicas
		Sistema de Processamento de Autos de Infração pode não contemplar o passivo

Fonte: Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

## D. Análise de Risco

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>		
7	7.1	Equívoco de Tramitação	Extravio de documentos / processos	Perda ambiental e financeira	3	3	9	3	7	21	3	5	15	3	1	3	3	3	9	13,2	ALTO
7	7.2	Falha na tramitação no CAP, devido a abertura sistêmica para tramitar sem estar com o processo físico	Extravio de documentos / processos	Perda ambiental e financeira	1	3	3	1	7	7	1	5	5	1	1	1	1	3	3	4,4	BAIXO
7	7.3	Falha humana	Extravio de documentos / processos	Perda ambiental e financeira	2	3	6	2	7	14	2	5	10	2	1	2	2	3	6	8,8	MÉDIO
7	7.4	Falha humana	Processo autuado e formalizado sem padronização	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,6	BAIXO
7	7.5	Falha humana	Juntada em processo divergente	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,2	BAIXO
7	7.6	Falha humana	Juntada em processo divergente	Acesso de documentos a terceiros	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	5	10	2	1	2	5,2	MÉDIO
7	7.7	Ausência de sistema de gestão dos AI	Juntada em processo divergente	Perda ambiental e financeira	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	5,7	MÉDIO
8	8.1	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
8	8.2	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
9	9.1	Envio do processo com prazo curto	Não providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado	Decadência	2	5	10	2	3	6	2	5	10	2	1	2	2	1	2	7,8	MÉDIO
9	9.2	Guarda do processo em status divergente	Não providenciar a publicação no Diário Oficial do Estado	Decadência	2	5	10	2	3	6	2	5	10	2	1	2	2	1	2	7,8	MÉDIO
9	9.3	Falha humana	Providenciar publicação equivocada ou indevida	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,6	BAIXO
9	9.4	Envio para publicação de notificação já realizada	Providenciar publicação equivocada ou indevida	Perda de produtividade	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,6	BAIXO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
9	9.5	Falha humana	Providenciar publicação equivocada ou indevida	Início do prazo prescricional	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,7	BAIXO
9	9.6	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
9	9.7	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
10	10.1	Falha humana	Elaborar certidão de não apresentação de defesa com defesa apresentada	Encaminhamento indevido para Dívida Ativa	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,8	BAIXO
10	10.1	Falha nos protocolos (CAMG, Regionais Sisema)	Demora na chegada de documentos	Andamento incorreto do processo	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
10	10.2	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
10	10.3	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
12	12.1	Falha humana	Contar o prazo incorretamente	Notificação incorreta do autuado	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,8	BAIXO
12	12.2	Não considerar feriados municipais	Contar o prazo incorretamente	Notificação incorreta do autuado	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,8	BAIXO
12	12.3	Falha humana	Contar o prazo incorretamente	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,2	BAIXO
12	12.4	Não considerar feriados municipais	Contar o prazo incorretamente	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,2	BAIXO
12	12.5	Falha humana	Analisar incorretamente os requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente à época / analisar incorretamente pagamento para outro órgão ou entidade	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,6	BAIXO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
12	12.6	Falha humana	Analisar incorretamente os requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente à época / analisar incorretamente pagamento para outro órgão ou entidade	Notificação incorreta do autuado	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,5	BAIXO
12	12.7	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
12	12.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
13	13.1	Falha humana	Contar o prazo incorretamente	Notificação incorreta do autuado	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,8	BAIXO
13	13.2	Não considerar feriados municipais	Contar o prazo incorretamente	Notificação incorreta do autuado	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,8	BAIXO
13	13.3	Falha humana	Contar o prazo incorretamente	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,2	BAIXO
13	13.4	Não considerar feriados municipais	Contar o prazo incorretamente	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,2	BAIXO
13	13.5	Falha humana	Falha operacional na verificação dos requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 / pagamento para outro órgão ou entidade	Retrabalho	1	3	3	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,9	BAIXO
13	13.6	Falha humana	Falha operacional na verificação dos requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 / pagamento para outro órgão ou entidade	Notificação incorreta do autuado	1	5	5	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3,3	BAIXO
14	14.1	Equívocos não sanados em atividades anteriores	Decidir incorretamente ou incoerentemente acerca do não conhecimento	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	1	5	5	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3,3	BAIXO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>		
14	14.2	Equívocos não sanados em atividades anteriores	Decidir incorretamente ou incoerentemente acerca do não conhecimento	Controle de legalidade negativo pela AGE	1	5	5	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3,1	BAIXO
14	14.3	Equívocos não sanados em atividades anteriores	Decidir incorretamente ou incoerentemente acerca do não conhecimento	Apresentação de recurso sem que houvesse necessidade do mesmo	1	5	5	1	3	3	1	1	1	1	3	3	1	1	1	3,3	BAIXO
14	14.4	Falta de conhecimento técnico	Não ter conhecimento técnico pela autoridade competente para analisar a minuta de decisão de não conhecimento	Curva de aprendizado mais lenta da autoridade	2	1	2	2	5	10	2	3	6	2	1	2	2	1	2	5,1	MÉDIO
14	14.5	Falta de comunicação de suspensão judicial	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial	Gerar descumprimento judicial	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	5	15	3	5	15	12,1	ALTO
14	14.6	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Atraso no andamento do AI	3	3	9	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	9,9	MÉDIO
14	14.7	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Prescrição	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	1	3	14,8	ALTO
14	14.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
14	14.9	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
15	15.1	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	1	2	3,4	BAIXO
15	15.2	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
15	15.3	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
15	15.4	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
15	15.5	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
15	15.6	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Atraso no andamento do AI	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO





Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>		
15	15.7	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
15	15.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
16	16.1	Falha humana	Analisar incorretamente os requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente à época / analisar incorretamente pagamento para outro órgão ou entidade	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,2	BAIXO
16	16.2	Falha humana	Analisar incorretamente os requisitos formais contidos no Decreto Estadual nº 47.383/2018 ou vigente à época / analisar incorretamente pagamento para outro órgão ou entidade	Notificação incorreta do autuado	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,2	MÉDIO
17	17.1	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	1	2	3,4	BAIXO
17	17.2	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
17	17.3	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
17	17.4	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
17	17.5	Falha humana	Notificar indevidamente a necessidade de emenda sendo que a defesa já possui os requisitos	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	1	1	2,1	BAIXO
17	17.6	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
17	17.7	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Atraso no andamento do AI	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>		
17	17.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
17	17.9	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
18	18.1	Falha humana	Analisar indevidamente o mérito jurídico da defesa apresentada	Apresentação de recurso sem que houvesse necessidade do mesmo	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	7,3	MÉDIO
18	18.2	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	3	9	15,2	ALTO
18	18.3	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Retrabalho	3	1	3	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	7,6	MÉDIO
19	19.1	Volume de atribuições da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	3	3	9	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	1	3	10,3	ALTO
19	19.2	Equipe reduzida da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	3	3	9	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	1	3	10,3	ALTO
19	19.3	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	3	9	15,2	ALTO
19	19.4	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Retrabalho	3	1	3	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	7,6	MÉDIO
20	20.1	Erro de interpretação	Elaborar minuta de forma incorreta ou indevida acerca da defesa apresentada	Apresentação de recurso sem que houvesse necessidade do mesmo	2	3	6	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	1	2	6,9	MÉDIO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>		
20	20.2	Análise técnica incorreta	Elaborar minuta de forma incorreta ou indevida acerca da defesa apresentada	Apresentação de recurso sem que houvesse necessidade do mesmo	2	3	6	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	1	2	6,9	MÉDIO
20	20.3	Erro de interpretação	Elaborar minuta de forma incorreta ou indevida acerca da defesa apresentada	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	2	5	10	2	3	6	2	5	10	2	5	10	2	3	6	8,6	MÉDIO
20	20.4	Análise técnica incorreta	Elaborar minuta de forma incorreta ou indevida acerca da defesa apresentada	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	2	5	10	2	3	6	2	5	10	2	5	10	2	3	6	8,6	MÉDIO
20	20.5	Não observar os servidores que participaram do AI	Impedimento da autoridade competente para decidir	Decisão nula	1	7	7	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	1	1	4,4	BAIXO
20	20.6	Não observar os servidores que participaram do AI	Impedimento da autoridade competente para decidir	Retrabalho	1	3	3	1	5	5	1	3	3	1	1	1	1	1	1	3,3	BAIXO
20	20.7	Não observar os servidores que participaram do AI	Impedimento da autoridade competente para decidir	Apresentação de recurso sem que houvesse necessidade do mesmo	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	1	1	3,6	BAIXO
20	20.8	Falta de comunicação de suspensão judicial	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial	Gerar descumprimento judicial	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	5	15	3	5	15	12,1	ALTO
20	20.9	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Atraso no andamento do AI	3	5	15	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	12,2	ALTO
20	20.10	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Prescrição	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	1	3	14,8	ALTO
20	20.11	Falta de comunicação acerca do parcelamento	Parcelamento não comunicado ao NAI	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
20	20.12	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
20	20.13	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
21	21.1	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	1	2	3,4	BAIXO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
21	21.2	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
21	21.3	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
21	21.4	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
21	21.5	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
21	21.6	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Atraso no andamento do AI	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
21	21.7	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
21	21.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
22	22.1	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	1	2	3,4	BAIXO
22	22.2	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
22	22.3	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
22	22.4	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
22	22.5	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
22	22.6	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Atraso no andamento do AI	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
22	22.7	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
22	22.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
23	23.1	Falha humana	Analisar indevidamente o mérito jurídico do recurso apresentado	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	5	10	8,1	MÉDIO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
23	23.2	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	3	9	15,2	ALTO
23	23.2	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Retrabalho	3	1	3	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	7,6	MÉDIO
24	24.1	Volume de atribuições da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	3	3	9	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	1	3	10,3	ALTO
24	24.2	Equipe reduzida da área técnica	Demora na análise por parte da área técnica	Atraso no andamento da análise	3	3	9	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	1	3	10,3	ALTO
24	24.3	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Necessidade de nova fiscalização	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	3	9	15,2	ALTO
24	24.4	Falha humana	Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavar novo AI dentro de 5 (cinco anos)	Retrabalho	3	1	3	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	7,6	MÉDIO
25	25.1	Volume de atribuições do NAI	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Gerar provimento indevido ao Recurso	2	7	14	2	3	6	2	7	14	2	5	10	2	1	2	10,6	ALTO
25	25.2	Volume de atribuições do NAI	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Solicitação de diligências acarretando em atraso	2	5	10	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	1	2	9,6	MÉDIO
25	25.3	Falta de conhecimento técnico-jurídico	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Gerar provimento indevido ao Recurso	2	7	14	2	3	6	2	7	14	2	5	10	2	1	2	10,6	ALTO
25	25.4	Falta de conhecimento técnico-jurídico	Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM	Solicitação de diligências acarretando em atraso	2	5	10	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	1	2	9,6	MÉDIO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
25	25.5	Não observar os servidores que participaram do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Nulidade do voto	2	7	14	2	5	10	2	5	10	2	3	6	2	1	2	10,7	ALTO
25	25.6	Não observar os servidores que participaram do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	2	7	14	2	3	6	2	5	10	2	7	14	2	5	10	10,7	ALTO
25	25.7	Não observar a parte do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Nulidade do voto	2	7	14	2	5	10	2	5	10	2	3	6	2	1	2	10,7	ALTO
25	25.8	Não observar a parte do AI	Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	2	7	14	2	3	6	2	5	10	2	7	14	2	5	10	10,7	ALTO
25	25.9	Votos contrários à legislação vigente	Decisões discrepantes à interpretação legal	Necessidade de Controle de Legalidade	3	7	21	3	3	9	3	3	9	3	5	15	3	1	3	13,6	ALTO
25	25.10	Votos contrários à legislação vigente	Decisões discrepantes à interpretação legal	AI retornar à Câmara Normativa e Recursal do COPAM para discussão de mérito	3	3	9	3	5	15	3	3	9	3	5	15	3	1	3	10,7	ALTO
25	25.11	Votos contrários à legislação vigente	Decisões discrepantes à interpretação legal	Atraso ou suspensão devido a questionamentos judiciais	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	7	21	3	5	15	16,0	ALTO
25	25.12	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Atraso no andamento do AI	3	5	15	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	1	3	12,2	ALTO
25	25.13	Falta de comunicação acerca da não vigência de suspensão judicial	Deixar de dar andamento em AI cuja suspensão deixou de vigorar	Prescrição	3	7	21	3	3	9	3	5	15	3	5	15	3	1	3	14,8	ALTO
25	25.14	Falta de comunicação de suspensão judicial	Dar andamento no processo (AI) com suspensão judicial	Gerar descumprimento judicial	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	5	15	3	5	15	12,1	ALTO
25	25.15	Falta de comunicação acerca do parcelamento	Parcelamento não comunicado ao NAI	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
25	25.16	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
25	25.17	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
26	26.1	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	1	2	3,4	BAIXO
26	26.2	Falha humana	Enviar a notificação para o autuado incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
26	26.3	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
26	26.4	Falha humana	Enviar a notificação para o endereço incorreto	Atraso no andamento do AI	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
26	26.5	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
26	26.6	Causa Externa - Correios	Extraviar a notificação	Atraso no andamento do AI	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
26	26.7	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
26	26.8	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
27	27.1	Volume de trabalho na GECOF	Não receber a planilha de débito atualizada	Atraso pela necessidade de reiterar a solicitação	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
27	27.2	Parametrização incorreta do sistema	Valores incorretos ou atualização incorreta	Valores desatualizados	3	1	3	3	1	3	3	7	21	3	3	9	3	1	3	6,8	MÉDIO
27	27.3	Lançamento incorreto no momento da lavratura do AI	Valores incorretos ou atualização incorreta	Valores incorretos e desatualizados	3	1	3	3	1	3	3	7	21	3	5	15	3	1	3	7,3	MÉDIO
28	28.1	Erro de preenchimento	Elaborar a certidão incorretamente (dados, partes)	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
28	28.2	Conferência falha	Enviar processo para inscrição em dívida ativa sem que o mesmo esteja em fase de inscrição	Retrabalho na AGE	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO





Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Relatório nº 1252580/2022

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
28	28.3	Conferência falha	Enviar processo para inscrição em dívida ativa sem que o mesmo esteja em fase de inscrição	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
28	28.4	Volume de Autos de Infração	Enviar processo para inscrição em dívida ativa sem que o mesmo esteja em fase de inscrição	Retrabalho na AGE	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	4,2	BAIXO
28	28.5	Volume de Autos de Infração	Enviar processo para inscrição em dívida ativa sem que o mesmo esteja em fase de inscrição	Retrabalho	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	1	2	3,9	BAIXO
28	28.6	Conferência falha	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Prescrição	3	7	21	3	3	9	3	7	21	3	7	21	3	1	3	16,3	ALTO
28	28.7	Volume de Autos de Infração	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Prescrição	3	7	21	3	3	9	3	7	21	3	7	21	3	1	3	16,3	ALTO
28	28.8	Volume de Autos de Infração	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Atraso na inscrição	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	1	3	10,9	ALTO
28	28.9	Ausência de sistema de gestão dos AI	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Prescrição	3	7	21	3	3	9	3	7	21	3	7	21	3	1	3	16,3	ALTO
28	28.10	Ausência de sistema de gestão dos AI	Deixar de enviar processo para inscrição em dívida ativa	Atraso na inscrição	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	1	3	10,9	ALTO
28	28.11	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
28	28.12	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
29	29.1	Erro de preenchimento	Elaborar Termo de Encerramento com dados incorretos	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	1	1	2,0	BAIXO
29	29.2	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Divergência entre o processo físico e o CAP	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Relatório nº 1252580/2022**

Número Atividade	Risco residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Classificação	
					Risco Conformida de			Risco Operacional			Risco Orçamentá rio			Risco Reputacio nal			Risco Patrimonial				
	Número	Causa	Evento	Consequência	38,5%			28,8%			19,1%			6,8%			6,8%			Valor	Nível
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc		
29	29.3	CAP com acessos liberados a qualquer pessoa com a acesso	Fragilidade do sistema CAP em possibilitar a tramitação por qualquer usuário	Retrabalho	3	1	3	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	4,7	BAIXO
29	29.4	Problemas no envio	Extravio do processo enviado para arquivamento	Perda do AI	1	3	3	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,9	BAIXO
29	29.5	Problemas no envio	Extravio do processo enviado para arquivamento	Atraso no arquivamento	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,6	BAIXO
30	30.1	Conferência falha	Enviar processo para arquivamento indevidamente	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	2,1	BAIXO
30	30.2	Volume de Autos de Infração	Enviar processo para arquivamento indevidamente	Retrabalho	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	2,1	BAIXO
30	30.3	Causa Externa - MGS	Perder processo no arquivo na MGS	Restauração dos AI junto ao MP, partes, AGE etc.	1	1	1	1	5	5	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,6	BAIXO

[illegible]



Tipos de Tratamento de Riscos	
<b>Evitar</b>	Eliminar a fonte do risco. Exemplo: gestão de projetos, quando a relação custo/benefício projetada está em perigo.
<b>Aceitar</b>	Não fazer nada. Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto do risco. Exemplo: não é necessária nenhuma ação.
<b>Reduzir</b>	Controlar ou diversificar o risco. Adoção de medidas para reduzir a probabilidade ou impacto ou ambos. Exemplos: monitoramento de cenários, a fim de se antecipar a eventuais mudanças no panorama político; elaboração de planos de contingência, com o objetivo de preparar a organização caso determinado cenário previsto se concretize.
<b>Transferir</b>	Transferir o risco. Redução da probabilidade ou impacto dos riscos pela transferência de uma porção do risco. Exemplos: terceirização de atividades e contratação de seguros.

60



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1070584**

## **SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SISEMA**

**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável – Semad**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente – Feam**

**Instituto Estadual de Florestas – IEF**

**Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam**

*30/3/2022*



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais**

**Auditoria-Geral**

**Controladoria Setorial da Semad**

**Controladoria Seccional da Feam**

**Controladoria Seccional do IEF**

**Controladoria Seccional do Igam**

***RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 1070584***

**Unidade Auditada: Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – Semad, Feam, IEF e Igam.**

**Município/UF: Belo Horizonte/MG**

**Ordem de Serviço: PACI Sisema 2022**



### **Missão da CGE**

Exercer e fomentar o Controle Interno das ações governamentais, trabalhando essencialmente para agregar valor ao serviço Público e aprimorar a gestão pública estadual, tendo entre seus principais compromissos a prevenção e o combate à corrupção, o fortalecimento da integridade, a consolidação da transparência e a participação ativa do cidadão.



## **QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?**

Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental executado no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semad, Feam, IEF e Igam.

## **POR QUE A DIRETORIA/CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?**

O trabalho foi realizado em atendimento a recomendação contida na conclusão da Nota Técnica nº 1/CGE/SICS/2021, elaborada pela Subcontroladoria de Transparência e Integridade (SUTI/CGE) em atendimento à demanda do Sisema enviada à Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG) via Ofício SEMAD/GAB nº. 604/2021, bem como em atendimento ao Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) do Sisema de 2022.

## **QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?**

Considerando o escopo de auditoria, destacam-se como as principais conclusões/resultados do trabalho: Elaborou-se o desenho do processo operacional do Projeto, permitindo aos gestores uma visão sistêmica; e identificou-se 21 (vinte e um) eventos de riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do Projeto avaliado.

## **QUAIS AS AÇÕES QUE DEVERÃO SER ADOTADAS?**

A identificação das ações a serem implementadas, visando tratar os riscos identificados, será materializada com a formulação do Plano de Ação, cuja elaboração compete aos gestores do Projeto. Ressalta-se que atenção especial deve ser dada aos eventos de riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do Projeto.



# PROJETO OTIMIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL



**57**

Atividades mapeadas



**270**

Eventos de Riscos mapeados

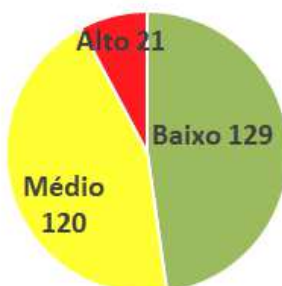


**594**

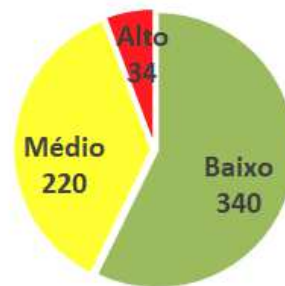
Eventos de Trinômios de Riscos mapeados

## Riscos Residuais

Eventos de Risco



Trinômios de Risco







## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ABR – Auditoria Baseada em Riscos

AHP – *Analytic Hierarchy Process*

ASGER – Assessoria de Gestão Regional

AUGE – Auditoria-Geral

BPMN – *Business Process Modeling Notation*

CGE – Controladoria-Geral do Estado

DCAGR – Diretoria Central de Auditoria de Gestão de Riscos

DCM – Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia

DPLR – Diretoria de Planejamento e Regulação

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FIEMG – Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

PACI – Plano de Atividades de Controle Interno

SCAGRP – Superintendência Central de Auditoria de Gestão de Riscos e Programas

SECEX – Secretaria Executiva

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SIGA – Sistema Integrado de Gerenciamento de Auditoria

SISEMA – Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SUPRAM's – Superintendências Regionais de Meio Ambiente

SURAM – Subsecretaria de Regularização Ambiental

SUTI – Subcontroladoria de Transparência e Integridade

SWOT – Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats

URFBio's – Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade

URGA's – Unidades Regionais de Gestão das Águas



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2. RESULTADO DOS EXAMES.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1. Mapeamento do Projeto .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2. Identificação de Riscos .....</b>	<b>11</b>
<b>2.3. Análise dos Riscos.....</b>	<b>12</b>
<b>2.4. Principais Resultados .....</b>	<b>14</b>
<b>3. RECOMENDAÇÃO .....</b>	<b>25</b>
<b>4. CONCLUSÃO .....</b>	<b>26</b>
<b>ANEXO 1 – Metodologia .....</b>	<b>27</b>
<b>ANEXO 2 – Legislação aplicável.....</b>	<b>32</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>34</b>
<b>A. Mapa do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental .....</b>	<b>34</b>
<b>B. Folha de Processo – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental .....</b>	<b>35</b>
<b>C. Análise de Risco – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental .....</b>	<b>106</b>
<b>D. Matriz de Riscos Residuais .....</b>	<b>243</b>
<b>E. Plano de Ação (parte) .....</b>	<b>244</b>



## 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de auditoria foi realizado em atendimento a recomendação contida na conclusão da Nota Técnica nº 1/CGE/SICS/2021<sup>1</sup>, elaborada pela Subcontroladoria de Transparência e Integridade (SUTI) em atendimento à demanda do Sisema enviada à Controladoria-Geral do Estado (CGE-MG) via Ofício SEMAD/GAB nº. 604/2021<sup>2</sup>, bem como em atendimento ao Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) do Sisema de 2022.

Trata-se de consultoria (facilitação) em gerenciamento de riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, por meio do levantamento de informações com os gestores da Secretaria Executiva da Semad (SECEX) e da Assessoria de Gestão Regional (ASGER), visando identificar possíveis riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos do Projeto, de modo a fornecer subsídios para elaboração pela gestão de um plano de ação para mitigação dos riscos identificados, em especial quanto aos riscos altos.

O Projeto de Otimização da Regularização constitui-se na pactuação de um Termo de Doação<sup>3</sup>, em que a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) manifesta o interesse em doar à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), a contratação de empresas especializadas para prestação de serviço técnico, destinado ao aperfeiçoamento dos processos, procedimentos e atos normativos, além da revisão e elaboração de termos de referência, no que tange à regularização ambiental do Estado de Minas Gerais.

De acordo com a Nota Técnica nº 6/SEMAD/SURAM/2021<sup>4</sup>, os estudos a serem realizados pelos prestadores de serviços especializados, a serem doados pela FIEMG, tem por objetivo subsidiar a tomada de decisão da Semad e entidades vinculadas – Feam, IEF e Igam – no que tange ao exercício de seu poder normativo, hierárquico e de polícia para veicular regras e procedimentos referentes ao licenciamento ambiental de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, intervenção ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos.

Os objetivos do Projeto são:

- I. Identificar as causalidades estruturais do atual sistema de regularização ambiental que atrasam a análise e expedição de atos autorizativos;
- II. Propor revisões normativas, com vistas a aumentar a segurança jurídica para os analistas, gestores ambientais e autoridades responsáveis pela expedição de atos autorizativos, bem como para os requerentes e cidadãos;

<sup>1</sup> Anexa ao Processo SEI nº 1370.01.0029549/2021-78 (ID: 34920008).

<sup>2</sup> Anexo ao Processo SEI nº 1370.01.0029549/2021-78 (ID: 33432417).

<sup>3</sup> Termo de Doação SEMAD/SURAM (ID: 43418293), anexo ao Processo SEI nº 1370.01.0029549/2021-78.

<sup>4</sup> Doc. nº 30720541, anexo ao Processo SEI nº 1370.01.0029549/2021-78.



- III. Revisar, aperfeiçoar e elaborar termos de referência para avaliação das medidas de controle e mitigação de acordo com a listagem de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, outorga de direito de uso de recursos hídricos e intervenção ambiental.

Para realização do trabalho foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Compreender a rotina das atividades e fontes de documentação do Projeto;
- ✓ Identificar o mapeamento do fluxo do Projeto;
- ✓ Identificar e avaliar os riscos relevantes às atividades realizadas no âmbito do Projeto;
- ✓ Levantar boas práticas para aprimorar execução do Projeto.

Como resultado do trabalho espera-se contribuir para o atingimento dos objetivos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, como a criação e aperfeiçoamento de controles para execução do Projeto, implementação de boas práticas e minimização dos riscos a níveis aceitáveis, no intuito de potencializar os resultados a serem obtidos com o Projeto para aprimoramento, fortalecimento e melhoria dos processos de Regularização Ambiental.

A metodologia adotada encontra-se no **ANEXO 1** deste relatório.

Nossos exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

## 2. RESULTADO DOS EXAMES

### 2.1. Mapeamento do Projeto

O Projeto de Otimização da Regularização Ambiental será executado sob coordenação da Assessoria de Gestão Regional (ASGER) e da Secretaria Executiva da Semad (SECEX), tendo como áreas envolvidas a Subsecretaria de Regularização Ambiental (Suram) e as Superintendências Regionais de Meio Ambiente (Supram's), vinculadas à Semad; o Gabinete da Feam; a Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia (DCMG) e as Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade (URFBio's), vinculados ao IEF; a Diretoria de Planejamento e Regulação (DPLR) e as Unidades Regionais de Gestão das Águas (Urga's), vinculadas ao Igam.

Neste sentido, após a elaboração do desenho do Projeto (fluxograma), pela Assessoria de Gestão Regional, por meio da utilização da ferramenta *Bizagi Modeler*, realizou-se reuniões periódicas, conduzidas pela equipe de auditoria, através da instrução sobre o método a ser aplicado no levantamento das informações detalhadas sobre o Projeto, de modo a auxiliar os gestores, sendo que



as atividades executadas eram narradas por eles e os dados transcritos, pela equipe de auditoria, para a planilha “Diagrama de Fluxo” e a planilha “Folha de Processo” (detalhes do processo).

Depois, os documentos acima foram validados pelos gestores, via e-mail, confirmando que as informações prestadas por eles são verídicas, tanto quanto ao desenho, como ao detalhamento do Projeto (prática do Projeto).

A partir da realização do mapeamento foi possível observar os seguintes itens:

- ✓ Objetivo do Projeto, produtos e serviços gerados;
- ✓ Atividades chaves, objetivos das atividades e respectivos responsáveis;
- ✓ Início, fim e a sequência das atividades;
- ✓ Pontos de decisão e atividades de controle;
- ✓ Trâmite de documentos, prazo, volume e frequência de cada atividade;
- ✓ Agentes, setores e unidades que irão interferir ou sofrer interferência com o Projeto;
- ✓ Problemas potenciais que podem ocorrer durante a execução do Projeto;
- ✓ Variáveis que podem impactar e comprometer o objetivo do Projeto.

Os Diagramas de Fluxo constam no **APÊNDICE A** e as Folhas de Processo no **APÊNDICE B**.

## **2.2. Identificação de Riscos**

Realizou-se reuniões de *Brainstorming* para aplicação do método de SWOT na análise de cenário do órgão e entidades do Sisema quanto às fraquezas e ameaças, em relação ao Projeto de Otimização da Regularização Ambiental e dos processos de Regularização Ambiental, principalmente, ligando posteriormente as fragilidades identificadas às causas dos eventos de riscos relevantes levantados.

Na sequência, realizou-se reuniões periódicas para auxiliar os gestores na identificação dos riscos relevantes (núcleo) relacionados a cada atividade do Projeto, através da instrução sobre o método a ser aplicado no levantamento, sendo que as informações identificadas eram narradas pelos gestores e os dados foram transcritos para a “Folha de Processo”.

Neste sentido, no Projeto de Otimização da Regularização Ambiental foram identificados eventos de riscos para 100,00% (cem por cento) das 57 (cinquenta e sete) atividades descritas, totalizando 270 (duzentos e setenta) diferentes eventos de riscos.

Posteriormente, foram transcritas as informações para a planilha “Análise de Risco” e os gestores passaram a detalhar os eventos de riscos em trinômio (causa/evento/consequência). Assim, para cada causa ou consequência diferentes apresentadas para o evento de risco, tem-se a formação do trinômio



do risco. Conforme figura 1 abaixo, foram identificados 594 (quinhentos e noventa e quatro) trinômios de riscos distintos em relação ao Projeto de Otimização da Regularização Ambiental.

Figura 1 - Quantidade de Riscos Identificados



Fonte: Equipe de Auditoria

As planilhas de Análise de Risco constam no **APÊNDICE C**.

## 2.3. Análise dos Riscos

Para classificar os riscos, determinou-se a probabilidade e o impacto para todos os riscos identificados, por meio de reuniões periódicas com os gestores do Projeto na identificação dos pesos de frequência da probabilidade e ofensividade do impacto em cada categoria, através da instrução sobre o método



a ser aplicado no levantamento, sendo que as informações identificadas eram narradas pelos gestores e os dados foram transcritos para a planilha “Análise de Risco”, vide **APÊNDICE C**.

Ressalta-se que para mensurar o percentual das categorias de impacto, foram definidos em reuniões com os gestores responsáveis pelo Projeto, e por meio da ferramenta AHP – Processo de Hierarquia Analítica, os percentuais de cada categoria de impacto, considerando os objetivos do Projeto. O resultado obtido está ilustrado na tabela 1 abaixo.

**Tabela 1 - Percentuais das Categorias de Impacto**

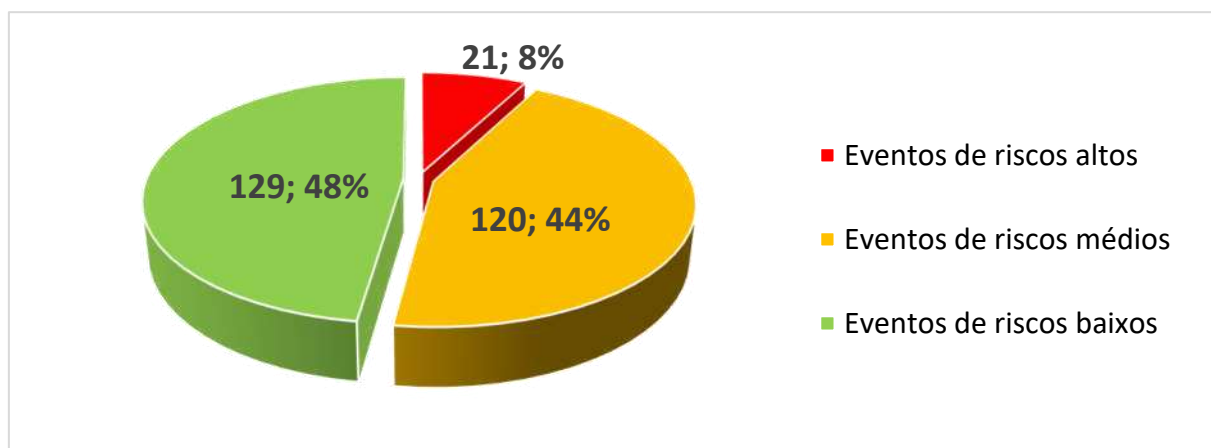
<b>Categoria de Impacto</b>	<b>Percentuais</b>
Operacional	42%
Integridade	24%
Imagem ou Reputacional	22%
Conformidade	6%
Estratégico	5%

**Fonte:** Equipe de Auditoria

Conforme ilustrado pelo gráfico e matrizes de riscos residuais a seguir (Gráficos 1 e 2), a partir dos valores mensurados para o impacto e a probabilidade, determinou-se o valor do risco residual para cada um dos riscos identificados, totalizando 21 (vinte e um) eventos de riscos altos, 120 (cento e vinte) eventos de riscos médios e 129 (cento e vinte e nove) eventos de riscos baixos.

Pertinente salientar, ainda, que os 270 (duzentos e setenta) eventos de riscos identificados, conforme mencionado acima, foram desmembrados em 594 (quinhentos e noventa e quatro) trinômios de risco: causa/evento/consequência, sendo 34 (trinta e quatro) trinômios de riscos altos; 220 (duzentos e vinte) trinômios de riscos médios e 340 (trezentos e quarenta) eventos de riscos baixos.

**Gráfico 1 - Composição dos Riscos Residuais**

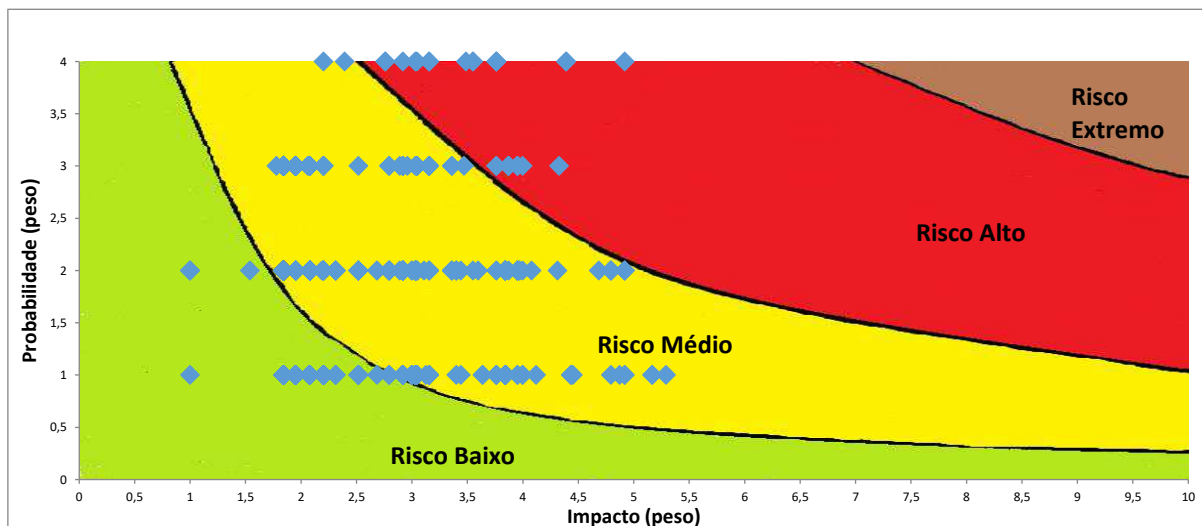






Fonte: Equipe de Auditoria

Gráfico 2 - Matriz de Riscos Residuais



Fonte: Equipe de Auditoria

Os Gráficos da Matriz de Riscos Residuais constam na íntegra no **APÊNDICE D**.

## 2.4. Principais Resultados

Com a aplicação da metodologia de Gerenciamento de Riscos no âmbito do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, obteve-se como principais resultados:

- Obteve-se o desenho do fluxo, realizado por meio do *Bizagi Modeler*®, das atividades a serem executadas no âmbito do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, o que permitiu aos gestores uma visão sistêmica do Projeto e de seus objetivos. Nesse sentido, foram mapeadas 57 (cinquenta e sete) atividades;
- Houve a identificação de 21 (vinte e um) eventos de riscos altos que precisam de tratamento imediato;
- Houve a identificação de 120 (cento e vinte) eventos de riscos médios que precisam ser avaliados dentro do apetite a riscos da organização, no que tange à tomada de decisão quanto à adoção de medidas de tratamento;
- Não foram identificados eventos de riscos extremos.

A tabela 2 abaixo demonstra os trinômios de riscos altos identificados em relação ao Projeto de Otimização da Regularização Ambiental.





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

**Tabela 2 – Trinômios de Riscos Residuais Altos identificados**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
4. Identificar a responsabilidade de cada ator.	4.11	Compreensão superficial da complexidade dos processos de regularização ambiental.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado.	11,0	ALTO
4. Identificar a responsabilidade de cada ator.	4.12	Compreensão superficial da complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado.	11,0	ALTO
5. Mapear o fluxo da regularização por tipo.	5.1	Volume elevado e a complexidade do conteúdo das normas que se referem à regularização.	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto 1 abaixo do esperado.	12,6	ALTO
5. Mapear o fluxo da regularização por tipo.	5.2	Volume elevado e a complexidade do conteúdo das normas que se referem à regularização.	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado, o qual subsidiará a análise dos processos de regularização ambiental pelos analistas/gestores ambientais.	12,6	ALTO
8. Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.	8.1	Dificuldade de identificação devido à complexidade de normas, de atores, de processos e dos termos de referência.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, dos gargalos e dores existentes.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	20,0	ALTO
11. Realizar <i>benchmarking</i> dos modelos de regularização ambiental.	11.3	Escolha enviesada e/ou equivocada das Instituições para a realização do benchmarking.	Modelo de outra instituição obtido no Benchmarking não ser aderente, aplicável, à realidade do Sisema (contexto geográfico, empresarial, econômico, político, tecnológico, sistemas, etc).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 2 subutilizado.	19,7	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.1	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Proposição normativa incompatível com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	12,0	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.2	Falta de experiência na elaboração / proposição de normas	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Proposição normativa incompatível com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	20,0	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.6	Possíveis conflitos de interesse entre as representações políticas no Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	21,0	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.7	Possíveis conflitos de interesse entre as representações políticas no Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Mudança no texto, pelo Poder Legislativo, que impacte negativamente nas políticas públicas ambientais	21,6	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.8	Dificuldades de interlocução com o Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	10,1	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.9	Dificuldades de interlocução com o Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Mudança no texto, pelo Poder Legislativo, que impacte negativamente nas políticas públicas ambientais	13,0	ALTO
14. Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.	14.4	Conhecimento insuficiente da estrutura do Sisema dos processos de regularização e tecnologia	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	11,3	ALTO
14. Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.	14.5	Análise equivocada do Produto 1 e sua incompatibilidade com o quadro de carreira do Sisema	Apresentação de proposta não aderente à atual estrutura administrativa e quadro de carreira	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Não conseguir absorver a execução das atividades de regularização com o atual quadro de carreira do Sisema	15,0	ALTO
15. Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.	15.4	Conhecimento insuficiente da estrutura do Sisema dos processos de regularização e tecnologia	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	11,3	ALTO
16. Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.	16.4	Falta de conhecimento acerca das limitações orçamentárias do estado.	Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	15,0	ALTO
16. Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.	16.5	Falta de conhecimento acerca das limitações orçamentárias do estado.	Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.	Frustração quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	15,0	ALTO
17. Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	17.4	Falta de conhecimento e/ou dificuldade de utilização das diretrizes de simplificação.	Não utilizar as diretrizes de simplificação previstas na Lei Federal 13.726/2018	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	11,7	ALTO
17. Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	17.5	Falta de conhecimento e/ou dificuldade de utilização das diretrizes de simplificação.	Não utilizar as diretrizes de simplificação previstas na Lei Federal 13.726/2018	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Criação de procedimentos que não sejam simplificados (burocracia desnecessária).	12,1	ALTO
17. Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	17.7	Utilização de ferramentas de comunicação que não alcancem todos os destinatários da política pública.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto que não irá atender as expectativas da sociedade no usufruto da política pública.	10,4	ALTO
18. Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).	18.6	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	11,6	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
18. Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental Macrofluxo).	18.7	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto 2 subutilizado.	11,6	ALTO
20. Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.	20.4	Mudança de diretriz governamental (alterações de normas infralegais) em relação à política de regularização ambiental.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	12,2	ALTO
24. Estudar alternativas regulatórias.	24.1	Inabilidade da equipe executora em encontrar realidades compatíveis com o quadro natural de Minas Gerais para realização de benchmarking (Produto 2 realizado de maneira inadequada ou insuficiente).	Apresentar estudos de realidades incompatíveis à presenciada no quadro natural do Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	11,6	ALTO
24. Estudar alternativas regulatórias.	24.2	Inabilidade da equipe executora em encontrar realidades administrativas ou jurídicas compatíveis com as de Minas Gerais para realização de benchmarking (Produto 2 realizado de maneira inadequada ou insuficiente).	Apresentar estudos de realidades administrativas ou jurídicas incompatíveis à presenciada no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	11,6	ALTO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.6	Dimensionamento equivocado quanto ao tempo necessário para ouvir os representantes dos setores regulados.	Realizar número insuficiente de reuniões.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	10,1	ALTO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.10	Recurso financeiro não ser público.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	14,2	ALTO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.11	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	14,2	ALTO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.12	Recurso financeiro não ser público.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Proposição de ação judicial em desfavor do desenvolvimento do Projeto.	17,6	ALTO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.13	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Proposição de ação judicial em desfavor do desenvolvimento do Projeto.	17,6	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
28. Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.	28.1	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Não haver isonomia na inclusão das demandas viáveis trazidas pelos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	11,9	ALTO
28. Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.	28.2	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	11,9	ALTO
28. Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.	28.3	Falta de conhecimento em relação às finalidades na execução das Políticas Públicas, no âmbito da Administração Pública	Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	11,9	ALTO
42. Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	42.11	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Proposição de ação judicial em desfavor do desenvolvimento do Projeto.	13,9	ALTO

**Fonte:** Equipe de Auditoria

Dentre os principais resultados do trabalho, pertinente destacar, ainda:

- Em regra, em relação a todas as atividades, houve a identificação de trinômios de riscos que podem acarretar em atrasos na execução do Projeto, como exemplificado na tabela 3 adiante;
- Foram identificados riscos que podem acarretar em potenciais prejuízos à Integridade do Projeto, consoante exemplificado na tabela 4;
- Foram identificados riscos que podem acarretar em potencial prejuízo à Imagem do Sisema em relação ao Projeto, consoante exemplificado na tabela 5;
- Foram identificados riscos que podem acarretar na obtenção de produtos subutilizados, com qualidade abaixo do esperado ou não aderentes técnica, política e operacionalmente à realidade do Sisema e das políticas públicas executadas no âmbito do Estado de Minas Gerais, conforme exemplificado na tabela 6.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

**Tabela 3 – Exemplos de trinômios de riscos que podem acarretar em atrasos na execução do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
2. Identificar os atores da regularização.	2.7	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	8,4	MÉDIO
2. Identificar os atores da regularização.	2.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	5,6	MÉDIO
2. Identificar os atores da regularização.	2.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	5,6	MÉDIO
2. Identificar os atores da regularização.	2.10	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	5,6	MÉDIO
2. Identificar os atores da regularização.	2.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2,8	BAIXO
2. Identificar os atores da regularização.	2.12	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	5,6	MÉDIO
9. Apresentar proposta do Produto 1.	9.1	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	4,2	BAIXO
9. Apresentar proposta do Produto 1.	9.2	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	4,2	BAIXO
9. Apresentar proposta do Produto 1.	9.3	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	4,2	BAIXO
10. Analisar e aprovar proposta do Produto 1.	10.3	Qualidade insuficiente do Produto 1 (formato, linguagem, técnica etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2,2	BAIXO
10. Analisar e aprovar proposta do Produto 1.	10.4	Não aderência do Produto 1 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3,0	BAIXO
10. Analisar e aprovar proposta do Produto 1.	10.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2,1	BAIXO
10. Analisar e aprovar proposta do Produto 1.	10.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	4,2	BAIXO
10. Analisar e aprovar proposta do Produto 1.	10.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2,1	BAIXO





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

**Tabela 4 – Exemplos de trinômios de riscos que podem acarretar em potenciais prejuízos à Integridade do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
11. Realizar <b>benchmarking</b> dos modelos de regularização ambiental.	11.2	Escolha enviesada das Instituições para a realização do benchmarking.	Realizar um levantamento raso, não explorar todas as possibilidades.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	4,9	BAIXO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.3	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	8,2	MÉDIO
15. Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.	15.6	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Simplificar procedimentos relevantes que não deveriam ser simplificados, sob o pretexto de racionalizar.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	9,4	MÉDIO
21. Classificar atos normativos (por status, tipo, pertinência temática) e estabelecer as relações existentes entre eles.	21.3	Escolha de critérios de classificação enviesada pela equipe executora.	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo incorreto ou incompleto.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	3,4	BAIXO
21. Classificar atos normativos (por status, tipo, pertinência temática) e estabelecer as relações existentes entre eles.	21.4	Escolha de critérios de classificação enviesada pela equipe executora.	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo incorreto ou incompleto.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilegio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	3,8	BAIXO
23. Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.	23.3	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	6,8	MÉDIO
23. Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.	23.4	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilegio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	7,7	MÉDIO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.3	Análise enviesada em detrimento do setor regulado que não será ouvido.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	7,7	MÉDIO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.4	Escolha inadequada do representante do setor regulado.	Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	3,8	BAIXO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.7	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	9,8	MÉDIO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.8	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Privilegio ou prejuízo de um determinado setor.	9,8	MÉDIO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
28. Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.	28.1	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Não haver isonomia na inclusão das demandas viáveis trazidas pelos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	11,9	ALTO
28. Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.	28.2	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	11,9	ALTO
42. Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	42.1	Escolha inadequada em detrimento do setor regulado que não será ouvido.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	5,0	MÉDIO
42. Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	42.12	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor	Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	6,0	MÉDIO
42. Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	42.13	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor	Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor.	6,0	MÉDIO
52. Elaborar minutas dos novos Termos de Referência.	52.13	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar minuta que não guarde pertinência com a definição de pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	9,6	MÉDIO
56. Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Termos de Referência).	56.8	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto subutilizado.	4,4	BAIXO
56. Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Termos de Referência).	56.9	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor.	4,4	BAIXO

**Tabela 5 – Exemplos de trinômios de riscos que podem acarretar em potencial prejuízo à Imagem do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.9	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	Comprometimento à imagem.	7,1	MÉDIO
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.10	Recurso financeiro não ser público.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	14,2	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
27. Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	27.11	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	14,2	ALTO
30. Realizar consulta pública.	30.7	Proposições incompatíveis com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	Frustração por parte da sociedade quando suas contribuições não forem contempladas.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	8,9	MÉDIO
42. Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	42.9	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	7,9	MÉDIO
42. Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	42.10	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	9,6	MÉDIO
56. Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Termos de Referência).	56.4	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	3,4	BAIXO
56. Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Termos de Referência).	56.10	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	4,9	BAIXO

**Tabela 6 – Exemplos de trinômios de riscos que podem acarretar na obtenção de produtos subutilizados, com qualidade abaixo do esperado ou não aderentes técnica, política e operacionalmente à realidade do Sisema e das políticas públicas executadas no âmbito do Estado de Minas Gerais**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
1. Participar da reunião de kick off.	1.16	Não aderência do posicionamento de algum membro dos Comitês quanto às propostas de Produtos no âmbito do Projeto.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Perda de qualidade dos produtos finais	5,8	MÉDIO
1. Participar da reunião de kick off.	1.17	Falha de comunicação.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Perda de qualidade dos produtos finais	5,8	MÉDIO
3. Identificar todos os grupos/tipos de regularização.	3.3	Compreensão superficial da complexidade dos grupos e tipos de regularização.	Deixar de mapear algum grupo ou tipo de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Lacuna(s) – grupo ou tipo de regularização não contemplado no produto final.	3,6	BAIXO





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
4. Identificar a responsabilidade de cada ator.	4.2	Zonas de incerteza de competência (dificuldade de delimitação da competência das diversas unidades).	Fuga de responsabilidades. Algum ator interno não assumir a responsabilidade a que lhe foi atribuída.	Não ter um produto qualitativamente adequado.	7,7	MÉDIO
4. Identificar a responsabilidade de cada ator.	4.11	Compreensão superficial da complexidade dos processos de regularização ambiental.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado.	11,0	ALTO
4. Identificar a responsabilidade de cada ator.	4.12	Compreensão superficial da complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado.	11,0	ALTO
5. Mapear o fluxo da regularização por tipo.	5.1	Volume elevado e a complexidade do conteúdo das normas que se referem à regularização.	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto 1 abaixo do esperado.	12,6	ALTO
5. Mapear o fluxo da regularização por tipo.	5.2	Volume elevado e a complexidade do conteúdo das normas que se referem à regularização.	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado, o qual subsidiará a análise dos processos de regularização ambiental pelos analistas/gestores ambientais.	12,6	ALTO
6. Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.	6.3	Dificuldade de identificação de um sistema ou funcionalidade devido à grande quantidade de sistemas utilizados e respectivas funcionalidades.	Atribuir equivocadamente alguma funcionalidade ao respectivo sistema.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	8,0	MÉDIO
8. Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.	8.1	Dificuldade de identificação devido à complexidade de normas, de atores, de processos e dos termos de referência.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, dos gargalos e dores existentes.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	20,0	ALTO
8. Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.	8.2	Possível análise enviesada pela empresa: intenção da empresa em privilegiar ou prejudicar algum setor.	Deixar de constar elementos mapeados no relatório consolidado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	4,9	BAIXO
8. Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.	8.8	Alinhamento mal feito na reunião de <i>kick off</i> .	Análise realizada de modo equivocado ou que não cumpra as expectativas do Sisema.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	5,8	MÉDIO
11. Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.	11.1	Escolha equivocada das Instituições para realização do <i>benchmarking</i> .	Realizar um levantamento raso, não explorar todas as possibilidades.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Baixa qualidade da entrega do produto.	4,2	BAIXO
11. Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.	11.3	Escolha enviesada e/ou equivocada das Instituições para a realização do <i>benchmarking</i> .	Modelo de outra instituição obtido no <i>Benchmarking</i> não ser aderente, aplicável, à realidade do Sisema (contexto geográfico, empresarial, econômico, político, tecnológico, sistemas, etc).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 2 subutilizado.	19,7	ALTO
12. Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.	12.1	<i>Benchmarking</i> realizado de maneira inadequada.	Empresa apresentar proposta não aderente à realidade do Sisema ou à atual política pública ambiental.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade adequação do produto às realidades das políticas públicas mineiras	9,5	MÉDIO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
12. Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.	12.4	Benchmarking realizado de maneira inadequada.	Proposta com subestimativa das possíveis melhorias que seriam necessárias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade adequação do produto às realidades das políticas públicas mineiras	9,5	MÉDIO
12. Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.	12.7	Desempenho insuficiente ou abaixo do esperado da equipe responsável pela execução.	Apresentação de um produto raso – Formato de apresentação do produto estar sem fundamentação suficiente ou em linguagem de difícil compreensão.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade de retrabalho para adequação do produto.	6,3	MÉDIO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.1	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Proposição normativa incompatível com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	12,0	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.2	Falta de experiência na elaboração / proposição de normas	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Proposição normativa incompatível com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	20,0	ALTO
13. Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	13.5	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	9,8	MÉDIO
16. Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.	16.4	Falta de conhecimento acerca das limitações orçamentárias do estado.	Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	15,0	ALTO
16. Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.	16.5	Falta de conhecimento acerca das limitações orçamentárias do estado.	Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.	Frustração quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	15,0	ALTO
17. Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	17.2	Falta de conhecimento das empresas quanto às normas e políticas de transparência e proteção de dados do Estado.	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	8,8	MÉDIO
17. Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	17.4	Falta de conhecimento e/ou dificuldade de utilização das diretrizes de simplificação.	Não utilizar as diretrizes de simplificação previstas na Lei Federal 13.726/2018	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	11,7	ALTO
17. Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	17.7	Utilização de ferramentas de comunicação que não alcancem todos os destinatários da política pública.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto que não irá atender as expectativas da sociedade no usufruto da política pública.	10,4	ALTO
18. Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).	18.6	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	11,6	ALTO
18. Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de	18.7	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto 2 subutilizado.	11,6	ALTO



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Atividade	Risco Residual Identificação				Risco Residual Classificação	
	#	Causa	Evento	Consequência	Valor	Nível
Regularização Ambiental e Macrofluxo).						
20. Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.	20.4	Mudança de diretriz governamental (alterações de normas infralegais) em relação à política de regularização ambiental.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	12,2	ALTO
20. Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.	20.6	Falta ou falha de articulação no que tange às mudanças de diretrizes governamentais, tendo em vista alterações de normas infralegais.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	9,1	MÉDIO
23. Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.	23.8	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Criação de vácuo normativo, impedindo a atuação administrativa.	5,8	MÉDIO
24. Estudar alternativas regulatórias.	24.1	Inabilidade da equipe executora em encontrar realidades compatíveis com o quadro natural de Minas Gerais para realização de benchmarking (Produto 2 realizado de maneira inadequada ou insuficiente).	Apresentar estudos de realidades incompatíveis à presenciada no quadro natural do Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	11,6	ALTO
24. Estudar alternativas regulatórias.	24.2	Inabilidade da equipe executora em encontrar realidades administrativas ou jurídicas compatíveis com as de Minas Gerais para realização de benchmarking (Produto 2 realizado de maneira inadequada ou insuficiente).	Apresentar estudos de realidades administrativas ou jurídicas incompatíveis à presenciada no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	11,6	ALTO

### 3. RECOMENDAÇÃO

A identificação das ações a serem implementadas, visando tratar os riscos identificados, deverá ser materializada com a formulação de um Plano de Ação, cuja elaboração competirá aos gestores do Projeto. Ressalta-se que atenção especial deve ser dada aos riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar nos atingimentos dos objetivos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental.

O modelo de Plano de Ação consta no **APÊNDICE E (parte)** e seguirá em meio eletrônico para os gestores preencherem, identificando as ações de controle, os responsáveis pela implementação e os prazos de execução das ações que poderão ser monitoradas pelas Controladorias Setorial e Seccionais



do Sisema. Caso o gestor indique que não tomará nenhuma ação, com relação aos riscos altos, devido ao seu alto apetite a riscos, será preciso justificar o porquê. O plano de ação preenchido deverá ser devolvido às Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema, no prazo de até 30 (trinta) dias após a emissão deste Relatório, independente do prazo necessário para a execução das ações.

## 4. CONCLUSÃO

O trabalho teve por objetivo realizar consultoria (facilitação) em gerenciamento de riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental a ser executado no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema (Semad, Feam, IEF e Igam).

Os resultados apresentados neste relatório permitem concluir pela existência de riscos que poderão prejudicar o atingimento dos objetivos do Projeto, dentre os principais destacam-se possíveis atrasos na execução, em todas as fases; potenciais prejuízos e riscos sob o aspecto da integridade do Projeto, tendo em vista a potencial existência de conflito de interesses, em que deve ser dada a garantia da prevalência dos interesses públicos e coletivos frente aos interesses privados e individuais; potencial prejuízo à imagem do Sisema em relação ao Projeto; possível obtenção de produtos subutilizados, com qualidade abaixo do esperado ou não aderentes técnica, política e operacionalmente à realidade do Sisema e das políticas públicas executadas no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Além disso, deve-se atentar para eventuais fragilidades no que tange ao acesso à informação sigilosa, sensível ou pessoal ou à informação privilegiada por atores externos à Administração Pública para a execução dos serviços doados; para a criação de garantias para a eficácia da estrutura de governança desenvolvida para avaliação técnica, aprovação ou rejeição dos produtos que serão apresentados, e ainda, para que os serviços executados por prestadores contratados pelo Doador garantam o cumprimento das cláusulas do Termo de Doação<sup>5</sup>.

Finalmente, ressalta-se a necessidade de se efetuar, no âmbito da execução do projeto, o monitoramento dos riscos identificados, no intuito de validar os resultados apontados, assim como identificar novos riscos que porventura apareçam, adotando ações de tratamento tempestivas.

Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema, em 30 de março de 2022.

Ariana Aparecida Souza  
Controladora Seccional do IEF

Quintiliano Augusto Campomori do Valle  
Controlador Seccional da Feam

Michelle Calazans Oliveira  
Controladora Seccional do Igam

Thaís Cristina de Alcântara  
Controladora Setorial da Semad

<sup>5</sup> Consoante Manifestação da Subcontroladoria de Transparência e Integridade da Controladoria-Geral do Estado SUTI/CGE, exarada por meio da “Nota Técnica nº 1/CGE/SICS/2021”, processo SEI/IMG 1370.01.0029549/2021-78, doc nº SEI nº 34920008.



## **ANEXO 1 – Metodologia**

### **Gestão de Riscos**

A gestão de riscos é um elemento-chave da governança nas organizações do setor público, em termos de suas estruturas, processos, projetos, valores corporativos, cultura e comportamento. Se eficaz, é considerada por gestores como essencial para a realização dos objetivos estratégicos da organização e posterior tomada de decisão.

Tendo em vista sua importância para a gestão, o presente trabalho se propôs a iniciar os gestores na discussão e compreensão dos conceitos relacionados à gestão de riscos, por meio dos projetos elencados, para identificação e classificação de seus riscos.

### **Gerenciamento de Riscos**

A metodologia adotada prevê a realização de intervenções preventivas no projeto elencado, mediante a identificação de fatores de riscos e de vulnerabilidades possíveis

Busca-se, assim, fornecer suporte à gestão para avaliação dos riscos, buscando assim, a prevenção dos mesmos, contribuindo para o dimensionamento e desenvolvimento da otimização da relação custos versus benefícios.

A metodologia adotada utilizou as opiniões e informações trazidas pelos próprios gestores do projeto, notadamente quanto ao desenho e das etapas e seus detalhes, até a identificação do risco residual e atribuição dos pesos para a probabilidade e impacto, abrangendo as seguintes etapas:

### **Mapeamento do Projeto**

Primeiramente, inicia-se com o mapeamento do projeto, identificando-se todas as atividades envolvidas e os pontos de decisão existentes. Conhecer o fluxo do projeto permite encontrar gargalos, conhecer as relações existentes entre os diversos setores envolvidos no fluxo e analisar a importância de cada setor para a execução do projeto, oportunizando a proposição de melhorias para sua otimização.

Caso já exista um mapeamento, deve-se validá-lo de modo a garantir que os riscos sejam identificados com base em seu fluxo real e atual.

Para a elaboração do mapeamento, é utilizada a metodologia “*Business Process Modeling Notation – BPMN*”, que significa Notação para Mapeamento de Processos de Trabalho, cujo objetivo é prover uma notação gráfica padronizada para a modelagem de processos. O software usado para a modelagem dos processos é o “*Bizagi Process Modeler*”.



## Identificação dos riscos e controles

O reconhecimento dos riscos é o primeiro passo para gerenciá-lo. Conhecer o risco pressupõe o conhecimento do processo, de seus objetivos e das variáveis ambientais que o circundam, assim como a identificação dos problemas que impactam a entrega dos produtos atingindo os objetivos do processo.

Por variáveis ambientais entendem-se as características dos ambientes interno e externo em que a organização se insere. Seu conhecimento possibilita avaliar os pontos fortes e fracos da organização, como também as oportunidades e ameaças a que se sujeita. Neste sentido, aplica-se a Matriz SWOT para identificação das fragilidades do processo, quanto a fraquezas e ameaças principalmente.

Entre os aspectos considerados para a compreensão do ambiente interno, sobressaem-se os organizacionais (políticas, estrutura, estratégias, rede de comunicação, regras etc.), de pessoal (treinamentos, sistemas de incentivo, de avaliação de desempenho etc.) e de produção (eficiência dos processos operacionais e uso de tecnologia, entre outros).

O conhecimento do ambiente externo, por sua vez, envolve a percepção de fatores econômicos, sociais, políticos, legais, tecnológicos, climáticos etc. (macro ambiente) e das forças exercidas pelos clientes, pelos fornecedores e demais atores envolvidos.

A identificação dos riscos consiste na percepção do trinômio causa, evento e consequência. Causa é a fonte do risco ou vulnerabilidade existente na organização e que dá origem a um evento. Em outras palavras é um fato ou circunstância que influencia de forma direta ou intrínseca a ocorrência do evento.

Nos termos da norma ABNT NBR ISO 31000:2018, um evento é a ocorrência ou mudança em um conjunto específico de circunstâncias. O evento pode, ainda, consistir em uma ou mais ocorrências e ter várias causas, sendo possível, também, que consista em alguma coisa não acontecer.

Consequência, por sua vez, refere-se ao efeito que o evento terá sobre o alcance dos objetivos organizacionais. Cada evento, combinado com determinada causa e com consequência específica, traduz-se em um risco individual.

O risco identificado denomina-se risco residual, que é o risco vinculado a determinado processo ou atividade, ao qual uma organização se submeterá na hipótese já existirem medidas voltadas à alteração de sua probabilidade ou impacto (Capacitação em Auditoria Baseada em Riscos, 2014, p. 25).

Tais medidas designam-se como controles que, segundo a ABNT NBR ISO 31000/2018, visam a manter ou a modificar o risco e podem consistir em práticas, projetos, processos, políticas e outras ações.

Várias técnicas podem ser utilizadas para a identificação e registro dos riscos, como por exemplo, as técnicas de *brainstorm* e *bow tie*, por meio da qual a equipe envolvida na execução do projeto se reúne e levanta os principais riscos relacionados ao projeto.





## Análise dos riscos

Esta etapa consiste na classificação dos riscos por meio da utilização das variáveis probabilidade e impacto. Probabilidade é a chance de algo acontecer, não importando se é definida, medida ou determinada objetiva ou subjetivamente, qualitativa ou quantitativamente, ou se é descrita utilizando-se termos gerais ou matemáticos – como, por exemplo, uma frequência durante um determinado período. Impacto, por sua vez, é a medida dos efeitos de um evento nos objetivos organizacionais, ou seja, é a extensão do prejuízo que o risco pode acarretar.

O valor do risco é uma função tanto da probabilidade quanto da medida do impacto a ele vinculado. A presente metodologia utilizou para aferição do risco a seguinte equação:

**Equação 1 - Determinação do risco**

$$R = P \times I$$

Em que R= risco  
P= Probabilidade  
I = Impacto

Para o valor a ser lançado para a probabilidade, deve-se atribuir o peso de acordo com a frequência esperada para o evento de risco, de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela 6 - Peso da Probabilidade**

Descrição	Frequência	Peso
Evento que ocorrerá quase sempre	> = 90%	5
Evento que ocorrerá na maioria das circunstâncias	>= 75% <= 90%	4
Evento que provavelmente ocorrerá	>= 40% < 75%	3
Evento que deve ocorrer em algum momento	>= 10% < 40%	2
Evento poderá ocorrer em circunstâncias excepcionais	< 10%	1

**Fonte:** CGE – Guia Metodológico de Gestão de Riscos de Processos 2021.

Para mensurar o impacto deve-se atribuir o peso de acordo com o impacto do evento nas ações de gestão da organização. Como o impacto na organização apresenta diversas nuances, utiliza-se as seguintes categorias de impacto:

**Quadro 1 - Categorias de Impacto**

Categoria de Impacto	Definição
<b>Estratégico</b>	Descumprimento de objetivos e metas definidos em instrumentos de planejamento e gestão (exemplo: Plano Plurianual de Planejamento Governamental - PPAG, Orçamento Fiscal, Acordo de Resultados)
<b>Operacional</b>	Prejuízo à qualidade do produto entregue ou serviço prestado à população, procedente de falha ou deficiência na atividade operacional do órgão (entidade)



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

<b>Categoria de Impacto</b>	<b>Definição</b>
<b>Reputacional</b>	Prejuízo à imagem do órgão ou entidade (e, conseqüentemente, do próprio Governo) perante a sociedade (cidadãos, contribuintes, grupos beneficiados por políticas governamentais etc.) e outros órgãos (entidades) das três esferas de governo.
<b>Conformidade</b>	Sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição
<b>Integridade</b>	Favorecimento ou facilidade de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades, bem como desvios éticos e de conduta.
<b>Patrimonial</b>	Perdas patrimoniais procedentes de apropriação indébita de informações (patentes, pesquisas, informações financeiras etc.) e de danos ou desvios de propriedades (recursos e bens patrimoniais).

**Fonte:** CGE – Guia Metodológico de Gestão de Riscos de Processos – adaptado.

Neste sentido, é possível que o gestor defina um número menor de categorias de impacto relevantes para o processo, sendo o mínimo de 4 (quatro).

Ademais, cada categoria apresenta importância distinta ao se avaliar o impacto do risco na organização. Por isso, com a finalidade de reduzir a subjetividade na determinação da importância de cada categoria, atribui-se peso específico, utilizando o modelo *Analytic Hierarchy Process* (AHP)<sup>6</sup>, versão Excel MS Excel 2010 (extensão xlsx). O quadro a seguir ilustra a descrição das categorias de impacto e os respectivos pesos.

**Quadro 2 - Descrição das categorias de impacto e seus respectivos pesos**

<b>Estratégico</b>	<b>Operacional</b>	<b>Reputacional</b>	<b>Conformidade</b>	<b>Integridade</b>	<b>Patrimonial</b>	<b>Peso</b>
prejudica o alcance dos objetivos estratégicos	evento com potencial para levar o negócio ou serviço ao colapso	com destaque na mídia nacional, podendo atingir os objetivos estratégicos da organização	determina a interrupção das atividades	Decisão administrativa de responsabilização relativa a práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta	perda patrimonial alta	10
prejudica o alcance das metas	evento cuja consequência prejudica a entrega do produto/serviço	com destaque na mídia nacional, provocando exposição significativa	determina ações de caráter pecuniário	processo de responsabilização instaurado relativo a prática de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta	perda patrimonial relevante	7

<sup>6</sup> O modelo AHP foi desenvolvido por Goepel, Klaus D., modelo BPMSG AHP Excel, disponível em <http://bpmsg.com>, cuja versão é de livre uso.





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Estratégico	Operacional	Reputacional	Conformidade	Integridade	Patrimonial	Peso
pode prejudicar o alcance das metas	evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas podem comprometer a entrega do produto/serviço	com destaque na mídia regional, provocando exposição significativa	determina ações de caráter corretivo	Investigação instaurada relativa a práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta	perda patrimonial de representatividade média	5
requer ações gerenciais para não prejudicar o alcance das metas	evento cujas consequências podem ser absorvidas, mas carecem de esforço da gestão para minimizar o impacto	pode chegar à mídia, provocando a exposição por um curto período de tempo	determina ações de caráter preventivo	notícias de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta	perda patrimonial pouco representativa	3
pouco ou nenhum impacto nas metas	evento cujo impacto pode ser absorvido por meio de atividades formais	impacto apenas interno	pouco ou nenhum impacto	possibilidade de ocorrência de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta	perda patrimonial irrelevante	1

**Fonte:** CGE – Guia de Gerenciamento de Riscos 2021 adaptado.

Para cada risco identificado, atribuem-se os pesos para a probabilidade e impacto, obtendo-se o risco residual. De posse do resultado do risco residual, elabora-se a matriz de risco e determina-se o nível de risco.

A matriz de riscos na tabela abaixo é uma ferramenta que classifica qualitativamente os pesos de impacto e probabilidade.

**Tabela 7 - Matriz de Riscos**

PROBABILIDADE	Quase Certo - 5	5	15	25	35	50
	Muito Provável - 4	4	12	20	28	40
	Provável - 3	3	9	15	21	30
	Pouco Provável - 2	2	6	10	14	20
	Rara - 1	1	3	5	7	10
		Irrelevante - 1	Pequeno - 3	Moderado - 5	Alto - 7	Muito Alto - 10
IMPACTO						

**Fonte:** CGE – Guia de Gerenciamento de Riscos 2021.



O nível de risco especifica a partir de quais valores os riscos são considerados extremos, altos, médios ou baixos. A tabela abaixo ilustra os níveis de risco utilizados pela metodologia.

**Tabela 8 - Níveis da Matriz de Riscos**

NÍVEL	VALOR	SÍMBOLO
EXTREMO	MAIOR OU IGUAL A 28	
ALTO	MAIOR OU IGUAL A 10 E MENOR QUE 28	
MÉDIO	MAIOR OU IGUAL A 5 E MENOR QUE 10	
BAIXO	MENOR QUE 5	

**Fonte:** CGE – Guia de Gerenciamento de Riscos 2021

Definido o risco residual, caberá ao gestor avaliar seu apetite ao risco<sup>7</sup> e determinar posteriormente o tratamento que julgar adequado ao contexto atual da organização frente aos resultados apresentados. Ressalta-se, no entanto, a obrigatoriedade de tratar os riscos residuais classificados como extremos e altos, visando modificar sua classificação, tendo em vista o impacto desses riscos no atingimento do objetivo da atividade.

## ANEXO 2 – Legislação aplicável

- BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.
- MINAS GERAIS, Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 1989.
- MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 21.972, de 21/01/2016** - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema – e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2016.
- MINAS GERAIS. **Lei Estadual nº 23.304, de 30/05/2019** – Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2019.

<sup>7</sup> É o risco que a organização está disposta a aceitar para alcançar seus objetivos e metas estratégicas.



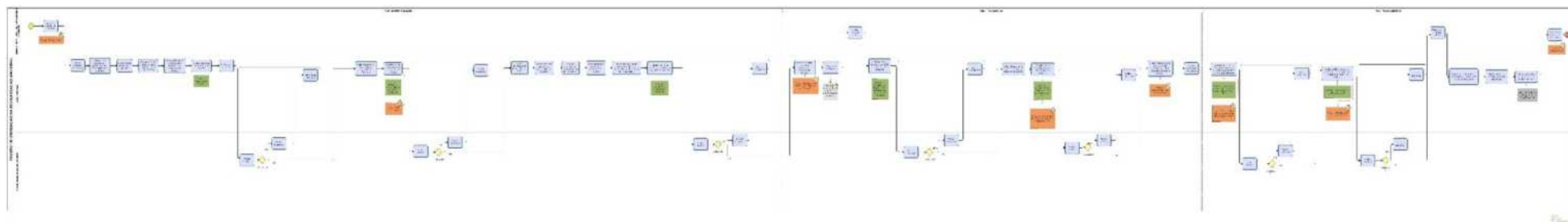
**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 47.611, de 23/01/2019** – Regulamenta o recebimento de doação de bens móveis e serviços, sem ônus ou encargos, e o recebimento de bens em comodato pela Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo e institui o Selo Amigo de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2019.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 47.787, de 13/12/2019** – Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2019.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 47.760, de 20/11/2019** – Contém o Estatuto da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2019.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 47.892, de 24/03/2020** – Estabelece o Regulamento do Instituto Estadual de Florestas. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2020.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 47.866, de 19/02/2020** – Estabelece o Regulamento do Instituto Mineiro de Gestão das Águas e dá outras providências. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2020.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 46.953, de 23/02/2016** – Dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam –, de que trata a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016.. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2016.
- MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 48.209, de 18/06/2021** – Dispõe sobre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2021.
- MINAS GERAIS. **Resolução SEMAD nº 2.890, de 04/11/2019** – Institui o Sistema de Licenciamento Ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2019.
- MINAS GERAIS. **Resolução SEMAD nº 2.926, de 08/01/2020** – Dispõe sobre a divisão interna das unidades administrativas da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa, 2020.



## APÊNDICES

### A. Mapa do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental





## B. Folha de Processo – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
1	Participar da reunião de kickoff.	Reunião que irá iniciar o Projeto. Na reunião serão especificados e esclarecidos quais as equipes que irão auxiliar no desenvolvimento do Projeto; as fases; como irá ocorrer o desenvolvimento do Projeto. Na reunião, será apresentado o Projeto Executivo, como os produtos serão apresentados, quais os formatos, os prazos. Especificar os papéis e responsabilidades de cada Comitê.	Apresentar o Projeto e alinhar junto aos atores envolvidos como será executado o Projeto.	Empresas de Consultorias  Sisema (Semad/Feam/IEF/Igma) – Coordenadoria do Projeto - ASGER	Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento Comitê Intergestor SURAM SUPRAM'S AEST ASGER NUNOP ASJUR IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Gravação da reunião (Teams). Transcrição de ata sucinta da reunião.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.		Confirmar previamente o compromisso das empresas com a participação na reunião.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
1	Participar da reunião de kick off.						Alguns dos atores se posicionam contrariamente à proposta, trazendo muitas alterações para o Projeto.		<p>A própria reunião de kickoff tem a proposta de ser uma medida mitigadora.</p> <p>Participação ativa dos responsáveis pela definição dos objetivos do Projeto e atingimento da finalidade da política pública. Interlocução direta entre os dirigentes e os envolvidos com o Projeto.</p> <p>Criação de canal de comunicação direta e efetiva entre os Dirigentes e os atores internos responsáveis pelo Projeto.</p>
1	Participar da reunião de kick off.						Possíveis problemas de comunicação / problemas tecnológicos.		<p>Articulação com o sistema de TI Sisema para que todas as ferramentas estejam disponíveis e em bom funcionamento no momento da reunião.</p> <p>Orientações às empresas sobre as ferramentas tecnológicas a serem utilizadas para a reunião. Possível elaboração de cartilha de recomendações/sugestões.</p>



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
1	Participar da reunião de kick off.						Alguma empresa desistir de participar do Projeto.		<p>Risco relevante especialmente antes da reunião de kick off. Antes da pactuação do contrato.</p> <p>Reunião de kick off apenas seja realizada quando todos os aspectos burocráticos sejam concluídos.</p> <p>Solicitação à Fiemg de apresentação às empresas envolvidas dos detalhes de execução do Projeto e burocráticos previamente à realização da reunião de kick off.</p>
1	Participar da reunião de kick off.						Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.		Importante a realização de reunião(ões) internas de alinhamento.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
2	Identificar os atores da regularização.	Empresas de consultoria irão mapear todos os atores (internos e externos) que possuem alguma ação dentro do Processo. Exemplos: empreendedores, requerentes, cidadãos interessados, consultorias, analistas, gestores, conselhos, fiscais de campo.	Mapeamento da situação atual da regularização ambiental no que tange aos atores envolvidos.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Deixar de mapear algum ator.	Avaliação pelos Comitês. Primeiro pelo Comitê de Acompanhamento. Segundo pelo Comitê Técnico.	
2	Identificar os atores da regularização.						Atraso da realização do mapeamento.		Efetivo funcionamento do Comitê de Acompanhamento, com a realização de notificações e cobranças de prazos às empresas, por exemplo.  Análise do mapeamento de todas as atividades realizadas (algumas atividades terão atraso e outras poderão ser executadas em prazo menor ao inicialmente estipulado, como forma de compensar a ocorrência de atrasos). A partir do mapeamento, pode-se verificar também a existência de





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
									<p>alguma atividade que pode ser iniciada antes do prazo inicialmente estipulado – adiantamento de ações.</p> <p>Previsão de eventual prorrogação da execução.</p> <p>Criação de cronograma compartilhado – para envio de avisos, lembretes, com recebimento por e-mail a todos os envolvidos.</p> <p>Importância no efetivo diálogo entre os dirigentes e os membros do Comitê – canal aberto de comunicação com os Dirigentes.</p>
2	Identificar os atores da regularização.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		<p>Análise do mapeamento de todas as atividades realizadas (algumas atividades terão atraso e outras poderão ser executadas em prazo menor ao inicialmente estipulado, como forma de compensar a ocorrência de atrasos). A partir do mapeamento, pode-se verificar também a existência de alguma atividade que pode ser iniciada antes do prazo inicialmente estipulado – adiantamento de ações.</p>



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
									Previsão de eventual prorrogação da execução.  Criação de cronograma compartilhado – para envio de avisos, lembretes, com recebimento por e-mail a todos os envolvidos.  <b>Importância no efetivo diálogo entre os dirigentes e os membros do Comitê – canal aberto de comunicação com os Dirigentes.</b>
2	Identificar os atores da regularização.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
3	Identificar todos os grupos/tipos de regularização.	Empresas irão mapear quais os grupos e tipos de regularização existentes.	Mapeamento da situação atual da regularização ambiental no que tange aos tipos de regularização.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Deixar de mapear algum grupo ou tipo de regularização.	Avaliação pelos Comitês de Acompanhamento e Técnico.	
3	Identificar todos os grupos/tipos de regularização.						Atraso da realização do mapeamento.		
3	Identificar todos os grupos/tipos de regularização.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
3	Identificar todos os grupos/tipos de regularização.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
4	Identificar a responsabilidade de cada ator.	Empresas irão mapear quais as responsabilidades de cada ator interno envolvido com os processos de regularização ambiental.	Mapeamento da situação atual da regularização ambiental no que tange às responsabilidades.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Fuga de responsabilidades. Alguns atores internos não assumiram a responsabilidade a que lhes foi atribuída.		Alinhamentos de expectativas entre os dirigentes e os atores. Sensibilizar os atores da importância do Projeto.
4	Identificar a responsabilidade de cada ator.						Atraso da realização do mapeamento.		
4	Identificar a responsabilidade de cada ator.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
4	Identificar a responsabilidade de cada ator.						Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.		A princípio, controle seria a atuação dos comitês. Mas também seria importante pensar em outras ações.
4	Identificar a responsabilidade de cada ator.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
5	Mapear o fluxo da regularização por tipo.	Empresas irão mapear o fluxo de cada tipo ou tipos agrupados de regularização.	Mapeamento da situação atual da regularização ambiental no que tange ao fluxo por tipo.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.		
5	Mapear o fluxo da regularização por tipo.						Realizar agrupamentos de forma que não atenda às expectativas (aderente ao que o Sisema espera).		
5	Mapear o fluxo da regularização por tipo.						Atraso da realização do mapeamento.		
5	Mapear o fluxo da regularização por tipo.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
5	Mapear o fluxo da regularização por tipo.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
5	Mapear o fluxo da regularização por tipo.								
6	Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.	Empresas irão mapear quais os sistemas e demais ferramentas tecnológicas atualmente utilizados e as funcionalidades de cada um.	Mapeamento da situação atual da regularização ambiental no que tange a sistemas e demais ferramentas tecnológicas e suas funcionalidades.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER STI DGTA IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Deixar de mapear algum sistema ou ferramenta tecnológica.		Fraqueza (SWOT): ferramenta ser descontinuada. Sistemas estão sendo descontinuados.
6	Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.						Atribuir equivocadamente alguma funcionalidade ao respectivo sistema.		
6	Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.						Atraso da realização do mapeamento.		
6	Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
6	Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.						Mapear um sistema que foi ou será descontinuado		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
6	Mapear tecnologias e funcionalidades que suportam a regularização.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
7	Mapear a estratégia de comunicação e atendimento para apoio ao setor regulado.	Empresas irão mapear quais as formas de comunicação atualmente utilizadas entre o Sisema e atores externos envolvidos, bem como verificar a efetividade do atendimento para apoio aos atores externos.	Mapeamento da situação atual da regularização ambiental no que tange às formas de comunicação com os atores externos.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER ASCOM IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Deixar de mapear algum canal/forma de comunicação.		
7	Mapear a estratégia de comunicação e atendimento para apoio ao setor regulado.						Atribuir equivocadamente a funcionalidade de um canal de comunicação.		
7	Mapear a estratégia de comunicação e atendimento para apoio ao setor regulado.						Mapear um canal/forma de comunicação que foi ou será descontinuada.		
7	Mapear a estratégia de comunicação e atendimento para						Atraso da realização do mapeamento.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	apoio ao setor regulado.								
7	Mapear a estratégia de comunicação e atendimento para apoio ao setor regulado.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
7	Mapear a estratégia de comunicação e atendimento para apoio ao setor regulado.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
8	Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.	Empresas irão levantar, analisar e consolidar todos os mapeamentos realizados e informações obtidas para identificar os gargalos e dores (exemplos: gargalos estruturais, quantitativos de normas, de servidores, etc) que estariam gerando atrasos no processo.	Identificar gargalos e dores.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 1 – Diagnóstico	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, dos gargalos e dores existentes.		A princípio, controle seria a atuação dos comitês. Mas também seria importante pensar em outras ações.
8	Diagnosticar gargalos e dores						Deixar de constar elementos mapeados no		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	que geram atrasos no processo.						relatório consolidado.		
8	Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.						Atraso da realização da identificação dos gargalos e consolidação dos mapeamentos.		
8	Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
8	Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.						Análise realizada de modo equivocado ou que não cumpra as expectativas do Sisema.		
8	Diagnosticar gargalos e dores que geram atrasos no processo.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
9	Apresentar proposta do Produto 1.	Apresentar a consolidação da primeira etapa do Projeto (mapeamento, diagnóstico dos gargalos) em forma de relatório, contemplando	Apresentar a consolidação da primeira etapa do Projeto.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento Coordenadoria do Projeto – ASGER AEST SUARA IEF: DCMG IGAM: DPLR	Produto 1 – Relatório (minuta)	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		os passos anteriores.			FEAM: Gabinete SEPLAG				
9	Apresentar proposta do Produto 1.						Produto 1 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		
9	Apresentar proposta do Produto 1.						Produto 1 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		
10	Analisar e aprovar proposta do Produto 1.	Atores internos do Sisema irão analisar a minuta do Produto 1 e solicitar às empresas de consultoria que realizem as adequações necessárias.	Avaliar a minuta do Produto 1.	Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento	Empresas de consultoria Coordenadoria do Projeto – ASGER AEST SUARA IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete SEPLAG	Produto 1 – Relatório Final (descritivo) Relatório para divulgação	Produto 1 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		
10	Analisar e aprovar proposta do Produto 1.						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
10	Analisar e aprovar proposta do Produto 1.						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor		
11	Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.	Empresas de consultoria irão levantar e avaliar modelos de regularização ambiental utilizados por	Levantar oportunidades de melhorias, boas práticas utilizadas por outras Instituições.	Empresas de Consultorias	Comitê Técnico. Comitê de Acompanhamento.	Compõe o Produto 2 – consolidação do benchmarking	Realizar um levantamento raso, não explorar todas as possibilidades.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		outras Instituições.							
11	Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.						Modelo de outra instituição obtido no <i>Benchmarking</i> não ser aderente, aplicável, à realidade do Sisema (contexto geográfico, empresarial, econômico, político, tecnológico, sistemas, etc).		
11	Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.						Atraso da realização do benchmarking.		
11	Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
11	Realizar benchmarking dos modelos de regularização ambiental.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
12	Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.	Com base no <i>benchmarking</i> realizado na atividade anterior e no diagnóstico obtido por meio do Produto 1, as empresas irão propor melhorias nos processos de regularização ambiental desenhando o novo fluxo (macrofluxo), conforme detalhado no Projeto Executivo.	Otimizar os processos de regularização ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER STI DGTA IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete SEPLAG	Compõe Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Empresa apresentar proposta não aderente à realidade do Sisema ou à atual política pública ambiental.		Criação de uma diretriz de como o produto deve ser apresentado (forma e conteúdo).
12	Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.						Proposta com subestimativa das possíveis melhorias que seriam necessárias.		
12	Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.						Apresentação de um produto raso – Formato de apresentação do produto estar sem fundamentação suficiente ou em linguagem de difícil compreensão.		
12	Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
12	Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
12	Construir a visão de futuro de proposta de novo modelo.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.	Com base no Diagnóstico (produto 1) e na visão de novo modelo e macrofluxo de regularização ambiental (compõe o produto 2), as empresas de consultoria irão propor melhorias e a racionalização dos atos normativos, otimizando as categorias existentes.	Aprimorar e racionalizar os atos normativos.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.		Orientar que as empresas utilizem a cartilha que o Estado possui para redação de normas.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.						Simplificar procedimentos relevantes que não deveriam ser simplificados, sob o pretexto de racionalizar.		
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.						Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.		
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.						Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.		
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
13	Propor redefinição da estrutura de atos normativos.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
14	Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.	Com base no Diagnóstico (produto 1) e na visão de novo modelo e macrofluxo de regularização ambiental (produto 2), as empresas de consultoria irão propor melhorias e a racionalização dos atos normativos.	Aprimorar e racionalizar os atos normativos.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).		
14	Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.						Apresentação de proposta não aderente à atual estrutura administrativa e quadro de carreira		
14	Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim						Não identificação de possíveis melhorias.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	como soluções de coordenação.								
14	Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.						Atraso da realização da atividade.		
14	Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
14	Identificar melhorias para otimizar responsabilidades dos atores, assim como soluções de coordenação.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
15	Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.	As empresas de consultoria irão mapear os atores e suas responsabilidades para propor melhorias e soluções de coordenação.	Aprimorar e racionalizar as funções dos atores.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).		
15	Identificar melhorias para otimizar						Não identificação de possíveis melhorias.		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	processos de regularização.								
15	Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.						Simplificar procedimentos relevantes que não deveriam ser simplificados, sob o pretexto de racionalizar.		
15	Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.						Atraso da realização da atividade.		
15	Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
15	Identificar melhorias para otimizar processos de regularização.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
16	Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.	As empresas de consultoria irão mapear e identificar melhorias que promovam a otimização das tecnologias de suporte.	Otimizar as tecnologias de suporte.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER STI IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores	Compõe Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Não identificação de possíveis melhorias.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
					das URGAs FEAM: Gabinete				
16	Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.						Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).		
16	Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.						Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.		
16	Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.						Atraso da realização da atividade.		
16	Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
16	Identificar melhorias para otimizar tecnologias de suporte.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	As empresas de consultoria irão mapear e identificar oportunidades de melhorias que promovam a otimização da estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	Otimizar a estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUPRAM'S ASGER STI ASCOM IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.		
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.						Não identificação de possíveis melhorias.		
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.						Não utilizar as diretrizes de simplificação previstas na Lei Federal 13.726/2018		
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.						Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).		
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	atendimento do setor regulado.								
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
17	Identificar melhorias para otimizar estratégia de comunicação e atendimento do setor regulado.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
18	Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).	Com base no diagnóstico realizado até o momento, as empresas de consultoria irão consolidar as informações obtidas em relatório para apresentar a proposta do novo modelo e macrofluxo da regularização ambiental (produto 2), com a identificação das estratégias de otimização. Após a apresentação pelas empresas	Apresentar a proposta de Novo Modelo e Macrofluxo da Regularização Ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN ASGER STI ASCOM IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 2.							
18	Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).						Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		
18	Apresentar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).						Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		
19	Analisar e aprovar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 2 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 2.	Aprovar a proposta de Novo Modelo e Macrofluxo da Regularização Ambiental.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 2 – Proposta de Novo Modelo e o macrofluxo de Regularização Ambiental.	Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
19	Analisar e aprovar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
19	Analisar e aprovar proposta do Produto 2 (Proposta de novo modelo de Regularização Ambiental e Macrofluxo).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor		
20	Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.	Empresas de consultoria irão mapear, identificar e analisar os instrumentos regulatórios atualmente vigentes afetos à regularização ambiental.	Mapear o regime jurídico aplicado aos processos de regularização ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 3 – Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de regularização ambiental.	Não mapear todos os instrumentos regulatórios vigentes.		
20	Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.						Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.		
20	Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.						Realizar análise com qualidade abaixo do esperado de		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
							modo simplificado ou equivocado.		
20	Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.						Atraso da realização da atividade.		
20	Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
20	Identificar e analisar instrumentos regulatórios da regularização ambiental.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
21	Classificar atos normativos (por status, tipo, pertinência temática) e estabelecer as relações existentes entre eles.	Empresas de consultoria irão classificar os atos normativos, identificando status, tipo, pertinência temática e estabelecendo as relações existentes entre eles.	Classificar os atos normativos aplicados aos processos de regularização ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento o Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 3 – Classificação dos atos normativos aplicados aos processos de regularização ambiental.	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo incorreto ou incompleto.		
21	Classificar atos normativos (por status, tipo, pertinência temática)						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	e estabelecer as relações existentes entre eles.								
21	Classificar atos normativos (por status, tipo, pertinência temática) e estabelecer as relações existentes entre eles.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
21	Classificar atos normativos (por status, tipo, pertinência temática) e estabelecer as relações existentes entre eles.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
22	Identificar e analisar problemas regulatórios existentes na regularização ambiental.	Empresas de consultoria irão analisar o regime jurídico e atos normativos vinculados, de modo a identificar e apontar eventuais problemas regulatórios existentes na regularização ambiental (a exemplo de: possível sobreposição de normas; possíveis normas defasadas ainda vigentes; possíveis normas baseadas em outras normas já revogadas).	Apresentar uma análise sobre a aplicação das normas.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 3 – Análise sobre a aplicação das normas.	Analisar os instrumentos normativos vigentes de modo incorreto ou incompleto.		
22	Identificar e analisar problemas regulatórios existentes na regularização ambiental.						Deixar de identificar sobreposição de normas; possíveis normas defasadas ainda vigentes; possíveis normas baseadas em outras normas já revogadas.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
22	Identificar e analisar problemas regulatórios existentes na regularização ambiental.						Não ter acesso, em tempo hábil e de forma completa, a todos os documentos necessários para a execução da atividade.		
22	Identificar e analisar problemas regulatórios existentes na regularização ambiental.						Atraso da realização da atividade.		
22	Identificar e analisar problemas regulatórios existentes na regularização ambiental.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
22	Identificar e analisar problemas regulatórios existentes na regularização ambiental.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.	Com base na análise sobre a aplicação das normas e eventuais problemas regulatórios identificados, as empresas de consultoria irão elaborar uma listagem preliminar dos atos normativos em que há necessidade de revogação.	Identificar as normas infralegais passíveis de revogação, em função da revisão normativa.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 3 – Listagem preliminar dos atos normativos com necessidade de revogação.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.		
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.						Propor revogação indevida de norma infralegal.		
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.						Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.		
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.						Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.		
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
23	Elaborar listagem preliminar de atos com necessidade de revogação.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
24	Estudar alternativas regulatórias.	Com base nos mapeamentos já realizados, eventuais problemas regulatórios identificados e os resultados de <i>benchmarking</i> , as empresas de consultoria irão apresentar estudos de alternativas regulatórias.	Levantar as alternativas regulatórias para aumentar a segurança jurídica para todos os envolvidos (analistas, setor regulado, requerentes, sociedade).	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP SUPRAM'S ASGER IEF: DCMG Supervisores das URFBio's IGAM: DPLR Coordenadores das URGAs FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 3 – Estudo das alternativas regulatórias.	Apresentar estudos de realidades incompatíveis à presenciada no quadro natural do Estado de Minas Gerais.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
24	Estudar alternativas regulatórias.						Apresentar estudos de realidades administrativas ou jurídicas incompatíveis à presenciada no Estado de Minas Gerais.		
24	Estudar alternativas regulatórias.						Atraso da realização da atividade.		
24	Estudar alternativas regulatórias.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
24	Estudar alternativas regulatórias.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
25	Apresentar proposta do Produto 3 (Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental).	Com base no diagnóstico realizado, até o momento, as empresas de consultoria irão consolidar as informações obtidas em relatório para apresentar a proposta de mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de	Apresentar a proposta de mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de regularização ambiental, no intuito de aumentar a segurança jurídica.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 3 – Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		regularização ambiental (produto 3), com a identificação das estratégias de aumentar a segurança jurídica. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 3.							
25	Apresentar proposta do Produto 3 (Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental).						Produto 3 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		
25	Apresentar proposta do Produto 3 (Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental).						Produto 3 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
26	Analisar e aprovar proposta do Produto 3 (Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 3 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 3.	Aprovar a proposta de Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 3 – Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental.	Produto 3 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		
26	Analisar e aprovar proposta do Produto 3 (Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
26	Analisar e aprovar proposta do Produto 3 (Mapeamento do regime jurídico aplicado aos processos de Regularização Ambiental).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.	As empresas de consultoria irão realizar reuniões setoriais com o setor regulado (ex: mineração, industriais, infraestrutura, agrossilvopastoril, etc), para aprofundamento das alternativas regulatórias.	Dar transparência aos atos e ouvir os setores regulados para alinhamento e discussões das alternativas regulatórias.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 4 – alternativas regulatórias após resultado das reuniões com os setores regulados. Atas das reuniões com os setores regulados.	Deixar de ouvir algum setor regulado.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Realizar número insuficiente de reuniões.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Atraso da realização da atividade.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
							o, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
27	Realizar reuniões setoriais para aprofundamento das alternativas regulatórias com o setor regulado.						Apresentar propostas pelo setor regulado que não guardem pertinência com a definição pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.		
28	Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.	Com base nas discussões com os atores internos e com o setor regulado e com os problemas identificados, as empresas de consultoria irão apresentar as propostas de alternativas regulatórias.	Levantar as alternativas regulatórias e apresentá-las.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 4 – alternativas regulatórias após resultado das reuniões com os setores regulados e discussões com os atores internos.	Não haver isonomia na inclusão das demandas viáveis trazidas pelos setores regulados.		
28	Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.						Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.		
28	Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.						Deixar de propor alternativas regulatórias.		
28	Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
28	Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
28	Definir alternativas regulatórias a serem adotadas.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.	As empresas de consultoria irão elaborar e apresentar minutas de diplomas legais com as normas e atos autorizativos consolidados.	Apresentar minutas de diplomas legais com as normas e atos autorizativos consolidados.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe o Produto 4 – minutas de diplomas legais com normas e atos autorizativos consolidados.	Apresentar proposta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.		
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.						Atraso da realização da atividade.		
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.						Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.		
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.								
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.								
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.								



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
29	Propor minuta de diploma legal com normas e atos autorizativos consolidados.								
30	Realizar consulta pública.	O Sisema irá realizar "consulta pública" com representantes das sociedades civis, provavelmente de modo <i>online</i> e em formato de questionário, com espaços para contribuições por escrito.	Dar transparência aos atos e ouvir as contribuições da sociedade para otimização do regime jurídico aplicado aos processos de regularização ambiental.	Sisema: Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento	Empresas de consultoria ASGER SURAM NUNOP IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Compõe o Produto 4 – resultado da consulta popular.	Ausência ou baixa participação popular.		
30	Realizar consulta pública.						Comprometimento da compilação e análise, pela participação popular em número elevado		
30	Realizar consulta pública.						Frustração por parte da sociedade quando suas contribuições não forem contempladas.		
30	Realizar consulta pública.						Não haver isonomia na análise das contribuições pela sociedade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
30	Realizar consulta pública.						Impedimentos tecnológicos inviabilizando ou dificultando a participação popular.		
30	Realizar consulta pública.						Atraso da realização da atividade.		
30	Realizar consulta pública.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
30	Realizar consulta pública.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
31	Apresentar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos).	Considerando os mapeamentos realizados, diagnósticos obtidos, discussões com os atores internos e setor regulado, resultado da consulta pública, as empresas de consultoria irão apresentar propostas das minutas de	Apresentar a Proposta de Produto 4.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 4 – Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		normas infralegais pertinentes aos processos de regularização ambiental. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 4.							
31	Apresentar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos).						Produto 4 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		
31	Apresentar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos).						Produto 4 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		
31	Apresentar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos).						Atraso da realização da atividade.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
31	Apresentar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos).						Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		
31	Apresentar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos).						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.
32	Analisar e aprovar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de regularização ambiental e atos autorizativos).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 4 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 4.	Aprovar a proposta das minutas de normas infralegais relativas aos processos de regularização ambiental e atos autorizativos.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 4 – Minutas de normas relativas aos processos de Regularização Ambiental e atos autorizativos.	Produto 4 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		
32	Analisar e aprovar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de regularização ambiental e atos autorizativos).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
32	Analisar e aprovar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de regularização ambiental e atos autorizativos).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor		
32	Analisar e aprovar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de regularização ambiental e atos autorizativos).								
32	Analisar e aprovar proposta do Produto 4 (Minutas de normas relativas aos processos de regularização ambiental e atos autorizativos).								
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.	As empresas de consultoria irão propor a listagem de eventuais atos normativos que requerem revogação expressa.	Aprimorar o conjunto de atos normativos relativos à regularização ambiental, por meio da revogação de atos normativos com necessidade de revogação expressa.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 5 - listagem final de atos normativos ainda vigentes com necessidade de revogação expressa.	Propor listagem incompleta ou abaixo do esperado.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.						Propor revogação indevida de norma infralegal.		
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.						Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.		
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.						Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.		
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.						Atraso da realização da atividade.		
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		Orientar às empresas que sejam utilizadas ferramentas de edição de arquivos online, de modo a propiciar o acompanhamento tempestivo e instantâneo pelo Comitê de Acompanhamento.



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.								
33	Propor listagem final de atos normativos com necessidade de revogação expressa.								
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.	As empresas de Consultoria irão propor minuta que consolida os atos normativos que foram revisados, bem como aqueles vigentes que necessitam de revogação por terem sido incorporados à consolidação.	Aprimorar o conjunto de atos normativos relativos à regularização ambiental, por meio da revisão e consolidação em minuta, inclusive com as revogações necessárias.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento o Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 5 - Proposição final de atos normativos consolidados, bem como lista de proposição de atos a serem revogados.	Apresentar proposta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.		
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								
34	Propor minutas de atos normativos revisados/consolidados com revogações formais dos atos incorporados à consolidação.								



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
35	Apresentar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).	Considerando o estudo dos atos normativos, que analisou as necessidades de revogação, adequação e/ou revisão de atos, é apresentada minuta de instrumento único de Regularização Ambiental. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 5.	Apresentar a Proposta de Produto 5.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 5 - Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis	Produto 5 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		
35	Apresentar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).						Produto 5 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
35	Apresentar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).						Atraso da realização da atividade.		
35	Apresentar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).						Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		
36	Analisar e aprovar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 5 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 5	Aprovar o Produto 5.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 5 - Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis	Produto 5 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
36	Analisar e aprovar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
36	Analisar e aprovar proposta do Produto 5 (Minuta de instrumento normativo único de regularização, contendo consolidações, revisões e revogações cabíveis).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor		
37	Consolidar os atos normativos previamente aprovados em um instrumento ou documento único.	As empresas irão reunir em um instrumento único ou sistematizados em instrumentos tematicamente organizados, devidamente setorizado, os novos atos normativos.	Organizar os atos normativos, em um só instrumento / documento de forma a facilitar a utilização.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 6 - Documento Único contendo os novos Termos de Referência e os revisados.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.		
37	Consolidar os atos normativos previamente aprovados em um instrumento ou documento único.						Atraso na consolidação dos atos normativos.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
37	Consolidar os atos normativos previamente aprovados em um instrumento ou documento único.						Mudança nos conteúdos previamente aprovados		
37	Consolidar os atos normativos previamente aprovados em um instrumento ou documento único.						Atraso da realização da atividade.		
37	Consolidar os atos normativos previamente aprovados em um instrumento ou documento único.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
37	Consolidar os atos normativos previamente aprovados em um instrumento ou documento único.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
38	Apresentar Proposta de Produto 6 (Instrumento ou documento único de Atos Normativos).	As empresas de Consultoria irão consolidar em um Documento Único todos os novos atos normativos. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê	Apresentar Documento Único de Atos Normativos.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 6 - Documento Único contendo os novos Atos Normativos.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		Técnico irá validar a proposta do Produto 6.							
38	Apresentar Proposta de Produto 6 (Instrumento ou documento único de Atos Normativos).						Atraso na apresentação do instrumento consolidado.		
38	Apresentar Proposta de Produto 6 (Instrumento ou documento único de Atos Normativos).						Mudança no conteúdo do instrumento consolidado.		
39	Analisar e Aprovar Produto 6 (Instrumento ou documento Único de Atos Normativos).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 6 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 6.	Aprovar Produto 6.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 6 - Documento Único contendo os novos Atos Normativos.	Aprovação de instrumento consolidado que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.		
39	Analisar e Aprovar Produto 6 (Instrumento ou documento Único de Atos Normativos).						Atraso na análise do instrumento consolidado.		
39	Analisar e Aprovar Produto 6 (Instrumento ou documento Único de Atos Normativos).								



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
40	Classificar os termos de referência por tema e ato normativo relacionado.	Partindo dos Termos de Referência existentes, as empresas de consultoria irão subdividi-los em categorias temáticas e os relacionarão aos atos normativos pertinentes.	Classificar os termos de referência de acordo com o tema e ato normativo relacionado.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 7 - Termos de Referência categorizados de acordo com tema e ato normativo relacionado.	Classificar os termos de referência de modo errado ou incompleto.		
40	Classificar os termos de referência por tema e ato normativo relacionado.						Atraso nas classificações comprometendo a entrega.		
40	Classificar os termos de referência por tema e ato normativo relacionado.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
40	Classificar os termos de referência por tema e ato normativo relacionado.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.	Partindo da análise dos atos normativos, as empresas irão identificar as exigências técnicas relacionadas a cada um deles.	Listar as exigências técnicas das normas relacionadas ao tema ou atividade objeto do Termo de Referência.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN ASGER IEF: DCMG	Compõe Produto 7 - listagem das exigências técnicas das normas por tema e/ou atividade	Identificação de exigências de modo errado ou incompleto.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
					IGAM: DPLR FEAM: Gabinete				
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.						Identificação de exigências com qualidade abaixo do esperado		
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.						Atraso nas identificações de exigências comprometendo a entrega.		
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.						Não aderência nas correções solicitadas pelos Comitês.		
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.						Atraso da realização da atividade.		
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
41	Identificar exigências técnicas de cada ato normativo.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.	As empresas de consultoria irão entrar em contato com o setor regulado para marcar reuniões com representantes dos mesmos de modo a extrair informações acerca das melhorias necessárias nos Termos de Referência afetos à Regularização Ambiental.	Dar transparência às mudanças e contar com a contribuição dos setores regulados para melhoria e elaboração dos Termos de Referência relacionados aos processos de regularização ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 7 - Consolidado das necessidades apontadas pelo setor regulado. Atas das reuniões com os setores regulados.	Deixar de ouvir algum setor regulado.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Realizar número insuficiente de reuniões.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Atraso da realização da atividade.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de atualização nos termos de referência.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
42	Realizar reuniões setoriais para levantar necessidades de						Apresentar propostas pelo setor regulado que não guardem		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	atualização nos termos de referência.						pertinência com a definição pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.		
43	Elaborar listagem de termos de referência para revisão	As empresas de consultoria irão elaborar listagem de todos os Termos de Referência existentes, que serão objeto de revisão.	Organizar os Termos de Referência existentes com vistas a revisá-los.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 7 - Listagem para revisão dos Termos de Referência.	Elaborar listagem incompleta ou com qualidade abaixo do esperado.		
43	Elaborar listagem de termos de referência para revisão						Atraso da realização da atividade.		
43	Elaborar listagem de termos de referência para revisão						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
43	Elaborar listagem de termos de referência para revisão						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
44	Elaborar listagem de novos termos de referência, a serem criados	A partir dos estudos prévios realizados pelas empresas de consultoria bem como do resultado da consulta ao setor regulado, será elaborada listagem dos Termos de Referência que deverão ser criados.	Listar os Termos de Referência que deverão ser criados.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 7 - Listagem para criação de novos Termos de Referência.	Inserir no Termo de Referência Geral atividades que devam ser tratados em Termos de Referência Específicos.		
44	Elaborar listagem de novos termos de referência, a serem criados						Atraso da realização da atividade.		
44	Elaborar listagem de novos termos de referência, a serem criados						Elaborar listagem incompleta		
44	Elaborar listagem de novos termos de referência, a serem criados						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
44	Elaborar listagem de novos termos de referência, a serem criados						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
45	Apresentar proposta do Produto 7 (Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados).	Considerando o estudo dos Termos de Referência, bem como a consulta junto aos setores regulados, analisando a necessidade de adequação e criação de Novos Termos de Referência, as empresas de Consultoria irão propor Termos de Referência para todas as atividades de licenciamento ambiental, outorga de uso de recursos hídricos e intervenção ambiental. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 7.	Apresentar a Proposta de Produto 7.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento o Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 7 - Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados	Produto 7 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		
45	Apresentar proposta do Produto 7 (Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos						Produto 7 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	TR's a serem revisados e criados).								
45	Apresentar proposta do Produto 7 (Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados).						Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		
46	Analisar e aprovar proposta do Produto 7 (Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 7 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 7.	Aprovar Produto 7.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 7 - Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados	Produto 7 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		
46	Analisar e aprovar proposta do Produto 7 (Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
46	Analisar e aprovar proposta do Produto 7 (Mapeamento das atividades passíveis de Regularização Ambiental e dos TR's a serem revisados e criados).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
47	Elaborar modelo documental para os termos de referência.	As empresas de Consultoria irão elaborar documento modelo de apresentação de Termos de referência da Regularização Ambiental já existentes.	Criar documento modelo para os Termos de Referência relativos à Regularização Ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 8 - Modelo documental dos Termos de Referência.	Apresentar modelo documental, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.		
47	Elaborar modelo documental para os termos de referência.						Atraso da realização da atividade.		
47	Elaborar modelo documental para os termos de referência.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
47	Elaborar modelo documental para os termos de referência.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
48	Revisar e aprimorar termos de referência já existentes.	As empresas de Consultoria irão revisar os Termos de Referência existentes, relacionados à Regularização Ambiental, buscando formas de aprimorá-los.	Otimizar Termos de Referência já existentes relativos à Regularização Ambiental.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 8 - Termos de Referência aprimorados.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
48	Revisar e aprimorar termos de referência já existentes.						Atraso da realização da atividade.		
48	Revisar e aprimorar termos de referência já existentes.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
48	Revisar e aprimorar termos de referência já existentes.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
49	Avaliar e propor a forma de apresentação dos estudos para serem convertidos em base SIG, compondo a IDE-Sisema.	Por meio de pesquisa e análise de adequação, as empresas de Consultoria irão propor formato de apresentações dos estudos ambientais, de forma a poderem ser convertidos em base SIG e passando a compor a plataforma IDE-Sisema.	Propor formato de apresentações dos estudos ambientais em base SIG para que possam compor a plataforma IDE.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN SUGA Comitê gestor da IDE-Sisema NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 8 - Proposição da forma de apresentação dos estudos para serem convertidos em base SIG, compondo a IDE-Sisema	Propor forma de apresentação de estudos incoerente com a base SIG.		
49	Avaliar e propor a forma de apresentação dos estudos para serem convertidos em base						Propor forma de apresentação de estudos com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	SIG, compondo a IDE-Sisema.								
49	Avaliar e propor a forma de apresentação dos estudos para serem convertidos em base SIG, compondo a IDE-Sisema.						Atraso da realização da atividade.		
49	Avaliar e propor a forma de apresentação dos estudos para serem convertidos em base SIG, compondo a IDE-Sisema.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
49	Avaliar e propor a forma de apresentação dos estudos para serem convertidos em base SIG, compondo a IDE-Sisema.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
50	Apresentar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).	As empresas de Consultoria irão consolidar o que foi levantado sobre a necessidade de revisão e atualização de Termos de Referência e apresentar documento consolidado dos mesmos. Após a apresentação pelas empresas	Apresentar a Proposta de Produto 8.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 8 - Termos de Referência existentes aprimorados	Produto 8 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 8.							
50	Apresentar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).						Produto 8 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		
50	Apresentar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).						Atraso da realização da atividade.		
50	Apresentar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).						Atraso da análise pelo Comitê Técnico.		
51	Analisar e Aprovar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 8 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 8.	Aprovar Produto 8.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 8 - Termos de Referência existentes aprimorados	Produto 8 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
51	Analisar e Aprovar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
51	Analisar e Aprovar Proposta de Produto 8 (Termos de Referência existentes aprimorados).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.		
52	Elaborar minutas dos novos Termos de Referência.	As empresas de Consultoria irão elaborar, com base no documento modelo dos Termos de Referência revisados, os novos termos de Referência referentes àqueles assuntos não abordados nos TR's aprimorados.	Criar minutas dos Novos Termos de Referência.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento o Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 9 - Minutas dos Novos Termos de Referência	Apresentar minuta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.		
52	Elaborar minutas dos novos Termos de Referência.						Atraso da realização da atividade.		
52	Elaborar minutas dos novos Termos de Referência.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
52	Elaborar minutas dos novos Termos de Referência.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
52	Elaborar minutas dos novos Termos de Referência.						Apresentar minuta que não guarde pertinência com a definição de pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.		
53	Apresentar Proposta de Produto 9 (Novos Termos de Referência para todas as atividades passíveis de regularização ambiental).	As empresas de Consultoria irão consolidar o que foi levantado sobre a necessidade de criação de novos Termos de Referência e apresentar o documento consolidado dos mesmos, de modo a contemplar, em conjunto com os Termos de Referência aprimorados, todas as atividades de licenciamento	Criar novos Termos de Referência de acordo com as necessidades levantadas.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento o Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 9 - Minutas dos Novos Termos de Referência	Produto 9 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		ambiental, outorga de uso de recursos hídricos e intervenção ambiental. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 9.							
53	Apresentar Proposta de Produto 9 (Novos Termos de Referência para todas as atividades passíveis de regularização ambiental).						Produto 9 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.		
53	Apresentar Proposta de Produto 9 (Novos Termos de Referência para todas as atividades passíveis de regularização ambiental).						Atraso da realização da atividade.		
54	Analisar e Aprovar Produto 9 (Novos Termos de Referência para todas as atividades passíveis de regularização ambiental).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 9 validada pelo Comitê Técnico, propondo	Aprovar Produto 9.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM	Produto 9 - Minutas dos Novos Termos de Referência	Produto 9 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
		adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 9.			NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.				
54	Analisar e Aprovar Produto 9 (Novos Termos de Referência para todas as atividades passíveis de regularização ambiental).						Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.		
54	Analisar e Aprovar Produto 9 (Novos Termos de Referência para todas as atividades passíveis de regularização ambiental).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.		
55	Consolidar os termos de referência em documento único.	As empresas de Consultoria irão reunir em um único documento, devidamente setorizado, os novos Termos de Referência e os revisados.	Organizar os Termos de Referência, em um só documento de forma a facilitar a utilização.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Compõe Produto 10 - Documento Único contendo os novos Termos de Referência e os revisados.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.		
55	Consolidar os termos de referência em documento único.						Atraso na consolidação dos termos de referência.		
55	Consolidar os termos de referência						Mudança nos conteúdos		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
	em documento único.						previamente aprovados		
55	Consolidar os termos de referência em documento único.						Atraso da realização da atividade.		
55	Consolidar os termos de referência em documento único.						Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.		
55	Consolidar os termos de referência em documento único.						Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê.		
56	Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Termos de Referência).	As empresas de Consultoria irão consolidar em um Documento Único todas as minutas dos Termos de Referência elaborados e revisados. Após a apresentação pelas empresas de consultoria, o Comitê Técnico irá validar a proposta do Produto 10.	Apresentar Documento Único de Termos de Referência.	Empresas de Consultorias	Comitê de Acompanhamento Comitê Técnico DEREG DATEN NUNOP ASGER IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete	Produto 10 - Documento Único contendo os novos Termos de Referência e os revisados.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Nº da atividade	Descrição Sintética	Descrição Detalhada	Objetivo	Responsável	Envolvidos	Documentos	Riscos (Identificados)	Controles (Situação Informada)	Observações
56	Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Referência).						Atraso na apresentação do instrumento consolidado.		
56	Apresentar Proposta de Produto 10 (Documento Único de Referência).						Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.		
57	Analisar e Aprovar Produto 10 (Documento Único de Referência).	Comitê Intergestor irá avaliar a proposta de Produto 10 validada pelo Comitê Técnico, propondo adequações (se necessário) e, em caso de concordância, aprovar o Produto 10.	Aprovar Produto 10.	Comitê Intergestor.	Empresas de consultoria Comitê Técnico Comitê de Acompanhamento o ASGER SURAM NUNOP Coordenadoria do Projeto IEF: DCMG IGAM: DPLR FEAM: Gabinete.	Produto 10 - Documento Único contendo os novos Termos de Referência e os revisados.	Produto 10 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.		
57	Analisar e Aprovar Produto 10 (Documento Único de Referência).						Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.		



## C. Análise de Risco – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
1	1.1	Conflito de agendas.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Atraso na execução do Projeto.	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,0	BAIXO	1,0	0,0
	1.2	Desistência da empresa em participar do Projeto.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Atraso na execução do Projeto.	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	1.3	Desistência da empresa em participar do Projeto.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Necessidade de contratação de outro Prestador de Serviço.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	5,4	MÉDIO	5,4	0,0
	1.4	Problema tecnológico.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Atraso na execução do Projeto.	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	1.5	Não compreensão da proposta.	Algum dos atores se posicionar contrariamente à proposta, trazendo muitas alterações para o Projeto.	Desgaste entre os atores envolvidos (externos e internos): dificultar interlocução por exemplo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	1.6	Não aderência do posicionamento do ator quanto à política pública de proteção ambiental do Estado.	Algum dos atores se posicionar contrariamente à proposta, trazendo muitas alterações para o Projeto.	Desgaste entre os atores envolvidos (externos e internos): dificultar interlocução por exemplo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	1.7	Falha operacional.	Possível problemas de comunicação /	Atraso na execução do Projeto (caso	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2,0	BAIXO	2,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			problemas tecnológicos.	necessário realizar outra reunião).																			
	1.8	Empresa acreditar que não irá conseguir cumprir o escopo do Projeto.	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Atraso na execução do Projeto.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
	1.9	Empresa acreditar que não irá conseguir cumprir o escopo do Projeto.	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Necessidade de contratação de outro Prestador de Serviço.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2,7	BAIXO	2,7	0,0	
	1.10	Morosidade quanto ao início da execução do Projeto (empresa assumir outro compromisso).	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Atraso na execução do Projeto.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	1.11	Morosidade quanto ao início da execução do Projeto (empresa assumir outro compromisso).	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Necessidade de contratação de outro Prestador de Serviço.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	5,4	MÉDIO	5,4	0,0
	1.12	Não compreensão da proposta.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Desgaste entre os atores envolvidos (externos e internos): dificultar interlocução por exemplo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
	1.13	Não aderência do posicionamento de	Fragilidades no alinhamento interno	Desgaste entre os atores envolvidos	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		algum membro dos Comitês quanto às propostas de Produtos no âmbito do Projeto.	do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	(internos): dificultar interlocução por exemplo.																			
	1.14	Falha de comunicação.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Desgaste entre os atores envolvidos (internos): dificultar interlocução por exemplo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	1.15	Não compreensão da proposta.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Perda de qualidade dos produtos finais	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0
	1.16	Não aderência do posicionamento de algum membro dos Comitês quanto às propostas de Produtos no âmbito do Projeto.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do	Perda de qualidade dos produtos finais	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc	P	I	Rc				
			trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.																				
	1.17	Falha de comunicação.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Perda de qualidade dos produtos finais	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0
	1.18	Não compreensão da proposta.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Morosidade da entrega final dos produtos.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
	1.19	Não aderência do posicionamento de algum membro dos Comitês quanto às propostas de Produtos no âmbito do Projeto.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Morosidade da entrega final dos produtos.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	1.20	Falha de comunicação.	Fragilidades no alinhamento interno do Sisema (entre as casas) quanto às expectativas, produtos do trabalho e desenvolvimento do Projeto em geral.	Morosidade da entrega final dos produtos.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
2	2.1	Compreensão superficial dos atores.	Deixar de mapear algum ator.	Ausência de avaliação técnica pela respectiva unidade competente (lacuna de qualidade).	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	1	3	8,7	MÉDIO	8,7	Avaliação pelos Comitês. Primeiro pelo Comitê de Acompanhamento Segundo pelo Comitê Técnico.
	2.2	Compreensão superficial quanto à complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Deixar de mapear algum ator.	Ausência de avaliação técnica pela respectiva unidade competente (lacuna de qualidade).	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	1	2	5,8	MÉDIO	5,8	
	2.3	Compreensão superficial dos atores.	Deixar de mapear algum ator.	Atraso na execução do Projeto (retrabalho).	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	
	2.4	Compreensão superficial quanto à complexidade da	Deixar de mapear algum ator.	Atraso na execução do Projeto (retrabalho).	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		estrutura orgânica do Sisema.																					
	2.5	Compreensão superficial dos atores.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	8,4	MÉDIO	8,4	0,0
	2.6	Compreensão superficial quanto à complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	5,6	MÉDIO	5,6	
	2.7	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	8,4	MÉDIO	8,4	
	2.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	5,6	MÉDIO	5,6	0,0
	2.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	5,6	MÉDIO	5,6	
	2.10	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	5,6	MÉDIO	5,6	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
				Projeto como um todo.																			
	2.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,8	BAIXO	2,8	0,0	
	2.12	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	5,6	MÉDIO	5,6	0,0
3	3.1	Compreensão superficial da complexidade dos grupos e tipos de regularização.	Deixar de mapear algum grupo ou tipo de regularização.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso na execução do Projeto (retrabalho).	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,8	BAIXO	2,8	Avaliação pelos Comitês de Acompanhamento e Técnico.	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
3.2	Compreensão superficial da complexidade dos grupos e tipos de regularização.	Deixar de mapear algum grupo ou tipo de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Não ser realizada a análise do respectivo Grupo ou tipo de regularização que deixou de ser mapeado.	1	7	7	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1	3	3	4,1	BAIXO	4,1		
3.3	Compreensão superficial da complexidade dos grupos e tipos de regularização.	Deixar de mapear algum grupo ou tipo de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Lacuna(s) – grupo ou tipo de regularização não contemplado no produto final.	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3,6	BAIXO	3,6		
3.4	Compreensão superficial quanto à complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
3.5	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8		
3.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Projeto como um todo.																				
3.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
3.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
3.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
3.10	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			avaliação pelo Comitê .																				
4	4.1	Receio do ator assumir algo que julga complexo (devido à própria robustez do Projeto).	Fuga de responsabilidades. Algum ator interno não assumir a responsabilidade a que lhe foi atribuída.	Não ter um produto qualitativamente adequado.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	4.2	Zonas de incerteza de competência (dificuldade de delimitação da competência das diversas unidades).	Fuga de responsabilidades. Algum ator interno não assumir a responsabilidade a que lhe foi atribuída.	Não ter um produto qualitativamente adequado.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	
	4.3	Receio do ator assumir algo que julga complexo (devido à própria robustez do Projeto).	Fuga de responsabilidades. Algum ator interno não assumir a responsabilidade a que lhe foi atribuída.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	
	4.4	Zonas de incerteza de competência (dificuldade de delimitação da competência das diversas unidades).	Fuga de responsabilidades. Algum ator interno não assumir a responsabilidade a que lhe foi atribuída.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
4.5	Compreensão superficial dos atores.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	0,0	
4.6	Compreensão superficial quanto às competências das unidades do Sisema.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	0,0	
4.7	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	0,0	
4.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
4.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
4.10	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
4.11	Compreensão superficial da complexidade dos processos de regularização ambiental.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado.	4	3	12	4	3	12	4	2	8	4	3	12	4	3	12	11,0	ALTO	11,0	0,0	
4.12	Compreensão superficial da complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, das responsabilidades dos atores no processo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado.	4	3	12	4	3	12	4	2	8	4	3	12	4	3	12	11,0	ALTO	11,0	0,0	
4.13	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0	
4.14	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .																				
5	5.1	Volume elevado e a complexidade do conteúdo das normas que se referem à regularização.	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto 1 abaixo do esperado.	4	5	20	4	1	4	4	1	4	4	5	20	4	5	20	12,6	ALTO	12,6	0,0
	5.2	Volume elevado e a complexidade do conteúdo das normas que se referem à regularização.	Deixar de mapear alguma etapa, algum tipo ou tipos agrupados de regularização.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Qualidade do produto final abaixo do esperado, o qual subsidiará a análise dos processos de regularização ambiental pelos analistas/gestores ambientais.	4	5	20	4	1	4	4	1	4	4	5	20	4	5	20	12,6	ALTO	12,6	
	5.3	Empresa possuir critérios diferentes para realizar os agrupamentos.	Realizar agrupamentos de forma que não atenda às expectativas	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação				
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico							
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					P
			(aderente ao que o Sisema espera).	Projeto como um todo (retrabalho).																				
	5.4	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2		0,0
	5.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2		0,0
	5.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2		0,0
	5.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1		0,0
	5.8	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1		0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			avaliação pelo Comitê .																				
	5.9	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
6	6.1	Dificuldade de identificação de um sistema devido a grande quantidade de sistemas utilizados.	Deixar de mapear algum sistema ou ferramenta tecnológica.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	4,0	BAIXO	4,0	0,0
	6.2	Dificuldade de identificação de um sistema devido a grande quantidade de sistemas utilizados.	Deixar de mapear algum sistema ou ferramenta tecnológica.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo (retrabalho).	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	
	6.3	Dificuldade de identificação de um sistema ou funcionalidade devido a	Atribuir equivocadamente alguma	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com	2	7	14	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	8,0	MÉDIO	8,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		grande quantidade de sistemas utilizados e respectivas funcionalidades.	funcionalidade ao respectivo sistema.	qualidade abaixo do esperado ou incompleto.																			
	6.4	Dificuldade de identificação de um sistema ou funcionalidade devido a grande quantidade de sistemas utilizados e respectivas funcionalidades.	Atribuir equivocadamente alguma funcionalidade ao respectivo sistema.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo (retrabalho).	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	
	6.5	Grande quantidade de sistemas utilizados e respectivas funcionalidades.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
	6.6	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	
	6.7	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	6.8	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
		extraordinárias) do Comitê.		Projeto como um todo.																			
6.9	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0	
6.10	Empresa não ter o conhecimento quanto à descontinuidade do sistema, tendo em vista ser um agente externo.	Mapear um sistema que foi ou será descontinuado	Trabalho inócuo (desperdício de força de trabalho).	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	8,8	MÉDIO	8,8	0,0	
6.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
6.12	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			avaliação pelo Comitê .																				
7	7.1	Dificuldade de identificação devido a grande quantidade de canais/formas de comunicação com o público externo.	Deixar de mapear algum canal/forma de comunicação.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0
	7.2	Dificuldade de identificação devido a grande quantidade de canais/formas de comunicação com o público externo.	Deixar de mapear algum canal/forma de comunicação.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo (retrabalho).	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	
	7.3	Dificuldade de identificação devido a grande quantidade de canais/formas de comunicação com o público externo.	Atribuir equivocadamente a funcionalidade de um canal de comunicação.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0
	7.4	Dificuldade de identificação devido a grande quantidade de canais/formas de comunicação com o público externo.	Atribuir equivocadamente a funcionalidade de um canal de comunicação.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo (retrabalho).	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
7.5	Empresa não ter o conhecimento quanto à descontinuidade do canal/forma de comunicação, tendo em vista ser um agente externo.	Mapear um canal/forma de comunicação que foi ou será descontinuada.	Trabalho inócuo (desperdício de força de trabalho).	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0	
7.6	Grande quantidade de sistemas utilizados e respectivas funcionalidades.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0	
7.7	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização do mapeamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0	
7.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
7.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		
7.10	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Projeto como um todo.																				
	7.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
	7.12	Complexidade do mapeamento a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0
8	8.1	Dificuldade de identificação devido à complexidade de normas, de atores, de processos e dos termos de referência.	Não ser feita a identificação completa, tanto quantitativa, quanto qualitativa, dos gargalos e dores existentes.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	5	7	35	5	1	5	5	1	5	5	5	25	5	5	25	20,0	ALTO	20,0	0,0
	8.2	Possível análise enviesada pela	Deixar de constar elementos	(Não detectado pelo Comitê de	1	7	7	1	3	3	1	3	3	1	5	5	1	5	5	4,9	BAIXO	4,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		empresa: intenção da empresa em privilegiar ou prejudicar algum setor.	mapeados no relatório consolidado.	Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.																			
	8.3	Falta de atenção.	Deixar de constar elementos mapeados no relatório consolidado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	4,0	BAIXO	4,0	
	8.4	Quantificação inadequada do trabalho a ser realizado.	Atraso da realização da identificação dos gargalos e consolidação dos mapeamentos.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	8.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	8.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	
	8.7	Discordância entre os membros do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		quanto ao conteúdo dos produtos.		Projeto como um todo.																			
	8.8	Alinhamento mal feito na reunião de kick off.	Análise realizada de modo equivocado ou que não cumpra as expectativas do Sisema.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 1 com qualidade abaixo do esperado ou incompleto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0
	8.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	8.10	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
9	9.1	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	9.2	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	
	9.3	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	
	9.4	Baixa qualidade do produto	Produto 1 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	9.5	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 1.	Produto 1 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	9.6	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 1.	Produto 1 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	0,0
10	10.1	Não aderência do Produto 1 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 1 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	10.2	Qualidade insuficiente do Produto 1 (formato, linguagem, etc)	Produto 1 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	10.3	Qualidade insuficiente do Produto 1 (formato, linguagem, técnica etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	10.4	Não aderência do Produto 1 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			execução do Projeto como um todo.																				
	10.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
	10.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	10.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
11	11.1	Escolha equivocada das Instituições para realização do benchmarking.	Realizar um levantamento raso, não explorar todas as possibilidades.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Baixa qualidade da entrega do produto.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	11.2	Escolha enviesada das Instituições para a realização do benchmarking.	Realizar um levantamento raso, não explorar todas as possibilidades.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	7	7	1	3	3	1	3	3	1	5	5	1	5	5	4,9	BAIXO	4,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
11.3	Escolha enviesada e/ou equivocada das Instituições para a realização do benchmarking.	Modelo de outra instituição obtido no Benchmarking não ser aderente, aplicável, à realidade do Sisema (contexto geográfico, empresarial, econômico, político, tecnológico, sistemas, etc).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 2 subutilizado.	4	7	28	4	3	12	4	3	12	4	5	20	4	5	20	19,7	ALTO	19,7	0,0	
11.4	Resistência das Instituições para a colaboração na realização do benchmarking	Atraso da realização do benchmarking.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0	
11.5	Realização do dimensionamento do tempo necessário para ação de maneira inadequada.	Atraso da realização do benchmarking.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	0,0	
11.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
11.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		extraordinárias) do Comitê.		Projeto como um todo.																			
	11.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	11.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	11.10	Complexidade do benchmarking a ser realizado.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
12	12.1	Benchmarking realizado de maneira inadequada.	Empresa apresentar proposta não aderente à	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	5	15	9,5	MÉDIO	9,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			realidade do Sisema ou à atual política pública ambiental.	adequação do produto às realidades das políticas públicas mineiras																			
	12.2	Benchmarking realizado de maneira inadequada.	Empresa apresentar proposta não aderente à realidade do Sisema ou à atual política pública ambiental.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	5	15	9,5	MÉDIO	9,5	0,0
	12.3	Análise inadequada do Produto 1	Proposta com subestimativa das possíveis melhorias que seriam necessárias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade adequação do produto às realidades das políticas públicas mineiras	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	3,2	BAIXO	3,2	0,0
	12.4	Benchmarking realizado de maneira inadequada.	Proposta com subestimativa das possíveis melhorias que seriam necessárias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade adequação do produto às realidades das políticas públicas mineiras	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	5	15	9,5	MÉDIO	9,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
	12.5	Análise inadequada do Produto 1	Proposta com subestimativa das possíveis melhorias que seriam necessárias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	3,2	BAIXO	3,2	0,0
	12.6	Benchmarking realizado de maneira inadequada.	Proposta com subestimativa das possíveis melhorias que seriam necessárias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	5	15	9,5	MÉDIO	9,5	0,0
	12.7	Desempenho insuficiente ou abaixo do esperado da equipe responsável pela execução.	Apresentação de um produto raso – Formato de apresentação do produto estar sem fundamentação suficiente ou em linguagem de difícil compreensão.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Necessidade de retrabalho para adequação do produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	6,3	MÉDIO	6,3	0,0
	12.8	Desempenho insuficiente ou abaixo do esperado da equipe responsável pela execução.	Apresentação de um produto raso – Formato de apresentação do produto estar sem fundamentação	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	6,3	MÉDIO	6,3	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			suficiente ou em linguagem de difícil compreensão.	Projeto como um todo.																			
	12.9	Compreensão insuficiente quanto à complexidade da estrutura orgânica do Sisema.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
	12.10	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	
	12.11	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	12.12	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	
	12.13	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	
	12.14	Morosidade da empresa na apresentação da	Empresa não apresentar a evolução do	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Projeto como um todo.																			
	12.15	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	
13	13.1	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Proposição normativa incompatível com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	5	15	12,0	ALTO	12,0	0,0



Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG  
Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC  
Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.																				
	13.2	Falta de experiência na elaboração / proposição de normas	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Proposição normativa incompatível com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	5	7	35	5	1	5	5	1	5	5	5	25	5	5	25	20,0	ALTO	20,0	
	13.3	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Apresentação de proposta não aderente juridicamente: não adequação à normativa – conteúdo não adequado à legislação, formato de texto não adequado às	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	5	10	8,2	MÉDIO	8,2	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			normas jurídicas, deixar de realizar (ou realizar de modo insuficiente) a análise de impacto regulatório.																				
	13.4	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Simplificar procedimentos relevantes que não deveriam ser simplificados, sob o pretexto de racionalizar.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	5	10	9,8	MÉDIO	9,8	0,0
	13.5	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	5	10	9,8	MÉDIO	9,8	0,0
	13.6	Possíveis conflitos de interesse entre as representações	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação	Atraso no cronograma para execução do	5	7	35	5	3	15	5	1	5	5	3	15	5	3	15	21,0	ALTO	21,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		políticas no Poder Legislativo	(Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Projeto como um todo.																			
	13.7	Possíveis conflitos de interesse entre as representações políticas no Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Mudança no texto, pelo Poder Legislativo, que impacte negativamente nas políticas públicas ambientais	5	7	35	5	3	15	5	1	5	5	3	15	5	5	25	21,6	ALTO	21,6	
	13.8	Dificuldades de interlocução com o Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) – depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	3	9	3	3	9	10,1	ALTO	10,1	
	13.9	Dificuldades de interlocução com o Poder Legislativo	Dificuldades de aprovação das novas propostas de legislação (Governança) –	Mudança no texto, pelo Poder Legislativo, que impacte negativamente nas	3	7	21	3	3	9	3	1	3	3	5	15	3	3	9	13,0	ALTO	13,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação				
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico							
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					P
			depende de outras instâncias – PL pode não ser aprovado ou ser modificado.	políticas públicas ambientais																				
	13.10	Compreensão insuficiente quanto à complexidade da estrutura normativa dos processos de regularização	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2		0,0
	13.11	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2		
	13.12	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		0,0
	13.13	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		
	13.14	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
13.15	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
13.16	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0	
14	14.1	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	14.2	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente técnica e	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento)	2	7	14	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	7,5	MÉDIO	7,5	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
			operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	Produto subutilizado																			
	14.3	Conhecimento insuficiente da estrutura do Sisema dos processos de regularização e tecnologia	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	9,1	MÉDIO	9,1	
	14.4	Conhecimento insuficiente da estrutura do Sisema dos processos de regularização e tecnologia	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	11,3	ALTO	11,3	
	14.5	Análise equivocada do Produto 1 e sua incompatibilidade com o quadro de carreira do Sisema	Apresentação de proposta não aderente à atual estrutura administrativa e quadro de carreira	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Não conseguir absorver a execução das atividades de regularização com o atual quadro de carreira do Sisema	4	7	28	4	1	4	4	1	4	4	3	12	4	3	12	15,0	ALTO	15,0	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
14.6	Análise equivocada do Produto 1 e 2	Não identificação de possíveis melhorias.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0	
14.7	Compreensão insuficiente quanto à complexidade da estrutura normativa dos processos de regularização	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
14.8	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9		
14.9	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
14.10	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		
14.11	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
14.12	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
14.13	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0	
15	15.1	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	15.2	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente técnica e	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento)	2	7	14	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	7,5	MÉDIO	7,5	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	Produto subutilizado																			
	15.3	Conhecimento insuficiente da estrutura do Sisema dos processos de regularização e tecnologia	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	9,1	MÉDIO	9,1	
	15.4	Conhecimento insuficiente da estrutura do Sisema dos processos de regularização e tecnologia	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	11,3	ALTO	11,3	
	15.5	Análise equivocada do Produto 1 e 2	Não identificação de possíveis melhorias.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	15.6	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Simplificar procedimentos relevantes que não deveriam ser simplificados, sob o pretexto de racionalizar.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	9,4	MÉDIO	9,4	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
15.7	Compreensão insuficiente quanto à complexidade da estrutura normativa dos processos de regularização	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
15.8	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		
15.9	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
15.10	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		
15.11	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		
15.12	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		(não cumprimento dos prazos estipulados).	Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .																				
	15.13	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
16	16.1	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Não identificação de possíveis melhorias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	16.2	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
16.3	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	1	7	7	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8		
16.4	Falta de conhecimento acerca das limitações orçamentárias do estado.	Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado	4	7	28	4	1	4	4	1	4	4	3	12	4	3	12	15,0	ALTO	15,0	0,0	
16.5	Falta de conhecimento acerca das limitações orçamentárias do estado.	Apresentação de proposta com custos elevados que não sejam compatíveis orçamentariamente.	Frustração quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	4	7	28	4	1	4	4	1	4	4	3	12	4	3	12	15,0	ALTO	15,0		
16.6	Compreensão insuficiente quanto à complexidade da estrutura operacional dos processos de regularização	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2		0	2		0	2	1	2	3,1	BAIXO	3,1	0,0	
16.7	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3		0	3	1	3	5,3	MÉDIO	5,3		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
16.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		
16.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		
16.10	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
16.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
16.12	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .																				
17	17.1	Análise enviesada quando da proposta de construção dos atos normativos	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	17.2	Falta de conhecimento das empresas quanto às normas e políticas de transparência e proteção de dados do Estado.	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	8,8	MÉDIO	8,8	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		pública definida pelo Governo.																					
17.3	Elaboração do Produto 1 de modo inadequado.	Não identificação de possíveis melhorias.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0	
17.4	Falta de conhecimento e/ou dificuldade de utilização das diretrizes de simplificação.	Não utilizar as diretrizes de simplificação previstas na Lei Federal 13.726/2018	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Falta de aderência com as políticas públicas.	4	5	20	4	1	4	4	1	4	4	3	12	4	3	12	11,7	ALTO	11,7	0,0	
17.5	Falta de conhecimento e/ou dificuldade de utilização das diretrizes de simplificação.	Não utilizar as diretrizes de simplificação previstas na Lei Federal 13.726/2018	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Criação de procedimentos que não sejam simplificados (burocracia desnecessária).	4	5	20	4	1	4	4	1	4	4	3	12	4	5	20	12,1	ALTO			
17.6	Não aderência do Produto 1 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			de operacionalizar, por exemplo).	Projeto como um todo.																			
17.7	Utilização de ferramentas de comunicação que não alcancem todos os destinatários da política pública.	Apresentação de proposta não aderente técnica e operacionalmente (não ser possível de operacionalizar, por exemplo).	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto que não irá atender as expectativas da sociedade no usufruto da política pública.	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	3	9	3	5	15	10,4	ALTO			
17.8	Compreensão insuficiente quanto à complexidade da estrutura de comunicação dos processos de regularização	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		0,0
17.9	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO			
17.10	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5		0,0
17.11	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO			



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		extraordinárias) do Comitê.		Projeto como um todo.																			
	17.12	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO		
	17.13	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	17.14	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
18	18.1	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
				Projeto como um todo.																			
	18.2	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	18.3	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	5	3	15	5	1	5	5	1	5	5	1	5	5	1	5	9,2	MÉDIO	9,2	0,0
	18.4	Baixa qualidade do produto	Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	4	3	12	4	1	4	4	1	4	4	5	20	4	3	12	8,8	MÉDIO	8,8	
	18.5	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	5	15	9,1	MÉDIO	9,1	
	18.6	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	5	15	11,6	ALTO	11,6	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	18.7	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 2.	Produto 2 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto 2 subutilizado.	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	5	15	11,6	ALTO	11,6	0,0
19	19.1	Não aderência do Produto 2 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0
	19.2	Produto 2 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem etc)	Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0
	19.3	Não aderência do Produto 2 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Frustração quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	19.4	Produto 2 abaixo das expectativas do Comitê	Produto 2 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Frustração quanto	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	6,1	MÉDIO	6,1	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação				
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico							
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada	
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					P
		Intergestor (formato, linguagem, técnica etc)		à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.																				
	19.5	Produto 2 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
	19.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
	19.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
	19.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
20	20.1	Falta de conhecimento e/ou de habilidade em mapear a totalidade	Não mapear todos os instrumentos regulatórios vigentes.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	8,8	MÉDIO	8,8	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		dos instrumentos regulatórios vigentes.		subutilizado ou inutilizado .																			
	20.2	Falta de conhecimento e/ou de habilidade em mapear a totalidade dos instrumentos regulatórios vigentes.	Não mapear todos os instrumentos regulatórios vigentes.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	6,6	MÉDIO	6,6	
	20.3	Mudança de diretriz governamental (alterações de legislação) em relação à política de regularização ambiental.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	9,1	MÉDIO	9,1	0,0
	20.4	Mudança de diretriz governamental (alterações de normas infralegais) em relação à política de regularização ambiental.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	4	5	20	4	1	4	4	1	4	4	5	20	4	3	12	12,2	ALTO	12,2	
	20.5	Falta ou falha de articulação no que tange às mudanças de diretrizes governamentais, tendo em vista alterações de normas legais.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	6,1	MÉDIO	6,1	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
20.6	Falta ou falha de articulação no que tange às mudanças de diretrizes governamentais, tendo em vista alterações de normas infralegais.	Ocorrer alterações normativas no decorrer do projeto.	Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	9,1	MÉDIO	9,1		
20.7	Falta de conhecimento e/ou de habilidade em analisar com qualidade os instrumentos regulatórios da regularização.	Realizar análise com qualidade abaixo do esperado de modo simplificado ou equivocado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0	
20.8	Compreensão insuficiente quanto aos atos normativos da regularização.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		
20.9	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
20.10	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
20.11	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		extraordinárias) do Comitê.		Projeto como um todo.																			
	20.12	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	
	20.13	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
	20.14	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	
21	21.1	Desconhecimento e/ou inabilidade sobre as relações entre os atos	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		normativos da regularização.	incorreto ou incompleto.	cronograma para execução do Projeto como um todo.																			
	21.2	Desconhecimento e/ou inabilidade sobre as relações entre os atos normativos da regularização.	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo incorreto ou incompleto.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	
	21.3	Escolha de critérios de classificação enviesada pela equipe executora.	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo incorreto ou incompleto.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	5	5	1	1	1	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,4	BAIXO	3,4	
	21.4	Escolha de critérios de classificação enviesada pela equipe executora.	Classificar os atos normativos e / ou as relações entre eles de modo incorreto ou incompleto.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	
	21.5	Compreensão inadequada quanto à classificação dos atos normativos da regularização.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico								
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada		
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					P	I
21.4	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	
21.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
21.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	
21.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	
21.8	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3		2,0	BAIXO	2,0		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	21.9	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0
22	22.1	Falta de habilidade para realização da análise dos instrumentos normativos vigentes da regularização ambiental.	Analisar os instrumentos normativos vigentes de modo incorreto ou incompleto.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0
	22.2	Falta de habilidade para realização da análise dos instrumentos normativos vigentes da regularização ambiental.	Analisar os instrumentos normativos vigentes de modo incorreto ou incompleto.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0
	22.3	Falta de habilidade para realização da análise dos instrumentos normativos vigentes da	Deixar de identificar sobreposição de normas; possíveis normas defasadas ainda vigentes; possíveis normas	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	6,6	MÉDIO	6,6	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		regularização ambiental.	baseadas em outras normas já revogadas.	Projeto como um todo.																			
	22.4	Falta de habilidade para realização da análise dos instrumentos normativos vigentes da regularização ambiental.	Deixar de identificar sobreposição de normas; possíveis normas defasadas ainda vigentes; possíveis normas baseadas em outras normas já revogadas.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	5	15	9,5	MÉDIO	9,5	
	22.5	Não esgotamento dos meios para obtenção das informações necessárias para realização da atividade (exemplo: falha de comunicação, comunicação insuficiente, instrumentos de comunicação inadequados).	Não ter acesso, em tempo hábil e de forma completa, a todos os documentos necessários para a execução da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	22.6	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
22.7	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
22.8	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		
22.9	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8		
22.10	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0		
22.11	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .																				
23	23.1	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos vigentes e revogados da regularização ambiental.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0
	23.2	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos vigentes e revogados da regularização ambiental.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	
	23.3	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,8	MÉDIO	6,8	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	23.4	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Elaborar listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	
	23.5	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,8	MÉDIO	6,8	
	23.6	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	
	23.7	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	23.8	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Criação de vácuo normativo, impedindo a atuação administrativa.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	
	23.9	Desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	6,6	MÉDIO	6,6	0,0
	23.10	Desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	
	23.11	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um	2	5	10	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,8	MÉDIO	6,8	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			normativo infralegal.	todo, comprometida.																			
	23.12	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.	Privilégio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	
	23.13	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	5	15	3	3	9	6,6	MÉDIO	6,6	0,0
	23.14	Inabilidade e/ou desconhecimento acerca dos atos normativos da regularização ambiental.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	3	5	15	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	8,8	MÉDIO	8,8	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
23.15	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	1	2	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,8	MÉDIO	6,8		
23.16	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor (produtivo, ambientalista, etc).	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7		
23.17	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
23.18	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
23.19	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		extraordinárias) do Comitê.		Projeto como um todo.																			
	23.20	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	
	23.21	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO			
	23.22	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO		
24	24.1	Inabilidade da equipe executora em encontrar realidades compatíveis com o quadro natural	Apresentar estudos de realidades incompatíveis à presenciada no	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	5	15	11,6	ALTO	11,6	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		de Minas Gerais para realização de benchmarking (Produto 2 realizado de maneira inadequada ou insuficiente).	quadro natural do Estado de Minas Gerais.	subutilizado ou inutilizado.																			
	24.2	Inabilidade da equipe executora em encontrar realidades administrativas ou jurídicas compatíveis com as de Minas Gerais para realização de <i>benchmarking</i> (Produto 2 realizado de maneira inadequada ou insuficiente).	Apresentar estudos de realidades administrativas ou jurídicas incompatíveis à presenciada no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 3 subutilizado ou inutilizado.	3	7	21	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	5	15	11,6	ALTO	11,6	0,0
	24.3	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	24.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
24.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
24.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		
24.7	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0		
24.8	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
25	25.1	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	25.2	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	
	25.3	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	
	25.4	Baixa qualidade do produto 3.	Produto 3 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	0,0
	25.5	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 3.	Produto 3 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	25.6	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 3.	Produto 3 ser aprovado, porém apresentar	(Não detectado pelo Comitê Técnico)	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
			fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.																			
26	26.1	Não aderência do Produto 3 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 3 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	
	26.2	Produto 3 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem etc)	Produto 3 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	26.3	Produto 3 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	26.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
	26.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	26.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
27	27.1	Deixar de mapear o setor regulado.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado.	2	5	10	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	6,7	MÉDIO	6,7	0,0
	27.2	Deixar de mapear o setor regulado.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustrar expectativa do setor regulado que não foi ouvido, em relação ao Projeto.	2	5	10	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	6,7	MÉDIO	6,7	0,0
	27.3	Análise enviesada em detrimento do setor	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê Técnico)	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		regulado que não será ouvido.		Integridade do projeto, como um todo, comprometida.																			
	27.4	Escolha inadequada do representante do setor regulado.	Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	27.5	Escolha inadequada do representante do setor regulado.	Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	27.6	Dimensionamento equivocado quanto ao tempo necessário para ouvir os representantes dos setores regulados.	Realizar número insuficiente de reuniões.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	3	5	15	3	3	9	3	1	3	3	3	9	3	3	9	10,1	ALTO	10,1	0,0
	27.7	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	5	10	9,8	MÉDIO	9,8	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
27.8	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Privilegio ou prejuízo de um determinado setor.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	5	10	9,8	MÉDIO	9,8	0,0	
27.9	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	Comprometimento à imagem.	2	3	6	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,1	MÉDIO	7,1	0,0	
27.10	Recurso financeiro não ser público.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	4	3	12	4	5	20	4	3	12	4	3	12	4	5	20	14,2	ALTO	14,2	0,0	
27.11	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	4	3	12	4	5	20	4	3	12	4	3	12	4	5	20	14,2	ALTO	14,2	0,0	
27.12	Recurso financeiro não ser público.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Proposição de ação judicial em desfavor do desenvolvimento do Projeto.	4	5	20	4	5	20	4	3	12	4	3	12	4	5	20	17,6	ALTO	17,6	0,0	
27.13	Sociedade civil entender/julgar que	Receber críticas diversas da	Proposição de ação judicial em desfavor do	4	5	20	4	5	20	4	3	12	4	3	12	4	5	20	17,6	ALTO	17,6	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		haverá conflito de interesses.	sociedade civil acerca do projeto.	desenvolvimento do Projeto.																			
27.14	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0	
27.15	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0	
27.16	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
27.17	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
27.18	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	27.19	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	27.20	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	27.21	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Apresentar propostas pelo setor regulado que não guardem pertinência com a definição pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
28	28.1	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Não haver isonomia na inclusão das demandas viáveis trazidas pelos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	5	15	11,9	ALTO	11,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
28.2	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	5	15	11,9	ALTO	11,9	0,0	
28.3	Falta de conhecimento em relação às finalidades na execução das Políticas Públicas, no âmbito da Administração Pública	Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	3	5	15	3	3	9	3	3	9	3	3	9	3	5	15	11,9	ALTO	11,9	0,0	
28.4	Falta de habilidade na compreensão das demandas dos setores regulados	Contemplar demandas inviáveis dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	
28.5	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Deixar de propor alternativas regulatórias.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	
28.6	Inabilidade da equipe executora no tratamento e análise das informações recolhidas.	Deixar de propor alternativas regulatórias.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Baixa qualidade da	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			entrega do produto 4.																				
	28.7	Falta de alinhamento entre o Sisema e as empresas em relação às possíveis alternativas regulatórias	Deixar de propor alternativas regulatórias.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Baixa qualidade da entrega do produto 4.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	5	5	4,0	BAIXO	4,0	0,0
	28.8	Falta de alinhamento entre o Sisema e as empresas em relação às possíveis alternativas regulatórias	Deixar de propor alternativas regulatórias.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 4 subutilizado ou inadequado.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	5	5	4,0	BAIXO	4,0	0,0
	28.9	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	28.10	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	28.11	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	28.12	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	28.13	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	28.14	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
29	29.1	Inabilidade da equipe executora durante a realização da consolidação.	Apresentar proposta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
				Projeto como um todo.																			
	29.2	Inabilidade da equipe executora durante a realização da consolidação.	Apresentar proposta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pela Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado ou inutilizado.	2	7	14	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	7,7	MÉDIO	7,7	0,0
	29.3	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	29.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	29.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	29.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	29.7	Morosidade da empresa na apresentação da	Empresa não apresentar a evolução do	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Projeto como um todo.																			
	29.8	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
	29.9	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.	(Não detectado pela Comissão de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	7	14	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	5	10	8,6	MÉDIO	8,6	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	29.10	Qualidade insuficiente do Produto 4 (formato, linguagem etc), quanto à proposição das minutas	Apresentação de proposta não aderente politicamente (política pública) - norma conservadora em extremo ou, por outro lado, liberal em extremo, de modo não adequado à política pública definida pelo Governo.	(Detectado pela Comissão de Acompanhamento) Retrabalho em relação à elaboração das minutas	2	5	10	2	3	6	2	1	2	2	5	10	2	5	10	7,2	MÉDIO	7,2	0,0
30	30.1	Divulgação restrita ou insuficiente, em relação ao público alvo que deverá ser alcançado	Ausência ou baixa participação popular.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto não refletir a contribuição da sociedade no projeto	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0
	30.2	Divulgação restrita ou insuficiente, em relação ao público alvo que deverá ser alcançado	Ausência ou baixa participação popular.	Gerar questionamentos de órgãos de controle interno e externo e setores da sociedade civil	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0
	30.3	Divulgação restrita ou insuficiente, em relação ao público alvo que deverá ser alcançado	Ausência ou baixa participação popular.	Proposição de ação judicial em desfavor do	2	5	10	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	6,7	MÉDIO	6,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			desenvolvimento do Projeto.																				
	30.4	Grande volume de informações que serão submetidas às empresas para análise	Comprometimento da compilação e análise, pela participação popular em número elevado	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	3	9	3	3	9	6,2	MÉDIO	6,2	0,0
	30.5	Grande volume de informações que serão submetidas às empresas para análise	Comprometimento da compilação e análise, pela participação popular em número elevado	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Perda de informações relevantes que possam contribuir para o projeto	3	3	9	3	3	9	3	1	3	3	3	9	3	3	9	7,6	MÉDIO	7,6	0,0
	30.6	Falha de comunicação ou divulgação inadequada quanto aos critérios de participação na consulta pública	Frustração por parte da sociedade quando suas contribuições não forem contempladas.	Gerar questionamentos de órgãos de controle interno e externo e setores da sociedade civil	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0
	30.7	Proposições incompatíveis com as políticas públicas do Estado de Minas Gerais	Frustração por parte da sociedade quando suas contribuições não forem contempladas.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	3	3	9	3	5	15	3	1	3	3	3	9	3	3	9	8,9	MÉDIO	8,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
30.8	Grande volume de informações que serão submetidas às empresas para análise	Não haver isonomia na análise das contribuições pela sociedade.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Perda de informações relevantes que possam contribuir para o projeto	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0	
30.9	Definição de critérios de análise enviesados em detrimento de determinado representante	Não haver isonomia na análise das contribuições pela sociedade.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Perda de informações relevantes que possam contribuir para o projeto	2	3	6	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,9	MÉDIO	6,9	0,0	
30.10	Dificuldades por parte de representantes, no acesso à plataforma e forma definida	Impedimentos tecnológicos inviabilizando ou dificultando a participação popular.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Perda de informações relevantes que possam contribuir para o projeto	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,5	BAIXO	2,5	0,0	
30.11	Falta de organização ou planejamento em relação à plataforma que será utilizada	Impedimentos tecnológicos inviabilizando ou dificultando a participação popular.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Perda de informações relevantes que	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,5	BAIXO	2,5	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			possam contribuir para o projeto																				
	30.12	Falta de organização ou planejamento em relação à plataforma que será utilizada	Impedimentos tecnológicos inviabilizando ou dificultando a participação popular.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
	30.13	Falta de organização ou planejamento em relação à plataforma que será utilizada	Impedimentos tecnológicos inviabilizando ou dificultando a participação popular.	Gerar questionamentos de órgãos de controle interno e externo e setores da sociedade civil	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,5	BAIXO	2,5	0,0
	30.14	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	30.15	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	30.16	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	30.17	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	30.18	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0
	30.19	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
31	31.1	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
31.2	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
31.3	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
31.4	Baixa qualidade do produto 4.	Produto 4 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0	
31.5	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 4.	Produto 4 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto 4 subutilizado ou inutilizado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0	
31.6	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
31.7	Discordância entre os membros do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		quanto ao conteúdo dos produtos.		Projeto como um todo.																			
32	32.1	Não aderência do Produto 4 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 4 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	32.2	Qualidade insuficiente do Produto 4 (formato, linguagem etc)	Produto 4 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	32.3	Produto 4 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	32.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
32.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
				2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
33.1	Inabilidade para definir quais atos normativos da regularização ambiental devem ser revogados.	Propor listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
				2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
33.3	Não esgotamento dos meios para obtenção das informações necessárias para realização da atividade (exemplo: falha de comunicação, comunicação insuficiente, instrumentos de comunicação inadequados).	Propor listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
33.4	Não esgotamento dos meios para obtenção das informações necessárias para realização da atividade (exemplo: falha de comunicação, comunicação insuficiente, instrumentos de comunicação inadequados).	Propor listagem incompleta ou abaixo do esperado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0	
33.5	Não esgotamento dos meios para obtenção das informações necessárias para realização da atividade (exemplo: falha de comunicação,	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)													Risco Residual Classificação					
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		comunicação insuficiente, instrumentos de comunicação inadequados).		Projeto como um todo.																			
	33.6	Não esgotamento dos meios para obtenção das informações necessárias para realização da atividade (exemplo: falha de comunicação, comunicação insuficiente, instrumentos de comunicação inadequados).	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,8	MÉDIO	5,8	0,0
	33.7	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0
	33.8	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Propor revogação indevida de norma infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor regulado	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	33.9	Inabilidade para apresentar justificativas para revogação de atos normativos da regularização ambiental.	Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	33.10	Inabilidade para apresentar justificativas para revogação de atos normativos da regularização ambiental.	Deixar de apresentar justificativa para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor regulado	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0
	33.11	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0
	33.12	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor regulado	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			normativo infralegal.																				
33.13	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	7,7	MÉDIO	7,7	0,0	
33.14	Inabilidade para apresentar justificativas para revogação dos atos normativos da regularização ambiental.	Apresentar justificativa com fundamentação indevida ou incompleta para solicitação da revogação de normativo infralegal.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
33.15	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
33.16	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Projeto como um todo.																				
33.17	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
33.18	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
33.19	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
33.20	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			avaliação pelo Comitê .																				
34	34.1	Inabilidade da equipe executora em propor minutas de atos normativos revisados/consolidados.	Apresentar proposta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
35	35.1	Baixa qualidade do produto 5.	Produto 5 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0
	35.2	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 5.	Produto 5 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto 5 com qualidade aquém do esperado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	35.3	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 5.	Produto 5 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			implantação do Produto.																				
35.4	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
35.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
35.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
35.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
35.8	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	0	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.			0	0		0	0		0	0		0	0		0	0,0		0,0	0,0	
35.9	Complexidade da consolidação a ser realizada.	0	Atraso no cronograma para execução do			0	0		0	0		0	0		0	0		0	0,0		0,0	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
				Projeto como um todo.																			
36	36.1	Não aderência do Produto 5 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 5 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	36.2	Qualidade insuficiente do Produto 5 (formato, linguagem etc)	Produto 5 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	36.3	Produto 5 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	36.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	36.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	36.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
37	37.1	Inabilidade da equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 6 com qualidade aquém do esperado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0
	37.2	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	37.3	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação					
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico								
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada		
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>					P	I
37.4	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor regulado	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
37.5	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso na consolidação dos atos normativos.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
37.6	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança nos conteúdos previamente aprovados	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	5	5	1	3	3	1	5	5	1	5	5	1	3	3	4,5	BAIXO	4,5		0,0		
37.7	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança nos conteúdos previamente aprovados	(Não Detectado pelo Comitê Técnico) Produto 6 com qualidade aquém do esperado.	1	7	7	1	3	3	1	5	5	1	5	5	1	3	3	5,3	MÉDIO	5,3		0,0		
37.8	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7		0,0		



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
37.9	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
37.10	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
37.11	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
37.12	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
37.13	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .																				
38	38.1	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	38.2	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Não Detectado pelo Comitê Técnico) Produto 6 com qualidade aquém do esperado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0
	38.4	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	(Não Detectado pelo Comitê Técnico) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0
	38.5	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Atos	(Não Detectado pelo Comitê Técnico) Frustração de expectativas quanto à	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Normativos aprovados.	implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.																			
	38.6	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso na apresentação do instrumento consolidado.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
	38.7	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo do instrumento consolidado.	(Não Detectado pelo Comitê Técnico) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	7	7	1	3	3	1	5	5	1	3	3	1	3	3	5,2	MÉDIO	5,2	0,0
	38.8	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo do instrumento consolidado.	(Não Detectado pelo Comitê Técnico) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	7	7	1	3	3	1	5	5	1	3	3	1	3	3	5,2	MÉDIO	5,2	0,0
39	39.1	Análise incompleta/inatenta (não detecção) pelo	Aprovação de instrumento consolidado que	Frustração de expectativas quanto à	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,9	BAIXO	2,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		Comitê Técnico, da incompletude dos atos normativos no instrumento consolidado.	não contemple todos os Atos Normativos aprovados.	implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.																			
	39.2	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso na análise do instrumento consolidado.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
40	40.1	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Classificar os termos de referência de modo errado ou incompleto.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do projeto como um todo.	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	5	5	1	3	3	3,1	BAIXO	3,1	0,0
	40.2	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Classificar os termos de referência de modo errado ou incompleto.	(Não Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
40.3	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Classificar os termos de referência de modo errado ou incompleto.	(Não Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,8	BAIXO	3,8	0,0	
40.4	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Classificar os termos de referência de modo errado ou incompleto.	(Não Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto final inutilizado.	1	7	7	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	5	5	4,8	BAIXO	4,8	0,0	
40.5	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso nas classificações comprometendo a entrega.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
40.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
40.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
40.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Projeto como um todo.																				
	40.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
	40.10	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	
41	41.1	Inabilidade da equipe executora.	Identificação de exigências de modo errado ou incompleto.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	4,6	BAIXO	4,6	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
41.2	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Identificação de exigências de modo errado ou incompleto.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	
41.3	Inabilidade da equipe executora.	Identificação de exigências com qualidade abaixo do esperado	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	4,6	BAIXO	4,6	0,0	
41.4	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso nas identificações de exigências comprometendo a entrega.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
41.5	Inabilidade da equipe executora.	Não aderência nas correções solicitadas pelos Comitês.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	4,6	BAIXO	4,6	0,0	
41.6	Discordância da equipe executora quanto às correções.	Não aderência nas correções solicitadas pelos Comitês.	Produto 7 subutilizado ou inutilizado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	3,2	BAIXO	3,2	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
41.7	Inabilidade da equipe executora.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	2,3	BAIXO	2,3	0,0	
41.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
41.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
41.10	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
41.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
	41.12	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
42	42.1	Escolha inadequada em detrimento do setor regulado que não será ouvido.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0
	42.2	Escolha inadequada em detrimento do setor regulado que não será ouvido.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 7 subutilizado.	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0
	42.3	Escolha inadequada em detrimento do setor regulado que não será ouvido.	Deixar de ouvir algum setor regulado.	Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	3	6	2	3	6	2	1	2	2	3	6	2	3	6	5,0	MÉDIO	5,0	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
42.4	Escolha inadequada do representante do setor regulado.	Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,5	BAIXO	2,5	0,0	
42.5	Escolha inadequada do representante do setor regulado.	Ouvir representante ilegítimo ou que não represente o todo do respectivo setor regulado.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 7 subutilizado ou inutilizado.	1	3	3	1	3	3	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,5	BAIXO	2,5	0,0	
42.6	Dimensionamento equivocado quanto ao tempo necessário para ouvir os representantes dos setores regulados.	Realizar número insuficiente de reuniões.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 7 subutilizado ou inutilizado.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0	
42.7	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	3	6	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	
42.8	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	3	6	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			necessários para o projeto.	prejuízo de um determinado setor.																			
42.9	Atuação enviesada na definição do cronograma e conteúdo da reunião.	Realizar reuniões que não representem a transparência e os alinhamentos necessários para o projeto.	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do Sisema, em particular, em relação à regulação.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	5	10	2	3	6	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	
42.10	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Comprometimento à imagem.	4	3	12	4	3	12	4	1	4	4	1	4	4	3	12	9,6	MÉDIO	9,6	0,0	
42.11	Sociedade civil entender/julgar que haverá conflito de interesses.	Receber críticas diversas da sociedade civil acerca do projeto.	Proposição de ação judicial em desfavor do desenvolvimento do Projeto.	4	5	20	4	3	12	4	1	4	4	5	20	4	3	12	13,9	ALTO	13,9	0,0	
42.12	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,0	MÉDIO	6,0	0,0	
42.13	Definição de critérios enviesados em detrimento de determinado setor regulado.	Não haver isonomia na escuta dos setores regulados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	6,0	MÉDIO	6,0	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			prejuízo de um determinado setor.																				
42.14	Dimensionamento equivocado quanto ao prazo necessário para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
42.15	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
42.16	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
42.17	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
42.18	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			avaliação pelo Comitê .																				
	42.19	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Apresentar propostas pelo setor regulado que não guardem pertinência com a definição pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
	42.20	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Apresentar propostas pelo setor regulado que não guardem pertinência com a definição pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
	42.21	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Apresentar propostas pelo setor regulado que não guardem pertinência com a definição pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	Produto 7 subutilizado ou inutilizado.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0
43	43.1	Inabilidade da equipe executora.	Elaborar listagem incompleta ou com	(Não detectado pelo Comitê de	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			qualidade abaixo do esperado.	Acompanhamento) Produto 7 com qualidade aquém, do esperado.																			
	43.2	Inabilidade da equipe executora.	Elaborar listagem incompleta ou com qualidade abaixo do esperado.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	3	6	4,4	BAIXO	4,4	0,0
	43.3	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	43.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	43.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	43.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Projeto como um todo.																				
	43.7	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
	43.8	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0
44	44.1	Inabilidade da equipe executora.	Inserir no Termo de Referência Geral atividades que devam ser tratados em Termos de Referência Específicos.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto final com qualidade aquém do esperado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
44.2	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Inserir no Termo de Referência Geral atividades que devam ser tratados em Termos de Referência Específicos.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0	
44.3	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
44.4	Inabilidade da equipe executora.	Elaborar listagem incompleta	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto final com qualidade aquém do esperado.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
44.5	Proposição indevida/enviesada pela equipe executora.	Elaborar listagem incompleta	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	6,2	MÉDIO	6,2	0,0	
44.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
44.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
44.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
44.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
44.10	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
45	45.1	Baixa qualidade do produto 7.	Produto 7 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	45.2	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 7.	Produto 7 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	45.3	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 7.	Produto 7 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	45.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	45.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		extraordinárias) do Comitê		Projeto como um todo.																			
	45.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
46	46.1	Não aderência do Produto 7 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 7 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	46.2	Qualidade insuficiente do Produto 7 (formato, linguagem etc)	Produto 7 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	46.3	Produto 7 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	46.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	46.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		extraordinárias) do Comitê.		Projeto como um todo.																			
	46.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
47	47.1	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar modelo documental, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	2,3	BAIXO	2,3	0,0
	47.2	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar modelo documental, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 8 com qualidade abaixo do esperado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	47.3	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	47.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
47.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
47.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
47.7	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
47.8	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
48	48.1	Inabilidade da equipe executora.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	4,6	BAIXO	4,6	0,0
	48.2	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0
	48.3	Inabilidade da equipe executora.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado ou inutilizado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
	48.4	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado ou inutilizado.	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0
	48.5	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um	2	5	10	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	7,9	MÉDIO	7,9	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			do esperado ou incompleta.	todo, comprometida.																			
48.6	Inabilidade da equipe executora.	Revisão de Termos de Referência já existentes, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0	
48.7	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
48.8	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
48.9	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
48.10	Discordância entre os membros do Comitê	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
		quanto ao conteúdo dos produtos.		Projeto como um todo.																			
	48.11	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
	48.12	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0	
49	49.1	Inabilidade da equipe executora.	Propor forma de apresentação de estudos incoerente com a base SIG.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto subutilizado ou inutilizado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	49.2	Inabilidade da equipe executora.	Propor forma de apresentação de	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento)	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	2,3	BAIXO	2,3	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			estudos incoerente com a base SIG.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.																			
49.3	Inabilidade da equipe executora.	Propor forma de apresentação de estudos com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	133111115511333	2,2	BAIXO	2,2	0,0															
49.4	Inabilidade da equipe executora.	Propor forma de apresentação de estudos com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	15511111333	2,9	BAIXO	2,9	0,0															
49.5	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	236212212212	3,7	BAIXO	3,7	0,0															



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
49.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
49.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
49.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
49.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
49.10	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .																				
50	50.1	Baixa qualidade do produto 8.	Produto 8 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
	50.2	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 8.	Produto 8 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Técnico) Produto final com qualidade aquém do esperado.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	50.3	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 8.	Produto 8 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Técnico) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	5	5	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	50.4	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
50.5	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
	50.6	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	50.7	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
51	51.1	Não aderência do Produto 8 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 8 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	51.2	Qualidade insuficiente do Produto 8 (formato, linguagem etc)	Produto 8 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	51.3	Produto 8 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
51.4		Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	51.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	51.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0
52	52.1	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar minuta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	4,6	BAIXO	4,6	0,0
	52.2	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar minuta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	Produto 9 com qualidade abaixo do esperado.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	6,3	MÉDIO	6,3	0,0
	52.3	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar minuta não aderente, com qualidade abaixo	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento)	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	9,6	MÉDIO	9,6	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
			do esperado ou incompleta.	Integridade do projeto, como um todo, comprometida.																			
52.4	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar minuta não aderente, com qualidade abaixo do esperado ou incompleta.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	9,6	MÉDIO	9,6	0,0	
52.5	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
52.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	
52.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
52.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
52.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
52.10	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3	9	5,9	MÉDIO	5,9	0,0	
52.11	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar minuta que não guarde pertinência com a definição de pública de proteção ambiental no	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	5	10	2	5	10	4,6	BAIXO	4,6	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Estado de Minas Gerais.	Projeto como um todo.																			
	52.12	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar minuta que não guarde pertinência com a definição de pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	9,6	MÉDIO	9,6	0,0
	52.13	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar minuta que não guarde pertinência com a definição de pública de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	2	7	14	2	3	6	2	3	6	2	3	6	2	5	10	9,6	MÉDIO	9,6	0,0
53	53.1	Baixa qualidade do produto 9.	Produto 9 não ser aprovado pelo Comitê Técnico.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	3	6	4,2	BAIXO	4,2	0,0
	53.2	Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 9.	Produto 9 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto final com	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
53.3			identificadas pelo Comitê Técnico.	qualidade aquém do esperado.																			
		Análise insuficiente do comitê em relação ao Produto 9.	Produto 9 ser aprovado, porém apresentar fragilidades não identificadas pelo Comitê Técnico.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	2	5	10	2	1	2	2	1	2	2	3	6	2	5	10	6,1	MÉDIO	6,1	0,0
		Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso da realização da atividade.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	5	15	6,2	MÉDIO	6,2	0,0
54	54.1	Não aderência do Produto 9 à Política Ambiental do Estado de Minas Gerais	Produto 9 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0
	54.2	Qualidade insuficiente do Produto 9 (formato, linguagem etc)	Produto 9 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>	P	I	R <sub>c</sub>				
				Projeto como um todo.																			
	54.3	Produto 9 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Ser necessário realizar várias revisões do Produto – cria atrasos.	(Detectado pelo Comitê Intergestor) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
	54.4	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	54.5	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	3	3	9	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	5,5	MÉDIO	5,5	0,0
	54.6	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
55	55.1	Inabilidade da equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Produto 10 subutilizado.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
55.2	Inabilidade da equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	(Detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	3	3	2,2	BAIXO	2,2	0,0	
55.3	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Consolidação de instrumento que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0	
55.4	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso na consolidação dos termos de referência.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
55.5	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança nos conteúdos previamente aprovados	(Não detectado pelo Comitê de Acompanhamento) Integridade do projeto, como um todo, comprometida.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
55.6	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			Projeto como um todo.																				
55.7	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
55.8	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê de Acompanhamento.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	
55.9	Morosidade da empresa na apresentação da evolução do trabalho (não cumprimento dos prazos estipulados).	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a avaliação pelo Comitê .	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2,0	BAIXO	2,0	0,0	
55.10	Complexidade da consolidação a ser realizada.	Empresa não apresentar a evolução do trabalho ao Comitê de Acompanhamento, prejudicando ou impedindo a	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	3	6	3,9	BAIXO	3,9	0,0	





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			avaliação pelo Comitê .																				
56	56.1	Inabilidade da equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	3	3	2,1	BAIXO	2,1	0,0
	56.2	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto subutilizado.	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	56.3	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Privilegio ou prejuízo de um determinado setor.	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	56.4	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple	Comprometer a imagem do Estado de Minas Gerais, no todo e do	1	3	3	1	5	5	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,4	BAIXO	3,4	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
			todos os Termos de Referência aprovados.	Sisema, em particular, em relação à regulação.																			
	56.5	Atividade indevida/enviesada pela equipe executora.	Apresentar instrumento consolidado que não contemple todos os Termos de Referência aprovados.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	1	3	3	3,0	BAIXO	3,0	0,0
	56.6	Dimensionamento equivocado do tempo para realização da atividade.	Atraso na apresentação do instrumento consolidado.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0
	56.7	Inabilidade da equipe executora.	Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.	Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	5	5	1	1	1	1	3	3	1	5	5	1	5	5	3,6	BAIXO	3,6	0,0
	56.8	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Produto subutilizado.	1	5	5	1	3	3	1	5	5	1	3	3	1	5	5	4,4	BAIXO	4,4	0,0



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
56.9	Ação indevida/enviesada pela equipe executora.	Mudança no conteúdo dos instrumentos consolidado.	(Não detectado pelo Comitê Técnico) Privilégio ou prejuízo de um determinado setor.	1	5	5	1	3	3	1	5	5	1	3	3	1	5	5	4,4	BAIXO	4,4	0,0	
				1	5	5	1	5	5	1	5	5	1	3	3	1	5	5	4,9	BAIXO	4,9	0,0	
57	57.1	Produto 10 abaixo das expectativas do Comitê Intergestor (formato, linguagem, técnica, etc)	Produto 10 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	3,2	BAIXO	3,2	0,0
	57.2	Qualidade insuficiente do Produto 10 (formato, linguagem etc)	Produto 10 não ser aprovado pelo Comitê Intergestor.	Frustração de expectativas quanto à implementação do Projeto – inviabilização da implantação do Produto.	1	5	5	1	1	1	1	1	1	1	5	5	1	5	5	3,2	BAIXO	3,2	0,0

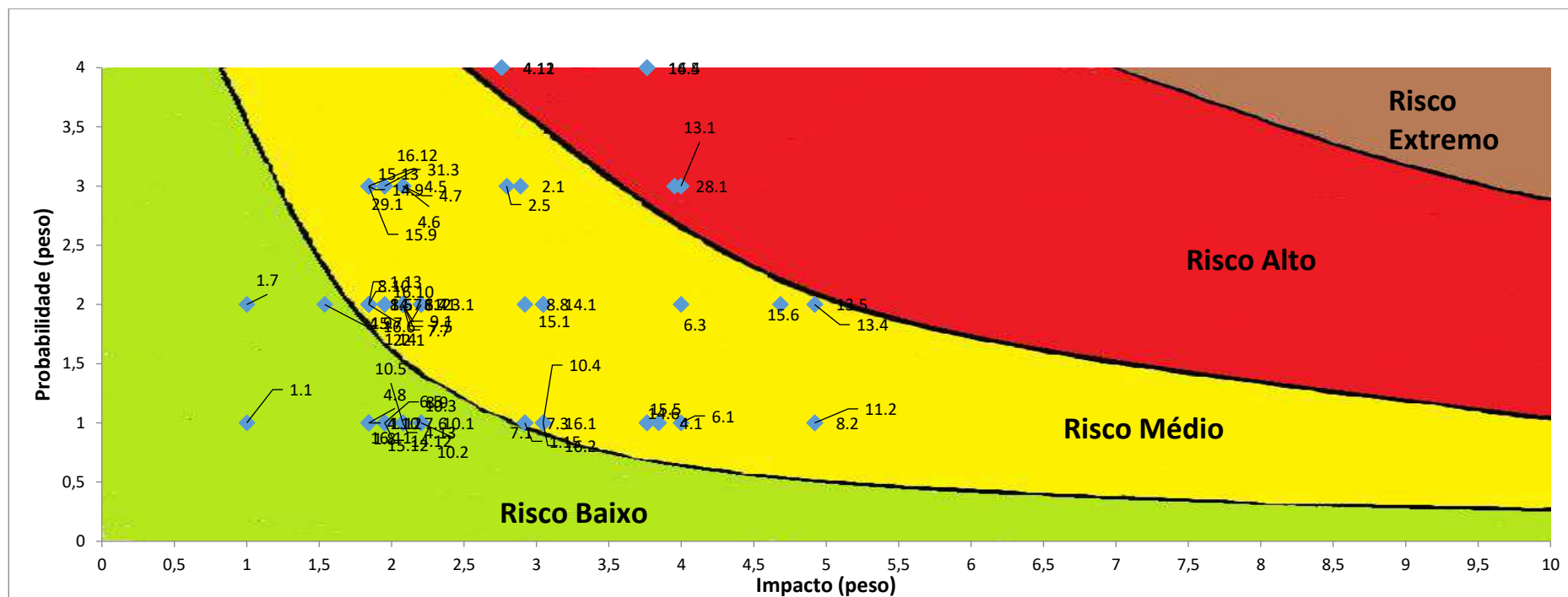


**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Número Atividade	Risco Residual Identificação				Estimativa de Probabilidade e Impacto (por Categoria de Risco)															Risco Residual Classificação			
					Risco Operacional			Risco Reputacional			Risco de Integridade			Risco de Conformidade			Risco Estratégico						
	Número	Causa	Evento	Consequência	42%			22%			24%			6%			5%			Valor	Nível	Símbolo	Situação Informada
					P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>	P	I	R <sub>C</sub>				
57.3	Grande volume de informações que serão submetidas ao Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
57.4	Volume de atribuições dos membros (rotineiras e extraordinárias) do Comitê.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	2	3	6	2	1	2	2	1	2	2	1	2	2	1	2	3,7	BAIXO	3,7	0,0	
57.5	Discordância entre os membros do Comitê quanto ao conteúdo dos produtos.	Atraso da análise pelo Comitê Intergestor.	Atraso no cronograma para execução do Projeto como um todo.	1	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1,8	BAIXO	1,8	0,0	



## D. Matriz de Riscos Residuais





## E. Plano de Ação (parte)

Riscos Mapeados							Plano de Ação					
Nº	Atividade	Causa	Evento	Consequência	Risco Residual	Nível de Risco	Tipo de tratamento a ser realizado	Justificativa para caso não adote alguma ação	Descrição da Ação	Gestor Responsável	Data Início da Implantação	Data Final da Implantação
1.1	Participar da reunião de kick off.	Conflito de agendas.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Atraso na execução do Projeto.	1,0	BAIXO						
1.2		Desistência da empresa em participar do Projeto.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Atraso na execução do Projeto.	2,0	BAIXO						
1.3		Desistência da empresa em participar do Projeto.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Necessidade de contratação de outro Prestador de Serviço.	5,4	MÉDIO						
1.4		Problema tecnológico.	Alguma empresa deixar de participar no dia acordado.	Atraso na execução do Projeto.	2,0	BAIXO						
1.5		Não compreensão da proposta.	Algum dos atores se posicionar contrariamente à proposta, trazendo muitas alterações para o Projeto.	Desgaste entre os atores envolvidos (externos e internos): dificultar interlocução por exemplo.	3,7	BAIXO						



**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG**  
**Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema – CSET/CSEC**  
**Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema**

Riscos Mapeados							Plano de Ação					
Nº	Atividade	Causa	Evento	Consequência	Risco Residual	Nível de Risco	Tipo de tratamento a ser realizado	Justificativa para caso não adote alguma ação	Descrição da Ação	Gestor Responsável	Data Início da Implantação	Data Final da Implantação
1.6		Não aderência do posicionamento do ator quanto à política pública de proteção ambiental do Estado.	Algum dos atores se posicionar contrariamente à proposta, trazendo muitas alterações para o Projeto.	Desgaste entre os atores envolvidos (externos e internos): dificultar interlocução por exemplo.	3,7	BAIXO						
1.7		Falha operacional.	Possível problemas de comunicação / problemas tecnológicos.	Atraso na execução do Projeto (caso necessário realizar outra reunião).	2,0	BAIXO						
1.8		Empresa acreditar que não irá conseguir cumprir o escopo do Projeto.	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Atraso na execução do Projeto.	1,8	BAIXO						
1.9		Empresa acreditar que não irá conseguir cumprir o escopo do Projeto.	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Necessidade de contratação de outro Prestador de Serviço.	2,7	BAIXO						
1.10		Morosidade quanto ao início da execução do Projeto (empresa assumir outro compromisso).	Alguma empresa desistir de participar do Projeto.	Atraso na execução do Projeto.	3,7	BAIXO						

# RELATÓRIO DE AUDITORIA AVALIAÇÃO

**Nº 1281836**

**Avaliação da regularidade das despesas de  
pessoal pagas com recursos da Fonte 95**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM**

**12/08/2022**

**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**





**Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais**  
**Auditoria-Geral do Estado**  
**Controladoria Seccional da FEAM**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA - AVALIAÇÃO**  
**FONTE 95**  
**Nº 1281836**

**Unidade Auditada: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)**

**Município: Belo Horizonte/MG**

**Ordem de Serviço: PACI 2022 - ação “Avaliação da regularidade das despesas de pessoal pagas com recursos da Fonte 95.”**



## **MISSÃO DA CGE**

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.



## **QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?**

Avaliação da regularidade das despesas de pessoal pagas com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais.

## **POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?**

O trabalho foi realizado em atendimento à Resolução CGE nº 35/2020, que define as ações de auditoria sobre as contratações de bens e serviços custeados com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais – Fonte 95.

## **QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?**

Considerando o escopo de auditoria, destacam-se que no âmbito da FEAM a necessidade temporária de excepcional interesse público e que os agentes públicos executaram as atividades pelas quais, de fato, foram contratados, considerando satisfatório o resultado da interpretação da situação encontrada.

Por sua vez, verificou-se que no tocante à frequência dos Agentes Públicos, aos valores apresentados no SISAP relativos à composição remuneratória e aos encargos (INSS e IRRF) recolhidos, estão corretos, considerando adequados o resultado da interpretação da situação encontrada atinente aos Agentes Públicos pela FEAM.



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CGE	Controladoria Geral do Estado
Cofin	Comitê de Orçamento e Finanças
CSec	Controladoria Seccional
DPDV/SISEMA	Diretoria Direitos e Pagamentos e vantagens
FEAM	Fundação Estadual do Meio Ambiente
RACTD	Roteiro de Avaliação de Contratações por Tempo Determinado
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão
SGDP/SISEMA	Superintendência de Gestão Direitos Pagamentos Finanças
PSS	Processo Seletivo Simplificado
UAIG	Unidade de Auditoria Interna Governamental



## **Sumário**

<b>QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO? .....</b>	<b>4</b>
<b>POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO? .....</b>	<b>4</b>
<b>QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS? .....</b>	<b>4</b>
<b>LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS .....</b>	<b>5</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>RESULTADOS DO EXAME .....</b>	<b>9</b>
<b>1. Motivação da Contratação.....</b>	<b>9</b>
<b>2. Execução da atividade constante no contrato.....</b>	<b>11</b>
<b>3. Frequência do contratado.....</b>	<b>12</b>
<b>4. Composição remuneratória dos contratos de pessoal.....</b>	<b>12</b>
<b>5. Encargos (INSS e IRRF) recolhidos.....</b>	<b>13</b>
<b>SUGESTÕES DE BOAS PRÁTICAS .....</b>	<b>14</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>APÊNDICE I – Roteiro para avaliação de contratações de bens e serviços em geral executados com a Fonte 95 .....</b>	<b>16</b>
<b>APÊNDICE II – Matriz de Achados.....</b>	<b>21</b>



## **INTRODUÇÃO**

O rompimento das barragens de rejeitos em Mariana e Brumadinho, ocorrido em 2015 e em 2019, respectivamente, ocasionou danos ambientais, sociais e humanos e violou direitos tutelados pelo artigo 225 da Constituição Federal e 214 da Constituição Estadual. Em decorrência desses desastres socioambientais, foram firmados acordos judiciais entre as empresas responsáveis e o Estado de Minas Gerais, a título de compensação e reparação pelos danos causados às comunidades atingidas e a todo o Estado.

Considerando que os referidos acordos preveem recursos financeiros com fonte específica<sup>1</sup> no Orçamento, bem como valores vinculados a projetos, compete à Controladoria-Geral do Estado – CGE a sua fiscalização no que se refere ao Poder Executivo Estadual.

Por conseguinte, o trabalho de auditoria foi realizado em atendimento à Resolução CGE nº 035/2020, que estabelece, em seu artigo 1º, que as Unidades de Auditoria Interna Governamental (UAIG) dos órgãos e entidades que executam despesas com recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais – Fonte 95 – deverão avaliar a regularidade das despesas de pessoal realizadas com tais recursos, sob a coordenação da Auditoria-Geral.

A presente auditoria teve como objetivo verificar a adequação dos procedimentos e controles internos adotados pela unidade auditada quanto ao planejamento, à contratação, ao cumprimento do contrato, composição remuneratória e os recolhimentos dos encargos.

A metodologia do trabalho contemplou a realização de testes de auditoria por amostragem, sobre documentação das contratações e de pagamento. Os exames foram realizados consoante às normas e procedimentos de auditoria, na extensão necessária à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas. As atividades foram realizadas mediante trabalho parcialmente remoto, em observância às normas<sup>2</sup> aplicáveis no contexto da pandemia de Covid-19.

<sup>1</sup> Fonte 95: Recursos recebidos por danos advindos de desastres socioambientais. Vide Lei Orçamentária, Anual 2021, Vol. V., Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/pagina/planejamento-e-orcamento/lei-orcamentaria-anual-loa/lei-orcamentaria-anual-loa>>

<sup>2</sup> Vide artigo 4º, IV, § 3º da Lei Estadual 23.631, de 02 de abril de 2020. Disponível em: <[https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23631&comp=&a%no=2020&aba=js\\_textoAtualizado#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=23631&comp=&a%no=2020&aba=js_textoAtualizado#texto)>.



O presente Relatório de Auditoria versa sobre a avaliação das despesas de pessoal realizada pela Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM, por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS constante do processo SEI/ MG nº 1370.01.0018851/2020-61 com a contratação dos seguintes servidores:

Agente Público	MASP	Unidade de Exercício
A. C. P.	14922108	Gerência de Recuperação Ambiental Integrada
D. G. C.	14922009	Gerência de Recuperação Ambiental Integrada
J. R. C.	11686284	Gerência de Recuperação Ambiental Integrada
U. D. S. L.	14921761	Gerência de Avaliação Ambiental e Desenvolvimento Territorial
C. P. C.	14921829	Gerência de Monitoramento da Qualidade do Ar e Emissões
N. S. C.	12399044	Gerência da Qualidade do Solo e Áreas Contaminadas
C. S. H.	14947261	Gerência de Recuperação Ambiental Integrada
M. L. C. T.	14956684	Gerência de Recuperação Ambiental Integrada

Fonte: Processo SEI/ MG 1370.01.0018851/2020-61

O Roteiro de Avaliação de Contratações por Tempo Determinado - RACTD, elaborado pela Auditoria-Geral do Estado, que subsidiou as análises estão relacionadas no Apêndice I deste Relatório.



## RESULTADOS DO EXAME

As despesas auditadas no presente trabalho integram amostra que foi definida pela Auditoria-Geral do Estado, consideradas indicações dos Comitês Gestores Pró-Brumadinho e/ou Pró-Rio Doce, instituídos pelo Decreto Estadual nº 176, de 26 de fevereiro de 2019, e pelo Decreto Estadual nº 47.683, de 16 de julho de 2019, respectivamente. Em atendimento ao artigo 4º da Resolução CGE nº 035/2020, a amostra contempla 80% (oitenta por cento) do valor financeiro pago dos contratos ou instrumentos jurídicos congêneres celebrados com recursos provenientes da Fonte 95, executado no semestre anterior.

A avaliação foi realizada no período de 01/01/2021 a 31/12/2021.

A partir dos exames realizados sobre as despesas de pessoal selecionadas, a equipe de auditoria apresenta os seguintes resultados:

### 1. Motivação da Contratação

O critério de análise aqui estabelecido é avaliação se a motivação da contratação, se deu em razão da situação de emergencialidade<sup>3</sup>, bem como verificar se consta no processo de contratação a necessidade temporária de excepcional interesse público da contratação efetuada<sup>4</sup>.

De acordo com as análises realizadas, esta Controladoria Seccional (CSEC) verificou que as contratações foram efetuadas considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público, considerando **SATISFATORIO** o resultado da interpretação da situação encontrada, não tendo obtido, portanto, achado de auditoria<sup>5</sup>.

Ainda que não se tenha observado inconformidade que caracterizasse um achado de auditoria, cabe ressaltar que elaborando uma análise crítica das atividades ligadas ao Processo Seletivo Simplificado (PSS), quais sejam: dimensionar equipe nos critérios quantitativos e perfil; definir competências; obter autorização do Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) para contratação; elaborar edital de

<sup>3</sup> Previsto do Decreto Estadual nº 25 de 26/01/2019, alterado artigo 13 do Decreto nº 48.183, de 30 de abril de 2021.

<sup>4</sup> Artigo 1º, §1º, I Decreto Estadual nº 45.155/2009 de 21/08/2009, alterado pelo Decreto Estadual nº 48.097/2020.

<sup>5</sup> Os achados são fatos significativos, dignos de relato pelo auditor, que serão usados para responder às questões de auditoria, Parágrafo Único, do artigo 185, Instrução Normativa 4, de 17/07/2020.





seleção; selecionar equipe; e, gerir esta equipe. Estas atividades possuem probabilidade de evento de risco associado que poderá ocorrer de forma inesperada, considerando os pontos a serem abordados no andamento do presente trabalho.

Importante ressaltar que a Comunicação SEMAD/DPCA nº. 1/2021<sup>6</sup>, informou que a candidata M. R. de O. foi aprovada para o cargo "FEAM 01 – Analista Ambiental - Engenharia Geológica; Geologia; Engenharia Ambiental". Contudo, diante da sua inércia, foi convocada a segunda colocada, K. A. B. A. O.<sup>7</sup>.

Considerando que esta candidata não assinou contrato junto à FEAM, foi convocada para a 3ª etapa - Entrevista, A. S. V. T. Porém, foi eliminada do Processo Seletivo Simplificado, por não ter comparecido a esta avaliação<sup>8</sup>.

Pelo exposto, o cargo "FEAM 01 – Analista Ambiental - Engenharia Geológica; Geologia; Engenharia Ambiental" não foi preenchido. Questiona-se sobre o impacto diante da necessidade temporária de excepcional interesse público.

Por outro lado, em análise à documentação apresentada concerning ao exercício das atividades executadas pelos Agentes Públicos denota-se que, no caso em tela, as contratações por meio de processo seletivo (PSS), por possuírem notadamente sua particularidade de excepcionalidade e serem exatamente temporárias, não esgotam as necessidades da finalidade para a qual foram criadas, ou seja trabalhar com as ações de reparação em função do rompimento da Barragem da Vale S.A em Brumadinho.

Ressalta-se que a complexidade dos trabalhos a serem desenvolvidos requereu mão de obra qualificada, para isto foram elaborados diversos critérios de seleção dos candidatos. Todavia, por mais qualificados fossem os contratados, exigiu-se uma série de capacitações, treinamentos e reuniões, natural curva de aprendizado, importante ressaltar, conforme comprovado nos Relatórios de Atividade dos Agentes Públicos, muito em razão dos serviços técnicos a serem executados. Todavia, o caráter temporário das contratações age negativamente no resultado dos esforços e execução de medidas de reparação e mitigação dos efeitos do rompimento da Barragem, em razão de não haver a continuidade dos trabalhos dos Agentes Públicos, uma vez esgotados os prazos limites da contratação, sinaladamente insuficiente para a execução das atividades em sua plenitude. Ao

<sup>6</sup> Doc. n.23959802, processo SEI/MG n. 1370.01.0018851/2020-61

<sup>7</sup> Comunicação SEMAD/DPCA nº. 2/2021, processo SEI/MG nº. 1370.01.0018851/2020-61

<sup>8</sup> Memorando.SEMAD/DPCA.nº 850/2022, Doc. nº 50945765, processo SEI/ MG nº. 1520.01.0006104/2022-11



passo que, permanece a situação de emergencialidade e continuidade dos impactos socioeconômicos e socioambientais.

Muito embora, seja evidenciado o *cenário fiscal do Governo do Estado de Minas Gerais, que impôs e impõe a redução do seu quadro de pessoal e inviabiliza o incremento de contratações para atendimento das demandas*<sup>9</sup>. Os aspectos supramencionados colocam em questão a eficiência e viabilidade destas contratações por meio de processo seletivo.

Desta forma, sugere-se (1) como boa prática que seja avaliada a viabilidade do aproveitamento dos agentes públicos, que mais se destacaram, para fazerem parte do quadro de pessoal do Sisema através de outra modalidade de contratação, como exemplo, o Recrutamento Amplo, uma vez que devido à validade dos contratos administrativos, os mesmos não podem ser renovados ou estendidos com o intuito de que devido à natural curva de aprendizado e tempo necessários para suas entregas, não se tenha a perda de conhecimento adquirido.

## 2. Execução da atividade constante no contrato

O critério de análise aqui estabelecido é verificar se o servidor contratado exerce as funções para a qual foi convocado<sup>10</sup>, conforme previsão legal<sup>11</sup>.

Conforme as análises realizadas, verificou-se que os agentes públicos executaram as atividades pelas quais, de fato, foram contratados, considerando **SATISFATORIO** o resultado da interpretação da situação encontrada, não tendo obtido, portanto, achado de auditoria.

Ainda que, não tenha observado inconformidade que caracterizasse um achado de auditoria, salientamos que de acordo com as análises realizadas, denota-se a necessidade de se constituir boas práticas concernentes ao estabelecimento de metas aos Agentes Públicos, capazes de definir satisfatoriamente suas atividades alinhadas com o instrumento de origem (Contrato de Prestação de Serviços). Para tanto, sugere-se (2) consulta à SEPLAG com o intuito de buscar metodologia específica a ser aplicada na definição de parâmetros e metas que envolvam a inferência de horas para realização de cada atividade do Agente Público, estabelecendo produtos a partir de critérios objetivos.

<sup>9</sup> Conforme descrito no Memorando.SEMAD/DPCA.nº 375/2020 (14562347).

<sup>10</sup> Conforme Roteiro de Avaliação de Contratações por Tempo Determinado (RACTD).

<sup>11</sup> Decreto Estadual nº 45.155/2009 (artigo 13, inciso I).



Por sua vez, salienta-se ainda que conforme apurações realizadas, constatou-se que em razão do fato de que as chefias imediatas dos Agentes Públicos (contratados temporários) possuírem diversas outras atribuições finalísticas, naturais estas inerentes à função de chefia, além daquelas voltadas às ações de reparação em função do rompimento da Barragem da Vale S.A., pode ter ocasionado, em algum momento, uma sobrecarga de atividades e tarefas, comprometendo em parte o desempenho das atribuições inerentes ao papel exercido em sua completude. Tal aspecto, pode remeter a necessidade de separação de funções para os próximos processos seletivos (PSS), devendo-se avaliar o custo-benefício dessa disposição, afinal o custo não pode superar o benefício.

### 3. Frequência do contratado

O critério de análise aqui estabelecido é verificar se os atestados de frequência são encaminhados mensalmente e se o contratado cumpre a devida carga horária, observando o dever de assiduidade do agente público, previsto no artigo 216, I da Lei Estadual nº 869/1952; bem como, o artigo 10 da Lei nº 23.750/2020, o artigo 7º, § 2º, III e o artigo 16, I do Decreto Estadual nº 48.097/2020<sup>12</sup>.

Consoante as análises realizadas, conclui-se que os atestados de frequência dos agentes públicos foram encaminhados mensalmente, considerando **ADEQUADO** o resultado da interpretação da situação encontrada, não tendo obtido, portanto, achado de auditoria.

### 4. Composição remuneratória dos contratos de pessoal

O critério de análise aqui estabelecido é verificar se as informações do SISAP conferem com os montantes especificados em contrato, se o que está discriminado foi efetivamente pago<sup>13</sup>, conforme previsão legal<sup>14</sup>.

Em conformidade com as análises realizadas, verificou-se que os valores apresentados no SISAP relativos à composição remuneratória dos contratos de pessoal estão corretos, considerando **ADEQUADO** o resultado da interpretação da situação encontrada, não tendo obtido, portanto, achado de auditoria.

<sup>12</sup> Conforme Roteiro de Avaliação de Contratações por Tempo Determinado (RACTD).

<sup>13</sup> Conforme Roteiro de Avaliação de Contratações por Tempo Determinado (RACTD).

<sup>14</sup> Artigo 10º; §1º; I Decreto Estadual 45.155/2009, e ainda, Decreto Estadual nº 37.924, artigo 8º, Decreto nº 45.249/2009, artigo 1º c/c Lei Federal nº 4.320/64 (artigo 60).



## **5. Encargos (INSS e IRRF) recolhidos**

O critério de análise aqui estabelecido é avaliar se os cálculos de impostos na Folha de pagamento dos contratados estão corretos, conforme previstos no Decreto nº 37.924, artigo 8º, Decreto nº 45.249/2009, artigo 1º c/c Lei 4.320/64 (artigo 60).

De acordo com as análises realizadas, esta Controladoria Seccional avalia que os encargos (INSS e IRRF) foram recolhidos adequadamente, assim consideramos **ADEQUADO** o resultado da interpretação da situação encontrada, não tendo obtido, portanto, achado de auditoria.



## **SUGESTÕES DE BOAS PRÁTICAS**

Diante de todo o exposto, sugere-se, a adoção das práticas (1) e (2), destacadas a seguir, com o intuito de assegurar, em próximos Processos Seletivos Simplificados, que os resultados sejam ainda melhores dos que foram atingidos no referente à presente análise e que as reiteramos abaixo.

Sugestão de boa prática nº 1: Sugere-se que seja avaliada a viabilidade do aproveitamento dos agentes públicos, que mais se destacaram, para fazerem parte do quadro de pessoal do Sisema através de outra modalidade de contratação, como exemplo, o Recrutamento Amplo, uma vez que devido à validade dos contratos administrativos, os mesmos não podem ser renovados ou estendidos com o intuito de que devido à natural curva de aprendizado e tempo necessários para suas entregas, não se tenha a perda de conhecimento adquirido.

Sugestão de boa prática nº 2: Sugere-se consulta à SEPLAG com o intuito de buscar metodologia específica a ser aplicada na definição de parâmetros e metas que envolvam a inferência de horas para realização de cada atividade do Agente Público, estabelecendo produtos a partir de critérios objetivos.



## **CONCLUSÃO**

A partir dos exames realizados, verificou-se no âmbito da FEAM a necessidade temporária de excepcional interesse público e que os agentes públicos executaram as atividades pelas quais, de fato, foram contratados, considerando satisfatório o resultado da interpretação da situação encontrada.

Verificou-se que, no tocante à frequência dos Agentes Públicos, aos valores apresentados no SISAP relativos à composição remuneratória e aos encargos (INSS e IRRF) recolhidos, estão corretos, considerando adequados o resultado da interpretação da situação encontrada, no âmbito da Superintendência de Gestão Direitos Pagamentos Finanças – SGDP/SISEMA, especialmente na Diretoria Direitos e Pagamentos e vantagens DPDV/SISEMA na despesa de pessoal da SEMAD, atinente aos Agentes Públicos pela FEAM.

Ressalta-se que a conclusão da auditoria não esgota a possibilidade de identificação de quaisquer irregularidades e/ou inconsistências significativas relativas ao objeto do trabalho, sendo competência primária das unidades e dos gestores das áreas envolvidas adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades do processo, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, a fim de garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e os objetivos.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2022.

---

**Bruno Gonçalves Nogueira**  
Coordenador do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade do Sisema  
MASP 1.375.292-8

---

**Quintiliano Augusto Campomori do Valle**  
Controlador Seccional da Fundação Estadual do Meio Ambiente  
MASP 753.239-3



**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**

**APÊNDICE I – Roteiro para avaliação de contratações de bens e serviços em geral executados com a Fonte 95**

<p><b>CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO</b></p> 
Controladoria Seccional do Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM)
<b>Roteiro de Avaliação de Contratações por Tempo Determinado (RACTD) Contratações de servidores por tempo determinado executados com a Fonte 95</b>
Objetivo: subsidiar a avaliação a posteriori da execução da despesa na Fonte 95 no Exercício de 2021, nos termos da Resolução CGE nº 35/2020, a fim de verificar a conformidade deste processo por meio da atividade de auditoria interna.

<b>Data do Preenchimento</b>	12/08/2022
<b>Processo Sei! MG</b>	1370.01.0018851/2020-61 (Contratação para atender necessidade temporário de excepcional interesse público)
<b>Contrato nº</b>	1520.01.0006104/2022-11 (Avaliação da Regularidade das despesas executadas com recursos da Fonte 95/FEAM)
<b>Data de solicitação da contratação</b>	Edital SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 01/2020 (Sei! MG nº 14562347, processo SEI! MG nº 1370.01.0018851/2020-61)
<b>Objeto da contratação</b>	Publicação 06 06 2020 – Edital (SEI! MG nº 15152876)
<b>Objeto da contratação</b>	Prestação de serviço para atuar como contratado temporário para atendimento de necessidade emergencial, transitória e de excepcional interesse público, conforme inciso III do artigo 3º da Lei Estadual nº 23.750/2020, em função dos impactos do rompimento da Barragem B1 da Mina Córrego do Feijão, da Vale S.A, em Brumadinho, para atuação exclusiva em atividades ligadas à mitigação de seus efeitos.





**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**

<b>Valor (R\$)</b>	R\$ 2.983,31 + gratificação de R\$ 1.433,82 + ajuda de custo de R\$ 125,00 por dia efetivamente trabalhado
<b>Vigência</b>	Máximo 6 meses, a contar da publicação do seu extrato no IOF/MG, prorrogado 1 vez por 6 meses.
<b>Autoridade da entidade que assinou o contrato</b>	Renato Teixeira Brandão, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente
<b>Identificação do fiscal do contrato</b>	<p>Chefia Imediata: Patrícia Rocha Maciel Fernandes: A. C de P., D. G. C. e J. R. C.</p> <p>Chefia Imediata: Caroline Priscila Fan Rocha: U. D. de S. L.</p> <p>Chefia Imediata: Priscila Cristina Pizano de Souza Koch: C. P. C</p> <p>Chefia Imediata: Luiz Otávio Martins Cruz: N. S. C.</p> <p>Chefia Imediata: Luis Gabriel Menten Mendoza: C. S. H. e M. L. C. T.</p>
<b>Auditor responsável pela análise</b>	Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Nº	Questão de Auditoria	Base Legal	Critérios para interpretação dos resultados	Análise do Processo Por Matrícula ou MASP							Observações	
				A. C. de P.	D. G. C.	J. R. C.	U. D. de S. L.	C. P. C.	N. S. C.	C. S. H.		M. L. C. T.
1	A contratação foi efetuada considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público?	Decreto Estadual nº 45.155/2009 (artigo 1º)	1 Ponto: Inadequado/crítico 2 Pontos: Deficiente/Insuficiente 3 Pontos: Insatisfatório (mediano) 4 Pontos: Satisfatório 5 Pontos: Adequado	4	4	4	4	4	4	4	4	A necessidade temporária foi descrita no Memorando.SEMAD/DPCA.nº 375/2020, processo SEI n. 1370.01.0018851/2020-61.
2	O contratado está executando (em exercício) a atividade pela qual,	Decreto Estadual nº 45.155/2009 (artigo 13, inciso I)	1 Ponto: Inadequado/crítico 2 Pontos: Deficiente/Insuficiente	4	4	4	4	4	4	4	4	Conforme informado nos Memorando.FEAM/GERAI.nº 69/2022, Memorando.FEAM/GERAQ.nº 119/2022, Memorando.FEAM/GESAR.nº 79/2022,





**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**

Nº	Questão de Auditoria	Base Legal	Critérios para interpretação dos resultados	Análise do Processo Por Matrícula ou MASP								Observações
				A. C. de P.	D. G. C.	J. R. C.	U. D. de S. L.	C. P. C.	N. S. C.	C. S. H.	M. L. C. T.	
	de fato, ele foi contratado?		3 Pontos: Insatisfatório (mediano) 4 Pontos: Satisfatório 5 Pontos: Adequado									anexados ao Processo SEI n.520.01.0006104/2022-11, as atividades dos contratados são compatíveis com o contrato. A seguir documentos indicados no processo supracitado: Doc. 48876826 Doc. 48885117 Doc. 48877329 Doc. 48877348 Doc. 48877291 Doc. 48877242 Doc. 48924914 Doc. 48923509
3	O Atestado de Frequência do contratado é encaminhado mensalmente?	Lei Estadual nº 869/52 (artigo 216, I); Lei Estadual nº 23.750/2020 (artigo 10), Decreto Estadual nº 48.097/2020 (artigo 7º, § 2º, III e artigo 16, I)	1 Ponto: Inadequado/crítico 2 Pontos: Deficiente/Insuficiente 3 Pontos: Insatisfatório (mediano) 4 Pontos: Satisfatório 5 Pontos: Adequado	5	5	5	5	5	5	5	5	Os atestados de frequência dos contratados foram anexados ao processo SEI nº 1520.01.0006104/2022-11, a seguir os números dos Doc. SEI: 1. A. C. de P. - 2021 (SEI nº 48584385) 2. C. S. H. - 2021 (SEI nº 48585125) 3. C. P. C. - 2021 (SEI nº 48585251) 4. D. G. C. - 2021 (SEI nº 48585394) 5. J. R. C. - 2021 (SEI nº 48585570) 6. M. L. C. T. - 2021 (SEI nº 48585763) 7. N. S. C. - 2021 (SEI nº 48586171) 8. U. D. de S. L. - 2021 (SEI nº 48586236)
4	Os valores apresentados no SISAP relativos à composição remuneratória dos contratos de pessoal estão corretos?	Decreto Estadual nº 37.924, artigo 8º, Lei 4.320/64 (artigo 60)	1 Ponto: Inadequado/crítico 2 Pontos: Deficiente/Insuficiente 3 Pontos: Insatisfatório (mediano) 4 Pontos: Satisfatório	5	5	5	5	5	5	5	5	O Memorando.SEMAD/DPCA.nº 690/2022, juntado ao Processo SEI n. 1520.01.0006104/2022-11, referente a solicitação para apresentação das telas do SISAP que constem os valores de remuneração dos servidores contratados, solicitadas no Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 107/2022 (SEI nº 48145391), anexou certidões de vantagens e descontos dos contratados.



## CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

Nº	Questão de Auditoria	Base Legal	Critérios para interpretação dos resultados	Análise do Processo Por Matrícula ou MASP								Observações
				A. C. de P.	D. G. C.	J. R. C.	U. D. de S. L.	C. P. C.	N. S. C.	C. S. H.	M. L. C. T.	
			5 Pontos: Adequado									
5	Os encargos (INSS e IRRF) estão sendo recolhidos adequadamente?	Decreto Estadual nº 37.924, artigo 8º, Lei Federal nº 4.320/64 (artigo 60)	1 Ponto: Inadequado/crítico 2 Pontos: Deficiente/Insuficiente 3 Pontos: Insatisfatório (mediano) 4 Pontos: Satisfatório 5 Pontos: Adequado	5	5	5	5	5	5	5	5	"O Despacho nº 1213/2022/FEAM/GAB, anexado ao Processo SEI n. 1520.01.0006104/2022-11, apresentou o Memorando.FEAM/GECOF.nº 151/2022 (48776990) e documentos nele referenciados, em resposta à solicitação sobre as memórias de cálculo dos servidores contratados, no âmbito FEAM, no ano de 2021, (por meio de recursos oriundos da Fonte 95) com a retenção e recolhimento do INSS e IRPF, com a devida comprovação dos respectivos recolhimentos. No Processo SEI n. 2090.01.0002248/2020-06 foram anexados documentos do Ministério da Fazenda informando a declaração ao FGTS e à previdência."

Legenda: S = Sim, N = Não, N/A = Não se aplica.

Em relação aos critérios acima, com o objetivo de auxiliar a interpretação da situação encontrada, esclarece-se o exposto a seguir:

Ponto	Definição	Sugestão de Interpretação	Probabilidade de ocorrência de um risco associado
1	Inadequado / crítico. Inexistente. Ausência de controles. Há falhas detectadas.	Baixo nível de formalização, documentação sobre controles internos não disponíveis, ausência de comunicação sobre os controles.	Muito alto. De forma inequívoca (praticamente certa), um evento de risco ocorrerá, as circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.
2	Deficiente/Insuficiente. Fraco. Ausência de controles formalizados. Há falhas detectadas.	Controles internos tratados informalmente, ainda não há treinamentos e comunicação sobre controles.	Alto. De forma esperada (provável) um evento de risco poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade
3	Insatisfatório. Mediano.	Há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos.	Médio.



**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**

	Controle formalizado, mas não funciona e não está implementado. Há falhas detectadas.		De alguma forma, um evento de risco poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam Moderadamente essa possibilidade.
<b>4</b>	Satisfatório. Controle existente, formalizado, parcialmente implementado, passível de aperfeiçoamento. Não há falhas detectadas.	Controles internos obedecem aos princípios estabelecidos, sustentados por ferramentas adequadas, é supervisionado e regularmente aprimorado.	Baixo. De forma inesperada (rara) ou casual um evento de risco poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam pouco essa possibilidade.
<b>5</b>	Adequado. Forte. Controle institucionalizado, formalizado e implementado. Não há falhas detectadas.	Controles internos otimizados, princípios e processos de controles internos estão integrados aos processos de gestão da organização. Podem ser considerados a "melhor prática".	Muito baixo. Em situações excepcionais (improvável), um evento de risco poderá até ocorrer



## CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

### APÊNDICE II – Matriz de Achados

Questão de Auditoria	Critério	Informações Requeridas	Fontes de Informação	Descrição do Achado	Situação Encontrada	Evidências e Análises	Causas	Efeitos	Limitações	Recomendações	Benefícios Esperados
A contratação foi efetuada considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público?	Decreto Estadual nº 45.155/2009 (artigo 1º)	A necessidade temporária de excepcional interesse público da contratação efetuada.	Processo de contratação	Não há							
O contratado está executando (em exercício) a atividade pela qual, de fato, ele foi contratado?	Decreto Estadual nº 45.155/2009 (artigo 13, inciso I)	Relação das atividades do servidor contratado e compatibilidade com o instrumento de origem (contrato, convênio)	Edital do Processo Seletivo / Contrato / Convênio / Atividades executadas	Não há							
O Atestado de Frequência do contratado é encaminhado mensalmente?	Lei Estadual nº 869/52 (artigo 216, I); Lei Estadual nº 23.750/2020 (artigo 10); Decreto Estadual nº 48.097/2020 (artigo 7º, §2º, III e artigo 16, I)	Encaminhamento mensal do Atestado de Frequência	Edital do processo / Processos de pagamento mensal / Folhas de Ponto	Não há							
Os valores apresentados no SISAP relativos à composição remuneratória dos contratos de pessoal estão corretos?	Decreto Estadual nº 37.924, artigo 8º; Decreto Estadual nº 45.249/2009, artigo 1º c/c Lei Federal 4.320/964 (artigo 60)	Valores do SISAP e remuneração dos contratos	Processo de contratação Consulta aos sistemas ou base de dados disponíveis - SISAP	Não há							
Os encargos (INSS e IRRF) estão sendo recolhidos adequadamente?	Decreto Estadual nº 37.924, artigo 8º; Decreto Estadual nº 45.249/2009, artigo 1º c/c Lei Federal 4.320/964 (artigo 60)	Memória de Cálculo do servidor contratado (Fonte 95) com a retenção e recolhimento do INSS e IRPF na folha	Processo de contratação Consulta aos sistemas ou base de dados disponíveis - SISAP	Não há							



**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**

# **RELATÓRIO DE AUDITORIA**

**Nº 1306464**

**AVALIAÇÃO DE ESTRUTURA DE CONTROLE  
EM NÍVEL DE ENTIDADE POR COMPONENTE**

**2022**

**Fundação Estadual do Meio Ambiente  
FEAM**

**07/12/2022**

**CONTROLADORIA-GERAL  
DO ESTADO**



**MINAS  
GERAIS**

**GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.**



# **Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais**

## **Auditoria-Geral**

### **RELATÓRIO DE AUDITORIA nº 1306464**

Unidade Auditada: Fundação Estadual do Meio Ambiente

Município: Belo Horizonte

## MISSÃO DA CGE

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.





#### **QUAL O TRABALHO REALIZADO?**

Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Componentes, na Fundação Estadual do Meio Ambiente por meio de metodologia baseada no *Committee of Sponsoring Organization (COSO I)*.



#### **POR QUE A CGE REALIZOU ESSE TRABALHO?**

Em atendimento ao Plano de Atividades de Controle Interno de 2022 e ao Plano Tático da Auge 2022/2023, relativo às atividades de auditoria preventivas e de acordo com os objetivos estratégicos da CGE MG, que precisa intensificar ações que promovam a melhoria dos controles internos da Administração Pública.



#### **QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS?**

Os resultados apresentados neste relatório permitem concluir que nível de maturidade dos componentes avaliados da Fundação Estadual do Meio Ambiente se encontra nos níveis:

Componente: Avaliação de Riscos – Nível Básico

Componente: Atividades de Controle – Nível Intermediário



#### **QUAIS AS RECOMENDAÇÕES DEVERÃO SER ADOTADAS?**

Diante dos exames realizados, recomenda-se a formulação de Plano de Ação em atendimentos às recomendações propostas, cuja elaboração compete aos gestores da Fundação Estadual do Meio Ambiente, através da identificação das ações a serem implementadas, visando promover a melhoria da estrutura de controle dos componentes avaliados.

## **Lista de Siglas e Abreviaturas**

AEST - Assessoria Estratégica da Secretaria de Estado de Meio Ambiente

ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados

AUGE – Auditoria-Geral

CGE – Controladoria-Geral do Estado de Minas Gerais

CGIRC – Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controle

COSO – *The Committee of Sponsoring Organizations*

DISTI – Diretoria de Infraestrutura e Suporte em TI

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

GECOF – Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças

GERAM – Gerência de Recuperação de Áreas de Mineração e Gestão de Barragens

LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal nº 13.709/2018)

MEG-TR – Modelo de Excelência da Gestão das Transferências da União

MGS – Minas Gerais Administração e Serviços

NAI – Núcleo de Autos de Infração

NUPRO – Núcleo de Apoio à Pesquisa, Programas e Projetos

PMPI – Plano Mineiro de Promoção à Integridade

PNPC – Programa Nacional de Prevenção à Corrupção

SGDP – Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

SISEMA – Sistema Estadual do Meio Ambiente

STI – Superintendência de Tecnologia da Informação

TCU – Tribunal de Contas da União

TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação



## Sumário

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. RESULTADO DOS EXAMES .....</b>	<b>3</b>
2.1 Componente – Avaliação de Riscos.....	4
2.2 – Componente – Atividades de Controle .....	10
<b>3. BOAS PRÁTICAS ENCONTRADAS .....</b>	<b>18</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>ANEXO I – Guia de Avaliação.....</b>	<b>20</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Trata-se de auditoria de natureza operacional com a finalidade de avaliar, em nível de componente, o grau de maturidade dos controles internos da Fundação Estadual do Meio Ambiente, cujas competências estão previstas no Decreto Estadual nº 47.760 de 20 de novembro de 2019.

A avaliação da estrutura de controle interno em nível de componente, objeto deste trabalho, contempla um conjunto de políticas, diretrizes e padrões mais abrangentes da Fundação Estadual do Meio Ambiente. Estão relacionados com a estrutura, com a operacionalização do trabalho e com as atividades de gestão.

Para tanto, foi avaliada a existência, a adequação e a efetividade dos controles internos instituídos pela Fundação Estadual do Meio Ambiente, quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico sobre a estrutura do componente avaliado.

A avaliação foi pautada nos critérios definidos pelo Comitê das Organizações Patrocinadoras – COSO, que define controle interno como sendo um processo constituído de cinco elementos básicos, atualmente denominados “componentes”, que se inter-relacionam. São eles: (1) Ambiente de Controle; (2) Avaliação e Gerenciamento de Riscos; (3) Atividades de Controle; (4) Informação e Comunicação; e (5) Monitoramento. Os componentes avaliados foram selecionados com base na Avaliação da Estrutura de Controle em nível de Entidade realizada em 2020, na qual a maturidade da Fundação Estadual do Meio Ambiente se encontrava no **nível intermediário** em que se há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos conforme interpretação da **Tabela 1**.

**Tabela 1 – Interpretação dos Resultados**

PONTUAÇÃO MÉDIA	INTERPRETAÇÃO	DESCRIÇÃO
<b>0 a 20%</b>	Inicial	Baixo nível de formalização; documentação sobre controles internos não disponível; ausência de comunicação sobre controles internos.
<b>20,1 a 40%</b>	Básico	Controles internos tratados informalmente; ainda não há treinamento e comunicação sobre controles internos.
<b>40,1 a 70%</b>	Intermediário	Há princípios e padrões documentados, e treinamento básico sobre controles internos.
<b>70,1 a 90%</b>	Aprimorado	Controles internos obedecem aos princípios estabelecidos; são supervisionados e regularmente aprimorados.
<b>90,1 a 100%</b>	Avançado	Controles internos otimizados; princípios e processos de controles internos estão integrados aos processos de gestão da organização.

Fonte: CGE (Acórdãos – TCU Plenário 2467/2013, 568/2014 e 476/2015).

O resultado da avaliação dos controles realizada pela equipe de auditoria fornecerá ao gestor informações relevantes para a construção do plano de ação, visando o aperfeiçoamento da eficiência, eficácia e efetividade operacional, a integridade e confiabilidade da informação produzida e sua disponibilidade para a tomada de decisões e para o cumprimento de obrigações de *accountability*, a conformidade com leis e regulamentos aplicáveis e a adequada salvaguarda e proteção de bens, ativos e



recursos públicos contra desperdício, perda, mau uso, dano, utilização não autorizada ou apropriação indevida.

Com o resultado do trabalho, espera-se contribuir para o aprimoramento, fortalecimento e melhoria dos processos internos, aperfeiçoamento dos controles administrativos e a minimização dos riscos dos processos a níveis aceitáveis.

A metodologia adotada encontra-se no **Anexo I** deste relatório.

Nossos exames foram realizados consoante normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, entrevistas, aplicação de questionários e análise documental na extensão julgada necessária, segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas. Os resultados foram expressados com base na avaliação técnica da equipe de auditoria sobre as evidências de existência, adequação e efetividade dos controles internos administrativos da Fundação Estadual do Meio Ambiente.

## 2. RESULTADO DOS EXAMES

A avaliação foi efetuada das evidências obtidas pela equipe de auditoria a cada controle avaliado, de acordo com a quantidade de subquestões de auditoria respondidas positivamente, e a média das notas traduziu-se em um conceito de maturidade do controle, conforme explicado na metodologia apresentada no **Anexo I**.

As notas obtidas na AEC realizada em 2020 foram as seguintes:

- Ambiente de Controle – Nota: 64,1% – Conceito: Intermediário;
- Avaliação de Riscos – Nota: 27,1% – Conceito: Básico;
- Atividades de Controle – Nota: 41,7% – Conceito: Intermediário;
- Informação e Comunicação – Nota: 45,8% – Conceito: Intermediário;
- Monitoramento – Nota: 68,8% – Conceito: Intermediário.

Dessa maneira foram selecionados os componentes **Avaliação de Riscos e Atividade de Controle** que apresentaram as menores notas para proceder à avaliação da Estrutura de Controle por Componente em 2022. O **Quadro 1** apresenta a evolução desses componentes após as respectivas avaliações.

**Quadro 1 – Evolução dos Componentes 2020-2022**

Componentes Avaliados	AEC – Nível Entidade 2020		AEC – Nível Componente 2022	
	Nota	Conceito	Nota	Conceito
<b>Avaliação de Riscos</b>	27,1%	Básico	34,4%	Básico
<b>Atividades de Controle</b>	41,7%	Intermediário	58,3%	Intermediário

Os achados identificados em cada questão estão detalhados nos itens 2.1 e 2.2, permitindo ao gestor um melhor entendimento sobre a situação encontrada e a justificativa para a nota atribuída, assim como as recomendações para tratamento desses achados.

O resultado da avaliação efetuada pela equipe de auditoria foi sintetizado em Princípios e Componentes, conforme demonstrado na **Tabela 2**, a seguir.

**Tabela 2 – Resultado da Avaliação da estrutura de Controle por Componente da FEAM**

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE POR COMPONENTE		AVALIAÇÃO	CONCLUSÃO
<b>Avaliação de Riscos</b>		<b>34,4%</b>	<b>Básico</b>
Princípio 6	Clara definição de objetivos que possibilitem o eficaz gerenciamento de riscos.	62,5%	Intermediário
Princípio 7	Mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos	25%	Básico
Princípio 8	A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos.	25%	Básico

AVALIAÇÃO DA ESTRUTURA DE CONTROLE POR COMPONENTE		AVALIAÇÃO	CONCLUSÃO
Princípio 9	Identificação e avaliação das mudanças internas e externas ao órgão ou entidade que possam afetar significativamente os controles internos da gestão	25%	Básico
<b>Atividades de Controle</b>		<b>58,3%</b>	<b>Intermediário</b>
Princípio 10	Desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos.	50%	Intermediário
Princípio 11	A organização seleciona e desenvolve atividades de controle gerais sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.	50%	Intermediário
Princípio 12	Definição de políticas e normas que suportem as atividades de controle.	75%	Aprimorado

Fonte: CGE MG

A seguir são descritos os achados constatados pela equipe de auditoria, por **componente** avaliado, assim como recomendações de medidas que deverão ser adotadas pela gestão.

## 2.1 Componente – Avaliação de Riscos

O Componente “Avaliação dos Riscos” envolve a análise dos seguintes princípios:

- P6 – Clara definição de objetivos que possibilitem o eficaz gerenciamento de riscos;
- P7 – Mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos;
- P8 – A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos;
- P9 – Identificação e avaliação das mudanças internas e externas ao órgão ou entidade que possam afetar significativamente o sistema de controle interno.

No que tange à gestão de riscos, de acordo com o COSO-ERM, trata-se de um processo que permeia toda a organização, colocado em prática pela alta administração da entidade, pelos gestores e demais colaboradores, aplicado no estabelecimento da estratégia e projetado para identificar possíveis eventos que possam afetar a instituição, com vistas a fornecer segurança razoável quanto ao alcance dos objetivos da entidade (COSO, 2004, tradução livre, *apud* TCU, 2017).

Uma pré-condição para avaliar riscos é ter objetivos relacionados aos vários níveis da entidade. Esses objetivos se alinham à entidade e apoiam o cumprimento das diretrizes estratégicas. Embora a fixação de estratégias e objetivos não seja parte do processo de controle interno, os objetivos formam a base para implementar e conduzir as abordagens de avaliação de riscos e para estabelecer as atividades de controle subsequente.

Quanto à clara definição de objetivos que possibilitem o eficaz gerenciamento de riscos, está esclarecido pelo COSO1 que, “a missão de uma organização estabelece, em um sentido mais amplo, aquilo que a organização deseja alcançar. Os objetivos estratégicos são metas de nível geral alinhadas com a missão da organização e oferecendo-lhe apoio. Ao orientar o seu enfoque, primeiramente para os objetivos

<sup>1</sup> COSO I – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Controle Interno – Estrutura Integrada. Maio de 2013. Obra traduzida pelo Instituto de Auditores Internos do Brasil – IIA Brasil, com a colaboração PwC Brasil.



*estratégicos e táticos, a Administração estará pronta para definir os objetivos operacionais. Os objetivos precisam ser mensuráveis e entendidos prontamente”.*

Quanto aos riscos provenientes de fontes externas e internas, segundo o COSO: “Toda entidade enfrenta vários riscos de fontes externas e internas. O risco é definido como a possibilidade de que um evento ocorra e afete adversamente a realização dos objetivos. A identificação e análise dos riscos é um processo contínuo e iterativo conduzido para aprimorar a capacidade da entidade de realizar seus objetivos”.

No sentido de coibir fraudes na administração pública estadual, a Política Mineira de Promoção da Integridade tem como um dos seus objetivos “contribuir para a melhoria da gestão pública e para o aperfeiçoamento das políticas públicas, por meio do aprimoramento da governança, do fortalecimento do controle interno e da incorporação de mecanismos de prevenção, de detecção e de tratamento aos riscos de integridade.

### **Princípio 6: Clara definição de objetivos que possibilitem o eficaz gerenciamento de riscos**

Acerca deste princípio, constatou-se que a FEAM possui Planejamento Estratégico elaborado. A missão, a visão e valores estão instituídos<sup>2</sup>. Quais sejam:

#### **Missão**

Promover a preservação, a conservação e a recuperação dos ecossistemas, desenvolvendo e implementando as políticas públicas relativas à qualidade ambiental, à biodiversidade, aos recursos hídricos e ao saneamento, visando à manutenção do equilíbrio ecológico, ao uso racional dos recursos naturais, à qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável, para as gerações presentes e futuras.

#### **Visão**

Ser excelência em gestão ambiental sustentável.

#### **Valores**

Governança; Integridade; Eficiência; Transparência; Inovação; Participação Social.

Os objetivos organizacionais são os seguintes:

- Promover a aplicação de instrumentos de gestão ambiental;
- Propor indicadores e avaliar a qualidade ambiental e a efetividade das políticas de proteção do meio ambiente;
- Desenvolver, coordenar, apoiar e incentivar estudos, projetos de pesquisa e ações com o objetivo de promover a modernização e a inovação tecnológica nos setores da indústria, da mineração, do turismo, da agricultura, da pecuária e de infraestrutura, com ênfase no uso racional dos recursos ambientais e de fontes renováveis de energia;
- Prestar o apoio técnico necessário aos órgãos e às entidades integrantes do SISEMA nos processos de regularização ambiental e no âmbito de sua atuação;
- Propor, estabelecer e promover a aplicação de normas relativas à conservação, à preservação e à recuperação dos recursos ambientais e ao controle das atividades e dos empreendimentos considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental,

<sup>2</sup> <http://www.feam.br/instituicao/missao-e-valores>



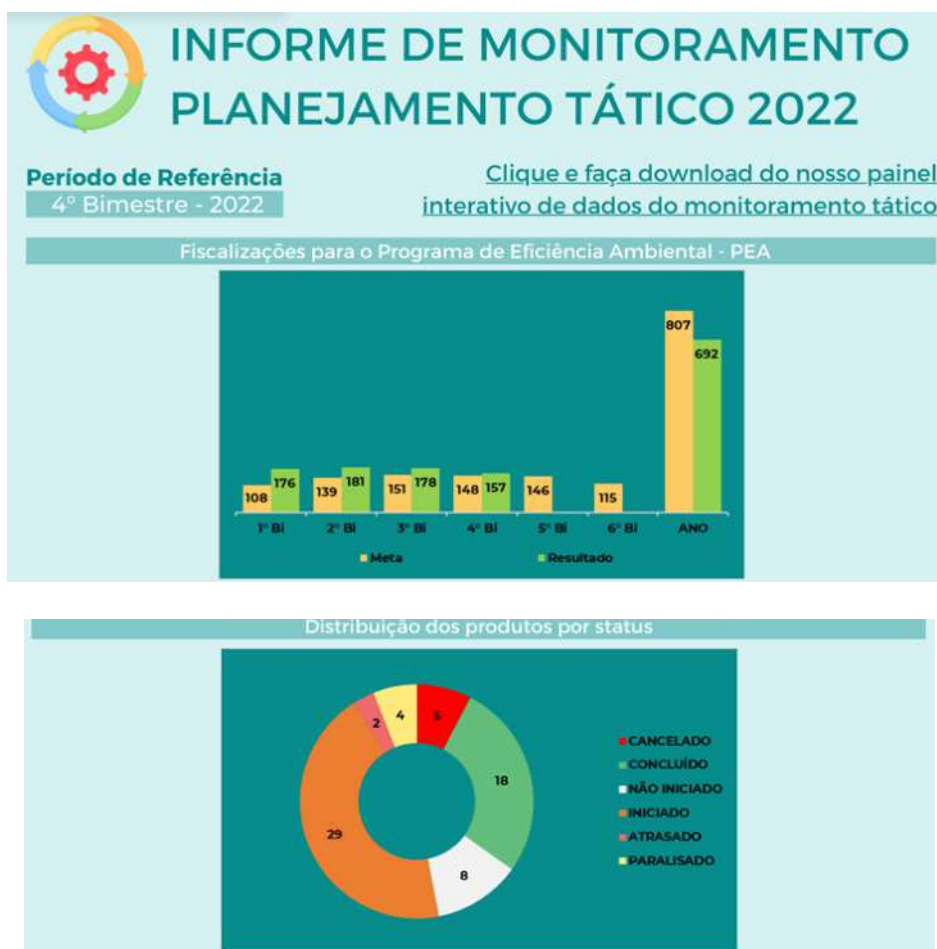
em articulação com órgãos e entidades federais, estaduais e municipais.<sup>3</sup>

Constatou-se, também, que há planos táticos e operacionais que são desdobramentos do Planejamento Estratégico. Tais documentos foram elaborados com o objetivo de adequar o trabalho às novas demandas que passaria a atender e à excelência que deveria demonstrar para exercer suas competências. São trazidos os desafios, objetivos e metas; um bom exemplo são as adequações que seriam necessárias devido às novas diretrizes da Lei Estadual nº 23.291/2019, que, ao estabelecer a Política Estadual de Segurança de Barragens – PESB, alterou a maneira que deveria ser conduzido o acompanhamento dos aspectos ambientais da gestão de barragens de rejeitos ou de resíduos industriais e da mineração.

Constatou-se, também, que houve divulgação dos planos estratégico, tático e operacional por e-mail, para os diretores e gerentes, em 2020, pelo Sei! MG, em 2021, e em nuvem no *Microsoft OneDrive*, em 2022, disponibilizados a todos os servidores, através de e-mails institucional. Neste mesmo ambiente, é feito o acompanhamento, por meio de planilhas de controle geral, dos indicadores e das metas.

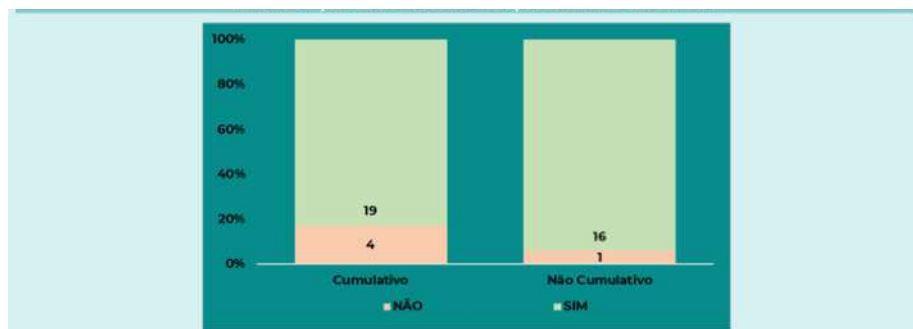
O acompanhamento pode ser realizado em tempo real através de planilha eletrônica em nuvem<sup>4</sup>. A comunicação realizada em setembro de 2022 pode ser vista nas imagens que seguem.

**Figura 1 – Comunicação do Planejamento Tático em 2022**



<sup>3</sup> <http://www.feam.br/instituicao>

<sup>4</sup> [encurtador.com.br/bkBGZ](http://encurtador.com.br/bkBGZ)



Fonte: FEAM/NUPRO

Com base nas informações obtidas na ferramenta eletrônica supracitada, os planejamentos são revisados em decorrência dos resultados dos indicadores através da lógica do ciclo PDCA<sup>5</sup>.

Acerca da identificação dos processos críticos e dos principais riscos, há previsão no Plano de Integridade, que já foi instituído e está em revisão. Contudo, não é específico da FEAM, mas sim, do SISEMA como um todo. Há clara preocupação, por parte da gestão da FEAM, de identificar e mapear os processos. O NUPRO realiza um trabalho muito importante neste sentido; é realizado o mapeamento dos processos e desenho dos fluxos no *software* Bizagi.

Diante disso, percebe-se que não há uma formalização dos processos críticos e dos principais riscos. Contudo, em 2022, foi iniciado trabalho de Gestão de Riscos, proposto pela Controladoria Seccional e autorizado e apoiado pelo Gabinete junto ao Núcleo de Autos de Infração, através do Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da FEAM. O trabalho foi concluído com todo o fluxo do processo (este realizado pelo NUPRO), Matriz Swot<sup>6</sup>, Identificação de Riscos, AHP<sup>7</sup>, Trinômios de Probabilidade e Impacto e com o Relatório de Consultoria. Como consequência de ser o primeiro trabalho de Gestão de Riscos realizado em 2022 e de não haver uma formalização, não existem avaliações periódicas destes processos visando avaliar os riscos.

Acerca do andamento de ações para a clara definição de objetivos que possibilitem o eficaz gerenciamento de riscos, consta, no Plano Integridade, ação 1016, em que será realizada a matriz SWOT para a realização da análise de cenários. Tal ação terá como benefícios a identificação de macroprocessos e processos críticos, que podem subsidiar as próximas etapas da gestão de riscos e as tomadas de decisões. Também poderão ser realizadas uma correlação entre os pontos fortes e fracos com as oportunidades e ameaças, identificando-se as ações a serem realizadas para tirar o máximo proveito das oportunidades e dos pontos fortes com o objetivo de minimizar o impacto das ameaças e neutralizar os pontos fracos.

Tais medidas de avaliação de cenários poderão fornecer subsídios para reavaliar as metas institucionais, considerando o conjunto de habilidades que já existem, identificar outras fontes de recursos para adquirir o conjunto de habilidades necessárias para o atingimento das metas, identificar parceiros com a competência necessária para apoiar as atividades a serem desenvolvidas, reformular os processos de trabalho e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.

<sup>5</sup> Do inglês, *Plan-Do-Check-Act*, ou também *Plan-Do-Check-Adjust*, que significam Planejar-Fazer-Verificar-Agir, ou Planejar-Fazer-Verificar-Ajustar.

<sup>6</sup> *Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats* (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

<sup>7</sup> *Analytic Hierarchy Process*, em inglês, ou Processo Hierárquico Analítico, em português.

**Princípio 7: Mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos**

No que tange a este princípio, percebe-se que a FEAM, através do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGIRC), instituído pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 3.055/2021, “que tem por atribuições supervisionar, orientar e monitorar estruturas, sistemas, fluxos e processos de governança, integridade, gestão de riscos e controles”, tem o compromisso com o gerenciamento e a melhoria das práticas de gestão de riscos institucionais, com o fortalecimento da cultura de transparência pública, e avaliação da efetividade do Plano de Integridade do SISEMA.

Entretanto, apesar do compromisso da gestão da FEAM, uma política de gestão de riscos ainda não foi concluída e aprovada pela alta administração. Diante disso, não se pode analisar se existem:

- Objetivos organizacionais com relação à gestão de riscos;
- Integração da gestão de riscos a processos e políticas organizacionais;
- Responsabilidades para gerenciar riscos;
- Diretrizes sobre como riscos devem ser identificados, avaliados, tratados e monitorados,
- Consultas e comunicação com partes interessadas internas e externas sobre assuntos relacionados a risco;
- Diretrizes para a medição do desempenho da gestão de riscos;
- Compromisso de analisar criticamente e melhorar a política e a estrutura da gestão de riscos em resposta a um evento ou mudança nas circunstâncias.

Neste mesmo sentido, não se pôde analisar se a política de gestão de riscos é comunicada e está disponível a todos na organização (intranet, internet, videoconferências, *workshops*, portarias, e-mails, etc.), se existe capacitação sobre a temática de gestão de riscos para disseminar os conceitos utilizados e se a política de gestão de riscos foi desdobrada em um plano de gestão de riscos ou outros instrumentos normativos, procedimentos operacionais, etc., estabelecendo diretrizes claras para identificação, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos (metodologia utilizada para gerenciar os riscos). Percebe-se que houve a instituição, no âmbito do SISEMA, da criação de estrutura de governança para a gestão de riscos; o exemplo é o CGIRC e a existência institucional da Controladoria Seccional.

Pelos motivos apontados anteriormente, por não existir uma política de gestão de riscos concluída e aprovada, não há monitoramento de Plano de Ação para tratamento dos riscos que forem identificados.

Acerca do andamento de ações para o mapeamento das vulnerabilidades que impactam os objetivos, de forma que sejam adequadamente identificados os riscos a serem geridos, constam, no Plano Integridade, as ações 1017, 1021 e 1026. Através destas ações será identificado o nível de maturidade institucional quanto à gestão de riscos por meio de quatro dimensões propostas pela metodologia desenvolvida pelo TCU, quais sejam: Ambiente, Processos, Parcerias e Resultados. Será possível, diante disso, a instituição de uma política organizacional de Gestão de Riscos que contemple, também, os riscos de integridade que tratará vulnerabilidades organizacionais que podem favorecer ou facilitar situações de quebra de integridade.

**Princípio 8: A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos**

No mesmo sentido das considerações contidas no Princípio 7, como não há uma política de gestão de riscos concluída e aprovada pela alta administração, não é

possível examinar se a política de gestão de riscos contempla os riscos relacionados à fraude e corrupção (riscos de integridade) que possam afetar a realização de seus objetivos.

Neste mesmo sentido, não é possível verificar se os riscos de fraude e corrupção (integridade) foram identificados, bem como suas causas e consequências potenciais, nem analisar se existem parâmetros definidos para a escolha das ações de aceitar, transferir, evitar ou mitigar os riscos de fraude e corrupção analisados, tampouco verificar se a os riscos de fraude e corrupção são comunicados e estão disponíveis a todos os envolvidos no processo. Por isso, não há plano de ação para tratar dos riscos de fraude e corrupção.

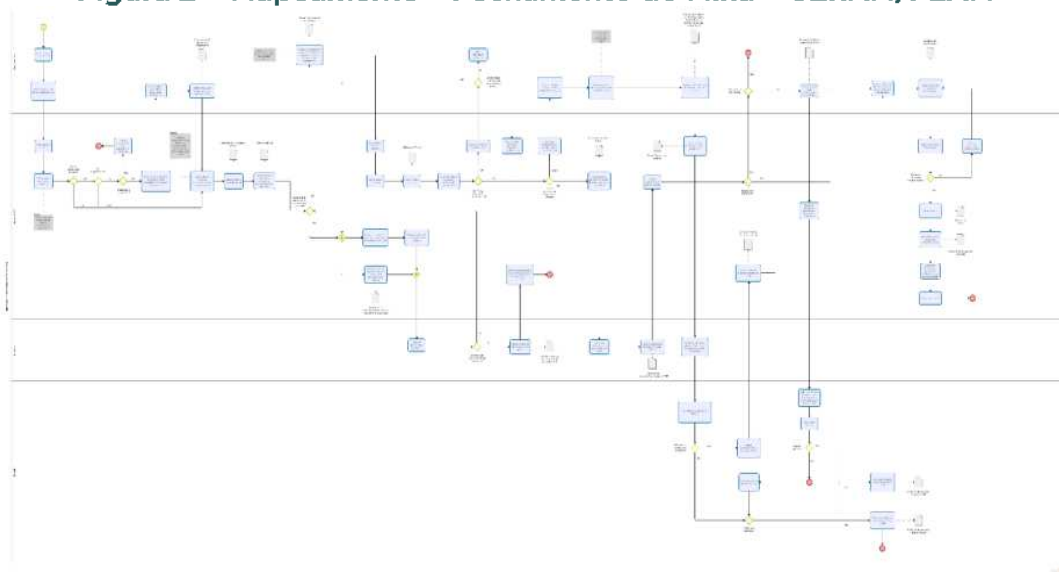
Acerca do andamento de ações de como a organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos, consta, no Plano de Integridade, a ação 1026 que, como já tratado, versará sobre os riscos de integridade. Tem-se, também, o PNPC que busca, através de consultoria, atuar na sensibilização de pessoas, na identificação de ameaças e vulnerabilidades nos sistemas de proteção da instituição e na apresentação de recomendações para redução de risco de incidentes.

**Princípio 9: Identificação e avaliação das mudanças internas e externas ao órgão ou entidade que possam afetar significativamente o sistema de controle interno**

No bojo das considerações contidas no Princípio 7, por não haver uma política de gestão de riscos concluída e aprovada pela alta administração, não é possível examinar se existe uma estratégia para assegurar que novas atividades decorrentes de mudanças significativas (ambiente regulatório, econômico, físico, mudanças no modelo de negócios, na alta administração da organização, etc.) sejam avaliadas quanto a risco e incorporadas ao processo de gestão de riscos.

Contudo, iniciou-se, como dito anteriormente, trabalho de gerenciamento de riscos no Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da FEAM. Percebe-se, portanto, que há preocupação, por parte da gestão da FEAM, com a gestão de riscos. Foi realizado mapeamento do fluxo de fechamento de mina no âmbito da GERAM que pode ser visto a seguir:

**Figura 2 – Mapeamento – Fechamento de Mina – GERAM/FEAM**



Fonte: FEAM/NUPRO



Há, também, porém, em andamento, o desenvolvimento de POPs<sup>8</sup> das atividades realizadas pela GECOF.

Considerando todos os pontos trazidos, não é possível verificar se a avaliação de riscos é atualizada periodicamente, considerando as mudanças de origem interna e externa, se existem parâmetros definidos para a escolha das ações de aceitar, transferir, evitar ou mitigar os riscos decorrentes de mudanças significativas e se os novos riscos decorrentes de mudanças significativas são comunicados e estão disponíveis a todos os envolvidos no processo (intranet, internet, videoconferências, *workshops*, portarias, e-mails, etc.).

Diante do exposto, não é possível verificar se o Plano de Ação (ou documento equivalente) para tratamento dos riscos foi atualizado a partir dos riscos identificados pelas mudanças ocorridas, considerando que como não há um plano de riscos institucionalizado, não há como avaliar a efetividade.

Acerca do andamento de ações para a identificação e avaliação das mudanças internas e externas ao órgão ou entidade que possam afetar significativamente o sistema de controle interno, constam, no Plano Integridade, as ações 1017, 1021 e 1026 que já foram abordadas no Princípio 6.

### **Achados**

1. Processos críticos não identificados;
2. Processos não são hierarquizados de acordo com seu respectivo nível de criticidade;
3. Riscos dos processos não são identificados e classificados;
4. Não são feitas avaliações periódicas dos riscos dos processos;
5. Não há política de gestão de riscos formalizada e aprovada que contemple, inclusive, riscos relacionados a fraude e corrupção (integridade) e que contemple mudanças significativas em termos macro.

### **Recomendações**

6. Garantir que conste, no novo Plano de Integridade do SISEMA, a identificação do nível de maturidade institucional quanto à gestão de riscos;
7. Incentivar e criar cronograma, de médio prazo, para a realização de consultorias em gerenciamento de riscos pela Controladoria Seccional de processos-chave indicados pela alta administração;
8. Elaborar e publicar a política de gestão de riscos, em conjunto com as demais casas do SISEMA. Importante que sejam contemplados riscos relacionados a fraude e corrupção (integridade), mudanças significativas em termos macro, identificação de riscos, hierarquização e cronograma de avaliações periódicas.

## **2.2 Componente – Atividades de Controle**

O componente “Atividade de Controle” envolve a análise dos seguintes princípios:

- P10 – Desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos;
- P11 – A organização seleciona e desenvolve atividades de controle gerais sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos;
- P12 – Definição de políticas e normas que suportem as atividades de controle.

<sup>8</sup> Procedimento Operacional Padrão – Documento organizacional que traduz o planejamento de um trabalho, em que são descritos, de forma desmembrada, todas as medidas e passos importantes para a realização de alguma tarefa.

Segundo COSO, o “Controle interno é um processo conduzido pela estrutura de governança, administração e outros profissionais da entidade, e desenvolvido para proporcionar segurança razoável com respeito à realização dos objetivos relacionados a operações, divulgação e conformidade”.

Atividades de controle são ações estabelecidas por políticas e procedimentos definidos pela administração que ajudam a assegurar que as diretrizes estejam sendo seguidas. As atividades de controle devem estar distribuídas por toda a organização, em todos os níveis e em todas as funções. Elas incluem uma gama de controles preventivos e detecção, como procedimentos de autorização e aprovação, segregação de funções (autorização, execução, registro e controle), controles de acesso a recursos e registros, verificações, conciliações, revisões de desempenho, avaliação de operações, de processos e de atividades, supervisão direta.

Contudo, não se pode perder de vista que esses instrumentos devem ser planejados e implementados considerando o porte e a complexidade das atividades desenvolvidas, conjugando-se benefícios e respectivos custos de manutenção/extinção. Sugere-se, a partir desta perspectiva, que o desenho de implementação, manutenção e/ou extinção dos mais diversos controles internos seja realizado a partir da gestão de riscos.

A política de segurança da informação é regulamentada no âmbito estadual pelo Decreto Estadual nº 47.974/2020, o qual determina que, compete aos órgãos e às entidades da Administração Pública a gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) em suas unidades, de acordo com as diretrizes gerais e específicas instituídas pela Política de Governança de TIC, em consonância com o planejamento central. Nesse sentido, a Resolução SEPLAG nº 107/2018, determina que a elaboração, divulgação, treinamento e avaliação de uma política de segurança da informação, compete à direção das unidades em conjunto com a área responsável pela Segurança da Informação.

**Princípio 10: Desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos.**

Acerca deste princípio, constatou-se que a FEAM iniciou, em 2022, atividades de controle estabelecidas com objetivo de mitigar/reduzir os riscos existentes (estratégicos, operacionais, divulgação e conformidade). O principal exemplo é o trabalho realizado de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da FEAM.

Diante do trabalho supracitado, percebe-se que o conteúdo das atividades de controle abrange as ações a serem adotadas, os itens a serem verificados, bem como os prazos e responsáveis para aplicar, revisar e supervisionar essas ações. Como foi o primeiro trabalho realizado em que foi elaborado trabalho de gestão de riscos, ainda não foram elaborados controles.

No que tange a procedimentos definidos em manuais e fluxogramas de processos relevantes das áreas de planejamento ou gestão econômico-financeira, está em fase final, até o fim do ano de 2022, a elaboração de POPs das atividades realizadas pela Gerência de Planejamento, Orçamento, Contabilidade e Finanças (GECOF).

Acerca da existência de normativos (regulamento e/ou regimento) que detalham com clareza as atribuições dos setores da entidade, bem como estabelecem atividades de controle, tem-se o Estatuto da FEAM contido no Decreto Estadual nº 47.760/2019.

Há outros normativos que traduzem as políticas e procedimentos estabelecidos que asseguram a separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, tais como: autorização, execução, controle e registro. Exemplos destes normativos:

- Portaria FEAM Nº 644 de 07 de março de 2019;
- Portaria FEAM Nº 659, de 16 janeiro de 2020;
- Portaria FEAM Nº 675, de 01 de fevereiro de 2021;
- Portaria FEAM Nº 684, 01 de fevereiro de 2022.
- Artigo 10, §1º e §2º do Decreto Estadual nº 47.760, de 20 de novembro de 2019.

A segregação é refletida da seguinte forma / fluxo: Empenho, liquidação e pagamento de fornecedores segue o seguinte fluxo: é feita a conferência (se serviço foi prestado, produto adequado) com um ateste da GELOG. O empenho e liquidação é feito por um (a) servidor (a), e o pagamento por outro (a). Assinatura é sempre feito pelo (a) ordenador (a) de despesas.

Acerca disso, percebeu-se que não há relatórios de acompanhamento com o intuito de examinar se foram estabelecidas medidas de desempenho que permitem avaliar se as políticas e procedimentos para a segregação de funções adotadas são ou não efetivas. Acerca disso, tem-se a ação 1017 do Plano Integridade, em que será identificado o nível de maturidade institucional quanto à gestão de riscos.

**Princípio 11: A organização seleciona e desenvolve atividades de controle gerais sobre a tecnologia para apoiar a realização dos objetivos.**

No que tange a este princípio, que versa sobre a política de segurança das informações, é importante ressaltar que a área de tecnologia da informação - a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), atende ao órgão e às três entidades do SISEMA.

Acerca da existência de uma política própria de segurança da informação (Resolução SEPLAG nº 107/2018, artigo 53, I), percebe-se que há a ação 4044 do Plano de Integridade que tem como objetivo a criação de um comitê gestor de segurança da informação e da comunicação no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Já está em andamento, junto com o comitê de LGPD, em estágio avançado, o fluxo de comunicação para a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, porém não conectado com a política de segurança da informação. O desenvolvimento, para a implantação da comunicação é uma das diretrizes da LGPD.

Com relação à existência de um plano geral de Tecnologia da informação e comunicação (TIC) aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (CETIC) conforme disposto no Artigo 5º, IV do Decreto nº 47.974/2020, tem-se que o mesmo ainda não foi criado porque não houve ainda instrução acerca dos planos gerais pela SEPLAG. Como não foram estabelecidas as diretrizes para a sua elaboração, o mesmo não foi elaborado. Foi reportado pela DISTI que só é possível elaborar um plano geral de TIC, também, se houver um plano geral do SISEMA. Como não há um plano geral do SISEMA, também não foi criado um plano geral de TIC.

Acerca da adequação na área de TI, a política de segurança da informação, como já dito, está em andamento. As comunicações de segurança da informação são frequentes, acerca de situações de alerta do dia-a-dia, através de e-mails gerais por meio do endereço tecnologia@meioambiente.mg.gov.br. Alguns exemplos seguem a seguir:

### Figura 3 – E-mails – Informações de TI

Comunicado TI - Indisponibilidade dos Públicos

Tecnologia Sisema <tecnologia@meioambiente.mg.gov.br>

Seg, 11/07/2022 10:58

Para: Tecnologia Sisema <tecnologia@meioambiente.mg.gov.br>

SEMAD  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
COMUNICADO TI - INDISPONIBILIDADE DOS PÚBLICOS - SERVIDOR DE ARQUIVOS

A Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) comunica que o Público do Sisema encontra-se indisponível devido a uma manutenção corretiva da unidade, ocasionada por um conflito de extensões executadas durante o final de semana.

Reforçamos que a equipe de infraestrutura da DISTI iniciou os trabalhos junto aos fornecedores fabricantes e estão já em andamento no processo de diagnóstico da situação.

Importante ressaltar:

- Todos os equipamentos se encontram em perfeito funcionamento;
- O ambiente possui cobertura de suporte especializado dos fabricantes e;
- Todos os dados possuem cópia de segurança, portanto, não existe a possibilidade de perda de dados.

A previsão é ainda para retorno do serviço no final do dia de hoje, 11 de julho de 2022.

Superintendência de Tecnologia da Informação - STI  
Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças - SUTAF

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Comunicado TI - Indisponibilidade de internet e sistemas

Tecnologia Sisema <tecnologia@meioambiente.mg.gov.br>

Qua, 10/08/2022 12:44

Para: Tecnologia Sisema <tecnologia@meioambiente.mg.gov.br>

Cco: Comunicação Todos <comunicacao-todos@meioambiente.mg.gov.br>

SEMAD  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
COMUNICADO TI - INDISPONIBILIDADE DOS SISTEMAS NO SISTEMA

Esta Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) comunica que devido a uma manutenção programada junto à Prodemge, o acesso à internet e aos sistemas poderão apresentar indisponibilidades nos seguintes períodos:

- Quarta-feira – 10/08/2022, das 22:00h às 01:00h de quinta-feira.
- Quinta-feira – 11/08/2022, das 22:00h às 01:00h de sexta-feira.

Agradecemos a compreensão de todos.

Superintendência de Tecnologia da Informação - STI  
Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças - SUTAF

Fonte: DISTI/SISEMA

Ainda não existem programas de treinamento sobre conscientização em segurança da informação (Resolução SEPLAG nº 69/2009, artigo 5º, e artigo 53, XI), porém, já foram encomendados cursos, e não só textos. Tais encomendas já foram autorizadas pela alta gestão do SISEMA e já está em andamento; a previsão da conclusão é para o segundo semestre de 2022. Um ponto importante a ser ressaltado é que são realizados, esporadicamente, treinamentos de boas práticas em segurança da informação pela DISTI. Exemplos dos slides utilizados neste treinamento seguem a seguir:

### Figura 4 – Slides – Treinamento de Segurança da Informação

UMA CORRENTE É TÃO SEGURA QUANTO SEU ELO MAIS FRACO

Pilares da Segurança da Informação

Por meio da integração e do aperfeiçoamento contínuo de tecnologias, processos, pessoas e regulamentos é possível **garantir** a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio dos dados, **prevenindo, detectando e respondendo** às ameaças digitais de engenharia social.

Engenharia Social

O ficou mais conhecido em 1990, através de um famoso hacker chamado **Kevin Mitnick**. Esse termo designa para práticas utilizadas a fim de se obter informações sigilosas ou importantes de empresas, pessoas e sistemas de informação, explorando a confiança das pessoas para enganá-las.

Pode-se também definir engenharia social como a arte de manipular pessoas (direta e indiretamente) a fim de contornar dispositivos de segurança ou construir métodos e estratégias para ludibriar pessoas, utilizando informações cedidas por elas de maneira a ganhar a confiança delas para obter informações.

Fases de um ataque de Engenharia Social

1. Reconhecer a vulnerabilidade 2. Exploração 3. Ataque

Pragas Digitais: Vírus é coisa do passado!

Trojan e Botnet: são especializadas em roubar senhas e dados. Eles agem na superfície e visam, principalmente, pequenas empresas, dados bancários de usuários e perfil de jogos online.

Backdoor: Esse tipo de ataque abre uma espécie de porta de acesso para que o computador seja controlado à distância. Assim, é possível ter acesso a redes e sistemas e, inclusive, roubar dados.

Espiões (Adware e Spywares): Alguns vírus convertem em computadores em verdadeiros espiões que, disfarçados, capturam telas, gravam conversas e até acessam a webcam do usuário.

Sequestradores (Ransomware): O objetivo desse tipo de vírus é bagunçar o computador do usuário e roubar dados importantes para, em seguida, pedir resgate para devolvê-los.

Cavalo de Troia: Os famosos trojans são aparentemente inofensivos, mas carregam um outro programa maligno que provoca vários estragos no computador, como apagar o disco rígido, roubar dados e controlar o computador para ataques em Botnets.

Phishing: é uma técnica de crime cibernético por envio de mensagens por e-mail que usa fraude, truque ou engano para manipular as pessoas e obter informações confidenciais.



Sistema  
Sistema Estadual de Meio Ambiente  
e Recursos Hídricos

### Conexão Segura

Uma conexão VPN estabelece uma conexão segura entre você e a Internet. Por meio da VPN, todo o tráfego de dados é roteado por um túnel virtual criptografado. Isso disfarça seu endereço IP quando você usa a Internet, tornando sua localização invisível para todos. Uma conexão VPN também é segura contra ataques externos.



### INCIDENTES RECENTES NO SISEMA E NO MUNDO:



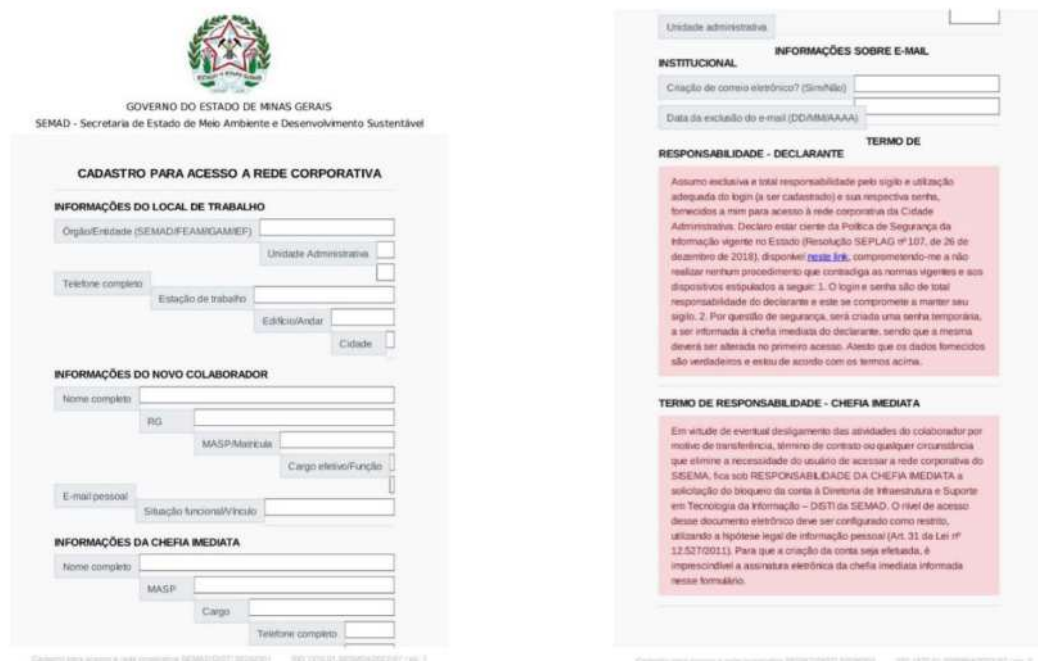
Fonte: DISTI/SISEMA

Constatou-se que são adotadas regras de acesso à informação, como por exemplo: instâncias de consulta e alteração ou exclusão dos dados (Resolução SEPLAG nº 107/2018, Seção I), em que é feita a criação de acessos de cada área, de acordo com a solicitação e autorização da respectiva chefia.

Os acessos dos usuários desligados (ou que tiveram sua lotação alterada), em licença (das diversas espécies) ou afastamento são bloqueados ou revogados no momento da comunicação pelo SGDP (Resolução SEPLAG nº 107/2018, artigo 9º, 10 e 51) são realizadas. O fluxo se dá através de um e-mail centralizador para otimizar a informação oriunda do setor de Gestão de Pessoas do SISEMA e Gestores dos terceirizados da MGS. É enviado para o endereço gestaodeacesso.disti@meioambiente.mg.gov.br para a STI, pela SGDP, qualquer movimentação que acontece.

No bojo da Gestão de Pessoas, é disponibilizado o Termo de responsabilidade dos usuários pela estação de trabalho (Resolução SEPLAG nº 107/2018, artigo 49, X). O termo segue a seguir.

**Figura 5 – Termo de Responsabilidade – Acesso à Rede Corporativa**



Fonte: DISTI/SISEMA

Acerca dos registros de acessos indevidos à Internet (Resolução SEPLAG nº 107/2018, artigo 49, XXII), percebeu-se que estes não existem. São bloqueados os endereços eletrônicos de sítios eletrônicos vinculados à pornografia, acessos à *deep web* e acessos à *dark web*. Os dados são registrados através de *log* em sistema, porém, tais *logs* não são utilizados automaticamente.

No que tange aos procedimentos de *backup* e *restore*, tais atividades são realizadas e documentados pela área de TIC (Resolução SEPLAG nº 107/2018, artigo 49, XXIX, XXXII e XXXV) diariamente.

Diante disso, percebe-se que as regras de segurança da informação têm uma implantação ainda regular pois não existe uma política própria de segurança da informação. Como ponto positivo, tem-se que já está em andamento o seu desenvolvimento, e, também, de várias atividades estratégicas pela STI, considerando que o ano de 2021, segundo informações prestadas pela gestão do setor, foi de resolução de várias situações emergenciais.

Acerca da avaliação periódica da Segurança da Informação, por meio da análise de indicadores e recomendações corretivas e preventivas (Resolução SEPLAG nº 69/2009, artigo 53, IX), não foi percebida a sua realização. Percebeu-se, apenas, o Indicador de Teletrabalho. Não há atuações preventivas e corretivas; está em estágio anterior. Neste mesmo sentido, não se verificou análise de riscos e emissão de relatórios sobre o assunto conforme previsto na Resolução SEPLAG nº 69/2009, artigo 53, XXV e XXVI.

Neste mesmo sentido, não são feitas análises e emissão de pareceres sobre incidentes de segurança, inconformidades e acesso indevido à Internet (Resolução SEPLAG nº 107/2018, artigo 53, VI e XIV). Apesar de não existir um processo formalizado, existe um fluxo em estágio avançado de construção no âmbito da LGPD para a comunicação para a ANPD. Está para ser publicado o Plano de Resposta à Incidentes de Segurança da Informação e Privacidade envolvendo dados pessoais, através de resolução conjunta das casas do SISEMA, com previsão até o fim primeiro trimestre de 2023.

## **Princípio 12: Definição de políticas e normas que suportem as atividades de controle**

A respeito deste princípio, iniciou-se atividades de controle para reduzir os riscos existentes, como mapeamento de processos, sendo que já foram feitos alguns e estão em andamento ou planejamento para os próximos anos com o intuito de que a maioria dos processos da FEAM estejam mapeados; com isso, os riscos poderão ser reduzidos ou mitigados.

Importante ressaltar que a FEAM aderiu ao MEG-TR<sup>9</sup> para que possa receber transferências do Governo Federal. Nele, é feito um diagnóstico de gestão para a avaliação da maturidade administrativa para garantir que os possíveis convenientes do Governo Federal estejam cada vez mais maduros, favorecendo assim também, a melhoria da gestão. Foram escolhidos, pela gestão, dois problemas para serem tratados, como pode ser visto no quadro a seguir:

<sup>9</sup> É um instrumento cuja metodologia pertence ao Governo Federal, criado por demanda dos órgãos de controle, para definir critérios objetivos para a concessão de recursos de transferências voluntárias (convênios, emendas parlamentares, etc.)

**Figura 6 – Problemas – MEG**

Problema	Principais Ações	GUT
<b>Fundamento 1 – Governança</b> Inadequação ou inexistência de alguns sistemas de informação.	- Contratação da Fábrica de Software - Ampliação do uso de Power BI para implementação de dados abertos	<b>45</b> ( 3 X 5 X 3)
<b>Fundamento 2 - Estratégias e Planos</b> Baixa interação com a sociedade civil para definição da estratégia institucional.	- Realizar pesquisa de opinião com os membros do COPAM; - Envio periódico de relatórios de gestão ao Conselho Curador.	<b>48</b> ( 3 X 4 X 4)
<b>Fundamento 2 - Estratégias e Planos:</b> Baixa qualidade do planejamento realizado durante a elaboração/revisão do PPAG.	- Adiantar a elaboração/revisão do PPAG; - Retomar reuniões de Direx estendida.	<b>36</b> ( 4 X 3 X 3)
<b>Fundamento 5 - Capital Intelectual</b> Baixa retenção do conhecimento de ex-servidores da Feam. <b>(Escolhido)</b>	- Retomar apresentações de final de ano sobre trabalhos desenvolvidos pelas unidades. - Implementação do fluxo de capacitação contínuo com a DIDP	<b>36</b> ( 3 X 3 X 4)
<b>Fundamento 6 - Orientação por Processos:</b> Pouca clareza dos fluxos de trabalho e concentração do conhecimento em servidores específicos. <b>(Escolhido)</b>	- Condução de projeto de mapeamento de processos; - Redesenho de processos para os casos necessários.	<b>36</b> ( 4 X 3 X 3)

Fonte: NUPRO/FEAM

No que tange às mudanças de pessoas, processos e tecnologia para reavaliar os controles existentes e atualizá-los, ainda é um processo mais reativo, de acordo com situações externas que provoquem necessidade de mudanças, principalmente. Um exemplo acerca disso é a Política Estadual de Segurança de Barragens que foi desenvolvida após os eventos ambientais, de grande proporção e impacto, ocorridos em Mariana e Brumadinho. A referida política está contida na Lei Estadual nº 23.291/2019.

Por serem ações ainda reativas, portanto, não se percebeu que tais ações sejam feitas com antecedência e de modo documentado. Por se ter o planejamento estratégico e o tático, conseguiu-se observar que o monitoramento com indicadores colabora para correção de pontos que estão deficitários. Tais relatórios gerenciais apresentam, como dito, os resultados alcançados e as dificuldades encontradas pela gestão, com a periodicidade trimestral, semestral e anual.

### **Achados**

9. Atividades para reduzir ou mitigar riscos ainda em estágio inicial;
10. Inexistência de relatórios de acompanhamento (ou documentos equivalentes), para examinar se foram estabelecidas medidas de desempenho que permitam avaliar se as políticas e procedimentos para a segregação de funções adotados são ou não efetivas;
11. Inexistência de política própria de segurança da informação e de plano geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que contemple, inclusive, incidentes de segurança;
12. Comunicação e programas de treinamentos (apesar da realização esporádica) incipientes acerca de temas de segurança da informação;
13. Inexistência da avaliação periódica, através de indicadores, e de relatórios periódicos acerca da Segurança da Informação;
14. Inexistência de procedimentos para reavaliar e atualizar controles quando são constatadas mudanças de pessoas, processos e tecnologia.

### **Recomendações**

15. Criar mecanismos administrativos de controle com o objetivo de reduzir ou mitigar os riscos;
16. Criar métricas, e reproduzir em relatórios, para examinar, periodicamente, se foram estabelecidas medidas de desempenho acerca da plena implantação da segregação de funções;
17. Desenvolver uma Política Própria de Segurança de Informação e de Plano Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que contemple, inclusive, incidentes de segurança, e que preveja indicadores e relatórios periódicos de desempenho;
18. Desenvolver políticas de comunicação e programas de treinamentos acerca de temas de segurança da informação;
19. Desenvolver procedimentos, critérios e normas para reavaliar e atualizar controles quando são constatadas mudanças de pessoas, processos e tecnologia.

### 3. BOAS PRÁTICAS ENCONTRADAS

Como será abordado posteriormente, percebe-se uma evolução importante e clara na Estrutura de Controle na FEAM. A existência de Planejamento Estratégico e Tático, e o seu respectivo acompanhamento, por meio de indicadores e metas, na lógica do PDCA, é um importante instrumento de gestão. Reavaliar as medidas implantadas, em um ciclo vivo de avaliação, é de extrema importância para a melhoria da gestão. Como elemento complementar, a FEAM aderiu ao MEG; ele tem como objetivo garantir as transferências do Governo Federal e, indiretamente, a melhoria da gestão.

Outro ponto importante a ser ressaltado é a preocupação da gestão com o mapeamento das atividades de diversas áreas de atuação da FEAM (já foram realizados alguns, outros em andamento ou em planejamento), bem como a realização de trabalhos de gerenciamento de riscos (iniciado em 2022).

Acerca da gestão de riscos, está em elaboração, em conjunto com as demais casas do SISEMA, a política da gestão de riscos. O Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controle – CGIRC é o responsável por tal elaboração.

No que tange à segregação de funções, vários normativos garantem que seja feita a separação entre funções e atividades consideradas como incompatíveis.

No âmbito da segurança da informação e comunicação, percebe-se que funcionam, plenamente, as regras de consulta, alteração ou exclusão de dados. Os termos de responsabilidade dos usuários são disponibilizados e os procedimentos de *backup* e *restore* são realizados e documentados. O setor de tecnologia da informação tem participado, ativamente, dos procedimentos para a adequação da FEAM e das demais casas do SISEMA à LGPD.



## 4. CONCLUSÃO

Os resultados apresentados neste relatório permitem concluir que, quando é feita uma comparação entre os resultados dos componentes “Avaliação de Riscos” e “Atividades de Controles” no relatório de Avaliação de Estrutura de Controle em Nível de Entidade elaborado em 2020, com os resultados obtidos no presente relatório, **constata-se clara evolução na FEAM** (“Avaliação de Riscos”, de 27,1% para 34,4%; “Atividades de Controle”, de 41,7% para 58,3%).

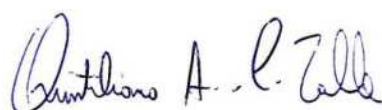
Os pontos que merecem mais atenção na busca do atingimento dos objetivos institucionais perpassam, em primeiro lugar, pela ausência de uma política de gestão de riscos, seja própria da FEAM, seja unificada do SISEMA. Com o seu desenvolvimento, terá a institucionalização de mecanismos para a redução ou mitigação dos riscos, identificação e hierarquização dos processos críticos e avaliação dos riscos dos processos; como consequência, ter-se-ão medidas acerca dos riscos relacionados a fraude e corrupção.

Em segundo lugar, é importante que seja fomentado o desenvolvimento de uma política própria de segurança da informação e de plano geral de TIC que contemplem, inclusive, incidentes de segurança. Tais instrumentos fomentarão mecanismos de comunicação e programas de treinamento em segurança da informação, bem como indicadores e relatórios para avaliação de segurança.

Com base no resultado encontrado referente à maturidade da estrutura de controle dos componentes avaliados, recomenda-se a elaboração de Plano de Ação, em até 90 (noventa) dias, no qual estarão descritas as ações voltadas para o aprimoramento da estrutura de controle, visando precipuamente implementar as recomendações apontadas a partir dos achados. Neste documento deverão ser definidos os responsáveis pela implementação e os prazos para implementação destas ações que serão monitoradas, de acordo com as datas de implementação, por esta Controladoria Seccional.

Ressalta-se que os resultados de auditoria supracitados não esgotam a possibilidade de identificação de outras fragilidades, problemas e inconsistências significativas relativas ao objeto do trabalho, sendo competência primária das unidades e dos gestores da entidade, adotar processo contínuo para diagnosticá-los, bem como avaliar os riscos e as fragilidades dos controles, devendo, também, implementar as medidas cabíveis (controles internos eficazes) em resposta aos riscos identificados, tanto corrigindo as irregularidades e/ou impropriedades, quanto atuando de forma preventiva no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, para garantir que as atividades estejam de acordo com as metas e os objetivos.

Controladoria Seccional, 07 de dezembro de 2022.



Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Controlador Seccional

Fundação Estadual do Meio Ambiente

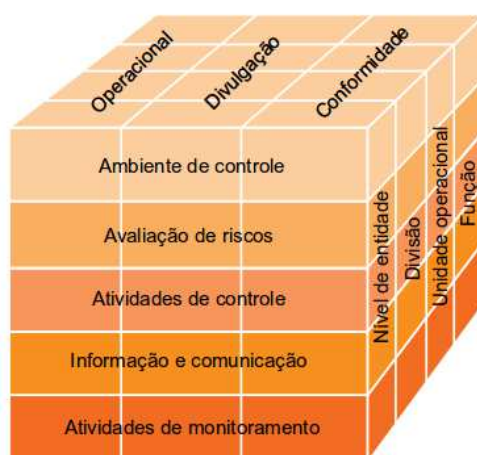
## ANEXO I – Guia de Avaliação

### Base Conceitual do COSO

O objetivo é avaliar a existência, adequação e a eficiência dos controles internos administrativos quanto à sua capacidade para reduzir o impacto ou a probabilidade da ocorrência de eventos de risco na execução de seus processos e atividades, por meio do diagnóstico sobre sua estrutura de controle, pretendendo garantir que seus objetivos estratégicos sejam atingidos e a prestação de contas dos atos de gestão seja possível, visando identificar preventivamente eventuais fragilidades existentes nos controles.

Neste sentido, é utilizada a metodologia do COSO I: *The Committee of Sponsoring Organizations* (Comitê das Organizações Patrocinadoras), que é uma entidade sem fins lucrativos, dedicada à melhoria dos relatórios financeiros através da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa. O COSO se concentra em analisar o que é e para que serve o controle interno, a saber, um processo desenvolvido para garantir, com razoável certeza, que sejam atingidos os objetivos da entidade. Assim, este método de avaliação é constituído considerando os 5 componentes do sistema de controles internos:

**Figura 1 – Componentes do COSO**



Fonte: COSO (2013)

#### a) Ambiente de controle

Abrange a cultura de uma organização e a consciência de controle das pessoas que nela trabalham. Os fatores do ambiente de controle compreendem a integridade e os valores éticos da organização; a estrutura organizacional e a atribuição de autoridade e responsabilidade; o processo para atrair, desenvolver e reter talentos competentes; e o rigor envolvendo as medições, os incentivos e as recompensas de desempenho, a fim de estimular a prestação de contas em relação ao desempenho. É formado pelos seguintes elementos: integridade pessoal e profissional e valores éticos da direção e do quadro de pessoal; competência; "perfil" dos superiores; estrutura organizacional; políticas e práticas de recursos humanos.

#### b) Avaliação de risco

Permite que uma organização considere até que ponto, eventos em potencial pode impactar a realização de seus objetivos operacionais ou estratégicos, definindo forma de mensurá-los, considerando a possibilidade de ocorrência destes eventos e o seu impacto no caso de ocorrência, etc.

### c) Atividades de controle

São as ações desenvolvidas por políticas e as atividades que contribuem para assegurar que os riscos sejam geridos, seja por acontecerem em níveis aceitáveis, pela sua mitigação ou eliminação. Esses procedimentos ocorrem em toda a organização, em todas as dimensões da instituição: áreas, funções, processos, rotinas, procedimentos, projetos, pois compreendem uma série de atividades, tais como: aprovação; autorização; verificação; supervisão; reconciliação; revisão do desempenho operacional; comunicação clara das funções, das responsabilidades e das obrigações de prestar contas; dos atos administrativos e dos processos de trabalho; da segurança dos bens e da segregação de funções; da orientação e capacitação.

### d) Informação e Comunicação

É a identificação, coleta e comunicação de informações relacionadas a atividades e eventos internos e externos, necessárias ao alcance dos objetivos da organização, bem como à efetividade das atividades por ela desenvolvidas. Essas informações devem ser transmitidas às pessoas de forma oportuna e tempestiva, de modo a permitir que cumpram suas responsabilidades adequadamente.

### e) Monitoramento

É o acompanhamento das atividades de controle da Unidade, com a finalidade de garantir que cada um dos cinco componentes de controle interno, inclusive os controles para colocar em prática os princípios de cada componente, estão presentes e funcionando.

## Desenvolvimento

A equipe de auditoria avalia as questões propostas por meio da planilha de avaliação e aplica testes de auditoria (análise documental, entrevistas, etc.) para atestar a presença (existência) e o funcionamento (adequação e efetividade) desses controles. A presença faz referência ao estabelecimento do controle pela administração da entidade (políticas e procedimentos). O funcionamento refere-se à execução padronizada e repetível desses controles pelos agentes responsáveis. No que tange aos testes de controle, estes são aplicados pela equipe de auditoria sobre os Componentes avaliados, que por sua vez são divididos em princípios e posteriormente em questões.

Para cada quesito (existência, adequação e efetividade) foi calculada a média simples com base em cada item avaliado, sendo que para cada item foram atribuídas notas (0 a 4 - conforme **Tabela 3**). Para cada questão foi calculada a média ponderada de cada quesito. Por sua vez, a nota de cada princípio é obtida pelo cálculo da média simples das questões e a nota de cada componente é obtida pela média simples dos princípios.

**Tabela 3 – Escala da Avaliação Técnica de Auditoria**

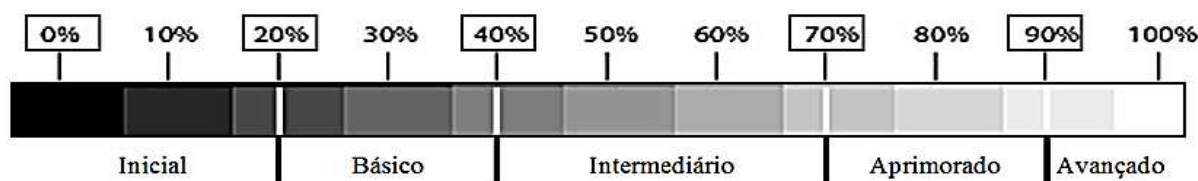
PONTUAÇÃO	DESCRIÇÃO
0	Inexistência do controle
1	Controle em desenvolvimento
2	Controle existente, porém com muitas falhas
3	Controle existente, porém com poucas falhas
4	Controle existente e não há falhas detectadas

Fonte: CGE-MG

A avaliação dos resultados se dará de acordo com o percentual de pontos obtidos frente ao total de pontos possíveis, que deverá ser atribuído, para fins de definição do nível de maturidade dos componentes e princípios, o conceito da escala constante na **Figura 2**, que será exposto nos índices de avaliação da entidade.



**Figura 2 – Régua de Interpretação dos Resultados**



Fonte: CGE (Tribunal de Contas da União - TCU/2012)

A partir dos resultados são descritas as fragilidades constatadas pela equipe de auditoria, por componente avaliado. Com o intuito de subsidiar a atuação do gestor, a equipe de auditoria identificará as fragilidades, assim como as recomendações mais adequadas ao seu tratamento.

Por fim, conhecedor das fragilidades da estrutura de controle, a alta gestão deverá elaborar Plano de Ação para iniciar o tratamento, definindo a descrição das ações de controle, os responsáveis pela implementação e os prazos de implementação das ações que serão monitoradas pela Controladoria Seccional.

# **RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO – RACI**

**FINAL**

**Controladorias Setorial e Seccionais  
do SISEMA**

**Semad, Feam, IEF e Igam**

**Exercício 2022**

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Sustentável

Fundação Estadual do Meio Ambiente

Instituto Estadual de Florestas

Instituto Mineiro de Gestão das Águas

Controladorias Setorial e Seccionais

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CONTROLE  
INTERNO – RACI nº 1413129/2023**

**FINAL**

**Exercício 2022**

## **MISSÃO DA CGE**

Promover a integridade e aperfeiçoar os mecanismos de transparência da gestão pública, com participação social, da prevenção e do combate à corrupção, monitorando a qualidade dos gastos públicos, o equilíbrio fiscal e a efetividade das políticas públicas.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. PLANO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (PACI) .....	5
3. CAPACIDADE LABORATIVA OPERACIONAL DAS CSET e CSECs .....	6
4. EXECUÇÃO 2022 – Transparência e Integridade.....	8
5. EXECUÇÃO 2022 – Auditoria (RAINT) .....	9
6. EXECUÇÃO 2022 – Correição Administrativa .....	22
7. EXECUÇÃO 2022 – CAPACITAÇÕES E GERENCIAMENTO .....	24
8. INFORMAÇÕES RELEVANTES.....	24
9. CONCLUSÃO.....	26
APÊNDICE I – AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE .....	27
APÊNDICE II – AÇÕES DE AUDITORIA.....	37
APÊNDICE III - RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS, BEM COMO AS NÃO IMPLEMENTADAS PELA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM .....	59
Tabela 6A – Status das recomendações emitidas pela CSET da Semad.....	59
Tabela 6B – Status das recomendações emitidas pela CSEC da Feam .....	126
Tabela 6C – Status das recomendações emitidas pela CSEC do IEF .....	129
Tabela 6D – Status das recomendações emitidas pela CSEC do Igam.....	154
APÊNDICE IV - RECOMENDAÇÕES NÃO ATENDIDAS QUE APRESENTEM RISCOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM.....	190
Tabela 8A – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Semad. 190	
Tabela 8B – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Feam ...	192
Tabela 8C – Recomendações não atendidas que apresentem riscos ao IEF.....	192
Tabela 8D – Recomendações não atendidas que apresentem riscos ao Igam .	203
APÊNDICE V - RISCOS SIGNIFICATIVOS E DEFICIÊNCIAS EXISTENTES NOS CONTROLES INTERNOS DA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM .....	209
Tabela 9A – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Semad .....	209
Tabela 9B – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Feam .....	212
Tabela 9C – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do IEF .....	215

<b>Tabela 9D – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do Igam.....</b>	<b>219</b>
<b>APÊNDICE VI – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS GERADOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM .....</b>	<b>227</b>
<b>Tabela 10A – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Semad apurados em 2022 .....</b>	<b>227</b>
<b>Tabela 10B – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Feam apurados em 2022 .....</b>	<b>234</b>
<b>Tabela 10C – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o IEF apurados no primeiro semestre de 2022 .....</b>	<b>237</b>
<b>Tabela 10D – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o Igam apurados em 2022 .....</b>	<b>239</b>
<b>APÊNDICE VIII – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES (Período 01/01/2022 a 31/12//2022).....</b>	<b>251</b>
<b>APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES - NUCAD .....</b>	<b>252</b>
<b>APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES – Controladores e Nati.....</b>	<b>255</b>
<b>APÊNDICE X - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO .....</b>	<b>260</b>
<b>APÊNDICE X.1 - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO - Controladores Setorial/Seccionais e Coordenadores do Nati/Nucad.....</b>	<b>261</b>

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (RACI) DE 2022**  
**Sistema Estadual do Meio Ambiente - SISEMA**  
**Controladorias Setorial e Seccionais da Semad, Feam, IEF e Igam**

## **1. INTRODUÇÃO**

---

Em atendimento à previsão do artigo 20 da Resolução da Controladoria-Geral do Estado (CGE) nº 27, de 14 de outubro de 2019, assim como dos artigos 147 e 148 da Instrução Normativa (IN) CGE/GAB nº 01/2021, apresentamos o Relatório de Atividades de Controle Interno (RACI)/Relatório de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), pertinente ao exercício de 2022, das Controladorias Setorial (CSET) e Seccionais (CSECs) do Sisema – RACI/RAINT/Final.

O objetivo do relatório é prestar as informações sobre o desempenho das atividades de controle interno, relatar o cumprimento da execução do Plano de Atividades de Controle Interno (PACI) de 2022 e apresentar as análises dos resultados decorrentes dos trabalhos de controle realizados ao longo do referido ano-exercício.

## **2. PLANO DE ATIVIDADES DE CONTROLE INTERNO (PACI)**

---

O Plano de Atividades de Controle Interno (PACI), no qual é contemplado o Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT)<sup>1</sup>, é um instrumento de planejamento que visa definir os trabalhos prioritários a serem executados pelas CSET e CSECs no âmbito do SISEMA (Semad, Feam, IEF e Igam), cujas diretrizes para o exercício de 2022 foram estabelecidas pela Resolução CGE nº 27/2019.

O PACI/2022 (documento 39881847, SEI 1520.01.0012396/2021-74) foi aprovado em 11/02/2022<sup>2</sup> pelos Dirigentes Máximos do Sisema e elenca as ações planejadas para o exercício nas áreas de Transparência e Integridade, Auditoria e Correição Administrativa, juntamente com a definição dos respectivos objetivos gerais, quantitativo de mão de obra necessária para o desenvolvimento do trabalho, período de execução, tipo de produto emitido e outras particularidades. Prevê, ainda, o total de horas de participação em capacitação e atividades de gerenciamento inerentes à função de chefia de equipe.

---

<sup>1</sup> Conforme artigo 128 da Instrução Normativa CGE/GAB nº 01/2021: 128. O PAINT é um instrumento que contempla o planejamento anual de AIG, ou seja, as ações anuais de AIG e visa definir os trabalhos prioritários a serem executados pelas CSET/CSEC e pela AUG, a cada exercício. As diretrizes de elaboração do PAINT serão tratadas em Resolução, aplicando-se no que couber às UAIG das empresas públicas e sociedade de economia mista.

<sup>2</sup> Data em que constou a assinatura dos 4 (quatro) Dirigentes Máximos do Sisema no Despacho de Aprovação do PACI 2022 – documento 39883338, processo SEI 1520.01.0012396/2021-74.

### 3. CAPACIDADE LABORATIVA OPERACIONAL DAS CSET e CSECs

A capacidade laborativa operacional das CSET e CSECs do Sisema é medida no PACI pela relação da disponibilidade de homem/hora (h/h), cujo cálculo considera a totalidade de agentes públicos que desempenham atividades de controle interno, a carga horária diária de trabalho e a quantidade de dias úteis no ano.

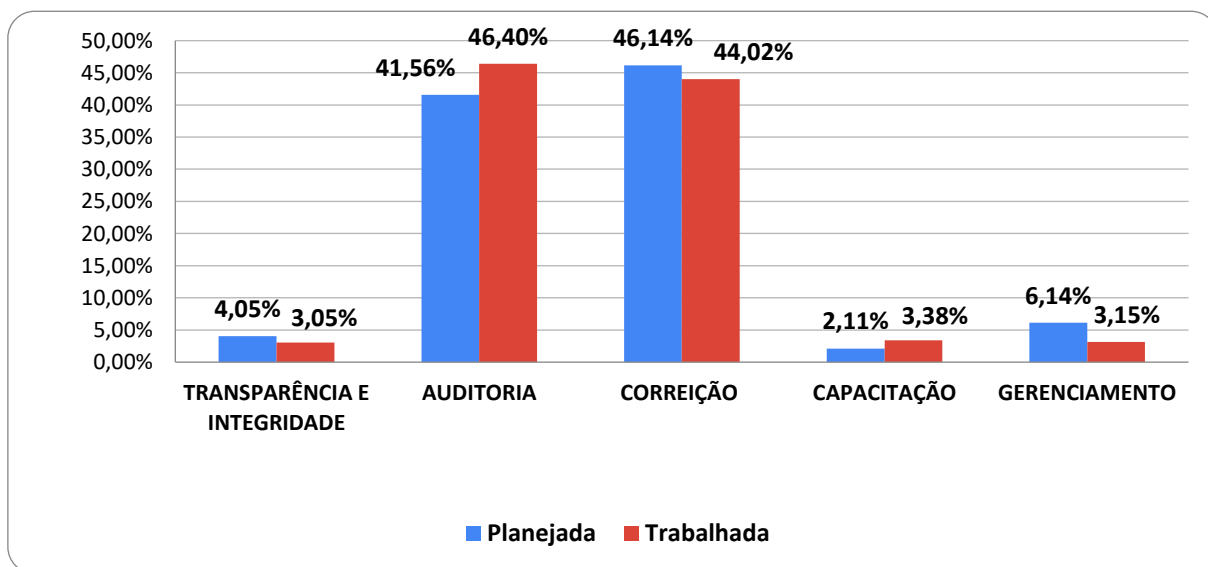
O emprego da capacidade laborativa nas atividades de controle interno nas fases de planejamento e execução do PACI/2022 nas ações de Transparência e Integridade, Auditoria e Correição, bem como na participação em capacitação e atividades de gerenciamento encontra-se na **Tabela 1**.

Tabela 1 - Emprego da capacidade laborativa no primeiro semestre de 2022

Capacidade laborativa (h/h)	Transparência e Integridade	Auditoria	Correição	Capacitação	Gerenciamento	Total
Planejada (a)	990	10.159	11.280	516	1.500	24.445
Trabalhada (b)	721	10.981	10.417	799	746	23.664
% (b/a)	72,83%	108,09%	92,35%	154,85%	49,73%	96,81%

O **Gráfico 1** compara a distribuição percentual da disponibilidade de homem/hora planejada e trabalhada da equipe operacional, segregada por atividade, relativo ao ano de 2022.

Gráfico 1 - Comparativo da distribuição % da disponibilidade de h/h planejada e trabalhada no ano de 2022



Consoante à tabela 1 e ao gráfico 1 acima, realçam-se os seguintes pontos, relativo à execução das ações e atividades pactuadas no PACI Sisema 2022:



- ⇒ **Relativo à capacidade operacional trabalhada (Geral, Nati e Nucad):** Foram descontadas horas relativas a afastamentos não previstos no PACI Sisema 2022, a exemplo de: consultas médicas/odontológicas; licença médica; licença de luto; usufruto de folgas compensativas; usufruto de férias-prêmio; greve (uma servidora do Nucad). Posto isso, houve um potencial impacto a menor nas horas/homem que refletiram em produtos e execução de ações ao longo do exercício.
- ⇒ **No que tange às ações de transparência e integridade:** Houve reflexo das horas em relação à ação “Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos”, que não foi executada por ter sido descontinuada pela SUTI/CGE.
- ⇒ **No que tange às ações de auditoria:** Verifica-se que houve a substituição de ações inicialmente previstas no PACI por ações extraordinárias, consoante apresentando no item 5 deste Relatório: “EXECUÇÃO 2022 – Auditoria (RAINT)”. Além disso, nota-se que algumas ações previstas no planejamento anual são executadas sob demanda, a exemplo de: “consultoria (art. 1º, VIII da IN AUGE nº 04/2022; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020)”; “apuração preliminar de denúncias e representações”; “exame e certificação de tomadas de contas especial”. Além disso, algumas ações demandaram mais horas do que o planejado, em razão de complexidades na execução, bem como, em razão de a equipe do Nati estar em amadurecimento nas temáticas de auditoria.
- ⇒ **No que tange às ações de correição:** Importante salientar nesse contexto que 1 (uma) servidora do Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), especialmente responsável pela análise final de procedimentos correicionais concluídos pelas comissões, esteve em licença maternidade no primeiro semestre de 2022. Além disso, houve o desconto de horas relativas à capacidade operacional do Nucad, em número relativamente considerável, pertinente ao afastamento de servidores em exercício no núcleo, por motivo de 77 horas de atestado médico, 27 horas de comparecimento em consulta, 21 horas de licença, 4 horas comparecimento TRE, 7 horas de falta integral injustificada, 126 horas de greve, 301 horas de férias-prêmio e 63 horas de atestado escolar.
- ⇒ **No que tange às horas correspondentes a realização de capacitações:** Verifica-se que houve a execução de 154,85% em relação às horas previstas para todo o exercício de 2022, ultrapassando, pois, em 54,85% o que seria esperado para ser executado ao longo do ano 2022. Assim sendo, as horas executadas a maior em relação a realização de capacitações no primeiro semestre do ano-exercício, justificam, ainda que parcialmente, a menor execução em relação às demais ações que foram previstas inicialmente no PACI Sisema 2022;
- ⇒ **No que tange às horas correspondentes a gerenciamento:** As horas de gerenciamento correspondem à gestão de pessoas (homologação de folhas de ponto, relatório de atividades, plano de trabalho, avaliação de desempenho, elaboração de PGDI, etc) e reuniões que não refletiram em produtos/ações de auditoria previstos no PACI. Considerando que as horas referente a reuniões e revisões que guardam relação direta com as ações do PACI, houve redução significativa das horas em relação ao planejado, em virtude da revisão da metodologia de apuração destas horas.

#### 4. EXECUÇÃO 2022 – Transparência e Integridade

A **Tabela 2**, a seguir, lista as ações de Transparência e Integridade planejadas e informa o *status* e resultados de execução.

O **APÊNDICE I** detalha as ações de Transparência e Integridade planejadas e traz informações sobre a sua execução ao longo do exercício de **2022**.

**Tabela 2 – Execução das ações de Transparência e Integridade**

AÇÃO PLANEJADA	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas [a] – Semad	Concluída	Avaliação e preenchimento do Questionário de Avaliação no <i>Google Forms</i> , referente ao COPAM e CERH.
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 1º semestre [a] – Semad	Concluída	Preenchimento de (dois) <i>checklists</i> – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83
Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 2º semestre [a] – Semad	Concluída	Preenchimento de (dois) <i>checklists</i> – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83
Executar atividades relacionadas com o Ciclo de Oficinas para Desenvolvimento do Controle Social no âmbito do Controle Interno [b] – FEAM, IEF e IGAM	Concluída	Houve a participação de (seis servidores), nas capacitações oferecidas pela SUTI: Oficina 1 (Políticas públicas, controle interno e controle social.), Oficina 2 (Mecanismos de participação e controle social) e Oficina 3 (Tecnologias de informação e comunicação para aprimoramento do controle social. Detalhamento no Apêndice I.
Realizar a gestão do SISPMPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão.	Concluída	Plano de Integridade do Sisema está em processo de revisão, conforme Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 3.139, de 3 de maio de 2022, cujo prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos de revisão foi prorrogado pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.149, de 20 de junho de 2022. Foram executadas 37 horas referentes à gestão de usuários no sistema. Relatório enviado via e-mail à SUTI dia 27/12/2022, pelo CSEC da Feam.
Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade.	Concluída	Questionários enviados à SUTI/CGE pelo Coordenador do NATI/Sisema, conforme e-mail encaminhado em 13/04/2022. Foi preenchido um questionário por órgão/entidade do Sisema, totalizando 4 (quatro) questionários: 1 (um) Semad; 1 (um) Feam; 1 (um) IEF e 1 (um) Igam.
Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos.	Não iniciada	Ação descontinuada pela SUTI/CGE.
Fomento à abertura de dados.	Concluída	Foram emitidos 4 (quatro) relatórios, sendo 1 para a Semad, 1 para o IEF, 1 para o Igam e 1 para a Feam. Processo SEI 1520.01.0011471/2022-20.
Demanda extraordinária: Avaliação do preenchimento das informações referentes ao Portal dos Conselhos, no que tange ao Copam e CERH, pertinente ao quarto trimestre de 2021.	Concluída	Demanda prevista no PACI 2021, porém executada no ano de 2022, uma vez que se tratou da avaliação das informações preenchidas no Portal dos Conselhos referente ao quarto trimestre (outubro, novembro, dezembro), necessitando, pois, da finalização do exercício para realização do diagnóstico.
Demanda extraordinária: Apoio ao Grupo de Trabalho LGPD	Concluída	Apoio das CSET e CSECs, representadas pelo servidor lotado no Nati, Carlos Moraes. Detalhamento no Apêndice I.

## 5. EXECUÇÃO 2022 – Auditoria (RAINT)

Ao total, foram emitidos, no âmbito das Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema, **41 (quarenta e um)** produtos de auditoria **no ano 2022**, dos 52 (cinquenta e dois) estimados para o ano-exercício, sendo:

- ⇒ 13 (treze) produtos referentes às ações de avaliação;
- ⇒ 1 (um) produto referente às ações de apuração;
- ⇒ 6 (seis) produtos referentes às ações de consultoria;
- ⇒ 13 (treze) produtos correspondentes às ações de determinações mandatórias; e
- ⇒ 8 (oito) produtos relativos às ações de monitoramento/apuração de benefícios.

Aponta-se que o número de produtos foi impactado devido a:

- a) Não execução da ação “Avaliação de risco de fraude e corrupção, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Rede de Controle da Gestão Pública”, o qual previu 4 Relatórios. As diretrizes para execução do trabalho seriam emitidas pela AUGÉ;
- b) Superestimava da ação de Consultoria (art.1º, VIII da IN AUGÉ nº 04/2020; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020), que é executada sob demanda, para a qual previu-se a emissão de 5 Notas de Auditoria, entretanto, foi emitida somente 1 (uma);
- c) Para a ação de Monitoramento da evolução da estrutura dos controles internos do órgão/entidade foram emitidos 2 (dois) dos 4 (quatro) relatórios previstos;
- d) No tocante a ação “ABR - Processo de Convênio de Entrada no âmbito da Semad e do IGAM”, para a qual previu-se a emissão de 2 (dois) produtos, foi emitida somente 1 (uma) nota de Auditoria em razão da descontinuação do trabalho no âmbito do Igam;
- e) Referente a ação “Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Termos de Ajustamento de Conduta no âmbito da Semad”, o trabalho foi sobrestado por solicitação da alta gestão, em razão de alterações que estão sendo feitas no fluxo deste processo;
- f) Para a ação “Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas” previu-se a emissão de 4 (quatro) produtos, entretanto, a ação foi substituída por outra, de maior complexidade, tendo sido emitido somente 1 (um) produto.

As justificativas acerca de cada ação estão pormenorizadas no Apêndice II.

A **Tabela 3** lista as ações de Auditoria previstas no PACI, individualmente, por tipo de serviço, e o *status* de cada (concluída, em andamento e não realizada), com as observações e justificativas pertinentes.

A **Tabela 4** lista as ações extraordinárias de Auditoria, individualmente, e o *status* de cada (concluída, em andamento e não realizada), com as observações e justificativas pertinentes.

A **Tabela 5** demonstra o resultado dos trabalhos de auditoria, com o quantitativo de ações por tipo de serviços, percentual (concluída, em andamento e não realizada), e as observações e justificativas pertinentes.

O **APÊNDICE II** detalha as ações de Auditoria planejadas e traz informações sobre a sua execução.

As **Tabelas 6A (Semad), 6B (Feam), 6C (IEF) e 6D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE III**, apresentam as recomendações emitidas e implementadas, bem como as não implementadas no período, conforme pactuado pela Gestão da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, respectivamente, e

constante no Plano de Ação ou em documento de auditoria emitido, **em monitoramento no ano de 2022.**

A **Tabela 7** demonstra as recomendações expedidas pelos órgãos de controle externo, pelo conselho fiscal e pelo conselho de administração, se houver, até o final do **primeiro semestre de 2022**, e a **Tabela 7-B** corresponde ao atendimento às solicitações efetuadas por órgãos externos.

Tabela 3 – Execução das ações de Auditoria no ano de 2022

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
<b>AValiação</b>	Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).	<b>Substituída por demanda extraordinária</b>	Ação substituída por demanda extraordinária: <b>Consultoria</b> em gerenciamento de riscos do processo de "Processamento de autos de infração no âmbito do IEF".
<b>AValiação</b>	Avaliação de risco de fraude e corrupção, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Rede de Controle da Gestão Pública.	<b>Não iniciada</b>	Execução correspondente a horas de reunião referentes ao trabalho de <b>consultoria</b> às gestões do órgão e entidades do Sisema para elaboração de plano de ação quanto às recomendações do PNPC. Não houve diretrizes da AUGÉ para a execução ao longo de 2022.
<b>AValiação</b>	Fonte 95: Avaliação das despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais, conforme Resolução CGE nº 35/2020.	<b>Concluída</b>	Avaliação da contratação de pessoal no âmbito do Sisema com recursos da fonte 95. Foram emitidos 4 (quatro) produtos referentes à avaliação de despesas com contratação de pessoal e 1 (um) produto referente à contratação de serviços (Igam). Foram necessárias horas a mais do que o planejado na execução da ação.
<b>AValiação</b>	Monitoramento da evolução da estrutura dos controles internos do órgão/entidade.	<b>Concluída/ Em execução</b>	Horas contabilizadas no RACI referem-se a 2 (dois) relatórios emitidos, pela CSEC/Feam e CSEC/Igam. O relatório referente à CSET/Semad não foi concluído até 31/12/2022, e a previsão é que seja emitido no primeiro trimestre/2023. O relatório referente à CSEC/IEF não foi concluído e a previsão é de emissão no primeiro semestre/2023.
<b>AValiação</b>	Monitoramento dos Planos de Ação – RACI.	<b>Concluída</b>	Foi emitido o RACI Final do ano de 2021 RACI/RAINT/Parcial referente ao primeiro semestre de 2022. Apesar de emitido apenas 2 (dois) RACI/RAINT considerou-se a emissão de 8 (oito) produtos, já que houve o monitoramento dos Planos de Ação pertinente à Semad, a Feam, ao IEF e ao Igam. Foram necessárias horas a mais do que o planejado na execução da ação.
<b>AValiação</b>	Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam.	<b>Substituída por demanda extraordinária</b>	Ação substituída por demanda extraordinária: <b>Consultoria</b> em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
AVALIAÇÃO	ABR - Processo de Convênio de Entrada no âmbito da Semad e do IGAM.	Cancelada	Trabalho inicialmente a ser executado no âmbito da Semad e do Igam. Entretanto, logo de início, optou-se pela suspensão do trabalho no Igam, tendo em vista ausência de fluxo formal do processo no âmbito da autarquia. Em relação ao trabalho que começou a ser executado na Semad, a CSET emitiu nota de cancelamento, em função da baixa viabilidade de prosseguimento do trabalho e possibilidade da não consecução dos objetivos da aplicação da metodologia ABR no contexto das fases em que os instrumentos se encontram. As horas computadas referem-se às reuniões realizadas e tentativa <b>sem sucesso de aplicação dos testes de auditoria</b> .
AVALIAÇÃO	Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas.	Substituída por demanda extraordinária	Ação substituída por demanda extraordinária: <b>Consultoria</b> em Gerenciamento de Riscos do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.
AVALIAÇÃO	Contratações de bens e serviços em geral realizadas para enfrentamento da COVID-19	Não Iniciada	Ausência de demanda. Baixo valor de execução no âmbito do Sisema.
CONSULTORIA	Consultoria (art.1º, VIII da IN AUGE nº 04/2020; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020).	Concluída	<b>Trata-se de atividade continuada, sob demanda.</b> Foi emitida 1 (uma) Nota de Auditoria (1138994) referente a: "Manifestação, a pedido da Alta Gestão do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), da Controladoria Seccional da autarquia acerca do Recurso Administrativo interposto pelo Instituto BioAtlântica - IBIO e pelo ex-Diretor-Presidente da mesma instituição".
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Termos de Ajustamento de Conduta no âmbito da Semad.	Sobrestada	O Trabalho teve início no primeiro semestre de 2022, tendo sido reprogramado para o segundo semestre do corrente ano, mediante solicitação da alta gestão da Semad. Entretanto, a gestão da Semad (mediante memorando Memorando.SEMAD/GAB.nº 1111/2022, SEI nº 53427321), solicitou o sobrestamento, para que a continuidade passasse a ser dada no ano de 2023. As horas executadas correspondem a horas de execução do trabalho até 30/06/2022, especialmente em relação a horas de reuniões e horas de elaboração de proposta de Termo de Compromisso e Análise Preliminar do Objeto no âmbito da CSET/Semad e NATI/Sisema. O trabalho foi incluído no PACI de 2023, com previsão para ser executado no segundo semestre.

<b>AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO</b>	<b>STATUS</b>	<b>OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS</b>
<b>APURAÇÃO</b>	Apuração de denúncias e representações	<b>Em execução</b>	Referem-se à apuração, em conjunto pela CSET/Semad com o Nucad/Sisema, quanto a: a) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a empresa Gute Sicht Mineração; b) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a Fleurs Global Mineração; c) Possíveis irregularidades no processo de Licenciamento da Tamisa Mineração. As horas computadas referem-se ao tempo aproximado gasto pela Controladora Setorial, em apoio ao Nucad, no exercício de 2022. Os relatórios conclusivos dos itens "a" e "b" estão em elaboração e serão emitidos em janeiro/2023. O item "c" está em fase de diligências e a previsão é de emissão do relatório conclusivo no primeiro trimestre de 2023.
<b>CONSULTORIA</b>	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental no âmbito do Sisema.	<b>Concluída</b>	Trabalho executado em parceria pelas Controladorias Setorial e Seccionais do Sisema.
<b>APURAÇÃO</b>	Apuração preliminar de Denúncias e Representações.	<b>Concluída / atividade continuada, sob demanda</b>	Foi emitida 1 (uma) Nota de Auditoria pela CSET Semad no primeiro semestre de 2022 – Nota de Auditoria nº 1242420 (horas gastas no primeiro semestre = 30 horas). E esteve em análise/elaboração, também pela CSET/Semad, 1 (uma) Nota de Auditoria, a qual a CSET aguarda retorno da AUGÉ para, em caso de concordância, autorização para emissão.
<b>CONSULTORIA</b>	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos - processo de Acompanhamento Hidrológico - Escassez Hídrica, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico	<b>Concluída</b>	Trabalho executado pela CSEC/Igam
<b>DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS</b>	Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados.	<b>Concluída</b>	Relatório de Auditoria SEMAD nº 1188010 Relatório de Auditoria FHIDRO nº 1188003 Relatório de Auditoria FEAM nº 1179886 Relatório de Auditoria IEF nº 1188789 Relatório de Auditoria IGAM nº 1188450

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Trata-se de atividade continuada, sob demanda. Foram emitidos 7 (sete) Relatórios de Auditoria Sobre Tomada de Contas Especiais e respectivos Certificados, sendo, 4 (quatro) para a Semad e 3 (três) para o IEF. Foram consideradas, ainda, horas referentes a 3 (três) TCEs relativas ao IEF que, embora não tenham sido emitidos os relatórios em 2022, tiveram execução no exercício de 2022. Estas demandas serão finalizadas no primeiro trimestre de 2023.
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Avaliação da instrução processual e certificação dos processos administrativos punitivos que concluírem pela inclusão de fornecedores no CAFIMP	Concluída / atividade continuada, sob demanda	1 (um) processo avaliado pela CSEC/Igam, no segundo semestre.
MONITORAMENTO / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS	Monitoramento de recomendações.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Trata-se de atividade continuada, sob demanda.
MONITORAMENTO / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS	Apuração de benefícios.	Concluída / atividade continuada, sob demanda	Trata-se de atividade continuada, sob demanda.



Tabela 4 – Demandas extraordinárias de Auditoria

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	ESPECIFICAÇÃO DA AÇÃO	STATUS	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos no processamento das multas por infração à legislação ambiental aplicadas pelo IEF <sup>3</sup> .	Concluída	Substituição da ação: Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos para elaboração de Plano Ação do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.	Concluída	Substituição da ação: Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas.
CONSULTORIA	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.	Concluída	Substituição da ação: Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam.
Consultoria	Auditoria executiva no programa Somos Todos Água (Igam)	Concluída	Apoio da CSEC/Igam à AUGÉ, na execução do trabalho.
Avaliação	Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).	Concluída	Trabalho iniciado em 2021, concluído em janeiro de 2022.

<sup>3</sup> O Relatório de Auditoria foi emitido no início do segundo semestre, em 11/07/2021, encaminhado ao IEF por meio do processo SEI/MG nº 1520.01.0002649/2022-79.

Tabela 5 – Quantitativos de Ações de Auditoria

AÇÃO (TIPO DE SERVIÇO)	STATUS da AÇÃO	QUANTITATIVO DE AÇÕES	PERCENTUAL EXECUTADO	OBSERVAÇÕES/JUSTIFICATIVAS
AVALIAÇÃO	Concluída	3	27,27%	
	Em andamento	1	9,09%	Avaliação de Controle Em nível de entidade – emitidos 2 relatórios de 4 previstos
	Não iniciada	2	18,18%	1 - Não houve diretrizes da AUGÉ; 1 Não houve demanda
	Substituída	4	36,36%	Substituídas por demandas extraordinárias.
	Cancelada	1	9,09%	Inviabilidade de aplicação da metodologia ABR
CONSULTORIA	Concluída	2	66,67%	
	Em andamento	1	33,33%	Ação sobrestada mediante solicitação da Alta Gestão.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “consultoria”.
APURAÇÃO	Concluída	1	100%	
	Em andamento	0	0%	Atividade continuada, sob demanda.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “apuração”.
DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS	Concluída	3	100%	
	Em andamento	0	0%	Atividade continuada, sob demanda.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “determinações mandatórias”.
MONITORAMENTO / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS	Concluída	4	100%	
	Em andamento	0	0,00	Atividades continuadas, sob demanda.
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “monitoramento/apuração de benefícios”.
DEMANDAS EXTRAORDINÁRIAS	Concluída	5	100%	
	Em andamento	0	0%	
	Não iniciada	-	Não se aplica	Não houve ações não iniciadas relativas ao tipo de serviço “demandas extraordinárias”.

**Tabela 7-A - Recomendações expedidas por órgãos de controle externo e conselhos**

<b>Título da ação</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Manifestação do órgão/entidade</b>
<p>Auditoria Operacional da Lagoa da Pampulha – TCE-MG.</p> <p>Portaria: 04/19 / SCE e 08/SCE/2021</p> <p>Objetivo da auditoria: Avaliar, sob a perspectiva da governança multinível, em que medida as ações de recuperação e de despoluição da Lagoa da Pampulha e respectivo entorno têm sido eficazes e/ou efetivas, bem como têm atingido parâmetros de equidade e transparência, e permitindo-se, enfim, a promoção do aprendizado e do <i>accountability</i>.</p>	<p>Estudar a viabilidade de se abordar, na regulação ambiental estadual, o problema da erosão/sedimentação nas bacias municipais (SEMAD).</p>	<p>Manifestação da Subsecretaria de Regularização Ambiental, por meio do Memorando.SEMAD/DATEN.nº 204/2021 (documento 34765172, SEI 1370.01.0000512/2020-29):</p> <p><i>De forma mais específica, entende-se que o ordenamento municipal é o instrumento mais adequado para planejar e propor, complementarmente à legislação existente, critérios mais restritivos de ocupação em áreas sensíveis. Nesse sentido nos remetemos às considerações sobre drenagem urbana e controle de erosão de Tucci (1998), indicando que o impacto gerado pela urbanização inadequada requer medidas preventivas de controle distribuído e regulamentação. Para que isto ocorra são necessárias medidas administrativas e técnicas que são implantadas através do Plano Diretor Urbano.</i></p> <p><i>Por outro lado, o licenciamento ambiental, avalia os impactos sobre o meio ambiente e as medidas cabíveis para evitá-los, mitigá-los ou mesmo compensá-los. Assim, esclarecemos que observados os casos concretos, são avaliados os impactos inerentes à erosão, que podem culminar no assoreamento de cursos d'água, independentemente da localização, urbana ou rural, das atividades e empreendimentos, incluindo os processos de parcelamento de solo urbano.</i></p>
	<p>Verificação de implantação de um programa, adicionalmente ao Programa Pampulha Viva, de despoluição e saneamento da Bacia da Pampulha, com participação estadual e metropolitano atuantes, além da participação dos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Apresentar plano de metas de atingimento e para melhoria da qualidade da água a curto, médio e longo prazos. Definir claramente os entes responsáveis participantes e as metas/responsabilidades estipuladas para cada um deles.</p>	<p>Manifestação da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, por meio do Memorando.SEMAD/DAAES.nº 179/2021 (documento 35129605, SEI 1370.01.0000512/2020-29):</p> <p><i>Considerando que a qualidade da água da lagoa é afetada diretamente pelos cursos d'água que nela deságuam, a proposição de Programa que atue de forma extensiva na bacia é pertinente.</i></p> <p><i>Ressalta-se que a titularidade dos serviços de saneamento básico é dos municípios, que podem fazer a concessão para outros prestadores, como ocorre nos municípios de Belo Horizonte e Contagem. Desta forma, quanto à implantação do programa proposto, a Superintendência de Saneamento Básico, dentro das suas competências, poderá prestar apoio técnico para sua elaboração e monitoramento. No entanto, para sua execução, é imprescindível que os municípios integrantes da bacia sejam envolvidos, bem como os prestadores de serviço de coleta e tratamento de esgotos.</i></p>
	<p>Embasado nas causas relacionadas à evidência n.4. Estudar a viabilidade de se estabelecer diretrizes estaduais focadas na questão do lançamento irregular de esgotos (metas de redução, focos de atuação, parâmetros a se seguir), inclusive com utilização dos dados de qualidade de água elaborados pelo IGAM, inclusive com o envolvimento da academia científica, que já faz a utilização desses dados em diversos estudos no meio acadêmico. (SEMAD/IGAM/FEAM/ARSAE).</p>	<p>Manifestação da Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento, por meio do Memorando.SEMAD/DAAES.nº 179/2021 (documento 35129605, SEI 1370.01.0000512/2020-29):</p> <p><i>Esclarecemos que, referente ao lançamento irregular de esgotos, o Estado possui diretrizes legais que abrangem essa temática como a Deliberação Normativa nº 96, de 12 de abril de 2006 e Deliberação Normativa Copam nº 128, de 27 de novembro de 2008, que estabelece que os municípios devem implantar sistema de tratamento de esgotos com eficiência mínima de 60% e que atendam no mínimo 80% da população urbana, conforme critérios estabelecidos nas normativas.</i></p> <p><i>Para tratativa das situações apontadas, sugerimos que estas sejam abordadas dentro do Programa recomendado no item 2.1. Assim poderão ser estabelecidas ações de mitigação, definição de responsáveis, metas e indicadores para monitoramento.</i></p>
<p>Prestação de Contas do Exercício – 2018</p>	<p>Recomendar ao atual gestor que alerte o setor contábil para que adote as providências necessárias ao aprimoramento dos controles referentes aos pagamentos de encargos financeiros, com a realização</p>	<p>Está em andamento, pelo Gabinete e pelo setor financeiro da Feam, para a adequação com os setores da Semad para que o sistema permita os registros de principal e encargos separadamente.</p>

<b>Título da ação</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Manifestação do órgão/entidade</b>
Processo: 1071389  Prestação de Contas do Exercício. Administração Indireta Estadual. Exame Formal da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial. Impropriedades. Regularidades com Ressalva.	de registros individualizados que permitam identificar a origem dos atrasos na quitação de despesas evidenciados nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, bem como que promova a discriminação entre o valor principal e os encargos financeiros da Dívida Ativa não Tributária.	Está, também, em andamento, pelo Gabinete e pelo setor financeiro da Feam, junto à Advocacia-Geral do Estado para que seja enviado à Feam a discriminação entre o valor principal e os encargos financeiros da Dívida Ativa não Tributária.
	Recomendar ao atual gestor que, em conjunto com o Controle Interno, mantenha este Tribunal informado sobre os resultados das medidas implementadas para a regularização das impropriedades relativas à gestão patrimonial	Foi elaborado Relatório de Gestão Patrimonial e as recomendações estão sendo atendidas com prazo final para todas em 30/04/2023.

**Tabela 7-B - Atendimento às solicitações efetuadas por órgãos externos**

Item	Remetente	ASSUNTO	AUDITOR RESPONSÁVEL	Resposta	Data	nº Processo SEI	Nº do registro de entrega
1	Ofício nº 6/2022/11PJMOC	Solicita-se informações quanto à instauração de procedimento administrativo em relação ao expediente Semad 1129, o qual se encontra em apuração no âmbito do Nucad/Sisema.	Thaís Alcântara / Carolina Campos	Ofício CGE/CSET_SIS EMA nº. 5/2022	04/02/2022	1520.01.0001 200/2022-14	Não se aplica. E-mail.
2	Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG 1370.01.0055128/2022-82	O Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG, foi encaminhado a esta Controladoria Setorial, pelo Gabinete da Semad, para atendimento do item que compete à Controladoria, de natureza correicional, qual seja: “cópia de inteiro teor dos autos de procedimento administrativo disciplinar eventualmente instaurado em desfavor do servidor público estadual Charles Soares de Souza”.  Foram encaminhados documentos das apurações em sede de Investigação Preliminar que abarcam as condutas do ex servidor em questão, relativas a) atuação informal e conflito de interesses; b) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a empresa Gute Sicht Mineração; c) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a Fleurs Global Mineração;	Ariana Souza - Designada	Memorando.CGE /CSET_SISEMA. nº 170/2022; E-mail;	30/11/2022 01/12/2022	1370.01.0055 128/2022-82	Não se aplica. E-mail.
3	Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG 1370.01.0055128/2022-82	O Ofício nº 4236367-2022 - DELEMAPH-DRCOR-SR-PF-MG, foi encaminhado a esta Controladoria Setorial, pelo Gabinete da Semad, para atendimento do item que compete à Controladoria, de natureza correicional, qual seja: “cópia de inteiro teor dos autos de procedimento administrativo disciplinar eventualmente instaurado em desfavor do servidor público estadual Charles Soares de Souza”.  Em complemento ao encaminhamento anterior, foi encaminhada a conclusão da Investigação Preliminar referente ao item "a", que trata de "possível atuação informal e Conflito de Interesses", tendo sido originada de denúncia protocolada na Ouvidora-Geral do Estado, em 10/05/2022, sob o número 1005202277135, constando que o servidor Charles Soares de Sousa, Masp 1.298.744-2, estaria em tese, exercendo atividades funcionais sem a devida formalização.	Ariana Souza - Designada	E-mail	21/12/2022	1370.01.0055 128/2022-82	Não se aplica. E-mail.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Item	Remetente	ASSUNTO	AUDITOR RESPONSÁVEL	Resposta	Data	nº Processo SEI	Nº do registro de entrega
4	Ofício nº 313/115º PJMA/2022 (56710638) e Ofício nº 388/115º PJMA/2022	<p>Requisitou requisa à Controladoria Setorial - CSET "apurar os motivos que ensejaram o encaminhamento tardio a esta Promotoria Especializada de Autos de Infração lavrados em anos remotos, havendo autos datados de 2015, 2016, dentre outros"</p> <p>Foram encaminhados os esclarecimentos prestados pela Subsecretaria de Fiscalização Ambiental - SUFIS da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por meio do Memorando.SEMAD/DAINF.nº 520/2022 (57011092) no que tange aos motivos de encaminhamentos tardios das vias de auto de infração ao Órgão Ministerial e demais esclarecimentos pertinentes à matéria e Memorando.SEMAD/SUCPRO.nº 92/2022 (58397442), sobre medidas atinentes ao aprimoramento dos fluxos processuais, à melhoria das normas vigentes, ao aperfeiçoamento dos procedimentos, à gestão dos processos, ao estabelecimento de metas e à gestão de pessoas e à estruturação interna</p>	Ariana Souza - Designada	Ofício CGE/CSET_SIS EMA nº. 45/2022	27/12/2022	1500.01.0244 374/2022-79	Não se aplica. E-mail.

As **Tabelas 8A (Semad), 8B (Feam), 8C (IEF) e 8D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE IV**, apresentam as recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos das Unidades Auditadas: Semad, Feam, IEF e Igam, respectivamente, consolidadas **até 31/12/2022**.

As **Tabelas 9A (Semad), 9B (Feam), 9C (IEF) e 9D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE V**, apresentam os riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos das Unidades Auditadas, por trabalho de auditoria, quais sejam: Semad, Feam, IEF e Igam, respectivamente, consolidadas **até 31/12/2022**.

As **Tabela 10A (Semad), 10B (Feam), 10C (IEF) e 10D (Igam)**, demonstradas no **APÊNDICE VI**, apresentam os benefícios financeiros e não financeiros gerados para o SISEMA decorrentes da atuação da AUG e/ou CSET e CSECs da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, respectivamente, ao longo do período – **cuja recomendações foram implementadas até 31/12/2022**.

A **Tabela 11** demonstra os fatos relevantes que impactaram positiva ou negativamente nos recursos e na organização da CSET e CSECs e na realização dos trabalhos de auditoria no **primeiro semestre de 2022**.

**Tabela 11 – Fatos relevantes que impactaram o ano de 2022**

Fatos relevantes que impactaram positivamente na CSET e CSECs	Fatos relevantes que impactaram negativamente na CSET e CSECs
	Elevada curva de aprendizagem em trabalhos de Auditoria, para servidores com menor tempo de ingresso no Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade – NATI.



## 6. EXECUÇÃO 2022 – Correição Administrativa

A **Tabela 12** lista as ações de Correição Administrativa planejadas e informa o *status* e resultados de execução no ano de 2022.

**Tabela 12 – Execução das ações de Correição Administrativa no ano de 2022**

Ação Planejada	Status/Resultados	Observações/Justificativas
Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar	Foram emitidas 30 (trinta) análises preliminares, sendo 13 (treze) da SEMAD, 14 (quatorze) do IEF e 03 (três) do IGAM.	Foram previstas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 80 procedimentos, sendo 77 horas por produto (total de 6.160 horas). Entretanto, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 30 análises preliminares, sendo gastas 150 horas por produto (total de 4.500 horas).
Instrução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares	Foram instruídos 20 (vinte) processos administrativos disciplinares, sendo 05 (cinco) da SEMAD, 12 (doze) do IEF, 01 (um) da FEAM e 02 (dois) do IGAM.	Foram previstos, de forma unificada para o Nucad/Sisema, em 2022, que seriam instruídos 22 procedimentos, sendo 150 horas por produto (total de 3.300 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada instrução, sendo instruídos 20 (vinte) processos administrativos disciplinares com 200 horas por produto (total de 4.000 horas).
Monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar	Foram tramitados 14 (quatorze) Termos de Ajustamento Disciplinares, sendo 07 (sete) da SEMAD, 07 (sete) do IEF.	Foram previstos, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 20 TAD, sendo previstas 20 horas por produto (total de 400 horas). Entretanto, foram tramitados 14 TAD no total de 280 horas.
Acompanhamento dos trabalhos das comissões sindicantes e processantes	O acompanhamento é feito pela Coordenadora com todas as comissões.	Foram previstas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 95 horas para o acompanhamento. Entretanto, em razão da complexidade dos expedientes, foram gastas mais horas na orientação e direcionamento da equipe, no total de 267 horas.
Avaliação de procedimentos disciplinares concluídos pelas comissões	Foram emitidas 05 (cinco) análises finais de PAD, sendo todas do IEF.	Foram previstas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 10 Notas Técnicas, sendo 82 horas por produto (total de 820 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 05 (cinco) análises finais, todas do IEF, com 200 horas por produto e total de 1000 horas executadas.
Avaliação da efetividade das decisões correcionais	Foram realizadas 40 (quarenta) avaliações de efetividades, dentre decisões de análises preliminares, TAD e PAD.	Foram realizados, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 40 relatórios de efetividade, sendo previstas 2 horas por produto (total de 80 horas).



Ação Planejada	Status/Resultados	Observações/Justificativas
Prevenção e aperfeiçoamento disciplinar	Foram realizadas 02 (duas) ações.	Foram realizadas 35 horas para prevenção e aperfeiçoamento, ocorrendo duas ações para divulgação do regime disciplinar no âmbito do Sisema, com total de 35 horas, sendo uma em 19/08/2022 e a outra nos dias 28/12/2022, 22/12/2022, 14/12/2022 e 02/12/2022, (enviada por e-mail aos servidores do Sisema).
Alimentar banco de dados e gerir informações correcionais	Trabalho contínuo e diário, cuja consolidação deve ser encaminhada, via planilha, para a COGE no fim de cada quadrimestre.	Foram executadas, de forma unificada para o Nucad/Sisema, 240 horas para consolidação de dados.
Avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV 2022	O prazo estipulado para envio da declaração se encerrou em 30/06/2022.	Foram executadas, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 15 horas para a avaliação.

No ano de 2022, o Núcleo de Correição Administrativa registrou o total de 113 (cento e treze) expedientes tramitados, recebidos de todos os órgãos e entidade do SISEMA, dentre os quais em 30 (trinta) expedientes foram concluídas as análises preliminares, sendo 13 (treze) da SEMAD, 14 (quatorze) do IEF e 03 (três) do IGAM.

Ainda, visando à apuração de responsabilidade funcional dos servidores no que tange às possíveis infrações disciplinares, no ano de 2022, foram tramitados o total de 20 (vinte) processos no Núcleo de Correição Administrativa do SISEMA, considerando também os já concluídos, sendo 05 (cinco) da SEMAD, 12 (doze) do IEF, 01 (um) da FEAM e 02 (dois) do IGAM.

Destaca-se que, a fim de dar continuidade à instrução processual, no âmbito dos Processos Administrativos Disciplinares, no ano de 2022, foram emitidas 05 (cinco) análises finais de PAD, sendo todas do IEF.

Por fim, verifica-se que, no âmbito do Sisema, no ano de 2022, tiveram 14 (quatorze) Termos de Ajustamento Disciplinares tramitados, sendo 07 (sete) da SEMAD, 07 (sete) do IEF.

O **APÊNDICE VII** detalha as ações de Correição Administrativa planejadas e traz informações sobre a sua execução, em relação ao **ano de 2022**. O **APÊNDICE VIII** apresenta o *status* dos procedimentos disciplinares instruídos cujos trabalhos sob a responsabilidade de agentes públicos integrantes da equipe do NUCAD estão em execução, foram concluídos e/ou encaminhamento para a CGE.

## 7. EXECUÇÃO 2022 – CAPACITAÇÕES E GERENCIAMENTO

---

O PACI/2022 previu, para execução durante todo o exercício, o total de 516 (quinhentas e dezesseis) horas de capacitação em eventos alinhadas às atividades desempenhadas pela equipe técnica da CSET e CSECs. Ao longo do **ano de 2022**, a equipe participou de cursos, seminários, reuniões técnicas, **totalizando 799 (setecentos e noventa e nove horas) horas, correspondente a 154,85% do total planejado para o ano-exercício**, conforme discriminado no **APÊNDICE IX**.

Importante ressaltar que, devido ao teletrabalho, algumas horas de reuniões, foram consideradas de capacitações e gerenciamento por se tratarem de horas para capacitação seja da equipe, para os gestores como também para assessoramento para os devidos gabinetes, totalizando 90 (horas) nesta modalidade.

Foram previstas, para todo o ano de 2022, o total de 1.500 (um mil e quinhentas) horas de atividades de gerenciamento inerentes à função de chefia e **foram executadas 746 (setecentos e quarenta e seis) no ano de 2022, correspondente a 49,73% do total planejado para o ano-exercício**, conforme discriminado no **APÊNDICE X**. Considerando que as horas referente à reuniões e revisões que guardam relação direta com as ações do PACI, houve redução significativa das horas em relação ao planejado, em virtude da revisão da metodologia de apuração destas horas.

## 8. INFORMAÇÕES RELEVANTES

---

### 8.1. Estrutura das CSET/CSECs do Sisema

As Controladorias do Sisema trabalham de forma integrada, constituindo-se da Controladoria Setorial da Semad e das Controladorias Seccionais do IEF, da Feam e do Igam. Para cada Controladoria, há um (a) Controlador (a) Setorial/Seccional responsável (chefia).

A unidade é constituída, ainda, de Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati), responsável pelas atividades de “Auditoria” e “Transparência, Integridade e Controle Social” constantes no PACI, e Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), responsável pelas ações de “Correição”.

### 8.2. Servidores do Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati)

O Nati Sisema constitui-se de 1 (um) Coordenador, servidor efetivo da carreira de Analista de Desenvolvimento Econômico e Social e ocupante de cargo em comissão de provimento da Controladoria-Geral do Estado; e 4 (quatro) servidores membros da equipe, sendo 2 (dois) servidores

de provimento do IEF, cargo em comissão: 1 (uma) servidora de recrutamento amplo e 1 (um) servidor efetivo de outras carreiras (técnico de gestão da saúde); e 2 (duas) servidoras efetivas da carreira do Sisema de provimento da Semad.

Considerando que a unidade é composta por 4 (quatro) Controladorias Setorial/Seccionais, verifica-se, no âmbito do Nati, em termos proporcionais, apenas 1 (um) servidor analista para atendimento a cada Controladoria.

Pertinente ressaltar a elevada curva de aprendizagem em trabalhos de Auditoria, para servidores com menor tempo de ingresso no Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade – NATI.

Posto isso, realça-se a carência de pessoal da unidade, sendo imperioso destacar a necessidade de provimento de recursos humanos, isto é, maior capacidade laborativa operacional do setor e, por consequência, a elevação do número de trabalhos executados, que potencialmente podem gerar benefícios para o Sisema (financeiros e qualitativos), adicionando valor à gestão do órgão e entidades em prol do aperfeiçoamento dos controles internos, dos processos de governança e do gerenciamento de riscos.

### **8.3. Servidores do Núcleo de Correição Administrativa (Nucad)**

A Resolução Conjunta CGE/Semad/IEF/Igam/Feam nº 01/2016 previu em seu artigo 2º que o Nucad seria composto por **um coordenador e, no mínimo, onze membros** indicados pelos dirigentes da Semad, IEF, Igam e Feam, proporcionalmente a demanda de procedimentos correicionais (grifo nosso).

Atualmente, o Nucad é composto por 1 (uma) Coordenadora – auditora interna/CGE – e 7 (sete) servidores efetivos de carreira do Sisema: 3 (três) servidoras da Semad; 3 (três) servidores da Feam; 1 (uma) servidora do Igam. Ainda, ressalta-se que, no dia 07 de outubro de 2022, ocorreu permuta entre servidoras do NUCAD e da DILOG, permanecendo a composição da equipe com o mesmo quantitativo.

Importante salientar que, no ano de 2022, 1 (uma) servidora do Núcleo de Correição Administrativa (Nucad), especialmente responsável pela análise final de procedimentos correicionais concluídos pelas comissões, esteve em licença maternidade e houve o desconto de horas relativas à capacidade operacional do Nucad, em número relativamente considerável, pertinente ao afastamento de servidores em exercício no núcleo, por motivo de 77 horas de atestado médico, 27 horas de comparecimento em consulta, 21 horas de licença, 4 horas comparecimento TRE, 7 horas de falta integral injustificada, 126 horas de greve, 301 horas de férias-prêmio e 63 horas de atestado escolar.

Nota-se, pois, que o quantitativo de servidores do Nucad encontra-se abaixo do previsto em Resolução, sendo imperioso destacar a necessidade de provimento de recursos humanos.

## **9. CONCLUSÃO**

---

O presente relatório teve como objetivo apresentar um diagnóstico geral a respeito da execução do Plano de Atividades de Controle Interno do exercício de 2022 das Controladorias Setorial e Seccionais – CSET e CSECs do SISEMA – Semad, IEF, Feam e Igam.

Assim, foram emitidos 17 (dezesete) produtos pertinentes às ações de Transparência, Integridade e Controle Social; 41 (quarenta e um) produtos concernentes às ações de Auditoria; e 130 (cento e trinta) produtos relacionados a ações de Correição; totalizando 188 (cento e oitenta e oito) produtos emitidos no âmbito da CSET/CSECs Sisema no ano de 2022.

Por meio das ações de controle de auditoria executadas no primeiro semestre do referido exercício, foram emitidas recomendações que podem contribuir para a geração de potenciais benefícios financeiros e não financeiros nos órgão/entidades do Sisema, consoante demonstrado no Apêndice VI.

Ressaltou-se, por fim, a necessidade de provimento de recursos humanos no âmbito da CSET/CSEC, para o Núcleo de Auditoria, Transparência e Integridade (Nati) e para o Núcleo de Correição Administrativa (Nucad).

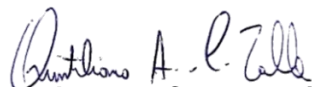
Belo Horizonte, 31 de janeiro de 2023.




**Bruno Gonçalves Nogueira**  
Coordenador do Nati/Sisema



**Carolina Campos Abreu**  
Coordenadora do Nucad/Sisema



**Quintiliano Augusto Campomori do Valle**  
Controlador Seccional da Feam



**Michelle Calazans Oliveira**  
Controladora Seccional do Igam



**Wettna Márcia Lages Ferreira**  
Controladora Seccional IEF



**Ariana Aparecida de Souza**  
Controladora Setorial da Semad – designada

APÊNDICE I – AÇÕES DE TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Apoio ao 2º Ciclo de Avaliação de Governança dos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas [a] – Semad		
<b>Objetivo geral:</b>	Apoiar realização de ação do Planejamento Estratégico da CGE, identificando o estado de maturidade da governança dos conselhos estaduais de políticas públicas e apoiar medidas para seu fortalecimento.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/05/2022 a 30/11/2022	<b>Horas previstas:</b>	70
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/09/2022 a 03/11/2022	<b>Horas de execução:</b>	140
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se Aplica	Preenchimento do questionário de avaliação COPAM	28/10/2022	
Não se Aplica	Preenchimento do questionário de avaliação CERH	03/11/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
A ação foi executada no COPAM e CERH, tendo sido necessárias aproximadamente 70 horas para cada Conselho. 1520.01.0012050/2022-04 – COPAM 1520.01.0012053/2022-20 - CERH Questionários de Avaliação do COPAM e CERH preenchidos no Google Forms e registrados em papéis de trabalho.			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 1º semestre [a] – Semad		
Objetivo geral:	Garantir a atualização constante das informações no Sistema/Portal dos Conselhos pelas instituições participativas vinculadas ao órgão ou entidade.		
Previsão de execução:	01/06/2022 a 30/06/2022	Horas previstas:	10
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/06/2022 a 30/06/2022	Horas de execução:	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se aplica.	Checklist preenchido – Copam.	30/06/2022	
Não se aplica.	Checklist preenchido – CERH.	30/06/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Preenchimento de 2 (dois) checklists – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83.			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Acompanhar o preenchimento dos dados das Instituições Participativas no Sistema/Portal dos Conselhos – 2º semestre [a] – Semad		
Objetivo geral:	Garantir a atualização constante das informações no Sistema/Portal dos Conselhos pelas instituições participativas vinculadas ao órgão ou entidade.		
Previsão de execução:	01/12/2022 a 30/12/2022	Horas previstas:	10
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Previsão para o segundo semestre.	Horas de execução:	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se aplica.	Checklist preenchido – Copam.	30/12/2022	
Não se aplica.	Checklist preenchido – CERH.	30/12/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Preenchimento de 2 (dois) checklists – 1 (um) referente ao Copam e 1 (um) pertinente ao CERH. Processo SEI 1520.01.0005778/2022-83.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Executar atividades relacionadas com o Ciclo de Oficinas para Desenvolvimento do Controle Social no âmbito do Controle Interno [b] – FEAM, IEF e IGAM		
<b>Objetivo geral:</b>	Consolidar a visão de complementariedade entre controle social e controle interno em todos os agentes públicos lotados nas Controladorias Setoriais e Seccionais do Governo do Estado de Minas Gerais.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 01/10/2022	<b>Horas previstas:</b>	180
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	30/08/2022 a 08/11/2022	<b>Horas de execução:</b>	48
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se Aplica	Participação na Oficina 1 (Políticas públicas, controle interno e controle social). Participação na Oficina 2 (Mecanismos de participação e controle social) Participação na Oficina 3 (Tecnologias de informação e comunicação para aprimoramento do controle social.	30/08/2022 04/10/2022 08/11/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Houve a participação presencial dos servidores, a seguir, nas capacitações oferecidas pela SUTI em 30/08, 04/10 e 08/11:</p> <p>Quintiliano Campomori: dias 30/08, 04/10 e 08/11;            Glauciene Almeida: dias 30/08, 04/10 e 08/11;            Aline Miranda: dias 30/08, 04/10 e 08/11;            Maria Izabel: 04/10 e 08/11;            Carlos Eduardo: dias 30/08, 04/10 e 08/11;            Bruno Gonçalves Nogueira: dias 30/08 e 04/10</p> <p>No PACI foram previstas 180 horas, sendo 60 horas para IEF, 60 para Feam e 60 para o Igam. As atividades propostas pela SUTI não alcançaram o total de horas planejado para a execução da ação.</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Realizar a gestão do SISPMPI no órgão ou entidade em que atua, estimulando o uso do sistema na formulação, execução, monitoramento e avaliação do Plano de Integridade do órgão		
<b>Objetivo geral:</b>	Incentivar o uso do SISPMPI como ferramenta de gestão, de forma a otimizar os processos de elaboração, execução, monitoramento e avaliação dos planos de integridade dos órgãos ou entidades da administração pública.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	120
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input checked="" type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/12/2022 a 27/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	37
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		Data entrega
Não se Aplica	Relatório emitido no SisPMPI		27/12/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Plano de Integridade do Sisema está em processo de revisão, conforme Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM nº 3.139, de 3 de maio de 2022, cujo prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos de revisão foi prorrogado pela Resolução Conjunta SEMAD/FEAM/IEF/IGAM Nº 3.149, de 20 de junho de 2022, razão pela qual não houve execução expressiva de horas na referida ação.</p> <p>Foram executadas 37 horas referentes à gestão de usuários no sistema. Relatório enviado via e-mail à SUTI dia 27/12/2022, pelo CSEC da Feam.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Consolidar os resultados e os benefícios diretos e indiretos alcançados no órgão ou entidade ao longo do ano com as ações de integridade.		
<b>Objetivo geral:</b>	Mensurar os efeitos das ações de integridade nos órgãos ou entidades do Governo Estadual.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/03/2022 a 30/04/2022	<b>Horas previstas:</b>	120
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	22/03/2022 a 13/04/2022	<b>Horas de execução:</b>	120
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Não se aplica.	Questionário preenchido – Semad	13/04/2022	
Não se aplica.	Questionário preenchido – Feam	13/04/2022	
Não se aplica.	Questionário preenchido – IEF	13/04/2022	
Não se aplica.	Questionário preenchido – Igam	13/04/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Questionários enviados à SUTI/CGE pelo Coordenador do NATI/Sisema, conforme e-mail encaminhado em 13/04/2022.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Avaliar cumprimento do Decreto nº 47.185/2017 no órgão ou entidade, em relação a implementação dos planos de integridade específicos.		
Objetivo geral:	Garantir cumprimento de normativo estadual.		
Previsão de execução:	01/07/2022 a 30/11/2022	Horas previstas:	240
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input checked="" type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Não se aplica	Horas de execução:	0
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		Data entrega
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Ação descontinuada pela Suti, consoante informado pela Diretoria de Controle Social, via e-mail, em 27/12/2022.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Fomento à abertura de dados.		
<b>Objetivo geral:</b>	Fomentar a abertura de dados de interesse público e geral nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, de acordo com a Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e Lei 14.129, de 29/03/2021.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 30/08/2022	<b>Horas previstas:</b>	240
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/08/2022 a 20/10/2022	<b>Horas de execução:</b>	240
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1333722	Tarefa nº 1329714 - Relatório Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais da Semad	19/10/2022	
1333722	Tarefa nº 1334082 - Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais do IEF	20/10/2022	
1326660	Tarefa nº 1326660 - Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais da Feam	07/10/2022	
1333722	Tarefa nº 1326654 - Fomento à abertura de dados no Portal de Dados Abertos de Minas Gerais do Igam	19/10/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Foram elaborados 4 (quatro relatórios) referentes à execução da ação, pertinentes à Semad, IEF, Feam e Igam, enviados à SUTI por meio do processo SEI/IMG nº 1520.01.0011471/2022-20.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	<b>DEMANDA EXTRAORDINÁRIA:</b> Avaliação do preenchimento das informações referentes ao Portal dos Conselhos, no que tange ao Copam e CERH, pertinente ao quarto trimestre de 2021.		
<b>Objetivo geral:</b>	Garantir a atualização constante das informações no Sistema/Portal dos Conselhos pelas instituições participativas vinculadas ao órgão ou entidade.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/01/2022	<b>Horas previstas:</b>	0
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/02/2022 a 03/02/2022	<b>Horas de execução:</b>	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1003886	Nota Técnica nº 1144158 – CERH	03/02/2022	
1003886	Nota Técnica nº 1144159 – COPAM	03/02/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Demanda prevista no PACI 2021, porém executada no ano de 2022, uma vez que se tratou da avaliação das informações preenchidas no Portal dos Conselhos referente ao quarto trimestre (outubro, novembro, dezembro), necessitando, pois, da finalização do exercício para realização do diagnóstico.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	DEMANDA EXTRAORDINÁRIA: Apoio ao Grupo de Trabalho LGPD		
<b>Objetivo geral:</b>	Prestar apoio ao Grupo de Trabalho LGPD, no âmbito do Sisema.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/01/2022	<b>Horas previstas:</b>	0
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/02/2022 a 03/02/2022	<b>Horas de execução:</b>	76
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
Não se Aplica	Não se Aplica		Detalhamento
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Horas executadas referem-se ao apoio das CSET e CSECs, representadas pelo servidor lotado no Nati, Carlos Morais, mediante participação em reuniões do Grupo de Trabalho instituído pelo Sisema, conforme detalhamento a seguir.			
Data	Horário início e término	Duração	Local
03/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
10/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
17/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
20/01/2022	10:00 às 11:00	01:00	Microsoft Teams
24/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
31/01/2022	10:00 às 11:30	01:30	Microsoft Teams
01/04/2022	09:30 às 11:00	1:30	Microsoft Teams
04/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
11/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
12/04/2022	14:00 às 16:00	2:00	Microsoft Teams
18/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
19/04/2022	14:00 às 16:00	2:00	Microsoft Teams
25/04/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
26/04/2022	14:00 às 16:00	2:00	Microsoft Teams
27/04/2022	15:00 às 16:00	16:00	Microsoft Teams
02/05/2022	10:30 às 12:30	02:00	Microsoft Teams
05/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
09/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
16/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
23/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
30/05/2022	10:00 às 12:30	02:30	Microsoft Teams
21/06/2022	10:00 as 12:00	02:00	Microsoft Teams
23/06/2022	10:00 as 12:00	02:00	Microsoft Teams
11/07/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
13/07/2022	14:30 – 15:30	1:00	Microsoft Teams
25/07/2022	10:00 às 11:30	1:30	Microsoft Teams
27/07/2022	10:00 às 12:00	2:00	Microsoft Teams
01/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
03/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
08/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
15/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
19/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
29/08/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
05/09/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
12/09/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams
19/09/2022	10:00 as 11:30	01:30	Microsoft Teams

APÊNDICE II – AÇÕES DE AUDITORIA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).		
Objetivo geral:	Avaliar o gerenciamento de riscos do processo-chave selecionado e a eficácia dos controles internos estabelecidos.		
Previsão de execução:	01/06/2022 a 30/11/2022	Horas previstas:	720
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Não se aplica – Substituída.	Horas de execução:	Não se aplica – Substituída.
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Ação substituída por demanda extraordinária: Consultoria em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência do IEF, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento para inscrição em dívida ativa.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Avaliação de risco de fraude e corrupção, a partir das diretrizes do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção da Rede de Controle da Gestão Pública.		
Objetivo geral:	Avaliar as medidas constantes no Plano de Ação.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 30/06/2022	Horas previstas:	800
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input checked="" type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Não se aplica	Horas de execução:	20
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Horas correspondentes às reuniões referentes ao trabalho de consultoria a gestão do órgão e entidades do Sisema para elaboração de plano de ação quanto a recomendações do PNPC. Não houve diretrizes da AUGÉ para a execução do trabalho.			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	Fonte 95: Avaliação das despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais, conforme Resolução CGE nº 35/2020.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar as despesas com contratações de bens e serviços financiadas com recursos da fonte 95 – Desastres Ambientais.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	1.600
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 17/08/2022	<b>Horas de execução:</b>	2.400
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1995112	995112 - Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no segundo semestre de 2021 – Igam.		03/08/2022
1281845	1281836 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – Feam.		11/08/2022
1281913	1281920 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – IEF.		16/08/2022
1995112	1285736 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – Igam.		16/08/2022
1286277	1285468 - Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021 – Semad.		17/08/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Avaliação da contratação de serviços e pessoal no âmbito do Sisema com recursos da fonte 95. Foram emitidos 4 (quatro) produtos referentes à avaliação de despesas com contratação de pessoal, e 1 (um) produto referente à contratação de serviços (Igam). O quantitativo de horas acima do planejado justificam-se pelo fato de a equipe do Nati estar em processo de amadurecimento, demandando mais tempo de execução, coordenação e supervisão dos trabalhos executados pela equipe.</p> <p>Processos SEI/IMG            1520.01.0009075/2022-13 - Feam            1520.01.0006211/2022-32 - IEF            1520.01.0003658/2021-96 - Igam            1520.01.0006095/2022-60 - Semad</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Monitoramento da evolução da estrutura dos controles internos do órgão/entidade.		
Objetivo geral:	Monitorar as medidas adotadas pela gestão, de acordo com os prazos definidos no trabalho de auditoria ou pactuados no Plano de Ação e da evolução da estrutura de controles internos do órgão/entidade.		
Previsão de execução:	01/06/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	1.600
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/08/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	1000
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1306418	Relatório de Auditoria nº 1306418		07/12/2022
1381511	Relatório de Auditoria nº 1381503		23/12/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Horas contabilizadas no RACI referem-se a 2 (dois) relatórios emitidos, pela CSEC/Feam e CSEC/Igam. O relatório referente à CSET/Semad não foi concluído até 31/12/2022, e a previsão é que seja emitido no primeiro trimestre/2023. Horas: 400 - Feam; 400 - Igam; 200 - Semad (em execução).</p> <p>Feam: 1520.01.0010213/2022-36 Igam: 1520.01.0007649/2020-12</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	Monitoramento dos Planos de Ação – RAIN.T.		
<b>Objetivo geral:</b>	Monitorar as medidas adotadas pela gestão, de acordo com os prazos definidos no trabalho de auditoria ou pactuados no Plano de Ação. O monitoramento das recomendações emitidas constitui etapa fundamental da auditoria, tendo em vista que um trabalho somente pode ser considerado encerrado após a implementação das recomendações pela unidade auditada.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	320
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	15/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	560
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1155286	Relatório de Atividades de Controle Interno nº 1256022	23/02/2022	
1268564	Relatório de Atividades de Controle Interno nº 1268559	25/07/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Horas executadas em 2022 referentes à emissão do RACI final do ano de 2021 e para emissão do RACI/RAINT parcial referente ao primeiro semestre de 2022. Apesar de emitido apenas 2 (dois) RACI/RAINT (final de 2021 e parcial de 2022) considerou-se a emissão de 4 (quatro) produtos, já que houve o monitoramento dos Planos de Ação pertinente à Semad, a Feam, ao IEF e ao Igam. Foram necessárias horas a mais do que o planejado na execução da ação.</p> <p>Processo SEI 1520.01.0007716/2021-43 – RACI/RAINT Final de 2021 Processo SEI 1520.01.0007994/2022-03 – RACI/RAINT Parcial – 1º semestre de 2022</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	CONSULTORIA		
<b>Ação:</b>	Consultoria (art.1º, VIII da IN AUGE nº 04/2020; Resolução CGE nº 9/2020; Resolução CGE nº 10/2020).		
<b>Objetivo geral:</b>	Prestar serviços de assessoria ao Dirigente Máximo ou serviços relacionados, cuja natureza e escopo são acordados com o cliente e destinam-se a agregar valor e melhorar os processos de governança, gerenciamento de riscos e controle do órgão/entidade, sem que o auditor assuma responsabilidade de gestão. Exemplos: orientação, assessoria, facilitação e treinamento		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	580
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução/atividade continuada sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 25/01/2022	<b>Horas de execução:</b>	116
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1138986	Nota de Auditoria nº 1138994		25/01/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>A ação é sob demanda.</b></p> <p>Produto emitido no primeiro semestre de 2022 referente a: "Manifestação, a pedido da Alta Gestão do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), da Controladoria Seccional da autarquia acerca do Recurso Administrativo interposto pelo Instituto BioAtlântica - IBIO e pelo ex-Diretor-Presidente da mesma instituição".</p> <p>Não foram executadas todas as horas planejadas, em razão da ausência de demanda.</p> <p>Processo SEI 2240.01.0001283/2020-08.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>APURAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	Apuração preliminar de Denúncias e Representações.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar, preliminarmente, as denúncias recebidas diretamente pelo órgão/entidade ou demandadas pela CGE.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	37
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução/atividade continuada sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	14/02/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	65
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1242171	Nota de Auditoria nº 1242420		13/06/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Foi emitida 1 (uma) Nota de Auditoria pela CSET Semad no primeiro semestre de 2022 – Nota de Auditoria nº 1242420 (horas gastas no primeiro semestre = 30 horas). E esteve em análise/elaboração, também pela CSET/Semad, 1 (uma) Nota de Auditoria, a qual foi encaminhada, por e-mail, à AUGÉ, para apreciação e, se for o caso, concordância (horas gastas no primeiro semestre = 35 horas). A CSET aguarda retorno para emissão, se for o caso, em 2023.</p> <p>Processo SEI 1520.01.0001847/2020-11, sei nº 48087487.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO		
Ação:	Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam.		
Objetivo geral:	Avaliar e monitorar o acréscimo e a redução do passivo de prestação de contas na FEAM; bem como as medidas adotadas frente ao referido passivo, em apoio à Auditoria-Geral do Estado (AUGE/CGE-MG).		
Previsão de execução:	01/03/2022 a 31/10/2022	Horas previstas:	600
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	Não se aplica – Substituída.	Horas de execução:	Não se aplica – Substituída.
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Ação substituída por demanda extraordinária: Consultoria em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	ABR - Processo de Convênio de Entrada no âmbito da Semad e do IGAM		
<b>Objetivo geral:</b>	Aumentar e proteger o valor organizacional das instituições, fornecendo avaliação, assessoria e aconselhamento baseados em risco.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/07/2022	<b>Horas previstas:</b>	800
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Cancelada <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 14/02/2022. Ação Cancelada.	<b>Horas de execução:</b>	340
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		Data entrega
	Nota de Cancelamento		13/01/2023
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Trabalho piloto inicialmente a ser executado no âmbito da Semad e do Igam. Entretanto, logo no início, optou-se pela suspensão do trabalho no Igam, tendo em vista ausência de fluxo formal do processo no âmbito da autarquia.</p> <p>Em relação ao trabalho executado na Semad, a CSET emitiu nota de cancelamento, na fase de aplicação dos testes de auditoria, em função da baixa viabilidade de prosseguimento do trabalho e possibilidade da não consecução dos objetivos da aplicação da metodologia ABR no contexto das fases em que os Convênios de entrada se encontram. A decisão pelo cancelamento foi compartilhada com as áreas técnicas da AUGÉ, por meio de reunião realizada em 11/11/2022, pelos motivos a seguir: • Relevância da aplicação da metodologia para o atual contexto, uma vez que as mudanças nos processos e procedimentos, interferem significativamente na análise que está adstrita ao tempo dos atos; • Comprometimento da materialidade, com relação à instrução dos processos, insuficiência de elementos documentais e dificuldade de obtê-los, considerando a extinção dos órgãos das quais 83% dos os processos se originaram; • Restrição do escopo do trabalho, em razão do cabimento da aplicação das questões de auditoria conexas às fases de “identificação de oportunidades de captação de recursos” e de “formalização do instrumento”, em apenas 17% (dezesete por cento) do universo auditável; • Restrição do escopo do trabalho, em razão da inaplicabilidade das questões de auditoria conexas às fases “execução do objeto” e “prestação de contas” em 83% (oitenta e três por cento) dos do universo auditável.</p> <p>As horas computadas referem-se às reuniões relativas às fases de mapeamento das atividades e levantamento dos riscos, transição do trabalho (assumido pela CTSE designada), formulação de quesitos prévios à execução da matriz de planejamento, elaboração e organização dos papéis de trabalho para aplicação dos testes de auditoria, e tentativa de aplicação dos testes de auditoria.</p> <p>Processo Sei! MG nº 1520.01.0001846/2022-32, doc 58663039.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	CONSULTORIA -		
<b>Ação:</b>	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Termos de Ajustamento de Conduta no âmbito da Semad.		
<b>Objetivo geral:</b>	Realizar Consultoria (Facilitação) em Gerenciamento de Riscos do processo de formalização e fiscalização de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) – Semad, por meio de consultoria no levantamento de informações com os gestores, pretendendo identificar os possíveis riscos dos processos e eventuais fragilidades existentes nos controles, visando propor melhorias nos processos, em consonância à metodologia desenvolvida pela CGE.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/03/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	720
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução/temporariamente suspensa <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 02/02/2022. Ação em andamento / Recepcionada no PACI 2023	<b>Horas de execução:</b>	210
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
	1154518 – Termo de Compromisso		Trabalho Sobrestado
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Inicialmente, o trabalho estava previsto para ser executado no primeiro semestre de 2022, reprogramado para o segundo semestre do corrente ano. Após isso, por solicitação da alta gestão da Semad (mediante memorando Memorando.SEMAD/GAB.nº 1111/2022, SEI nº 53427321), o trabalho foi transferido para o PACI/2023. As horas correspondem à execução do trabalho até 30/06/2022, especialmente em relação a horas de reuniões e horas de elaboração de proposta de Termo de Compromisso e Análise Preliminar do Objeto no âmbito da CSET/Semad e NATI/Sisema.</p> <p>Processo SEI/IMG nº 1520.01.0001205/2022-73</p>			



Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	CONSULTORIA		
Ação:	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos – Projeto de Otimização da Regularização Ambiental no âmbito do Sisema		
Objetivo geral:	Auxiliar a organização na identificação e avaliação dos riscos existentes no Projeto de Otimização da Regularização Ambiental, bem como fornecer subsídios para elaboração pela Semad, Feam, IEF e Igam de um Plano de Ação para Gestão dos Riscos identificados.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/03/2022	Horas previstas:	400
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/03/2022	Horas de execução:	400
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
1070579	Relatório de Auditoria nº 1070584	31/03/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
Processo SEI 1520.01.0010756/2021-25.			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>AVALIAÇÃO</b>		
<b>Ação:</b>	Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar a gestão da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas às funções de Agência de Bacia Hidrográfica.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/06/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	400
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input checked="" type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Não se aplica – Substituída.	<b>Horas de execução:</b>	Não se aplica – Substituída.
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Ação substituída por demanda extraordinária:</b> Consultoria em Gerenciamento de Riscos do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.</p> <p>A substituição da ação foi acordada em reunião específica entre a Controladora Seccional do IGAM e o Dirigente Máximo da Autarquia, o qual demandou da UAIG, com a devida urgência, de forma extraordinária, a realização do trabalho de gerenciamento de riscos da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba. Considerando que as horas/homem previstas no PACI SISEMA 2022 não suportariam recepcionar tal demanda da “nova” ação requisitada pela gestão (Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 85/2022 (ID: 46266161), anexo ao processo SEI nº 2240.01.0000297/2020-52).</p> <p>A ação foi demandada pelo Dirigente Máximo do IGAM – conforme Memorando.IGAM/GAB.nº 100/2022 (ID: 45925890), anexo ao processo SEI nº 2240.01.0000297/2020-52 –, em função do Termo Compromisso (Anexo ao processo nº 2240.01.0000297/2020-52) firmado pelo Ministério Público Estadual e a VALE S.A., com interveniência do Governo de Minas, por meio do IGAM e Secretaria de Estado de Saúde, no qual ficou consignado que haveria a transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, cabendo a VALE S.A. o custeio por 10 (dez) anos do programa. De acordo com o Dirigente Máximo do IGAM, desde a assinatura do Termo de Compromisso a equipe da Autarquia, com apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Advocacia-Geral do Estado (AGE), “vem envidando todos os esforços para dar cumprimento às responsabilidades assumidas no referido instrumento. No entanto, considerando a complexidade das ações envolvidas nesta transferência”, o gestor da Autarquia requisitou a “realização de uma atividade de auditoria com foco no Gerenciamento de Riscos do projeto, com ênfase naqueles considerados mais estratégicos”.</p> <p>Trata-se de consultoria (facilitação) em gerenciamento de riscos do processo de Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, por meio do levantamento de informações com os gestores do IGAM, visando identificar possíveis riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos do processo, de modo a fornecer subsídios para elaboração pela gestão de um plano de ação para mitigação dos riscos identificados, em especial quanto aos riscos extremos e altos.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS		
Ação:	Elaboração do relatório de auditoria sobre contas de gestão do órgão/entidade e fundos vinculados.		
Objetivo geral:	Avaliar as contas anuais do Dirigente Máximo do órgão/entidade, em observância ao art. 10 da Instrução Normativa TCMG nº 14, de 14 de dezembro de 2011, que disciplina a organização e a apresentação das contas anuais dos administradores e demais responsáveis por unidades jurisdicionadas das administrações direta e indireta estadual e municipal, para fins de julgamento.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/05/2022	Horas previstas:	350
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	15/03/2022 a 29/04/2022	Horas de execução:	350
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		Data entrega
1187998	Relatório de Auditoria nº 1188010 – SEMAD		27/04/2022
1187998	Relatório de Auditoria nº 1188003 – FHIDRO		27/04/2022
1179886	Relatório de Auditoria nº 1179886 – FEAM		12/04/2022
1188786	Relatório de Auditoria nº 1188789 – IEF		29/04/2022
1188450	Relatório de Auditoria nº 1188450 – IGAM		28/04/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
SEI 1520.01.0004582/2022-74 – SEMAD SEI 1520.01.0004581/2022-04 – FHIDRO SEI 1520.01.0004105/2022-52 – FEAM SEI 1520.01.0004667/2022-10 – IEF SEI 1520.01.0004234/2022-61 – IGAM			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	<b>DETERMINAÇÕES MANDATÓRIAS</b>		
<b>Ação:</b>	Exame e certificação de Tomadas de Contas Especiais.		
<b>Objetivo geral:</b>	Avaliar a tomada de contas especial para de julgamento pelo TCE-MG, em atendimento à IN nº 03/2013 do TCEMG e conforme as orientações contidas no Manual de Instruções sobre Tomada de Contas Especial.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	840
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução / atividade continuada, sob demanda <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 01/01/2022. Ação em andamento.	<b>Horas de execução:</b>	1448
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1156933	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1156934 – Portaria IEF nº 42/2021		28/02/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1156934 – Portaria IEF nº 42/2021		
1173555	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1173569 – Portaria IEF nº 85/2021		31/03/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1173569 – Portaria IEF nº 85/2021		
1207446	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1207496 – Resolução Semad nº 3.108/2021		31/05/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1207496 – Resolução Semad nº 3.108/2021		
1349068	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.122/2022		11/11/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.122/2022		
1385867	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.167/2022		28/12/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1385874 - Resolução Semad 3.167/2022		
1387153	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1387157 - Resolução Semad 3.155/2022		30/12/2022
	Certificado de Auditoria sobre TCE nº 1387157 - Resolução Semad 3.155/2022		
1365431	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1365461 - Portaria IEF nº 14/2022		29/11/2022
	Relatório de Auditoria sobre TCE nº 1365461 - Portaria IEF nº 14/2022		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			

Foram emitidos 7 (sete) Relatórios de Auditoria Sobre Tomada de Contas Especiais e respectivos Certificados, sendo, 4 (quatro) para a Semad e 3 (três) para o IEF, conforme relacionado a seguir. Foram planejadas 120 horas para cada produto emitido, entretanto, em razão da necessidade de maior tempo gasto com coordenação e supervisão dos trabalhos, foram gastas aproximadamente 150 horas por produto emitido. Foram consideradas, ainda, 398 horas referentes a 3 TCEs relativas ao IEF que, embora não tenham sido emitidos os relatórios em 2022, tiveram execução no exercício de 2022. Estas demandas serão finalizadas no primeiro trimestre de 2023.

1370.01.0042110/2021-43 – Portaria IEF nº 42/2021  
1370.01.0065230/2021-95 – Portaria IEF nº 85/2021  
1370.01.0065815/2021-14 – Resolução Semad nº 3.108/2021  
1370.01.0012475/2022-32 - Resolução Semad nº 3.122/2022  
1370.01.0012475/2022-32 - Resolução Semad nº 3.167/2022  
1370.01.0031214/2022-31 - Resolução Semad nº 3.155/2022  
1370.01.0011753/2022-29 - Portaria IEF nº 14/2022

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS		
<b>Ação:</b>	Monitoramento de recomendações.		
<b>Objetivo geral:</b>	Monitorar a implementação das recomendações e/ou orientações do trabalho de auditoria.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	280
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução / atividade continuada, sob demanda <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 01/01/2022. Ação em andamento.	<b>Horas de execução:</b>	420
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Trata-se de atividade continuada, sob demanda.</b></p> <p>Os Planos de ação monitorados estão consolidados no Apêndice III do RACI/RAINT Final do ano de 2021; e RACI/RAINT Parcial – 1º semestre de 2022.</p> <p>APÊNDICE III - RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS, BEM COMO AS NÃO IMPLEMENTADAS PELA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM</p> <p>a) Tabela 6A – Status das recomendações emitidas pela CSET da Semad b) Tabela 6B – Status das recomendações emitidas pela CSEC da Feam c) Tabela 6C – Status das recomendações emitidas pela CSEC do IEF d) Tabela 6D – Status das recomendações emitidas pela CSEC do Igam</p> <p>Processos: 1520.01.0007716/2021-43 1520.01.0007994/2022-03</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	MONITORAMENTO DE RECOMENDAÇÕES / APURAÇÃO DE BENEFÍCIOS		
<b>Ação:</b>	Apuração de benefícios.		
<b>Objetivo geral:</b>	Quantificar e registrar os benefícios decorrentes da atividade de auditoria interna, evidenciando os resultados dos trabalhos executados.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	112
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução / atividade continuada, sob demanda <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	Início em 01/01/2022. Ação em andamento.	<b>Horas de execução:</b>	202
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Trata-se de atividade continuada, sob demanda.</b></p> <p>Os Benefícios apurados estão consolidados no Apêndice VI do RACI/RAINT Final do ano de 2021; e RACI/RAINT Parcial – 1º semestre de 2022.</p> <p>APÊNDICE VI – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS GERADOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM</p> <p>a) Tabela 10A – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Semad b) Tabela 10B – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Feam c) Tabela 10C – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o IEF d) Tabela 10D – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o Igam</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	CONSULTORIA – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
Ação:	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos no processamento das multas por infração à legislação ambiental aplicadas pelo IEF.		
Objetivo geral:	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo operacional dos autos de infração de competência do IEF, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento para inscrição em dívida ativa.		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/03/2022 a 11/07/2022	Horas de execução:	720
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1164892	1164819 - Consultoria em Gerenciamento de Riscos - Processamento dos Autos de Infração no âmbito do IEF		11/07/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Ação extraordinária.</b></p> <p>Substituição da ação: Avaliação do gerenciamento de riscos de processos-chave e de alto risco de fraude e corrupção, indicados pela Alta Administração dos órgãos e entidades, conforme Pesquisa com as Partes Interessadas em Auditoria, de julho/2020 (IEF).</p> <p>Processo SEI/MG nº 1520.01.0002649/2022-79.</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	CONSULTORIA – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
<b>Ação:</b>	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos para elaboração de Plano Ação do processo de Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.		
<b>Objetivo geral:</b>	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos da Transferência pela VALE ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba.		
<b>Previsão de execução:</b>	Não se aplica.	<b>Horas previstas:</b>	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	23/05/2022 a 11/11/2022	<b>Horas de execução:</b>	720
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1348794	Relatório nº 1348794 - Consultoria em Gerenciamento de Riscos - Processo de "Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba", ser executado no âmbito do IGAM.		11/11/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p><b>Ação extraordinária</b>, em substituição a ação "Avaliação da execução dos contratos de gestão celebrados entre o Igam e as entidades equiparadas".</p> <p>A ação foi demandada pelo Dirigente Máximo do IGAM – conforme Memorando.IGAM/GAB.nº 100/2022 (ID: 45925890), anexo ao processo SEI nº 2240.01.0000297/2020-52 –, em função do Termo Compromisso (Anexo ao processo nº 2240.01.0000297/2020-52) firmado pelo Ministério Público Estadual e a VALE S.A., com interveniência do Governo de Minas, por meio do IGAM e Secretaria de Estado de Saúde, no qual ficou consignado que haveria a transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, cabendo a VALE S.A. o custeio por 10 (dez) anos do programa. De acordo com o Dirigente Máximo do IGAM, desde a assinatura do Termo de Compromisso a equipe da Autarquia, com apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) e Advocacia-Geral do Estado (AGE), "vem envidando todos os esforços para dar cumprimento às responsabilidades assumidas no referido instrumento. No entanto, considerando a complexidade das ações envolvidas nesta transferência", o gestor da Autarquia requisitou a "realização de uma atividade de auditoria com foco no Gerenciamento de Riscos do projeto, com ênfase naqueles considerados mais estratégicos".</p> <p>Trata-se de consultoria (facilitação) em gerenciamento de riscos do processo de Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba, por meio do levantamento de informações com os gestores do IGAM, visando identificar possíveis riscos que possam impactar no atingimento dos objetivos do processo, de modo a fornecer subsídios para elaboração pela gestão de um plano de ação para mitigação dos riscos identificados, em especial quanto aos riscos extremos e altos.</p> <p>Processo Sei! MG nº 1520.01.0005147/2022-48</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	CONSULTORIA – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
Ação:	Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM.		
Objetivo geral:	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos no processo operacional dos autos de infração de competência da FEAM, contemplando as fases de instrução até o encaminhamento para inscrição em dívida ativa.		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/08/2022	Horas de execução:	720
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1252580	1248498 - Consultoria em Gerenciamento de Riscos - Processamento dos Autos de Infração no âmbito da FEAM		31/08/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<b>Ação extraordinária.</b> Substituição da ação: Avaliação da Gestão da prestação de contas referente aos convênios de saída e Termos de Parceria no âmbito da Feam. Processo SEI/MG nº 1520.01.0006761/2022-23			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Tipo de serviço:</b>	APURAÇÃO – DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES		
<b>Ação:</b>	Apuração de Denúncias e Representações.		
<b>Objetivo geral:</b>	Apurar as denúncias recebidas diretamente pelo órgão/entidade ou demandadas pela CGE.		
<b>Previsão de execução:</b>	Não se aplica.	<b>Horas previstas:</b>	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input checked="" type="checkbox"/> Em execução <input type="checkbox"/> Concluída <input type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
<b>Período de execução:</b>	26/08/2022 A 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	350
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Referem-se à apuração, em conjunto pela CSET/Semad com o Nucad/Sisema, quanto a: a) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a empresa Gute Sicht Mineração; b) possíveis irregularidades nos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados entre a Semad e a Fleurs Global Mineração; c) possíveis irregularidades no processo de Licenciamento da Tamisa Mineração. As horas computadas referem-se ao tempo aproximado gasto pela Controladora Setorial, em apoio ao Nucad, no exercício de 2022. Os relatórios conclusivos dos itens "a" e "b" estão em elaboração e serão emitidos em janeiro/2023. O item "c" está em fase de diligências e a previsão é de emissão do relatório conclusivo no primeiro trimestre de 2023.</p> <p>Processos SEI/IMG: 1520.01.0010275/2021-14 1520.01.0009901/2022-21 1520.01.0007150/2022-93</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Tipo de serviço:	AVALIAÇÃO – DEMANDA EXTRAORDINÁRIA		
Ação:	Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).		
Objetivo geral:	Avaliar o fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).		
Previsão de execução:	Não se aplica.	Horas previstas:	Não se aplica.
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
<input type="checkbox"/> Excluída/Substituída <input type="checkbox"/> Sem demanda <input type="checkbox"/> Não iniciada <input type="checkbox"/> Em execução <input checked="" type="checkbox"/> Concluída <input checked="" type="checkbox"/> Demanda extraordinária			
Período de execução:	01/01/2022 a 21/01/2022	Horas de execução:	70
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		Data entrega
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)		
1136988	1136988 - Nota de Auditoria		21/01/2022
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<b>Ação extraordinária.</b>  Ação iniciada em 2021, concluída em janeiro/2022.  Processo SEI/IMG 1520.01.0003974/2021-03			

APÊNDICE III - RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS, BEM COMO AS NÃO IMPLEMENTADAS PELA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 6A – Status das recomendações emitidas pela CSET da Semad

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Verificar pertinência de se instituir normatização relativa à avaliação da presença de todos os requisitos legais exigidos no licenciamento ambiental de barragens no âmbito do Estado de Minas Gerais, bem como a criação de instrumentos de controle e verificação da autuação dos documentos nos processos, como a elaboração de check list, por exemplo;</p> <p>2) Proceder à sistematização/padronização do repasse de informações pertinentes à gestão de barragens de competência da Feam para a Semad no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, a fim de que estes não fiquem sem lastro documental;</p> <p>3) Efetuar os registros relativos ao acompanhamento das recomendações de auditorias técnicas de segurança realizadas em barragens de contenção de rejeitos/resíduos cadastradas no Banco de Declarações Ambientais (BDA);</p> <p>5) Esclarecer se houve realização de auditoria técnica de segurança na Barragem de Santarém no ano de 2007 – haja vista a ausência dos dados da declaração de estabilidade correspondente a este ano em documento encaminhado à UICI pela equipe Gerim/Feam (MEMO N. 139/2017/DGER/FEAM – anexo D) – e, caso a auditoria não tenha sido realizada, ponderar quanto à pertinência em se proceder à autuação em desfavor da Samarco S/A;</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370.0200.19, emitido em 18 de fevereiro de 2019, após manifestação do Sisema via MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.1431.17 tiveram a seguinte classificação (com exceção de recomendações para as quais houve atualização, tendo em vista nova manifestação da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43).</p>

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>7) Informar qual(is) a(s) providência(s) tomada(s) pela Feam, no que se refere à declaração de estabilidade da Barragem de Santarém pertinente ao ano de 2008, na qual a estabilidade não foi garantida pelo auditor;</p> <p>9) Esclarecer – e caso julgar necessário, realizar diligências junto ao empreendedor – se a data de inspeção realizada na Barragem de Santarém no ano de 2009, para fins de execução da auditoria técnica de segurança, correspondeu a 25/01/2008, uma vez que esta data também foi informada nos dados da declaração de condição de estabilidade pertinente ao ano de 2008;</p> <p>10) Ponderar acerca de se proceder à lavratura de auto de infração em desfavor da Samarco nos casos de descumprimento ou cumprimento parcial de condicionantes exigidas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental do empreendimento Barragem de Santarém;</p> <p>13) Verificar a pertinência em se proceder à autuação da Samarco mediante possível falsa descrição de informações relevantes no âmbito do Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCE) do processo n. 015/1984/091/2012, no que se refere à necessidade de nova supressão/intervenção de vegetação na Barragem de Santarém, haja vista que, embora o empreendedor tenha negado no formulário que haveria necessidade de supressão/intervenção de vegetação, foi proposta a realização de alteamento na barragem no contexto do processo de revalidação de licença de operação;</p> <p>14) Avaliar quanto à pertinência em se propor mecanismos de apuração, controle e diagnóstico, no que tange ao cumprimento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, a elaboração de gráficos e tabelas contendo mecanismos de alerta quanto aos processos que estão próximos de atingirem o prazo previsto nas normas legais pertinentes e aqueles que já ultrapassaram o prazo, no intuito de verificar se as medidas já</p>	

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	implementadas pelo órgão estão sendo efetivas, bem como efetuar proposições de novas medidas (quando aferir ser necessário);  17) Orientar a respeito da correta autuação e numeração de processos administrativos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente.	
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	4) Enviar à UICI comprovação de que houve apresentação pela Samarco de Declarações de Conformidade emitidas pelas Prefeituras Municipais de Ouro Preto e Mariana – haja vista a localização do empreendimento entre os dois municípios – no âmbito de processos de licenciamento ambiental pertinentes à Barragem de Santarém;	Recomendação 4: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – por ausência de providências”, uma vez que: Em que pese não ter sido englobado, na amostra auditada pela UICI, nenhum processo administrativo pertinente especificamente à fase de Licença Prévia da Barragem de Santarém, tendo em vista o critério temporal utilizado para constituição da amostra, qual seja: processos formalizados entre 2004 a 2014, o cumprimento dos requisitos legais de tal fase predecessora é importante na concessão das fases posteriores, especialmente a etapa de Licença de Operação, consoante inciso III, art. 8º, Resolução Conama n. 237/1997. Em outras palavras, o efetivo cumprimento das exigências atinentes a Licenças Prévia e de Instalação é essencial para garantir a conformidade, legalidade e legitimidade dos processos referentes a Licenças de Operação e, por conseguinte, dos processos de Revalidação de Licença de Operação. Diante disso, considerou-se pertinente verificar se houve a apresentação pelo empreendedor “Samarco Mineração S/A” das Declarações de Conformidade emitidas pelas Prefeituras Municipais de Ouro Preto e Mariana referente ao licenciamento ambiental da Barragem de Santarém, ainda que seja um requisito legal exigido, e possivelmente apresentado, na fase de Licença Prévia (RAE nº 1370 0200.19).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	6) Elucidar se foi apresentada ao órgão ambiental pela Samarco, a Declaração de Condição de Estabilidade relativa ao ano de 2007 e, caso não tenha sido apresentada, ponderar quanto à pertinência em se proceder à autuação em desfavor da Samarco S/A;	Recomendação 6: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – por ausência de providências”, uma vez que: Em que pese a informação da Gerim/Feam (MEMO Nº 11/2018/DGER/FEAM) de que não foi encontrado, no processo técnico n. 15/1984, a Declaração de Condição de Estabilidade referente ao ano de 2007, não foram informadas as providências cabíveis a serem tomadas pela entidade. Ademais, não restou esclarecido se a auditoria técnica de segurança não foi, de fato realizada, e, por consequência, a respectiva Declaração de Condição de Estabilidade não foi apresentada à Feam pela Samarco Mineração S/A; ou se a auditoria foi realizada; e o documento referenciado foi apresentado à autarquia, porém teria desaparecido (RAE nº 1370 0200.19).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	8) Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança recomendados pelo auditor, pertinente ao primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem de Santarém encaminhado à Feam, em consonância ao ofício DIRIM n. 03/2006 (enviado à UICI anexo ao MEMO N. 139/2017/DGER/FEAM – anexo D);	Recomendação 8: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – por ausência de providências”, uma vez que: não foram informadas as providências cabíveis tomadas ou a serem tomadas pela Feam, no que concerne à informação apresentada pela Gerim (MEMO Nº 11/2018/DGER/FEAM) de que não foi encontrada a documentação comprobatória de encaminhamento – na periodicidade determinada pela autarquia (OF./DIRIM/Circular/Nº 003/2006, de 26 de junho de 2006), qual seja: 06 meses – dos relatórios técnicos fotográficos das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança recomendados pelo auditor, pertinente ao primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem de Santarém (RAE nº 1370 0200.19).



Título da ação – SEMAD		
1	<p>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1431.17</p> <p>Data: 10/10/2017</p> <p>SEI: Não se aplica. Processo físico</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação	11) Esclarecer quais os critérios utilizados pelo órgão ambiental, no que tange à fundamentação/embasamento para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso n. 090500307/2007, firmado entre a autarquia e a Samarco em 07 de fevereiro de 2007;	<p>A recomendação 11 foi considerada como “não implementada – com justificativa”, uma vez que: em que pese o órgão ambiental ter se manifestado (MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018) no sentido de que não foi possível localizar o processo 0902101232/05, acrescido à ponderação de que o servidor responsável pela elaboração do parecer e o responsável pela assinatura do Termo de Compromisso não integrarem mais os quadros funcionais do IEF, não sendo, pois, possível que a entidade respondesse quais os critérios utilizados para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso nº 090500307/2007, frisa-se que a transferência de veículos para o patrimônio de órgãos e entidades estaduais como forma de compensação ambiental não encontra previsão legal. Assim sendo, cumpriu-nos destacar que a transferência de veículos para o patrimônio do IEF sem previsão legal, como forma de compensação ambiental pode configurar-se como descumprimento de normas e deveres funcionais, sendo passível de verificação quanto ao cabimento de instauração de procedimento administrativo correcional, a ser avaliado pela Corregedoria-Geral do Estado (RAE nº 1370 0200.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	12) Elucidar se houve exigência, por parte do órgão ambiental, e respectivo cumprimento pela Samarco, da adoção de medida compensatória, nos termos do art. 32, inciso II, Lei Federal n. 11.428/2006, uma vez constatada intervenção em vegetação pertencente ao Bioma Mata Atlântica, no contexto dos processos de licenciamento do alteamento da Barragem de Santarém;	<p>Recomendação 12: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – com medidas em curso”, tendo em vista manifestação do órgão ambiental por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, conforme segue: “Conforme já explanado acima, todo o Complexo Minerário de Germano está sujeito ao licenciamento de operação corretivo. Oportunamente, durante esta análise, serão verificados o pagamento ou constituição das obrigações de pagar e fazer relativas às compensações ambientais devidas. Nesse momento será realizado um levantamento de todas as compensações que já foram fixadas e pagas, de todas as compensações que foram fixadas e não pagas e de todas as compensações que ainda são devidas e, portanto, precisarão ser fixadas, aplicadas e pagas. Logo, forçoso entender que nesta alínea, não há que se falar em ausência de providências por parte das equipes do Sisema, posto que a recomendação será objeto de avaliação em momento oportuno, razão pela qual salientamos que existem medidas a serem implementadas pelo órgão ambiental” (RAE nº 1370 0200.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	15) Esclarecer se foi concluída a tramitação do FCEI n. 031604/2003, que teria sido arquivado na pasta técnica n. 234/1997 (empreendedor S.A. Usina Coruripe Açúcar e Álcool – Filial Limeira do Oeste), para a pasta técnica n. 15/1984 pertinente ao empreendedor Samarco Mineração S.A., conforme solicitado por meio do MEMO.DGRD.SUGA.SEMAD.SISEMA n. 62/17;	<p>Recomendação 15: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – com medidas em curso”, tendo em vista manifestação do órgão ambiental por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, conforme segue: “Para fins de atendimento desta solicitação, tão somente para saneamento do processo, estamos encaminhando um e-mail para o setor responsável pelo arquivo dos processos antigos de licenciamento ambiental, cujo endereço eletrônico é: <a href="mailto:vitas@meioambiente.mg.gov.br">vitas@meioambiente.mg.gov.br</a>, cópia anexa. Tão logo tenhamos retorno do atendimento da demanda, enviaremos para conhecimento</p>

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>deste GAB/Semad</i>”. Nesse contexto, realça-se que não foi identificada, pela equipe de auditoria, a cópia anexa ao MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159/2018, conforme informado (RAE nº 1370 0200.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	16) Corrigir a numeração dos processos n. 015/1984/040/2004, n. 015/1984/069/2009 e n. 015/1984/091/2012;	<p>A recomendação 16 foi considerada como “não implementada – com medidas em curso”, tendo em vista manifestação do órgão ambiental por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, conforme segue: “Os processos nº 15/1984/040/2004 e nº 15/1984/069/2009 foram enviados à SUPRAM CM para realização desse saneamento, através do MEMO.GAB.IEF.SISEMA nº 332/2018 para adoção das providências cabíveis. O processo nº 15/1984/091/2012 será encaminhado amanhã, também para SUPRAM CM, através do MEMO.GAB.IEF.SISEMA nº 357/2018, para adoção das providências cabíveis. Ressaltamos que esse Memorando solicita de forma expressa a equipe da SUPRAM CM o saneamento dos processos, para cumprimento da recomendação da equipe UICI, ressaltando a necessidade de atuar corretamente a numeração das páginas do processo”. Além disso, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 (documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43), a Semad solicitou dilação de prazo para manifestação.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em</p>

Título da ação – SEMAD		
1	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Santarém, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema. Relatório de Auditoria 1370.1431.17 Data: 10/10/2017 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	1) Verificar pertinência em instituir normatização (Resolução Conjunta, por exemplo) acerca da obrigatoriedade da Feam comunicar à Semad, no âmbito da análise dos processos de licenciamento ambiental de barragens, quando forem constatadas irregularidades ou incompletude na documentação inerente ao programa de gestão de barragens gerido pela Fundação, no intuito de evitar ou minimizar que licenças ambientais sejam deferidas sem que haja o conhecimento de possíveis impactos decorrentes de falhas detectadas pela gestão de barragens, para os quais poderiam ter sido formulados potenciais atos mitigadores em momento oportuno, durante análise do processo;  2) Caso seja considerada não pertinente a recomendação de que trata o item anterior, propor mecanismo alternativo que possa evitar ou minimizar que licenças ambientais sejam deferidas, no âmbito da Semad, sem que haja o conhecimento de possíveis impactos decorrentes de irregularidades ou	Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370 0199.19, emitido em 18 de fevereiro de 2019, após manifestação do Sisema via MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 160/2018, de 06/11/2018, e MEMO Nº 078/2018/GERIM/DGER/FEAM, de 26/10/2018, as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.0221.18 tiveram a seguinte classificação (com exceção de recomendações para as quais houve atualização, tendo em vista nova manifestação da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43).

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>incompletude de documentação inerentes ao programa de gestão de barragens gerido pela Feam;</p> <p>6) Esclarecer se foi feita vistoria no empreendimento Barragem de Fundão em momento posterior à emissão do Auto de Fiscalização n. 49081/2014, de 09/10/2014, com o intuito de identificar/acompanhar se houve o saneamento das constatações detectadas no referido auto.</p> <p>7) Propor mecanismo de controle eficaz quanto à avaliação da presença de todos os requisitos legais exigidos no licenciamento ambiental de barragens no âmbito do Estado de Minas Gerais, de modo a evitar ou, pelo menos, minimizar que processos sejam encaminhados à instância decisória estando instruídos de forma parcial/incompleta, ou seja, restando ausente documentação instituída por normativos legais;</p> <p>8) Abracar na proposta (descrita no MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 425/2017) relacionada à efetivação de consulta à equipe de gestão de barragens da Feam quanto à existência de declaração no cadastro BDA, a averiguação quanto à completude dos dados inerentes ao formulário de cadastro da barragem; à realização das auditorias periódicas de segurança; à apresentação de cópia do primeiro relatório de auditoria; à verificação da implantação das recomendações apontadas no primeiro relatório de auditoria de segurança; às declarações de condição de estabilidade; à realização de auditoria técnica de segurança na barragem, quando da ocorrência de qualquer tipo de evento imprevisto na operação ou quando houver alteração programada nas características das estruturas da barragem; bem como demais dados que julgar pertinente;</p> <p>9) Verificar pertinência em instituir normatização (Nota Orientativa, Instrução de Serviço, etc.) acerca da autuação dos documentos relativos à gestão de barragens (ou, no mínimo, dos dados extraídos a partir da consulta à Feam de que dispõe o item anterior) nos processos administrativos de licenciamento</p>	

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>ambiental, a fim de resguardar o lastro documental e de informações pertinentes;</p> <p>10) Caso seja considerada não pertinente a recomendação de que trata o item anterior, propor mecanismo alternativo que objetive resguardar o lastro documental e de informações relevantes à gestão de barragens no âmbito dos processos administrativos de licenciamento ambiental de barragens;</p> <p>11) Proceder, no âmbito do Licenciamento Ambiental Corretivo do Complexo Minerário de Germano, PA COPAM 15/1984/107/2017, à revisão quanto à avaliação do cumprimento das condicionantes impostas nos processos de licenciamento ambiental da Barragem de Fundão (015/1984/054/2006 – LP n. 006/2007; 015/1984/061/2007 – LI n. 068/2007; 015/1984/066/2008 – LO n. 230/2008 e LO n. 526/2011; 015/1984/093/2012 – LP+LI n. 197/2013; 015/1984/095/2013 – REVLO n. 168/2013; 015/1984/100/2013 – LP+LI n. 019/2015);</p> <p>12) Lavar auto de infração em desfavor da Samarco, nos casos de detecção de descumprimento ou cumprimento parcial de condicionantes, no âmbito da revisão de que dispõe o item anterior;</p> <p>13) Verificar pertinência de instituir normatização (Nota Orientativa, Instrução de Serviço, etc.) acerca da realização de consultas a órgãos federais – como IBAMA, ICMBio, Iphan, dentre outros – no intuito de colaborar para avaliação do cumprimento de condicionantes, impostas no âmbito do licenciamento ambiental de barragens no Estado de Minas Gerais, que estejam relacionadas a anuências, bem como demais atos autorizativos, emitidas por tais órgãos federais;</p> <p>14) Caso a Semad considere não ser pertinente a recomendação de que trata o item anterior, propor mecanismo alternativo para efetivar a avaliação do cumprimento de condicionantes, impostas no âmbito do licenciamento</p>	

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>ambiental de barragens no Estado de Minas Gerais, que estejam relacionadas a anuências, bem como demais atos autorizativos pertinentes ao licenciamento ambiental da barragem, emitidas por órgãos federais;</p> <p>15) Promover consulta à Samarco Mineração S.A. – conforme proposto pela Semad no âmbito da manifestação às medidas saneadoras d), j), k) e m), via memorando SUPPRI n. 156/17, encaminhado anexo ao MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 425/2017 – no intuito de proceder à avaliação do cumprimento das seguintes condicionantes: 1. Condicionante n. 03 da LI n. 068/2007 (PA n. 015/1984/061/2007); 2. Condicionantes n. 04 e n. 05 da LO n. 526/2011 (PA n. 015/1984/066/2008); 3. Condicionante n. 06 da LO n. 526/2011 (PA n. 015/1984/066/2008); 4. Condicionante n. 03 da LP+LI n. 197/2013 (PA n. 015/1984/093/2012).</p> <p>16) Proceder à juntada aos autos do processo PA Copam n. 15/1984/061/2007, da documentação pertinente à apresentação, pela Samarco, do “Manual de Operação do Sistema da Barragem de Fundão”, conforme proposição feita pela Semad no âmbito da manifestação acerca da constatação 3, proposta de medida saneadora b) do “Mapa de Constatações”, expressa no MEMORANDO SUPPRI n. 156/17 – encaminhado à UICI anexo ao MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 425/2017;</p> <p>17) Esclarecer acerca de quais evidências e critérios embasaram a afirmação, feita no Parecer Único emitido pela Supram ZM em 11/09/2008 – pertinente ao processo n. 015/1984/066/2008 – de que a condicionante n. 02 da LI n. 068/2007 foi cumprida, haja vista indícios de que a auditoria técnica de segurança foi realizada após a emissão do referido Parecer Único.</p> <p>18) Informar à UICI o resultado da avaliação procedida pela Suafi acerca da divergência entre os valores constantes no FOBI n. 078685/2005 (R\$ 41.716,26) e no FOBI n. 078685/2005 A (R\$ 62.124,46), concernente aos</p>	



Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>custos de análise do processo n. 015/1984/054/2006, bem como se houve cobrança de valores à Samarco nos termos da Resolução Semad n. 288/2004;</p> <p>19) Demonstrar à UICI as providências cabíveis tomadas pelo órgão quanto ao resultado da avaliação de que se trata o item anterior (caso seja pertinente);</p> <p>21) Averiguar, no âmbito do processo de licenciamento corretivo do Complexo Minerário de Germano (PA n. 015/1984/107/2017), se houve solicitação de EIA/RIMA no decorrer do processo n. 015/1984/089/2012 – mediante necessidade de supressão de vegetação pertencente ao bioma mata atlântica para implantação do projeto “Novo Extravasor da Barragem de Fundão” – e, sendo confirmada a ausência de solicitação, ponderar acerca dos potenciais impactos ambientais decorrentes da ausência de apresentação do estudo e respectivo relatório, bem como propor medidas mitigadoras e/ou compensatórias, sendo pertinente;</p> <p>25) Esclarecer e comprovar se as análises feitas pelo Sisema especificamente no tocante às modificações estruturais – alteamentos – propostas na Barragem de Fundão no âmbito dos processos n. 015/1984/066/2008 e 015/1984/095/2013, especialmente no que concerne aos impactos ambientais ocasionados por tais modificações, foram incluídas nas planilhas de custo de cada um dos processos.</p> <p>26) Avaliar quanto à pertinência em se propor mecanismos de apuração, controle e diagnóstico, no que tange ao cumprimento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, a elaboração de gráficos e tabelas contendo mecanismos de alerta quanto aos processos que estão próximos de atingirem o prazo previsto nas normas legais pertinentes e aqueles que já ultrapassaram o prazo, no intuito de verificar se as medidas já implementadas pelo órgão estão sendo eficazes, bem como efetuar proposições de novas medidas (quando aferir ser necessário);</p>	



Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	28) Instituir orientação a respeito da correta autuação e paginação de processos administrativos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente.	
<b>Recomendações não implementadas – não se verificou evidências quanto à implementação</b>	3) Esclarecer se foi realizado pela Feam o acompanhamento das recomendações propostas especificamente no primeiro Relatório de Auditoria de Segurança da Barragem de Fundão, nos termos do §1º, art. 8º, DN Copam n. 87/2005. Enviar comprovação à UICI; 4) Elucidar se houve solicitação à Samarco para realização de Auditoria de Segurança especificamente quando da realização de obras de alteamento – §2º, art. 8º, DN Copam n. 87/2005 (item 1.2.5.2). Enviar comprovação à UICI; 5) Caso tenha havido a solicitação de que dispõe o item anterior, informar se Samarco apresentou o Relatório de Auditoria de Segurança no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da solicitação;	As recomendações 3, 4 e 5: foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas”, uma vez que: Em que pese ter sido informado pela Feam de que a primeira auditoria do Dique 1 (futura Barragem de Fundão) teria sido realizada em 2009, existe evidência de que, na verdade, a primeira auditoria foi realizada no ano de 2008, qual seja: “Declaração de Condição de Estabilidade”6, na qual consta que o relatório de auditoria teria sido emitido em 14/11/2008. Além dessa declaração emitida em 2008, visualizou-se a emissão de “Declarações de Condição de Estabilidade” referentes aos anos 2009 a 2015. Ademais, no auto de fiscalização 22.555, de 14 de setembro de 2010, discorreu-se apenas quanto à conclusão do auditor técnico de segurança em relação à estabilidade da estrutura denominada Dique 1. Não constam no referido auto, anexo ao MEMO Gerim 139/2017, evidências de que houve o acompanhamento pela Feam quanto à implementação da recomendação imposta na auditoria realizada em 2008 (observada na Declaração de Condição de Estabilidade daquele ano), qual seja: “Reavaliação anual do sistema hídrico (executado em SET/2009)”. Tampouco consta registrado, no aludido auto de fiscalização, o acompanhamento de implementação de quaisquer outras recomendações de auditoria estabelecidas por meio dos relatórios de auditoria emitidos nos anos de 2009 e/ou 2010. Assim sendo, considerou-se não implementada a recomendação “a”, uma vez que não se demonstrou comprovada a realização de acompanhamento das recomendações propostas especificamente no primeiro Relatório de Auditoria de Segurança da Barragem de Fundão, em possível inobservância ao §1º, art. 8º, DN Copam n. 87/2005. Em relação às recomendações “b” e “c”, não restou esclarecido no Memo Gerim n. 139/2017 se houve solicitação à Samarco de realização de Auditoria Técnica de Segurança especificamente quando da realização de alterações programadas nas características da estrutura da Barragem, como quando da realização de alteamentos, já que foi mencionado

Título da ação – SEMAD		
2	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0221.18</b> Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>quanto à realização das auditorias periódicas de segurança (anuais, no caso de Barragens Classe III, como a de Fundão), evidenciadas por meio da inserção das declarações de condições de estabilidade anualmente – 2008 a 2015 – no BDA, não havendo menção especificamente quanto às auditorias relativas às modificações estruturais. Além disso, ainda que as auditorias de segurança da Barragem de Fundão tenham sido efetivadas de forma global, aquelas em que houve a inclusão da avaliação de eventuais alterações estruturais deveriam ter sido solicitadas e encaminhadas à Feam, no prazo de 120 dias, para atendimento à norma instituída pelo Copam.</p> <p>Diante do exposto, dada a ausência de evidências de que houve solicitação de realização de auditorias técnicas de segurança especificamente quando da realização de alterações programadas da estrutura da Barragem de Fundão; e, por conseguinte, a ausência de encaminhamento pela Samarco à Feam do respectivo relatório, classificou-se as recomendações “b” e “c” como não implementadas. (RAE nº 1370 0199.19).</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	20) Rever a classificação do empreendimento Barragem de Fundão no âmbito do processo de revalidação da licença de operação (REVLO) – PA n. 015/1984/095/2013 – e, sendo pertinente, promover medidas de ressarcimento quanto à diferença de R\$ 8.282,52 (oito mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta e dois centavos) detectada entre os valores do custo de análise do processo de REVLO de um empreendimento classe 6 (R\$ 30.369,27) e de um empreendimento classe 5 (R\$ 22.086,75);	A recomendação 20 foi considerada “não implementada – com medidas em curso”, uma vez que após avaliação pela gestão, consoante RAE 13720.0199.19 e complementação via Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021, foi gerado um Documento de Arrecadação Estadual (DAE) no valor de R\$ 9.514,75 (nove mil, quinhentos e catorze reais e setenta e cinco centavos), o qual foi encaminhado para pagamento pelo empreendedor, através do e-mail (ruthilene.santana@samarco.com), referente ao PA n. 015/1984/095/2013. Foi

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		informado, ainda que: “Posteriormente ao pagamento o Siam será atualizado” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	22) Informar à UICI o resultado da avaliação procedida pela Supram CM acerca da divergência quanto ao tipo de licença descrito nos DAEs autuados no processo n. 015/1984/089/2012 – LI (LP+LI) ou LI (LP+LI) com EIA/RIMA – bem como da inclusão de custo do parecer emitido por técnicos especialistas na planilha de custos desse mesmo processo;  23) Demonstrar à UICI as providências cabíveis tomadas pelo órgão quanto ao resultado da avaliação de que se trata o item anterior (caso seja pertinente);  24) Verificar a pertinência em se proceder à lavratura de auto de infração em desfavor da Samarco, perante potencial falsa descrição de informações no âmbito do FCEI do processo n. 015/1984/095/2013, no que concerne à classificação do empreendimento;	As recomendações 22, 23 e 24: foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas – com medidas em curso”, uma vez que, conforme manifestação da Semad atualizada por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021. Em relação à recomendação 22: “Foi solicitado pela Suram a apuração das emissões das taxas pela Supram ZM, uma vez que conforme descrito acima não foi possível elucidar a questão. Assim que houver retorno pela regional a Suram irá encaminhar resposta complementar. Sugerimos atualização do SIAM após apuração, pois constam dados pagos desatualizados referente ao FOB 613461/2011 A:” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021). No que concerne à recomendação 23: “A demanda foi encaminhada à Supram ZM, para verificação conforme já sugerido no ID 13. Assim que houver retorno pela regional a Suram irá encaminhar resposta complementar” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021). Referente à recomendação 24: “Consta no FCEI (R367507/2013) a classificação da barragem como classe II, o que caracterizou o processo 00015/1984/095/2013 como classe 5. No entanto, conforme descrito anteriormente, em todas as licenças referente a barragem de fundão, especialmente a LP onde houve análise do EIA, a barragem é classificada como classe III, o que coloca o processo de licenciamento como classe 6. Quanto a autuação mencionada na recomendação será dado encaminhamento pela Supram CM a elaboração de auto de fiscalização e infração, visto que a informação prestada pela empresa em 2013 está em desconformidade com as

Título da ação – SEMAD		
2	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Fundão, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0221.18 Data: 21/02/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		licenças prévias, instalação e operação emitidas anteriormente e gerou a classificação errônea do empreendimento no processo de renovação, conforme já demonstrado no ID 11” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021).  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	27) Corrigir a numeração dos processos de licenciamento ambiental do empreendimento Barragem de Fundão;	A recomendação 27: foi classificada pela equipe de auditoria como “não implementada – com medidas em curso”, uma vez que, conforme manifestação da Semad atualizada por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021, foi solicitada dilação de prazo para manifestação.  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
3	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0747.18</b> Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Solicitar ao empreendedor a apresentação dos documentos ausentes nos processos de licenciamento ambiental, caso ainda não tenham sido apresentados, a saber: 1. Os documentos previstos no art. 4º, alíneas “b”, “c”, “e” e “h” da DN COPAM nº 62/2002 nos processos Processo COPAM nº 015/1984/051/2005, Processo COPAM nº 015/1984/071/2009, Processo COPAM nº 015/1984/079/2010, conforme item 1.2.1 – constatação 1 (apêndice II); 2. Os documentos previstos no art. 4º, alíneas “d”, “f”, e “g” da DN COPAM nº 62/2002, no Processo COPAM nº 015/1984/065/2008, conforme item 1.2.2 – constatação 1 (apêndice II); 3. Os documentos previstos no art. 4º, alínea “a” da DN COPAM nº 62/2002, nos Processos COPAM nº 015/1984/071/2009 e nº 015/1984/079/2010, conforme tabela 2 – constatação 1 (apêndice II); 4. Os documentos previstos no art. 4º, alíneas “d”, “f” e “g” da DN COPAM nº 62/2002, nos Processos nº 015/1984/051/2011 e nº 015/1984/088/2012, conforme tabela 2 – constatação 1 (apêndice II); 5. Os documentos previstos no art. 8º, § 2º, da DN COPAM nº 87/2005, nos Processos nº 015/1984/071/2009 e nº 015/1984/079/2010, conforme tabela 2 – constatação 1 (apêndice II).</p> <p>2) Para aqueles documentos que já foram apresentados pelo empreendedor (de que se trata a recomendação 3.1), promover a autuação destes nos respectivos processos e encaminhar comprovação à UICI;</p> <p>3) Providenciar a autuação da documentação comprobatória (estudos, relatórios, Anotações de Responsabilidade Técnica e demais documentos devidos) – ainda ausente nos processos – do cumprimento das respectivas condicionantes impostas nos processos administrativos de licenciamento ambiental da Barragem de Germano;</p> <p>4) Manifestar-se pelas razões de não autuação do empreendedor pelo descumprimento de condicionantes, conforme rege o Decreto nº 44.844/2008 (art. 83, anexo I, código 105), e, se for o caso, proceder à autotutela;</p> <p>5) Apresentar à Unidade de Controle Interno as providências que foram tomadas diante das inconformidades constatadas no Parecer Único 27/2016, a saber: 1. Relativas ao cumprimento da condicionante nº 2 da REVLO nº 213/2013 – Processo COPAM nº</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370.1346.18, emitido em 19 de outubro de 2018, após manifestação do Sisema via MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 141/2018, de 25/09/2018, as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.0747.17 tiveram a seguinte classificação (com exceção de recomendações para as quais houve atualização, tendo em vista nova manifestação da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43).</p>

Título da ação – SEMAD		
3	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0747.18 Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>015/1984/097/2013; 2. Relativas ao cumprimento da condicionante nº 1 da REVLO nº 178/2009 - Processo COPAM nº 015/1984/063/2007; 3. Relativas ao cumprimento da condicionante nº 5 da REVLO nº 178/2009 - Processo COPAM nº 015/1984/063/2007; 4. Relativas ao cumprimento da Condicionante nº 6 da REVLO nº 178/2009 - Processo COPAM nº 015/1984/063/2007;</p> <p>6) Justificar a emissão de certificado da LO n. 198/2012 (PA n. 015/1984/088/2012) constando concessão da Licença de Operação sem condicionantes (fl. 117), uma vez que: 1. No documento de “Decisão do Conselho Estadual de Política Ambiental” – 56ª Reunião Ordinária, 27/08/2012, URC Rio das Velhas, consta o deferimento da licença de operação solicitada via processo n. 015/1984/088/2012, com condicionantes (fl. 114); 2. Publicação no Diário Oficial do Estado em 29/08/2012 acerca da concessão com condicionantes do processo n. 015/1984/088/2012 (fl. 116); 3. Ofício GGMA n. 066/2015 – refere-se à apresentação pela Samarco do cumprimento da condicionante n. 06 do PA Copam n. 015/1984/088/2012, LO 198/2012 (fl. 123);</p> <p>7) Haja vista decisão do Copam por meio da 56ª Reunião Ordinária, 27/08/2012, URC Rio das Velhas, bem como publicação no Diário Oficial do Estado em 29/08/2012, informar quais as condicionantes impostas na Licença de Operação n. 198/2012, Processo Copam n. 015/1984/088/2012, bem como demonstrar se foi procedida à verificação do cumprimento de tais condicionantes;</p> <p>8) Implementar medidas que visem garantir o cumprimento do prazo de análise dos processos de licenciamento ambiental em tempo razoável, de acordo com a legislação - Resolução CONAMA nº 237/1997, art. 14; Decreto Estadual nº 44.844/2008, art. 11;</p> <p>10) Instituir procedimento padrão, de acordo com a legislação pertinente, para autuação dos processos administrativos de licenciamento ambiental;</p> <p>11) Providenciar a autuação das Anotações de Responsabilidade Técnica dos estudos, planos, projetos, construção, fiscalização e demais relatórios que ainda não foram autuadas, consoante apêndice III;</p>	



Título da ação – SEMAD		
3	<b>Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.0747.18</b> Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>12) Esclarecer a divergência do prazo de validade da Anotação de Responsabilidade Técnica nº W 5676, em nome do técnico químico Jucélio Fraga Bruzzi, consoante anexo I;</p> <p>13) Manifestar quanto à possibilidade de correção da classificação do empreendimento – Alçamento dos Diques de Tulipa e da Sela (processos 015/1984/051/2005, 015/1984/065/2008 e 015/1984/097/2013), em consonância com a DN COPAM nº 74/2004 e a DN COPAM nº 62/2002;</p> <p>14) Caso a classificação do empreendimento (de que se trata a recomendação 3.13), conforme a Deliberação Normativa nº 74/2004, seja classe 6, manifestar-se quanto às possíveis medidas de autotutela, e, se for o caso, de autuação do empreendedor;</p> <p>17) Manifestar-se quanto à possibilidade de proceder a autuação do empreendedor à vista do pagamento a menor dos custos processuais do Processo COPAM nº 015/1984/088/2012 – pagamento de R\$ 5.714,59 ao invés de R\$ 8.354,02;</p> <p>18) Manifestar acerca da concessão da licença de operação no âmbito do Processo COPAM nº 015/1984/088/2012 em momento anterior ao pagamento dos custos de análise;</p> <p>19) Manifestar quanto a não exigência de Licenciamento próprio para a implantação do Túnel de Drenagem, bem como, quanto às possíveis medidas de autotutela;</p> <p>20) Manifestar quanto à intempestividade para o cadastro no Dique da Selinha no Banco de Declarações Ambientais – BDA;</p> <p>21) Manifestar acerca da concessão de licença de instalação sem a existência de licença prévia;</p> <p>22) Manifestar quanto a não integralização dos processos de licenciamento ambiental, de outorga de direito de uso de recursos hídricos e de autorização para exploração florestal – APEF;</p>	

Título da ação – SEMAD		
3	Avaliação da regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental da barragem de Germano, operada pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema Relatório de Auditoria 1370.0747.18 Data: 20/06/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	23) Apresentar os dados da declaração de condição de estabilidade referente ao ano de 2007;  24) Manifestar acerca da ausência de registro, no Banco de Declarações Ambientais – BDA, do acompanhamento da implantação das recomendações dos relatórios de Auditoria Técnica de Segurança.	
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	9) Providenciar a correção da numeração dos processos administrativos listados na Constatação 4 (apêndice II) conforme preceitua a Lei Estadual nº 14.184/2002;	A recomendação 9 foi classificada como “não implementada, com medidas em curso”. A este respeito, frisa-se que, em atualização à sua manifestação, a Semad, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021, solicitou dilação de prazo para resposta relativa à recomendação.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	15) Apresentar o cálculo, bem como o respectivo embasamento legal, do custo de análise do Processo COPAM nº 015/1984/063/2007;  16) Apresentar comprovação do pagamento do custo de análise do EIA/RIMA referente à implantação do Túnel de Drenagem de Água Pluvial (Processo COPAM nº 015/1984/063/2007);	As recomendações 15 e 16 foram classificadas como “não implementadas, com medidas em curso”, já que, consoante Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021: “Efetuando a atualização do valor remanescente na planilha de débitos, no período da emissão do parecer único 25/11/2008 a 20/10/2021, resta o valor a pagar de R\$ 94.856,41. DAE gerado no valor de R\$ 94.856,41 e encaminhado para pagamento pelo empreendedor, através do e-mail (ruthilene.santana@samarco.com). PA n. 015/1984/063/2007. Posteriormente ao pagamento, o Siam será atualizado. Ressalta-se que não foi identificado Estudo de Impacto Ambiental no processo de renovação, motivo pelo qual não foi incluído custo de análise do EIA/RIMA” (Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021).



Título da ação – SEMAD		
4	Avaliação da regularidade formal do processo administrativo de licenciamento ambiental n. 00022/1995/063/2013 – expansão Cava da Divisa, Mina Brucutu, Vale S/A – com vistas ao atendimento de demanda oriunda do Gabinete da Semad Relatório de Auditoria 1370.0654.18 Data: 24/05/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Promover a autuação no PA n. 00022/1995/063/2013 de todos os documentos referentes aos protocolos registrados no Siam, cuja respectiva documentação não foi identificada no processo físico (protocolos descritos na tabela 1 – constatação 1);</p> <p>2) Enviar à UICI – para conhecimento do teor e verificação de aderência à legislação pertinente ao licenciamento ambiental – os documentos referentes aos protocolos registrados no Siam, cuja respectiva documentação não foi identificada no processo físico, especialmente os documentos digitalizados que não puderam ser visualizados no Siam, bem como os que ainda não foram digitalizados, conforme tabela 1 – constatação 1.</p> <p>3) Promover a inserção no Siam dos documentos autuados no processo físico, porém ainda não registrados no sistema, consoante tabela 2 – constatação 1; e informar à UICI os respectivos números de protocolo.</p> <p>4) Informar o número de protocolo de registro no Siam dos documentos referenciados na tabela 3 – constatação 1;</p> <p>5) Caso os documentos de que dispõe o item anterior (recomendação “3.4”) não tenham sido inseridos no Siam, promover o devido registro no sistema.</p> <p>6) Digitalizar os documentos correspondentes a números de protocolo registrados no Siam para os quais o status no sistema consta “NÃO DIGITALIZADO” ou “RECEBIDO – AGUARDANDO DIGITALIZAÇÃO”;</p> <p>7) Verificar (e sendo pertinente, corrigir) se há erros de disponibilidade de acesso aos documentos referentes aos números de protocolo registrados no Siam para os quais o status consta “DIGITALIZADO”, já que não foi possível visualizar alguns destes documentos, conforme referenciado nas tabelas 1 e 4 com o caractere “&amp;” – constatação 1.</p> <p>8) Solicitar ao empreendedor – Vale S/A – as Anotações de Responsabilidade Técnica referentes aos coordenadores técnicos responsáveis pela elaboração do “Relatório de Caracterização da Galeria MDIR_0035”, conforme tabela 6 (constatação 2), já que não se identificou, no processo, nenhuma ART pertinente a este estudo. Caso as ART já tenham sido apresentadas, promover a autuação no PA n. 00022/1995/063/2013.</p> <p>9) Anexar ao PA n. 00022/1995/063/2013 as cópias em mídia digital do processo, conforme informado na manifestação emitida pela equipe multidisciplinar (fls. 2385-2390 – Protocolo Siam n. 0828842/2017) – referente ao item 2.3 - “Cópia digital do processo” – constatação 2.</p>	<p>Conforme Relatório de Avaliação de Efetividade – RAE nº 1370.1219.18, emitido em 21 de setembro de 2018, após manifestação do Sisema via MEMORANDO SUPPRI Nº 85, de 19/07/2018, e, complementarmente, por meio de nova manifestação da Semad, via Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 – documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43, todas as recomendações do Relatório de Auditoria nº 1370.0654.18 foram classificadas como implementadas.</p>

Título da ação – SEMAD		
4	Avaliação da regularidade formal do processo administrativo de licenciamento ambiental n. 00022/1995/063/2013 – expansão Cava da Divisa, Mina Brucutu, Vale S/A – com vistas ao atendimento de demanda oriunda do Gabinete da Semad Relatório de Auditoria 1370.0654.18 Data: 24/05/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>10) Relativo às “atas, transcrições e vídeos das audiências públicas” (item 2.4, constatação 2), anexar ao PA n. 00022/1995/063/2013 as cópias dos arquivos de áudio e vídeo das audiências, conforme proposto na manifestação emitida pela equipe multidisciplinar (fls. 2385-2390 – Protocolo Siam n. 0828842/2017).</p> <p>11) Como órgão membro do GCPPDES – consoante Regimento Interno publicado em 04/04/2017 (art. 2º, inciso IV) e Decreto Estadual n. 47.401/2018 (art. 3º) – apresentar os critérios utilizados para embasamento e respaldo da deliberação de prioridade do processo n. 00022/1995/063/2013, bem como dos demais processos deliberados como prioritários no mesmo ato datado de 10 de janeiro de 2017 (anexo II), quais sejam PA n. 06452/2012/001/2013; PA n. 00211/1991/072/2016; PA n. 118/2000/030/2013; PA n. 00245/2004/050/2015; PA n. 312/1996/045/2015; PA n. 29527/2011/001/2012; PA n. 00182/1987/101/2015 (todos do empreendedor Vale S/A). Recomenda-se que os critérios constem instruídos em cada processo deliberado como prioritário. Enviar comprovação à UICI;</p> <p>12) Caso julgar necessário e pertinente, indicar técnico que possa contribuir para os esclarecimentos recomendados no item anterior (recomendação “3.11”), consoante inciso VI, art. 9º, do Regimento Interno do GCPPDES publicado em 04 de abril de 2017;</p> <p>13) Avaliar pertinência de proceder à apresentação ao Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) dos critérios utilizados pelo GCPPDES para embasamento e respaldo da deliberação de prioridade do processo n. 00022/1995/063/2013, na tentativa de elucidar questionamentos efetuados no âmbito do Relatório de Vistas do processo emitido pelo Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (FONASC.CBH) apresentado à Câmara Técnica Especializada de Atividades Minerárias (CMI) do Copam;</p> <p>14) Em atenção ao princípio da publicidade e à Lei Estadual n. 15.971/2006 ; considerando a Semad como órgão membro do GCPPDES; bem como considerando a atribuição instituída no inciso IV , art. 9º, do Regimento Interno do GCPPDES – verificar pertinência em propor que seja dada a devida publicidade aos atos do GCPPDES de deliberação de prioridade e relevância de atividades ou empreendimentos, de modo a assegurar à Sociedade o acesso à informação de quais processos estão sendo julgados e analisados como prioritários.</p> <p>15) Proceder à emissão de DAE, a ser encaminhado ao empreendedor, no valor correspondente à diferença entre o custo total de análise do processo n. 00022/1995/063/2013 e o valor já pago pelo empreendedor, considerando-se, para tanto, a atualização da planilha de custos, nos termos do §1º, artigo 5º, da Resolução Conjunta SEMAD/IEF/FEAM n. 2125/2014, bem como a finalização do processo no ano de 2017;</p>	

Título da ação – SEMAD		
4	Avaliação da regularidade formal do processo administrativo de licenciamento ambiental n. 00022/1995/063/2013 – expansão Cava da Divisa, Mina Brucutu, Vale S/A – com vistas ao atendimento de demanda oriunda do Gabinete da Semad Relatório de Auditoria 1370.0654.18 Data: 24/05/2018 SEI: Não se aplica. Processo físico	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	16) Instruir o processo n. 00022/1995/063/2013 com o comprovante de pagamento do DAE – de que se trata o item anterior (recomendação “3.15”). Enviar comprovação à UICI.  17) Avaliar quanto à pertinência em se propor mecanismos de apuração, controle e diagnóstico, no que tange ao cumprimento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental, como, por exemplo, a elaboração de gráficos e tabelas contendo mecanismos de alerta quanto aos processos que estão próximos de atingirem o prazo previsto nas normas legais pertinentes e aqueles que já ultrapassaram o prazo, no intuito de verificar se as medidas já implementadas pelo órgão estão sendo eficazes, bem como efetuar proposições de novas medidas (quando aferir ser necessário).  18) Corrigir a numeração do processo n. 00022/1995/063/2013.  19) Diligenciar à ASNOP – Assessoria de Normas e Procedimentos – a instituição de orientação a respeito da correta autuação e paginação de processos administrativos de licenciamento ambiental, nos termos da legislação vigente;  20) Apresentar aos servidores do Sisema, especialmente aqueles responsáveis pela análise dos processos administrativos de licenciamento ambiental, a orientação normativa de que dispõe o item anterior (recomendação “3.19”).	
Recomendações não implementadas	Não se identificou recomendações não implementadas.	Monitoramento concluído. Efetividade e benefícios de auditoria apurados.

Título da ação – SEMAD		
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>Recomendação 4) Instituir normativo que torne obrigatória a comunicação por servidores do Sisema à Prefeitura (s) do (s) município (s) em que o empreendimento estiver localizado, quando detectados indícios de comprometimento estrutural de barragens de rejeito, para que adotem as providências consideradas cabíveis (...);</p> <p>Recomendação 15) Promover medidas de ressarcimento acerca do valor cobrado a menor (valor histórico de R\$ 48.984,12, quarenta e oito mil novecentos e oitenta e quatro reais e doze centavos), referente à cobrança de custos de LP e LI em inobservância ao disposto no Decreto Estadual n. 44.309/2006 (art. 17), quando da formalização do processo de licenciamento de operação corretivo (PA 00245/2004/041/2008);</p> <p>Recomendação 16) Elaborar planilha contemplando cálculo dos custos efetivamente gastos para análise do PA 00245/2004/041/2008, multiplicados por 3 (três). Caso o valor calculado na planilha seja superior ao valor que deveria ter sido cobrado quando da formalização do processo (R\$ 65.382,02), promover medidas de ressarcimento ao órgão ambiental quanto ao valor adicional mensurado;</p> <p>Recomendação 17) Recomenda-se que o órgão ambiental adote providências, em consonância à Lei Estadual n. 19.420, de 11/01/2011 (estabelece a política estadual de arquivos) e instrumentos normativos correlatos, em prol do aprimoramento da guarda, tramitação e gestão de documentos no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, de modo a evitar o desaparecimento de arquivos;</p>	<p>Mediante trabalho de auditoria realizado, a Semad apresentou Plano de Ação em 19/10/2019 (documento 8404375, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25, contendo as medidas a serem implementadas no que tange às recomendações propostas no Relatório de Auditoria 1370.1239.19.</p> <p>Em 31/03/2021 e em 03/03/2022, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 149/2021 (documento 26111033, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25) e Memorando.SEMAD/GAB.nº 211/2022 (documento 42890083, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), respectivamente, o Plano de Ação foi atualizado pela Gestão da Semad, contendo a descrição das ações já implementadas e daquelas ainda em implementação.</p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>Recomendação 18) Verificar a pertinência em se proceder à lavratura de auto de infração em desfavor da Vale S/A, devido à falta de cumprimento das condicionantes;</p> <p>Recomendação 20) Incluir, no novo sistema a ser desenvolvido pela Semad (Sistema de Licenciamento Ambiental), ferramentas que propiciem o acompanhamento/monitoramento quanto ao atendimento tempestivo das informações complementares (...);</p> <p>Recomendação 21) Caso não seja possível a implementação da melhoria no Siam, sugerida no item anterior, recomenda-se verificar viabilidade em criar novo sistema informatizado para gestão de processos de licenciamento ambiental; monitoramento e controle das informações complementares, dentre outras informações constantes no processo (...);</p> <p>Recomendação 22) Realizar tratativas junto à Seplag quanto à viabilidade de que os processos de licenciamento ambiental deliberados como relevantes e analisados de forma prioritária sejam instruídos com os critérios em que o empreendimento/atividade foi enquadrado para tal deliberação, bem como seja dada a devida publicidade;</p> <p>Recomendação 23) Promover publicação, independente de solicitação, de lista contemplando os processos de licenciamento ambiental que foram ou estão sendo analisados de forma prioritária no âmbito da Suppri (...);</p> <p>Recomendação 24) Incluir, no novo sistema a ser desenvolvido pela Semad (Sistema de Licenciamento Ambiental), ferramentas que propiciem o aprimoramento do</p>	

Título da ação – SEMAD																										
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25																									
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES																								
	acompanhamento/monitoramento dos prazos de análise dos processos de licenciamento ambiental (...).  Recomendação 29) Realizar capacitações periódicas; desenvolver atividades de orientações e capacitações condizentes com a política pública e finalidades propostas pelo órgão;																									
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 1) Proceder à atualização da Instrução de Serviço Sisema n. 02/2018 (...);  Recomendação 2) Instituir normativo que torne obrigatório que possíveis relatórios gerenciais emitidos pela Feam sejam instruídos nos processos de licenciamento ambiental e que conste tópico acerca de tais relatórios no Parecer Único dos processos, contemplando, dentre outros, análise temporal das recomendações de modo a verificar se houve recorrência e se nas recomendações constam palavras-alerta (liquefação, drenagem, percolação etc);  Recomendação 5) Instituir melhorias técnicas no BDA que permita, dentre outros, a (ao): a. Upload da Declaração de Condição de Estabilidade na íntegra; b. Detecção de (por meio de inteligência artificial – “robô”) palavras-alertas constantes nas Declarações de Condição de Estabilidade que possam indicar possível comprometimento estrutural das barragens de rejeito (Ex: liquefação, drenagem, percolação, etc);  Recomendação 6) Instituir, por meio de normativo, obrigatoriedade de que o empreendedor insira as informações e	Em relação às recomendações 1, 2, 5 (itens a e b), 6, 8, 10 e 12 – as quais foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas, com medidas em curso” – em 07/02/2022, houve a atualização do cronograma quanto à revisão pela Semad das Deliberações Normativas Copam nºs 62 e 87 e da Instrução de Serviços respectiva, conforme Memorando.FEAM/GERAM.nº 44/2022 (documento 41698277, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25) e Memorando.SEMAD/DATEN.nº 69/2022 (documento 41875926, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), tendo sido propostas as seguintes datas:																								
		<table><tr><th>Cronograma 1 - Atividade</th><th>Início previsto</th><th>Término previsto</th></tr><tr><td>1.4 Avaliação da minuta de DN pelo Nunop e Assessoria Jurídica - com as adequações necessárias</td><td>01/03/2022</td><td>31/03/2022</td></tr><tr><td>1.5 Envio a ASSOC</td><td>01/04/2022</td><td>01/04/2022</td></tr><tr><td>1.6 Pautar e aprovar DN na CNR</td><td>01/04/2022</td><td>31/05/2022</td></tr><tr><td>1.7 Elaboração de minuta inicial da revisão da IS nº 02/2018</td><td>01/06/2022</td><td>01/07/2022</td></tr><tr><td>1.8 Discussão da minuta de IS com o SISEMA</td><td>02/07/2022</td><td>02/08/2022</td></tr><tr><td>1.9 Avaliação da minuta pelo Nunop</td><td>03/08/2022</td><td>18/08/2022</td></tr><tr><td>1.10 Aprovação da IS pelos dirigentes</td><td>19/08/2022</td><td>20/08/2022</td></tr></table>	Cronograma 1 - Atividade	Início previsto	Término previsto	1.4 Avaliação da minuta de DN pelo Nunop e Assessoria Jurídica - com as adequações necessárias	01/03/2022	31/03/2022	1.5 Envio a ASSOC	01/04/2022	01/04/2022	1.6 Pautar e aprovar DN na CNR	01/04/2022	31/05/2022	1.7 Elaboração de minuta inicial da revisão da IS nº 02/2018	01/06/2022	01/07/2022	1.8 Discussão da minuta de IS com o SISEMA	02/07/2022	02/08/2022	1.9 Avaliação da minuta pelo Nunop	03/08/2022	18/08/2022	1.10 Aprovação da IS pelos dirigentes	19/08/2022	20/08/2022
		Cronograma 1 - Atividade	Início previsto	Término previsto																						
		1.4 Avaliação da minuta de DN pelo Nunop e Assessoria Jurídica - com as adequações necessárias	01/03/2022	31/03/2022																						
		1.5 Envio a ASSOC	01/04/2022	01/04/2022																						
		1.6 Pautar e aprovar DN na CNR	01/04/2022	31/05/2022																						
		1.7 Elaboração de minuta inicial da revisão da IS nº 02/2018	01/06/2022	01/07/2022																						
		1.8 Discussão da minuta de IS com o SISEMA	02/07/2022	02/08/2022																						
		1.9 Avaliação da minuta pelo Nunop	03/08/2022	18/08/2022																						
		1.10 Aprovação da IS pelos dirigentes	19/08/2022	20/08/2022																						



Título da ação – SEMAD				
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25			
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES		
	respectiva documentação comprobatória de que se trata a recomendação 5.d (...);  Recomendação 8) Incluir, dentre os critérios prioritários, para planejamento anual das fiscalizações realizadas pela Feam, as barragens em que sejam detectadas as palavras-alertas indicadoras de possível comprometimento estrutural do empreendimento (...);  Recomendação 10) Alterar, por meio de normativo, o atual modelo de Declaração de Condição de Estabilidade (...);  Recomendação 12) Contemplar, no Inventário Anual de Barragens elaborado pela Feam e publicado no site da entidade, além da conclusão das Declarações de Condição de Estabilidade, as respectivas recomendações (...);	1.11 Assinatura e publicação da IS	21/08/2022	21/08/2022
		Fonte: <b>Memorando.SEMAD/DATEN.nº 69/2022 (documento 41875926, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25).</b>  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.		
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	Recomendação 5) Instituir melhorias técnicas no BDA que permita, dentre outros, a (ao): c. Emissão de relatórios gerenciais, de modo que haja o acompanhamento temporal das Declarações de Condição de Estabilidade, favorecendo a detecção de recomendações recorrentes (possíveis indícios de não cumprimento por parte do empreendedor), especialmente das recomendações em que constarem palavras-alertas; d. Inserção, pelo empreendedor, de informações e respectiva documentação comprobatória das ações adotadas para implementar as recomendações de auditoria técnica de segurança, no prazo estipulado pelo auditor independente, de modo a aprimorar o monitoramento quanto ao cumprimento de condicionantes e que a verificação quanto à implementação das recomendações de segurança não dependa apenas da realização de fiscalizações; e. Inserção, pela equipe responsável pela gestão de barragens,	Em relação às recomendações 5 (itens c, d e), 6, 7, 8, 11 e 12 – as quais foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas, com medidas em curso” – em 04/02/2022, houve a atualização do cronograma quanto ao desenvolvimento e à implementação de Sistema de Informação, relacionado à contratação da Fábrica de Software e as tratativas para homologação do acordo da Vale S.A, conforme Memorando.FEAM/GERAM.nº 44/2022 (documento 41698277, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25) e Memorando.SEMAD/STI.nº 3/2022 (documento 41688478, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), conforme segue: “Conforme mencionado anteriormente, a ação conduzida por esta Superintendência visa contratar empresa especializada em desenvolvimento e manutenção de sistemas (Fábrica de Software), a ser gerida pela Semad, para construção de soluções tecnológicas com vistas a compensar os impactos causados e fortalecer o sistema de governança ambiental face aos desafios atuais, aumentando a capacidade e escala produtiva do Sisema. O Projeto de implantação da Fábrica de Software compõe o Portfólio Estratégico do SISEMA e seu cronograma, vem sendo mensalmente acompanhado. O processo licitatório foi conduzido pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Seplag e teve sua Ata de Registro de Preços publicada em 24/12/2021. Os relatos de atraso ao longo		

Título da ação – SEMAD		
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>de registros relativos ao acompanhamento/avaliação da implementação, pelo empreendedor, das recomendações de auditorias técnicas de segurança.</p> <p>Recomendação 6) Instituir, por meio de normativo, obrigatoriedade de que o empreendedor insira as informações e respectiva documentação comprobatória de que se trata a recomendação 5.d (...);</p> <p>Recomendação 7) Verificar, para a adoção das recomendações dispostas nos itens 5 e 6, a viabilidade e possibilidade de aplicação de recursos oriundo de possível indenização paga ao Estado pela Vale S/A (...);</p> <p>Recomendação 8) Incluir, dentre os critérios prioritários, para planejamento anual das fiscalizações realizadas pela Feam, as barragens em que sejam detectadas as palavras-alertas indicadoras de possível comprometimento estrutural do empreendimento (...);</p> <p>Recomendação 11) Publicar, no Portal de Transparência Ambiental e no site da Feam, as Declarações de Condição de Estabilidade, na íntegra;</p> <p>Recomendação 12) Contemplar, no Inventário Anual de Barragens elaborado pela Feam e publicado no site da entidade, além da conclusão das Declarações de Condição de Estabilidade, as respectivas recomendações (...);</p>	<p><i>deste processo decorreram da complexidade do Edital e também do volume da demanda apresentada pelos órgãos, entidades e fundações que demonstraram interesse, o que geraram complicações que tiveram que ser sanadas pelo órgão gestor da Ata (Seplag). A partir da publicação da Ata, esta Superintendência elaborou o Termo de Referência para adesão e procedeu com o envio do processo ao Comitê de Orçamento e Finanças (Cofin) para apreciação. No momento, aguardamos o retorno do pleito para que então possa ser expedida a Declaração Orçamentária e na sequência, a minuta de contrato para assinatura. Tendo em vista o atraso decorrente da etapa licitatória e o prazo de 30 dias previsto em edital para alocação e disponibilização de equipe, entendemos que a nova expectativa para início das atividades junto à contratada é de abril de 2022". Fonte: Memorando.SEMAD/STI.nº 3/2022 (documento 41688478, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25).</i></p> <p>Complementarmente ao narrado acima, especificamente no que concerne à recomendação 12, por meio do Memorando.FEAM/DGER.nº 13/2022 (documento 42033298, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), de 10/02/2022, o órgão ambiental demonstrou medidas que implementaram parcialmente a recomendação, quais sejam: "Como fonte de comprovação ao atendimento da Recomendação 12, anexamos Portaria Feam nº 678, publicada em 08/05/2021, estabelecendo regras para o credenciamento de auditores para a prestação de serviços de auditoria técnica de segurança de barragens no âmbito da Política Estadual de Segurança de Barragens".</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas,</b>	Recomendação 3) Verificar a possibilidade de implantação de sistema informatizado para o acompanhamento, monitoramento e controle dos cumprimentos de condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento. Nesse contexto, sugere-se que seja	Recomendação classificada pela equipe de auditoria como "não implementada, com medidas em curso", mediante informação pela Semad de que "A possibilidade foi analisada e ratificada para construção no bojo do projeto do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Esse projeto atualmente se encontra com 2 fases concluídas e já em operação, sendo planejadas a entrega



Título da ação – SEMAD		
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>com medidas em curso</b>	verificada a possibilidade de que o próprio empreendedor insira informações no sistema (bem como faça o upload dos documentos comprobatórios correspondentes) referente ao cumprimento das condicionantes. Ademais, que o sistema contenha mecanismos de alerta acerca das condicionantes para as quais o empreendedor não tenha inserido informações;	<p>de outras 3 fases. A fase 3 está em processo de programação, já tendo sido suas regras estipuladas e mapeadas pela equipe de regularização ambiental, apresentando cronograma de entrega de suas funcionalidades ao longo do ano de 2021/2021, nos seguintes moldes: Módulo 3 SLA (Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas) até 30/03/2021; Módulo 3 SLA (Adequações DN 240, 2ª via de certificado de licença ambiental e ferramenta de Autotutela) conclusão prevista até 30/06/2021; e o Módulo 3 SLA (Integração SLA/IDE Sisema) programado para terminar em 30/04/2022. O módulo de gestão de condicionantes está planejado para ser construído e entregue durante a fase 4 do SLA, com expectativa de disponibilização de suas funcionalidades até dezembro de 2022, com extensão para meados do ano de 2023. Porém, apesar da atual previsão de disponibilização do módulo de condicionantes no SLA somente ocorrer a partir do ano de 2022, a equipe de regularização já desenvolveu parte das regras que comporão tal módulo, as quais abarcam a inserção das informações pelo próprio empreendedor conforme proposição”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	Recomendação 9) Verificar pertinência em autuar a Vale S/A diante da não comprovação de encaminhamento à Feam do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem I;	Recomendação 9: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada, com medidas em curso”, mediante informação pela Semad de que “Diante da situação relatada e objetivando atender de forma integral e adequada à recomendação da CGE, decido instaurar processo administrativo com o objetivo de verificar a pertinência em autuar a Vale S/A, diante da não comprovação de encaminhamento à Feam do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem I. Com vistas a garantir a adequada instrução do processo e a efetividade dos princípios da legalidade, da ampla defesa, do contraditório e da transparência, foi instaurado e instruído processo administrativo, bem como notificação do empreendedor para tomar conhecimento da instauração do referido processo e para que, no prazo máximo de 10 dias, contados do recebimento da notificação, comprove ter apresentado à FEAM o primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem B1, elaborado em 2002, conforme determinação contida no artigo 7º, §4º, da Deliberação Normativa COPAM nº 87/2005. A empresa apresentou argumentos, que foram encaminhados para a procuradora jurídica da Feam, onde encontra-se

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>em análise. Vide processo Sei nº 2090.01.0000666/2021-37</i>. Ainda, em relação à recomendação 9, houve atualização da manifestação do órgão ambiental, em 10/02/2022, por meio do Memorando.FEAM/DGER.nº 13/2022 (documento 42033298, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), conforme segue: “<i>Quanto a Recomendação 9, informamos que conforme orientação apresentada na Nota de Diligência nº: 05/2021 (27473382), da Procuradoria da Feam, estamos realizando busca detalhada nos arquivos do setor com o intuito de localizar o comprovante de protocolo do primeiro relatório de auditoria técnica de segurança da Barragem B1, do Complexo Córrego do Feijão, elaborado em 2002. Diante da complexidade envolvida nessa ação, solicitamos dilação de prazo de 90 dias para execução dessa recomendação</i>”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 13) Instituir sistema informatizado para gestão e análise dos processos de compensação ambiental e posterior acompanhamento quanto ao cumprimento por parte do empreendedor;	<p>Recomendação 13: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada, com medidas em curso”, tendo em vista que ainda estão em andamento providências acerca das medidas 13.1; 13.3; 13.4; 13.5; 13.6; e 13.7.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 14) Verificar o cabimento de aplicação de sanção pelo dano ambiental oriundo de supressão de vegetação de Mata Atlântica sem a devida compensação;	<p>Recomendação 14: classificada pela equipe de auditoria como “não implementada, com medidas em curso”, mediante informação pela Semad de que “<i>A conclusão da ação está pendente em razão do licenciamento da Vale ainda não ter sido concluído. Quando da análise do processo, A Supram Central Metropolitana verificará o cabimento de sanção pelo dano ambiental oriundo de supressão de vegetação de Mata Atlântica sem a devida compensação. Todas as compensações ambientais serão devidamente cobradas no conjunto de compensações exigidas no âmbito do processo de regularização ambiental das obras emergenciais para todas as intervenções</i></p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>ocorridas. Cronograma da análise da LOC de Brumadinho (Todas as datas referentes a 2021): 02-05/02: Recepção e Orientação da equipe técnica contratada; 08-26/02: Ambientalização e leitura inicial dos estudos ambientais referentes ao processo PA COPAM nº 00245/2004/052/2019; 25/02: Apresentação do processo pelo empreendedor; 02 e 03/03: Fiscalização ao empreendimento; Março: Conclusão da análise prévia dos estudos ambientais; Abril: Solicitação de Informações Complementares; Maio-Agosto: Participação de reuniões, elaboração de minuta de parecer, análise de estudos ambientais, propostas de compensação, relatórios técnicos conjuntos com demais casas do Sisema; Setembro: Prazo para conclusão do Parecer Único".</p> <p>Tendo em vista a expiração dos prazos acima, informados pela Semad, para implementação da recomendação, a equipe de auditoria solicitou atualização da manifestação do órgão, o que foi atendido por meio do Memorando.SEMAD/SUPPRI.nº 15/2022, de 01/02/2022 (documento 41602926, processo SEI 1520.01.0002134/2019-25), conforme segue: "A equipe contratada para análise do PA COPAM nº 00245/2004/052/2019 entrou em exercício em fevereiro de 2021. Após análise dos estudos apresentados foi realizada vistoria no empreendimento em 18 e 20 de maio de 2021. Em 05 de julho de 2021 foram solicitadas as primeiras informações complementares referentes ao processo em questão. Foi solicitado dilação de prazo por mais 60 dias sendo as mesmas apresentadas em 02 de novembro de 2021. Diante dos novos estudos e dados apresentados, foi realizada nova vistoria entre os dias 07 e 10 de dezembro de 2021 e foi verificada necessidade de nova solicitação de informações complementares realizada em 25 de janeiro de 2022. Ainda estão pendentes diversos estudos referentes ao meio biótico, esclarecimentos de divergências, propostas de compensação de intervenção ambiental, entre outros itens. Em agosto de 2021 a SUPPRI realizou consulta à Assessoria Jurídica da SEMAD considerando manifestação da Vale sobre a incidência de compensações ambientais e florestais na área afetada pela passagem da lama. Foi esclarecido, em 28 de setembro de 2021, que devem ser consideradas as compensações previstas no acordo firmado entre o empreendedor e o estado que possui caráter compensatório/reparatório no âmbito civil mas que não se confunde com as obrigações da regularização ambiental das obras emergenciais realizadas para recuperação. Nessa ocasião o empreendedor foi orientado a apresentar as propostas de compensação conforme normativas vigentes, ainda não apresentadas ao órgão ambiental. Considerando a</p>

Título da ação – SEMAD		
5	<b>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</b> Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>previsão atual de análise e elaboração de parecer único para julgamento do Copam, bem como levantamentos de compensações ambientais pretéritas, espera-se que a avaliação referente à aplicação de sanção esteja pronta em seguida, no mês de maio/22”.</i></p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	Recomendação 19) Verificar a possibilidade de implantação de Sistema Informatizado para o acompanhamento, monitoramento e controle dos cumprimentos de condicionantes estabelecidas no processo de licenciamento. Nesse contexto, sugere-se que seja verificado a possibilidade de que o próprio empreendedor insira informações no sistema (bem como faça o upload dos documentos comprobatórios correspondentes) referente ao cumprimento das condicionantes. Ademais, que o sistema contenha mecanismos de alerta acerca das condicionantes para as quais o empreendedor não tenha inserido informações; (Achado nº 12)	<p>Recomendação 19: classificada pela equipe de auditoria como “com medidas em curso”, mediante informação pela Semad de que “A possibilidade foi analisada e ratificada para construção no bojo do projeto do Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA. Esse projeto atualmente se encontra com 2 fases concluídas e já em operação, sendo planejadas a entrega de outras 3 fases. A fase 3 está em processo de programação, já tendo sido suas regras estipuladas e mapeadas pela equipe de regularização ambiental, apresentando cronograma de entrega de suas funcionalidades ao longo dos anos de 2021 e 2022 nos seguintes moldes: Módulo 3 SLA (Cadastro de Pessoas Físicas e Jurídicas) até 30/03/2021; Módulo 3 SLA (Adequações DN 240, 2ª via de certificado de licença ambiental e ferramenta de Autotutela) até 30/06/2021 e Módulo 3 SLA (Integração SLA/IDE Sisema) até 30/04/2022. O módulo de gestão de condicionantes está planejado para ser construído e entregue durante a fase 4 do SLA, com expectativa de disponibilização de suas funcionalidades até dezembro de 2022, com extensão para meados do ano de 2023. Porém, apesar da atual previsão de disponibilização do módulo de condicionantes no SLA somente ocorrer a partir do ano de 2022, a equipe de regularização já desenvolveu parte das regras que comporão tal módulo, as quais abarcam a inserção das informações pelo próprio empreendedor conforme proposição”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
5	Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG. Relatório de Auditoria 1370.1239.19 Data: 29/08/2019 SEI: 1520.01.0002134/2019-25	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendação 25) Elaborar <i>checklist</i> como procedimento operacional padrão obrigatório para análise dos processos de licenciamento, contemplando, dentre outros que forem julgados como pertinentes: (...)</p> <p>Recomendação 26) Elaborar <i>checklist</i> como procedimento operacional padrão obrigatório para análise dos processos de licenciamento ambiental em caráter corretivo, contemplando tópicos quanto à efetivação de assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta, lavratura de auto de infração, bem como demais ações pertinentes;</p> <p>Recomendação 27) Instituir obrigatoriedade, por meio de normativo, de que os <i>checklists</i> (de que se tratam o item 35) dos processos precedentes (caso existam) sejam instruídos junto ao processo em análise, de modo a identificar possíveis requisitos que não foram atendidos anteriormente, oportunizando o saneamento da falta do requisito no processo em análise;</p> <p>Recomendação 28) Instituir normativo para que o <i>checklist</i> – de que se tratam os itens 35 e 36 – seja obrigatoriamente instruído como anexo do Parecer Único dos processos de licenciamento ambiental;</p>	<p>As recomendações 25, 26, 27 e 28 propostas pela equipe de auditoria foram substituídas pela Semad pela recomendação 29 – como proposta medida alternativa, qual seja: “<i>Elaborar checklist piloto no âmbito do SLA para os processos de licenciamento ambiental que envolvam barragens de rejeitos de mineração. Obs: substituição das ações relativas aos quadros 25 a 28</i>”.</p> <p>A este respeito, a Semad informou que está previsto a “Elaboração de Check List piloto no âmbito do SLA para os processos de licenciamento ambiental que envolvam barragens de rejeitos de mineração prevista para novembro/2022. Inserção da ferramenta no SLA Módulo 4 SLA prevista para dezembro/2022. Treinamento de servidores prevista para ocorrer em janeiro/2023”. Sendo assim, as recomendações 25, 26, 27 e 28 foram classificadas pela equipe de auditoria como “não implementadas, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>



Título da ação – SEMAD		
6	<b>Avaliação de expediente relativo ao aditamento de contrato n. 9041996/2015 firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a empresa Americasul Aeroagrícola Ltda.</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1517.19</b> Data: 21/10/2019 SEI: 1370.01.0002899/2018-91	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Recomendações implementadas</b>	3) Avaliação pela autoridade competente quanto ao encaminhamento ao Ministério Público Estadual.	
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	<p>1) Imediato encaminhamento à Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas/Corregedoria-Geral/CGE-MG, para avaliação quanto à instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de Pessoa Jurídica, visto que, em nosso entendimento, encontrarem-se presentes indícios de autoria a materialidade, por tentativa de se efetivar a conduta prevista no art. 5º, inc. IV, alínea f, g, da Lei Federal n. 12.846/2013;**</p> <p><b>**Medida em curso na CGE-MG. Processo foi encaminhado à SRPJ/COGE/CGE pela Controladoria Setorial da Semad.</b></p>	<p>A respeito da recomendação 1, cumpre-nos frisar que a Nota de Auditoria n. 1370.1517.19, bem como documentação relacionada, integrante do processo SEI 1370.01.0002899/2018-91, foram encaminhados para a Corregedoria-Geral do Estado (COGE/CGE) – para conhecimento e providências cabíveis, em especial no que tange à avaliação quanto à instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de Pessoa Jurídica – pela Controladoria Setorial da Semad, por meio do Ofício CGE/CSET_SISEMA nº. 8/2020, considerando o Ofício CGE/SRPJ nº. 2/2020, bem como o disposto no Despacho nº 4/2020/CGE/NGDP, por meio do qual informa-se que não aportou, no Núcleo de Gestão de Documentos e Processos Disciplinares dessa Corregedoria-Geral, expediente contendo a referida Nota. A informação foi repassada pela Corregedoria-Geral após requisição da do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, solicitando esclarecimentos se houve instauração de Processo Administrativo de Responsabilização de Pessoa Jurídica, em virtude do trabalho de auditoria. Nesse contexto, o processo encontra-se em análise no âmbito da Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas, mediante encaminhamento via Despacho nº 139/2020/CGE/COGE.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	2) Considerando não haver nos autos notícia de descumprimento contratual (art. 40 e art. 46 do Decreto nº 45.902), mas de conduta passível de apuração por meio do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de Pessoa Jurídica – PAR - (art. 5º, Lei Federal n. 12.846/2013),	Pertinente à recomendação 2, evidencia-se, no processo SEI 1370.01.0002899/2018-91, o Despacho nº 347/2020/SEMAD/SUAFL, por meio do qual a Superintendência de Administração e Finanças da Semad encaminha o expediente à Diretoria de Compras e Contratos do órgão para certificação dos documentos e instauração de Processo Administrativo Punitivo – PAP em face da sociedade empresária Americasul Aeroagrícola Ltda, nos termos da Instrução de Serviço Semad 001/2017 e Decreto Estadual 45.902/2012. Após solicitação de atualização da demanda pela equipe de auditoria, conforme Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº

Título da ação – SEMAD		
6	Avaliação de expediente relativo ao aditamento de contrato n. 9041996/2015 firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a empresa Americasul Aeroagrícola Ltda. Nota de Auditoria 1370.1517.19 Data: 21/10/2019 SEI: 1370.01.0002899/2018-91	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	consultar à Superintendência Central de Responsabilização de Pessoas Jurídicas/Corregedoria-Geral/CGE-MG se seria cabível a instauração concomitante de procedimentos administrativos, ou a instauração de processo administrativo punitivo (PAP) somente após a comprovação da conduta, se for o caso, com a conclusão do PAR.	<p>59/2022, de 31/03/2022 (documento 44472623, processo SEI 1370.01.0002899/2018-91, a Diretoria de Compras e Contratos da Semad (Dicoc/Semad), emitiu, em 05/04/2022, a Nota Técnica nº 46/SEMAD/DICOC/2021 (documento 37109799, SEI 1370.01.0002899/2018-91), por meio da qual concluiu pela existência dos elementos que indicam que a empresa Americasul Aeroagrícola Ltda tenha praticado ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da Administração Pública Estadual, no intuito de subsidiar decisão pelo ordenador de despesa para instauração do Processo Administrativo Punitivo. Visando subsidiar a decisão quanto à instauração de PAP, a referida Nota Técnica foi encaminhada à Superintendente de Administração e Finanças da Semad (Suafi) em 05/04/2022, por meio do Memorando.SEMAD/DICOC.nº 298/2022 (documento 44688478, processo SEI 1370.01.0002899/2018-91). Ato contínuo, em 12/04/2022, a Suafi encaminhou o expediente para a atual Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças (Sutaf), por meio do Memorando.SEMAD/SUAFI.nº 116/2022 (documento 44933401, processo SEI 1370.01.0002899/2018-91), conforme segue: “Diante do exposto, considerando que, atualmente, V.S.a ocupa o cargo de Subsecretária de Tecnologia, Administração e Finanças, encaminhamos o presente expediente para avaliação e deliberação quanto à autoridade competente para a instauração do Processo Administrativo Punitivo, cabendo à Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável proferir decisão acerca da possibilidade de aplicação da sanção de declaração de inidoneidade em desfavor do fornecedor, empresa Americasul Aeroagrícola Ltda”.</p> <p>Em 03/05/2022, o processo foi encaminhado pela Sutaf à Assessoria Jurídica da Semad, por meio do Memorando.SEMAD/SUTAF.nº 147/2022, para manifestação da Asjur quanto à identificação da autoridade no âmbito do Sisema que seria competente para instauração do PAP. Sendo assim, por meio da Nota Jurídica nº 107/2022, a Asjur/Semad concluiu que: “Daí se conclui que a solução que nos afigura juridicamente mais adequada compreende a qualidade de ordenador de despesas como contemporânea à instauração do PAP. É dizer, em tese, ao atual ordenador de despesas, que, in casu, compõe a estrutura administrativa do IEF, recai a atribuição para a prática dos atos referidos pelo Decreto Estadual nº 45.902/2012, os quais não se limitam, apenas, à instauração, frise-se, mas se estendem no decorrer do processo, com a respectiva aplicação da sanção, se for o caso, o que não elide a colaboração da Semad, nessa apuração de eventual responsabilidade e instrução processual, se assim requisitada”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento,</p>

Título da ação – SEMAD		
6	Avaliação de expediente relativo ao aditamento de contrato n. 9041996/2015 firmado entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) e a empresa Americasul Aeroagropecuária Ltda. Nota de Auditoria 1370.1517.19 Data: 21/10/2019 SEI: 1370.01.0002899/2018-91	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
7	Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística Nota de Auditoria 1370.1238.19 Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	2) Promover acompanhamento e fiscalização tempestiva do trabalho das equipes multidisciplinares responsáveis pelas emissões de Pareceres e Autos de Fiscalização nos processos de licenciamento;  3) Evitar a participação de servidores de recrutamento amplo na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental. Quando não for possível evitar tal prática, sugerimos que a alocação de servidores de recrutamento amplo na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental seja devidamente justificada (como exemplo: ausência de servidor	Por meio do Memorando.SEMAD/SURAM.nº 142/2020, de 12 de maio de 2020, (SEI 1520.01.0008205/2019-38) – validado pelo Ofício SEMAD/GAB nº. 461/2020 – a Semad manifestou-se, no que diz respeito ao tema da regularização ambiental, diante das constatações e recomendações propostas na Nota de Auditoria 1370.1238.19.



Título da ação – SEMAD		
7	<p>Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística</p> <p><b>Nota de Auditoria 1370.1238.19</b> Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>efetivo que possua qualificação especializada necessária para exercer dada atividade no âmbito do licenciamento ambiental);</p> <p>8) Elaborar Programa de Integridade e promover divulgação dos valores éticos e de integridade no âmbito do Sisema, adotando medidas que atinjam servidores que não têm acesso à intranet/internet.</p>	
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>1) Instituir mecanismos que contemplem critérios mínimos para alocação de servidores (efetivos e/ou amplos) na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental, no intuito de se certificar da qualificação mínima dos referidos profissionais necessária ao desenvolvimento das análises especializadas requeridas (socioambientais) para execução das atividades, como, por exemplo, a apresentação e avaliação de currículos;</p>	<p>Em relação à recomendação 1, informou-se: Em relação à alocação interna de servidores (efetivos e/ou amplos) na área finalística relacionada ao licenciamento ambiental, entende-se que se trata de atribuição que deve ser exercida pela Suram em conjunto com a Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças (Sutaf) através da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (SGDP) de modo a definir o melhor perfil profissional e qualificações importantes para atuar na regularização ambiental, de modo a esclarecer as qualificações mínimas exigidas. Assim, com o perfil profissional delimitado e tendo em vista as características de cada um dos servidores do Sisema que não estão alocados em outros órgãos, a SGDP, junto com a Subsecretaria, pode avaliar e selecionar o servidor adequado para atuar na regularização ambiental dentre aqueles que cumpra as qualificações mínimas exigidas. Nesse sentido, por meio do Despacho nº 825/2020/SEMAD/GAB, de 13/05/2020, o Gabinete da Semad encaminhou o expediente à Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças para conhecimento e diligências junto à SURAM a respeito da recomendação 1. Pelo exposto, verifica-se que a recomendação se encontra “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
7	<b>Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1238.19</b> Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	4) Estabelecer regras e procedimentos que disciplinem o relacionamento entre agentes públicos e empreendedores em geral, especialmente em termos de comportamento e padronização das formas de acesso à organização;	<p>Em relação à recomendação 4, informou-se: Conforme já manifestado pelo Sisema, e constante da própria Nota de Auditoria n. 1370.1238.19, e tendo em vista a presente elaboração do Plano de Integridade, que é um conjunto de ações desenvolvidas com o intuito de promover a cultura da ética, integridade, transparência, e da necessidade de prestação de contas, em que participam integrantes do Sisema e da própria CGE, entende-se que a implementação do mesmo acarretará no alcance do procedimento proposto. Além do mais, já existe um código de posturas elaborado especificamente para os fiscais ambientais que atuam no âmbito do Sisema. Pelo exposto, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	5) Instituir política de prevenção de conflitos de interesses objetivando tomada de decisões assertivas, objetivas e impessoais, garantindo assim a integridade institucional;	<p>Em relação à recomendação 5, informou-se: Conforme já manifestado pelo Sisema, e constante da Nota de Auditoria n. 1370.1238.19, e tendo em vista a presente elaboração do Plano de Integridade, entende-se que a implementação do mesmo acarretará no alcance do procedimento proposto. Ademais, a impessoalidade faz parte dos princípios gerais da administração pública, conforme art. 37, da Constituição Federal, sendo que estas questões são garantidas pelo ordenamento jurídico, como, por exemplo, pelo Estatuto Estadual dos Servidores Públicos (Lei Estadual nº 869/1952). Pelo exposto, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
7	Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística Nota de Auditoria 1370.1238.19 Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	6) Desenvolver plano de capacitação contínuo, incluindo cursos sobre conflitos de interesses para agentes públicos e empreendedores;	<p>Em relação à recomendação 6, informou-se: A respeito do plano de capacitação contínuo é importante destacar que a Suram tem orquestrado diversos programas de aperfeiçoamento ao longo dos anos. Nesse contexto está inserido o programa de capacitação que foi ministrado pela Suram para as diversas Suprams existentes no estado de Minas Gerais. Vários temas foram trabalhados nessas capacitações, como é o caso da espeleologia, da mata atlântica, das compensações, dentre outros. Tais treinamentos foram expandidos para diversas áreas do Sisema com o intuito de compartilhar conhecimentos e de padronizar procedimentos. Ademais, também foram feitas visitas pela Suram/Suara nas sedes das próprias Suprams com o intuito de observar as dificuldades observadas em cada regional do Estado, bem como elucidar eventuais dúvidas e alinhar procedimentos. Além disso, também é de grande relevância o alinhamento institucional que era promovido pela antiga SGRAl, após foi elaborado pela Suram e atualmente é conduzido pelo Gabinete Semad, sendo que o alinhamento visa trazer maior congruência na tomada de decisões no âmbito do licenciamento ambiental, bem como o compartilhamento de conhecimentos adquiridos. Por fim, talvez o modo mais simples de atender a esta recomendação é resgatar e fazer as capacitações nas Suprams sobre diversos temas com a maior frequência possível, bem como ministrar o tema “conflitos de interesses para agentes públicos e empreendedores” durante alguma dessas capacitações. Pelo exposto, em que pese o histórico informado pelo órgão de realização de capacitações, não se evidenciou a implementação efetiva da recomendação, tendo sido informada apenas a intenção em se resgatar e realizar as capacitações nas regionais com maior frequência, bem como inserção do tema relacionado a conflito de interesses em capacitações; todavia, não tendo sido apresentadas evidências de que tais capacitações efetivaram-se. Por isso, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.</p> <p>Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.</p>

Título da ação – SEMAD		
7	Avaliação acerca das equipes multidisciplinares responsáveis pela análise de processos de licenciamento ambiental – em especial, os servidores que emitiram Parecer Único e efetuaram lavratura de auto de fiscalização – pertinente ao empreendimento Barragem I, integrante do Complexo Mina Córrego do Feijão, localizado no município de Brumadinho-MG e operado pela Vale S/A, a fim de se verificar se existem riscos e/ou vulnerabilidades que poderiam vir a comprometer o desempenho do Sisema na execução desta atividade finalística Nota de Auditoria 1370.1238.19 Data: 17/12/2019 SEI: 1520.01.0008205/2019-38	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	7) Estabelecer política de gerenciamento de riscos relacionados à prevenção de corrupção e fraude nos processos de licenciamento ambiental;	Em relação à recomendação 7, informou-se: Entende-se que a implementação do Plano de Integridade promoverá o objetivo deste item. Ademais, no âmbito do gerenciamento de riscos, foi ministrado curso pela CGE, com o objetivo de disseminar a cultura do mapeamento, redução e mitigação de riscos envolvidos nas atividades desenvolvidas pelas equipes, do qual participaram todos os gestores da SEMAD. Pelo exposto, considerou-se a recomendação “não implementada, com medidas em curso”.  Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
8	Apuração de denúncia acerca de recebimento a maior de valores de diárias de viagem; inserção de dados falsos em sistema informatizado; gasto antieconômico de combustível; e uso indevido de veículo oficial Nota de Auditoria 1370.0326.20 Data: 27/03/2020 SEI: 1370.01.0008237/2019-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	2) Recomenda-se que, considerando a necessidade de utilização de veículo oficial por longas distâncias, a exemplo do trajeto entre os municípios de Montes Claros e Belo Horizonte – cerca de 427 km, fonte: Google – a viagem seja realizada prioritariamente por meio da utilização de veículos locados, de modo a preservar a frota própria do órgão.	No que tange à recomendação 2, consta no Memorando.SEMAD/SUAFI.nº 118/2020, que para os deslocamentos do superintendente da regional norte para as reuniões em Belo Horizonte, a recomendação da Diretoria Regional de Administração e Finanças do Norte de Minas/Setor de Transportes sempre foi a liberação de veículos locados; mas em ocasiões específicas, conforme indisponibilidade dos mesmos ou pela solicitação do Superintendente e justificativas apresentadas para a solicitação de veículos de carga (camionetes) - levar ou buscar processos de licenciamento ambiental - levar ou buscar materiais - levar ou buscar equipamentos - são liberados veículos próprios de propriedade do Estado, que possuem capotas de proteção na carroceria. Informou-se ainda, que atualmente as camionetes locadas lotadas na Supram Norte de Minas, não possuem capotas de proteção na carroceria, o que impede o transporte de alguns itens (riscos de furto, perda, danificação e perecibilidade).
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	1) Após finalização dos procedimentos realizados no âmbito correcional, caso reste configurada/comprovada a irregularidade praticada pelo servidor, recomenda-se que sejam promovidas medidas de ressarcimento quanto aos valores recebidos a maior, a título de diárias de viagem; bem como os valores relacionados aos gastos com combustível pertinentes aos deslocamentos entre Belo Horizonte – Betim – Belo Horizonte.	Encaminhamento para o Núcleo de Correição Administrativa (Nucad) do Sisema para verificação quanto ao cabimento de instauração de procedimento correcional, tendo sido emitido o Relatório Preliminar de Correição 1370.0410.21 o qual recomendou pela instauração de Processo Administrativo Disciplinar. PAD instaurado em 20/05/2021, por meio da Portaria SUTAF 02/2021. Assim, é necessária a conclusão do PAD para que se possa verificar a pertinência e necessidade em se implementar a recomendação 1.  O PAD encontra-se em instrução até o encerramento do exercício de 2022.

Título da ação – SEMAD		
9	<b>Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu</b> <b>Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20</b> Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>1) Embora não tenha sido identificada a presença, no processo n. 05030000046/15, da documentação específica exigida em caso de aproveitamento de material lenhoso, elucidar se foi comprovada pelo requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural a origem do material (se legal ou ilegal). Caso não tenha sido comprovada a origem do material lenhoso – de que dispõe o item anterior (recomendação “3.3”) – verificar pertinência de serem tomadas medidas em prol da apuração da origem do material. Caso tenha sido demonstrada a origem, enviar comprovação à UICI; Em caso de origem ilegal (pertinente ao disposto nas recomendações “3.3” e “3.4”), esclarecer e comprovar se houve lavratura e respectiva quitação do auto de infração. Caso não tenha havido, verificar pertinência de se proceder à lavratura do auto de infração em desfavor do requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</p> <p>2) Elucidar se houve apresentação de Plano de Manejo Florestal ao órgão ambiental – nos termos da Portaria IEF n. 191/2005; Resolução Conjunta Semad/IEF n. 1.804/2013; Resolução Conjunta Semad/IEF n. 1.905/2013 – concernente aos processos de intervenção ambiental analisados nesse trabalho (tabela 1), ainda que não tenham sido apensados ao processo. Em caso afirmativo, proceder à autuação do documento no respectivo processo e enviar comprovação à UICI; Caso tenha sido apresentado o Plano de Manejo Florestal – conforme disposto no item anterior (recomendação “3.6”) – esclarecer e comprovar se houve fiscalização e monitoramento, realizado pelo órgão ambiental, da execução do respectivo plano;</p> <p>3) Considerar pertinência em se proceder à revisão técnica dos processos de intervenção ambiental analisados nesse trabalho (tabela 1), de modo a apurar se a área requerida à intervenção seria composta – em momento anterior à intervenção ambiental – por vegetação nativa primária ou secundária em estágios médio ou avançado de regeneração, identificando, desse modo, quais processos deveriam ter apresentado o Plano de Manejo Florestal. Enviar à UICI a relação dos processos que deveriam ter apresentado o Plano de Manejo; Mediante identificação dos processos que deveriam ter apresentado o Plano de Manejo Florestal (de que se trata a recomendação “3.8”), julgar razoabilidade de averiguar se houve adoção de alguma prática de manejo florestal sustentável na área que foi intervinda pelo requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</p> <p>4) Ponderar quanto à aferição ou estimativa de potenciais prejuízos/danos causados ao meio ambiente, nos casos em que não houve apresentação de Plano de Manejo Florestal e tampouco adoção de medidas de manejo sustentável pelo requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural – consoante recomendações “3.8” e “3.9” – e, conseqüentemente, quanto à proposição de medidas mitigadoras e/ou compensatórias dos possíveis impactos causados pela ausência de manejo florestal sustentável;</p>	<p>Por meio do Relatório de Avaliação de Efetividade nº 1370.0516.20, o qual pretendeu avaliar a pertinência das considerações apresentadas e a efetividade das ações implementadas pela Semad e IEF, diante das recomendações contidas no Relatório de Auditoria nº 1370.0606.18, emitido em 14/05/2018, verificou-se quanto à implementação das recomendações n. 1, n. 2, n. 3, n. 6, n. 7, n. 8, n. 9, n. 12, n. 13, n. 14, n. 15 e n. 16, cuja responsabilidade de implementação seria da Semad.</p> <p>Não obstante, em 05/02/2021, a Semad encaminhou a essa Controladoria Setorial, o Memorando.SEMAD/GAB.nº 70/2021 (documento 25082319, processo SEI 1520.01.0001594/2018-58), por meio do qual foi enviado o Memorando.SEMAD/SUFIS.nº 16/2021, o qual apresentou o Relatório Final e demais documentos anexos, referentes às fiscalizações promovidas pela Diretoria Regional de Fiscalização Ambiental do Leste Mineiro – DFISC LM na Operação Extraordinária de Fiscalização – DAIA's Manhuaçu, bem como Memorando.SEMAD/SEFIS.nº 7/2021, para a atualização das implementações</p>



Título da ação – SEMAD		
9	<b>Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu</b> <b>Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20</b> Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>6) Esclarecer se houve formalização, pelo proprietário do imóvel rural, de documento autorizativo quanto ao uso do fogo ou se foi apresentado Boletim de Ocorrência ou, até mesmo, se tais documentos foram exigidos ao proprietário pelo órgão ambiental, pertinente à detecção de vegetação queimada na propriedade denominada “Córrego das Palmeiras” (Martins Soares/MG) no âmbito do processo n. 05030001041/11, haja vista que não houve menção, no anexo III do Parecer Único, a respeito da apresentação de tais documentos. Ademais, sendo o caso, verificar admissibilidade em se proceder à autuação do proprietário;</p> <p>7) Elucidar (e caso seja necessário, promover análise técnica) se o volume de produto/subproduto florestal/vegetal, autorizado por meio dos DAIAs listados a seguir, foi estimado de maneira condizente com a vegetação existente na propriedade em momento anterior à vistoria técnica, tendo como base o estágio de regeneração da vegetação detectado por meio dos Relatórios de Fiscalização (...)</p> <p>8) Esclarecer (e caso seja necessário, promover análise técnica), se o volume de produto/subproduto florestal/vegetal, autorizado por meio do DAIA n. 25244-D (processo n. 05030000139/13), foi estimado de maneira correta no Parecer Técnico – anexo III do Parecer Único – considerando a área restante a ser explorada de 3,40 ha, conforme evidenciado no Relatório de Fiscalização n. 37/2017 (item 2.2.5).</p> <p>9) Promover revisão técnica dos cálculos que embasaram as cobranças pertinentes à taxa florestal, reposição florestal e vistoria, no âmbito dos processos de intervenção ambiental analisados nesse trabalho (tabela 1); Se os cálculos, a que se refere o item “a”, forem considerados corretos, apresentar à UICI a memória de cálculo concernente a cada taxa (taxa florestal, reposição florestal e vistoria), bem como o respectivo embasamento legal;</p> <p>11) Haja vista a ausência de informação acerca da utilização de uso pretendido no requerimento dos processos listados no item 6.1, ponderar acerca da possibilidade de efetuar vistoria nas propriedades rurais relacionadas a estes processos (ou, no mínimo, promover análise por meio de imagens de satélite da propriedade, caso seja viável), no intuito de verificar qual a destinação de uso do solo de fato efetivada nas áreas intervindas autorizadas, apurando-se, ainda, se o uso do solo foi/está sendo condizente com a utilização de uso pretendido autorizada no DAIA; Verificar pertinência de proceder à autuação dos proprietários dos imóveis rurais, caso sejam detectadas infrações no âmbito da verificação de que trata a recomendação “3.25”.</p> <p>12) Esclarecer se foram tomadas providências pelo órgão a respeito do não aproveitamento socioeconômico do material lenhoso evidenciado por meio dos Relatórios de Fiscalização elencados no item 6.2, nos termos do Decreto Estadual n. 44.844/2008, art. 86, anexo III, código 315. Em caso positivo, enviar comprovação à UICI. Em caso negativo, adotar providências cabíveis.</p>	das medidas realizadas pelo órgão. Além disso, visualizou-se demais documentações inseridas no processo SEI 1520.01.0001594/2018-58, o qual demonstraram também a implementação das recomendações n. 4 e n. 11.

Título da ação – SEMAD		
9	<b>Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRRA Manhuaçu</b> <b>Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20</b> Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>13) Elucidar se houve a quitação dos autos de infração (AI) listados abaixo: 1. AI n. 93044/2017; 2. AI n. 109377/2017; 3. AI n. 109378/2017; 4. AI n. 41072/2015; 5. AI n. 110304/2017.</p> <p>14) Esclarecer se foram adotadas medidas administrativas acerca da realização de intervenções ambientais não acobertadas por documento autorizativo detectadas por meio dos seguintes Relatórios de Fiscalização (...)</p> <p>15) Considerando-se que houve emissão e renovação do DAIA n. 22501-D (em 17/10/2012 e 16/05/2013, respectivamente) – processo n. 05030001002/11 – esclarecer (e caso seja necessário, proceder à revisão técnica) se a supressão de cobertura vegetal nativa constatada por meio do Relatório de Fiscalização n. 35/2017 ocorreu em período posterior a 16/12/2013 (validade do DAIA n. 22501-D após renovação em 16/05/2013);</p> <p>16) Proceder à revisão técnica dos processos listados na tabela 11 (e caso seja necessário, efetuar vistoria e fiscalização nas propriedades rurais), a fim de apurar se houve emissão de DAIA para intervenção ambiental relacionada à atividade de silvicultura, em desobediência à Resolução Semad n. 1.871/2013, especialmente no que tange ao processo n. 05030000286/14 pertinente ao qual se identificou inconsistência quanto ao “Plano de Utilização Pretendida” autorizado no respectivo DAIA (n. 29202-D) – agricultura (implantação de lavoura de café) – uma vez que se informou no PSUP, apresentado no âmbito do processo, que seria efetuado o plantio de mudas de eucalipto na área a sofrer a intervenção, sendo ponderado quanto a dificuldades inerentes ao plantio de café devido à topografia do local.</p>	
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	<p>5) Informar se existem medidas de autotutela legais, a serem aplicadas pelo órgão autorizador, pertinentes aos processos analisados, a exemplo da anulação de DAIAS autorizados com vícios insanáveis; em caso positivo, proceder às medidas cabíveis;</p> <p>10) Ponderar acerca de possíveis subestimativas de volume de produto/subproduto florestal autorizado nos DAIAS (conforme descrito na constatação 2, item 2.2), o que pode ter culminado, por consequência, em cálculos subestimados da taxa florestal e reposição florestal. Caso seja necessário, realizar análise técnica a este respeito.</p>	<p>Por sua vez, no que tange às recomendações n. 5 e n. 10, foram classificadas como “não implementadas, com medidas em curso”. Por meio de manifestação encaminhada pela Semad via Memorando.SEMAD/GAB.nº 1135/2021 (documento 38483936, processo SEI 1520.01.0007716/2021-43), o órgão solicitou dilação de prazo para encaminhamento de informações atualizadas acerca do cumprimento de tais recomendações.</p>



Título da ação – SEMAD		
9	Avaliação de Efetividade das recomendações emitidas no Relatório de Auditoria n. 1370.0606.18, acerca da avaliação da regularidade dos Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental (DAIA) no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRRA Manhuaçu Relatório de Avaliação de Efetividade 1370.0516.20 Data: 26/05/2020 SEI: 1520.01.0001594/2018-58	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Posicionamento de auditoria emitido em julho/2022. Para atualização do status da recomendação, a CSET irá verificar a pertinência da continuidade do monitoramento, dado o tempo transcorrido da emissão do documento, e, em sendo viável, irá enviar memorando solicitando atualização acerca de eventuais providências, para eventual emissão de novo posicionamento.

Título da ação – SEMAD		
10	<p><b>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</b>  <b>Nota de Auditoria 1370.1248.20</b>  Data: 17/11/2020  SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Não se identificou, até a emissão deste RACI/Final.	<p>Por meio do Memorando.CGE/CSET_SISEMA/NATI.nº 58/2022 (58535062), emitido em 28/12/2022, a CSET solicitou a atualização do Plano de Ação e apresentação das evidências das ações implementadas. O Plano de Ação foi atualizado em 13/01/2023 (documento 59227861).</p> <p>Será efetuada nova solicitação de informações à gestão da Semad para, se for o caso, nova atualização do Plano de Ação e apresentação de evidências.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>1) Promover o levantamento de riscos relevantes que possam impactar negativamente no processo de TAC;</p> <p>2) Elaborar um plano de ação para adoção de medidas que possam tratar os riscos mensurados, em consonância ao apetite a riscos a que o órgão estiver disposto a suportar. Com esse intuito, faz-se, nesta Nota de Auditoria, outras sugestões de procedimentos, não exaustivos, elencados abaixo, a serem adotados pela Semad que podem auxiliar na identificação e tratamento dos riscos no âmbito do processo de TAC;</p> <p>3) Mapear as atividades e respectivos objetivos, riscos e controles suficientes para o processo de TAC;</p> <p>4) Normatizar o fluxo relativo à concessão de TAC;</p> <p>5) Definir, de forma precisa, a competência de cada ator para celebração de TAC, considerando a hierarquia entre as unidades, abrangência territorial de cada unidade e esfera de atuação dos gestores delegados pela Resolução Semad n. 2.944/2020;</p> <p>7) Verificar a possibilidade de incluir no texto do TAC declaração de responsabilidade do gestor que pactuará o instrumento. De forma a constar que</p>	<p>Recomendações 1, 2 e 3: Consoante solicitação da Gestão, por meio do Memorando.SEMAD/GAB.nº 1111/2022 (53427321), emitido em 21/12/2022, o trabalho iniciado foi paralisado e será retomado tão logo a Instrução de Serviços, que está em trâmite no órgão, seja publicada e seus procedimentos sejam sedimentados. Considerou-se <b>Pendente de implementação, com medidas em curso</b>.</p> <p>Recomendação 4: Consoante informação contida no Plano de Ação, no âmbito da Asger/Suara a elaboração da IS, em que será implementada a ação, será finalizada em 31/01/2023, entretanto, como a IS irá congrega informações referente ao cumprimento de decisão judicial (ADI 1.0000.20.589108-8/002) assim será necessário enviar a referida IS para avaliação da ASJUR sobre a adequação da instrução a decisão proferida, procedimento o qual estamos estimado o prazo de 60 dias para sua efetivação. Considerou-se <b>Pendente de implementação, com medidas em curso</b>.</p> <p>Recomendação 5: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, a ação foi implementada por meio da Resolução 3.197, de 2022 publicada em 28/12/2022. Entretanto, a referida resolução trata, tão somente, de delegação de competências para celebração de TAC, e não adentra a competência e responsabilidades de cada ator no fluxo da celebração do instrumento. A CSET entende, portanto, que a implementação da ação está vinculada à recomendação nº 3 e 4, quando da implementação do mapeamento das atividades inerentes aos procedimentos do</p>

Título da ação – SEMAD		
10	<p><b>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</b>  <b>Nota de Auditoria 1370.1248.20</b>  Data: 17/11/2020  SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	o TAC fora celebrado consoante legislação, caso contrário poderá ser declarado nulo com responsabilização de quem o celebrou;	<p>TAC, motivo pelo qual considerou-se como <b>pendente de implementação, com medidas em curso.</b></p> <p>Recomendação 7: Consoante informação contida no Plano de Ação, no âmbito da Asger/Suara a elaboração da IS, em que será implementada a recomendação, será finalizada em 31/01/2023. Considerou-se como <b>pendente de implementação, com medidas em curso.</b></p>
<b>Recomendações não implementadas – Medidas Insuficientes</b>	<p>8) Instituir, por meio de normatização, a obrigatoriedade de que cada processo de TAC seja constituído de análise técnica e jurídica, previamente à celebração do instrumento;</p> <p>9) Incluir, quando da proposta de elaboração de normativas internas, como Manuais, Instruções de Serviço, Termo de Referência, acerca do processo de TAC, critérios e objetivos específicos e claros quanto à forma, ao prazo e aos procedimentos que devem ser executados para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo órgão ambiental estadual;</p> <p>11) Padronizar prazos, no âmbito dos TAC, para apresentação de comprovantes de interposição de defesa em face de auto de infração ou de pagamento dos valores das multas pecuniárias aplicadas, com a finalidade de garantir transparência e isonomia às partes requerentes, quando da celebração de TAC;</p> <p>13) Estabelecer, de forma clara e não genérica, prazo de vigência para cada instrumento celebrado. Nesse intuito, sugere-se a elaboração de cronograma para verificação dos itens pactuados, bem como seu efetivo cumprimento, de forma a minimizar os riscos do TAC não atingir sua finalidade, bem como não atender a legislação ambiental. Além disso, sugere-se que seja avaliada a possibilidade de se estabelecer um prazo máximo temporal objetivo e</p>	<p>Recomendação 8: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, a recomendação foi implementada por meio da Nota Técnica Suram 04/2021 (sei 44499468), que prevê as cláusulas necessárias e padrões a serem observados na celebração de TAC. Não se verificou, entretanto, a determinação de constar análise técnica + jurídica no documento referenciado. Considera-se a <b>recomendação não implementada, reiterando-a.</b></p> <p>Recomendação 9: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, a recomendação foi considerada implementada mediante publicação, em 28/12/2022 da Resolução 3.197/2022, que trata da delegação de competências. A recomendação da CSET consistiu em se propor a criação de controles internos para estabelecimento de prazo e procedimentos que devem ser executados para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta. Considerou-se insuficiente a medida implementada, uma vez que não deixa claro os critérios mencionados na recomendação. Considera-se a <b>recomendação não implementada, reiterando-a.</b></p> <p>Recomendação 11: Consoante manifestação contida no Plano de Ação, tal recomendação não possui pertinência com o processo de TAC, tendo em vista que "A apresentação de defesas no bojo de auto de infração lavrado pelo descumprimento da legislação ambiental é definida de forma normativa pelo Decreto 47.383, não cabendo a autoridade que celebrar o TAC alterar o prazo previsto na norma". Com devida vênica ao entendimento da área correspondente, A</p>

Título da ação – SEMAD		
10	Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Nota de Auditoria 1370.1248.20 Data: 17/11/2020 SEI: 1370.01.0029314/2020-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>padronizado a limitar a vigência dos TAC, em que pese as especificidades dos processos;</p> <p>15) Restringir o compromisso de ajuste à efetiva reparação ambiental causada pela atividade lesiva do empreendedor, considerando-se ser esta a finalidade primeira do TAC. Deve-se verificar a viabilidade/legalidade de suprimir o efetivo reparo ambiental por meio de doações de equipamentos intrínsecos ao funcionamento do órgão ambiental.</p>	<p>recomendação não pretendeu estabelecer prazos para interposição de defesa, e sim para apresentação do comprovante no âmbito do TAC, considerando-se, pois, que nos TACs mencionados na nota de auditoria, os prazos para apresentação destes variou entre 15 e 30 dias. <b>Reitera-se, pois, a recomendação.</b></p> <p>Recomendação 13: Consoante manifestação da gestão, a ação foi implementada por meio da Resolução 3.197, de 2022 publicada em 28/12/2022. Entretanto, a referida resolução não alcança os requisitos da recomendação proposta. Importa ressaltar que tal recomendação decorreu da análise de TACs em que não haviam o estabelecimento de limite máximo temporal objetivo quanto ao prazo de vigência dos TAC, portanto, sujeitos a se estenderem no tempo ou terem renovações de forma indefinida por meio de aditivos ou novos instrumentos, sob pena de não se atender a regularização e manter atividade danosa ao meio ambiente, contrariamente ao que orienta o Parecer AGE nº 15.793/2016. <b>Reitera-se, portanto, a recomendação.</b></p> <p>Recomendação 15: Consoante manifestação da Gestão no Plano de Ação a demanda foi considerada concluída, uma vez que a Nota Técnica Suram 04/2021 não prevê a destinação de bens, mas tão somente o ajuste para o desempenho da atividade produtiva até a efetiva regularização ambiental. Cumpre esclarecer que a recomendação advém da exemplificação de dois TACs celebrados a Semad e as empresas Cedro Mineração Ltda e Extrativa Mineral Ltda., em que constam a aquisição de microcomputador e licença de programa computacional. A CSET considerou como insuficiente a manifestação, e entende que a questão merece especial atenção, a exemplo da inclusão de uma cláusula específica, conforme a apontada na Nota de Auditoria, do INEA-RJ, a seguir: "6.12 - As medidas compensatórias só devem ser determinadas excepcionalmente, mediante fundamentação, e deverão promover efetiva compensação ecológica do bem lesado, não podendo ser utilizadas para obtenção de recursos financeiros</p>

Título da ação – SEMAD		
10	<p><b>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</b>  <b>Nota de Auditoria 1370.1248.20</b>  Data: 17/11/2020  SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		destinados a outros fins ou serem convertidas em doações de qualquer espécie. <b>Reitera-se, portanto, a recomendação.</b>
Parcialmente implementada, com medidas em curso	<p>6) Elaborar minuta padrão de TAC, com fins de minimizar divergências entre instrumentos similares e garantir maior segurança jurídica, de modo que sejam estabelecidas cláusulas mínimas obrigatórias que sejam imprescindíveis a qualquer TAC celebrado, ressalvado, assim, às ações pactuadas junto ao empreendedor, as quais deverão se atentar às especificidades do caso concreto, por exemplo, quais as medidas de mitigação deverão ser adotadas face ao dano ambiental praticado, em tipo, extensão, dentre outras questões envolvidas;</p> <p>10) Vedar expressamente, quando da normatização referente ao TAC, a possibilidade de ampliação de empreendimento ambiental por meio de TAC e/ou Termo Aditivo, sob pena de responsabilização do gestor que assim o celebrar;</p> <p>12) Revisar item de “Desobrigação do empreendedor em cumprir medidas ajustadas em caso de encerramento de atividade”, quanto a sua legalidade e necessidade, de mantê-lo enquanto cláusula dos TAC a serem celebrados entre Secretaria e empreendedor;</p> <p>14) Verificar a viabilidade legal, por meio de alteração de legislação ambiental, de vetar a celebração do TAC em casos de reiteradas infrações ambientais pelo solicitante empreendedor;</p>	<p>Recomendação 6: Consoante manifestação da gestão, foi implementada por meio da Nota Técnica Suram 04/2021 (sei 44499468), que prevê as cláusulas necessárias e padrões a serem observados na celebração de TAC. Considerando que a minuta de TAC será replicada na IS, a CSET considerou <b>parcialmente implementada</b> a recomendação, até que seja efetivamente publicada a IS que irá normatizar os procedimentos de TAC.</p> <p>Recomendação 10: Consoante manifestação da gestão, foi implementada por meio da Nota Técnica Suram 04/2021 (sei 44499468), considerando que a minuta de TAC será replicada na IS, a CSET considerou <b>parcialmente implementada</b> a recomendação, até que seja efetivamente publicada a IS que irá normatizar os procedimentos de TAC.</p> <p>Recomendação 12: Consoante manifestação da Gestão no Plano de Ação, a recomendação foi considerada implementada e concluída, considerando que a Nota Técnica Suram 04/2021 já ajustou as causas de desoneração de responsabilidade somente nos casos de casos fortuito ou força maior e a minuta de TAC será também replicada na IS. Com devida vênica ao entendimento exarado, esta CSET considera que tal previsão desoneração da responsabilidade de reparação merecem apreciação jurídica, de forma pontual, considerando-se, pois, que a responsabilidade por dano ambiental é objetiva (CF, 225, § 3.º e Lei 6.938/81, 14, § 1.º), sendo, portanto, o dano ambiental diverso do dano comum por gerar interesses difusos e indivisíveis, produzindo, assim, repercussão no nexo de causalidade entre a conduta e o dano ambiental. Assim, vê-se a necessidade de que tal causa de desoneração mereça ser melhor explicitada no normativo, em especial, quanto eventuais repercussões acerca da extensão dos riscos de acordo com cada atividade, e até onde vai a obrigação do administrado de se prevenir contra acontecimentos previsíveis, e em que medida o fato fortuito ou força maior</p>

Título da ação – SEMAD		
10	Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) Nota de Auditoria 1370.1248.20 Data: 17/11/2020 SEI: 1370.01.0029314/2020-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		são excludentes da responsabilidade ambiental. Ainda, considerando que as medidas serão efetivadas na IS que está em andamento, considera-se <b>parcialmente implementada a recomendação</b> .  Recomendação 14: Consoante manifestação da Gestão no Plano de Ação, será inserido no corpo da IS que no caso de descumprimento da legislação ou do próprio TAC, em casos de possíveis impactos ambientais, será vedada a celebração de TAC para o mesmo tomador. Considerou <b>parcialmente implementada a recomendação</b> .

Título da ação – SEMAD		
11	Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade Relatório de Auditoria 1370.1099.20 Data: 14/12/2020 SEI: 1520.01.0001531/2020-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	3) Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da SEMAD, como uma das formas de divulgação sobre o tema; 12) Atualizar o Planejamento Estratégico; 26) Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores da Semad;	Avaliação realizada em julho/2022, quanto ao cumprimento das recomendações

Título da ação – SEMAD		
11	<b>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade</b> <b>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</b> Data: 14/12/2020 SEI: 1520.01.0001531/2020-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações em implementação	<p>5) Definir as responsabilidades de controle interno e de prestação de contas das metas estabelecidas e as alcançadas para todos os cargos relevantes, considerando os objetivos e riscos da organização (...);</p> <p>6) Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão na SEMAD, cujas descrições precisam ser periodicamente revisadas para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos;</p> <p>7) Prever que a Unidade de Recursos Humanos defina e atualize periodicamente políticas para treinar, aconselhar, avaliar e reter pessoal na SEMAD;</p> <p>8) Definir um sistema de incentivos e recompensas que considere as múltiplas dimensões de conduta e desempenho dos servidores;</p> <p>9) Divulgar os objetivos individuais e de equipe, que devem ser definidos em termos mensuráveis, a todos os servidores;</p> <p>10) Realizar periodicamente pesquisa de clima organizacional;</p> <p>11) Revisar os objetivos e subobjetivos da SEMAD para a verificação de sua relevância e adequação com os processos, atividades e com as leis, regulamentos e padrões;</p> <p>13) Formalizar os Planos Tático e Operacional em consonância com o Planejamento Estratégico atualizado;</p> <p>14) Atualizar o Painel de Indicadores de modo a incluir todos os processos da SEMAD;</p> <p>15) Implantar uma Política de Gestão de Riscos na SEMAD;</p> <p>16) Identificar riscos que surgirem de fatores externos (...);</p> <p>17) Criar controles para prevenir e detectar fraudes;</p> <p>18) Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas;</p>	<p>A avaliação quanto a implementação das recomendações será efetuada no âmbito do segundo Ciclo de Avaliação de Controles em nível de Entidade, cujo relatório será emitido no primeiro semestre/2023. Assim sendo, considerou-se que tais recomendações estão “em implementação”.</p>



Título da ação – SEMAD		
11	Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade Relatório de Auditoria 1370.1099.20 Data: 14/12/2020 SEI: 1520.01.0001531/2020-07	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	<p>19) Conforme a conveniência e oportunidade, documentar por escrito todos os eventos e decisões relevantes para a SEMAD;</p> <p>20) Desenvolver e documentar por diversos mecanismos políticas e procedimentos para as atividades de controle dos processos significativos para os objetivos da Secretaria;</p> <p>21) Instituir mecanismos para periodicamente monitorar e atualizar os controles, mantendo todos os procedimentos realizados documentados e registrados;</p> <p>22) Realizar avaliações das atividades de controle de maneira periódica ou quando os sistemas e processos significativos para os objetivos da entidade forem modificados, efetuando mudanças quando forem identificados controles redundantes, obsoletos ou ineficazes.</p> <p>23) Desenvolver um plano que descreva claramente o programa de segurança da informação em nível de entidade;</p> <p>24) Estabelecer controles para prevenir ou detectar o acesso não autorizado;</p> <p>25) A partir da realização periódica da pesquisa de satisfação, criar indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas e, assim, identificar possíveis pontos de melhoria;</p> <p>27) Avaliar a conveniência e oportunidade de paulatinamente automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência;</p> <p>28) Realizar atividades de monitoramento de controle interno para identificar tendências e fazer a revisão periódica dessas atividades almejando assim a melhoria contínua dos controles;</p> <p>29) Criar indicadores de desempenho a fim de mensurar a efetividade das recomendações de auditoria implementadas.</p>	



Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDFAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Não se identificou, até a emissão deste RACI/Final	Por meio do Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, a CSET solicitou o encaminhamento de eventual atualização do Plano de Ação, considerando que a última atualização consta de 30/09/2022 (Sei nº 53960666), e a apresentação das evidências das ações implementadas. Não houve retorno até a emissão deste RACI. A CSET aguardará a resposta ao memorando supra mencionado para avaliação quanto ao cumprimento das recomendações.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	1) (...) recomenda-se que a Semad verifique a pertinência em incluir dispositivo, por exemplo, por meio da alteração da Resolução Conjunta nº 2.692/2018, que regulamente e deixe explícito quais atividades administrativas consistem em atos acessórios ao poder de polícia e podem consistir em objeto a ser pactuado no Plano de Fiscalização Individual (PIF, antigo “Plano de Trabalho”); e quais atividades não podem ser pactuadas no PIF por não terem qualquer relação com atos de fiscalização (...);	<p>Recomendação 1: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 02/07/2021 (ações 1 a 3); e de 02/07/2021 a 01/09/2021 (ação 4). Ação 1: Definir as atividades administrativas que consistem em atos acessórios ao poder de polícia que podem ser pactuadas no Plano de Fiscalização Individual – PIF; Ação 2: Definir as informações e/ou documentações que devem ser apresentadas como requisitos que devidamente comprovem que a atividade administrativa/acessória realizada está diretamente associada aos atos de fiscalização/vistoria pactuados no PIF; Ação 3: Definir as atividades administrativas que não podem ser pactuadas no PIF por não terem qualquer relação com atos de fiscalização; Ação 4: Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com as definições das medidas 1, 2 e 3.</p> <p>Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: Ações 1, 2 e 3: 08/03/2022 a 08/04/2022 – reuniões do Grupo de Trabalho instituído para deliberação e definição dos itens 1, 2 e 3; Ação 4: 01/06/2022 – publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p>

Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDFAF Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	2) Recomenda-se verificar pertinência em se incluir dispositivo que regulamente quanto à impossibilidade de que o PIF seja pactuado exclusivamente com atividades administrativas acessórias (...);	<p>Recomendação 2: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 01/09/2021. Ação 1: Definir a redação do dispositivo que regulamentará a impossibilidade do PIF ser pactuado exclusivamente com atividades administrativas acessórias; Ação 2: Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição da medida 1.</p> <p>Observação incluída no Plano de Ação pela Semad: “Quanto a definição de número ou percentual mínimo de atividades de fiscalização em campo que devem constar no PIF, como possível requisito necessário para atribuição da GDFAF, justifica-se não haver a necessidade de estabelecer esse percentual, tendo em vista que será normatizado que a atividade acessória pactuada no PIF terá que estar relacionada a uma atividade de fiscalização também pactuada no PIF. A depender da atividade de fiscalização desenvolvida, poderá haver, em algumas situações específicas, a realização de mais atividades acessórias que a atividade direta de fiscalização em campo. Não sendo possível, portanto, estabelecer um percentual mínimo para atividades de fiscalização em campo, sob pena de prejudicar os servidores que em razão da atividade exercida realizam mais atividades acessórias vinculadas a atividade de fiscalização em campo do que essa própria”. Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p>

Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	3) Recomenda-se pré-estabelecer e divulgar os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração, para quando da atribuição e revogação de GDAF; incluindo, até mesmo, critérios que forem necessários para dirimir situações de “empate”, devido ao atendimento dos mesmos critérios por mais de um servidor e não houver a possibilidade de atribuição da gratificação, dada sua limitação quantitativa (...);	<p>Recomendação 3: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 02/07/2021 (ações 1 e 2); e de 02/07/2021 a 01/09/2021 (ação 3). Ação 1: Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração para atribuição e revogação da GDAF; Ação 2: Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade para dirimir situações de empates; Ação 3: Incluir dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com as definições das medidas 1 e 2. Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	4) Recomenda-se também que, se em dado momento, (...), for necessário motivar atribuição ou revogação de GDAF cuja justificativa não se enquadre nos critérios previamente estabelecidos, que, no mínimo, seja determinado de modo obrigatório que a justificativa, fundamentação correspondente, seja publicada nos meios institucionais de comunicação do órgão, garantindo-se, mais uma vez, a lisura e transparência dos atos;	Recomendação 4: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 02/07/2021 (ações 1 e 2); e de 02/07/2021 a 01/09/2021 (ação 3). Ação 1: Definir a redação do dispositivo para motivar atribuição e revogação de GDAF cujas justificativas não se enquadrem nos critérios previamente estabelecidos na nova Resolução Conjunta que será publicada; Ação 2: Fazer constar na redação do dispositivo

Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>a obrigatoriedade da justificativa e sua fundamentação correspondente serem publicadas no Portal Trilhas do Saber; Ação 3: Incluir o dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição das medidas 1 e 2. Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	5) Recomenda-se que, tendo em vista a limitação quantitativa de GDAF, de modo a atender o mais próximo possível aos Princípios da Isonomia e Equidade, que a Semad verifique a pertinência em se adotar “rodízio” entre os servidores (...);	<p>Recomendação 5: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 01/09/2021. Ação 1: Definir os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração para o rodízio de GDAF entre os servidores; Ação 2: Incluir o dispositivo na nova Resolução, que alterará a atual Resolução Conjunta Semad/Feam/IEF/Igam nº 2.692/2018, com a definição da medida 1.</p> <p>Observação incluída no Plano de Ação pela Semad: “Quanto a recomendação para normatizar tempo máximo em que um servidor poderá usufruir da percepção da GDAF, bem como o respectivo período de vacância, antes da possibilidade de nova atribuição poderá descaracterizar a atribuição da GDAF como de interesse público, observado a conveniência e oportunidade da administração, fazendo com que as metas estabelecidas para percepção da gratificação não fossem executadas ao máximo, considerando que a revogação da GDAF ocorreria com o cumprimento ou descumprimento das metas pelo servidor. Considera-se ainda que a recomendação acima poderá</p>

Título da ação – SEMAD		
12	<b>Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF</b> <b>Nota de Auditoria 1370.1449.20</b> Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p><i>sofrer prejuízos na hipótese de impossibilidade de seu cumprimento, em razão das vedações impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal ou até mesmo diretrizes emanadas pela instância de governo do Poder Executivo estadual".</i></p> <p>Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação a publicação de nova resolução Conjunta.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>6) Recomenda-se, para fins de cumprimento ao Princípio da Transparência/Publicidade, especialmente quando da utilização dos recursos públicos, considerando-se o atual cenário correspondente aos servidores que estão usufruindo da percepção da gratificação que sejam publicados nos sítios eletrônicos institucionais: os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente; quais os critérios foram utilizados para atribuição da GDAF a cada um destes servidores, isto é, qual a motivação pela qual esses servidores possuem GDAF; quais os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídos aos servidores (GDAF ocupadas) e quais estariam disponíveis para atribuição (GDAF livres); quais os motivos pelos quais eventualmente existem GDAF disponíveis e por que não podem ser atribuídas nesse momento, por exemplo, devido a vedações impostas pela LRF; bloqueios; dentre outros;</p>	<p>Recomendação 6: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo no prazo de 03/05/2021 a 01/09/2021. Ação 1: Elaborar lista com os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente, informando a motivação ou critério da atribuição da GDAF ao servidor; Ação 2: Levantar os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídas aos servidores; Ação 3: Identificar as GDAs I e II que estão disponíveis/livres que podem ser atribuídas; Ação 4: Identificar as GDAs I e II disponíveis/livres que não podem ser atribuídas e justificar o motivo pelo qual elas não podem ser atribuídas; Ação 5: Publicar na página do site da SEMAD/IEF/FEAM/IGAM as informações das medidas 1 a 4; Ação 6: Definir a redação do dispositivo da nova Resolução Conjunta para que a administração tenha a obrigação de publicar as informações dos itens 1 a 4 sempre que houver atualização de atribuição ou revogação de GDAF I e II.</p> <p>Em março de 2022, o cronograma foi atualizado, conforme segue: prazo definido para até 01/06/2022 para publicação da nova Resolução Conjunta.</p>

Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 05/10/2022 a 20/12/2022, vislumbrando-se como produto final da ação publicação no Portal Trilhas do Saber das informações das ações pertinentes.</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>
<b>Recomendações não implementadas, com medidas em curso</b>	7) Recomenda-se verificar pertinência quanto à necessidade de promover capacitações/treinamentos a respeito das orientações e diretrizes a serem observadas relativas à GDAF, especialmente aos servidores e chefias que estiverem ingressando nos setores cujas atividades realizadas sejam passíveis de percepção da gratificação. Além da atualização/reciclagem de servidores mais experientes nesses setores;	<p>Recomendação 7: Inicialmente, estipulou-se a adoção das seguintes ações descritas abaixo, conforme cronograma especificado. Ação 1: Promover capacitações/treinamentos trimestrais sobre orientações e diretrizes relativas a GDAF a serem observadas pelos servidores que percebem GDAF e suas respectivas chefias imediatas; Ação 2: Promover capacitações/treinamentos trimestrais sobre orientações e diretrizes relativas a GDAF a serem observadas pelos servidores e suas respectivas chefias imediatas que estiverem ingressando nos setores cujas atividades realizadas sejam passíveis de percepção da gratificação.</p> <p>Cronograma das capacitações, atualizado em março de 2022: 02/06/2022 a 10/06/2022; 01/09/2022 a 16/09/2022; 01/12/2022 a 16/12/2022; 01/03/2023 a 17/03/2023.bbb</p> <p>Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para 21/12/2022 a 31/12/2022, e sucessivamente a cada três meses (02/2023, 05/2023, 08/2023).</p> <p>Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.</p>



Título da ação – SEMAD		
12	Avaliação dos controles existentes no que a tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF Nota de Auditoria 1370.1449.20 Data: 23/12/2020 SEI: 1520.01.0012205/2020-93	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	8) Recomenda-se verificar pertinência em se solicitar análise jurídica a respeito, de modo a resguardar e respaldar tomada de decisão pela gestão da Semad acerca se seria realmente devida a continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo de férias-prêmio. Ainda, caso o resultado da análise jurídica seja divergente do atual entendimento adotado, recomenda-se o atendimento às respectivas medidas saneadoras propostas no “Mapa de Constatações”, quais sejam: Promover medidas de ressarcimento ao erário, relativo ao período de recebimento indevido da gratificação, pela ex-servidora Â.M.P. – Masp. 1.020.723-1 (05 de fevereiro de 2016 a agosto de 2016); e promover medidas de apuração de responsabilidades.	Recomendação 8: Serão adotadas as seguintes ações descritas abaixo no prazo até 05/05/2021 (ação 1) e de 01/06/2021 a 01/10/2021 (ação 2). Ação 1: Elaborar consulta jurídica acerca da continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo férias-prêmio; Ação 2: Na hipótese do resultado da análise jurídica ser contrário à continuidade da percepção da GDAF quando o servidor estiver usufruindo férias-prêmio, promover as medidas de ressarcimento ao erário e as medidas de apuração de responsabilidades.  Em 30/09/2022 o cronograma foi novamente atualizado, tendo as ações transferidas para até 11/10/2022 e de 11/11/2022 a 30/12/2022, respectivamente.  Para atualização do status da recomendação, a CSET aguardará a resposta ao Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 178/2022 (SEI nº 58536586), emitido em 28/12/2022, em que se solicita a apresentação das evidências de implementação da ação.

Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	6.1) Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;	<p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292.</p> <p>"O gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos se deu por meio da atualização do texto do "Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022" (ID 58639178). Destaca-se , em especial, a respeito do tema, o quadro de fls. 34/37 do ID 58639178.</p> <p>Ademais, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. No texto da referida resolução foram incluídas medidas que possam mitigar os riscos relativos ao processo de formalização e que foram pontuados após a emissão da Nota de Auditoria 1038499 (e.g.: i) inclusão da forma e procedimento de aprovação de indicações decorrente de emendas parlamentares, que pendia de regulamentação e trazia dúvidas e questionamentos na praxe administrativa (Art. 2º, §§ 3º , 4º e 9º) ii) procedimentos a serem adotados pelos proponentes, no caso de convênios decorrentes de emendas parlamentares, de forma a evitar a não celebração e ocorrência de impedimento de ordem técnica (Art. 2º, §§ 1º e 2º ) iii) previsão expressa da responsabilidade e necessidade de emissão de checklist padrão para celebração de parceria ( Art. 2º,§ 5º e criação de modelo padrão conforme ID 58849052) iv) teor do parecer a ser emitido pela área técnica competente (Art. 2º, §§6º e 7º), v) necessidade de que os atores envolvidos realizem os atos respectivos no Sigcon/Saída (Art. 2º,§ 8º).</p> <p>Por fim, insta salientar que, como forma de melhorar o controle interno dos processos relativos a convênios de saída, foi criada a planilha seguinte: <a href="https://meioambientemg-my.sharepoint.com/:x/g/personal/fernanda_lacerda_meioambiente_mg_gov_br/EXjtF-Uegf5OtVjBdd207KQB9oiCQE_ODTtl1MJUaKp-ig?mail=rafael.machado%40meioambiente.mg.gov.br&amp;e=4%3ABMbn1A&amp;at=9&amp;CID=4a48ff6b-6045-fa2a-0bb3-0726af96ae85">https://meioambientemg-my.sharepoint.com/:x/g/personal/fernanda_lacerda_meioambiente_mg_gov_br/EXjtF-Uegf5OtVjBdd207KQB9oiCQE_ODTtl1MJUaKp-ig?mail=rafael.machado%40meioambiente.mg.gov.br&amp;e=4%3ABMbn1A&amp;at=9&amp;CID=4a48ff6b-6045-fa2a-0bb3-0726af96ae85</a>".</p>



Título da ação – SEMAD		
13	<b>Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas</b> <b>Nota de Auditoria 1038499</b> Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		Em que pese a não adoção da metodologia específica de gestão de riscos recomendada pela CGE, esta CSET entende que os controles preventivos informados pela gestão são pertinentes e podem colaborar para a melhoria dos controles internos, bem como, para a melhoria da gestão dos processos de Prestação de Contas dos Convênios de Saída. Considera-se, portanto, <b>implementada a recomendação, por meio de medidas alternativas.</b>
<b>Recomendações implementadas</b>	6.2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a: a) Incluir procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, que possam impactar no alcance dos objetivos do processo (em especial após realização da sugestão de procedimento sugerido no item 6.1 acima); b) Detalhar com maior precisão de informações o fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad – procedimentos que devem ser realizados, prazos, responsabilidades, dentre outros; c) Incluir mapeamento do fluxo dos processos, diagramando as atividades e permitindo melhor visualização do processo, facilitando a identificação de possíveis gargalos; além de propiciar melhor visualização de pontos de simplificação e otimização do processo; d) Atualizar as responsabilidades das unidades administrativas envolvidas na formalização dos instrumentos e análise de prestação de contas de convênios de saída, no âmbito da Semad, considerando, nesse sentido, a criação da Diretoria de Gestão de Parcerias – Digep com a vigência do Decreto Estadual 47.787/2019.	<p>No que tange à recomendação 2, também se estipulou a data limite de 16/05/2022 para implementação das seguintes ações:</p> <p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “a”:</p> <p>“Foi realizado o levantamento de todas as rotinas e atividades envolvidas na formalização e prestação de contas de convênios de saída. Ato contínuo, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178), o qual previu em todo seu texto procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos (e.g.: erros comumente ocorridos (fls. 36) e procedimentos mínimos a serem observados nas análises financeiras (fls.30/34), documentação mínima a ser observada e responsabilidade das diretorias respectivas nos processos de celebração (fls. 6/27)).” <b>Considera-se implementada a recomendação.</b></p> <p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “b”:</p> <p>“As informações do fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad foram revistos e pontuados. Ato contínuo, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e</p>

Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		<p>Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178), que trouxe, em fls. 29 o fluxograma a respeito do tema, e fls. 30/34 um quadro com todo o procedimento e riscos afetos ao processo de análise de prestação de contas de convênio." <b>Considera-se implementada a recomendação.</b></p> <p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “c”:</p> <p>"As informações do fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad foram revistos e pontuados. Ato contínuo, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178), que trouxe, em fls. 29 o fluxograma a respeito do tema, e fls. 30/34 um quadro com todo o procedimento e riscos afetos ao processo de análise de prestação de contas de convênio." <b>Considera-se implementada a recomendação.</b></p> <p>Consoante informações prestadas no Plano de Ação, sei nº 58849292, referente ao item “d”:</p> <p>"As responsabilidades das unidades administrativas foram atualizadas, em conformidade com as alterações legislativas ocorridas recentemente. Assim, foi elaborada a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3160, DE 16 DE AGOSTO DE 2022 (ID 58639131), a qual alterou a Resolução Semad nº 2.704, de 5 de outubro de 2018, que regulamenta, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a formalização e prestação de contas de convênios de saída por meio eletrônico. Também foi elaborado e publicado o “Manual de Instrução para Formalização e Prestação de Contas de Convênios de Saída de Recursos da Semad– Ano 2022” (ID 58639178). E.g.: Em fls. 14 do manual consta que os processos respectivos serão encaminhados à Diretoria de Gestão de Parcerias-DIGEP, a qual será</p>

Título da ação – SEMAD		
13	Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas Nota de Auditoria 1038499 Data: 03/09/2021 SEI: 1520.01.0006714/2021-34	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
		responsável pela formalização do respectivo termo, consoante art. 45 do Decreto Estadual nº 47.787/2019". <b>Considera-se implementada a recomendação.</b>

Título da ação – SEMAD		
14	Avaliação da gestão patrimonial da Semad, no que tange ao exercício de 2020 Nota de Auditoria 1124293 Data: 23/12/2021 SEI: 1520.01.0012520/2021-24	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Recomendamos (5) a adoção de providências para regularizar a alteração de titularidade dos veículos objetos do Termo de Permissão de Uso celebrado com a COPASA, incorporados ao patrimônio da Semad em razão da última Reforma Administrativa, instituída pela Lei Estadual 23.304/2019.	Por meio do Plano de Ação (sei nº 59002659), atualizado em 06/01/2023, a unidade técnica correspondente informou que foram emitidos os CRLVs 58658299, 58801230, 58801360, 58801449, 58801535, 58801578, 58801804, 58802067, e Termo de Apostilamento ( 10646643), que alterou a titularidade do Termo de Permissão de Uso. <b>Considera-se implementada a recomendação.</b>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendamos (1) que a Semad defina e apresente um Plano de Ação para regularização das pendências encontradas, e apresente o inventário completo para a regularização patrimonial do órgão;</p> <p>Recomendamos (2) o aprimoramento e/ou instituição de controles internos efetivos no âmbito da adoção de procedimentos administrativos – como a elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – observando-se por exemplo procedimentos definidos pelo Decreto Estadual nº 45.242/2009;</p> <p>Recomendamos (3) a implementação de normas e procedimentos internos de prevenção e proteção ao patrimônio do órgão – como a elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – bem como a realização de treinamentos e orientações – divulgações constantes das normas e procedimentos – aos detentores das cargas patrimoniais do órgão.</p> <p>Recomendamos (4) o aprimoramento e/ou instituição de controles internos efetivos no intuito de identificar e monitorar a qualidade das plaquetas de patrimônio, evitando que elas fiquem gastas, danificadas ou perdidas, bem como realizando as devidas trocas de plaquetas em momento oportuno, isto é, assim que identificado qualquer dano na plaqueta ou a perda dela.</p>	<p>Por meio do Plano de Ação (sei nº 59002659), atualizado em 06/01/2023, a unidade técnica correspondente propôs as ações e prazos seguintes:</p> <p>Recomendação 1: Acompanhamento para a efetiva localização dos bens desaparecidos, e regularização. Não sendo localizado serão adotadas as providências referentes ao art.57, Decreto nº 45.242/2009. Cumprimento do Inventário Eventual para Transferência de Responsabilidade. Identificação dos bens sem patrimônio. Prazo: de 02/01/2023 a 31/01/2023.</p> <p>Recomendação 2: Elaboração de manuais, manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – observando-se o disposto no Decreto Estadual nº 45.242/2009.</p> <p>Recomendação 3: Elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – bem como a realização de treinamentos e orientações – divulgações constantes das normas e procedimentos – aos detentores das cargas patrimoniais do órgão. Prazo: de 02/01/2023 a 28/02/2023.</p> <p>Recomendação 4: a) Instituição de controles internos para manter a qualidade plaquetas de patrimônio. Prazo: 01/02/2023 a 28/02/2023; b) Avaliar a qualidade das plaquetas de patrimônio e se necessário substituir. Prazo: 28/02/2023 a 31/05/2023.</p>

Título da ação – SEMAD		
15	Avaliação da gestão patrimonial do Fhidro, no que tange ao exercício de 2020 Nota de Auditoria 1124301 Data: 23/12/2021 SEI: 1520.01.0012521/2021-94	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	Não se identificou, até a emissão deste RACI.	O Plano de Ação, documento sei nº 59171180, foi atualizado em 12/01/2023, e os prazos para implementação das ações propostas estão vigentes.
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendamos (1) que as pendências relativas ao inventário do Fhidro referente ao exercício de 2020 sejam contempladas, verificadas e consolidadas quando da realização do inventário pertinente a 2021. Após consolidação do inventário, recomenda-se a proposição de Plano de Ação contemplando medida a ser adotada, prazo e responsável, para saneamento das ocorrências e pendências, caso identificadas, a exemplo de bens não localizados, bem como quanto à necessidade de regularização da gestão patrimonial dos bens imóveis;</p> <p>Recomendamos (2) que a Semad, em conjunto com o IEF, adote providências quanto à obtenção das informações necessárias relativas aos processos judiciais de desapropriação pertinentes a regularização fundiária dos bens imóveis adquiridos por meio da utilização de recursos do Fhidro; no intuito de sanear e adequar os saldos físico e contábeis nas unidades FHIDRO/SEMAD e FHIDRO/IEF, promovendo a conciliação entre os saldos, além da localização e adequado registro de informações dos bens imóveis;</p> <p>Recomendamos (3) que sejam adotadas providências no intuito de aprimorar e/ou instituir controles internos efetivos no âmbito da gestão dos bens móveis e imóveis – como a elaboração de manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões;</p> <p>Recomendamos (4) que sejam adotadas providências no intuito de aprimorar e/ou instituir controles internos efetivos no âmbito da gestão da informação, de modo a evitar dificuldades na localização de informações que sejam pertinentes a tomadas de providências e/ou decisões;</p>	<p>Por meio do Plano de Ação (sei nº 59002659), atualizado em 12/01/2023, a unidade técnica correspondente propôs as ações e prazos seguintes:</p> <p>Recomendação 1: Acompanhamento para a efetiva localização dos bens desaparecidos, e regularização. Não sendo localizado serão adotadas as providências referentes ao art.57, Decreto nº 45.242/2009. Cumprimento do Inventário Eventual para Transferência de Responsabilidade. Identificação dos bens sem patrimônio. Prazo: de 02/01/2023 a 31/01/2023. Prazo: 02/01/2023 a 31/03/2023.</p> <p>Recomendação 2: Determinar ao IEF a elaboração de plano de ação e cronograma para identificação gradativa e registro dos imóveis. Na medida que houver o registro o IEF deverá comunicar a Semad que procederá com o ajuste contábil. Referências: Relatório de Consolidação do Inventário de Materiais Permanente SEMAD/DICOF - COMISSÃO FHIDRO nº. 23960604/2021; Ofício SEMAD/SUAFI nº. 1/2021 (24184344); Ofício SEMAD/SUAFI nº. 84/2022 (48215099). Prazo: 01/03/2023 a 31/12/2023.</p> <p>Recomendação 3: Elaboração de manuais, manuais, instruções de serviço e/ou procedimentos operacionais padrões – observando-se o disposto no Decreto Estadual nº 45.242/2009. Prazo: 02/01/2023 a 15/02/2023.</p> <p>Recomendação 4: Instituição de controles internos efetivos no âmbito da gestão da informação. Prazo: 15/02/2023 a 30/06/2023.</p>

Título da ação – SEMAD		
15	Avaliação da gestão patrimonial do Fhidro, no que tange ao exercício de 2020 Nota de Auditoria 1124301 Data: 23/12/2021 SEI: 1520.01.0012521/2021-94	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
	Recomendamos (5) que sejam ofertados treinamentos e orientações visando à adequada, efetiva e eficaz gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis.	Recomendação 5: Elaboração de treinamentos e orientações visando à adequada, efetiva e eficaz gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis, em observância ao disposto no Decreto nº 45.242/2009 e 46.467/2014. Prazo: 15/02/2023 a 30/06/2023.

Título da ação – SEMAD		
15	<p>Avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021.</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1286277</p> <p>Data: 16/08/2022</p> <p>SEI: 1520.01.0006095/2022-60</p>	
STATUS	RECOMENDAÇÃO	OBSERVAÇÕES
Recomendações implementadas	<p>Recomendação nº 3: Que os agentes públicos contratados, que estejam atuando em atividades de regularização, sejam remanejados para atividades exclusivamente vinculadas à constatação, reparação ou compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem, até que seja emitida manifestação jurídica mencionada no tópico anterior.</p>	<p>Recomendação 3: Mediante Plano de Ação Encaminhado (Sei nº 53891410), objetivando-se “Garantir a legalidade da atuação até que seja emitida convalidação dos atos e manifestação sobre alcance da atuação”, a ação efetuada consistiu em “determinação interna de atendimento exclusivo aos processos descritos no Acordo, conforme Promoção AGE nº 31142980/2021/CJ/AGE-AGE. Considera-se <b>implementada a recomendação</b>, ressaltando que a verificação poderá ser reiterada em novos ciclos de avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95.</p>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<p>Recomendação nº 1: Conforme discorrido na resposta ao questionamento feito por esta CSET, que o setor responsável apresente a convalidação das ações realizadas pelos agentes públicos, no âmbito dos processos de regularização nºs 00103/1981/088/2015 e 29925/2014/007/2019, das empresas CSN Mineração S.A. e Concessionária da Rodovia MG – 050 S/A – PA, respectivamente, junto com o Comitê Pró-Brumadinho.</p> <p>Recomendação nº 2: Caso a autoridade julgue pertinente, que seja submetido à apreciação jurídica o entendimento adotado pela Suppri, de modo a aclarar se atividades de licenciamento dentro da bacia do Rio Paraopeba abarcam a ampliação da atuação dos agentes públicos contratados.</p>	<p>Recomendação 1: Mediante Plano de Ação Encaminhado (Sei nº 53891410), objetivando-se “Convalidar as ações desenvolvidas pelos agentes públicos em processos de regularização ambiental na bacia do Rio Paraopeba e que se relacionem, direta e indiretamente, com os impactos avaliados/registrados em face do rompimento da barragem B1.”, a unidade técnica correspondente propôs “Apresentar ao Comitê Pró-Brumadinho as ações desenvolvidas e seus desdobramentos, de modo a estabelecer as relações entre as atividades”, tendo sido estabelecido o prazo de 30/10/2022. Até a emissão deste RACI não foram apresentadas evidências quanto ao atendimento, motivo pelo qual considerou-se <b>não implementada, com medidas em curso</b>.</p> <p>Recomendação 2: Mediante Plano de Ação Encaminhado (Sei nº 53891410), objetivando-se “Avaliar a amplitude legal da atuação dos agentes públicos, de forma complementar à Promoção AGE nº 31142980/2021/CJ/AGE-AGE já emitida”, propôs-se “Realizar consulta complementar à Asjur/AGE”, tendo sido estabelecido o prazo de 30/10/2022. Até a emissão deste RACI não foram apresentadas evidências quanto ao atendimento, motivo pelo qual considerou-se <b>não implementada, com medidas em curso</b>.</p>



Tabela 6B – Status das recomendações emitidas pela CSEC da Feam

Título da ação – FEAM	Status	Especificação das recomendações, por status
Avaliação da Gestão Patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)  Relatório de Auditoria: 111555-0  Data: 07/12/2021	Recomendações emitidas e implementadas	Subdividir a unidade gabinete a nível de núcleos.  Realizar levantamento de documentos de cessão / permissão de uso e registros desatualizados, bem como criação de controle.  Criar cronograma de implementação e monitoramento das ações de patrimônio.  Adoção de processo administrativo, conforme definido pela Resolução Seplog nº 37/2010 e pelos Decretos Estaduais nº 45.242/2009 e nº 47.622/2019, para apuração dos fatos e levantamento de dados e informações, com vistas a subsidiar esta CSEC e o NUCAD na elaboração de pareceres.  Criar comunicados via ASCOM para buscar identificar sua localização; oficiar unidades administrativas regionais da SEMAD, IEF e IGAM solicitando que verifiquem in loco a existência do bem em sua unidade.  Identificar processos realizados e adotar ações para formalização, caso não possua.  Criar pesquisa de satisfação dos usuários externos.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam
Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I)  Relatório de Auditoria: 1370.0023.21	Recomendações emitidas e implementadas	Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes.  Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema.



<b>Título da ação – FEAM</b>	<b>Status</b>	<b>Especificação das recomendações, por status</b>
Data: 30/12/2020		<p>Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão na Feam, e promover revisão periódica para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos.</p> <p>Ampliar a atuação ética com realização de treinamentos, divulgação das normas adotadas sobre conduta ética para todos os servidores.</p> <p>Desenvolver um programa ou processo definido para avaliar o desempenho dos servidores com relação à conduta ética.</p> <p>Atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualizar quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração etc).</p> <p>Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores da Feam.</p>
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam
<p>Consultoria – Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM</p> <p>Relatório de Auditoria: 1252580/2022</p> <p>Data: 31/08/2022</p>	Recomendações emitidas e implementadas	Alinhamento da Procuradoria da FEAM junto à Advocacia Geral do Estado para que os processos com discussão judicial fiquem arquivados junto a unidade responsável, até o seu julgado.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam
Licenciamento Ambiental no âmbito do Sisema de Barragens operadas pela Samarco S/A – Barragem de Santarém	Recomendações emitidas e implementadas	Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança – Santarém

<b>Título da ação – FEAM</b>	<b>Status</b>	<b>Especificação das recomendações, por status</b>
Relatório de Auditoria: 1370.1431.17  Data: 11/10/2017		Elucidar se foi apresentada ao órgão ambiental pela Samarco, a Declaração de Condição de Estabilidade relativa ao ano de 2007 e, caso não tenha sido apresentada, ponderar quanto à pertinência em se proceder à autuação em desfavor da Samarco S/A.
	Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Não constam

**Notas – Ações FEAM:**

Importante ressaltar que diversas recomendações contidas nos planos de ação referente aos Relatórios de Auditoria 111555-0 e 1370.0023.21 tiveram os prazos de implementação alterados por solicitação da gestão da FEAM.

Acerca do Relatório de Auditoria 111555-0, algumas recomendações forem entregues antes do prazo de implementação (segundo semestre de 2022) e outras, postergados para o segundo semestre de 2022 devido à alteração de pessoas na equipe da Gerência de Logística, Compras e Contratos (GELOG), como mudança de pessoas e férias-prêmio.

Acerca do Relatório de Auditoria 1370.0023.21, devido à revisão do Plano de Integridade do Sisema e muitas das recomendações serem atendidas na referida revisão, foi solicitada a alteração dos prazos de implementação para o fim de 2023.

**Tabela 6C – Status das recomendações emitidas pela CSEC do IEF**

<b>1) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2100.5045.12 <b>Data:</b> 24/09/2012 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 2100.01.0001613/2018-23	<b>Ação:</b> Avaliação da conformidade dos processos de Reposição Florestal geridos pelo IEF	
Status	Recomendação	Observação
Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado	Recomendação 8.8 - Adotar providências quanto à ausência de Ação de cobrança administrativa junto aos inadimplentes de outros débitos em aberto no montante de R\$ 40.980.326,07 (quarenta milhões, novecentos e oitenta mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), em 24/08/2012, de 23 empresas que firmaram Termos de Ajustamento de Conduta	O Relatório de Auditoria nº 2100.5045.12 <sup>1</sup> foi elaborado pela então Superintendência de Auditorias e Tomadas de Contas Especiais, da CGE, e o monitoramento da recomendação nº 8.8 foi solicitado pelo Corregedor-Geral, considerando o potencial de dano ao erário. As tratativas estão sendo efetuadas por meio do Processo SEI/IMG nº 2100.01.0001613/2018-23, por meio do qual a CSEC tem monitorado o cumprimento da recomendação, conforme Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 232/2020, de 18/11/2020 (21968496), que reitera as solicitações realizadas em 08/01/2018 (1233833), 05/10/2018 (1938280), em 27/04/2020 (13716479) e em 21/01/2021 (24160165) e em 19/07/2022 (49954915), acerca da situação atual dos débitos em aberto apontados no Relatório de Auditoria nº 2100.5045.12, emitido pela CGE no ano de 2012. Não houve, até a emissão deste RACI, resposta acerca das reiteradas solicitações.

<b>2) Documento:</b> Nota /Procedimento Preliminar de Correição <b>Nº:</b> 1370.1336.16 <b>Data:</b> 14/09/2016 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005874/2020-19	<b>Ação:</b> Medidas de gestão – Operação Diamante Negro	
Status	Recomendação	Observação
<b>Recomendação Implementada</b>	Recomendação 1 - Verificar a viabilidade jurídica de lavratura dos autos de infração não lavrados no âmbito da Operação Diamante Negro, em observância à segurança jurídica em que o caso requer; havendo viabilidade, que sejam lavrados os autos de infração para as 56 empresas consumidoras de produto/subproduto vegetal de origem inidônea.	<p>A Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas – DCRE, mediante <b>Nota Técnica nº 2/IEF/DCRE - DIREÇÃO/2021, de 19/12/2021</b> (SEI nº 39579704), <b>Anexo nº NOTA TÉCNICA 2/IEF/DCRE - DIREÇÃO/2021, de 20/12/2021</b>, (SEI nº 39656519), e Nota 01 - IEF/GERAF, de 17/03/2022 (SEI nº 41614786), manifestou-se quanto às recomendações propostas pela CSEC, conforme relatos, a seguir.</p> <p>Recomendação 1: Consoante manifestação da DCRE, a atuação administrava no tocante à responsabilização no âmbito administrativo ambiental não estaria devidamente respaldada, de forma que qualquer medida tendente a imputar cobranças ou infrações poderiam vir a ser consideradas como abuso ou desvio de poder em relação às empresas apontadas, em razão de eventualmente não cumprir algum aspecto jurídico da atuação administrava. Que a análise dos processos que foram instruídos para atender a recomendação de lavratura de autos de infração permite verificar que faltam elementos para lastrear a conduta administrava desta Instituição relativa ao dever de exercício do Poder de Polícia ambiental. Assim sendo, considerando-se o posicionamento exarado da área técnica competente, entende-se que a verificação quanto a viabilidade técnica-jurídica de lavratura dos autos de infração foi perseguida, sem, contudo, ter sido demonstrado viável a atuação do Poder de Polícia Administrativa. <b>Encerra-se, pois, o monitoramento da recomendação tendo sido considerada como implementada.</b></p>

<p><b>Recomendação Implementada – por medidas alternativas</b></p>	<p>Recomendação 2 - Verificar a viabilidade jurídica de inscrição dos débitos de Taxa Florestal e Reposição Florestal em Dívida Ativa, pelo esgotamento do prazo fixado para recolhimento por parte das empresas consumidoras de produto/subproduto vegetal de origem inidônea; havendo viabilidade, que sejam encaminhados à Advocacia Geral do Estado, com maior brevidade possível;</p> <p>Recomendação 3 - Constatada a inviabilidade jurídica de lavratura dos autos de infração (se for o caso), bem como, de cobrança dos débitos de Taxa Florestal e Reposição Florestal por meio de inscrição em Dívida Ativa, que sejam promovidas medidas de reparação do dano ao erário.</p>	<p>Recomendação 2: Consoante manifestação DCRE, em breve síntese, "em relação à grande parte da documentação referente aos atos declaratórios o que se verifica é a ausência de informações e dados técnicos que permitiriam a cobrança de valores à título de taxa florestal e reposição florestal, pois mesmo naquelas notas fiscais em que há o indicativo da volumetria do carvão, não existem documentos que demonstram que este carvão foi de fato transportado e deu entrada nas empresas em tese consumidoras". (...) "Ao nosso ver a legislação não permite a interpretação de causalidade e efeito automática entre o procedimento de competência da SEF e a ocorrência da obrigação de prestar a reposição florestal ou de recolhimento da taxa florestal". (...) "Desta feita, e a partir de uma análise dos documentos que instruem os autos dos procedimentos administrativos e de uma análise técnico-jurídica acerca do conjunto da denominada Operação Diamante Negro, concluímos que os procedimentos não possuem lastro documental para subsidiar a continuidade dos procedimentos administrativos que visavam realizar a cobrança administrativa pelo cumprimento da obrigação legal de reposição florestal, tendo em vista que a mera desclassificação das notas fiscais não enseja o cometimento de infração ambiental".</p> <p>Assim sendo, considerando a impossibilidade técnica e jurídica apontada pela Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas no que concerne ao levantamento de valores e cobrança dos créditos de Taxa Florestal e Reposição Florestal, <b>conclui-se o monitoramento da recomendação, apontando-se, entretanto, que a entidade deverá, junto às áreas correspondentes, adotar providências em relação aos créditos em aberto gerados nos sistemas à época da emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual para as 56 empresas consumidoras.</b></p> <p>Recomendação 3: Consoante manifestação da DCRE do IEF, no que tange à lavratura dos autos de infração, a atuação administrava no tocante à responsabilização no âmbito administrativo ambiental não estaria devidamente respaldada, de forma que qualquer medida tendente a imputar cobranças ou infrações poderiam vir a ser consideradas como abuso ou desvio de poder em relação às empresas apontadas, em razão de eventualmente não cumprir algum aspecto jurídico da atuação administrava. Que a análise dos processos que foram instruídos para atender a recomendação de lavratura de autos de infração permite verificar que faltam elementos para lastrear a conduta administrava desta Instituição relativa ao dever de exercício do Poder de Polícia ambiental.</p> <p>Ainda, no que tange à Taxa Florestal e Reposição Florestal, a unidade técnica se manifestou que "em relação à grande parte da documentação referente aos atos declaratórios o que se verifica é a ausência de informações e dados técnicos que permitiriam a cobrança de valores à título de taxa florestal e reposição florestal, pois mesmo naquelas notas fiscais em que há o indicativo da volumetria do carvão, não existem documentos que demonstram que este carvão foi de fato transportado e deu entrada nas empresas em tese consumidoras". (...) "Ao nosso ver a legislação não permite a interpretação de causalidade e efeito automática entre o procedimento de competência da SEF e a ocorrência da obrigação de prestar a reposição florestal ou de recolhimento da taxa florestal". (...) "Desta feita, e a partir de uma análise dos documentos que instruem os autos dos procedimentos administrativos e de uma análise técnico-jurídica acerca do conjunto da denominada Operação Diamante Negro, concluímos que os procedimentos não possuem lastro documental para subsidiar a continuidade dos procedimentos administrativos que visavam realizar a cobrança administrativa pelo cumprimento da obrigação legal de reposição florestal, tendo em vista que a mera desclassificação das notas fiscais não enseja o cometimento de infração ambiental".</p>
--	--	---

		<p>Assim sendo, considerando a impossibilidade técnica e jurídica apontada pela Diretoria de Conservação e Recuperação de Ecossistemas no que concerne ao levantamento de valores e cobrança dos créditos de Taxa Florestal e Reposição Florestal, <b>conclui-se o monitoramento da recomendação, apontando-se, entretanto, que a unidade deverá adotar providências em relação aos créditos em aberto, gerados nos sistemas à época da emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual para as 56 empresas.</b></p> <p>Por fim, deixa-se de recomendar a adoção de medidas de ressarcimento ao erário, tendo em vista a impossibilidade, segundo a área técnica correspondente, de constituição dos créditos da multa ambiental, Taxa Florestal e Reposição Florestal, estando ausentes, portanto, os pressupostos para adoção de tais medidas.</p> <p>Por não haver, no sistema e-Aud, a opção de classificar a recomendação como "não se aplica", encerra-se o monitoramento das recomendações 2 e 3 classificando-as como "implementada parcialmente", considerando que foram constatadas, pela área técnica competente, as condições técnicas e jurídicas que impossibilitam a implementação da recomendação, nos moldes em que foram propostos.</p> <p>Em manifestação complementar, mediante Nota Técnica nº 5/IEF/GERAF/2022, de 26/09/2022 (SEI nº 53672825), a unidade técnica informou que "Para atendimento às recomendações 2 e 3 foi solicitada providências em relação aos créditos em aberto gerados nos sistemas à época da emissão dos Documentos de Arrecadação Estadual para as 56 empresas consumidoras. Assim, foi aberto um Helpdesk nº1511234(53658847) e enviado um e-mail no qual esclarecemos a necessidade da prioridade na resposta (53659709) com o pedido do relatório referente aos créditos no Sistema CAP em 24 de agosto de 2022 e, prontamente, recebemos a resposta através do Helpdesk (53671398) e do e-mail (53671860). Constam no relatório emitido no Sistema CAP pela TI (53672015), R\$41.954,10 em créditos, destes, R\$2.018,57 foram quitados e R\$39.935,53 de créditos são referentes a Als que não referentes à Operação Diamante Negro, como é possível verificar na descrição dos Als 132410-A(53672116), 136937-B(53672198), 33567-C(53672175), 33570-C2008(53672230), 157140-B(53672191), sendo que, o que consta é o nome da marca do carvão "Diamante Negro", assim, não são relacionados à Operação Diamante Negro. Diante do exposto, concluímos o processo da Operação Diamante Negro nesta GERAf tendo em vista o atendimento às recomendações finais da Auditoria."</p>
--	--	---

<b>3) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1431.17 <b>Data:</b> 10/10/2017 <b>Processo SEI/IMG:</b> Não Há			<b>Ação:</b> Avaliar a regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental das barragens de Santarém, Fundão e Germano, operadas pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema		
STATUS		Recomendação		Observação	
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor		Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1431.17- Recomendação nº 11. Esclarecer quais os critérios utilizados pelo órgão ambiental, no que tange à fundamentação/embasamento para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso n. 090500307/2007, firmado entre a autarquia e a Samarco em 07 de fevereiro de 2007;		Consoante manifestação da unidade auditada, o processo em que foi efetuada a mensuração dos valores não fora localizado. Informou, ainda, que o servidor responsável pela elaboração do parecer e o responsável pela assinatura do Termo de Compromisso não mais integra os quadros funcionais do IEF, motivos pelos quais a unidade auditada informa que não será possível responder quais foram os critérios utilizados.  Considerando que está em curso o processo administrativo disciplinar que apura eventuais irregularidades nos licenciamentos das barragens de Fundão, Santarém e Germano, da Samarco Mineração, <b>encerrou-se o monitoramento da recomendação por parte da Controladoria Seccional do IEF.</b>  Considera-se, portanto, não implementada a recomendação, por assunção de risco pelo gestor.	
Recomendação implementada parcialmente		Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1431.17-- Recomendação nº 12. Elucidar se houve exigência, por parte do órgão ambiental, e respectivo cumprimento pela Samarco, da adoção de medida compensatória, nos termos do art. 32, inciso II, Lei Federal n. 11.428/2006, uma vez constatada intervenção em vegetação pertencente ao Bioma Mata Atlântica, no contexto dos processos de licenciamento do alteamento da Barragem de Santarém;		Consoante Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE) nº 1370.0200.19, emitido em 18/02/2019, houve manifestação da Semad e da Feam (órgão/entidade auditados) por meio do MEMO.GAB.SEMAD.SISEMA n. 159, de 06/11/2018, no que tange à recomendação 12, conforme segue:  "Conforme já explanado acima, todo o Complexo Minerário de Germano está sujeito ao licenciamento de operação corretivo. Oportunamente, durante esta análise, serão verificados o pagamento ou constituição das obrigações de pagar e fazer relativas às compensações ambientais devidas. Nesse momento será realizado um levantamento de todas as compensações que já foram fixadas e pagas, de todas as compensações que foram fixadas e não pagas e de todas as compensações que ainda são devidas e, portanto, precisarão ser fixadas, aplicadas e pagas.  Assim sendo, esta Controladoria Seccional retifica o último posicionamento, considerando, pois, a manifestação da unidade auditada no sentido de que as compensações ambientais serão verificadas no âmbito do licenciamento corretivo. <b>Encerrou-se o monitoramento da recomendação, cabendo à unidade auditada apresentar evidências quanto a implementação, caso seja requerido pela unidade de Controle.</b>	

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
Recomendação implementada parcialmente	Relatório de Auditoria (NA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.1 - Verificar pertinência de se instituir normatização (Nota Orientativa, instrução de serviço, etc.) relativa à avaliação da presença de todos os requisitos legais exigidos no âmbito dos processos de intervenção ambiental a serem autorizados por meio de DAIA – criação de instrumentos de controle e verificação da autuação dos documentos nos processos – como a elaboração de checklist, por exemplo;	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia apontou alterações ocorridas nos controles internos, tendo sido elaborada a listagem de documentos que devem constar nos processos de Autorização para Intervenção Ambiental e disponibilizada no sítio institucional. Além disso, foi instituída a Instrução de Serviço Sisema nº 03 de 2021 que estabeleceu "procedimentos a serem observados pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio – do IEF e seus respectivos Núcleos de Apoio Regional – NAR – para tramitação de processos híbridos, elaboração de parecer único e emissão de Autorização para Intervenção Ambiental nos processos administrativos analisados pelo IEF". Mencionou, ainda, o andamento da elaboração de novo normativo em substituição à Resolução Conjunta Semad/IEF nº 1.905/2013, tendo sido publicada em 26/10/2021 a Resolução Conjunta IEF/Semad, nº 3102, de 26/10/2021.</p> <p>Entretanto, não foi mencionada a forma de verificação dos documentos como controle de primeira linha que não só estabeleçam os documentos exigidos, mas que garanta a presença destes nos processos, como o estabelecimento de responsabilidade pela verificação, juntada da listagem de verificação em cada processo e com campo de assinatura pelo responsável pela verificação, motivo pelo qual considera-se parcialmente implementada a recomendação de auditoria. <b>Encerrou-se o monitoramento da recomendação, cabendo à unidade auditada apresentar evidências caso seja requerido pela unidade de Controle.</b></p>
Recomendação Implementada	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.2 Averiguar razoabilidade quanto à proposição de mecanismos que impeçam ou, no mínimo, dificultem que processos autorizativos de intervenção ambiental – relativos à emissão de DAIA – sejam concedidos sem que haja análise/manifestação jurídica, e ainda, manifestar quanto a ausência de manifestação em campo próprio do anexo III do Parecer Único em todos os processos analisados.	A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia apontou alterações ocorridas nos controles internos, tendo sido instituída a Instrução de Serviço Sisema nº 03 de 2021 que estabeleceu "procedimentos a serem observados pelas Unidades Regionais de Florestas e Biodiversidade – URFBio – do IEF e seus respectivos Núcleos de Apoio Regional – NAR – para tramitação de processos híbridos, elaboração de parecer único e emissão de Autorização para Intervenção Ambiental nos processos administrativos analisados pelo IEF", mediante a qual foram dispensados, a critério do Supervisor Regional, o controle processual para os processos de intervenção ambiental: relativos a todos os processos de

<sup>4</sup>Manifestação encaminhada, após emissão do relatório de efetividade, por meio do documento SEI 35067271.



<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
		<p>corte de árvores isoladas, intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa, em Áreas de Preservação Permanente – APP, aproveitamento de material lenhoso.</p> <p>Mencionou, ainda, alterações normativas no que tange a manifestação jurídica em processos de Intervenção Ambiental, tendo sido estabelecido pelo Decreto nº 47892, de 23/03/2020, que estabelece o regulamento do Instituto Estadual de Florestas, em seu art. 44, a competência do Núcleo de Controle Processual das URFBios de "realizar o controle processual dos processos administrativos que envolvam supressão de vegetação nativa primária ou secundária em estágio médio e avançado de regeneração, pertencentes ao bioma Mata Atlântica, de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar"; e de "realizar, quando solicitado pelo Supervisor regional, o controle processual dos processos administrativos de intervenção ambiental de empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental simplificado ou não passíveis de licenciamento ambiental, de forma integrada e interdisciplinar, bem como dos demais processos administrativos de interesse do IEF";</p> <p>Estando estabelecidas alçadas em relação à apreciação jurídica por meio do Controle Processual, e considerando a observância por parte dos responsáveis pela execução dos controles internos, não se vislumbra a necessidade de nova reiteração da recomendação, considerando-se, pois, implementada conforme documento de auditoria.</p> <p><b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte da CSEC, considerando sua implementação.</b></p>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.12- Ponderar acerca da pertinência em efetuar a implementação de mecanismos que possam aprimorar/aperfeiçoar controles preventivos relativos à verificação quanto à coerência/congruência entre o tipo de vegetação existente na propriedade rural, cujas áreas consistirem em objeto de requerimento de intervenção ambiental, e a vegetação a ser autorizada por meio de documento autorizativo (DAIA), no intuito de obstruir ou minimizar	A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se apontando os normativos que estabelecem as diretrizes a serem observados para as intervenções no Bioma de Mata Atlântica, bem como, o Decreto Estadual que regulamenta as Intervenções Ambientais. Mencionou, ainda, o andamento da elaboração de novo normativo em substituição à Resolução Conjunta Semad/IEF nº 1.905/2013, tendo sido publicada em 26/10/2021 a Resolução Conjunta IEF/Semad, nº 3102, de 26/10/2021, que trouxe novas definições quanto a obrigatoriedade de realização de vistoria e utilização de geotecnologia na análise de processos de Intervenção Ambiental, nos termos seguintes: Art. 24 – Será

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
	possíveis impactos ambientais, concernentes à efetivação de intervenções ambientais indevidas. Como exemplo, sugere-se a inclusão obrigatória nos processos de intervenção ambiental, em momento anterior à emissão do DAIA, de análise de imagens de satélite da área requerida à intervenção ambiental, observando-se, para tanto, o princípio da Segregação de Funções no que tange ao responsável pela realização da vistoria na propriedade/emissão de Parecer Técnico e o responsável pela análise das imagens;	<p>realizada vistoria técnica do imóvel para o qual tenha sido requerida autorização para intervenção ambiental, bem como das áreas propostas para compensação ambiental, de forma remota, por meio de imagens de satélite e outras geotecnologias disponíveis, ou presencialmente, em campo. Parágrafo único – Nos casos de vistorias em áreas inacessíveis ou cujo acesso possa colocar em risco a segurança da equipe técnica, o empreendedor deverá fornecer subsídios para coleta das informações necessárias à análise, podendo ser aceita a utilização de drones, a realização de sobrevoos ou de outras tecnologias aplicáveis.</p> <p>Entretanto, não foram mencionadas soluções a respeito da segregação de funções no que tange ao responsável pela análise das imagens e o responsável pela emissão do Parecer técnico, o que poderia, em tese, contribuir para a prevenção de eventuais erros ou riscos de integridade, conforme fora demonstrado no relatório de auditoria. Neste sentido, considera-se assunção de risco pelo gestor, a ausência de segregação de função nessas duas etapas de análise dos processos de intervenção ambiental.</p> <p><b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte da CSEC, considerando a assunção de risco pelo gestor.</b></p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.16- Propor mecanismo(s) de controle que impeça(m) ou, no mínimo, dificulte(m) que os processos de intervenção ambiental a serem autorizados por meio de DAIA sejam deferidos por alçada de competência divergente da prevista na legislação.	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia considerou suficiente a previsão normativa quanto às competências dos Supervisores Regionais a emissão da decisão de processos de Intervenção Ambiental e emissão das Autorizações para Intervenção Ambiental .</p> <p>Entretanto, há que se considerar o que dispõe o art. 3º do Decreto nº 46.953, DE 23/02/2016, que dispõe sobre a organização do Conselho Estadual de Política Ambiental – Copam, acerca da sua competência de "XVIII – decidir, por meio de suas Unidades Regionais Colegiadas – URCs –, sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado."</p> <p>Nesse sentido, não se vislumbrou, na manifestação recebida, propostas de medidas que dificultem ou impeçam que os processos de intervenção ambiental sejam deferidos por alçada de competência divergente da prevista na legislação. Considera-se, pois, <b>não implementada a recomendação</b>.</p> <p><b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte da CSEC, considerando a assunção de risco pelo gestor.</b></p>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.17 e 3.18- Verificar pertinência de instituir normatização (Nota Orientativa, instrução de serviços, etc.) contemplando mecanismos de apuração, controle e diagnóstico que impeçam ou, no mínimo, dificultem a preterição na ordem de atendimento das solicitações de intervenção ambiental a serem concedidas por meio de DAIA. Como exemplo, sugere-se a determinação de limites máximos de prazo, a serem contados a partir da formalização do processo, para efetuação da vistoria técnica, para elaboração do Parecer Único, bem como para decisão do processo. Nesse contexto, sugere-se também a	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia apontou sobre a existência de prazo regulamentar para a decisão de processos de Intervenção Ambiental, sobre prazos de aprovação tácita dos atos públicos de liberação de atividade econômica de responsabilidade dos órgãos e entidades do Sisema, e ainda, sobre expressivos resultados no cumprimento das metas de redução do passivo desses processos.</p> <p>Entretanto, a manifestação não demonstra o atendimento pretendido na recomendação, sendo o objetivo é que em caso de atendimento de requerimentos de intervenção fora da ordem cronológica, que sejam apontados critérios objetivos de priorização, como ocorre atualmente com os processos de licenciamento ambiental no âmbito da Semad. A definição</p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
	<p>elaboração de gráficos, planilhas e/ou tabelas contendo mecanismos de alerta quanto ao atingimento dos prazos, bem como quanto a possíveis preterições na ordem de atendimento das solicitações, devendo ser observada, pois, a ordem cronológica das datas de formalização dos processos. Ademais, importante se atentar, ainda, para o princípio da segregação de funções, alocando-se servidor exclusivamente para a gestão de tais gráficos/planilhas/tabelas, o qual não deve participar de outras etapas dos processos de intervenção ambiental;</p> <p>Contemplar na normatização de que dispõe o item anterior, os casos em que o atendimento das solicitações de intervenção ambiental se enquadre como prioritário, sendo estabelecidos, para tanto, os devidos critérios, sem prejuízo da observância dos preceitos legais.</p>	<p>de critérios objetivos de priorização evita eventual materialização de riscos de integridade que possam afetar os objetivos e a imagem da instituição.</p> <p>Pelo exposto, considera-se não implementada a recomendação. <b>O monitoramento da recomendação foi encerrado por parte desta CSEC, considerando a assunção de risco pelo gestor.</b></p>
Não implementada – Ação Inadequada ou Insuficiente	<p>Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.21 - Verificar se os cálculos, a que se refere o item “a”, forem avaliados como incorretos, recomenda-se – considerando-se cada processo separadamente para efeitos de ressarcimento e, caso julgue pertinente, desconsiderando-se valores irrisórios (menores do que R\$ 1,00, um real, por exemplo), ou cuja cobrança possa ser menor do que o valor da emissão de um DAE:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Promover medidas de autotutela junto ao administrado relativo aos valores cobrados a menor, de forma que o requerente ao processo de intervenção/proprietário efetue o pagamento da diferença;</li> <li>2. Promover medidas de ressarcimento ao requerente do processo de intervenção/proprietário do imóvel rural relativo aos valores cobrados a maior, haja vista a vedação de enriquecimento ilícito por parte do Estado.</li> </ol> <p>A respeito dos processos para os quais não se identificou comprovante de pagamento referente à taxa florestal, reposição florestal e vistoria, recomenda-se:</p>	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se no sentido de que aguarda a consulta conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Estadual de Floresta à Advocacia Geral do Estado em 31/05/2019 para que fossem obtidos os esclarecimentos necessários à adoção de medidas cabíveis, para as situações em que a Taxa Florestal deixou de ser cobrada por inação ou negligência do servidor ou por falta de precisão da legislação vigente à época do fato gerador.</p> <p>Considerando-se, pois, que apesar de não ter havido solução definitiva quanto a providência adotada em relação ao cabimento ou não de cobrança administrativa dos valores de Taxa Florestal, ou mesmo quanto ao cabimento ou não de adoção de medidas de ressarcimento ao erário, entretanto, tendo sido encaminhada consulta jurídica para verificação quanto à medida que deverá ser adotada, cujos valores calculados apontam para R\$ 9.152,87, esta Controladoria Seccional considera que os subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão fora alcançada, e em razão do baixo valor, pondera-se quanto ao custo x benefício da ação da Controladoria e <b>encerra-se o monitoramento da recomendação</b>, retificando a classificação anterior, emitida em 07/02/2022, passando a ser <b>não implementada por ação inadequada ou insuficiente.</b></p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
	<p>3. Autuar os comprovantes de pagamento no processo, se o pagamento tiver sido efetuado. Enviar comprovação à UICI;</p> <p>4. Caso o pagamento tenha sido efetuado, informar à UICI se as taxas cobradas e pagas foram calculadas corretamente, demonstrando a memória de cálculo e o respectivo embasamento legal. Caso as taxas tenham sido calculadas incorretamente, promover medidas de autotutela nos moldes do item “c”;</p> <p>5. No caso de não ser identificado o pagamento das taxas, promover medidas de autotutela, de modo a efetuar a cobrança junto ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</p> <p>6. Ainda no caso de não ser identificado o pagamento das taxas, elucidar se órgão ambiental efetuou cobrança ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural à época da análise do respectivo processo. Em caso positivo, enviar comprovação à UICI (cópia da guia de cobrança – DAE e comprovante de recebimento do DAE pelo requerente/proprietário do imóvel).</p>	<p>Frisa-se que encerramento do monitoramento da recomendação não desobriga ao gestor de acompanhar os trâmites da consulta encaminhada, bem como, de proceder à adoção das medidas aplicáveis à recomendação.</p>
Recomendação Implementada Parcialmente	Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.24- Promover medidas de autotutela, caso seja confirmado que houve subestimativa dos cálculos relativos à taxa florestal e reposição florestal – de que se trata o item “e”. Enviar comprovação à UICI.	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se no sentido de que aguarda a consulta conjunta da Secretaria de Estado da Fazenda e do Instituto Estadual de Floresta à Advocacia Geral do Estado em 31/05/2019 para que fossem obtidos os esclarecimentos necessários à adoção de medidas cabíveis, para as situações em que a Taxa Florestal deixou de ser cobrada por inação ou negligência do servidor ou por falta de precisão da legislação vigente à época do fato gerador.</p> <p>Considerando-se, pois, que apesar de não ter havido solução definitiva quanto a providência adotada em relação ao cabimento ou não de cobrança administrativa dos valores de Taxa Florestal, ou mesmo quanto ao cabimento ou não de adoção de medidas de ressarcimento ao erário, entretanto, tendo sido encaminhada consulta jurídica para verificação quanto à medida que deverá ser adotada, cujos valores calculados apontam para R\$ 9.152,87, esta</p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.	
Status	Recomendação	Observação <sup>4</sup>
		<p>Controladoria Seccional considera que os subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão fora alcançada, e em razão do baixo valor, pondera-se quanto ao custo x benefício da ação da Controladoria <b>e encerra-se o monitoramento da recomendação, considerando-se parcialmente implementada.</b></p> <p>Frise-se que encerramento do monitoramento da recomendação não desobriga ao gestor de acompanhar os trâmites da consulta encaminhada, bem como, <b>de proceder à adoção das medidas aplicáveis à recomendação.</b></p>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	"Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação nº 3.31 - Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 4.747/1968 (art. 69), bem como Decreto Estadual n. 36.110/1994, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à taxa florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7;	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia manifestou-se no sentido do que prevê a legislação nos casos de constatação de atividades irregulares, entretanto, deixou de apontar se os valores em dobro foram cobrados nos autos de infração lavrados (itens 7.1 a 7.7 do Relatório de Auditoria).</p> <p>Considera-se, pois, que foram prestados subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão, sendo, portanto, de inteira responsabilidade do gestor a <b>assunção do risco em caso de não implementação. Concluiu-se, portanto, o monitoramento da recomendação por parte da Controladoria Seccional.</b></p>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.32- Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 14.309/2002 (art. 47 e 49); Lei Estadual n. 20.922/2013 (art. 78); Resolução Conjunta IEF/Semad n. 1.914/2013 (art. 3º); bem como Decreto Estadual n. 44.844/2008, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à reposição florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7	<p>A Diretoria de Controle, Monitoramento e Geotecnologia, responsável por planejar, coordenar e disciplinar a execução das atividades relacionadas às intervenções ambientais, às florestas plantadas, à destinação de produtos e subprodutos florestais e ao monitoramento da cobertura vegetal do Estado, não se manifestou quanto às providências acerca desta recomendação.</p> <p>Considera-se, pois, que foram prestados subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão, sendo, portanto, de inteira responsabilidade do gestor a <b>assunção do risco em caso de não implementação. Concluiu-se, portanto, o monitoramento da recomendação por parte da Controladoria Seccional.</b></p>



Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>5) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1238.19 <b>Data:</b> 21/08/2019 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0002134/2019-25 <b>Ação:</b> Avaliar a conformidade de processos de Licenciamento ambiental do empreendimento Barragem I – localizado no Complexo Mina Córrego do Feijão, município de Brumadinho-MG.		
Status	Recomendação	Observação
Recomendação avaliada não	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1238.19 - Recomendação nº 13 - Instituir sistema informatizado para gestão e análise dos processos de compensação ambiental e posterior acompanhamento quanto ao cumprimento por parte do empreendedor; (Achado nº 6)	Será solicitação de informações à gestão do IEF para verificação quanto à implementação das recomendações. Ressalta-se que, tendo em vista prazo para emissão deste RACI/Parcial, qual seja: 15/07/2022, nos termos do artigo 20 da Resolução CGE nº 27/2019, optou-se por realizar a diligência à gestão do IEF, para fins de avaliação da efetividade e verificação quanto à implementação das recomendações, em momento posterior.
Recomendação avaliada não	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1239.19 - Recomendação 14 - Verificar o cabimento de aplicação de sanção pelo dano ambiental oriundo de supressão de vegetação de Mata Atlântica sem a devida compensação (achado nº 6).	

<b>6) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0355.20 <b>Data:</b> 04/06/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003063/2020-62. <b>Ação:</b> Benefícios de redução de taxa florestal concedidos, em tese, indevidamente, com prazo superior a 12 (doze) meses e outros com data retroativa		
Status	Recomendação	Observação
Recomendação implementada não	Recomendação 01 - Verificar o cabimento de medidas administrativas e jurídicas de autotutela para cobrança dos valores a título de desconto de taxa florestal, concedidos de forma irregular, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A, caso os créditos não tenham culminado em prescrição.	Plano de Ação não encaminhado.  Consoante informações contidas no Memorando.IEF/GERAF.nº 2/2022, SEI nº 40912643, processo SEI/IMG 1520.01.0003063/2020-62, o gestor se

Recomendação não implementada	Recomendação 02 - Caso não seja possível a adoção de medidas de autotutela junto às empresas beneficiadas indevidamente, ou caso a pretensão de constituição de cobrança dos créditos tenha sido culminada em prescrição, que sejam adotadas medidas de ressarcimento ao erário concernente aos valores preliminarmente apurados pela Comissão Especial instituída pela Portaria nº 57/2016, cujo valor é de R\$ 5.483.344,07 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) decorrentes de concessão do benefício de redução da taxa florestal de forma irregular, em desacordo com os preceitos normativos, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A.	manifestou no sentido de que “em razão de outras dúvidas jurídicas relacionadas à legislação que regia o tema, esta Diretoria entendeu pela necessidade de elaborar uma consulta jurídica à Procuradoria do IEF a fim de serem apontados os caminhos jurídicos viáveis a serem adotados em relação ao tema.  <b>Reitera-se a recomendação.</b>
-------------------------------	---	--

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <b>Data:</b> 23/12/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0012200/2020-34			<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF		
Status		Recomendação		Observação	
Recomendação implementada parcialmente		Recomendação nº 2 - Dar notoriedade aos meios de comunicação e possibilidades de acesso dos servidores e demais agentes à comissão de ética, para que sejam facilitadas as consultas e esclarecimentos de dúvidas;		<p>Consoante manifestação contida no Plano de Ação encaminhado pela unidade auditada (1520.01.0012200/2020-34, doc. 45485451), foi publicada no site do IEF a Portaria IEF nº 13, de 22/02/2022, que instituiu a Comissão de Ética do IEF e foi informado o e-mail da comissão (<a href="http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/comissaodeeticadoief">http://www.ief.mg.gov.br/instituicao/comissaodeeticadoief</a>, acessado em 12/07/2022). A referida ação foi considerada, pela gestão, como implementada em 07/04/2022.</p> <p>Com devida vênia, considerando que a autarquia possui em seu quadro agentes públicos que não possuem acesso a computadores, a exemplo de brigadistas de incêndio e viveiristas, considera-se parcialmente implementada a recomendação de auditoria, devendo-se, pois, ser avaliada a possibilidade de: a) ampliação dos canais de atendimento pela comissão de ética, a exemplo de telefone; e b) fixação de cartazes com a disposição dos canais de atendimento nas unidades em que há lotação de agentes públicos que não possuem acesso a computadores.</p> <p><b>Encerrou-se o monitoramento da recomendação, considerando-se parcialmente implementada.</b></p>	
Recomendação não implementada: Ação inadequada ou insuficiente		Recomendação nº 49 - Promover a criação de mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar		<p>A ação implementada constituiu na criação de comissão de credenciamento para receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à Chamada Pública, no âmbito das unidades IEF. Com devida vênia, cumpre esclarecer que a ação demonstrada, apesar de poder ser aplicada em várias unidades da autarquia, contempla um processo específico, e não possui o potencial de atender, em nível de entidade, a recomendação proposta, considerando-se os vários processos de trabalho que a autarquia processa diariamente. Neste sentido, sugere-se que sejam elegidos mais processos, em nível de criticidade, para a implementação de</p>	



7) Documento: Relatório de Auditoria Nº: 1370.1447.20 Data: 23/12/2020 Processo SEI/MG: 1520.01.0012200/2020-34	Ação: Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF	
Status	Recomendação	Observação
	se estão sendo efetivos e contribuindo para a prevenção de erros e fraudes.	mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar se estão sendo efetivos, nos moldes da recomendação proposta. <b>Considera-se, pois, que a ação informada é insuficiente para o atendimento da recomendação. Reitera-se, portanto, a recomendação.</b>
Recomendação Implementada	Recomendação nº 51- Atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualizar quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração, etc).	Consoante manifestação contida no Plano de Ação encaminhado pela unidade auditada (1520.01.0012200/2020-34, doc. 45485451), foram estabelecidos procedimentos a serem observados pelas URFBios e NAR / IEF, em processos híbridos de Intervenção Ambiental, tendo sido emitida a Instrução de Serviço SISEMA nº 03/2021, de 11/05/2021, divulgada no sítio eletrônico da SEMAD. Sugere-se que a gestão verifique a necessidade de atualização de controles de outros processos operacionais e competência da instituição, em razão de mudanças significativas já ocorridas. Tendo em vista o teor da recomendação, no sentido de que a gestão possa atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles, considera-se <b>implementada a recomendação. O monitoramento da recomendação foi encerrado pela CSEC.</b>

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <sup>5</sup> <b>Data:</b> 23/12/2020	<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF	
Status	Recomendação	Observação
<b>Recomendação Implementada</b>	<p>Recomendação nº 3 - Estabelecer um programa ou processo definido para identificar e monitorar tendências relacionadas às normas de conduta da autarquia que contemple e atinja, de forma mais abrangente, as diversas categorias de agentes públicos que participam dos processos de trabalho da instituição, colaboradores, inclusive prestadores de serviços terceirizados, para identificar problemas e tendências relacionadas às normas de conduta da organização, bem como, para avaliar especificamente o desempenho concernente às normas de conduta ética;</p> <p>Recomendação nº 5 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes;</p> <p>Recomendação nº 6 - Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema;</p> <p>Recomendação nº 8 - Estabelecer fluxo de encaminhamento de representações e denúncias que contenham potenciais desvios de comportamento ético para a Comissão de Ética;</p> <p>Recomendação nº 20 - Ampliar a adesão ao Programa Transforma Minas, para seleção de cargos da autarquia;</p> <p>Recomendação nº 33 - Formalizar e implantar uma Política de Gestão de Riscos na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 38 - Instituir instrumentos formalizados para identificação, avaliação e tratamento dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>Recomendação nº 39 - Estabelecer controles para prevenir e detectar fraudes nos processos da entidade;</p> <p>Recomendação nº 52 - Desenvolver um plano que descreva claramente o programa de segurança da informação em nível de entidade, em alinhamento com a Resolução SEPLAG nº 107/2018, que regulamenta a Política de Segurança da Informação e Comunicação pelos usuários dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autarquia e Fundacional ou certificar-se do cumprimento da referida Resolução na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 55 - Formalizar e manter atualizada a política de política de distribuição de atribuições ou responsabilidades por atividades- chave de autorização, de execução, de atesto/aprovação, de registro e de revisão devidamente segregadas entre diferentes pessoas, quando do cadastramento dos usuários nos sistemas informatizados;</p>	<p>O Plano de Ação encaminhado pela autoridade não contemplou ações para as 12 (doze) recomendações destacadas neste item. Consoante informado por meio do Memorando.IEF/DG.nº 121/2022, “em atenção ao requerido no Memorando.CGE/CSET_SISEMA.nº 110/2022 (48709632), informo que os pontos nele destacados serão avaliados oportunamente e contemplados em planos de ação específicos. Ressaltamos, ademais, que algumas das recomendações em questão devem ser objeto da revisão do Plano de Integridade do Sisema, já em andamento”.</p>

<sup>5</sup> Processo SEI/IMG nº

Recomendações emitidas, com plano de ação vigente (em implementação)	<p>Recomendação nº 1 - Estabelecer um Código de conduta próprio que inclua questões específicas do órgão, assim como, aborde questões como pagamentos indevidos, uso adequado dos recursos, conflitos de interesse, aceitação de presentes, doações e uso de zelo profissional devido, entre outros; em observância ao Decreto nº 47.185, de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que por sua vez tem como uma de suas diretrizes o incentivo à criação e adoção de códigos de conduta ética específicos pelos órgãos e pelas entidades da administração pública do Poder Executivo;</p> <p>Recomendação nº 4- Ampliar a atuação ética com realização de treinamentos, divulgação das normas adotadas sobre conduta ética, de forma que atinja a todas as categorias de agentes públicos da organização;</p> <p>Recomendação nº 7- Incentivar uma atuação mais proativa da comissão de ética;</p> <p>Recomendação nº 9 - Promover de maior interação da alta gestão (Dirigente Máximo, Gabinete) quanto aos mecanismos de fomento à Ética, e maior atuação na transmissão do tema valores éticos e integridade;</p> <p>Recomendação nº 10 - Supervisionar os mecanismos de fomento à ética, à criação de instrumentos de mobilização, a exemplo de campanhas, e mecanismos de incentivo à participação, de todas as categorias de agentes públicos, em treinamentos com temas relacionados à integridade e valores éticos;</p> <p>Recomendação nº 11 - Acompanhar o desempenho da instituição a partir dos objetivos definidos, riscos inerentes e resultados alcançados em confronto com as metas definidas;</p> <p>Recomendação nº 12 - Incentivar as áreas acerca de iniciativas proativas de promoção da gestão baseada em riscos, garantindo que sejam mapeados e mitigados os riscos relevantes da entidade, por meio de atividades de controle em áreas de risco significativo;</p> <p>Recomendação nº 13 - Promover a formalização da estrutura de governança com vistas ao aprimoramento do acompanhamento da execução das metas e os resultados da autarquia;</p> <p>Recomendação nº 14 - Verificar o cabimento de instituir indicadores de desempenho por unidade descentralizada, considerando os objetivos e riscos da organização;</p> <p>Recomendação nº 15 - Atualizar os normativos que tratam das competências da autarquia, dispostos no sítio eletrônico;</p> <p>Recomendação nº 16 - Instituir mecanismos de controle e monitoramento do desempenho para os atos delegados, no que couber, que ainda não possuem tais mecanismos;</p> <p>Recomendação 17 - Verificar, mediante análise dos atos que foram delegados, aqueles que justificam o estabelecimento de limites de alçada;</p> <p>Recomendação nº 18 - Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão no IEF, e promover revisão periódica para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos;</p>	Ações com prazo para implementação posterior à emissão deste relatório, a serem monitoradas de acordo com a respectiva data de implementação definida pelo gestor.
--	---	--

	<p>Recomendação nº 19 - Incrementar o ambiente virtual de aprendizagem com cursos voltados para as atividades praticadas pelos agentes públicos do IEF, e incentivar a participação dos agentes públicos nos cursos oferecidos; Ampliar o acesso às demais categorias de agentes públicos, ao ambiente virtual de aprendizagem;</p> <p>Recomendação nº 21 - Promover pesquisa de clima organizacional com periodicidade razoável, para identificação, diagnóstico e tratamento do clima;</p> <p>Recomendação nº 22 - Desenvolver um programa ou processo definido para avaliar o desempenho dos servidores com relação à conduta ética;</p> <p>Recomendação nº 23 - Promover realização de diagnóstico e identificação das necessidades de capacitação;</p> <p>Recomendação nº 24 - Promover mecanismos de avaliação de efetividade da recompensa vinculada à avaliação de desempenho existente e impactos dela recorrentes quanto aos resultados efetivos de melhora no comportamento e nas entregas;</p> <p>Recomendação nº 25 - Promover a criação de mecanismos de incentivos não financeiros para reconhecimento dos agentes públicos que se destacam em suas funções, com vistas a reconhecer servidores ou áreas de destaque, ou que implantaram ideias inovadoras exitosas no âmbito das Assessorias, Diretorias, Gerências, URFBio, NAR, Aflobio, Viveiros Florestais, UC, Cetras;</p> <p>Recomendação nº 26 - Adotar mecanismos de estabelecimento de métricas de desempenho, de monitoramento avaliação de desempenho para agentes que trabalham em regime de cessão nas unidades administrativas do IEF, especialmente Aflobio e NAR, que não possuem ferramenta de Planejamento de Desempenho Institucional e consequentemente, não possui sistema de avaliação de desempenho<sup>16</sup>;</p> <p>Recomendação nº 27 - Adotar mecanismos alternativos de registros funcionais dos agentes públicos de outras esferas em regime de cessão, caso não seja possível exercê-los por meio das ferramentas institucionais;</p> <p>Recomendação nº 28- Promover medidas de padronização dos Termos de Cessão dos agentes públicos cedidos, fazendo constar claramente os deveres, medidas a serem aplicadas em caso de descumprimento, especialmente no que tange ao compromisso com o comportamento ético e íntegro esperado pela autarquia para transmitir rigorosamente a ideia de que desvios não são tolerados.</p> <p>Recomendação nº 29 - Estabelecer e formalizar critérios de seleção definidos para recepção de agentes públicos cedidos por outras esferas administrativas, (requisitos adequados de conhecimento, experiência, habilidades e atitudes), e de verificação de antecedentes antes da assunção das funções no âmbito da autarquia.</p> <p>Recomendação nº 30 - Elaborar e aprovar o planejamento estratégico, desdobrando-o em planejamentos tático e operacional, contemplando objetivos organizacionais de médio e longo prazos, indicadores, metas e resultados esperados, e torna-lo público aos interessados;</p> <p>Recomendação nº 31- Instituir e formalizar mecanismos de monitoramento e controle das atividades executadas nas unidades administrativas descentralizadas, no tocante ao cumprimento das metas.</p>	
--	--	--

	<p>Recomendação nº 32 - Adotar providências de publicização dos mecanismos de Planejamento e monitoramento (cumprimento) dos indicadores e metas.</p> <p>Recomendação nº 34 - Mapear processos de trabalho da autarquia, especialmente os processos críticos e estratégicos;</p> <p>Recomendação nº 35 - Identificar e avaliar os riscos de todos os processos mapeados (ou pelo menos dos processos considerados estratégicos para a instituição), adotando-se a metodologia definida na Política de Gestão de Riscos.</p> <p>Recomendação nº 36 - Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente.</p> <p>Recomendação nº 37- Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas;</p> <p>Recomendação nº 40- Ampliar e estabelecer a formalização de instrumentos e mecanismos de controles internos (normativos, fluxogramas, rotinas, parâmetros, cartilhas, Notas Técnicas, instruções de serviço) que comuniquem claramente as responsabilidades pelo controle interno, e os procedimentos sobre o que deve ser feito para realizar os controles internos, em nível de área/processos e atividades;</p> <p>Recomendação nº 41 - Consolidar os instrumentos e mecanismos de controles internos existentes, por área/processo/atividade;</p> <p>Recomendação nº 42 - Divulgar os instrumentos e mecanismos de controles internos em ambiente facilmente acessível aos usuários responsáveis pela execução dos controles;</p> <p>Recomendação- 43- Promover a formalização de controles internos (dos processos relevantes) utilizados na prática, porém não formalizados;</p> <p>Recomendação nº 44 - Estabelecer mecanismos formais para mensurar e registrar a melhoria nos controles (eficiência, eficácia, efetividade) a partir de processos que sofreram alterações a partir de decisões tomadas;</p> <p>Recomendação nº 45 - f) Promover a capacitação dos gestores e divulgação para todos os servidores da IEF quanto às responsabilidades pelos controles internos, em consonância ao modelo das três linhas do Instituto dos Auditores Internos do Brasil - IIA31.</p> <p>Recomendação nº 46 - Formalizar os controles internos a serem executados nos processos e atividades, preventivos e detectivos, que abranjam as ações a serem adotadas, os itens a serem verificados, bem como os prazos e responsáveis por aplicar, revisar e supervisionar essas ações (nos processos que tais controles ainda não foram formalizados);</p> <p>Recomendação nº 47 - Promover a formalização das políticas e procedimentos para assegurar a separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, tais como: autorização, execução, controle e registro, cadastro/recebimento/análise de documentação e registros nos sistemas informatizados;</p>	
--	---	--

	<p>Recomendação nº 48- Aplicar métodos (organogramas, fluxogramas, softwares e outros) para identificar incompatibilidades de funções para o nível de segregação desejado; e estabelecer controles</p> <p>Recomendação nº 50 - Estabelecer controles para atualização periódica e preventiva das políticas e procedimentos (atividades de controle) formalmente estabelecidos, levando em conta os riscos existentes, de modo que os controles sejam proporcionais aos riscos identificados;</p> <p>Recomendação nº 51- Atentar-se para a reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualizar quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração, etc).</p> <p>Recomendação nº 53- Manter atualizados os cadastros de servidores habilitados a utilizar os sistemas de informação;</p> <p>Recomendação nº 54 - Rever os procedimentos de exclusão e alteração de acesso aos sistemas informatizados, para assegurar que servidores que mudaram suas atividades ou foram desligados não tenham acesso aos sistemas de informação;</p> <p>Recomendação nº 56 - Promover campanhas e treinamentos voltados para o tema de Segurança da Informação.</p> <p>Recomendação nº 58 - Adotar medidas visando a criação de um processo definido para comunicar e disponibilizar tempestivamente as informações necessárias para que toda a equipe entenda e conduza suas responsabilidades quanto ao bom funcionamento do controle interno;</p> <p>Recomendação nº 59 - Aperfeiçoar a política de transparência ativa disponibilizada no sítio institucional, em especial, com a inserção de um link, , no menu transparência, de direcionamento para o sistema e-SIC; inserção de um link direcionando para o Portal da Transparência do Meio Ambiente<sup>48</sup> e para a plataforma IDE/Sisema; divulgação das agendas das instâncias colegiadas; divulgação da agenda de compromissos da Alta Administração; criação do Plano de Dados abertos próprio e divulgação da carta de serviços ao usuário.</p> <p>Recomendação nº 60 - Promover mecanismos de auto avaliação e monitoramento do sistema de controles internos para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo e fazer a revisão periódica dessas atividades possibilitando assim a melhoria contínua dos controles;</p> <p>Recomendação nº 61 - A partir da sistematização da auto avaliação e monitoramento dos controles internos exercidos pela própria gestão, prover ambiente próprio para o armazenamento e monitoramento constante de tais avaliações e adoção de medidas de aprimoramento;</p> <p>Recomendação nº 62 - A partir da sistematização dos documentos que contêm as avaliações de controle fornecidas pelos órgãos de controle interno e externo, prover ambiente próprio para o armazenamento e monitoramento constante das avaliações de controle realizadas.</p> <p>Recomendação nº 63 - Instituir controles que garantam o acompanhamento eficaz (até a efetiva implementação ou justificativas pertinentes, conforme o caso) das recomendações contidas nos documentos de auditoria emitidos pelos órgãos de controle interno e externo;</p>	
--	--	--

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

	Recomendação nº 64 - Instituir mecanismos para cobrança de dano ao erário de pequena monta no âmbito da autarquia;	
--	--	--

<b>8) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2100.0246.21 <b>Data:</b> 09/03/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0005356/2019-40	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos no processo de Compensação Florestal Minerária	
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Observação</b>
Recomendação Implementada	Elaborar Plano de Ação para os riscos altos identificados	O Plano de Ação foi remetido pelo Gabinete do IEF em 05/04/2022. As ações serão monitoradas de acordo com as diretrizes da AUGÉ/CGE, ou de acordo com as datas de implementação.

<b>9) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1038468/2021 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0008503/2021-37	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas no âmbito do IEF para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas de convênios de saída.	
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>	<b>Observação</b>
Recomendações não implementadas*	<p>Recomendação nº 01- Verificar eventual necessidade de regularização das informações sobre o status dos convênios no Sigcon/Saída, em especial, àqueles já baixados que constam a informação “Sem identificação de status” no “Diagnóstico do Passivo de Prestação de Contas de Convênios de Saída e Instrumentos Congêneres”, emitido em 2019 pela CGE (vide apêndice I.C);</p> <p>Recomendação nº 02- Promover a multiplicação do conhecimento concernente aos procedimentos de celebração, acompanhamento/fiscalização e análise de prestação de contas relativo aos instrumentos de transferências de recursos de saída, tendo em vista o atual quadro funcional disponível para essas atividades na GCOF/DAF;</p> <p>Recomendação nº 3- Aprimorar, no âmbito do IEF, os mecanismos de controle, com a institucionalização de manuais, instruções de serviço ou notas orientativas, relativos às atividades que envolvem todas as fases dos instrumentos de transferência de recursos de saída;</p>	*As medidas de gestão foram encaminhadas pelo Gabinete do IEF em 11/07/2022. Assim sendo, o monitoramento e avaliação do cumprimento serão efetuados no segundo semestre do ano corrente.

<b>9) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1038468/2021 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0008503/2021-37	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas no âmbito do IEF para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas de convênios de saída.	
Status	Recomendação	Observação
	<p>Recomendação nº 04 - Prover os recursos necessários, que possam garantir a análise suficiente, adequada e tempestiva dos instrumentos de transferência de recursos de saída do IEF, e conclusão em tempo razoável, considerando que o tempo de médio de tramitação referente ao escopo desta nota de auditoria é de, em média, 3.526 dias corridos;</p> <p>Recomendação nº 05- Adotar providências para a redução do tempo de adoção de medidas de ressarcimento ao erário dos convênios cujas prestações de contas ainda não foram baixadas, conforme o caso, considerando o que dispõe a IN 03/2013 do TCE/MG, que estabelece o prazo de 180 dias para adoção das medidas administrativas internas a partir da data do evento ou, quando desconhecida, da data da ciência do fato pela autoridade administrativa, nos casos de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e de caracterização de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 6- Verificar a situação atual dos 7 (sete) instrumentos de TDCO não encerrados na ocasião da finalização da força tarefa (vide apêndice I.B), e adotar as medidas pertinentes a cada caso;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 8- Verificar, de acordo com eventual potencial de instrumentos a serem celebrados, a conveniência e oportunidade de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos e instrumentos congêneres, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;</p>	



<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF	
Status	Recomendação	Observação
Recomendações Implementadas      não	<p>Recomendação 1-A - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando: a verificação das medidas de gestão aplicáveis para a destinação ou perdimento dos bens apreendidos vinculados aos respectivos autos de infração, no que couber; e ainda, eventual viabilidade de emissão de decisão administrativa definitiva;</p> <p>Recomendação 1-B - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a verificação quanto a eventual viabilidade de constituição de crédito e exigibilidade das obrigações referentes à Reposição Florestal, para os autos de infração que possuem fato gerador, considerando, pois, a verificação da eventual pré-existência das informações (nos autos de infração) necessárias para a efetivação da cobrança;</p> <p>Recomendação 1-C - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento a verificação das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento.</p> <p>Recomendação 2 - Em se verificando a impossibilidade de aplicação de tais medidas para todos os autos de infração prescritos e remetidos em razão do lapso temporal transcorrido, estabelecer critérios objetivos de priorização, a exemplo dos autos de infração mais recentes ou que possuem maiores valores;</p> <p>Recomendação 3 - Certificar quanto ao exaurimento das medidas de gestão e controle aplicáveis, passíveis de implementação, em relação aos autos de infração que culminaram em prescrição e foram abarcados pela remissão, inclusive quando a atualização dos dados e informações nos autos de nos sistemas de informação, para promoção do arquivo definitivo dos processos;</p> <p>Recomendação 4 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço e afins, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de apreensão, gestão, manutenção, armazenamento, decisão administrativa e destinação/perdimento dos bens apreendidos decorrentes do exercício do Poder de Polícia Ambiental, exercidos pelo IEF;</p>	<p>Plano de Ação não encaminhado pela unidade auditada.</p> <p>Pertinente ressaltar que a CSEC prestou Consultoria, na modalidade Facilitação, cujo objeto foi “Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos no processamento das multas por infração à legislação ambiental aplicadas pelo IEF, contemplando as fases de instrução dos autos de infração até o trânsito em julgado, e encaminhamento para inscrição em dívida ativa”.</p> <p>A referida ação visa subsidiar a gestão no cumprimento da recomendação nº 15.</p> <p>O trabalho foi finalizado e o Relatório de Auditoria foi encaminhado por meio do processo SEI!MG nº 1520.01.0002649/2022-79, em 11/07/2022.</p>

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF	
Status	Recomendação	Observação
	<p>Recomendação 5 - Em se verificando a necessidade ou pertinência de extensão dos controles para todos os bens apreendidos oriundos da atividade de fiscalização da agenda verde, independentemente da competência da lavratura do auto de infração, que seja estabelecida articulação com a Semad.</p> <p>Recomendação 6 - Implementar mecanismos de controle internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, parâmetros, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da taxa florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia Ambiental exercidos pelo IEF;</p> <p>Recomendação 7 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da reposição florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia exercidos pelo IEF, nos casos em que houver fato gerador.</p> <p>Recomendação 8 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de acompanhamento e conclusão dos TACs vinculados a processos de autos de infração lavrados pelo IEF;</p> <p>Recomendação 9 - Elaborar e implementar mecanismos de controles internos que visem garantir a razoável duração do processamento dos autos de infração, a exemplo do estabelecimento de indicadores por URFBio, a partir do conhecimento da infração ou lavratura do auto de infração;</p> <p>Recomendação 10 - Elaborar e institucionalizar um fluxograma contemplando o processamento dos autos de infração para a clara visualização de todas as fases, competências e atores envolvidos nestas atividades;</p> <p>Recomendação 11 - Verificar a pertinência e viabilidade de promover a automação completa do processamento dos autos de infração, que possibilite: o controle de tramitação e dos prazos processuais; a efetiva gestão e monitoramento do processo, em todas as suas fases; que notificações ao autuado e os atos processuais por ele praticados possam ser feitos por meio digital;</p> <p>Recomendação 12 - Em caso de constatada inviabilidade ou não pertinência de promoção da automação completa do processamento dos autos de infração, verificar a viabilidade e pertinência de adotar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI/MG,</p>	

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF	
Status	Recomendação	Observação
	<p>para tramitação dos processos de autos de infração a serem lavrados, bem como, a digitalização dos que ainda não tiveram trânsito em julgado no âmbito da autarquia;</p> <p>Recomendação 13 - De modo a garantir a padronização dos atos processuais, independentemente da forma utilizada, (processo físico ou eletrônico), elaborar e instituir controles, a exemplo de manual, instrução de serviço, notas orientativas, ou afins, contemplando a proposição de modelos de documentos a serem produzidos na fase de instrução processual (forma, prazos e o conteúdo mínimo dos documentos a serem produzidos);</p> <p>Recomendação 14 - De modo a garantir uniformidade das informações, implementar metodologia padronizada de controle e gestão de processos, inclusive para utilização nas URFBio, considerando a existência de sistema de informação e planilhas eletrônicas com formatos distintos;</p> <p>Recomendação 15 - Em consonância com as diretrizes do Plano Mineiro de Promoção da Integridade – PMPI, e com o intuito de identificar os principais riscos e gargalos decorrentes do exercício de polícia ambiental, implementar a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração de competência do IEF, contemplando todas as fases da lavratura e processamento dos autos de infração, até a inscrição e recebimento dos valores, inclusive em sede de dívida ativa;</p> <p>Recomendação 16 - Em se aplicando a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração, elaborar um plano de ação para adoção de medidas que possam tratar os riscos mensurados, em consonância ao apetite a riscos a que o órgão estiver disposto a suportar;</p> <p>Recomendação 17 - Promover transparência e controle social no que tange aos autos de infração de competência da autarquia, disponibilizando em transparência ativa, bem como em dados abertos, para qualquer interessado (autuado, sociedade, instituições de pesquisa, organizações governamentais, órgãos de controle, etc.) por data de lavratura, valor da multa aplicada, tipo de infração, localidade da infração, medidas cautelares aplicadas, fase em que se encontra, dentre outros dados relevantes.</p>	

Tabela 6D – Status das recomendações emitidas pela CSEC do Igam

<b>1) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0250.19 <b>Data:</b> 28/02/2019 <b>Processo</b> <b>SEI/IGM:</b> 1520.01.0001479/2019-56	<b>Ação:</b> Exames realizados na gestão da Abha para execução do Contrato de Gestão nº 02/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, cujo objetivo consistiu no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo ao Contrato, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araguari, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio Araguari (UPGRH PN2) e para o fortalecimento institucional do CBH Araguari.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Abha:</b> Apresentar justificativa de pagamento da taxa de lavada de veículo, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais); <ol style="list-style-type: none"><li>1. Apresentar justificativa da aquisição do roteador não previsto no orçamento aprovado;</li><li>2. Implementar controles gerenciais para os procedimentos relativos às despesas de viagens;</li><li>3. Estabelecer procedimentos administrativos processuais as despesas de viagens;</li><li>4. Providenciar o ressarcimento dos viajantes que não efetuaram a prestação de contas das diárias recebidas;</li><li>5. Implementar sistema de controle patrimonial;</li><li>6. Promover a efetiva realização de inventário físico patrimonial;</li><li>7. Analisar os tipos de bens, quantos itens, quantos e quais são os locais, padronização de nomenclaturas, etiquetas patrimoniais (placas de bens patrimoniais), e promover o cadastramento de todos os bens adquiridos no âmbito dos Contratos firmados com o Igam, especialmente do Contrato de Gestão nº 02/2017, identificando-os com um número patrimonial com etiqueta de código de barras, coleta de dados com descrição padronizada e detalhada (marca, modelo e número de série), classificação por Departamento, localização física (prédio, andar, sala, etc), setor ou pessoa responsável, etc;</li><li>8. Que seja realizada a carga de todo o equipamento ou material permanente distribuído às unidades da entidade, com a emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, que deverão conter os elementos necessários à perfeita caracterização do material distribuído, bem como ser assinados pelos respectivos consignatários;</li><li>9. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>10. Completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis;</li><li>11. Sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>12. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>13. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>

<b>2) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0650.19 <b>Data:</b> 04/04/2019 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0001504/2019-60	<b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria o resultado dos exames realizados na gestão da Agência Peixe Vivo para execução do Contrato de Gestão nº 003/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, cujo objetivo consistiu no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo aos Contratos, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio das Velhas (UPGRH SF5) e para o fortalecimento institucional do respectivo Comitê.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Agência Peixe Vivo:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Reavaliar a alocação na parcela dos 92,5% das despesas realizadas mediante Contrato 002/2014, junto ao fornecedor Tanto Design LTDA – ME;</li><li>2. Reavaliar a alocação na parcela dos 92,5% das despesas com serviço de publicação;</li><li>3. Reavaliar a alocação na parcela dos 92,5% das despesas com serviços de reprografia;</li><li>4. Viabilizar a adoção de acompanhamento e monitoramento, mesmo que periódicos, após a conclusão da execução de um projeto, a fim de garantir a manutenção dos benefícios conquistados para a bacia a longo prazo.</li><li>5. Avaliar a possibilidade da constituição de comissão de inventário;</li><li>6. Promover a efetiva realização de inventário físico dos bens adquiridos no âmbito dos contratos de gestão firmados com o Igam;</li><li>7. Promover a inserção de data e assinatura nos termos de responsabilidade patrimonial;</li><li>8. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>9. Completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis;</li><li>10. Sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>11. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>12. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>

<b>3) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0649.19 <b>Data:</b> 04/04/2019 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0001504/2019-60	<b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria o resultado dos exames realizados na gestão da Agência Peixe Vivo para execução do Contrato de Gestão nº 003/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, cujo objetivo consistiu no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo aos Contratos, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica do Rio das Velhas (UPGRH SF5) e para o fortalecimento institucional do respectivo Comitê.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Agência Peixe Vivo:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Continuar aperfeiçoando continuamente seus mecanismos de controle, fluxos e tramitações internas e que providencie capacitações dos empregados a fim de reciclagem.</li><li>2. Analisar a relação custo-benefício de alguns controles pela gestão, em função de futuras avaliações quanto aos riscos inerentes às aquisições/contratações e do tratamento adotado para mitigá-los, com vistas a oportunizar melhorias no fluxo da contratação, tornando-o mais eficiente em face dos objetivos institucionais.</li><li>3. Avaliar a possibilidade da constituição de comissão de inventário;</li><li>4. Promover a realização de inventário físico dos bens adquiridos no âmbito dos contratos de gestão firmados com o Igam;</li><li>5. Elaborar termos de responsabilidade patrimonial;</li><li>6. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>7. Completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis.</li><li>8. Sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>9. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>10. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<p><b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 2240.0534.19 <b>Data:</b> 11/04/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0004136/2018-03</p>	<p><b>Ação:</b> Gerenciamento do Riscos no processo de Cobrança pelo uso de recursos hídricos, visando à identificação dos riscos relacionados, bem como a avaliação da estrutura de controle no gerenciamento de riscos, referenciado na metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) – método CGE.</p>
Status	Recomendação
<p>Recomendações implementadas, medidas em curso</p> <p>não com</p>	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Tratar os riscos altos e médios, de acordo com o apetite ao risco da organização. Assim como, a necessidade de se efetuar o monitoramento dos riscos identificados, no intuito de validar os resultados apontados, assim como identificar novos riscos que porventura apareçam.</li> </ol>

<p><b>5) Documento:</b> Nota de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.1185.19 <b>Data:</b> 12/04/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b></p>	<p><b>Ação:</b> Exames realizados na gestão do Instituto BioAtlântica (Ibio) para execução do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), cujo objeto consiste no alcance pela entidade das metas constantes nos Programas de Trabalho anexos ao Contrato, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas do rio Piranga, do rio Piracicaba, do rio Santo Antônio, do rio Suaçuí, do rio Caratinga e do rio Manhuaçu, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce (UPGRHs: DO1, DO2, DO3, DO4, DO5 e DO6) e fortalecimento institucional dos comitês.</p>
Status	Recomendação
<p>Registro a impossibilidade de avaliação da efetividade da ação, pois não foram encaminhadas evidências de implementação das ações propostas no plano de ação e o contrato de gestão celebrado entre o IGAM e IBIO fora rescindindo em 2019, portanto não há quaisquer ações que caibam implementação ou avaliação</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Analisar a relação custo-benefício de alguns controles pela gestão, em função de futuras avaliações quanto aos riscos inerentes às aquisições/contratações e do tratamento adotado para mitigá-los, com vistas a oportunizar melhorias no fluxo da contratação, tornando-o mais eficiente em face dos objetivos institucionais.</li> <li>2. Providenciar o ressarcimento dos viajantes que não efetuaram a prestação de contas das diárias recebidas;</li> <li>3. Especificar, em ambos os casos, os motivos pelos quais é efetuado ou não o desconto do valor correspondente ao vale alimentação das diárias de viagem concedidas para empregados do Ibio;</li> <li>4. Que todas as viagens que tenham como finalidade as atividades das sub-bacias mineiras sejam custeadas, quando se fizer jus à diária, com recursos do contrato de gestão celebrado com o Igam. Desta forma, tanto as despesas com locomoção quanto as com diária/alimentação devem ser custeadas com a mesma fonte de recurso;</li> <li>5. Apresentar tanto o formulário de solicitação de diárias quanto o relatório de viagem em todas as solicitações de viagens;</li> <li>6. Contemplar descrição da função e/ou representatividade do conselheiro em todas as viagens;</li> <li>7. Implementar mecanismos de alerta quanto aos prazos para prestação de contas depois de transcorrida a viagem, de acordo com a Deliberação Normativa CERH-MG nº 46/2014;</li> <li>8. Preencher o campo destinado às informações do veículo oficial no relatório de viagem;</li> <li>9. Preencher o formulário próprio nos casos de uso de veículo particular em viagem, de acordo com a Deliberação Normativa CERH-MG nº 46/2014;</li> </ol>



<b>5) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1185.19 <b>Data:</b> 12/04/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b>	<b>Ação:</b> Exames realizados na gestão do Instituto BioAtlântica (Ibio) para execução do Contrato de Gestão nº 01/2017, firmado com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), cujo objeto consiste no alcance pela entidade das metas constantes nos Programas de Trabalho anexos ao Contrato, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito dos Comitês de Bacias Hidrográficas do rio Piranga, do rio Piracicaba, do rio Santo Antônio, do rio Suaçuí, do rio Caratinga e do rio Manhuaçu, contribuindo, por meio da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência das bacias hidrográficas dos afluentes mineiros do rio Doce (UPGRHs: DO1, DO2, DO3, DO4, DO5 e DO6) e fortalecimento institucional dos comitês.
Status	Recomendação
sob o aprimoramento e efetividade do SEGRH-MG visto a impossibilidade de acompanhamento de seus resultados no tempo.	<ol style="list-style-type: none"><li>10. Comprovar a participação dos conselheiros em todas as reuniões e/ou eventos objeto dos deslocamentos;</li><li>11. Que nas solicitações de diárias a serem custeadas com recursos de investimento (92,5%) seja descrito a representatividade do colaborador na atividade e, principalmente, sendo custeado pelos 92,5%, demonstrar que aquela atividade realizada não é uma atribuição de rotina do comitê. Lado outro, a despesa deve ser custeada com 7,5%. A mesma recomendação aplica-se aos serviços de aluguel de veículo e serviços de “coffee break” custeados na rubrica de 92,5%.</li><li>12. Observar, para efeito de economicidade, as opções mais vantajosas para os cofres públicos quando do uso de aluguel de veículos;</li><li>13. Descrever todos os itens pertinentes a viagens aéreas na solicitação de emissão da passagem, tais como: função e/ou representatividade do conselheiro na viagem, informação que o colaborador hospedará as suas despesas (quando for o caso), entre outras;</li><li>14. Não utilizar saldos de ambas as rubricas (7,5% e 92,5%) para cobrir despesas de outras fontes;</li><li>15. Implementar sistema de controle patrimonial;</li><li>16. Promover a efetiva realização de inventário físico patrimonial;</li><li>17. Analisar os tipos de bens, quantos itens, quantos e quais são os locais, padronização de nomenclaturas, etiquetas patrimoniais (placas de bens patrimoniais), e promover o cadastramento de todos os bens adquiridos no âmbito dos Contratos firmados com o Igam, especialmente do Contrato de Gestão nº 01/2017, identificando-os com um número patrimonial com etiqueta de código de barras, coleta de dados com descrição padronizada e detalhada (marca, modelo e número de série), classificação por Departamento, localização física (prédio, andar, sala, etc), setor ou pessoa responsável, etc;</li><li>18. Que seja realizada a carga de todo o equipamento ou material permanente distribuído às unidades da entidade, com a emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, que deverão conter os elementos necessários à perfeita caracterização do material distribuído, bem como ser assinados pelos respectivos consignatários;</li><li>19. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>20. Efetuar a completude dos procedimentos contábeis, como realização da depreciação e amortização mensais dos bens móveis;</li><li>21. Realizar a sistematização e condução de processos contínuos de desfazimento;</li><li>22. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>23. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso;</li><li>24. A inclusão, nas entrevistas realizadas pela entidade, da indagação se o proprietário é usuário de recursos hídricos;</li><li>25. A adoção de ações para mensurar os reflexos na bacia hidrográfica, como a efetuação de diagnóstico do antes e depois do da realização do programa hidroambiental, de modo a identificar a efetividade da ação na bacia, em termos de melhorias da quantidade e qualidade da água.</li></ol>



<b>6) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0640.19 <b>Data:</b> 12/04/2019 <b>Processo</b> <b>SEIMG:</b> 1520.01.0001531/2019-10	<b>Ação:</b> Esta Nota de Auditoria se refere aos resultados dos exames realizados na gestão da Associação PróGestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul (Agevap) para execução dos Contratos de Gestão nº 01/2014 e nº 02/2014, firmados com este Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), cujo objetivo consiste no alcance pela entidade das metas constantes no Programa de Trabalho anexo ao Contrato de Gestão, mediante o exercício das funções de Agência de Bacia no âmbito do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna e do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Pomba e Muriaé. A aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água visa contribuir para a melhoria das condições quantitativas e qualitativas dos recursos hídricos na área de abrangência da bacia hidrográfica dos rios Preto e Paraibuna (UPGRH PS1), da bacia hidrográfica dos rios Pomba e Muriaé (UPGRH PS2) e para o fortalecimento institucional dos seus respectivos CBH's.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações à Agevap:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Movimentação dos recursos financeiros referentes ao custeio e investimento em contas bancárias distintas;</li><li>2. Anexar nas prestações de contas as cópias das passagens aéreas, quando for utilizado transporte aéreo;</li><li>3. Promover a compra de passagens aéreas com prazo mínimo de 10 dias do deslocamento, visando melhor planejamento e economicidade;</li><li>4. Na solicitação de diárias, especialmente no caso de despesas pagas, faz-se necessário que observe se o valor concedido está de acordo com as faixas previstas na Deliberação Normativa CERH-MG nº 46/2014 e se a diária aplicada seria integral ou parcial;</li><li>5. Quando o colaborador tiver suas despesas com hospedagem custeadas às próprias expensas, sem a utilização dos recursos do Contrato de Gestão, que tal ocorrência seja devidamente identificada;</li><li>6. Recomenda-se que, na solicitação de diária, seja descrita a função e/ou representatividade do colaborador naquela viagem;</li><li>7. Exigência da apresentação na prestação de contas, anexo ao relatório de viagem, o certificado de participação do colaborador em evento, conforme os normativos vigentes;</li><li>8. Imprescindível que o preenchimento do recibo de táxi ocorra de forma completa, correta, legível e sem rasura;</li><li>9. Recomenda-se atenção da Agevap quanto às melhores práticas para substituição de funcionários em férias regulamentares de forma a se ter melhor economicidade nestas situações;</li><li>10. No caso de desconto do vale alimentação devido à utilização de “despesas pagas”, recomenda-se que no relatório de viagem conste esta informação;</li><li>11. Promover a efetiva realização de inventário físico patrimonial;</li><li>12. Analisar os tipos de bens, quantos itens, quantos e quais são os locais, padronização de nomenclaturas, etiquetas patrimoniais (placas de bens patrimoniais), e promover o cadastramento de todos os bens adquiridos no âmbito dos Contratos firmados com o Igam, identificando-os com um número patrimonial com etiqueta de código de barras, coleta de dados com descrição padronizada e detalhada (marca, modelo e número de série), classificação por Departamento, localização física (prédio, andar, sala, etc), setor ou pessoa responsável, etc;</li><li>13. Que seja realizada a carga de todo o equipamento ou material permanente distribuído às unidades da entidade, com a emissão dos respectivos Termos de Responsabilidade, que deverão conter os elementos necessários à perfeita caracterização do material distribuído, bem como ser assinados pelos respectivos consignatários;</li><li>14. Em caso de distribuição ou redistribuição de equipamento ou material permanente, que haja atualização do Termo de Responsabilidade, para que dele conste a nova localização, seu estado de conservação e a assinatura do novo consignatário;</li><li>15. Avaliar a viabilidade de edição do manual de gestão e patrimônio;</li><li>16. Adotar medidas administrativas para apuração de responsabilidades em relação aos bens não localizados (desaparecimento) de forma tempestiva, se for o caso.</li></ol>

<b>7) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1334.19 <b>Data:</b> 10/09/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b> 2240.01.0002140/2018-58	<b>Ação:</b> Trata-se de pendências apontadas em Relatórios de Controle Interno (RCI) da Prestação de Contas dos exercícios financeiros de 2014, 2015, 2016 e 2017, relacionadas à gestão patrimonial no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), quais sejam: falta de lançamento de valor de imóvel na conta contábil 1.4.2.01.02.00.00 – Bens Imóveis; bem como ausência de providências quanto à regularização dos bens constantes do acervo patrimonial do extinto departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais – DAE.
Status	Recomendação
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Sugere-se que a avaliação dos imóveis do Igam, a fim de regularizar as pendências contábeis no que tange à gestão patrimonial, seja procedida pela própria autarquia.</li><li>2. Instituição de Comissão (ões) de Avaliação de Bens Imóveis (ou equivalente) composta por próprios servidores do Sisema que possuam formação nas áreas de Engenharia, Arquitetura ou Agronomia, em consonância ao disposto no art. 11 do Decreto n. 46.467/2014;</li><li>3. Além disso, no intuito ainda de cumprir a disposição deste normativo, recomenda-se verificar se os servidores com formação nas áreas supracitadas a serem indicados para comporem a (s) Comissão (ões) possuem registro vigente nos respectivos conselhos profissionais;</li><li>4. Dentro do possível, sugere-se que sejam designados os servidores – que se enquadrarem nos critérios supraditos – que estejam em exercício nos mesmos municípios, ou em municípios o mais próximo possível, de localização dos imóveis do Igam pendentes de regularização.</li><li>5. Na impossibilidade de realização da sugestão de procedimentos n. 1 – caso os servidores do Sisema graduados em Engenharia Civil; Arquitetura e/ou Agronomia não possuam registro nos respectivos conselhos profissionais, por exemplo – sugere-se que seja verificada a possibilidade de realização de Acordo ou Parceira junto a outro órgão/entidade público que possua no seu quadro de servidores profissionais graduados nas áreas de engenharia; arquitetura e/ou agronomia, para realização das avaliações ou reavaliações dos imóveis do Igam pendentes de regularização.</li></ol>

<b>8) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1541.19 <b>Data:</b> 25/10/2019 <b>Processo SEI/IMG:</b> 2240.01.0000546/2018-28	<b>Ação:</b> Trata-se de Processo Sei n. 2240.01.0000546/2018-28, referindo-se esta Nota de Auditoria ao atendimento do solicitado no Memorando.IGAM/GAB.nº 287/2019, de 21 de outubro de 2019 (8485793).
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Assim sendo, fica a cargo da autoridade máxima a escolha do critério a ser utilizado dentre esses citados, por apresentar embasamento legal, ou outro que julgar de melhor entendimento, desde que devidamente justificado.</li></ol>

<b>9) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0496.20 <b>Data:</b> 15/05/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Atendimento de Demandas Meteorológicas desse Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação ao IGAM:</b> 1. Elaborar Plano de Ação para os riscos identificados.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Adotar medidas de gestão junto à SEF a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo estado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.  <b>Recomendações ao IBIO<sup>6</sup>:</b> Em que pese vislumbrar-se a existência de medidas saneadoras para mitigar os riscos identificados na gestão do IBIO, não serão recomendadas ações relacionadas face ao encerramento das atividades da Agência de Bacia, advindos da rescisão contratual requisitada pela Entidade Equiparada, conforme informado na contextualização deste Relatório de Auditoria.  <b>Recomendações ao CBH DO1<sup>7</sup>:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade; <b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;

<sup>6</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005393/2020-08.

<sup>7</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005928/2020-16.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
	<p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO2<sup>8</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO3<sup>9</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p>

<sup>8</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005857/2020-90.

<sup>9</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005929/2020-86.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
	<p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO4<sup>10</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p> <p><b>Recomendações ao CBH DO5<sup>11</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;</p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce;</p>

<sup>10</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005930/2020-59.

<sup>11</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005931/2020-32.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
	<b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.  <b>Recomendações ao CBH DO6<sup>12</sup>:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade; <b>Recomendação nº 2:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão; <b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função; <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Doce; <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.
Recomendações não implementadas	<b>Recomendações ao IGAM<sup>13</sup>:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores;</li><li>2. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes;</li><li>3. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica;</li><li>4. Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</li><li>5. Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas);</li><li>6. Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</li></ol>

<sup>12</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005932/2020-05.

<sup>13</sup> Por meio do Despacho nº 38/2023/IGAM/GAB (59503641), o gestor requisitou prazo até o dia 17/03/2023 para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 2/2023 (58945163), no qual a Controladoria Seccional solicitou pontuar, no Plano de Ação, e encaminhar as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

<b>10) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0349.21 <b>Data:</b> 05/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0010165/2020-77	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações não implementadas, com medidas em curso	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 1. Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão.

<b>11) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0431.20 <sup>14</sup> <b>Data:</b> 27/04/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 2240.01.0000546/2018-28	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional por meio do processo SEI/IMG n. 2240.01.0000546/2018-28, face ao potencial dano ao erário detectado na prestação de contas apresentada pelo Instituto BioAtlântica – Ibio, decorrente dos valores despendidos aos Atos Convocatórios nº 010/213, 011/2013, 012/2013, 014/2013, 017/2013, 022/2013 e 030/2013.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 1. Em face do exposto, permanecendo a decisão definitiva pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos aos oito Atos Convocatórios, a saber, R\$ 7.150.029,03 (sete milhões, cento e cinquenta mil, vinte e nove reais e três centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.

<sup>14</sup> Processo Sei! MG 2240.01.0000546/2018-28.



<b>12) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0434.20 <b>Data:</b> 28/04/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 2240.01.0000512/2020-67	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional no dia 27 de abril de 2020, por meio do processo SEI/IMG nº 2240.01.0000512/2020-67, Memorando.IGAM/GAB.nº 36/2020 (13599569), emitido pela Chefe de Gabinete do Igam, no qual solicita avaliação desta Controladoria Seccional sobre o potencial dano ao erário detectado pelo Instituto na análise dos Atos Convocatórios IBIO nº 07/2013, 08/2013 e 16/2013 que originaram os Contratos IBIO nº 20/2013, 21/2013 e 22/2013, para contratação dos Planos Municipais de Saneamento Básico na Bacia Hidrográfica do rio Piracicaba.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Em face do exposto, permanecendo a decisão definitiva pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos aos três Atos Convocatórios, a saber, R\$ 2.282.118,50 (dois milhões, duzentos e oitenta e dois mil, cento e dezoito reais e cinquenta centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.</li></ol>

<b>13) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0609.20 <b>Data:</b> 26/06/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005343/2020-97	<b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria sobre a gestão patrimonial exercida pelo Igam sobre os bens cedidos pela Agência Nacional de Águas (ANA), no âmbito do Termo de Cessão de Uso de Bem Público Nº 2.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Elaborar Manual de Gestão Patrimonial, normatizando procedimentos sobre a gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA.</li><li>2. Elaborar fluxo do processo de gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA.</li><li>3. Analisar a viabilidade de implementar sistema de controle patrimonial.</li></ol>



<b>14) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0797.20 <b>Data:</b> 10/08/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1370.01.0001065/2018-42	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional por meio do Despacho nº 617/2020/IGAM/GAB (15919615) remetido no processo SEI/IMG Nº 1370.01.0001065/2018-42, para manifestação quanto ao provimento do Recurso Administrativo impetrado pelo Ibio (14403070), contrário às irregularidades citadas no Parecer Financeiro NCPCON nº 9 (3900598), relativo à prestação de contas das bacias dos rios Piranga, Piracicaba, Santo Antônio, Suaçuí, Caratinga e Manhuaçu, ano de 2013, no âmbito do Contrato de Gestão nº 001/2011.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Em face do exposto, decidindo o Igam pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos aos fornecedores Prefácio Comunicação LTDA e Nassau Editora Rádio e TV LTDA, a saber, R\$ 26.405,36 (vinte e seis mil, quatrocentos e cinco reais e trinta e seis centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.</li></ol>

<b>15) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0803.20 <b>Data:</b> 11/08/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 2240.01.0001283/2020-08	<b>Ação:</b> Trata-se de expediente recebido nesta Controladoria Seccional por meio do Despacho nº 607/2020/IGAM/GAB (15779701) remetido no processo SEI/IMG Nº 2240.01.0001283/2020-08, para manifestação face ao potencial dano ao erário detectado na primeira prestação de contas parcial do Contrato de Gestão nº 001/2011, apresentada pelo Instituto BioAtlântica (Ibio), proveniente da contratação do Centro de Integração Empresa Escola de Minas Gerais (CIEE-MG).
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Em face do exposto, sendo a decisão definitiva do Igam pela glosa total dos recursos financeiros, recomenda-se a adoção de medidas de ressarcimento ao erário cabíveis, referente à totalidade dos valores despendidos ao CIEE-MG no âmbito do Termo de Parceria de Membro Cooperador Nº 4414/13, no montante de R\$ R\$ 305.047,13 (trezentos e cinco mil, quarenta e sete reais e treze centavos), devidamente corrigidos nos termos da legislação vigente.</li></ol>

<b>16) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.1486.20 <b>Data:</b> 10/11/2020 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0011756/2020-91	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Adotar medidas de gestão junto à SEF a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo Estado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.
Recomendações não implementadas	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores. <b>Recomendação nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes; <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica; <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão a ser instituído pelos CBH's. <b>Recomendação nº 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas); <b>Recomendação nº 9:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas ( <i>accountability</i> );  <b>Recomendações ao CBH PS1:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Instituir e operacionalizar o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão visando um acompanhamento mais efetivo dos projetos e ações desenvolvidos pela Entidade. <b>Recomendação nº 2:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Paraíba do Sul. <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH.  <b>Recomendações ao CBH PS2:</b>

<b>16) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.1486.20 <b>Data:</b> 10/11/2020 <b>Processo SEIIMG:</b> 1520.01.0011756/2020-91	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
	<b>Recomendação nº 1:</b> Instituir e operacionalizar o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão visando um acompanhamento mais efetivo dos projetos e ações desenvolvidos pela Entidade. <b>Recomendação nº 2:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. <b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função. <b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio Paraíba do Sul. <b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH.
Recomendações implementadas, não com medidas em curso	<b>Recomendações ao IGAM:</b> <b>Recomendação nº 6:</b> Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão. <b>Recomendação nº 8:</b> Avaliar a possibilidade de aperfeiçoar os normativos relacionados aos contratos de gestão de gestão, no sentido de aprimorar o processo de contratação de fornecedores realizados pela Entidade Equiparada, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e o fluxo de prestação de contas.  <b>Recomendações à Agevap:</b> <b>Recomendação nº 1:</b> Aperfeiçoar a forma de planejar o PPA e POA de forma a incorporar no PPA os projetos e ações que visem o alcance dos objetivos da bacia hidrográfica, balizado, precisamente, com o POA com a capacidade operacional da Agência de Bacia no determinado período. <b>Recomendação nº 2:</b> Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das bacias hidrográficas dos rios Preto e Paraibuna, rios Pomba e Muriaé, e da bacia hidrográfica em nível federal. <b>Recomendação nº 3:</b> Adotar ações que visem fomentar o fortalecimento do sistema participativo nos CBH's que representam o lócus de articulação política na busca da definição e formulação de políticas públicas de recursos hídricos, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços. <b>Recomendação nº 4:</b> Aperfeiçoar o planejamento para que os planos apresentem claramente objetivos, metas e direção, bem como processo de construção da estratégia de sua implementação.

<b>16) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.1486.20 <b>Data:</b> 10/11/2020 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0011756/2020-91	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
	<b>Recomendação nº 5:</b> Adotar medidas para que os recursos necessários para implementação dos planos sejam considerados e decisivos no momento da formulação e implementação dos projetos, em especial quanto à divisão de atribuições e atividades; de forma que os atores que estão envolvidos na implementação estejam de acordo e compreendem a política traçada. <b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de buscar parcerias nacionais e internacionais para maior capacidade de atuação e investimento nas bacias hidrográficas dos rios Preto e Paraibuna e Pomba e Muriaé.
Não implementada - assunção do risco pelo gestor	<b>Recomendações ao CBH PS1:</b> <b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função. <b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.  <b>Recomendações ao CBH PS2:</b> <b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.

<b>17) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1497.20 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I).
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação 06)</b> Estabelecer processo de identificação, análise, tratamento e monitoramento dos riscos organizacionais, conforme diretriz do Decreto nº 47.185 de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade. Iniciar esse processo pelo levantamento dos riscos estratégicos no âmbito dos processos críticos para o IGAM, envolvendo a alta direção e os gestores de unidades administrativas consideradas relevantes para a missão do IGAM. <b>Recomendação 07)</b> Definir as responsabilidades de controle interno e de prestação de contas das metas estabelecidas e as alcançadas para todos os cargos relevantes, considerando os objetivos e riscos da organização, visando atender uma diretriz do Decreto nº 47.185 de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que preconiza a valorização dos mecanismos de controle interno da gestão. <b>Recomendação 11)</b> Elaborar e divulgar os objetivos individuais e de equipe, que devem ser definidos em termos mensuráveis, a todos os servidores. <b>Recomendação 15)</b> Elaborar e aprovar o planejamento estratégico, desdobrando-o em planejamentos tático e operacional. <b>Recomendação 16)</b> Estabelecer indicadores para que as metas dos planejamentos possam ser monitoradas. <b>Recomendação 18)</b> Formalizar os Planos Tático e Operacional em consonância com o Planejamento Estratégico atualizado. <b>Recomendação 24)</b> Desenvolver e documentar por diversos mecanismos (fluxogramas, matrizes, por exemplo) políticas e procedimentos para as atividades de controle dos processos significativos do Instituto. <b>Recomendação 25)</b> Instituir mecanismos para periodicamente monitorar e atualizar os controles, mantendo todos os procedimentos realizados documentados e registrados. <b>Recomendação 32)</b> Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores do IGAM.
Recomendações emitidas, com medidas em curso.	<b>Recomendação 01)</b> Avaliar a conveniência e oportunidade de estabelecer um Código de conduta próprio que inclua questões específicas do IGAM, assim como, aborde questões como pagamentos indevidos, uso adequado dos recursos, conflitos de interesse, aceitação de presentes, doações e uso de zelo profissional devido, entre outros; em observância ao Decreto nº 47.185, de 12/05/2017, que instituiu o Plano Mineiro de Promoção da Integridade, que por sua vez tem como uma de suas diretrizes o incentivo à criação e adoção de códigos de conduta ética específicos pelos órgãos e pelas entidades da administração pública do Poder Executivo. <b>Recomendação 02)</b> Ampliar a atuação de ética com realização de treinamentos, divulgação das normas adotadas sobre conduta ética para todos os servidores. <b>Recomendação 04)</b> Buscar uma atuação mais proativa da comissão de ética. <b>Recomendação 05)</b> Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema.

<b>17) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1497.20 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I).
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Não implementada, com prazo para implementação	<b>Recomendação 08)</b> Incrementar a atuação dos controles de segunda linha (no nível de setores/áreas). <b>Recomendação 09)</b> Monitorar e/ou revisar o processo de delegação de competências existente. <b>Recomendação 10)</b> Estabelecer as competências necessárias para a ocupação de cargos de gestão no IGAM, cujas descrições precisam ser periodicamente revisadas para garantir sua relevância face à mudança de expectativas internas e fatores externos. <b>Recomendação 12)</b> Realizar periodicamente pesquisa de clima organizacional. <b>Recomendação 13)</b> Mapear as competências necessárias para ocupação de cargos de gestão e para cargos em comissão no IGAM. <b>Recomendação 14)</b> Elaborar política de gestão de pessoas que inclua plano de capacitação, mapeamento de competências, avaliação de desempenho que monitore e avalie o desenvolvimento dessas competências (podendo até atribuir incentivos ou recompensas para os desempenhos satisfatórios). <b>Recomendação 17)</b> Revisar os objetivos e sub objetivos do IGAM para a verificação de sua relevância e adequação com os processos, atividades e com as leis, regulamentos e padrões aplicáveis ao Instituto. É importante que os objetivos estejam articulados com termos específicos, mensuráveis ou observáveis, atingíveis, relevantes e com delimitação temporal. <b>Recomendação 19)</b> Atualizar o Painel de Indicadores de modo a incluir todos os processos do IGAM. <b>Recomendação 20)</b> Analisar a conveniência e oportunidade da implantação de uma Política de Gestão de Riscos no IGAM. <b>Recomendação 22)</b> Criar controles para prevenir e detectar fraudes. <b>Recomendação 26)</b> Implementar o gerenciamento de riscos nos processos, de modo que os controles sejam proporcionais aos riscos identificados. <b>Recomendação 27)</b> Realizar avaliações das atividades de controle de maneira periódica ou quando os sistemas e processos significativos para os objetivos da entidade forem modificados, efetuando mudanças quando forem identificados controles redundantes, obsoletos ou ineficazes. <b>Recomendação 29)</b> Estabelecer controles quanto à circulação de informações sensíveis e para prevenir ou detectar acessos não autorizados. <b>Recomendação 30)</b> Realizar treinamentos específicos e/ou ações de divulgação e conscientização sobre política de segurança da informação. <b>Recomendação 35)</b> Criar indicadores de desempenho a fim de mensurar a efetividade das recomendações de auditoria implementadas. <b>Recomendação 36)</b> Estabelecer fluxo de avaliação das recomendações de auditoria externas ou internas.

<b>17) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.1497.20 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I).
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações não implementadas <sup>15</sup>	<p><b>Recomendação 03)</b> Desenvolver processos de avaliação de desempenho em conduta ética e incentivos que promovam o comportamento correto para a realização dos objetivos do IGAM.</p> <p><b>Recomendação 21)</b> Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente.</p> <p><b>Recomendação 23)</b> Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas.</p> <p><b>Recomendação 28)</b> Aplicar métodos (organogramas, fluxogramas, softwares e outros) para identificar incompatibilidades de funções para o nível de segregação desejado e posteriormente estabelecer controles alternativos se a segregação não estiver adequada.</p> <p><b>Recomendação 31)</b> A partir da realização periódica da pesquisa de satisfação, criar indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas e, assim, identificar possíveis pontos de melhoria.</p> <p><b>Recomendação 33)</b> Avaliar a conveniência e oportunidade de paulatinamente automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência.</p> <p><b>Recomendação 34)</b> Realizar atividades de monitoramento de controle interno para identificar tendências e fazer a revisão periódica dessas atividades almejando assim a melhoria contínua dos controles.</p>

<sup>15</sup> Não implementada - assunção de risco pelo gestor.

<b>18) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0213.21 <b>Data:</b> 12/02/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0000100/2021-35	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<p><b>Recomendação ao IGAM:</b></p> <p>1) Adotar medidas de gestão junto à SEF e SEPLAG a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo estado com a cobrança pelo uso de recursos Hídricos.</p> <p><b>Recomendação à APV:</b></p> <p>3) Adotar ações que visem fomentar o fortalecimento do sistema participativo nos CBH's que representam o lócus de articulação política na busca da definição e formulação de políticas públicas de recursos hídricos, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços.</p> <p><b>Recomendações aos CBH's:</b></p> <p><b>CBH SF2:</b></p> <p>4) Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio São Francisco.</p> <p>5) Avaliar a possibilidade de revisões progressivas dos PPU"s da cobrança, de forma a possibilitar maior potencial de investimento na Bacia Hidrográfica e adequação da Entidade Equiparada.</p> <p><b>CBH SF5:</b></p> <p>4) Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA que possam considerar, dentre outros, por exemplo, o grau de degradação de cada sub-bacias afluentes mineiras do rio São Francisco.</p> <p>5) Avaliar a possibilidade de revisões progressivas dos PPU"s da cobrança, de forma a possibilitar maior potencial de investimento na Bacia Hidrográfica e adequação da Entidade Equiparada.</p>



<b>18) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0213.21 <b>Data:</b> 12/02/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0000100/2021-35	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas, com prazo de implementação expirado <sup>16</sup>	<b>Recomendações ao IGAM:</b> 2) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores. 3) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes. 4) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na bacia hidrográfica. 5) Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 6) Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão. 7) Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas). 8) Avaliar a possibilidade de aperfeiçoar os normativos relacionados aos contratos de gestão de gestão, no sentido de aprimorar o processo de contratação de fornecedores realizado pela Entidade Equiparada, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e o fluxo de prestação de contas. 9) Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face de dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas ( <i>accountability</i> ).  <b>Recomendação à APV:</b> 2) Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das Bacias Hidrográficas do rio Pará, do rio das Velhas e da Bacia Hidrográfica em nível federal.  <b>Recomendações aos CBH's:</b> <b>CBH SF2:</b> 1) Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 2) Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. 3) Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.  <b>CBH SF5:</b> 1) Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 2) Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. 3) Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.

<sup>16</sup> Incluso os *status*: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<b>18) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0213.21 <b>Data:</b> 12/02/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0000100/2021-35	<b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas, com prazo para implementação	<b>Recomendação à APV:</b> 1) Aperfeiçoar a forma de planejar o PPA e POA de forma a incorporar no PPA os projetos e ações que visem o alcance dos objetivos da Bacia Hidrográfica, balizado, precisamente, com o POA, com a capacidade operacional da Agência de Bacia no determinado período. 4) Aperfeiçoar o planejamento para que os planos apresentem claramente objetivos, metas e direção, bem como processo de construção da estratégia de sua implementação. 5) Adotar medidas para que os recursos necessários para implementação dos planos sejam considerados e decisivos no momento da formulação e implementação dos projetos, em especial quanto à divisão de atribuições e atividades; de forma que os atores que estão envolvidos na implementação estejam de acordo e compreendam a política traçada. 6) Avaliar a possibilidade de intensificar as parcerias nacionais e internacionais para maior capacidade de atuação e investimento nas Bacias Hidrográficas do rio Pará e rio das Velhas.

<b>19) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0394.21 <b>Data:</b> 22/04/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação ao IGAM:</b> <b>1)</b> Adotar medidas de gestão junto à SEF e SEPLAG a fim de garantir o devido cumprimento legal do repasse dos valores arrecadados pelo estado com a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

<b>19) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1370.0394.21 <b>Data:</b> 22/04/2021 <b>Processo</b> 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2  <b>SEI/IMG:</b>	<b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
	<b>Recomendação ao CBH PN2:</b> 1. Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.
Recomendações emitidas, com prazo para implementação expirado <sup>17</sup>	<b>Recomendações ao IGAM<sup>18</sup>:</b> 1. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores. 2. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes. 3. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica. 4. Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão. 5. Avaliar a possibilidade de promover encontros periódicos com as Entidades Equiparadas afim de compartilhar as boas práticas adotadas na aplicação do recurso e no incremento de receita. 6. Instituir/estabelecer indicadores que possam aferir o desempenho/resultado da atividade finalística do Contrato de Gestão. 7. Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH e Entidades Equiparadas). 8. Avaliar a possibilidade de aperfeiçoar os normativos relacionados aos Contratos de Gestão, no sentido de aprimorar o processo de contratação de fornecedores realizados pela Entidade Equiparada, bem como a correta aplicação dos recursos financeiros e o fluxo de prestação de contas. 9. Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros do CBH atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas ( <i>accountability</i> )

<sup>17</sup> Incluso os *status*: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>18</sup> Por meio do Despacho nº 37/2023/IGAM/GAB (ID: 59503258), o gabinete do Igam solicitou prazo, até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 8/2023 (58960128), no qual a Controladoria Seccional solicitou ao gestor pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

<p><b>19) Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0394.21 <b>Data:</b> 22/04/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2</p>	<p><b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.</p>
Status	Recomendação
<p>Recomendações não implementada, com prazo para implementação</p>	<p><b>Recomendação à ABHA:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Aperfeiçoar a forma de planejar o PPA e POA de forma a incorporar no PPA os projetos e ações que visem o alcance dos objetivos da Bacia Hidrográfica, balizado, precisamente, com o POA, com a capacidade operacional da Agência de Bacia no determinado período.</li> <li>2. Aprimorar a formulação do PPA para que esse instrumento de planejamento seja integrado com os objetivos da Bacia Hidrográfica estabelecidos nos Planos de Recursos Hídricos.</li> <li>3. Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das Bacias Hidrográficas do rio Araguari bem como das Bacias estaduais afluentes e da Bacia Hidrográfica em nível federal.</li> <li>4. Adotar ações que visem fomentar o fortalecimento do sistema participativo no CBH que representa o locus de articulação política na busca da definição e formulação de políticas públicas de recursos hídricos, através da interação entre os atores inseridos nesses espaços.</li> <li>5. Aperfeiçoar o planejamento para que os planos apresentem claramente objetivos, metas e direção, bem como processo de construção da estratégia de sua implementação.</li> <li>6. Adotar medidas para que os recursos necessários para implementação dos planos sejam considerados e decisivos no momento da formulação e implementação dos projetos, em especial quanto à divisão de atribuições e atividades; de forma que os atores que estão envolvidos na implementação estejam de acordo e compreendam a política traçada.</li> <li>7. Avaliar a possibilidade de intensificar as parcerias nacionais e internacionais para maior capacidade de atuação e investimento na Bacia Hidrográfica do Rio Araguari.</li> </ol>
<p>Não Implementada, com medidas em curso</p>	<p><b>Recomendação ao CBH PN2:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>2. Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.</li> <li>3. Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</li> <li>4. Avaliar a possibilidade de atuação de forma integrada e da adoção de critérios e/ou indicadores objetivos para aprovação de projetos no PPA;</li> <li>5. Avaliar a possibilidade de revisões progressivas dos PPU's da cobrança, de forma a possibilitar maior potencial de investimento na Bacia Hidrográfica.</li> </ol>

<b>20) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 2240.0601.21 <b>Data:</b> 14/06/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003974/2021-03	<b>Ação:</b> Avaliação prévia do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>1.</b> Submeter à Procuradoria da autarquia análise jurídica quanto à regularidade legal da utilização do recurso da cobrança pelo uso das águas no financiamento de estagiários às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.

<b>21) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 995118 <b>Data:</b> 14/06/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003658/2021-96	<b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<p><b>Recomendação 1)</b> Verificar a ausência ou potencial ausência de estudo técnico preliminar para fundamentação e análise da viabilidade e motivação que impactam ou estão impactando na execução do objeto do contrato.</p> <p><b>Recomendação 2)</b> Estabelecer procedimento para verificação deste requisito nas contratações a serem realizadas no âmbito do IGAM, no que couber.</p> <p><b>Recomendação 3)</b> Promover a designação para gestor e seu suplente no termo do contrato na contratação avaliada, nas demais contratações vigentes, e nos próximos instrumentos a serem firmados pela autarquia.</p> <p><b>Recomendação 4)</b> Revisar os modelos de Termos de Referência fazendo constar a designação do gestor e suas atribuições, distintas do fiscal contratual.</p> <p><b>Recomendação 5)</b> Capacitar os responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos administrativos, com vistas a aperfeiçoar o setor da contratação, gestão e fiscalização de contratos.</p> <p><b>Recomendação 6)</b> Capacitar os servidores responsáveis pelo <i>compliance</i> dos serviços prestados, visando aprimoramento do processo.</p> <p><b>Recomendação 7)</b> Avaliar a oportunidade e conveniência de adotar outras ferramentas de fiscalização contratual contínuas, a exemplo da verificação <i>in loco</i>, benchmark para avaliação de desempenho ou qualidade, por meio de comparação, exames, verificações ou provas para determinara qualidade do serviço prestado.</p> <p><b>Recomendação 8)</b> Mapeamento, tratamento e monitoramento dos riscos associados ao IGAM que impactam o alcance dos objetivos estratégicos da recuperação do rio Paraopeba, a fim de implementar controles necessários para mitigar os riscos identificados e possibilitar tomada de decisão pela gestão de forma assertiva.</p> <p><b>Recomendação 9)</b> Avaliar a oportunidade e conveniência de adotar, se aplicável, as boas práticas dos instrumentos já firmados pela Vale com os laboratórios terceirizados para operação do monitoramento que será transferido pela Vale ao IGAM.</p> <p><b>Recomendação 10)</b> Alinhamento com o comitê Pró-Brumadinho para adoção de controles que garantam a governança e <i>compliance</i> dos recursos oriundos da Fonte 95.</p>

<b>22) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 10118243 <b>Data:</b> 06/08/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0007453/2021-63	<b>Ação:</b> Sugerir os procedimentos a serem observados, no âmbito do IGAM, quanto ao desaparecimento de materiais permanentes, em cumprimento ao art. 57 do Decreto nº 45.242/2009.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação 1)</b> Adotar o fluxo procedimental demonstrado no Anexo I desta Nota de Auditoria, quando da constatação de desaparecimento de materiais permanentes; <b>Recomendação 2)</b> Orientar formalmente os setores de patrimônio, servidores e Diretores do IGAM quanto ao fluxo sugerido pela Controladoria Seccional, o qual serem seguidos imediatamente à constatação de um material desaparecido.
Recomendações implementadas, medidas em curso não com	<b>Recomendação 3)</b> Capacitar os servidores (no sentido latu sensu) visando melhor esclarecimento e conscientização quanto à responsabilidade de cada servidor dos materiais que lhe confiados, à correta distribuição de carga patrimonial e à utilização do instituto da corresponsabilidade nas unidades administrativas do IGAM. <b>Recomendação 4)</b> Promover a revisão do Modelo de Formulário do Relatório Final de Bens Móveis, em atendimento ao fluxo proposto por esta Controladoria Seccional e as alterações sofridas pelo Decreto Estadual 45.242/2009 e ao novo decreto Estadual 47.677/2019. <b>Recomendação 5)</b> Promover a edição e publicação de normativo do IGAM no que diz respeito à responsabilidade e corresponsabilidades pelos materiais patrimoniais, e institua a corresponsabilidade do servidor designado pelo detentor de carga patrimonial para responder solidariamente pelos bens que utiliza.

<b>23) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1038776 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0006655/2021-75	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas, no âmbito do IGAM.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>Recomendação nº 2:</b> Verificar pertinência de realizar atualização dos normativos, de modo a: a) Incluir procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas dos instrumentos de saída de recursos, que possam impactar no alcance dos objetivos do processo (em especial após realização da sugestão de procedimento sugerido no item 6.1 acima); b) Detalhar com maior precisão de informações do fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito do Igam – procedimentos que devem ser realizados, prazos, responsabilidades, dentre outros; c) Incluir mapeamento do fluxo dos processos, diagramando as atividades e permitindo melhor visualização do processo, facilitando a identificação de possíveis gargalos; além de propiciar melhor visualização de pontos de simplificação e otimização do processo. <b>Recomendação nº 3:</b> Verificar a possibilidade de celebrar os contratos de gestão no ambiente do Sigcon, visando o aprimoramento da gestão e do controle dos instrumentos formalizados;
Recomendações implementadas <sup>19</sup>	<b>Recomendação nº 1:</b> Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de instrumentos de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além internos efetivos, eficazes e eficientes; <b>Recomendação nº 4:</b> Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros.

<sup>19</sup> Por meio do Despacho nº 36/2023/IGAM/GAB (59502811), o gestor requisitou prazo até o dia 17/02/2023 para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 11/2023 (58960332), no qual a Controladoria Seccional solicita pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.



<b>24) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1091636 <b>Data:</b> 22/11/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0003658/2021-96	<b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no primeiro semestre de 2021.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Evidenciar no processo a vantajosidade da prorrogação contratual, no sentido de realizar ampla pesquisa de mercado, utilizando fontes diversificadas, para demonstrar que o preço do ajuste é compatível com o valor médio de mercado, podendo ser adotados outros parâmetros para a verificação da vantajosidade dos preços, a exemplo da utilização de índices de atualização de valores, conforme a natureza dos insumos, assim como consulta a outros contratos similares. Na impossibilidade de comprovação, apresentar justificativa no processo de aditamento.</li><li>2. Estabelecer fluxo operacional da gestão dos contratos relacionados com a fonte 95, no sentido de mapear as atividades relacionadas e os prazos necessários para renovação/ alteração contratual.</li></ol>
Não implementada - assunção do risco pelo gestor	<ol style="list-style-type: none"><li>3. Adotar medidas para implantar controles que visam mitigar riscos que possam resultar na formalização de instrumentos sem planejamento adequado, a exemplo de mecanismo para gerenciar a necessidade de alteração contratual, bem como para alertar a necessidade de tomada de decisão quanto à prorrogação do contrato de serviços de duração continuada em vigor ou à realização de nova licitação.</li></ol>

<b>25) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126833 <b>Data:</b> 28/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos dos processos de Veículos e Diárias do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos dos processos de Veículos e Diárias do Monitoramento Hidrológico.</li></ol>

<b>26) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1126818 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam, visando identificar possíveis riscos do processo e eventuais fragilidades existentes nos controles internos administrativos.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>27) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1126836 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Boletim Diário do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>28) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126832 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo PANM do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>29) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1126826 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Progestão do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendações emitidas e implementadas	1. Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>30) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1126830 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Qualiágua do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	<b>1.</b> Tratar os riscos altos identificados, devido aos impactos que os mesmos podem provocar no atingimento dos objetivos do processo da Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico.

<b>31) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1136988 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0003974/2021-03	<b>Ação:</b> Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).
Status	Recomendação
Recomendações não implementadas	<b>1.</b> Aprimorar o processo de homologação dos acordos futuros, no sentido de adotar as melhores práticas às parcerias firmadas e soluções propositivas face às fragilidades identificadas, no tocante: ao esgotamento da verificação da regularidade da execução de receita em finalidade diversa a que foi vinculada; à destinação do recurso da cobrança pelo uso das águas em atividade finalística do Igam; ao princípio da segregação de funções; à promoção da transparência ativa da informação; da colaboração de terceiros para o cumprimento das metas estabelecidas no PEA; do comprometimento da realização do mapeamento de competências dos estagiários perante à instituição. <b>2.</b> Que as áreas técnicas desenvolvam um plano de gestão de riscos em relação ao objeto do Pró-Urgas, caso o termo de parceria seja mantido e/ou assinado entre o Igam e as Entidades Equiparadas.

<b>32) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1138994 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Processo Sei! MG 2240.01.0001283/2020-08 recebido pela controladoria Seccional do IGAM, para manifestação acerca do Recurso Administrativo interposto pelo Instituto BioAtlântica - IBIO e pelo senhor Eduardo Figueiredo - ex-Diretor-Presidente da IBIO em face as Decisões IGAM/GAB nº. 01 e 02/2021 que foram proferidas pelo Ordenador de Despesas nos autos da prestação de contas que, em decisão fundamentada, entendeu pela reprovação das contas apresentadas e pela existência do dano ao erário, referente aos valores advindos do Auto de Apuração de Dano ao Erário – AADE nº 013/2021.
Status	Recomendação
Recomendações emitidas e implementadas	1. Sugere-se, portanto a realização de todos os procedimentos necessários ao ressarcimento dos valores atualizados, conforme legislação vigente.

<b>33) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2240.0496.20 <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0003974/2021-03	<b>Ação:</b> Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Previsão do Tempo e Monitoramento Meteorológico e Atendimento de Demandas Meteorológicas, contemplados no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico executado no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam).
Status	Recomendação
Recomendações com medidas em curso	<b>A) Processo de Atendimento de Demandas Meteorológicas:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Submeter à SEMAD/STI acordo de nível operacional (“ANO”) ou documento similar relacionado à prestação de suporte de tecnologia de informação (hardware/software) em níveis aceitáveis à área de meteorologia da GMHEC.</li><li>2. Elaborar protocolo operacional listando procedimentos a serem adotados no âmbito dos trabalhos de meteorologia da GMHEC.</li><li>3. Efetivar a contratação de apoio de serviço especializado para aprimoramento a execução dos trabalhos da GMHEC.</li><li>4. Automatizar processos relacionados à tecnologia da informação com vistas a otimizar os trabalhos da GMHEC.</li></ol> <b>B) Processo de Previsão e Monitoramento Meteorológico:</b> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Submeter à SEMAD/STI acordo de nível operacional (“ANO”) ou documento similar relacionado à prestação de suporte de tecnologia de informação (hardware/software) em níveis aceitáveis à área de meteorologia da GMHEC.</li><li>2. Elaborar protocolo operacional listando procedimentos a serem adotados no âmbito dos trabalhos de meteorologia da GMHEC.</li><li>3. Efetivar a contratação de apoio de serviço especializado para aprimoramento a execução dos trabalhos da GMHEC.</li></ol>

<b>34) Documento:</b> Nota de Auditoria  <b>Nº:</b> 1285736 <b>Data:</b> 12/08/2022 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0003658/2021-96	<b>Ação:</b> Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021.
Status	Recomendação
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	<ol style="list-style-type: none"><li>1) Sugere-se buscar metodologia específica a ser aplicada na definição de parâmetros e metas que envolvam a inferência de horas para realização de cada atividade do agente público, estabelecendo produtos a partir de critérios objetivos.</li><li>2) Estabelecer formalmente política de gestão de riscos da organização que contemple também identificação e análise de riscos de fraude e corrupção.</li><li>3) Estabelecer política de segurança da informação.</li></ol>

<b>35) Documento:</b> Relatório de Auditoria  <b>Nº:</b> 1381511 <b>Data:</b> 20/12/2022 <b>Processo</b> <b>SEI/MG:</b> 1520.01.0007649/2020-12	<b>Ação:</b> Avaliação de Estrutura de Controle em Nível de Entidade por Componente.
Status	Recomendação
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Sugere-se buscar metodologia específica a ser aplicada na definição de parâmetros e metas que envolvam a inferência de horas para realização de cada atividade do agente público, estabelecendo produtos a partir de critérios objetivos.</li><li>2. Estabelecer política de segurança da informação.</li></ol>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>36) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1348794/2022 <b>Data:</b> 11/11/2022 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005147/2022-48	<b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de “Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba”, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
Status	Recomendação
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	1. Formular Plano de Ação para tratar os riscos identificados.

<b>37) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1126812/2022 <b>Data:</b> 23/12/2023 <b>Processo</b> <b>SEI/IMG:</b> 1520.01.0005358/2019-83	<b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de Acompanhamento Hidrológico - Escassez Hídrica, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico executado no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.
Status	Recomendação
Recomendações não implementada, com prazo para implementação	1. Formular Plano de Ação para tratar os riscos identificados.

APÊNDICE IV - RECOMENDAÇÕES NÃO ATENDIDAS QUE APRESENTEM RISCOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 8A – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Semad

Título da ação – Semad	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</p> <p>Data: 29/08/2019</p> <p>SEI: 1520.01.0002134/2019-25</p>	<b>Recomendação 1)</b> Proceder à atualização da Instrução de Serviço Sisema n. 02/2018 (...);
	<b>Recomendação 2)</b> Instituir normativo que torne obrigatório que possíveis relatórios gerenciais emitidos pela Feam sejam instruídos nos processos de licenciamento ambiental e que conste tópico acerca de tais relatórios no Parecer Único dos processos, contemplando, dentre outros, análise temporal das recomendações de modo a verificar se houve recorrência e se nas recomendações constam palavras-alerta (liquefação, drenagem, percolação, etc);
	<b>Recomendação 5)</b> Instituir melhorias técnicas no BDA (...);
	<b>Recomendação 13)</b> Instituir sistema informatizado para gestão e análise dos processos de compensação ambiental e posterior acompanhamento quanto ao cumprimento por parte do empreendedor;
<p>Avaliação dos controles existentes no que tange à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF.</p> <p>Nota de Auditoria 1370.1449.20</p> <p>Data: 23/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0012205/2020-93.</p>	<b>3)</b> Recomenda-se pré-estabelecer e divulgar os critérios de interesse, conveniência e oportunidade a serem observados pela administração, para quando da atribuição e revogação de GDAF; incluindo, até mesmo, critérios que forem necessários para dirimir situações de “empate”, devido ao atendimento dos mesmos critérios por mais de um servidor e não houver a possibilidade de atribuição da gratificação, dada sua limitação quantitativa (...);
	<b>5)</b> Recomenda-se que, tendo em vista a limitação quantitativa de GDAF, de modo a atender o mais próximo possível aos Princípios da Isonomia e Equidade, que a Semad verifique a pertinência em se adotar “rodízio” entre os servidores (...)
	<b>6)</b> Recomenda-se, para fins de cumprimento ao Princípio da Transparência/Publicidade, especialmente quando da utilização dos recursos públicos, considerando-se o atual cenário correspondente aos servidores que estão usufruindo da percepção da gratificação que sejam publicados nos sítios eletrônicos institucionais: os nomes e Masp dos servidores que possuem GDAF atualmente; quais os critérios foram utilizados para atribuição da GDAF a cada um destes servidores, isto é, qual a motivação pela qual esses servidores possuem GDAF; quais os números relativos ao quantitativo de GDAF I e II que estão atribuídos aos servidores (GDAF ocupadas) e quais estariam disponíveis para atribuição (GDAF livres); quais os motivos pelos quais eventualmente existem GDAF disponíveis e por que não podem ser atribuídas nesse momento, por exemplo, devido a vedações impostas pela LRF; bloqueios; dentre outros;



Título da ação – Semad	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</p> <p>Nota de Auditoria <b>1370.1248.20</b></p> <p>Data: 17/11/2020</p> <p>SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	<p>8) Instituir, por meio de normatização, a obrigatoriedade de que cada processo de TAC seja constituído de análise técnica e jurídica, previamente à celebração do instrumento;</p> <p>9) Incluir, quando da proposta de elaboração de normativas internas, como Manuais, Instruções de Serviço, Termo de Referência, acerca do processo de TAC, critérios e objetivos específicos e claros quanto à forma, ao prazo e aos procedimentos que devem ser executados para o monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos Termos de Ajustamento de Conduta celebrados pelo órgão ambiental estadual;</p> <p>15) Restringir o compromisso de ajuste à efetiva reparação ambiental causada pela atividade lesiva do empreendedor, considerando-se ser esta a finalidade primeira do TAC. Deve-se verificar a viabilidade/legalidade de suprimir o efetivo reparo ambiental por meio de doações de equipamentos intrínsecos ao funcionamento do órgão ambiental.</p>

Tabela 8B – Recomendações não atendidas que apresentem riscos à Feam

Título da ação – FEAM	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Documento:</b> Relatório de Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comitê of Sponsoring Organization (COSO I)</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0023.21 <b>Data:</b> 30/12/2020</p>	<p>Rever o acúmulo de funções ou a estruturação orgânica da entidade<sup>20</sup>.</p> <p>Promover mecanismos de avaliação de efetividade da recompensa vinculada à avaliação de desempenho existente e impactos dela recorrentes quanto aos resultados efetivos de melhora no comportamento e nas entregas.<sup>21</sup></p> <p>Elaborar ferramenta, a exemplo do Painel de Indicadores do Sisema, de modo a facilitar a disponibilização e divulgação dos dados aos usuários internos e externos a entidade.<sup>22</sup></p> <p>A partir da sistematização da autoavaliação e monitoramento dos controles internos, bem como, das avaliações de controle fornecidas pelos órgãos de controle interno e externo, prover ambiente próprio para permitir o armazenamento e monitoramento constante das avaliações de controle realizadas.<sup>23</sup></p>

Tabela 8C – Recomendações não atendidas que apresentem riscos ao IEF

<sup>20</sup> Justificativa da gestão da FEAM: A FEAM seguindo a orientação de governo fez a sua reestruturação seguindo as diretrizes e limitações colocadas pela SEPLAG. Naquele momento foi solicitado a diminuição do número total de cargos, inclusive com o enxugamento de estruturas, assim a FEAM se organizou para fazer a diminuição de uma das suas 3 diretorias técnicas. No decorrer da reestruturação do executivo definiu-se a estratégia de não alteração da lei que define a estrutura básica da FEAM, assim não foi possível a redução da diretoria prevista inicialmente. Em função das limitações dos cargos da FEAM e da carência de profissionais das áreas. Temos hoje uma pessoa que responde por duas diretorias. Constatamos durante esse tempo o volume de trabalho para a coordenação destas duas Diretorias, porém em função dos limites da LRF não é possível a liberação de cargos para a indicação de uma pessoa para responder por uma das áreas.

<sup>21</sup> Justificativa da gestão da FEAM: Demanda atrelada à carreira dos servidores do Sisema como um todo. Em reunião com a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, realizado no início de 2021, foi informada que o cumprimento da sugestão seria inviável.

<sup>22</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O Sisema já conta com as ferramentas IDE-SISEMA e Painel de Indicadores do Sisema para divulgação de dados externa e internamente. Criar nova ferramenta para esse fim não configuraria apenas ineficiência, como também óbice à integração dos órgãos ambientais enquanto um sistema coeso. Além disso, alguns painéis próprios da Feam já existem, como são os casos do "Painel de bordo para a situação das barragens de rejeitos com o acionamento do nível de emergência em Minas Gerais" e do "Portfólio de boas práticas ambientais", apresentado na COP 26.

<sup>23</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O gabinete da Semad pretende estabelecer um fluxo geral para controle do Sisema, visto que os relatórios de auditorias normalmente chegam diretamente para Semad.

<b>3) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1431.17 <b>Data:</b> 10/10/2017 <b>Processo SEI/IMG:</b> Não Há	<b>Ação:</b> Avaliar a regularidade formal dos processos de licenciamento ambiental das barragens de Santarém, Fundão e Germano , operadas pela empresa Samarco S/A, autorizados pelo Sistema Estadual de Meio Ambiente – Sisema
STATUS	Recomendação
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.1431.17- Recomendação nº 11. Esclarecer quais os critérios utilizados pelo órgão ambiental, no que tange à fundamentação/embasamento para mensuração do valor exigido em veículos, que foram transferidos para o patrimônio do IEF, em cumprimento de compensação ambiental estipulada por meio do Termo de Compromisso n. 090500307/2007, firmado entre a autarquia e a Samarco em 07 de fevereiro de 2007;

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRÁ Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
Status	Recomendação
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.12- Ponderar acerca da pertinência em efetuar a implementação de mecanismos que possam aprimorar/aperfeiçoar controles preventivos relativos à verificação quanto à coerência/congruência entre o tipo de vegetação existente na propriedade rural, cujas áreas consistirem em objeto de requerimento de intervenção ambiental, e a vegetação a ser autorizada por meio de documento autorizativo (DAIA), no intuito de obstruir ou minimizar possíveis impactos ambientais, concernentes à efetivação de intervenções ambientais indevidas. Como exemplo, sugere-se a inclusão obrigatória nos processos de intervenção ambiental, em momento anterior à emissão do DAIA, de análise de imagens de satélite da área requerida à intervenção ambiental, observando-se, para tanto, o princípio da Segregação de Funções no que tange ao responsável pela realização da vistoria na propriedade/emissão de Parecer Técnico e o responsável pela análise das imagens;

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.16- Propor mecanismo(s) de controle que impeça(m) ou, no mínimo, dificulte(m) que os processos de intervenção ambiental a serem autorizados por meio de DAIA sejam deferidos por alçada de competência divergente da prevista na legislação.
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	<p>Relatório de Auditoria (RA) nº 1370.0606.18 - Recomendação 3.17 e 3.18- Verificar pertinência de instituir normatização (Nota Orientativa, instrução de serviços, etc.) contemplando mecanismos de apuração, controle e diagnóstico que impeçam ou, no mínimo, dificultem a preterição na ordem de atendimento das solicitações de intervenção ambiental a serem concedidas por meio de DAIA. Como exemplo, sugere-se a determinação de limites máximos de prazo, a serem contados a partir da formalização do processo, para efetuação da vistoria técnica, para elaboração do Parecer Único, bem como para decisão do processo. Nesse contexto, sugere-se também a elaboração de gráficos, planilhas e/ou tabelas contendo mecanismos de alerta quanto ao atingimento dos prazos, bem como quanto a possíveis preterições na ordem de atendimento das solicitações, devendo ser observada, pois, a ordem cronológica das datas de formalização dos processos. Ademais, importante se atentar, ainda, para o princípio da segregação de funções, alocando-se servidor exclusivamente para a gestão de tais gráficos/planilhas/tabelas, o qual não deve participar de outras etapas dos processos de intervenção ambiental;</p> <p>Contemplar na normatização de que dispõe o item anterior, os casos em que o atendimento das solicitações de intervenção ambiental se enquadre como prioritário, sendo estabelecidos, para tanto, os devidos critérios, sem prejuízo da observância dos preceitos legais.</p>

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Não implementada – Ação Inadequada ou Insuficiente	<p>Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.21 - Verificar se os cálculos, a que se refere o item “a”, forem avaliados como incorretos, recomenda-se – considerando-se cada processo separadamente para efeitos de ressarcimento e, caso julgue pertinente, desconsiderando-se valores irrisórios (menores do que R\$ 1,00, um real, por exemplo), ou cuja cobrança possa ser menor do que o valor da emissão de um DAE:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>1. Promover medidas de autotutela junto ao administrado relativo aos valores cobrados a menor, de forma que o requerente ao processo de intervenção/proprietário efetue o pagamento da diferença;</li><li>2. Promover medidas de ressarcimento ao requerente do processo de intervenção/proprietário do imóvel rural relativo aos valores cobrados a maior, haja vista a vedação de enriquecimento ilícito por parte do Estado.</li></ol> <p>A respeito dos processos para os quais não se identificou comprovante de pagamento referente à taxa florestal, reposição florestal e vistoria, recomenda-se:</p> <ol style="list-style-type: none"><li>3. Autuar os comprovantes de pagamento no processo, se o pagamento tiver sido efetuado. Enviar comprovação à UICI;</li><li>4. Caso o pagamento tenha sido efetuado, informar à UICI se as taxas cobradas e pagas foram calculadas corretamente, demonstrando a memória de cálculo e o respectivo embasamento legal. Caso as taxas tenham sido calculadas incorretamente, promover medidas de autotutela nos moldes do item “C”;</li><li>5. No caso de não ser identificado o pagamento das taxas, promover medidas de autotutela, de modo a efetuar a cobrança junto ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural;</li><li>6. Ainda no caso de não ser identificado o pagamento das taxas, elucidar se órgão ambiental efetuou cobrança ao requerente da intervenção ambiental/proprietário do imóvel rural à época da análise do respectivo processo. Em caso positivo, enviar comprovação à UICI (cópia da guia de cobrança – DAE e comprovante de recebimento do DAE pelo requerente/proprietário do imóvel).</li></ol>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

<b>4) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0606.18 <b>Data:</b> 14/05/2018 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0001594/2018-58	<b>Ação:</b> Analisar a regularidade de processos pertinentes a Documentos Autorizativos para Intervenção Ambiental no âmbito do Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Manhuaçu – NRRA Manhuaçu, vinculado à Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – Supram Zona da Mata.
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	"Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação nº 3.31 - Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 4.747/1968 (art. 69), bem como Decreto Estadual n. 36.110/1994, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à taxa florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7;
Recomendação não implementada: Assunção de risco pelo gestor	Relatório de Auditoria- (R.A) nº 1370.0606.18- Recomendação 3.32- Haja vista o disposto na Lei Estadual n. 14.309/2002 (art. 47 e 49); Lei Estadual n. 20.922/2013 (art. 78); Resolução Conjunta IEF/Semad n. 1.914/2013 (art. 3º); bem como Decreto Estadual n. 44.844/2008, verificar pertinência quanto à possibilidade de efetuar cobrança, ao proprietário do imóvel rural, relativa à reposição florestal no âmbito das intervenções ambientais realizadas sem autorização do órgão ambiental descritas nos itens 7.1 a 7.7

<b>6) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0355.20 <b>Data:</b> 04/06/2020 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0003063/2020-62.	<b>Ação:</b> Benefícios de redução de taxa florestal concedidos, em tese, indevidamente, com prazo superior a 12 (doze) meses e outros com data retroativa
<b>Status</b>	<b>Recomendação</b>

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

Recomendação implementada	não	Recomendação 01 - Verificar o cabimento de medidas administrativas e jurídicas de autotutela para cobrança dos valores a título de desconto de taxa florestal, concedidos de forma irregular, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A, caso os créditos não tenham culminado em prescrição.
Recomendação implementada	não	Recomendação 02 - Caso não seja possível a adoção de medidas de autotutela junto às empresas beneficiadas indevidamente, ou caso a pretensão de constituição de cobrança dos créditos tenha sido culminada em prescrição, que sejam adotadas medidas de ressarcimento ao erário concernente aos valores preliminarmente apurados pela Comissão Especial instituída pela Portaria nº 57/2016, cujo valor é de R\$ 5.483.344,07 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) decorrentes de concessão do benefício de redução da taxa florestal de forma irregular, em desacordo com os preceitos normativos, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carbureto de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A.

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <b>Data:</b> 23/12/2020 <b>Processo</b> <b>SEIIMG:</b> 1520.01.0012200/2020-34		<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF
Status	Recomendação	
Recomendação implementada: Ação inadequada ou insuficiente	não	Recomendação nº 49 - Promover a criação de mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar se estão sendo efetivos e contribuindo para a prevenção de erros e fraudes.

<b>7) Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.1447.20 <sup>24</sup> <b>Data:</b> 23/12/2020	<b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF
Status	Recomendação
<b>Recomendação Implementada</b>	<p>Recomendação nº 3 - Estabelecer um programa ou processo definido para identificar e monitorar tendências relacionadas às normas de conduta da autarquia que contemple e atinja, de forma mais abrangente, as diversas categorias de agentes públicos que participam dos processos de trabalho da instituição, colaboradores, inclusive prestadores de serviços terceirizados, para identificar problemas e tendências relacionadas às normas de conduta da organização, bem como, para avaliar especificamente o desempenho concernente às normas de conduta ética;</p> <p>Recomendação nº 5 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes;</p> <p>Recomendação nº 6 - Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da organização, como uma das formas de divulgação do tema;</p> <p>Recomendação nº 8 - Estabelecer fluxo de encaminhamento de representações e denúncias que contenham potenciais desvios de comportamento ético para a Comissão de Ética;</p> <p>Recomendação nº 20 - Ampliar a adesão ao Programa Transforma Minas, para seleção de cargos da autarquia;</p> <p>Recomendação nº 33 - Formalizar e implantar uma Política de Gestão de Riscos na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 38 - Instituir instrumentos formalizados para identificação, avaliação e tratamento dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>Recomendação nº 39 - Estabelecer controles para prevenir e detectar fraudes nos processos da entidade;</p> <p>Recomendação nº 52 - Desenvolver um plano que descreva claramente o programa de segurança da informação em nível de entidade, em alinhamento com a Resolução SEPLAG nº 107/2018, que regulamenta a Política de Segurança da Informação e Comunicação pelos usuários dos Órgãos e Entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional ou certificar-se do cumprimento da referida Resolução na autarquia;</p> <p>Recomendação nº 55 - Formalizar e manter atualizada a política de política de distribuição de atribuições ou responsabilidades por atividades- chave de autorização, de execução, de atesto/aprovação, de registro e de revisão devidamente segregadas entre diferentes pessoas, quando do cadastramento dos usuários nos sistemas informatizados;</p>

<sup>24</sup> Processo SEI/MG nº



<b>9) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1038468/2021 <b>Data:</b> 03/09/2021 <b>Processo SEI/IMG:</b> 1520.01.0008503/2021-37	<b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas no âmbito do IEF para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas de convênios de saída.
Status	Recomendação
Recomendações implementadas*	não <p>Recomendação nº 01- Verificar eventual necessidade de regularização das informações sobre o status dos convênios no Sigcon/Saída, em especial, àqueles já baixados que constam a informação “Sem identificação de status” no “Diagnóstico do Passivo de Prestação de Contas de Convênios de Saída e Instrumentos Congêneres”, emitido em 2019 pela CGE (vide apêndice I.C);</p> <p>Recomendação nº 02- Promover a multiplicação do conhecimento concernente aos procedimentos de celebração, acompanhamento/fiscalização e análise de prestação de contas relativo aos instrumentos de transferências de recursos de saída, tendo em vista o atual quadro funcional disponível para essas atividades na GCOF/DAF;</p> <p>Recomendação nº 3- Aprimorar, no âmbito do IEF, os mecanismos de controle, com a institucionalização de manuais, instruções de serviço ou notas orientativas, relativos às atividades que envolvem todas as fases dos instrumentos de transferência de recursos de saída;</p> <p>Recomendação nº 04 - Prover os recursos necessários, que possam garantir a análise suficiente, adequada e tempestiva dos instrumentos de transferência de recursos de saída do IEF, e conclusão em tempo razoável, considerando que o tempo de médio de tramitação referente ao escopo desta nota de auditoria é de, em média, 3.526 dias corridos;</p> <p>Recomendação nº 05- Adotar providências para a redução do tempo de adoção de medidas de ressarcimento ao erário dos convênios cujas prestações de contas ainda não foram baixadas, conforme o caso, considerando o que dispõe a IN 03/2013 do TCE/MG, que estabelece o prazo de 180 dias para adoção das medidas administrativas internas a partir da data do evento ou, quando desconhecida, da data da ciência do fato pela autoridade administrativa, nos casos de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos e de caracterização de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico, de que resulte dano ao erário;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 6- Verificar a situação atual dos 7 (sete) instrumentos de TDCO não encerrados na ocasião da finalização da força tarefa (vide apêndice I.B), e adotar as medidas pertinentes a cada caso;</p> <p>Recomendação nº 7- Fluxogramar o processo de celebração, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos de transferência de recursos de saída, incluindo todas as fases e o detalhamento de procedimentos que devem ser realizados, atores, prazos, responsabilidades, dentre outros;</p> <p>Recomendação nº 8- Verificar, de acordo com eventual potencial de instrumentos a serem celebrados, a conveniência e oportunidade de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos e instrumentos congêneres, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;</p>

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF
Status	Recomendação
Recomendações Implementadas não	<p>Recomendação 1-A - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando: a verificação das medidas de gestão aplicáveis para a destinação ou perdimento dos bens apreendidos vinculados aos respectivos autos de infração, no que couber; e ainda, eventual viabilidade de emissão de decisão administrativa definitiva;</p> <p>Recomendação 1-B - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a verificação quanto a eventual viabilidade de constituição de crédito e exigibilidade das obrigações referentes à Reposição Florestal, para os autos de infração que possuem fato gerador, considerando, pois, a verificação da eventual pré-existência das informações (nos autos de infração) necessárias para a efetivação da cobrança;</p> <p>Recomendação 1-C - Propor um plano de providências, para verificação das medidas de gestão cabíveis e que sejam implementáveis, pertinentes aos autos de infração que culminaram em prescrição ou foram abarcados pela remissão, contemplando a das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento a verificação das medidas de gestão aplicáveis aos autos de infração que tiveram TAC firmados e não possuem informações quanto ao seu cumprimento, ou ainda, eventualmente não tiveram providências adotadas diante do não cumprimento.</p> <p>Recomendação 2 - Em se verificando a impossibilidade de aplicação de tais medidas para todos os autos de infração prescritos e remetidos em razão do lapso temporal transcorrido, estabelecer critérios objetivos de priorização, a exemplo dos autos de infração mais recentes ou que possuem maiores valores;</p> <p>Recomendação 3 - Certificar quanto ao exaurimento das medidas de gestão e controle aplicáveis, passíveis de implementação, em relação aos autos de infração que culminaram em prescrição e foram abarcados pela remissão, inclusive quando a atualização dos dados e informações nos autos de nos sistemas de informação, para promoção do arquivo definitivo dos processos;</p> <p>Recomendação 4 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço e afins, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de apreensão, gestão, manutenção, armazenamento, decisão administrativa e destinação/perdimento dos bens apreendidos decorrentes do exercício do Poder de Polícia Ambiental, exercidos pelo IEF;</p>

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF
Status	Recomendação
	<p>Recomendação 5 - Em se verificando a necessidade ou pertinência de extensão dos controles para todos os bens apreendidos oriundos da atividade de fiscalização da agenda verde, independentemente da competência da lavratura do auto de infração, que seja estabelecida articulação com a Semad.</p> <p>Recomendação 6 - Implementar mecanismos de controle internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, parâmetros, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar de forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da taxa florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia Ambiental exercidos pelo IEF;</p> <p>Recomendação 7 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de cobrança da reposição florestal decorrente do exercício do Poder de Polícia exercidos pelo IEF, nos casos em que houver fato gerador.</p> <p>Recomendação 8 - Implementar mecanismos de controles internos, a exemplo de regulamentação infra legal, fluxos, rotinas, manuais, notas orientativas ou instruções de serviço, que sejam capazes de comunicar forma clara as responsabilidades pelos controles internos relativos aos procedimentos de acompanhamento e conclusão dos TACs vinculados a processos de autos de infração lavrados pelo IEF;</p> <p>Recomendação 9 - Elaborar e implementar mecanismos de controles internos que visem garantir a razoável duração do processamento dos autos de infração, a exemplo do estabelecimento de indicadores por URFBio, a partir do conhecimento da infração ou lavratura do auto de infração;</p> <p>Recomendação 10 - Elaborar e institucionalizar um fluxograma contemplando o processamento dos autos de infração para a clara visualização de todas as fases, competências e atores envolvidos nestas atividades;</p> <p>Recomendação 11 - Verificar a pertinência e viabilidade de promover a automação completa do processamento dos autos de infração, que possibilite: o controle de tramitação e dos prazos processuais; a efetiva gestão e monitoramento do processo, em todas as suas fases; que notificações ao autuado e os atos processuais por ele praticados possam ser feitos por meio digital;</p> <p>Recomendação 12 - Em caso de constatada inviabilidade ou não pertinência de promoção da automação completa do processamento dos autos de infração, verificar a viabilidade e pertinência de adotar o Sistema Eletrônico de Informações – SEI!MG, para tramitação dos processos de autos de infração a serem lavrados, bem como, a digitalização dos que ainda não tiveram trânsito em julgado no âmbito da autarquia;</p> <p>Recomendação 13 - De modo a garantir a padronização dos atos processuais, independentemente da forma utilizada, (processo físico ou eletrônico), elaborar e instituir controles, a exemplo de manual, instrução de serviço, notas orientativas, ou afins, contemplando a proposição de modelos de documentos a serem produzidos na fase de instrução processual (forma, prazos e o conteúdo mínimo dos documentos a serem produzidos);</p>

<b>10) Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021 <b>Data:</b> 14/12/2021 <b>Processo</b> <b>Sei!</b> <b>MG:</b> 1520.01.0012086/2021-05	<b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas ambientais que tiveram a perda das pretensões punitivas e de cobrança, lavrados sob a competência do IEF
Status	Recomendação
	<p>Recomendação 14 - De modo a garantir uniformidade das informações, implementar metodologia padronizada de controle e gestão de processos, inclusive para utilização nas URFBio, considerando a existência de sistema de informação e planilhas eletrônicas com formatos distintos;</p> <p>Recomendação 15 - Em consonância com as diretrizes do Plano Mineiro de Promoção da Integridade – PMPI, e com o intuito de identificar os principais riscos e gargalos decorrentes do exercício de polícia ambiental, implementar a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração de competência do IEF, contemplando todas as fases da lavratura e processamento dos autos de infração, até a inscrição e recebimento dos valores, inclusive em sede de dívida ativa;</p> <p>Recomendação 16 - Em se aplicando a metodologia de gerenciamento de riscos para os processos de fiscalização e processamento dos autos de infração, elaborar um plano de ação para adoção de medidas que possam tratar os riscos mensurados, em consonância ao apetite a riscos a que o órgão estiver disposto a suportar;</p> <p>Recomendação 17 - Promover transparência e controle social no que tange aos autos de infração de competência da autarquia, disponibilizando em transparência ativa, bem como em dados abertos, para qualquer interessado (autuado, sociedade, instituições de pesquisa, organizações governamentais, órgãos de controle, etc.) por data de lavratura, valor da multa aplicada, tipo de infração, localidade da infração, medidas cautelares aplicadas, fase em que se encontra, dentre outros dados relevantes.</p>

Tabela 8D – Recomendações não atendidas<sup>25</sup> que apresentem riscos ao Igam

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 2240.0349.21<sup>26</sup></p> <p><b>Data:</b> 05/04/2020</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação da gestão do Ibio, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.</p>	Recomendações não implementadas <sup>27</sup>	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores;</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes;</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica;</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão;</p> <p><b>Recomendação nº 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas);</p> <p><b>Recomendação nº 8:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</p> <p><b>Recomendação aos CBH DO5:</b></p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de alteração dos PPU's da cobrança estabelecidos pelos respectivos CBH's, em cumprimento às Deliberações Normativas específicas de cada CBH afluentes do rio Doce.</p>

<sup>25</sup> Incluso os *status*: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>26</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0010165/2020-77.

<sup>27</sup> Por meio do Despacho nº 38/2023/IGAM/GAB (ID: 59503641), o gabinete do Igam solicitou prazo, até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 2/2023 (58945163), no qual a Controladoria Seccional solicitou ao gestor pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 2240.1486.20<sup>28</sup></p> <p><b>Data:</b> 10/11/2020</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da AGEVAP, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da entidade, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.</p>	Recomendações não implementadas	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendações nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores..</p> <p><b>Recomendações nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes;</p> <p><b>Recomendações nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica;</p> <p><b>Recomendações nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão a ser instituído pelos CBH's.</p> <p><b>Recomendações nº 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas) e acompanhar com maior proximidade as ações da Entidade Equiparada.</p> <p><b>Recomendações nº 9:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face do dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</p> <p><b>Ao CBH PS1:</b></p> <p><b>Recomendações nº 3:</b> Exercer a <i>accountability</i> (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p> <p><b>Recomendações nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.</p> <p><b>Ao CBH PS2:</b></p> <p><b>Recomendações nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de unificação dos CBH's dos afluentes mineiros dos rios Preto e Paraibuna e dos rios Pomba e Muriaé.</p>

<sup>28</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0011756/2020-91.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1370.1497.20<sup>29</sup></p> <p><b>Data:</b> 06/08/2021</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I)</p>	Recomendações não implementada - assunção de risco pelo gestor	<p><b>Recomendação 03)</b> Desenvolver processos de avaliação de desempenho em conduta ética e incentivos que promovam o comportamento correto para a realização dos objetivos do IGAM.</p> <p><b>Recomendação 21)</b> Identificar riscos que surgirem de fatores externos, como novas leis ou regulamentos ou catástrofes naturais, bem como, fatores internos, a exemplo de falta de pessoal e escassez de recursos atual e futuramente.</p> <p><b>Recomendação 23)</b> Avaliar o potencial de fraude analisando as motivações, oportunidades e racionalizações para definir as medidas corretivas e preventivas.</p> <p><b>Recomendação 28)</b> Aplicar métodos (organogramas, fluxogramas, softwares e outros) para identificar incompatibilidades de funções para o nível de segregação desejado e posteriormente estabelecer controles alternativos se a segregação não estiver adequada.</p> <p><b>Recomendação 31)</b> A partir da realização periódica da pesquisa de satisfação, criar indicadores de desempenho para avaliar a efetividade das informações disponibilizadas e, assim, identificar possíveis pontos de melhoria.</p> <p><b>Recomendação 33)</b> Avaliar a conveniência e oportunidade de paulatinamente automatizar processos repetitivos, visando redução da ação humana e ganho de eficiência.</p> <p><b>Recomendação 34)</b> Realizar atividades de monitoramento de controle interno para identificar tendências e fazer a revisão periódica dessas atividades almejando assim a melhoria contínua dos controles.</p>

<sup>29</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007649/2020-12.



Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 2240.0213.21<sup>30</sup></p> <p><b>Data:</b> 12/02/2021</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.</p>	Recomendações não implementadas <sup>31</sup>	<p><b>Recomendações ao IGAM<sup>32</sup>:</b></p> <p><b>Recomendação 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores.</p> <p><b>Recomendação 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes.</p> <p><b>Recomendação 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na bacia hidrográfica.</p> <p><b>Recomendação 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar aos CBH's capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação 7:</b> Aperfeiçoar a Governança entre os atores envolvidos (Órgão Gestor, CBH's e Entidades Equiparadas).</p> <p><b>Recomendação 9:</b> Adotar instrumento jurídico que preveja no ato de posse dos conselheiros dos CBH's atribuições e responsabilidades em face de dever a eles incumbido, a exemplo do acompanhamento do Contrato de Gestão, prestações de contas (<i>accountability</i>).</p> <p><b>Recomendações à APV:</b></p> <p><b>Recomendação nº 2.:</b> Propor a construção do PPA visando contemplar a integralização das Bacias Hidrográficas do rio Pará, do rio das Velhas e da Bacia Hidrográfica em nível federa.</p> <p><b>Recomendações ao CBH SF2:</b></p> <p><b>Recomendação nº 1:</b> Adotar medidas que visem fomentar a ativação do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação nº 2.:</b> Aperfeiçoar a governança da organização, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a accountability (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p> <p><b>Recomendações ao CBH SF5:</b></p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Exercer a accountability (prestação de contas e responsabilização) dos recursos recebidos e atividades desempenhadas na função.</p>

<sup>30</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0000100/2021-35.

<sup>31</sup> Incluso os status: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>32</sup> Por meio do Despacho nº 35/2023/IGAM/GAB (59502185), o gestor solicitou prazo até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 7/2023 (58959578), no intuito de pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022 e encaminhar a esta Controladoria Seccional.



Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1370.0394.21<sup>33</sup></p> <p><b>Data:</b> 22/04/2021</p> <p><b>Ação:</b> Avaliação da gestão da ABHA, em especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA), da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019, visando propor melhorias no processo.</p>	Recomendações não implementadas <sup>34</sup>	<p><b>Recomendações ao IGAM:</b></p> <p><b>Recomendação nº 2:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre as competências legais a serem exercidas efetivamente por estes atores.</p> <p><b>Recomendação nº 3:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento e diretrizes para um PPA e POA eficientes e eficazes.</p> <p><b>Recomendação nº 4:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação sobre planejamento do PPA de forma integralizada na Bacia Hidrográfica.</p> <p><b>Recomendação nº 5:</b> Avaliar a possibilidade de ofertar ao CBH capacitação que vise qualificar as atividades do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão.</p> <p><b>Recomendação nº 6:</b> Avaliar a possibilidade de promover encontros periódicos com as Entidades Equiparadas afim de compartilhar as boas práticas adotadas na aplicação do recurso e no incremento de receita.</p>
<p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1038776<sup>35</sup></p> <p><b>Data:</b> 03/09/2021</p> <p><b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas, no âmbito do IGAM.</p>	Recomendações não implementadas <sup>36</sup>	Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de instrumentos de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além internos efetivos, eficazes e eficientes;

<sup>33</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0002344/2021-72 - Igam; 1520.01.0005069/2020-26 - ABHA; 1520.01.0005860/2020-09 - CBH PN2.

<sup>34</sup> Incluso os status: Recomendações sem manifestação do gestor quanto à data de implementação da ação; e, Recomendações não acatadas pelo gestor.

<sup>35</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0006655/2021-75.

<sup>36</sup> Por meio do Despacho nº 36/2023/IGAM/GAB (59502811), o gestor solicitou prazo até o dia 17/02/2023, para atendimento ao Memorando.CGE/CSET\_SISEMA.nº 11/2023 (58960332), no intuito de pontuar, no Plano de Ação, as evidências de implementação das ações previstas de execução até o dia 31/12/2022 e encaminhar a esta Controladoria Seccional.

Título da ação – Igam	Status	Especificação das recomendações, por status
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1091636 <sup>37</sup>  <b>Data:</b> 22/11/2021  <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no primeiro semestre de 2021.	Recomendações não implementadas	Adotar medidas para implantar controles que visam mitigar riscos que possam resultar na formalização de instrumentos sem planejamento adequado, a exemplo de mecanismo para gerenciar a necessidade de alteração contratual, bem como para alertar a necessidade de tomada de decisão quanto à prorrogação do contrato de serviços de duração continuada em vigor ou à realização de nova licitação.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1136988 <sup>38</sup>  <b>Data:</b> 29/12/2021  <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).	Recomendações não implementadas	<b>Recomendação 1:</b> Aprimorar o processo de homologação dos acordos futuros, no sentido de adotar as melhores práticas às parcerias firmadas e soluções propositivas face às fragilidades identificadas, no tocante: ao esgotamento da verificação da regularidade da execução de receita em finalidade diversa a que foi vinculada; à destinação do recurso da cobrança pelo uso das águas em atividade finalística do Igam; ao princípio da segregação de funções; à promoção da transparência ativa da informação; da colaboração de terceiros para o cumprimento das metas estabelecidas no PEA; do comprometimento da realização do mapeamento de competências dos estagiários perante à instituição. <b>Recomendação 2:</b> Que as áreas técnicas desenvolvam um plano de gestão de riscos em relação ao objeto do Pró-Urgas, caso o termo de parceria seja mantido e/ou assinado entre o Igam e as Entidades Equiparadas.

<sup>37</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96.

<sup>38</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003974/2021-03.

APÊNDICE V - RISCOS SIGNIFICATIVOS E DEFICIÊNCIAS EXISTENTES NOS CONTROLES INTERNOS DA SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 9A – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Semad

Título da ação – Semad	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
Avaliação da gestão patrimonial da Semad, no que tange ao exercício de 2020.  Nota de Auditoria 1124293  Data: 23/12/2021  SEI: 1520.01.0012520/2021-24	a) Relatórios finais de inventário, referente ao exercício de 2020, não refletiram a totalidade da carga patrimonial do órgão; b) Alto índice de bens não localizados. Ressalta-se que cerca de 58% dos bens da Semad/Sede – unidade contábil 1370001 – não foram localizados;  Riscos de perda patrimonial e dano ao erário.
Avaliação da gestão patrimonial do Fhidro, no que tange ao exercício de 2020.  Nota de Auditoria 1124301  Data: 23/12/2021  SEI: 1520.01.0012521/2021-94.	a) Distorções na conciliação dos saldos físicos e contábeis quanto aos bens imóveis do Fhidro; b) Bens imóveis não localizados, sendo 42 (quarenta e dois) imóveis cujo status informado correspondeu a “não localizado” e 3 (três) em que o status não foi informado, o que equivale a R\$16.155.753,85 (dezesesseis milhões cento e cinquenta e cinco mil setecentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos) ou 49,99% do valor total dos bens imóveis do Fhidro registrado no SIAFI.  Gestão patrimonial de bens imóveis do Fhidro de forma ineficiente.
Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.  Relatório de Auditoria 1370.1239.19  Data: 29/08/2019  SEI: 1520.01.0002134/2019-25	a) Deferimento de licenças ambientais para a Barragem I sem terem sido observados indícios de comprometimento estrutural da barragem; b) Ineficiência de gestão, no âmbito da Feam, da avaliação das recomendações de segurança das barragens de rejeito; c) Existência de fragilidades procedimentais quanto à instrução e análise pela Semad dos processos de licenciamento ambiental; d) Fragilidades quanto a ações pós emissão das licenças (como monitoramento de condicionantes).

Título da ação – Semad	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</p> <p>Data: 14/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0001531/2020-07.</p>	<p>a) Fragilidades de procedimentos no que concerne à conduta ética: Pouca participação dos servidores em treinamentos sobre ética; e ausência de indicadores acerca da atuação da comissão de ética;</p> <p>b) Planejamento Estratégico desatualizado;</p> <p>c) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada na SEMAD;</p> <p>d) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>e) Inexistência de rotina de treinamento sobre a política de segurança da informação;</p> <p>f) Ausência de avaliação pela Alta Gestão da efetividade das recomendações implementadas.</p>
<p>Avaliação dos controles existentes no que atinge à percepção da Gratificação pelo Desempenho de Atividades de Fiscalização – GDAF.</p> <p>Nota de Auditoria 1370.1449.20</p> <p>Data: 23/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0012205/2020-93.</p>	<p>a) Fragilidades procedimentais e formais quanto ao preenchimento de documentos relacionados à concessão de GDAF, como Plano Individual de Fiscalização e documento de avaliação;</p> <p>b) Ausência de critérios objetivos para atribuição ou revogação de GDAF;</p> <p>c) Adoção de procedimentos diferentes entre as Unidades Regionais e o Órgão Central.</p>
<p>Análise do processo de celebração e monitoramento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad)</p> <p>Nota de Auditoria <b>1370.1248.20</b></p> <p>Data: 17/11/2020</p> <p>SEI: 1370.01.0029314/2020-24</p>	<p>a) Ausência de processo definido para celebração de TAC: ausência de mapeamento do processo, de fluxo bem definido e pré-estabelecido e de atribuições de responsabilidades objetivas e bem delimitadas;</p> <p>b) Ausência de minuta padrão de TAC;</p> <p>c) Ausência de análise técnica e jurídica previamente à formalização de cada TAC;</p> <p>d) Ausência de critérios e requisitos pré-estabelecidos para a realização de monitoramento, acompanhamento e fiscalização dos TAC;</p> <p>e) Ampliação de empreendimento por meio de TAC.;</p> <p>f) Desobrigação do empreendedor em cumprir medidas ajustadas em caso de encerramento de atividade;</p> <p>g) Celebração de TAC com empreendedores reincidentes;</p> <p>h) Inclusão de “doações” em TAC;</p>

Título da ação – Semad	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.  Relatório de Auditoria 1370.1099.20  Data: 14/12/2020  SEI: 1520.01.0001531/2020-07.	a) Fragilidades de procedimentos no que concerne à conduta ética: Pouca participação dos servidores em treinamentos sobre ética; e ausência de indicadores acerca da atuação da comissão de ética;  b) Planejamento Estratégico desatualizado;  c) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada na SEMAD;  d) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção;  e) Inexistência de rotina de treinamento sobre a política de segurança da informação;  f) Ausência de avaliação pela Alta Gestão da efetividade das recomendações
Consultoria (facilitação) em Gerenciamento de Riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental executado no âmbito do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Semad, Feam, IEF e Igam.  Relatório de Auditoria nº 1070584  Data: 30/03/2022  SEI: 1520.01.0010756/2021-25	Houve a identificação de 21 (vinte e um) eventos de riscos altos na execução do Projeto, discriminados no Relatório de Auditoria, dentre os quais, destaca-se

Tabela 9B – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Feam

Título da ação – FEAM	Especificação das recomendações não atendidas que representam riscos aos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Documento:</b> Relatório de Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comittee of Sponsoring Organization (COSO I)</p> <p><b>Nº:</b> 1370.0023.21 <b>Data:</b> 30/12/2020</p>	<p>Rever o acúmulo de funções ou a estruturação orgânica da entidade<sup>39</sup>.</p> <p>Promover mecanismos de avaliação de efetividade da recompensa vinculada à avaliação de desempenho existente e impactos dela recorrentes quanto aos resultados efetivos de melhora no comportamento e nas entregas.<sup>40</sup></p> <p>Elaborar ferramenta, a exemplo do Painel de Indicadores do Sisema, de modo a facilitar a disponibilização e divulgação dos dados aos usuários internos e externos a entidade.<sup>41</sup></p> <p>A partir da sistematização da autoavaliação e monitoramento dos controles internos, bem como, das avaliações de controle fornecidas pelos órgãos de controle interno e externo, prover ambiente próprio para permitir o armazenamento e monitoramento constante das avaliações de controle realizadas.<sup>42</sup></p>

<sup>39</sup> Justificativa da gestão da FEAM: A FEAM seguindo a orientação de governo fez a sua reestruturação seguindo as diretrizes e limitações colocadas pela SEPLAG. Naquele momento foi solicitado a diminuição do número total de cargos, inclusive com o enxugamento de estruturas, assim a FEAM se organizou para fazer a diminuição de uma das suas 3 diretorias técnicas. No decorrer da reestruturação do executivo definiu-se a estratégia de não alteração da lei que define a estrutura básica da FEAM, assim não foi possível a redução da diretoria prevista inicialmente. Em função das limitações dos cargos da FEAM e da carência de profissionais das áreas. Temos hoje uma pessoa que responde por duas diretorias. Constatamos durante esse tempo o volume de trabalho para a coordenação destas duas Diretorias, porém em função dos limites da LRF não é possível a liberação de cargos para a indicação de uma pessoa para responder por uma das áreas.

<sup>40</sup> Justificativa da gestão da FEAM: Demanda atrelada à carreira dos servidores do Sisema como um todo. Em reunião com a Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, realizado no início de 2021, foi informada que o cumprimento da sugestão seria inviável.

<sup>41</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O Sisema já conta com as ferramentas IDE-SISEMA e Painel de Indicadores do Sisema para divulgação de dados externa e internamente. Criar nova ferramenta para esse fim não configuraria apenas ineficiência, como também óbice à integração dos órgãos ambientais enquanto um sistema coeso. Além disso, alguns painéis próprios da Feam já existem, como são os casos do "Painel de bordo para a situação das barragens de rejeitos com o acionamento do nível de emergência em Minas Gerais" e do "Portfólio de boas práticas ambientais", apresentado na COP 26.

<sup>42</sup> Justificativa da gestão da FEAM: O gabinete da Semad pretende estabelecer um fluxo geral para controle do Sisema, visto que os relatórios de auditorias normalmente chegam diretamente para Semad.

Título da ação – Feam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p>Avaliação da Estrutura de Controle no Nível da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no Comitê of Sponsoring Organization (COSO I)</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.0023.21</p> <p>Data: 30/12/2020</p>	<p>Prevenção ineficiente à ocorrência de problemas que afetam a execução dos processos/projetos.</p> <p>Respostas inadequadas ou intempestivas aos riscos decorrentes de mudanças, que possam impactar potencialmente na realização dos objetivos da entidade.</p> <p>Deteção de fraude e corrupção ao invés de preveni-las.</p> <p>Atividades serem exercidas sem a observância do padrão esperado;</p> <p>Atividades incompatíveis serem realizadas pelo mesmo agente;</p> <p>Descumprimento de normativos;</p> <p>Controles exercidos de forma insuficiente.</p>
<p>Avaliação da Gestão Patrimonial da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam)</p> <p>Relatório de Auditoria 111555-0</p> <p>Data: 07/12/2021</p>	<p>Indícios de bens não localizados;</p> <p>Ausência de controles sobre bens permanentes;</p> <p>Não localização dos documentos de cessão/permissão de uso e registros desatualizados.</p>
<p>Consultoria – Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência da Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM</p> <p>Relatório de Auditoria: 1252580/2022</p> <p>Data: 31/08/2022</p>	<p>Analisar incorretamente a possibilidade de descaracterização e não lavrar novo AI dentro de 5 (cinco) anos.</p> <p>Dar andamento no processo de Auto de Infração com suspensão judicial.</p> <p>Decisões discrepantes à interpretação legal em recursos de Autos de Infração.</p> <p>Deixar de dar andamento em Auto de Infração cuja suspensão deixou de vigorar.</p> <p>Deixar de enviar processo de Auto de Infração para inscrição em dívida ativa.</p>

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada</b>
	<p>Demora na análise dos Autos de Infração por parte da área técnica.</p> <p>Extravio de documentos / processos vinculados a Autos de Infração.</p> <p>Não observar impedimentos dos (as) Conselheiros (as) para decidir acerca dos Autos de Infração.</p> <p>Sustentação oral deficitária no Câmara Normativa e Recursal do COPAM.</p>



Tabela 9C – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do IEF

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Ação:</b> Avaliação da conformidade dos processos de Reposição Florestal geridos pelo IEF <b>Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 2100.5045.12 <sup>43</sup> <b>Data:</b> 24/09/2012	Ausência de Ação de cobrança administrativa junto aos inadimplentes de outros débitos em aberto no montante de R\$ 40.980.326,07 (quarenta milhões, novecentos e oitenta mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos), em 24/08/2012, de 23 empresas que firmaram Termos de Ajustamento de Conduta
<b>Ação<sup>44</sup>:</b> Medidas de gestão – Operação Diamante Negro <b>Documento:</b> Nota /Procedimento Preliminar de Correição <b>Nº:</b> 1370.1336.16 <b>Data:</b> 14/09/2016	Pendências de medidas de gestão e de autotutela relacionadas às 56 empresas consumidoras de produto/subproduto vegetal de origem inidônea, no que concerne à lavratura de autos de infração, cobrança de Taxa Florestal e Reposição Florestal, oriundos da Operação Diamante Negro.
<b>Ação:</b> Benefícios de redução de taxa florestal concedidos, em tese, indevidamente, com prazo superior a 12 (doze) meses e outros com data retroativa <b>Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1370.0355.20 <b>Data:</b> 04/06/2020	Carência de medidas em relação ao valor de R\$ 5.483.344,07 (cinco milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro reais e sete centavos) decorrentes de concessão do benefício de redução da taxa florestal de forma irregular, em desacordo com os preceitos normativos, por meio das Deliberações nº 1318, 1319, 1320, 1327, 1329, 1343, 1344, 1354, 1446, 1473, 1474 e 1475, às empresas Cenibra – Celulose Nipo-Brasileira S/A, Siderpa – Siderúrgica Paulino Ltda, Vallourec & Mannesmann, Gerdau Açominas, Companhia Brasileira Carburato de Cálcio – CBCC e Gerdau Aços Longos S/A.

<sup>43</sup> Processo SEI/MG nº 2100.01.0001613/2018-23

<sup>44</sup>As recomendações foram reiteradas por meio de documentos físicos, e a partir de julho/2020, as tratativas passaram a ser efetuadas por meio do processo SEI/MG 1520.01.0005874/2020-19. O Plano de Ação com parte das ações em relação às recomendações consta no documento Sei nº 34147277. A última manifestação do dirigente foi encaminhada em 26 de março de 2022, e será analisada no segundo semestre do ano corrente.

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Ação:</b> Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade - IEF</p> <p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria</p> <p><b>Nº:</b> 1370.1447.20<sup>45</sup></p> <p><b>Data:</b> 23/12/2020</p>	<p>Principais deficiências nos controles internos relativos à estrutura da entidade</p> <p>Em relação ao Princípio 8: "A organização considera o potencial para fraude na avaliação dos riscos à realização dos objetivos"</p> <p>Carência de instrumentos formalizados para identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção;</p> <p>Em relação ao Princípio 9 – "Clara definição dos responsáveis pelos diversos controles internos da gestão no âmbito da organização":</p> <p>a) carência de formalização de instrumentos e mecanismos de controles internos (normativos, fluxogramas, rotinas, parâmetros, cartilhas, Notas Técnicas, instruções de serviço) que comuniquem claramente as responsabilidades pelo controle interno, e os procedimentos sobre o que deve ser feito para realizar os controles internos, em nível de área/processos e de atividades;</p> <p>b) Carência de formalização de controles internos utilizados na prática, porém, não formalizados;</p> <p>c) carência de consolidação dos instrumentos e mecanismos de controles internos existentes, por área/processo/atividade, bem como, de divulgação em ambiente facilmente acessível aos usuários responsáveis pela execução dos controles;</p> <p>d) Carência de criação de mecanismos formais para mensurar e registrar a melhoria nos controles (eficiência, eficácia, efetividade) a partir de processos que sofreram alterações a partir de decisões tomadas.</p> <p>Em relação ao Princípio 10: "Desenvolvimento e implementação de atividades de controle que contribuam para a obtenção de níveis aceitáveis de riscos".</p> <p>a) Carência de definição dos controles internos a serem executados nos processos e atividades, preventivos e detectivos, que abranjam as ações a serem adotadas, os itens a serem verificados, bem como os prazos e responsáveis por aplicar, revisar e supervisionar essas ações;</p> <p>b) Carência de vinculação dos controles de que tratam o item "a", a uma política de gestão de riscos, e que contemplem estratégias de mitigar ou reduzir os riscos existentes em todos os níveis da entidade (estratégicos, operacionais, divulgação e conformidade);</p> <p>c) Carência de formalização das políticas e procedimentos estabelecidos para assegurar a separação entre funções e atividades consideradas incompatíveis, tais como: autorização, execução, controle e registro, cadastro/recebimento/análise de documentação e registros nos sistemas informatizados;</p> <p>d) Carência de criação de mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar se os controles existentes asseguram o cumprimento da segregação de funções, para verificar se estão sendo efetivos.</p> <p>Em relação ao Princípio 11: Definição de políticas e normas que suportem as atividades de controles internos da gestão</p> <p>a) Carência de mecanismos que garantam a periodicidade para atualização, de forma preventiva, das políticas e procedimentos (atividades de controle) formalmente estabelecidos, com objetivo de mitigar/reduzir os riscos existentes;</p> <p>b) Carência de mecanismos que propiciem reavaliação tempestiva dos controles existentes e atualização quando necessário, em razão de mudanças significativas já ocorridas (a exemplo de processos físicos que passam a ser digitais, Leis e Regulamentos que passaram por alteração, etc).</p>

<sup>45</sup> Processo SEI/MG nº 1520.01.0012200/2020-34.

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos no processo de Compensação Florestal Minerária</p> <p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria Nº: 2100.0246.21<sup>46</sup></p> <p><b>Data:</b> 09/03/2021</p>	<p>Principais deficiências nos controles internos relativos ao processamento da CFM:</p> <p>a) Carência de Procedimentos Operacionais Padrões – POP, ou documentos equivalentes que sejam capazes de comunicar claramente as atividades e responsáveis pela execução, evitando-se que as mesmas atividades e controles sejam executadas mais de uma vez, ou mesmo deixem de serem executadas, em todas as modalidades de compensação;</p> <p>b) Carência de regulamentação específica para as propostas de CFM que se enquadram no art. 75, § 1º, da Lei Estadual nº 20.922/2013, para garantir maior conformidade da análise dos processos;</p> <p>c) Carência de aperfeiçoamento dos normativos concernentes à fase de execução da compensação na modalidade ampliação/manutenção, especialmente no que se refere à gestão e fiscalização dos bens e serviços executados de forma direta pelo empreendedor;</p> <p>d) Carência de aperfeiçoamento das ferramentas de gestão das propostas de CFM que tramitam no IEF, que atualmente é realizado por meio de planilhas eletrônicas, considerando o grau de descentralização da autarquia;</p> <p>e) Carência de estabelecimento de indicadores de análise e deliberação das propostas de CFM, por unidade administrativa, para garantir a duração razoável de processamento;</p> <p>f) Carência de medidas que garantam maior grau de eficiência e eficácia das propostas de CFM, com a diminuição do tempo de análise e efetivação da compensação, face aos impactos ambientais causados pelos empreendimentos sujeitos à compensação;</p> <p>g) Carência de alinhamento e interlocução com as áreas responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental, quanto ao potencial de propostas de compensação que não foram protocolados como contrapartida, pelo empreendedor, para eventuais providências em relação ao não cumprimento;</p> <p>h) Carência de fixação de procedimentos e formas de monitoramento do cumprimento da CFM exigida nos processos de intervenção ambiental e atos autorizativos emitidos pelo próprio IEF;</p> <p>i) Carência de aprimoramento na interlocução com as áreas responsáveis pelos processos de intervenção e regularização ambiental quanto às propostas de CFM que foram protocolados pelo empreendedor, porém, a compensação não fora efetivada por razões de inaptidão da proposta de compensação, para eventuais providências;</p> <p>j) Carência de estabelecimento de controles para prevenir eventual cometimento de fraude e corrupção (riscos de integridade), devido ao processo envolver recursos financeiros de elevada monta ou doação de áreas extensas; carência de estrutura suficiente para segregação de atividades mais importantes, especialmente na fase de execução e efetivação da compensação; e</p> <p>k) Carência de aprimoramento de normativos, concernente à modalidade de implantação/manutenção de UC, especialmente no que concerne à fase de execução e efetivação da compensação;</p> <p>l) Carência de maior disseminação dos procedimentos de efetivação da proposta de CFM da modalidade regularização fundiária, considerando que a maior parte dos servidores lotados na GCARF/Regularização possuem vínculo precário com o IEF;</p>

<sup>46</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005356/2019-40

Título da ação – IEF	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Ação:</b> Avaliação das medidas de gestão adotadas em relação às multas por infringência à legislação ambiental, aplicadas pelo Instituto Estadual de Florestas – IEF, que tiveram a perda das pretensões punitiva e de cobrança dos créditos não tributários em virtude do alcance da prescrição, bem como aquelas abarcados pela remissão.</p> <p><b>Documento:</b> Nota de Auditoria <b>Nº:</b> 1118577/2021/2021<sup>47</sup> <b>Data:</b> 14/12/2021</p>	<p>Principais deficiências nos controles internos relativos ao processamento dos autos de infração.</p> <p>a) morosidade no Processamento de Autos de Infração; b) carência de formalização de instrumentos e mecanismos de controles internos quanto ao exercício do Poder de Polícia Ambiental, concernente a:     b.1) apreensão, gestão, manutenção, armazenamento, decisão administrativa e destinação/perdimento dos bens apreendidos;     b.2) procedimentos de cálculo e cobrança da Taxa Florestal;     b.3) procedimentos de cálculo e cobrança da Reposição Florestal;     b.4) Acompanhamento e conclusão dos TAC firmados; c) carência de mecanismos de controles internos e de gestão, de primeira e segunda linhas, para o processamento dos autos de infração; d) carência de mecanismos de gestão de riscos, de promoção da transparência e controle social no que tange aos autos de infração processados no âmbito do IEF;</p>
<p><b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos para o Processamento de Autos de Infração decorrentes da aplicação de multas por descumprimento da legislação ambiental, sob a competência do Instituto Estadual de Florestas - IEF.</p> <p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria <b>Nº:</b> 1164892/2022<sup>48</sup> <b>Data:</b> 11/07/2022</p>	<p>1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida.</p> <p>2) Identificou-se 11 (onze) riscos extremos; 2) Identificou-se 55 (cinquenta e cinco) riscos altos; 3) Identificou-se 46 (quarenta e seis) riscos médios; 4) Identificou-se 113 (cento e treze) riscos baixos; 5) Controles internos informais, não padronizados e não institucionalizados.</p>

<sup>47</sup> Processo Sei! MG nº 1520.01.0012086/2021-05

<sup>48</sup> Processo Sei! MG nº 1520.01.0002649/2022-79

Tabela 9D – Riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos do Igam

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 2240.0534.19<sup>49</sup></p> <p><b>Data:</b> 11/04/2019</p> <p><b>Ação:</b> Gerenciamento dos Riscos no processo de Cobrança pelo uso de recursos hídricos, visando à identificação dos riscos relacionados, bem como a avaliação da estrutura de controle no gerenciamento de riscos, referenciado na metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR) – método CGE.</p>	<p>1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida.</p> <p>2) Identificou-se 4 (quatro) riscos altos;</p> <p>3) Identificou-se 23 (vinte e três) riscos médios;</p> <p>4) Identificou-se 65 (sessenta e cinco) riscos baixos;</p> <p>5) Identificou-se pontos frágeis que representam riscos à regularidade da gestão;</p> <p>6) Identificou-se estruturas de controles insuficientes para minimizar todos os riscos altos;</p> <p>7) Identificou-se que a estrutura de controle conseguiu minimizar 10 (dez) riscos inerentes altos e médios para riscos residuais baixos;</p> <p>8) Identificou-se que quatro riscos residuais permaneceram altos, devendo ser necessariamente tratados para que se consiga minimizá-los;</p> <p>9) 66% dos eventos de riscos não apresentam controles;</p> <p>10) Vinte e três riscos médios requerem avaliação se serão tratados, conforme o Apetite a Risco. Sendo que riscos inerentes baixos merecem avaliação do custo e benefício do controle para evitar ineficiência de uma estrutura de controle superdimensionada.</p>
<p><b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1370.1334.19<sup>50</sup></p> <p><b>Data:</b> 10/09/2019</p> <p><b>Ação:</b> Trata-se de pendências apontadas em Relatórios de Controle Interno (RCI) da Prestação de Contas dos exercícios financeiros de 2014, 2015, 2016 e 2017, relacionadas à gestão patrimonial no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), quais sejam: falta de lançamento de valor de imóvel na conta contábil 1.4.2.01.02.00.00 – Bens Imóveis; bem como ausência de providências quanto à regularização dos bens constantes do acervo patrimonial do extinto departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de Minas Gerais – DAE..</p>	<p>1) Falta de avaliação financeira dos imóveis do Igam, para regularizar as pendências contábeis no que tange à gestão patrimonial;</p> <p>2) Ausência de instituição de Comissão (ões) de Avaliação de Bens Imóveis (ou equivalente), em consonância ao disposto no art. 11 do Decreto nº 46.467/2014.</p>

<sup>49</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0004136/2018-03.

<sup>50</sup> Processo Sei! MG 2240.01.0002140/2018-58.

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 1370.0609.20 <sup>51</sup> <b>Data:</b> 26/06/2020 <b>Ação:</b> Avaliação do Gerenciamento de Riscos dos processos de Previsão e Monitoramento Meteorológico e Atendimento de Demandas Meteorológicas desse Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida; 2) Identificou-se 11 eventos de riscos extremos e 25 eventos de riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos aos atingimentos dos objetivos dos processos avaliados; atestou-se a não existência de controles para 01 (9,09%) dos eventos de riscos extremos e 12 (48,0%) dos eventos de riscos altos; 3) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos eventos de riscos classificados como extremos e altos, pois são insuficientes na minimização destes eventos de riscos.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 2240.0496.20 <sup>52</sup> <b>Data:</b> 15/05/2020 <b>Ação:</b> Trata esta Nota de Auditoria sobre a gestão patrimonial exercida pelo Igam sobre os bens cedidos pela Agência Nacional de Águas (ANA), no âmbito do Termo de Cessão de Uso de Bem Público Nº 2.	1) Falta de Manual de Gestão Patrimonial, normatizando procedimentos sobre a gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA. 2) Ausência de fluxo do processo de gestão patrimonial dos bens cedidos pela ANA. 3) Ausência de sistema de controle patrimonial dos bens cedidos pela ANA.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria nº 10118243 <sup>53</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Sugerir os procedimentos a serem observados, no âmbito do IGAM, quanto ao desaparecimento de materiais permanentes, em cumprimento ao art. 57 do Decreto nº 45.242/2009.	1) Inexistência de fluxo procedimental relativo ao processo de gestão patrimonial, especialmente à constatação de desaparecimento de materiais permanentes. 2) Falta de orientação/capacitação dos servidores (no sentido <i>latu sensu</i> ) visando melhor esclarecimento e conscientização quanto à responsabilidade de cada servidor dos materiais que lhe confiados, à correta distribuição de carga patrimonial e à utilização do instituto da corresponsabilidade nas unidades administrativas do IGAM. 4) Ausência de normativo do IGAM no que diz respeito à responsabilidade e corresponsabilidades pelos materiais patrimoniais, e institua a corresponsabilidade do servidor designado pelo detentor de carga patrimonial para responder solidariamente pelos bens que utiliza.  Riscos: Perda patrimonial e dano ao erário.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria 995118 <sup>54</sup> <b>Data:</b> 27/07/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	1) Ausência de Estudo Técnico Preliminar da contratação realizada. 2) Falta de designação formal do gestor do contrato. 3) Existência de controles elementares para garantir que os serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato. 4) Risco de comprometimento da execução do Termo de Compromisso. 5) Governança e mecanismos de <i>compliance</i> frágeis da execução da despesa, pelo IGAM, relativa à Fonte 95.

<sup>51</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>52</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005343/2020-97.

<sup>53</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007453/2021-63.

<sup>54</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96.



Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1038776 <sup>55</sup> <b>Data:</b> 09/09/2021 <b>Ação:</b> Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas, no âmbito do IGAM.	1) Falta de gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de instrumentos de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além internos efetivos, eficazes e eficientes; 2) Não há no IGAM sistema próprio para registro dos contratos de gestão; 3) Ausência de sistema informatizado para controle e gestão dos contratos de gestão celebrados; 4) Não há fluxo operacional formalizado para os convênios e instrumentos congêneres.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126833 <sup>56</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos dos processos de Veículos e Diárias do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 19 (dezenove) riscos altos do processo de Veículos e 1 (um) risco alto do processo de Diárias que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados. 3) Detectou-se a não existência de controles para 5 (cinco) (26,3%) dos riscos altos do processo de Veículos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1091636 <sup>57</sup> <b>Data:</b> 22/11/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	1) Foram detectadas fragilidades no que tange à comprovação da vantajosidade da renovação do contrato firmado. 2) Fragilidades quanto ao prazo para formalização do termo aditivo ao contrato. 3) Manutenção da existência de controles elementares para garantir que os serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126818 <sup>58</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Bacia 61 do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam. Visando identificar possíveis riscos do processo e eventuais fragilidades existentes nos controles internos administrativos.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 16 (dezesesseis) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados. 3) Detectou-se a não existência de controles para 14 (quatorze) (86%) dos riscos altos. 4) Infere-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126836 <sup>59</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Boletim Diário do Monitoramento Hidrológico,	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 9 (nove) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos aos atingimentos dos objetivos do processo avaliado.

<sup>55</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>56</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>57</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96.

<sup>58</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>59</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	3) Detectou-se a não existência de controles para 8 (oito) dos riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126832 <sup>60</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo PANM do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 62 (sessenta e dois) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos dos processos avaliados. 3) Não foram identificados controles para 54 (cinquenta e quatro) riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos 8 (oito) controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126826 <sup>61</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Progestão do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 3 (três) riscos extremos e 38 (trinta e oito) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos aos atingimentos dos objetivos dos processos avaliados. 3) Detectou-se a não existência de controles para 2 (dois) dos riscos extremos e 16 (dezesesseis) para os riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como extremos e altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1126830 <sup>62</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Gerenciamento de Riscos do processo Qualiágua do Monitoramento Hidrológico, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico do Igam.	1) Inexistência de fluxo operacional do processo. Na execução do trabalho, desenhou-se o processo operacional, permitindo aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida. 2) Identificou-se 27 (vinte e sete) riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do processo avaliado. 3) Detectou-se a não existência de controles para 1 (um) (3%) dos riscos altos. 4) Identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria nº 1136988 <sup>63</sup> <b>Data:</b> 29/12/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do IGAM, no âmbito do	1) Ausência de controle no processo de homologação de acordos correlatos, no sentido de adotar as melhores práticas às parcerias firmadas e soluções propositivas face às fragilidades identificadas, no tocante: ao esgotamento da verificação da regularidade da execução de receita em finalidade diversa a que foi vinculada; à destinação do recurso da cobrança pelo uso das águas em atividade finalística do Igam; ao princípio da segregação de funções; à promoção

<sup>60</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>61</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>62</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.

<sup>63</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005358/2019-83.



Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
Programa de Estruturação das Unidades Regionais de Gestão das Águas (Pró-Urgas).	da transparência ativa da informação; da colaboração de terceiros para o cumprimento das metas estabelecidas no PEA; do comprometimento da realização do mapeamento de competências dos estagiários perante à instituição. 2) Ausência de formulação pelas técnicas de um plano de gestão de riscos em relação ao objeto do Pró-Urgas, caso o termo de parceria seja mantido e/ou assinado entre o Igam e as Entidades Equiparadas.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1370.1497.20 <sup>64</sup> <b>Data:</b> 30/12/2020 <b>Ação:</b> Avaliação da Estrutura de Controle no Nível de Entidade do IGAM, através da metodologia do Tribunal de Contas da União (TCU), baseada no <i>Comitee of Sponsoring Organization</i> (COSO I)	RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS AO AMBIENTE DE CONTROLE (Intermediário 56,3%) 1) Inexistência de política de gestão da ética, por meio da qual se estabeleceria controles para identificar desvios e avaliar a efetividade das ações executadas sobre o tema ética, em que pese o IGAM trabalhar com normas que tratam da conduta ética e haver uma comissão de ética; 2) Ausência de um programa ou processo definido para avaliar o desempenho dos servidores com relação à conduta ética; 3) Pouca participação dos servidores em treinamento sobre ética; 4) Ausência de indicadores acerca da atuação da comissão de ética; 5) Atuação incipiente da comissão de ética; 6) Falta de treinamentos periódicos relacionados à ética e integridade; 7) Ausência de monitoramento ou indicadores sobre denúncias ou reclamações relativas a desvios de conduta ética; 8) A Comissão de ética apresenta deficiências quanto a sua atuação; 9) O código adotado não está disponibilizado aos servidores e não foram encontrados registros de sua divulgação; 10) O código adotado não aborda aspectos como nepotismo, fraude, corrupção e suas analogias; 11) Não há a implementação de uma política de gestão de riscos, levando as atividades de controle a serem planejadas sem levar em consideração; 12) Ausência de estrutura de governança para acompanhar a execução das metas e os resultados do Instituto (atualmente o acompanhamento é realizado pelo Gabinete); 13) Falta uma estrutura de controles para monitorar, medir e avaliar a eficácia e eficiência dos atos delegados; 14) Ausência de prestação de contas formalizada dos atos delegados; 15) Falta de atuação da segunda linha de controle (supervisão e estratégia); 16) Ausência de uma política de seleção formalizada, especialmente para cargos comissionados e baseada em requisitos preestabelecidos de atitudes, conhecimento e experiência; 17) Não foi realizada uma pesquisa de clima organizacional na Entidade; 18) O reconhecimento dos servidores se baseia somente em cumprimento de metas operacionais (qualitativas x qualitativas), sem levar em consideração o desempenho ético (normas de conduta); 19) Não existem metas de desempenho individual ou por equipes;

<sup>64</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007649/2020-38

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
	<p>20) Ausência de avaliação de desempenho de serviços terceirizados;</p> <p>21) Inexistem políticas de recompensas ou incentivos relacionados ao desempenho dos servidores.</p> <p>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS À AVALIAÇÃO DE RISCOS (Inicial 12,5%)</p> <p>22) Inexistência de Planos tático e operacional formalizados;</p> <p>23) Não foi elaborado ainda o planejamento estratégico próprio do IGAM;</p> <p>24) Insuficiência do controle efetuado por meio do Painel de Indicadores, que não contempla todos os processos do IGAM, como por exemplo, indicador sobre as políticas públicas de recursos hídricos;</p> <p>25) Não existem indicadores ou padrões para medir o desempenho das metas a serem alcançadas;</p> <p>26) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada no IGAM;</p> <p>27) Ausência de procedimentos estabelecidos para atuar sobre os riscos decorrentes de mudanças internas ou externas;</p> <p>28) Inexistência de identificação de processos críticos e riscos associados;</p> <p>29) Inexistência de políticas ou procedimentos para atuar sobre mudanças significativas nos ambientes nos quais opera;</p> <p>30) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção.</p> <p>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS ÀS ATIVIDADES DE CONTROLE (Básico 20,8%)</p> <p>31) Ausência de mecanismos de mensuração da melhoria dos controles baseada em decisões tomadas;</p> <p>32) Ausência de fluxos detalhados sobre as ações de melhoria e de avaliações dos atos de gestão;</p> <p>33) As decisões da gestão são tomadas de forma subjetiva e não sistêmica;</p> <p>34) Ausência de acompanhamento da efetividade dos procedimentos relativos às atividades de controle do IGAM;</p> <p>35) Falta de registros sistemáticos das atividades de controle nos diversos níveis organizacionais;</p> <p>36) As revisões dos procedimentos referentes às atividades de controle não levam em conta os riscos existentes, tendo em vista a ausência de uma política de gestão de riscos, em que pese a realização do trabalho de gerenciamento de riscos nos processos de Cobrança pelo uso das Águas e o Monitoramento Hidrogeometeorológico.</p> <p>RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS À INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (Intermediário 66,7%)</p> <p>37) Inexistência de rotina de treinamento sobre a política de segurança da informação;</p> <p>38) Ausência de medidas visando automatizar o processo de comunicação;</p> <p>39) Ausência de divulgação da agenda dos gestores;</p> <p>40) Não existe atualização no cadastro de servidores habilitados a utilizar os sistemas.</p>

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
	RESULTADO DOS EXAMES RELATIVOS AO MONITORAMENTO (Intermediário 50%) 41) Inexistência de monitoramento do sistema de controle interno (como um todo) no IGAM, em que pese haver monitoramento das atividades de controle interno do NUCAD, como relatórios bimestrais gerenciais acerca da análise e instauração de procedimentos correccionais; 42) O sistema de controle interno do IGAM tem sido avaliado pela CGE e TCE, porém não há uma análise quanto a riscos e controles existentes, visto que não há no IGAM uma política de gestão de riscos e avaliação de controles estabelecida, já que a própria CGE iniciou esse ano a avaliação da estrutura de controle do Instituto; 43) Não existe organização sistemática dos documentos que comprovem o funcionamento dos controles internos; 44) Não existe medição pela alta administração dos benefícios gerados pelos controles adotados; 45) Ausência de relatório de autoavaliação de controles internos realizado pelo gestor; 46) O reporte de informações ocorre com relação às informações da Controladoria Seccional, mas não existe no IGAM uma avaliação do sistema de controle interno; 47) Ausência de avaliação pela Alta Gestão da efetividade das recomendações implementadas.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 995112/2022 <sup>65</sup> <b>Data:</b> 03/08/2022 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizados por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM, no segundo semestre de 2021.	Conforme apontado nas avaliações pretéritas, consignadas no Relatório de Auditoria nº 995118.202111 e na Nota de Auditoria nº 1091636.202112 e de acordo com as informações do IGAM, observa-se que o gestor mantém a prática do controle prévio à emissão da nota fiscal para conferência dos serviços prestados pelo SENAI que serão faturados em notas fiscais. Todavia, a UAIG observa-se que o controle adotado pelo gestor é elementar para garantir que os serviços foram entregues nas condições estabelecidas no contrato, posto a existência de controles manuais e rudimentares.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1285736 <sup>66</sup> <b>Data:</b> 12/08/2022 <b>Ação:</b> Avaliação da avaliação da regularidade da execução de despesas de pessoal pagas recursos da Fonte 95, no exercício de 2021.	Necessidade de se constituir boas práticas concernentes ao estabelecimento de metas aos agentes públicos, capazes de definir satisfatoriamente suas atividades alinhadas com o instrumento de origem (Contrato de Prestação de Serviços).
<b>Documento:</b> Relatório de Auditoria 1381511 <sup>67</sup> <b>Data:</b> 20/12/2022 <b>Ação:</b> Avaliação de Estrutura de Controle em Nível de Entidade por Componente	1) Ausência de uma política de gestão de riscos formalizada na organização; 2) Ausência de identificação e avaliação dos riscos de fraude e corrupção; 3) O IGAM não possui política de segurança da informação formalmente estabelecida.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1348794/2022 <sup>68</sup> <b>Data:</b> 11/11/2022	1) Ausência de desenho do processo operacional, que permiti aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida;

<sup>65</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96

<sup>66</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0003658/2021-96

<sup>67</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0007649/2020-12

<sup>68</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005147/2022-48

Título da ação – Igam	Especificação dos riscos significativos e deficiências existentes nos controles internos da Unidade Auditada
<b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de “Transferência pela VALE S.A. ao IGAM da gestão dos monitoramentos e dados gerados na bacia do rio Paraopeba”, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.	2) Existência de 31 riscos extremos e 45 altos que necessitam de ação de tratamento imediato, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do processo avaliado.
<b>Documento:</b> Nota de Auditoria 1126812/2022 <sup>69</sup> <b>Data:</b> 23/12/2022 <b>Ação:</b> Elaboração de Plano de Gerenciamento de Riscos do processo de Acompanhamento Hidrológico - Escassez Hídrica, contemplado no macroprocesso de Monitoramento Hidrogeometeorológico executado no âmbito do Instituto Mineiro de Gestão das Águas.	1) Ausência de desenho do processo operacional, que permiti aos gestores uma visão sistêmica até então não percebida; 2) Existência de 70 riscos altos que necessitam de ação de tratamento, pois representam riscos ao atingimento dos objetivos do processo avaliado; identificou-se fragilidade dos controles existentes que atuam nos riscos classificados como altos, pois são insuficientes na minimização destes riscos.

<sup>69</sup> Processo Sei! MG 1520.01.0005147/2022-48

APÊNDICE VI – BENEFÍCIOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS GERADOS PARA A SEMAD, IEF, FEAM E IGAM

Tabela 10A – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Semad apurados em 2022

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.108/2021 – Prefeitura de Alpinópolis.  Relatório de Auditoria nº 1207496  Data: 31/05/2022  SEI: 1370.01.0065815/2021-14	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos <sup>70</sup> .  Repercussão: Interinstitucional/Transversal <sup>71</sup> .	Não se aplica.
Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores – Prestação de Contas – Exercício 2021 – FHIDRO.  Relatório de Auditoria nº 1188003  Data: 27/04/2022  SEI: 1520.01.0004581/2022-04	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

<sup>70</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 1º, inciso II: A dimensão “Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos” tem como referência o planejamento estratégico da unidade auditada, o benefício implementado afetou os processos de apoio e/ou gerenciais da organização.

<sup>71</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso I: a Repercussão “Interinstitucional/Transversal” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor ultrapassou, de alguma forma, o âmbito da própria Secretaria/Unidade de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional, tendo sido tratado ou tendo impacto no âmbito da Casa Civil, de Comitês ou Comissões Interinstitucionais, ou de outras Secretarias/Unidades de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores – Prestação de Contas – Exercício 2021 – SEMAD.  Relatório de Auditoria nº 1188010  Data: 27/04/2022  SEI: 1520.01.0004582/2022-74	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.
Consultoria em Gerenciamento de Riscos do Projeto de Otimização da Regularização Ambiental.  Processo e-Aud nº 1070584  Data: 31/03/2022  SEI: 1520.01.0010756/2021-25	Qualitativo Efetivo	Elaborar Plano de Ação visando tratar os riscos identificados.	Fortalecimento da Gestão de Riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional <sup>72</sup> .	Não se aplica.
Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.  Relatório de Auditoria 1370.1239.19  Data: 29/08/2019  SEI: 1520.01.0002134/2019-25	Qualitativo Efetivo	22. Realizar tratativas junto à Seplag quanto à viabilidade de que os processos de licenciamento ambiental deliberados como relevantes e analisados de forma prioritária sejam instruídos com os critérios em que o empreendimento/atividade foi enquadrado para tal deliberação, bem como seja dada a devida publicidade acerca destes critérios; (Achado nº 14)	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional.	Não se aplica.

<sup>72</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III: a Repercussão “Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor no que diz respeito às atividades internas e/ou operacionais da unidade examinada, cuja competência não transcende para a Alta Administração do Órgão Superior.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
<p>Avaliação da conformidade dos processos de licenciamento ambiental da Barragem I, operada pela Vale S/A no município de Brumadinho – MG.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1239.19</p> <p>Data: 29/08/2019</p> <p>SEI: 1520.01.0002134/2019-25</p>	Qualitativo Efetivo	29. Realizar capacitações periódicas; desenvolver atividades de orientações e capacitações condizentes com a política pública e finalidades propostas pelo órgão; de modo que (Achados nº 3, 4 e 10);	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos</p> <p>Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional.</p>	Não se aplica.
<p>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</p> <p>Data: 14/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0001531/2020-07.</p>	Qualitativo Efetivo	3) Incluir uma seção permanente sobre ética e padrões de conduta no boletim de notícias da SEMAD, como uma das formas de divulgação sobre o tema;	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	<p>Dimensão: Resultado, Missão, Visão.</p> <p>Repercussão: Órgão Superior/Estratégica<sup>73</sup>.</p>	Não se aplica.
<p>Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade.</p> <p>Relatório de Auditoria 1370.1099.20</p> <p>Data: 14/12/2020</p> <p>SEI: 1520.01.0001531/2020-07</p>	Qualitativo Efetivo	26) Divulgar agenda contemplando os compromissos dos gestores da Semad;	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	<p>Dimensão: Resultado, Missão, Visão.</p> <p>Repercussão: Órgão Superior/Estratégica<sup>74</sup>.</p>	Não se aplica.

<sup>73</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II: a Repercussão “Órgão Superior/Estratégica” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor foi tratado pela Alta Gestão da Secretaria/Unidade da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional ou teve impacto em mais de uma unidade jurisdicionada ou área de negócio. Delimita-se os assuntos tratados pela Alta Administração nas Secretaria/Unidade de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional como sendo aqueles tratados no âmbito de Colegiado de Diretoria ou Conselho de Administração, ou equivalentes.

<sup>74</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso II: a Repercussão “Órgão Superior/Estratégica” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor foi tratado pela Alta Gestão da Secretaria/Unidade da Administração Indireta, Autárquica e Fundacional ou teve impacto em mais de uma unidade jurisdicionada ou área de negócio. Delimita-se os assuntos tratados pela Alta Administração nas Secretaria/Unidade de Administração Indireta, Autárquica e Fundacional como sendo aqueles tratados no âmbito de Colegiado de Diretoria ou Conselho de Administração, ou equivalentes.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	1) Verificar pertinência de implementar metodologia para gerenciamento de riscos no âmbito dos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, de modo a identificar, classificar, tratar, comunicar e monitorar eventos que possam prejudicar ou impedir o atingimento do objetivo dos processos; além de aprimorar e implementar controles internos efetivos, eficazes e eficientes;	Fortalecimento da Gestão de Riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional <sup>75</sup> .	Não se aplica.
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  a) Incluir procedimentos que visem a mitigar/minimizar riscos identificados nos processos de formalização e prestação de contas de convênios de saída de recursos, que possam impactar no alcance dos objetivos do processo (em especial após realização da sugestão de procedimento sugerido no item 6.1 acima);	Fortalecimento da Gestão de Riscos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional <sup>76</sup> .	Não se aplica.
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica.

<sup>75</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III: a Repercussão “Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor no que diz respeito às atividades internas e/ou operacionais da unidade examinada, cuja competência não transcende para a Alta Administração do Órgão Superior.

<sup>76</sup> Consoante Instrução Normativa AUGÉ 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III: a Repercussão “Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional” refere-se ao benefício trazido pelas providências adotadas pelo gestor no que diz respeito às atividades internas e/ou operacionais da unidade examinada, cuja competência não transcende para a Alta Administração do Órgão Superior.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34		Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  b) Detalhar com maior precisão de informações o fluxo relativo à análise de prestação de contas no âmbito da Semad – procedimentos que devem ser realizados, prazos, responsabilidades, dentre outros;			
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  c) Incluir mapeamento do fluxo dos processos, diagramando as atividades e permitindo melhor visualização do processo, facilitando a identificação de possíveis gargalos; além de propiciar melhor visualização de pontos de simplificação e otimização do processo;	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica.
Identificação das medidas implementadas para redução e gerenciamento do passivo de prestação de contas  Nota de Auditoria 1038499  Data: 03/09/2021  SEI: 1520.01.0006714/2021-34	Efetivo	2) Verificar pertinência de se realizar atualização da versão do “Manual de Instrução para Formalização de Convênios de Saída de Recursos”, bem como alteração da Resolução Semad 2.704, de 05 de outubro de 2018, de modo a:  d) Atualizar as responsabilidades das unidades administrativas envolvidas na formalização dos instrumentos e análise de prestação de contas de convênios de saída, no âmbito da Semad, considerando, nesse sentido, a criação da Diretoria de Gestão de Parcerias – Digep com a vigência do Decreto Estadual 47.787/2019.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
<p>Avaliação da gestão patrimonial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD, no que tange ao exercício de 2020.</p> <p>Nota de Auditoria <b>1124293</b></p> <p>Data: 23/12/2021</p> <p>SEI: 1520.01.0012520/2021-24</p>	Efetivo	(5) a adoção de providências para regularizar a alteração de titularidade dos veículos objetos do Termo de Permissão de Uso celebrado com a COPASA, incorporados ao patrimônio da Semad em razão da última Reforma Administrativa, instituída pela Lei Estadual 23.304/2019.	Aperfeiçoamento do <i>compliance</i> / conformidade	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Interno.</p> <p>Repercussão: Interinstitucional/Transversal.</p>	Não se aplica
<p>Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.155, de 13/07/2022 – Sedru x Prefeitura Municipal de Marliéria</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1387157</p> <p>Data: 30/12/2022</p> <p>SEI: 1370.01.0031214/2022-31</p>	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos<sup>77</sup>.</p> <p>Repercussão: Interinstitucional/Transversal.</p>	Não se aplica.
<p>Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.167, de 23/08/2022 – Sedru x Prefeitura Municipal de Soledade de Minas</p> <p>Relatório de Auditoria nº 1385874</p> <p>Data: 28/12/2022</p>	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	<p>Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos</p> <p>Repercussão: Interinstitucional/Transversal.</p>	Não se aplica.

<sup>77</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 1º, inciso II: A dimensão “Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos” tem como referência o planejamento estratégico da unidade auditada, o benefício implementado afetou os processos de apoio e/ou gerenciais da organização.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Título da ação – Semad	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
SEI: 1370.01.0012475/2022-32					
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Resolução Semad 3.122/2022, de 09/03/2022 – Semad/Fhidro x Associação dos Municípios da Micro Região do Vale do Paraíba – AMPAR  Relatório de Auditoria nº 1385874 Data: 11/11/2022  SEI: 1370.01.0012475/2022-32	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos <sup>78</sup> .  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

<sup>78</sup> Consoante Instrução Normativa AUGE 03/2020, aprovada pela Resolução CGE 22-2020, artigo 7º, parágrafo 1º, inciso II: A dimensão “Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos” tem como referência o planejamento estratégico da unidade auditada, o benefício implementado afetou os processos de apoio e/ou gerenciais da organização.

**Tabela 10B – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para a Feam apurados em 2022**

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Tipo do Benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e Repercussão</b>	<b>Valor (R\$-)</b>
RA 1370.0023.21 - Promover campanhas educativas, que transmitam orientação explícita sobre o que está certo ou errado em matéria de comportamento ético, no âmbito das atividades desenvolvidas pelos agentes	Não-financeiro	A partir dos informes periódicos acerca de ética pública, espera-se que os servidores tenham maior clareza acerca do melhor proceder ético em suas atividades do dia-a-dia.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Implantação da agenda para transparência	Não-financeiro	Prevenir a ocorrência de conflito de interesses; aprimorar o controle social; servir de referência positiva entre pares da Administração Pública Estadual; melhorar a imagem institucional; promover a transparência; e ampliar as relações de confiança com stakeholders.	Fortalecimento da governança, transparência, integridade e controle social	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Interinstitucional/Transversal, Nacional ou Sociedade Nacional	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Garantir a adequada gestão do conhecimento em momentos chave de alteração	Não-financeiro	Garantir a adequada gestão do conhecimento em momentos chave de alteração.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Órgão Superior/Estratégica ou Sociedade Regional	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Avaliação para favorecer um melhor exercício do trabalho da comissão de Ética	Não-financeiro	A avaliação anual das ações desenvolvidas pela comissão de ética possibilita a verificação dos desafios enfrentados durante o ano e a proposição de novas ações e posturas que favoreçam um melhor exercício do trabalho da Comissão de Ética.	Aperfeiçoamento do compliance/conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Definir as Competências Técnicas e atualizar as competências essenciais e gerenciais	Não-financeiro	O mapeamento das competências técnicas permite completar o ciclo de levantamento de competências institucionais realizados anteriormente (essenciais e gerenciais). Com as competências técnicas mapeadas, torna-se possível desenvolver capacitações voltadas para as reais necessidades apuradas pelo processo de avaliação de desempenho ou outros métodos, aumentando a efetividade dos investimentos em capacitação.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Tipo do Benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e Repercussão</b>	<b>Valor (R\$-)</b>
RA 1370.0023.21 - Comissão de Ética Proativa – AEC	Não-financeiro	A regularidade de reuniões possibilita a continuidade de atividades da Comissão e fortalece a cultura de integridade do órgão.	Fortalecimento da gestão de riscos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1370.0023.21 - Indicadores de desempenho – AEC	Não-financeiro	Foi feita uma avaliação dentro do Sisema com relação a todos os sistemas que tem serviços com relação à pesquisa de satisfação, no momento está sendo feito um trabalho de padronização destas pesquisas de satisfação para posterior ampliação do serviço. No âmbito da Feam não existe nenhum serviço com este tipo de pesquisa, mas foi indicada a implantação desta iniciativa quanto ao serviço do MTR.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – Divisão por núcleos dos bens do gabinete da FEAM – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Organizar a unidade gabinete e atribuir os bens de cada núcleo	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – Levantamento de cessão e permissão de uso e registros desatualizados – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Realizar levantamento de documentos de cessão / permissão de uso e registros desatualizados, bem como criação de controle.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 – RA 1115550 – Cronograma Patrimonial – Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Criar cronograma de implementação e monitoramento das ações de patrimônio.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1115550 - Comunicados de Localização - Gestão Patrimonial	Não-financeiro	Criar comunicados via ASCOM para buscar identificar sua localização; oficiar unidades administrativas regionais da SEMAD, IEF e IGAM solicitando que verifiquem in loco a existência do bem em sua unidade.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA nº 1340.1478.20 – Efetuar os cálculos do serviço de locação de veículos com motoristas – TP48	Financeiro <sup>79</sup>	Efetuar os cálculos do serviço de locação de veículos com motoristas. Registra-se que foi recebido valor devido à locação de veículos com motoristas do TP48. Recebimento de R\$ 489,95.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	R\$ 489,95

<sup>79</sup> No sistema e-Aud consta como benefício não-financeiro pela limitação sistêmica que só permite atribuir como benefício financeiro se o valor foi superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Título da ação – Feam</b>	<b>Tipo do Benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e Repercussão</b>	<b>Valor (R\$-)</b>
RA nº 1340.1478.20 – Efetuar os cálculos de cartão de identificação do plano de saúde – TP48	Financeiro <sup>80</sup>	Efetuar os cálculos, por meio da área técnica correspondente, referente à cobrança pelo fornecimento de cartão de identificação na execução do contrato de plano de saúde – TP48. Recebimento de R\$ 1.521,31.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	R\$ 1.521,31
RA 1252580 – Alinhamento AGE – GR NAI	Não financeiro	Reuniões mensais entre Sisema e AGE para alinhamento acerca das situações dos processos vinculados aos Autos de Infração e posicionamento acerca de andamento judicial dos mesmos.	Aperfeiçoamento de processos e/ou controles internos	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA 1252580 – Curso Capacitação dos Conselheiros do Copam – GR NAI	Não financeiro	Capacitar os Conselheiros do Copam. Curso disponibilizado no Trilhas do Saber do Sisema.	Aperfeiçoamento da gestão de pessoas/capacitação	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
RA nº 1370.1431.17 - Elucidar se houve atendimento, por parte da Samarco, da periodicidade semestral para encaminhamento do relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança - Santarém	Não financeiro	Atendimento, por parte da empresa Samarco de relatório técnico fotográfico das ações executadas quanto à implantação das medidas de adequação dos procedimentos de segurança.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos	Dimensão: Resultado, Missão e Visão e Repercussão: Interinstitucional/Transversal, Nacional ou Sociedade Nacional	Não se aplica

<sup>80</sup> No sistema e-Aud consta como benefício não-financeiro pela limitação sistêmica que só permite atribuir como benefício financeiro se o valor foi superior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

**Tabela 10C – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o IEF apurados no primeiro semestre de 2022**

Título da ação	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria IEF nº 42/2021  Relatório de Auditoria nº1156934/2022  Data: 28/02/2022  SEI: 1370.01.0042110/2021-43	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria IEF nº 85/2021  Relatório de Auditoria nº 1173569/2022  Data: 31/03/2022  SEI: 1370.01.0065230/2021-95	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.
Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores – Prestação de Contas – Exercício 2021 – IEF  Relatório de Auditoria nº 1188789/2022  Data: 29/05/2022  SEI: 1520.01.0004667/2022-10	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.

<b>Título da ação</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e repercussão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada pela Portaria IEF nº 14/2022  Relatório de Auditoria nº 1365461/2022  Data: 29/11/2022  SEI: 1370.01.0011753/2022-29	Qualitativo Efetivo	Subsídios ao gestor para encaminhamento de processos de Tomada De Contas Especial ao Tribunal de Contas do Estado em atendimento a determinações mandatórias.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal.	Não se aplica.



**Tabela 10D – Benefícios financeiros e não financeiros gerados para o Igam apurados em 2022**

<b>Título da ação – Igam</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Descrição</b>	<b>Classe de benefícios</b>	<b>Dimensão e repercussão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Relatório de Auditoria nº 1188450 <sup>81</sup> <b>Data:</b> 28/05/2022 <b>Ação:</b> Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores. Relatório de Auditoria de Gestão – SIMPLIFICADO.	Qualitativo Efetivo	Elaboração do Relatório dos resultados auditoriais e do Monitoramento das contas anuais de exercícios anteriores. Relatório de Auditoria de Gestão, modelo simplificado, relativo à Prestação de Contas do IGAM, exercício 2021.	Subsídios para atendimento de determinações mandatórias (TCMG, LRF, outros)	Dimensão: Resultado, Missão e Visão.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático/Operacional ou Sociedade Local	Não se aplica
Nota de Auditoria 2240.0601.21 <sup>82</sup> <b>Data:</b> 14/06/2021 <b>Ação:</b> Avaliação prévia do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.	Qualitativo Efetivo	Implementação da Recomendação nº 01 da Nota de Auditoria 2240.0601.21, que trata da avaliação prévia do fornecimento de estagiários pelas Entidades Equiparadas às unidades administrativas do Igam, no âmbito do Pro-Urga.	Aperfeiçoamento do <i>compliance</i> /conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Interno.  Repercussão: Interinstitucional,/Transversal.	Não se aplica
Relatório de Auditoria 995118.2021 <sup>83</sup> <b>Data:</b> 23/07/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	Qualitativo Efetivo	Implementação das Recomendações nº 1 e 2 do Relatório de Auditoria 995118.2021, que trata da avaliação da regularidade da contratação e da execução de despesas realizadas por meio de recursos da Fonte 95, no âmbito do IGAM.	Subsídios e/ou orientações para atuação/tomada de decisão da gestão ou para atuação de outros órgãos/outras esferas de poder.	Dimensão: Resultado, Missão, Visão.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal	Não se aplica
Relatório de Auditoria nº 2240.0213.21 <sup>84</sup> <b>Data:</b> 28/05/2022 <b>Ação:</b> Avaliação dos resultados da gestão da Agência Peixe Vivo, em	Qualitativo Efetivo	Implementação da Recomendação nº 4 (ao CBH SF2) do Relatório de Auditoria 2240.0213.21.	Aperfeiçoamento da política pública e/ou de serviços públicos.	Dimensão: Resultado, Missão, Visão.  Repercussão: Interinstitucional/Transversal	Não se aplica

<sup>81</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0004234/2022-61.

<sup>82</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0003974/2021-03.

<sup>83</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0003658/2021-96.

<sup>84</sup> Processo SEI/IMG nº 1520.01.0005852/2020-31.

Título da ação – Igam	Tipo de benefício	Descrição	Classe de benefícios	Dimensão e repercussão	Valor (R\$)
especial quanto à eficácia e eficiência no cumprimento dos objetivos estabelecidos no Plano Plurianual de Aplicação (PPA) e no Plano Orçamentário Anual (POA) da Entidade Equiparada, da execução física e financeira dos programas e ações do PPA e do POA, identificando as causas de insucessos no desempenho da gestão no exercício de 2019.					
Relatório de Auditoria nº 1091636-2021 <sup>85</sup> <b>Data:</b> 22/11/2021 <b>Ação:</b> Avaliação da regularidade da execução de despesas realizadas pelo IGAM, por meio de recursos da Fonte 95, no primeiro semestre de 2021.	Qualitativo Efetivo	Implementação da Recomendação: Evidenciar no processo a vantajosidade da prorrogação contratual, no sentido de realizar ampla pesquisa de mercado, utilizando fontes diversificadas, para demonstrar que o preço do ajuste é compatível com o valor médio de mercado, podendo ser adotados outros parâmetros para a verificação da vantajosidade dos preços, a exemplo da utilização de índices de atualização de valores, conforme a natureza dos insumos, assim como consulta a outros contratos similares. Na impossibilidade de comprovação, apresentar justificativa no processo de aditamento.	Aperfeiçoamento do <i>compliance</i> /conformidade	Dimensão: Pessoas, Infraestrutura e Processos Internos.  Repercussão: Unidade Jurisdicionada/Tático Operacional	Não se aplica

<sup>85</sup> Processo SEI/MG nº 1520.01.0003658/2021-96.

APÊNDICE VII - AÇÕES DE CORREIÇÃO ADMINISTRATIVA  
ANO DE 2022

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Realização de juízo de admissibilidade, análise prévia e investigação preliminar, no âmbito do Sisema.		
<b>Objetivo geral:</b>	Realização de juízo de admissibilidade de expedientes de sua competência, sugerindo o arquivamento, a instauração de investigação preliminar, sindicância, processo administrativo disciplinar ou a celebração de termo de ajustamento disciplinar, se cabível.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	6160h (77h*80)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	4500h (150h*30)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Projeto Geral 992072	AP 01 22 - 1147887.2022 - Expediente 1045 SEMAD	10/02/2022	
Projeto Geral 992072	AP 02 22 - 1166522.2022 - Expediente 1177 IEF	18/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 03 22 - 1169437.2022 - Expediente 1068 SEMAD	24/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 04 22 - 1173086.2022 - Expediente 1156 IEF	31/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 05 22 - 1173103.2022 - Expediente 1166 IEF	31/03/2022	
Projeto Geral 992072	AP 06 22 - 1177469.2022 - Expediente 1048 IEF	11/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 07 22 - 1179515.2022 - Expediente 1089 SEMAD	12/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 08 22 - 1188563.2022 - Expediente 1124 SEMAD	28/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 09 22 - 1188768.2022 - Expediente 1052 SEMAD	29/04/2022	
Projeto Geral 992072	AP 10 22 - 1196590.2022 - Expediente 1167 IEF	11/05/2022	
Projeto Geral 992072	AP 11 22 - 1211536.2022 - Expediente 1066 IGAM	06/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 12 22 - 1240644.2022 - Expediente 1086 IEF	10/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 13 22 - 1243150.2022 - Expediente 1185 IEF	13/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 14 22 - 1244618.2022 - Expediente 1180 IEF	15/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 15 22 - 1247264.2022 - Expediente 1107 e 1149 IEF	20/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 16 22 - 1247347.2022 - expediente 1159 IEF	20/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 17 22 - 1249831.2022 - Expediente 1179 SEMAD	23/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 18 22 - 1252910.2022 - Expediente 1150 SEMAD	29/06/2022	
Projeto Geral 992072	AP 19 22 - 1254951.2022 - Expediente 1146 IEF	04/07/2022	

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Projeto Geral 992072	AP 20 22 - 1265429.2022 - Expediente 1075 SEMAD	20/07/2022
Projeto Geral 992072	AP 21 22 - 1303214.2022 - Expediente 1170 IGAM	05/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 22 22 - 1303304.2022 - Expediente IGAM 1176	05/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 23 22 - 1303424.2022 - Expediente 1208 IEF	05/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 24 22 - 1307359.2022 - Expediente 1085 SEMAD	12/09/2022
Projeto Geral 992072	AP 25 22 - 1334263.2022 - Expediente 1047 IEF	20/10/2022
Projeto Geral 992072	AP 26 22 - 1351264.2022 - Expediente 1084 IEF	17/11/2022
Projeto Geral 992072	AP 27 22 - 1358695.2022 - Expediente 1172 SEMAD	25/11/2022
Projeto Geral 992072	AP 28 22 - 1381437.2022 - Expediente 1196 SEMAD	20/12/2022
Projeto Geral 992072	AP 29 22 - 1385703.2022 - Expediente 1212 SEMAD	28/12/2022
Projeto Geral 992072	AP 30 22 - 1385815.2022 - Expediente 1098 SEMAD	28/12/2022

**4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO**

Ao receber expedientes para investigação, o Núcleo de Correição Administrativa do Sisema (Nucad-Sisema) realiza análise preliminar e verifica a pertinência de instauração de procedimento correcional. O trabalho é executado sob demanda, sendo distribuídos para a equipe na medida da capacidade de execução dos servidores e da prioridade dos expedientes. As horas foram previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo expedientes da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.

Foram previstas, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 80 (oitenta) procedimentos, sendo previstas 77 horas por produto (total de 6.160 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 30 (trinta) análises preliminares, sendo gastas 150 (cento e cinquenta) horas por produto (total de 4.500 horas), das quais 13 (treze) da SEMAD, 14 (quatorze) do IEF e 03 (três) do IGAM.

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Instrução de sindicâncias e processos administrativos disciplinares		
Objetivo geral:	Realizar a instrução de Sindicâncias e Processos Administrativos Correicionais, sendo as comissões processantes e sindicantes compostas pelos servidores do Núcleo de Correição Administrativa do SISEMA.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	3300h (150h*22)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	4000 (200h*20)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>O trabalho é executado sob demanda, sendo as comissões formadas pelos servidores da equipe na medida da capacidade de execução dos servidores e da segregação. As horas foram previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstos, de forma unificada para o Nucad-Sisema, que seriam instruídos em 2022 o total de 22 (vinte e dois) procedimentos, sendo previstas 150 horas por produto (total de 3.300 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada instrução, sendo instruídos 20 (vinte) processos administrativos disciplinares com 200 horas por produto (total de 4.000 horas) entre concluídos e em instrução, sendo 05 (cinco) da SEMAD, 12 (doze) do IEF, 01 (um) da FEAM e 02 (dois) do IGAM.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Monitoramento e controle das medidas de ajustamento disciplinar, no âmbito do Sisema.		
Objetivo geral:	Monitorar e controlar as medidas de ajustamento disciplinar.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	400h (20h*20)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluído.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	280h (20h*14)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>O trabalho foi executado sob demanda, tendo sido as horas previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo termos de ajustamentos disciplinares da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstos, de forma unificada para o Nucad-Sisema, que seriam analisados e instruídos, em 2022, 20 (vinte) TAD, sendo previstas 20 horas por produto (total de 400 horas). Entretanto, foram analisados e instruídos 14 (quatorze) termos de ajustamentos disciplinares, sendo 07 (sete) da SEMAD, 07 (sete) do IEF.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Acompanhamento dos trabalhos das comissões sindicantes e processantes.		
Objetivo geral:	Acompanhar os trabalhos das comissões sindicantes e processantes instituídas no Sisema.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	95h
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	287h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Os produtos dessa ação não são lançados no e-Aud.</p> <p>A Coordenadora acompanha os trabalhos das comissões sindicantes e processantes, esclarecendo eventuais dúvidas, acompanhando o cumprimento dos prazos acordados, estabelecendo cronograma para conclusão e diligenciando para conclusão das apurações em tempo razoável. As horas são previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo os procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foi previsto, de forma unificada para o Nucad-Sisema, que seriam utilizadas para acompanhamento, em 2022, 95 (noventa e cinco) horas. Entretanto, em razão da complexidade dos expedientes, foram gastas mais horas na orientação e direcionamento da equipe, no total de 267 horas.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
<b>Ação:</b>	Avaliação de procedimentos disciplinares concluídos pelas comissões		
<b>Objetivo geral:</b>	Manifestação em procedimentos correccionais a fim de subsidiar a decisão da autoridade julgadora.		
<b>Previsão de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas previstas:</b>	820h (82h*10)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluído.			
<b>Período de execução:</b>	01/01/2022 a 31/12/2022	<b>Horas de execução:</b>	1000h (200h*5)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
Projeto Geral 992072	NT 01 22 - 1153930.2022 - PAD IEF 29-2019	21/02/2022	
Projeto Geral 992072	NT 02 22 - 1195591.2022 - PAD IEF 57-2017	10/05/2022	
Projeto Geral 992072	NT 03 22 - 1199725.2022 - PAD IEF 113- 2020	17/05/2022	
Projeto Geral 992072	NT 04 22 - 1204174.2022 - PAD IEF 82.2020	24/05/2022	
Projeto Geral 992072	NT 05 22 -1277356.2022 - PAD IEF 112- 2020	05/08/2022	
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Após a entrega do relatório conclusivo pelas Comissões Processantes e Sindicantes, para subsidiar a decisão a ser tomada pela Autoridade competente, o Nucad-Sisema realiza análise dos Processos Administrativos Disciplinares e Sindicâncias Administrativas Investigatórias visando à verificação da regularidade da formalização, instrução, conclusão, apreciação de suficiência das diligências e provas produzidas, bem como a razoabilidade e proporcionalidade da recomendação da Comissão. As horas são previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstas, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 10 (dez) Notas Técnicas, sendo previstas 82 horas por produto (total de 820 horas). Entretanto, em razão da complexidade, foram gastas mais horas na execução de cada Nota Técnica, sendo emitidas 05 (cinco) análises finais, todas do IEF, com 200 horas por produto e total de 1000 horas executadas.</p>			



1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Avaliação da efetividade das decisões correcionais		
Objetivo geral:	Avaliar o cumprimento das decisões em matérias correcionais.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	20h (10*2h)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Cumprida.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	80h (40*2h)
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Não se emite relatório na avaliação da efetividade das decisões correcionais, mas o controle é realizado e os dados consolidados. Ressalta-se que era lançado no SIGA as avaliações na aba “controle de efetividade” do processo 1370.137.03.0027.21, entretanto, não são lançadas no e-Aud.</p> <p>Ação a ser executada em cumprimento às Resoluções CGE 015/2014 e 015/2010. As horas foram previstas conforme o histórico do Nucad-Sisema, incluindo procedimentos da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Foram previstos, de forma unificada para o Nucad-Sisema, 10 (dez) relatórios de efetividade sobre decisões correcionais, sendo previstas 02 horas por produto (total de 20 horas). Entretanto, foram realizadas 40 (quarenta) avaliações de efetividades, dentre decisões de análises preliminares, TAD e PAD, com o total de 80 horas.</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Prevenção e aperfeiçoamento disciplinar		
Objetivo geral:	Ministrar palestras ou cursos para divulgação do regime disciplinar, do Ajustamento Funcional e/ou treinamento de comissões processantes/sindicantes para instrução dos procedimentos disciplinares, em parceria com a COGE ou utilizando a estrutura da própria CSET/CSEC.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	20h (10h*2)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Não iniciada.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	35h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Realizar treinamentos, em conjunto com as áreas da Corregedoria-Geral, para a divulgação, no âmbito do Sisema, do regime disciplinar, do ajustamento disciplinar e da necessidade da prevenção da ocorrência de ilícitos administrativos. O trabalho é executado no âmbito da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, de forma conjunta.</p> <p>Os produtos dessa ação não são lançados no e-Aud. No ano de 2022 ocorreram duas ações para divulgação do regime disciplinar no âmbito do Sisema, com total de 35 horas, sendo o Produto 1: 19/08/2022 - Capacitação realizada para servidores dos 14 Núcleos de Controle Processual - URFBio/IEF; e o Produto 2: Campanha de assédio moral: 28/12, 22/12, 14/12 e 02/12, (enviada por e-mail aos servidores do Sisema).</p>			

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Alimentar banco de dados e gerir informações correccionais		
Objetivo geral:	Consolidar dados e informações correccionais.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	240h (80h*3)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	240h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
<p>Trabalho contínuo e diário, incluindo a consolidação de dados e informações acerca das notícias de possíveis irregularidades de natureza correccional em face de análise preliminar (juízo de admissibilidade), dos procedimentos correccionais e dos termos de ajustamento disciplinar concernentes ao órgão/entidade, conforme planilhas definidas pela COGE, e encaminhá-los até o quinto dia útil do mês subsequente ao término de cada quadrimestre, informando os procedimentos correccionais de maior complexidade, relevância e/ou criticidade.</p> <p>O trabalho é executado no âmbito da Semad, da Feam, do IEF e do Igam, sendo o controle realizado em planilhas individuais para cada um dos órgãos/entidade.</p>			

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

1 - PLANEJAMENTO DA AÇÃO			
Ação:	Avaliação da situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV 2022, no âmbito do Sisema.		
Objetivo geral:	Avaliar a situação da entrega da Declaração de Bens e Valores - DBV 2022 dos agentes públicos alocados no órgão/entidade.		
Previsão de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas previstas:	225h (15h*15)
2 - EXECUÇÃO DA AÇÃO			
Concluída.			
Período de execução:	01/01/2022 a 31/12/2022	Horas de execução:	15h
3 - PRODUTOS EMITIDOS			
Nº Tarefa Principal e-Aud	Produto		
	(Tipo/Nº Subtarefa e-Aud)	Data entrega	
	Não se aplica.		
4 - INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A AÇÃO			
O prazo para entrega da DBV 2022 findou-se em 30/06/2022.			

APÊNDICE VIII – PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES (Período 01/01/2022 a 31/12/2022)

PROCEDIMENTO	RESUMO QUANTITATIVO DOS PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES										
	Absolvição	Arquivamento	Encaminhamento para a CGE	Formalização de TAD	Instauração de PAD	Instauração de SAI	Repreensão	Suspensão	Demissão	Em execução	TOTAL
Análise Preliminar		26	1	2	3	0				81	113
Sindicância		0	0	0	0		0	0	0	0	0
PAD	0	3	0	0			0	2	1	14	20
TOTAL	0	29	1	2	3	0	0	2	1	95	133

\* Dentre os PAD instruídos no NUCAD, a pena de demissão foi decidida por julgamento da CGE para julgamento, em razão da competência.

APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES - NUCAD

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Carolina Campos	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Mariana Roesberg	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Glória Maria	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Luciana Bontempo	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Matheus Ebert	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Andreza Felício	30/03/2022	02:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática do Assédio Moral
Carolina Campos	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Mariana Roesberg	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Kelly Carina	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Glória Maria	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Luciana Bontempo	27/04/2022	02:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Carolina Campos	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	19/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	20/05/2022	02:30	Semana Internacional do Controle Interno
Carolina Campos	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Carolina Campos	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Matheus Ebert	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Andreza Felício	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Mariana Roesberg	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Glória Maria	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Carolina Campos	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Andreza Felício	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Mariana Roesberg	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Glória Maria	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Matheus Ebert	24/06/2022	08:00	III Webnário Direito Administrativo Sancionador
Carolina Campos	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Andreza Felício	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Glória Maria	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Mariana Roesberg	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Matheus Ebert	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Valéria Leone	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Carolina Campos	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Kelly Carina	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Andreza Felício	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Mariana Roesberg	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Glória Maria	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Valéria Leone	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Matheus Ebert	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Luciana Bontempo	23 e 24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Carolina Campos	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Kelly Carina	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Andreza Felício	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Mariana Roesberg	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Glória Maria	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Valéria Leone	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Matheus Ebert	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Luciana Bontempo	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Ivani Pereira	20 e 21/11/2022	20:00	curso Admissibilidade Correcional
Ivani Pereira	22/11/2022	10:00	curso Comissões Processantes No Âmbito dos Processos Disciplinares
Ivani Pereira	23 e 24/11/2022	20:00	Provas no Processo Administrativo Disciplinar

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Ivani Pereira	28 e 29/11/2022	01:00	Curso Atividade Correccional - Visão Geral
Ivani Pereira	30/11/2022	12:00	Curso Assédio Moral
Ivani Pereira	01/12/2022	01:45	Curso Impactos da LGPD nos Processos Disciplinares
Ivani Pereira	02/12/2022	01:15	Curso Incidentes que impactam na duração do processo disciplinar e possíveis soluções
Ivani Pereira	05/12/2022	00:45	Curso Lei de Improbidade Administrativa.
Ivani Pereira	19 e 20/12/2022	07:30	Curso Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Participação da equipe do Nucad, em reuniões, que não geraram reflexo em produtos de correição		10:00	Assuntos diversos do setor
TOTAL		328:00	



APÊNDICE IX A – CAPACITAÇÕES – Controladores e Nati

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Quintiliano Campomori	10/02/2022	02:00	AEGR/CGE - Nova Resolução e metodologia classificação denúncias
Ariana Souza	10/02/2022	02:00	AEGR/CGE - Nova Resolução e metodologia classificação denúncias
Thaís Alcântara	15/02/2022	02:10	Treinamento ouvidoria.
Quintiliano Campomori	15/02/2022	02:10	Treinamento ouvidoria.
Aline Miranda	11/03/2022	2:00	Apuração preliminar e apuração da denúncia.
Quintiliano Campomori	15/03/2022	3:00:00	Certificações ISO 37001 e ISO 37301 e a sua contribuição à governança
Quintiliano Campomori	21/03/2022	3:00:00	Transformação do Controle Externo e o Mundo Digital
Aline Miranda	25/03/2022	2:00	Lançamento do projeto de desenvolvimento do Plano Estadual de Ação Climática.
Thaís Alcântara	30/03/2022	3:00:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral
Quintiliano Campomori	30/03/2022	3:00:00	Seminário Estadual de Prevenção e Enfrentamento à Prática de Assédio Moral
Thaís Alcântara	04/04/2022	2:10:00	Treinamento da STI/Sisema - DISTI - acerca da Segurança da Informação.
Quintiliano Campomori	04/04/2022	2:10:00	Treinamento da STI/Sisema - DISTI - acerca da Segurança da Informação.
Aline Miranda	04/04/2022	1:30	Treinamento/Capacitação Segurança da Informação.
Quintiliano Campomori	27/04/2022	03:00	Curso SEI PAD-e 2022 da COGE/CGE
Quintiliano Campomori	12/05/2022	02:00	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da SEF
Ariana Souza	12/05/2022	02:00	Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da SEF
Quintiliano Campomori	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	16/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	16/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	16/05/2022	2:10	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	16/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	16/05/2022	2:10	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	16/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE

Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Michelle Calazans	16/05/2022	08:00	Semana Internacional do Controle Interno
Quintiliano Campomori	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	17/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	17/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	17/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	17/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Thaís Alcântara	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Quintiliano Campomori	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	18/05/2022	03:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	18/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	18/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	18/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	18/05/2022	3:00	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	18/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Quintiliano Campomori	19/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Ariana Souza	19/05/2022	03:00	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	19/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	19/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	19/05/2022	2:45	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Carlos Morais	19/05/2022	2:45	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	19/05/2022	07:00	Semana Internacional do Controle Interno
Thaís Alcântara	20/05/2022	03:00	Semana Internacional do Controle Interno

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Quintiliano Campomori	20/05/2022	02:30	Semana Internacional do Controle Interno
Bruno Gonçalves Nogueira	20/05/2022	02:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Bruno Gonçalves Nogueira	20/05/2022	03:00	Semana Internacional de Controle Interno CGE
Glauciene Almeida	20/05/2022	2:40	Participação na Semana Internacional de Controle Interno CGE
Michelle Calazans	20/05/2022	02:30	Semana Internacional do Controle Interno
Thaís Alcântara	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Thaís Alcântara	24/05/2022	02:00	Webinar “10 anos da LAI: Harmonização com a LGPD e Visão Prática de Futuro”
Quintiliano Campomori	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Ariana Souza	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Michelle Calazans	24/05/2022	01:30	Webinar Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema
Michelle Calazans	24/05/2022	02:00	Webinar “10 anos da LAI: Harmonização com a LGPD e Visão Prática de Futuro”
Quintiliano Campomori	15/06/2022	02:00	2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Gestão da Ética e da Integridade
Quintiliano Campomori	22/06/2022	02:00	Curso Impactos da LGPD nos Procedimentos Disciplinares
Thaís Alcântara	22/06/2022	02:00	Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares.
Ariana Souza	22/06/2022	02:00	Impactos da LGPD nos procedimentos disciplinares.
Quintiliano Campomori	24/06/2022	08:00	III Webinar Direito Administrativo Sancionador
Thaís Alcântara	24/06/2022	06:00	III Webinar de Direito Administrativo Sancionador.
Quintiliano Campomori	28/06/2022	03:00	Curso Conflito de Interesses
Thaís Alcântara	28/06/2022	03:00	Webinário "Conflito de Interesses!
Ariana Souza	28/06/2022	03:00	Webinário "Conflito de Interesses!
Thaís Alcântara	29/07/2022	02:00	WEBINAR - Conceitos básicos de consultoria na auditoria interna
Quintiliano Campomori	29/07/2022	02:00	WEBINAR - Conceitos básicos de consultoria na auditoria interna
Quintiliano Campomori	06/07/2022	03:00	Auditoria Baseada em Riscos
Quintiliano Campomori	14/07/2022	01:30	Auditoria Baseada em Riscos
Quintiliano Campomori	14/07/2022	02:00	Comissão de Ética
Quintiliano Campomori	28/07/2022	02:00	Tardes de Conhecimento - 2022 - 6º Encontro - "Repercussão das alterações da Lei de Improbidade Administrativa junto aos Tribunais de Contas"

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Ariana Souza	06/07/2022	02:00	Curso ABR - Auditoria Baseada em Riscos - Setoriais e Seccionais
Carlos Morais	04/07/2022 a 07/07/2022	16:00	1º CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO PÚBLICA E DIREITO ADMINISTRATIVO,
Quintiliano Campomori	17/08/2022	02:00	Capacitação em Transparência - PACI/2022
Quintiliano Campomori	18/08/2022	02:00	Inserção Trabalho AEC no e-Aud
Quintiliano Campomori	23/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Quintiliano Campomori	31/08/2022	03:10	O papel do Controle Interno na Governança Ambiental
Ariana Souza	14/09/2022	03:00	Compromisso de Ajustamento Disciplinar
Ariana Souza	01/08/2022	01:00	Componente Ambiente de Controle - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Ariana Souza	04/08/2022	01:00	Componente Informação e Comunicação - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Ariana Souza	02/08/2022	01:00	Componente Avaliação de Riscos - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Ariana Souza	14/07/2022	03:00	ABR - Auditoria Baseada em Riscos
Ariana Souza	28/06/2022	03:00	Webinário Novo Decreto Conflito de Interesses
Quintiliano Campomori	24/08/2022	09:00	Capacitação em Responsabilização Administrativa de Pessoas Jurídicas
Quintiliano Campomori	31/08/2022	03:00	Controle Interno e Governança Ambiental
Quintiliano Campomori	14/09/2022	03:00	Compromisso de Ajustamento Disciplinar
Quintiliano Campomori	20/10/2022	02:00	TCU - Evento 2ª Etapa do Programa Nacional de Prevenção à Corrupção: Transparência
Quintiliano Campomori	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Quintiliano Campomori	01/12/2022	03:00	Vamos fala de Auditoria?
Glauciene Almeida	28/06/2022	3:00	Participação no Webinário "Conflito de Interesses"
Glauciene Almeida	06/07/2022	2:10	Participação na capacitação em Auditoria Baseada em Riscos- ABR
Glauciene Almeida	17/08/2022	2:00	Participação no Curso de Capacitação em Transparência – PACI/2022
Glauciene Almeida	18/08/2022	2:00	Participação no Curso de Capacitação Orientações práticas via sistema E-Aud para inserção dos Documentos do trabalho – AEC
Glauciene Almeida	21/09/2022	2:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno - Painel 1 - Licitações Públicas – Como entender as atualizações constantes?
Glauciene Almeida	21/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 2 – Um olhar para os municípios: Controle Social e a Boa Governança

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

SERVIDOR	DATA	DURAÇÃO	ASSUNTO
Glauciene Almeida	21/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 3 – Equidade de Gênero como Instrumento de Justiça no Ambiente de Controle
Glauciene Almeida	22/09/2022	2:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 4: O futuro da Liderança: engajamento de equipes e laboratórios de inovação
Glauciene Almeida	22/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Painel 5 - Governança, ESG e Integridade: um caminho sem volta!
Glauciene Almeida	22/09/2022	1:30	XVIII Encontro Nacional de Controle Interno- Palestra Keynote de encerramento: A importância de sermos quem somos!
Glauciene Almeida	30/11/2022	3:00	Curso de capacitação SEMAD - Secretaria de Estado de Meio Ambiente: capacitação sobre LAI
Aline Miranda	06/06/2022	4:00	Abertura Oficial da Semana do Meio Ambiente 2022. De 11hs às 15hs.
Aline Miranda	21/06/2022	2:00	Webinar Conexão Mata Atlântica   Programa de Regularização Ambiental (PRA): benefícios e perspectivas. De 14hs às 16hs.
Aline Miranda	24/06/2022	8:00	III WEBSEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. De 9hs às 17hs.
Aline Miranda	28/06/2022	3:00	Webinário Novo Decreto Conflito de Interesses. De 9hs às 12hs.
Aline Miranda	17/08/2022	2:00	Capacitação em Transparência – PACI/2022.
Aline Miranda	31/08/2022	3:00	Webinar "O Papel do Controle Interno na Governança Ambiental"
Aline Miranda	21/09/2022	8:00	CONACI - XVIII Encontro Nacional de Controle Interno.
Aline Miranda	22/09/2022	8:00:00	CONACI - XVIII Encontro Nacional de Controle Interno.
Maria Izabel	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Carlos Morais	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Bruno Gonçalves Nogueira	01/08/2022	01:00	Componente Ambiente de Controle - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Bruno Gonçalves Nogueira	02/08/2022	01:00	Componente Avaliação de Riscos - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Bruno Gonçalves Nogueira	04/08/2022	01:00	Componente Informação e Comunicação - Avaliação da estrutura de controle em nível de entidade
Bruno Gonçalves Nogueira	30/11/2022	03:00	Capacitação sobre LAI
Ariana Souza	07/12/2022	04:00	Participação no Participe do Webinário do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Crimes Ambientais e Corrupção
Participação da equipe do Nati, em reuniões, que não geraram reflexo em produtos de auditoria		80:00	Assuntos diversos do setor
<b>TOTAL</b>		<b>471:00</b>	

APÊNDICE X - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO

ATIVIDADES	RESPONSÁVEL	OBSERVAÇÃO	HORAS TRABALHADAS
Gestão de pessoas (homologação de folhas de ponto, relatório de atividades, plano de trabalho, avaliação de desempenho - elaboração de PGDI, etc).	Controladora Setorial da Semad e Coordenador do Nati	Considerou-se a média de um dia e meio por mês por cada chefia, para realização das atividades de gestão de pessoas. 1,5 dia = 11 horas; 12 meses; e 2 chefias.	264
Gestão de pessoas (homologação de folhas de ponto, relatório de atividades, plano de trabalho, avaliação de desempenho - elaboração de PGDI, etc).	Coordenadora do Nucad	No planejamento foi descontado 150 horas para atividades de gerenciamento, portanto, não serão computadas nesta a realização de atividades de gestão de pessoas. As horas computadas referem-se às reuniões gerenciais da Coordenadora. Dados detalhados no Apêndice, a seguir.	24
Reuniões que não refletiram em produtos/ações de auditoria previstos no PACI	Controladores Setorial/Seccionais e Coordenadores do Nati/Nucad	Dados detalhados no Apêndice, a seguir.	458
TOTAL			746

**APÊNDICE X.1 - ATIVIDADES DE GERENCIAMENTO - Controladores Setorial/Seccionais e Coordenadores do Nati/Nucad**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Michelle Calazans	05/01/2022	03:00	Presencial	Reunião sobre processo SEI 2240.01.0001971/2019-59
Thaís Alcântara	10/01/2022	02:30	Presencial. Salinha de reuniões do setor. Plataforma Teams.	Alinhamento acerca das metas a serem estabelecidas para equipes das Controladorias Sisema/NATI/NUCAD para realização do teletrabalho em regime definitivo, modalidade parcial.
Quintiliano Campomori	10/01/2022	02:30	Presencial. Salinha de reuniões do setor. Plataforma Teams.	Alinhamento acerca das metas a serem estabelecidas para equipes das Controladorias Sisema/NATI/NUCAD para realização do teletrabalho em regime definitivo, modalidade parcial.
Michelle Calazans	10/01/2022	17:00	Presencial	Definição metas Planos de Trabalho Controladorias Sisema
Michelle Calazans	13/01/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Thaís Alcântara	21/01/2022	01:20	Plataforma Teams.	Estratégia - Passivo Licenciamento Ambiental Semad.
Quintiliano Campomori	21/01/2022	01:20	Plataforma Teams.	Estratégia - Passivo Licenciamento Ambiental Semad.
Thaís Alcântara	26/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	RACI 2021.
Quintiliano Campomori	26/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	RACI 2021.
Thaís Alcântara	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	1ª Reunião de trabalho NATI/SISEMA 2022 – orientações acerca do monitoramento de planos de ação e metas do teletrabalho definitivo.
Thaís Alcântara	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Carolina Campos	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Quintiliano Campomori	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	1ª Reunião de trabalho NATI/SISEMA 2022 – orientações acerca do monitoramento de planos de ação e metas do teletrabalho definitivo.
Quintiliano Campomori	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Ariana Souza	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	1ª Reunião de trabalho NATI/SISEMA 2022 – orientações acerca do monitoramento de planos de ação e metas do teletrabalho definitivo.
Ariana Souza	28/01/2022	01:00	Plataforma Teams.	Capacitação sobre denúncias. Fluxos OGE/CGE/CSETCSEC.
Thaís Alcântara	31/01/2022	00:30	Plataforma Teams.	Apresentação pelo Carlos do Painel LGPD do Sisema.
Thaís Alcântara	31/01/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos internos.
Quintiliano Campomori	31/01/2022	00:30	Plataforma Teams.	Apresentação pelo Carlos do Painel LGPD do Sisema.
Quintiliano Campomori	31/01/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos internos.
Michelle Calazans	08/02/2022	04:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Bruno Gonçalves Nogueira	09/02/2022	02:00	Teams	Reunião de Alinhamento IGAM x CGE (Igam - Avaliação Executiva)
Quintiliano Campomori	15/02/2022	03:30	Presencial	Direx FEAM
Michelle Calazans	15/02/2022	04:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Quintiliano Campomori	16/02/2022	01:30	Microsoft Teams	Orientação sobre publicação de relatórios de auditoria no site da CGE
Ariana Souza	16/02/2022	01:30	Plataforma Teams.	Orientação sobre publicação de relatórios de auditoria no site da CGE
Thaís Alcântara	16/02/2022	02:00	Plataforma Teams.	Divulgação de Relatórios de Auditoria.
Michelle Calazans	16/02/2022	16:00	Teams	Reunião para orientação sobre publicação de relatórios de auditoria no site da CGE
Carolina Campos	21/02/2022	01:00	Microsoft Teams	Reunião com o Jurídico sobre consulta feita sobre o expediente 1144.
Thaís Alcântara	21/02/2022	00:20	Plataforma Teams.	Consulta ao jurídico para subsidiar análise de expediente correcional.
Michelle Calazans	21/02/2022	10:00	Plataforma Teams	PROTRATAR Doce (Piracicaba) e Rio Vivo (Manhuaçu)
Michelle Calazans	22/02/2022	03:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	23/02/2022	16:00	Teams	Reunião para orientação sobre o roteiro de auditoria sobre as contas do ordenador de despesa
Ariana Souza	24/02/2022	01:00	Presencial	Alinhamento acerca de trabalhos de auditoria que aguardam envio do Plano de Ação.
Carolina Campos	25/02/2022	01:00	Microsoft Teams	Reunião sobre a decisão pela CGE do PAD 17/2019.
Thaís Alcântara	25/02/2022	00:50	Plataforma Teams.	Alinhamentos PAD instaurado pela Portaria COGE 17/2019.
Michelle Calazans	03/03/2022	16:30	Presencial	Reunião com Gepofi sobre atualização do Decreto 46.830/2015 (PACE-Parcerias)
Thaís Alcântara	03/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Despacho com o Gabinete. Apresentação nova chefe de gabinete da Semad.
Ariana Souza	03/03/2022	01:00	Presencial	Nota de auditoria sobre autos de infração lavrados no âmbito do IEF.
Michelle Calazans	08/03/2022	04:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Thaís Alcântara	09/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Oportunidade de agregar valor financeiro para o órgão/entidade mediante a análise do termo de referência e pesquisa de preços: Trabalho de auditoria da CSET/SEF e CSET/SEE.
Ariana Souza	09/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Oportunidade de agregar valor financeiro para o órgão/entidade mediante a análise do termo de referência e pesquisa de preços: Trabalho de auditoria da CSET/SEF e CSET/SEE.



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	09/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Oportunidade de agregar valor financeiro para o órgão/entidade mediante a análise do termo de referência e pesquisa de preços: Trabalho de auditoria da CSET/SEF e CSET/SEE.
Thaís Alcântara	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Ariana Souza	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Quintiliano Campomori	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Carolina Campos	10/03/2022	01:30	Plataforma Teams.	Reunião COGE/NUCAD-SISEMA para diretrizes
Michelle Calazans	10/03/2022	01:25	Plataforma Teams.	Ação: Supervisão Correicional - SISEMA (FEAM, IEF, IGAM, SEMAD, Núcleo de Correição SISEMA)
Thaís Alcântara	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Ariana Souza	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Quintiliano Campomori	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Carolina Campos	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião sobre apuração de denúncias.
Michelle Calazans	11/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Orientações e diretrizes da AUGÉ acerca da apuração de denúncias.
Thaís Alcântara	15/03/2022	01:10	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nati/Sisema.
Ariana Souza	15/03/2022	01:10	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nati/Sisema.
Quintiliano Campomori	15/03/2022	01:10	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Nati/Sisema.
Michelle Calazans	15/03/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	16/03/2022	01:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião TCE PMSB - Glosas Ibio
Thaís Alcântara	18/03/2022	02:15	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial Quinzenal com a Coordenação do NATI/Sisema – 1ª reunião 2022.
Ariana Souza	18/03/2022	01:30	Plataforma Teams.	Ação PACI Sisema 2022: Consolidação das ações de integridade. Preenchimento de questionário de percepção.
Quintiliano Campomori	18/03/2022	01:30	Plataforma Teams.	Ação PACI Sisema 2022: Consolidação das ações de integridade. Preenchimento de questionário de percepção.
Bruno Gonçalves Nogueira	18/03/2022	02:15	Teams	Reunião Gerencial com Bruno - Coordenador Nati/Sisema.
Michelle Calazans	18/03/2022	02:15	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial Quinzenal com a Coordenação do NATI/Sisema – 1ª reunião 2022.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Thaís Alcântara	24/03/2022	00:45	<a href="https://meet.google.com/etg-wric-otg">https://meet.google.com/etg-wric-otg</a>	Alinhamentos com a Ouvidoria Ambiental acerca de denúncias recebidas pela Controladoria Setorial da Semad.
Thaís Alcântara	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Thaís Alcântara	24/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor.
Thaís Alcântara	24/03/2022	00:25	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Ariana Souza	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Ariana Souza	24/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor.
Ariana Souza	24/03/2022	00:25	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Quintiliano Campomori	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Quintiliano Campomori	24/03/2022	00:20	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor.
Quintiliano Campomori	24/03/2022	00:25	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Carolina Campos	24/03/2022	01:00	Plataforma Teams.	Alinhamentos sobre denúncias
Bruno Gonçalves Nogueira	24/03/2022	01:15	Plataforma Teams.	Alinhamentos para agendamento de "bate-papo" da TI Sisema com as equipes da CSET/CSEC/NATI/NUCAD acerca de segurança da informação.
Michelle Calazans	24/03/2022	01:00	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca da alteração de layout do setor e demais assuntos internos.
Thaís Alcântara	28/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Ariana Souza	28/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Quintiliano Campomori	28/03/2022	02:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Bruno Gonçalves Nogueira	28/03/2022	1:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial NATI - Orientações.
Michelle Calazans	28/03/2022	01:00	Plataforma Teams.	Reunião Gerencial mensal do NATI.
Thaís Alcântara	29/03/2022	00:50	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca dos relatórios de trabalho para fins de comprovação das metas do teletrabalho.
Thaís Alcântara	29/03/2022	00:10	Plataforma Teams.	Despacho interno - Prestação de Contas; Trabalho TAC; e Férias da Controladora Setorial.
Michelle Calazans	29/03/2022	03:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Quintiliano Campomori	30/03/2022	01:30	Presencial	Alinhamentos Controladoria FEAM e Ouvidoria Ambiental e Agropecuária

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Thaís Alcântara	31/03/2022	00:50	Plataforma Teams.	Feedback quanto ao monitoramento da implementação de recomendações de auditoria. Orientações e solicitação de adequações.
Thaís Alcântara	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Bruno Gonçalves Nogueira	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Ariana Souza	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Michelle Calazans	01/04/2022	02:30	Plataforma Teams.	Apresentação pelas Entidades Equiparadas às Agências de Bacia - Minuta Portaria nº 60/2019
Michelle Calazans	01/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	<i>Benchmarking</i> quanto à implementação da Política de Gestão de Riscos no âmbito da CGE.
Carolina Campos	04/04/2022	01:30	Plataforma Teams.	Orientações sobre segurança da informação
Quintiliano Campomori	04/04/2022	01:30	Plataforma Teams.	Orientações sobre segurança da informação
Bruno Gonçalves Nogueira	04/04/2022	01:30	Teams	Treinamento - Nucad Segurança da Informação
Michelle Calazans	04/04/2022	01:30	Plataforma Teams.	Treinamento - Nucad Segurança da Informação
Bruno Gonçalves Nogueira	05/04/2022	2:00	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Thaís Alcântara	07/04/2022	00:40	Plataforma Teams.	Alinhamentos acerca de denúncia recebida pela CSET, via MGOUV, em apuração (análise preliminar no âmbito do Nucad/Sisema) – Expediente Semad 1150.
Thaís Alcântara	07/04/2022	01:30	Plenário Gerais	Reunião presencial de alinhamentos com o Sr. Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, conforme Comunicado Geral às Controladorias Setoriais/Seccionais e Empresas Estatais nº 017/2022.
Carolina Campos	07/04/2022	00:40	Plataforma Teams.	Alinhamentos sobre o expediente 1150.
Quintiliano Campomori	07/04/2022	01:30	Plenário Gerais	Reunião presencial de alinhamentos com o Sr. Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, conforme Comunicado Geral às Controladorias Setoriais/Seccionais e Empresas Estatais nº 017/2022.
Ariana Souza	07/04/2022	01:30	Plenário Gerais	Reunião presencial de alinhamentos com o Sr. Controlador-Geral do Estado, Rodrigo Fontenelle, conforme Comunicado Geral às Controladorias Setoriais/Seccionais e Empresas Estatais nº 017/2022.
Thaís Alcântara	08/04/2022	00:40	Plataforma Teams.	<i>Feedback</i> quanto ao monitoramento da implementação de recomendações de auditoria. Orientações e solicitação de adequações. Alinhamentos em relação à elaboração do Relatório quanto aos resultados de auditorias e monitoramento das contas anuais referente a exercícios anteriores.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Ariana Souza	11/04/2022	02:30	Presencial	Orientações acerca do plano de ação a ser elaborado para o Relatório de Auditoria nº 1370.1447.20 - Avaliação da Estrutura em nível de entidade, emitido em 23/12/2020.
Thaís Alcântara	12/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	Webinário: "orientações sobre a elaboração/preenchimento do relatório trimestral do teletrabalho".
Carolina Campos	12/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	Webinário Relatório Trimestral Teletrabalho
Quintiliano Campomori	12/04/2022	01:00	Presencial - Sala da Presidência	Reunião Acórdão Tribunal de Contas
Bruno Gonçalves Nogueira	12/04/2022	01:00	Plataforma Teams.	Webinário: "orientações sobre a elaboração/preenchimento do relatório trimestral do teletrabalho".
Bruno Gonçalves Nogueira	12/04/2022	01:00	Teams	Reunião TCE, CGE- Prestação de Contas Anual Exercício 2021
Thaís Alcântara	13/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	1º Café com Nucad 2022.
Carolina Campos	13/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	1º Café com Nucad de 2022.
Quintiliano Campomori	13/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	1º Café com Nucad 2022.
Ariana Souza	18/04/2022	01:30	Presencial	Reunião com o Ouvidor Ambiental e Agropecuário, acerca das manifestações do IEF contidas no MG-OUV.
Michelle Calazans	18/04/2022	01:00	Gabinete do Ouvidor Ambiental	Reunião com Ouvidor Ambiental para alinhamentos com Ponto Focal - IGAM CSEC
Ariana Souza	19/04/2022	01:15	Plataforma Teams.	Integração e funcionalidades do Sispatri
Quintiliano Campomori	25/04/2022	00:45	Presencial - Sala da Presidência	Reunião Convênio Fundec UFLA
Quintiliano Campomori	26/04/2022	00:30	Mesa Alice	Alinhamento bens não localizados
Michelle Calazans	26/04/2022	01:30	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	27/04/2022	02:00	Plataforma Teams.	CONVOCAÇÃO - 1ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração do IGAM
Quintiliano Campomori	29/04/2022	02:00	Plataforma Teams	PNPC
Quintiliano Campomori	02/05/2022	02:00	Teams	PNPC
Michelle Calazans	02/05/2022	04:00	Gabinete da chefe de gabinete do IGAM	Reunião sobre recomendações e planos de ação pendentes (Presencial)
Bruno Gonçalves Nogueira	03/05/2022	2:00	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Michelle Calazans	03/05/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	04/05/2022	00:30	Presencial	Gerenciamento de Riscos
Michelle Calazans	10/05/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Quintiliano Campomori	11/05/2022	01:00	Teams	PNPC
Quintiliano Campomori	16/05/2022	02:30	Teams	Reunião - Contribuições para a Portaria nº 60/2019
Bruno Gonçalves Nogueira	16/05/2022	02:30	Teams	Reunião - Contribuições para a Portaria nº 60/2019
Bruno Gonçalves Nogueira	17/05/2022	2:00	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Michelle Calazans	17/05/2022	01:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Thaís Alcântara	24/05/2022	01:00	Teams	Oficina de indicadores associados ao Planejamento Estratégico do Sisema.
Quintiliano Campomori	24/05/2022	01:00	Teams	Oficina de indicadores associados ao Planejamento Estratégico do Sisema.
Ariana Souza	24/05/2022	00:50	Plataforma Teams.	Orientações acerca do preenchimento da planilha 5W2H do PNPC
Michelle Calazans	24/05/2022	01:30	Plataforma Teams.	Webinar "Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD: contextualização e implementação no Sisema."
Michelle Calazans	24/05/2022	01:00	Teams	Oficina de indicadores associados ao Planejamento Estratégico do Sisema.
Carolina Campos	25/05/2022	01:00	Presencial. Salinha de reuniões do setor.	Reunião para esclarecimentos e orientações para a servidora sobre a proposta de TAD do expediente 1124
Thaís Alcântara	25/05/2022	01:00	Presencial. Salinha de reuniões do setor.	Reunião para esclarecimentos e orientações para a servidora sobre a proposta de TAD do expediente 1124
Thaís Alcântara	31/05/2022	01:00	Teams	Plano de Ação da Semad em relação ao Plano Nacional de Prevenção à Corrupção (PNPC).
Bruno Gonçalves Nogueira	31/05/2022	2:00	Sala de reunião do IGAM	Auditoria Executiva CGE - STA
Michelle Calazans	31/05/2022	01:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Michelle Calazans	31/05/2022	01:30	Sala de reunião do IGAM	Reunião sobre Tomada de Contas Ibio
Thaís Alcântara	01/06/2022	00:50	Presencial. Salinha de reuniões do setor.	Esclarecimento de dúvidas sobre Relatórios de Auditoria elaborados no âmbito das Controladorias Sisema que fazem parte de PAD instaurado no âmbito da COGE.
Thaís Alcântara	08/06/2022	00:25	Teams	Demanda repassada pelo Controlador-Geral do Estado.
Michelle Calazans	08/06/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Ariana Souza	09/06/2022	00:40	Presencial	Orientações sobre a implementação das recomendações contidas Relatório de Transparência Ativa emitido pela CSEC, em 2020.

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	10/06/2022	01:00	Microsoft Teams	Superintendentes Semad/ Diretores Feam - Roda de Conversas
Thaís Alcântara	10/06/2022	01:00	Meet	Alinhamento e esclarecimento acerca de reunião ocorrida no âmbito do Sisema sobre o trabalho de auditoria executiva no Programa Somos Todos Água.
Michelle Calazans	10/06/2022	01:00	Meet	Alinhamento e esclarecimento acerca de reunião ocorrida no âmbito do Sisema sobre o trabalho de auditoria executiva no Programa Somos Todos Água.
Bruno Gonçalves Nogueira	14/06/2022	02:00	Reunião Presencial	Auditoria Executiva CGE - STA
Quintiliano Campomori	22/06/2022	01:00	Microsoft Teams	PNPC
Michelle Calazans	28/06/2022	02:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Igam - Presencial
Carolina Campos	30/06/2022	01:30	Microsoft Teams	Reunião Monitoramento PACI com CSET/SISEMA
Quintiliano Campomori	30/06/2022	02:00	Microsoft Teams	PNPC
Quintiliano Campomori	30/06/2022	01:30	Microsoft Teams	Monitoramento PACI 2022
Thaís Alcântara	30/06/2022	01:40	Teams	Supervisão acerca da execução do PACI Sisema 2022.
Ariana Souza	30/06/2022	01:40	Teams	Supervisão acerca da execução do PACI Sisema 2022.
Michelle Calazans	30/06/2022	01:40	Teams	Supervisão acerca da execução do PACI Sisema 2022.
Bruno Gonçalves Nogueira	30/06/2022	02:00	Reunião Teams	Reunião Monitoramento - SISEMA
Thaís Alcântara	04/07/2022	00:30	Gabinete CGE.	Denúncia recebida envolvendo a Semad.
Michelle Calazans	04/07/2022	01:00	Teams	Reunião para esclarecimentos sobre processo de contratação na ABHA
Thaís Alcântara	05/07/2022	01:05	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Quintiliano Campomori	05/07/2022	01:05	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Michelle Calazans	05/07/2022	01:05	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Ariana Souza	05/07/2022	01:05	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Ariana Souza	05/07/2022	01:05	Teams	Alinhamentos acerca do fluxo e procedimentos relacionados à formalização de TAD no âmbito do Sisema, tendo em vista publicação e vigência do novo Decreto (Decreto 48.418, de 16/05/2022).
Bruno Gonçalves Nogueira	11/07/2022	0:30	<a href="https://meet.google.com/vig-jfbg-efh">https://meet.google.com/vig-jfbg-efh</a>	Reunião CGE/IGAM Levantamento de riscos- Governança
Bruno Gonçalves Nogueira	12/07/2022	1:15	SALA DE REUNIÃO IGAM-GABINETE	Reunião Híbrida CGE- IGAM (Somos Todos Água STA)- Avaliação Executiva, avaliação dos eixos de estratégia, controle e Governança, levantamento dos riscos, causas e consequências.
Thaís Alcântara	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Quintiliano Campomori	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Michelle Calazans	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Ariana Souza	14/07/2022	01:00	Teams	Apresentação da AEGRI/CGE-MG para o CGIRC do SISEMA sobre Gestão de Riscos.
Bruno Gonçalves Nogueira	14/07/2022	1:00	Teams	Reunião de apresentação para o CGIRC do SISEMA/Gestão de Riscos
Ariana Souza	18/07/2022	02:00	Teams	Nota da de Auditoria nº 1370.0159.20 - Benefícios indevidos de taxa florestalfalsifi
Michelle Calazans	19/07/2022	01:00	Sala de reunião do IGAM	Reunião Gerencial Ampliada Virtual - "Teletrabalho"
Carolina Campos	22/07/2022	01:00	Plataforma Teams.	Reunião para alinhamentos sobre possível irregularidade cometida por servidor.
Bruno Gonçalves Nogueira	26/07/2022	1:45	SALA DE REUNIÃO IGAM-GABINETE	Reunião híbrida CGE- IGAM (Somos Todos Água STA)- Avaliação Executiva, apresentação da análise de riscos, e consequências à equipe do IGAM.
Michelle Calazans	27/07/2022	01:30	Teams	Reunião de alinhamento sobre o monitoramento do Plano de Ação proposto pela Agência Peixe Vivo
Michelle Calazans	02/08/2022	02:00	Sala de Reunião Igam	Reunião gerencial do Igam
Quintiliano Campomori	04/08/2022	02:30	Teams	Conselho Curador da FEAM
Michelle Calazans	09/08/2022	03:00	Sala de Reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Ariana Souza	17/08/2022	01:00	Presencial - Gabinete IEF	Tratativas acerca da apresentação no encontro dos Núcleos de Controle Processual - NCP/URFBIo/IEF
Michelle Calazans	19/08/2022	01:00	Teams	Planilha Subprocessos Igam
Quintiliano Campomori	22/08/2022	00:30	Teams	Revisão do Inventário de Dados
Ariana Souza	24/08/2022	01:30	Presencia - Sala 7 - 2º andar	Relatório de Auditoria nº 1370.1390.19 (COPAM - Governança)

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Ariana Souza	25/08/2022	02:00	Plenária - Gerais	Projeto de Lei da CGE
Michelle Calazans	25/08/2022	02:00	Plenário, 9º Andar, Edifício Gerais	Reunião sobre Projeto de Lei da CGE
Ariana Souza	29/08/2022	01:00	Gabinete IEF	Apresentação da nova Controladora do IEF
Ariana Souza	29/08/2022	00:30	Teams	Alinhamentos para audiência pública na ALMG, sobre a revisão da composição da Câmara de Atividades Minerárias e dos Conselhos Consultivos das Unidades de Conservação Estaduais.
Quintiliano Campomori	29/08/2022	02:00	Presencial	Estratégias Preventivas em Relação aos Delitos Cibernéticos
Michelle Calazans	29/08/2022	02:00	CAMG, Prédio Minas, 2o andar, salas 6 e 7	Reunião com Dirigentes do Sisema: Palestra sobre o tema "Estratégias Preventivas em Relação aos Delitos Cibernéticos"
Michelle Calazans	30/08/2022	03:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Carolina Campos	31/08/2022	00:30	presencial Gabinete Semad	Reunião sobre permuta de servidores
Ariana Souza	31/08/2022	01:00	Presencial - GAB CGE	Trabalhos em andamento no NUCC, relativos ao Sisema
Ariana Souza	31/08/2022	00:30	Presencial - GAB Semad	Permuta de servidoras Nucad e Dialog
Ariana Souza	31/08/2022	01:00	Presencial - GAB Semad	Assuntos correicionais - Semad
Michelle Calazans	31/08/2022	01:00	Gabinete do Controlador-Geral	Reunião com Controlador-Geral sobre denúncias que envolvem a Semad
Ariana Souza	05/09/2022	01:00	Presencial - GAB CGE	Trabalhos em andamento na AUGÉ, relativos ao Sisema
Ariana Souza	05/09/2022	02:00	Presencial - Sala Setor	Trabalhos em andamento na AUGÉ e no NUCC, relativos ao Sisema
Michelle Calazans	05/09/2022	01:00	Gabinete do Controlador-Geral	Reunião com Ariana (IEF), Michelle (IGAM), Luciana (AUGÉ) e Áurea (AUGÉ) sobre denúncia que envolve parlamentar na Semad
Michelle Calazans	06/09/2022	02:30	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Ariana Souza	08/09/2022	01:00	Presencial - GAB Semad	Retomada dos trabalhos de Gerenciamento de Riscos em Termos de Ajustamento de Conduta - TAC.
Ariana Souza	09/09/2022	01:00	Teams	Alinhamento prévio à capacitação sobre LGPD.
Ariana Souza	12/09/2022	03:00	Presencial	Reunião de Dirigentes - Sisema
Michelle Calazans	13/09/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	13/09/2022	01:30	Sala de reunião Igam	2º Café Presencial com Diretor-Geral do Igam - Auditoria e Procuradoria
Ariana Souza	15/09/2022	00:45	Presencial - GAB COGE	Expediente Semad nº 1169 e apurações em andamento na unidade, relativas ao Sisema.
Ariana Souza	15/09/2022	01:00	Presencial - Sala setor	Expediente Semad nº 1169



**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	15/09/2022	01:00	Teams	Reunião técnica sobre o novo decreto da Política Mineira de Promoção da Integridade
Quintiliano Campomori	16/09/2022	02:00	Teams	Andamento dos trabalhos de Fomento à abertura de dados - Ação de Transparência e Integridade (PACI 2022)
Michelle Calazans	20/09/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Ariana Souza	26/09/2022	03:30	Presencial - Sala 7	Reunião de Dirigentes - Sisema
Ariana Souza	27/09/2022	01:30	Gabinete Semad	Reunião acerca do TAC Gute
Michelle Calazans	27/09/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Quintiliano Campomori	28/09/2022	01:00	Teams	Plano de Integridade - Sisema
Michelle Calazans	04/10/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Quintiliano Campomori	14/10/2022	01:00	Teams	Minuta de Resolução que dispõe sobre a integração e o funcionamento das unidades de Controladorias Setorial e Seccionais da SEMAD, FEAM, IEF e IGAM
Michelle Calazans	18/10/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	20/10/2022	01:00	Teams	Despacho com Marcelo - DG
Michelle Calazans	26/10/2022	01:30	Teams	Reunião - Monitoramento projetos Fapemig
Michelle Calazans	09/11/2022	09:30	Sala de reunião Igam	Alinhamento Estratégico 25 anos Igam
Michelle Calazans	09/11/2022	01:30	Teams	Reunião de alinhamento (PAINT 2023-2026)
Michelle Calazans	10/11/2022	05:00	Sala de reunião Igam	Alinhamento Estratégico 25 anos Igam
Michelle Calazans	13/11/2022	00:30	Teams	Alinhamento Auditoria
Quintiliano Campomori	18/11/2022	01:00	Teams	Paci 2023 Ajustes
Michelle Calazans	18/11/2022	01:00	Teams	PACI - 2023_AJUSTES
Michelle Calazans	20/11/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	22/11/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Quintiliano Campomori	25/11/2022	00:30	Teams	Peças de Divulgação Assédio Moral
Bruno Gonçalves Nogueira	30/11/2022	1:20	Teams	Reunião Gabinete IGAM- Projeto Somos Todos Água
Bruno Gonçalves Nogueira	30/11/2022	1:15	Teams	Reunião Gerencial NATI- CSEC IGAM sobre o trabalho de auditoria Somos Todos Água
Michelle Calazans	30/11/2022	01:30	Teams	Auditoria CGE

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

Controlador/Coordenador	Data	Duração	Local	Assunto
Quintiliano Campomori	05/12/2022	02:00	Teams	Encontro Anual de Comissões de Ética
Quintiliano Campomori	05/12/2022	02:00	Teams	Encontro Anual de Comissões de Ética
Bruno Gonçalves Nogueira	06/12/2022	02:00	Presencial - Sala de reuniões IGAM	Reunião Presencial - Apresentação do Relatório Preliminar sobre a Auditoria Executiva no STA
Bruno Gonçalves Nogueira	06/12/2022	01:00	Teams	
Michelle Calazans	06/12/2022	02:00	Sala de reunião Igam	Reunião Gerencial do IGAM
Michelle Calazans	06/12/2022	01:30	Teams	Reunião NATI
Carolina Campos	12/12/2022	02:00	Teams	Reunião com o NUCC/CGE sobre expediente
Carolina Campos	12/12/2022	02:00	Teams	Reunião alinhamentos sobre expediente
Quintiliano Campomori	13/12/2022	03:00	CMR	Encontro Presencial de Encerramento de Atividades Sisema 2022
Quintiliano Campomori	14/12/2022	03:00	JK	Encontro Presencial de Encerramento de Atividades CGE 2022
Quintiliano Campomori	16/12/2022	05:00	BDMG	Lançamento do Plano Estadual de Ação Climática
Michelle Calazans	22/12/2022	04:30	Sala de reunião no BDMG	Reunião Presencial - Continuação Igam do Futuro - BDMG
Michelle Calazans	23/12/2022	04:00	Salas 6 e 7 do 2 Andar, Minas	Reunião CERH (Presencial) - Apresentação de resultados pelo Igam
Michelle Calazans	23/12/2022	01:00	Gabinete do DG	Despacho com Marcelo - DG
Quintiliano Campomori	28/12/2022	00:30	Teams	Decreto 02/01/2023
Michelle Calazans	28/12/2022	02:00	Teams	Reunião de esclarecimentos sobre o contrato nº 9220270 firmado entre o IGAM e a CAPGEMINI
Michelle Calazans	29/12/2022	01:00	Teams	Convocação - Reunião com Gabinete Igam sobre exonerações no dia 02/01/2023
Carolina Campos	30/12/2022	04:00	presencial CGE	Reunião alinhamentos
Ariana Souza	03/10/2022	03:30	Presencial, sala 6, 2º andar	25º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	10/10/2022	02:30	Presencial, sala 6, 2º andar	26º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	14/10/2022	01:30	Teams	ABR Convênios de Entrada
Ariana Souza	14/10/2022	02:00	Chamada de Voz	Alinhamento - Retorno de férias da Coordenadora do Nucad
Ariana Souza	17/10/2022	01:00	Teams	27º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	24/10/2022	00:15	Teams	Reunião com a Diretoria de Auditoria em Programas Governamentais, da AUGÉ/CGE, acerca da ação contida no Planejamento Tático da AUGÉ, denominada "Avaliação de Risco de Fraude e Corrupção"

**Relatório de Atividades de Controle Interno 2022 – FINAL – CSET e CSECs do SISEMA**

<b>Controlador/Coordenador</b>	<b>Data</b>	<b>Duração</b>	<b>Local</b>	<b>Assunto</b>
Ariana Souza	28/10/2022	<b>00:15</b>	Presencial	TAC Gutí Sigth
Ariana Souza	28/10/2022	<b>01:30</b>	Presencial, sala 6, 2º andar	Acompanhamento processo administrativo e judicial da mineradora Gute Sigth
Ariana Souza	04/11/2022	<b>02:30</b>	Teams	Ações PACI 2023
Ariana Souza	08/11/2022	<b>02:00</b>	Presencial	Trabalhos em andamento e rotinas do setor, e sobre diretrizes para análise de Tomada de Contas Especial.
Ariana Souza	16/11/2022	<b>00:40</b>	Teams	Suposto vazamento de documentos no âmbito da Semad
Ariana Souza	16/11/2022	<b>01:00</b>	Presencial	Denúncias no âmbito da Semad
Ariana Souza	18/11/2022	<b>00:40</b>	Teams	Ajustes PACI 2023
Ariana Souza	21/11/2022	<b>02:30</b>	Presencial, sala 6, 2º andar	28º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	02/12/2022	<b>01:30</b>	Teams	Indicações de auditoria - Pesquisa cidadãos
Ariana Souza	12/12/2022	<b>02:00</b>	Teams	Procedimentos em apuração no âmbito da CSET e Nucad/Sisema
Ariana Souza	12/12/2022	<b>02:00</b>	Teams	Apurações em andamento relativas à Fleurs Mineração, Gute Sigth e Tamisa.
Ariana Souza	19/12/2022	<b>03:00</b>	Presencial, sala 6, 2º andar	30º Reunião Gerencial - Sisema
Ariana Souza	20/12/2022	<b>01:00</b>	Gabinete SUFIS	Tratamento da demanda do MP contida no SEI 1500.01.0244374/2022-79
Ariana Souza	29/12/2022	<b>01:10</b>	Teams	31º Reunião Gerencial – Sisema
<b>TOTAL</b>		<b>482:00</b>		

**Filtros:** Nenhum filtro definido.

Cadastramento e descadastramento de usuários no sistema SisPMPI nas atribuições de Executor, Monitoramento e Grupo de Trabalho - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle.

Data: 13/12/2022

Horas de trabalho: 4

Cadastramento e descadastramento de usuários no sistema SisPMPI nas atribuições de Executor, Monitoramento e Grupo de Trabalho - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle.

Data: 19/12/2022

Horas de trabalho: 1

Reunião com AEST e Diretoria de Integridade acerca do novo Plano de Integridade do Sisema - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Data: 28/09/2022

Horas de trabalho: 2

Reunião técnica sobre o novo decreto da Política Mineira de Promoção da Integridade - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Data: 15/09/2022

Horas de trabalho: 2

Cadastramento e descadastramento de usuários no sistema SisPMPI nas atribuições de Executor, Monitoramento e Grupo de Trabalho - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle.

Data: 12/12/2022

Horas de trabalho: 4

Orientações acerca do Decreto da Política Mineira da Promoção da Integridade - Assessoria Estratégica do Sisema - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle

Data: 16/09/2022

Horas de trabalho: 4

**Esclarecimento de Dúvidas acerca do SisPMPI - Assessoria Estratégica do Sisema - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Data: 12/12/2022

Horas de trabalho: 3

**Esclarecimento de Dúvidas acerca do SisPMPI - Assessoria Estratégica do Sisema - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Data: 13/12/2022

Horas de trabalho: 3

**Esclarecimento de Dúvidas acerca do SisPMPI - Assessoria Estratégica do Sisema - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle**

Data: 15/12/2022

Horas de trabalho: 3

**Reunião técnica sobre o novo decreto da Política Mineira de Promoção da Integridade - Sisema. Ariana Aparecida de Souza**

Data: 15/09/2022

Horas de trabalho: 2

**Reunião técnica sobre o novo decreto da Política Mineira de Promoção da Integridade - Sisema. Michelle Calazans Oliveira**

Data: 15/09/2022

Horas de trabalho: 2

**Reunião técnica sobre o novo decreto da Política Mineira de Promoção da Integridade - Sisema. Wettina Márcia Lages Ferreira**

Data: 15/09/2022

Horas de trabalho: 2

Cadastramento e descadastramento de usuários no sistema SisPMPI nas atribuições de Executor, Monitoramento e Grupo de Trabalho - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle.

Data: 20/12/2022

Horas de trabalho: 1

Cadastramento e descadastramento de usuários no sistema SisPMPI nas atribuições de Executor, Monitoramento e Grupo de Trabalho - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle.

Data: 21/12/2022

Horas de trabalho: 1

Cadastramento e descadastramento de usuários no sistema SisPMPI nas atribuições de Executor, Monitoramento e Grupo de Trabalho - Sisema. Quintiliano Augusto Campomori do Valle.

Data: 27/12/2022

Horas de trabalho: 3